

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

INTERFACE RURAL-URBANA: CONTRIBUIÇÕES PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO BRASIL



Caso do Assentamento Rural Marapicu na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

LETÍCIA THURMANN PRUDENTE

**PORTO ALEGRE
OUTUBRO 2017**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

**INTERFACE RURAL-URBANA: CONTRIBUIÇÕES PARA O
PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO BRASIL**

**Caso do Assentamento Rural Marapicu na
Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

Letícia Thurmann Prudente

Porto Alegre
Outubro de 2017

LETÍCIA THURMANN PRUDENTE

**INTERFACE RURAL-URBANA: CONTRIBUIÇÕES PARA O
PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO BRASIL**

**Caso do Assentamento Rural Marapicu na
Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

Tese de doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Urbano e Regional
da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como pré-requisito
para obtenção do Título de Doutor.

Porto Alegre
Outubro de 2017

CIP - Catalogação na Publicação

Prudente, Letícia Thurmann

Interface Rural-Urbana: contribuições para o planejamento territorial no BR - caso do Assentamento Marapicu na RMRJ / Letícia Thurmann Prudente. -- 2017.

322 f.

Orientadora: Heleniza Ávila Campos.

Coorientador: Cleyton Henrique Gerhardt.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Interface rural-urbana. 2. Planejamento territorial. 3. Assentamento da reforma agrária. I. Campos, Heleniza Ávila, orient. II. Gerhardt, Cleyton Henrique, coorient. III. Título.

Autora:

Letícia Thurmann Prudente

Título do Trabalho:

Interface Rural-Urbana: contribuições para o planejamento territorial no Brasil - caso do Assentamento Marapicu na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Orientadora:

Profa. Heleniza Ávila Campos
Dra. pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Coorientador:

Prof. Cleyton Henrique Gerhardt
Dr. pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Banca examinadora:

Profa. Patrícia Binkowski (UERGS)
Dra. pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Alberto Bracagioli Neto (PGDR – UFRGS)
Dr. pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Paulo Edison Belo Reyes (PROPUR – UFRGS)
Dr. pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Porto Alegre, 31 de outubro de 2017.

Dedico este trabalho aos
assentados da reforma agrária que
tanto resistem ao avanço do capital
disfarçado [também] de cidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos e pelo auxílio financeiro que possibilitou a missão científica de curta duração no exterior, realizada na Universidade Politécnica da Catalunha (UPC). Também agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo ensino público e gratuito neste País.

Agradeço à professora Heleniza Ávila Campos, orientadora desse trabalho, pela oportunidade de discutir o território e suas multiplicidades, bem como pela atenção e dedicação ao longo da pesquisa. Também agradeço ao professor Cleyton Henrique Gerhardt, coorientador, pela provocação e oportunidade de conhecer melhor o mundo rural, podendo, assim, estabelecer um diálogo entre urbano e rural na pesquisa.

Agradeço ao PROPUR, por oportunizar o desenvolvimento desta etapa de formação em um ambiente de troca e reflexão, em especial ao Prof. Paulo Belo Reyes e ao Prof. João Farias Rovati, que foram importantes em momentos-chave do processo. Também agradeço aos colegas pelas vivências, troca de experiências, cafés, escutas e força, em especial a Pedro de Araújo, Leonardo Hortencio, Daniele Reche e Bárbara Giacom.

Agradeço ao Departamento de Urbanismo e Ordenação do Território da UPC, em especial ao Prof. Joaquim Sabaté Bel, pela acolhida, oportunidade de pesquisa e contribuição com o desenvolvimento do trabalho.

Agradeço ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela oportunidade de cursar disciplinas com aluna especial, que foram fundamentais para a compreensão da realidade do planejamento territorial brasileiro e fluminense, em especial aos professores Orlando Alves dos Santos Júnior, Helion Póvoa Neto e Aduino Lúcio Cardoso.

Agradeço ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, por propiciar um espaço de estudo que foi utilizado de para o desenvolvimento do trabalho.

Agradeço a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em especial à Sônia Martins e ao Padre Geraldo pelas oportunidades de discussão e informações-chave sobre o histórico e a realidade atual de Marapicu. Também agradeço a Agricultura Familiar e Agroecologia (ASPTA), em especial ao Márcio Mattos de Mendonça, pela oportunidade de acesso, contatos e informações sobre o Assentamento.

Agradeço, em especial, à comunidade do Assentamento Marapicu, sobretudo a Maria Auxiliadora, Maria Betania e Leonardo China, pelo acolhimento, abertura de caminhos, confiança e aprendizado sobre a realidade de um assentamento rural da reforma agrária em uma região metropolitana historicamente repleta de conflitos fundiários.

Agradeço, em especial, também às pessoas-chave que contribuíram com o parto da tese, em especial a Daniele Caron, pelo compartilhamento, escuta e provocação, e às amigas que foram fundamentais para o desenvolver do trabalho: Letícia Ponso, pela inspiração pela academia; Letícia Castilhos Coelho, pela afinação acadêmica e pessoal; Taiana Tagliani, pela escuta ativa constante; Ecléa Moraes pelos passos e derivas cariocas; e Érica Flores pela força quase que diária no IESP.

Agradeço a minha família, pelo amor e fé na minha caminhada profissional, em especial a minha mãe e minha tia, Tania e Rejane Thurmann. Também agradeço a minha nova família, que só ampliou o carinho e auxiliou entre as distâncias porto-alegrenses e cariocas, em especial a Fiorela, Fausto e Clarice Isolan.

Por fim, meu profundo agradecimento ao meu companheiro Flaviano Isolan, pela inesgotável disponibilidade de leitura, ajuda, carinho, paciência e amor.

RESUMO

Interface Rural-Urbana: contribuições para o planejamento territorial no Brasil - caso do Assentamento Rural Marapicu na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O objetivo do trabalho é analisar a interface rural-urbana, buscando definir um conceito que contemple as múltiplas faces e coexistências de rural e de urbano no território contemporâneo, a partir de diferentes perspectivas de agentes que atuam nesse território e nos processos de planejamento territorial. Como estudo de caso, foi escolhido um dos assentamentos da reforma agrária, denominado Assentamento Marapicu, no município de Nova Iguaçu, situado hoje na borda rural-urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Esse Assentamento foi responsável por reverter a situação de retirada da área rural do plano diretor municipal. Os procedimentos metodológicos priorizaram abordagens interdisciplinar, sócio-espacial e interescalar, voltadas à reflexão teórica sobre a relação rural-urbana no território e aos desafios do planejamento territorial frente aos novos atores sociais do campo, sob o ponto de vista da área do Planejamento Urbano e Regional. A pesquisa de campo descreveu o território em diferentes escalas, destacando os padrões de ocupação e de planejamento territorial e aplicou entrevistas realizadas com agentes-chave (comunidade de assentados e os gestores públicos que trabalham com o planejamento territorial das escalas municipal e metropolitana). A partir de alguns elementos territoriais apontados nas entrevistas, foram criadas categorias de análise da interface rural-urbana e construídos cenários possíveis para a área do Assentamento, de caráter rural, urbano e rural-urbano. Os resultados apontaram a interface rural-urbana como um conceito possível para análise e aplicação no planejamento territorial no Brasil, possibilitando um exercício metodológico que contrapõe a ideia hegemônica de priorizar as questões urbanas como positivas e inevitáveis no território.

Palavras-chave: interface rural-urbana, planejamento territorial; assentamento da reforma agrária; Região Metropolitana do Rio de Janeiro; Marapicu.

ABSTRACT

Rural-Urban Interface: contributions to territorial planning in Brazil Assentamento Rural Marapicu case in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro

This work aims to analyze the rural-urban interface, seeking to define a concept that contemplates the multiple faces and coexistences of rural and urban in the contemporary territory, from different perspectives of agents that work in this territory and in the processes of territorial planning. As a case study, was chosen one of the rural settlements of the agrarian reform in the municipality of Nova Iguaçu, located today at the rural-urban border of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro (RMRJ). The “Marapicu Settlement” was responsible for reversing the situation of withdrawal from the rural area of the municipal master plan. The methodological procedures prioritized interdisciplinary, socio-spatial and interscalar approaches, focused on the theoretical reflection on the rural-urban relationship in the territory and on the challenges of territorial planning facing the new social actors of the rural area, from the point of view of the Urban and Regional Planning area. The field research described the territory at different scales, highlighting the patterns of occupation and territorial planning and applied interviews with key agents (community of settlers and the public managers who work with the territorial planning of the municipal and metropolitan scales). From some territorial elements pointed out in the interviews, categories of analysis of the rural-urban interface were created and possible scenarios for the settlement area, of rural, urban and rural-urban character were constructed. The results pointed to the rural-urban interface as a possible concept for analysis and application in territorial planning in Brazil, making possible a methodological exercise that contrasts the hegemonic idea of prioritizing urban issues as positive and inevitable in the territory.

Keywords: *rural-urban interface, territorial planning; settlement of agrarian reform; Metropolitan Region of Rio de Janeiro; Marapicu*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AB: Área de Barreira
AC: Área de Conexão
ACM: Associação de Camponeses de Marapicu
AFRNI: Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu
AMTU: Agência Metropolitana de Transportes Urbanos do Estado do Rio de Janeiro
AN: Área de Negação
AS-PTA: Assessoria Técnica em Agricultura Familiar e Agroecologia
APA: Área de Proteção Ambiental
APP: Área de Preservação Permanente
AT: Área de Transformação
BNH: Banco Nacional de Habitação
Cedae: Companhia Estadual de Águas e Esgoto
CEF: Caixa Econômica Federal
Cepal: Comissão Econômica da América Latina
Ceperj: Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
CMDR: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
Comperj: Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
Conleste: Consórcio Regional Leste Metropolitano
CNPU: Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas
CPT: Comissão Pastoral da Terra
Emater-Rio: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do
ECidade: Estatuto da Cidade
EMetrópole: Estatuto da Metrópole
ETA: Estação de Tratamento de Água
FALERJ: Federação de Associação de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro
Fiocruz: Fundação Oswaldo Cruz
Firjan: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FLERJ: Federação de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro
FMP: Fração Mínima de Parcelamento
Fundrem: Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEA: Instituto Estadual do Ambiente
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUR: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros
Iterj: Instituto de Terras do Rio de Janeiro
LB: Linha de Barreira

LC: Linha de Conexão
LEC: Licenciatura em Educação do Campo
LN: Linha de Negação
LT: Linha de Transformação
ONG: Organização Não-Governamental
MF: Módulo Fiscal
MNRA: Movimento Nacional da Reforma Agrária
MNRU: Movimento Nacional da Reforma Urbana
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAF: Núcleo Agrícola Fluminense
PA: Projeto de Assentamento
PAE: Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF: Projeto de Assentamento Florestal
PAM: Projeto de Assentamento Municipal
PE: Projeto de Assentamento Estadual
PCA: Projeto de Assentamento Casulo
PDS: Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PB: Ponto de Barreira
PC: Linha de Conexão
PD: Plano Diretor
PDA: Plano de Desenvolvimento de Assentamento
PDAM: Plano Diretor do Arco Metropolitano
PDDUI: Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado
PN: Linha de Negação
PT: Linha de Transformação
Regic: Rede de Influência das Cidades
RMRJ: Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMs: Regiões Metropolitanas
SEAF: Secretaria Estadual de Agricultura Fluminense
Segov: Secretaria Estadual do Governo (RJ)
SEMA: Secretaria Municipal de Agricultura de Nova Iguaçu
Semhum: Secretaria Municipal de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente de Nova Iguaçu
Serfhau: Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
UAMCA: União das Associações do Mutirão de Campo Alegre
UERJ: Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Unacoop: União das Associações e Cooperativas de Pequenos
URG: Unidade Regional de Gestão – Nova Iguaçu

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diagrama esquemático da Franja Rural-Urbana de Pryor.....	42
Figura 2 - Coroas Periurbanas de Bryant et al. (1982).....	42
Figura 3 – Etapas gerais de pesquisa.....	76
Figura 4 - Localização da RMRJ no Brasil e no estado do Rio de Janeiro.	92
Figura 5 - Localização de Nova Iguaçu na RMRJ e Baixada Fluminense.	92
Figura 6 - Faixas concêntricas da RMRJ (1978).	94
Figura 7 - Evolução da mancha urbana metropolitana da RMRJ.	96
Figura 8 - Macrozonas metropolitanas de planejamento territorial da RMRJ.	99
Figura 9 - Arco Metropolitano e principais rodovias da RMRJ.....	101
Figura 10 - Eixos e áreas com usos predominantes na RMRJ.....	102
Figura 11 - Taxa de urbanização dos municípios da RMRJ (2010).....	107
Figura 12 - Densidade demográfica nos municípios da RMRJ (2010).....	108
Figura 13 - Área rural cadastrada no INCRA na RMRJ.....	111
Figura 14 - Localização dos assentamentos rurais da Reforma Agrária na RMRJ.....	115
Figura 15 - Municípios com registro de conflitos no campo – 1985 a 2014.	121
Figura 16 - Malha urbana metropolitana da RMRJ e município de Nova Iguaçu.	122
Figura 17 - Emancipações município de Iguassu/ Nova Iguaçu (até 1991).	123
Figura 18 - Sedes municipais e rede ferroviária do estado do Rio de Janeiro em 1908.	125
Figura 19 - Rede hidrográfica e altimetria de Nova Iguaçu.....	126
Figura 20 - Nova Iguaçu entre as bacias hidrográficas do Rio Guandu e da Guanabara. ...	127
Figura 21 - Áreas de preservação, áreas rurais e assentamentos rurais.....	129
Figura 22 - Divisão do território de Nova Iguaçu em URGs.....	130
Figura 23 - Assentamento Marapicu a Assentamento Campo Alegre em Nova Iguaçu.....	131
Figura 24 - Sede municipal de Nova Iguaçu em 1940.....	135
Figura 25 - Evolução urbana da sede municipal de Nova Iguaçu – 1922 a 1958.	137
Figura 26 - Eixos viários de Nova Iguaçu.....	142
Figura 27 - Zonas Rural, Zona Urbana e APAS no Plano Diretor de 2008.	150
Figura 28 - Macrozoneamento da URG Cabuçu.	151
Figura 29 - Áreas urbanas, rurais e de proteção permanente na URG Cabuçu.	152
Figura 30 - Setores do projeto aprovado da Cidade Paradiso.....	153
Figura 31 - Área interna do Assentamento e seu entorno imediato.....	157
Figura 32 - Gráfico FOFA. (Gráfico SWOT).....	171
Figura 33 - Mapas-base da escala metropolitana de análise - RMRJ.	181
Figura 34 - Mapas-base da escala urbana de análise - URG Cabuçu.....	181
Figura 35 - Mapas-base da escala interna de análise – área assentamento.....	182
Figura 36 - Perspectiva visual da área do assentamento.....	182
Figura 37 - Montagem do gráfico de polaridades dos cenários.	186
Figura 38 - Gráfico de Polaridades.	187
Figura 39 - Gráfico FOFA dos agentes.	190
Figura 40 - Reunião da ACM em um dos lotes do assentamento.....	193
Figura 41 - Reunião da ACM no lote coletivo do assentamento.....	194
Figura 42 - Feira da Roça na Praça Rui Barbosa.....	196
Figura 43 - Produção agrícola dos assentados.....	198
Figura 44 - Assentamento Marapicu e loteamentos urbanos aprovados.....	200
Figura 45 -Reunião do Programa de Microbacias da Emater-RIO.	208
Figura 46 - Feira de Sementes de Nova Iguaçu.....	208
Figura 47 - Formação para a Romaria da CPT.	209
Figura 48 - Viveiro de mudas e criação de abelhas construídos pela AS-PTA.....	210
Figura 49 - Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA)/ UFRRJ.	211
Figura 50 - Feira da Roça na Praça Rui Barbosa.....	212

Figura 51 - Rio Cabuçu dentro da área do assentamento.....	216
Figura 52 - Vias internas precárias dentro do assentamento.	217
Figura 53 - Situação fundiária dos lotes de Marapicu.....	219
Figura 54 - Lote que havia sido vendido e parcelado.....	221
Figura 55 - Lote coletivo sem uso.	223
Figura 56 - Área da sede da antiga fazenda.	225
Figura 57 - Acesso pela Alameda Adélio Simões Cruz.	226
Figura 58 - Acessos da Alameda da Petrobrás.....	227
Figura 59 - Residência situada na Vila Aliança.	228
Figura 60 - Residência próxima ao acesso da Alameda da Petrobrás.	228
Figura 61 - Residência inacabada na área central do assentamento.	229
Figura 62 - Gados soltos na Alameda da Petrobrás.....	233
Figura 63 - Destruição do viveiro de mudas no lote coletivo.	235
Figura 64 - Torres de alta tensão dentro de um dos lotes.	236
Figura 65 - Dutos enterrados da Petrobrás.....	236
Figura 66 - Expansão urbana próxima ao assentamento.	241
Figura 67 - Cidade Paradiso hoje x Marapicu na URG Cabuçu.	243
Figura 68 - Cidade Paradiso aprovada x Marapicu na URG Cabuçu.	243
Figura 69 - Interface rural-urbana do tipo Linha de Transformação (LT).	252
Figura 70 - Rodovia RJ-105 na URG Cabuçu como interface rural-urbana do tipo LT.	253
Figura 71 - Limites entre bairros (Rio Cabuçu) como interface rural-urbana do tipo LT.....	254
Figura 72 - Eixos viários da RMRJ como interface rural-urbana do tipo LC.	255
Figura 73 - Faixa rural na RMRJ como interface rural-urbana do tipo LC.....	256
Figura 74 - Perímetro urbano na URG Cabuçu como interface rural-urbana do tipo LT.	257
Figura 75 - Eixos viários da URG Cabuçu como interface rural-urbana do tipo LC.	258
Figura 76 - Eixos hídricos como interface rural-urbana do tipo LC.....	259
Figura 77 - Macroestruturas e rios como interface rural-urbana do tipo LN.....	260
Figura 78 - Circuitos de tráfico como interface rural-urbana do tipo LN.....	261
Figura 79 - Macroestruturas e APPs dos rios como interface rural-urbana do tipo LB.....	262
Figura 80 - Categorias da interface rural-urbana de Marapicu do tipo Linha.	263
Figura 81 - Interface rural-urbana do tipo Área de Transformação (AT).	265
Figura 82 - Lotes da parte sul do Assentamento como interface rural-urbana do tipo AT. .	266
Figura 83 - Lotes irregulares do Assentamento como interface rural-urbana do tipo AT. ...	267
Figura 84 - Sub-bacia do Rio Cabuçu como interface rural-urbana do tipo AC.	268
Figura 85 - Lotes irregulares do Assentamento como interface rural-urbana do tipo AT. ...	270
Figura 86 - Área do Assentamento como interface rural-urbana do tipo AB.....	271
Figura 87 - APPs rios e área alagável como interface rural-urbana do tipo AB.	272
Figura 88 - Categorias da interface rural-urbana do tipo Área na URG Cabuçu.....	272
Figura 89 - Marapicu na RMRJ como categoria da interface rural-urbana do tipo PT.	274
Figura 90 - Marapicu e os vazios urbanos como interface rural-urbana do tipo PT.....	275
Figura 91 - Feira da Roça como interface rural-urbana do tipo PC.	276
Figura 92 - Feiras como interface rural-urbana do tipo PC.....	277
Figura 93 - Marapicu e ACM como categoria da interface rural-urbana do tipo PC.....	277
Figura 94 - Acessos e ACM (lotes) como interface rural-urbana do tipo AT.	278
Figura 95 - Lotes de borda e sede da fazenda como interface rural-urbana do tipo PN.	279
Figura 96 - Pontos de impedimento para o uso como interface rural-urbana do tipo PB. ...	281
Figura 97 - Categorias da interface rural-urbana do tipo Ponto na URG Cabuçu.....	281
Figura 98 - Perspectiva Rural da Comunidade (PR-C).....	287
Figura 99 - Perspectiva Urbana dos Gestores Públicos (PU-G).....	292
Figura 100 - Perspectiva Urbana dos Gestores Públicos (PU-G).....	296

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Rede de agentes que atuam nas cinco escalas territoriais.....	78
Tabela 2 - Evolução da população urbana e rural (1991, 2000 e 2010).	105
Tabela 3 - Área rural no Cadastro Rural do INCRA para os municípios metropolitanos.....	110
Tabela 4 - Assentamentos rurais nos municípios metropolitanos do Rio de Janeiro.	116
Tabela 5 - Assentamentos rurais da reforma agrária na RMRJ.....	118
Tabela 6 - Categorias territoriais de análise da interface rural-urbana.	175
Tabela 7 - Matriz de cruzamento dos cenários.....	188
Tabela 8 - Palavras-síntese das perspectivas dos agentes.....	247
Tabela 9 - Palavras-chave e elementos territoriais da interface rural-urbana.	249
Tabela 10 - Interface rural-urbana do tipo Linha (L).	251
Tabela 11 - Interface rural-urbana do tipo Área (A).	264
Tabela 12 - Interface rural-urbana do tipo Ponto (P).	273

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 INTERFACE RURAL-URBANA E PLANEJAMENTO TERRITORIAL	24
1.1 Relação entre rural e urbano no território	25
1.1.2 Reflexões sobre rural e urbano	26
1.1.3 Relação rural-urbana no contexto brasileiro	32
1.1.4 Interface rural-urbana no território.....	39
1.2 Planejamento territorial e os novos atores.....	51
1.2.1 Território contemporâneo e planejamento territorial	52
1.2.2 Planejamento territorial no Brasil	56
1.2.3 Novos atores e novos desafios	70
2 MARAPICU NO TERRITÓRIO DA RMRJ	75
2.1 Levantamento de dados	76
2.1.1 Pesquisa bibliografia e documental.....	77
2.1.2 Pesquisa de campo	81
2.1.3 Experiência etnográfica.....	85
2.2 Território metropolitano e áreas rurais.....	91
2.2.1 Planejamento territorial.....	97
2.2.2 Dados estatísticos	103
2.2.3 Assentamentos rurais.....	114
2.3 Processo de ocupação de Nova Iguaçu e Marapicu	122
2.3.1 Nova Iguaçu Rural e/ou Urbana.....	132
2.3.2 Assentamento Marapicu.....	156
3 INTERFACE RURAL-URBANA DE MARAPICU	168
3.1 Análise de dados	169
3.1.1 Agentes-chave e suas perspectivas.....	169
3.1.2 Categorias territoriais de análise.....	173
3.1.3 Abordagem interescalar e cartografias	179
3.1.4 Construção dos cenários.....	183

3.2	Perspectivas dos agentes.....	189
3.2.1	Fortalezas.....	190
3.2.2	Oportunidades.....	202
3.2.3	Fraquezas.....	215
3.2.4	Ameaças.....	232
3.3	Categorias de análise da interface rural-urbana	249
3.3.1	Linhas de Transformação, Conexão, Negação e Barreira.....	251
3.3.2	Áreas de Transformação, Conexão, Negação e Barreira	264
3.3.3	Pontos de Transformação, Conexão, Negação e Barreira	273
3.4	Cenários Possíveis	282
3.4.1	Perspectiva Rural da Comunidade (PR-C)	284
3.4.2	Perspectiva Urbana dos Gestores (PU-G)	289
3.4.3	Perspectiva Rural-Urbana da Comunidade e dos Gestores (PRU-CG)	294
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	300
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	308
	APÊNDICE	316
A	Roteiro de entrevistas – gestor	317
B	Roteiro de entrevistas – comunidade.....	319
C	Termo de consentimento livre e esclarecido.....	322

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é analisar a interface rural-urbana, buscando definir um conceito que contemple as múltiplas faces e formas de coexistência entre as áreas rurais e urbanas num território, a partir de diferentes perspectivas de agentes que nele convivem e atuam nos processos de planejamento territorial. Para tanto, busca-se deslocar o olhar urbano-centrado, das grandes cidades (metrópoles), para um olhar a partir das áreas rurais e sua borda rural-urbana, destacando a atuação dos atores sociais do campo que vem se incorporando às políticas públicas urbanas desde a regulamentação do Estatuto da Cidade (ECidade), em 2001, e, mais recentemente, do Estatuto da Metrópole (EMetrópole) em 2015 (BRASIL. Ministério das Cidades, 2001; 2015).

Como estudo de caso, foi escolhido um dos assentamentos da Reforma Agrária¹, denominado Assentamento Marapicu, no município de Nova Iguaçu, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Esse assentamento corresponde a uma das primeiras ocupações de terras nesse Estado, na década de 1980, situado hoje na borda rural-urbana metropolitana. Desde a ocupação da terra, esse assentamento apresenta um histórico de resistência e luta pela continuidade da área rural nesse Município, tendo ocorrido inúmeros conflitos entre rural e urbano no território. Como a maioria dos municípios metropolitanos, a partir das diretrizes do Plano Diretor, Nova Iguaçu transformou todo o seu território em área urbana durante onze anos, entre 1997 e 2008, período que inviabilizou a regularização fundiária desse assentamento – a qual só poderia ser feita em área rural. Por isso, a comunidade do Assentamento passou a integrar os processos de revisão do Plano Diretor, conseguindo reverter a situação. Isso explicitou as disputas entre os agentes que atuam nas áreas rurais e urbanas do território municipal e, por consequência, metropolitano, as quais foram utilizadas para a caracterização da interface rural-urbana de Marapicu.

A pesquisa parte da compreensão de que, na sociedade do Capitalismo desigual, as áreas urbanas concentram maior potencial de interesse e de investimento, sendo prioritariamente organizadas para dar conta dos processos de capitalização do solo, se sobrepondo, inclusive, aos espaços que preservam suas características de ruralidade mais tradicionais. Esses processos potencializam os conflitos territoriais que vêm ocorrendo, sobretudo nas áreas periurbanas dos municípios metropolitanos, envolvendo tanto populações rurais quanto urbanas. Essas áreas são, conforme ressalta Brenner (2016), estratégicas para os processos de destruição criativa que sustentam a urbanização do capital.

¹ Esses assentamentos correspondem aos assentamentos rurais em projetos de Reforma Agrária, referidos nesse trabalho apenas como assentamentos (BRASIL, 1993).

Esse autor exalta a importância de compreender esses processos, tão importantes quanto os extensos e densos centros urbanos, os quais, até então, monopolizaram a atenção dos planejadores urbanos.

No Brasil, essa situação é agravada nos territórios metropolitanos, pois essas áreas periurbanas apresentam as maiores indefinições sobre as delimitações entre rural e urbano no território, reunindo os maiores contingentes de populações excluídas dos processos legais de produção da cidade e do campo. Porém, há no País, por um lado, um Estado com um escopo institucional e legal que busca seguir os princípios de planejamento territorial com premissas de justiça social e participação popular, através da gestão democrática da cidade e do direito à cidade e à urbanização de áreas urbanas e rurais, conforme estabelecido pelo ECidade e, recentemente, pelo EMetrópole. Porém, mais da metade da população vive em áreas irregulares, sem acesso a tais princípios em seus territórios, sobretudo em áreas periféricas às áreas rurais e urbanas. Ao mesmo tempo, boa parte dessa população resiste e persiste em ser reconhecida como uma cultura diferenciada, ou seja, como agentes que também participam das políticas públicas de desenvolvimento urbano democrático.

Essas questões estão também atreladas a falta de reconhecimento da existência de territórios que apresentam características coexistentes de espaços rural e urbano. As delimitações e definições entre ambos são ainda dicotômicas nas políticas públicas de planejamento territorial, as quais não respondem mais à multiplicidade do território contemporâneo. Porém, no campo teórico, são vários os conceitos desenvolvidos no sentido de responder à realidade existente, tais como bordas ou franjas urbanas, periurbano, periurbanização, rururbano, áreas de transição. Todos esses conceitos ainda carregam, de maneira geral, a perspectiva da sociedade urbana, cujo “urbano” superaria inevitavelmente o “rural”, tornando o território totalmente urbanizado. Mas essa perspectiva carrega consigo uma visão dicotômica entre ambas as realidades, inclusive apresentando os aspectos de urbano como sendo o melhor, o moderno, o civilizado, ao contrário de rural, ou seja, tomando partido de uma faceta do território, o qual tem, na realidade, múltiplas facetas.

A proposta nesta tese é buscar reconhecer e compreender categorias que se enquadrem em espaços com conteúdos tanto rurais quanto urbanos, como normalmente se caracterizam as áreas periurbanas. Ao buscar compreender essas múltiplas facetas do território contemporâneo, propõe-se debater a possibilidade de sua adequação como categoria intermediária dentro do planejamento territorial, integrando as diferenças existentes nos processos de ocupação rural e urbana do território.

A discussão sobre um conceito de interface rural-urbana, que integre essas características, é ainda uma lacuna no conhecimento teórico, sobretudo na área de

Planejamento Urbano e Regional. Conforme Miranda (2008), as investigações que tratam de temas correlatos entre as áreas periurbanas e o planejamento territorial se resumem em apenas cinco questões: (i) controle da expansão urbana para além dos limites político-administrativos; (ii) atração promovida pelas atividades industriais; (iii) consequências da implantação de grandes conjuntos habitacionais; (iv) atuação dos agentes envolvidos com a transformação do solo e sua valorização; e (v) periferização da população de baixa renda. Não são contempladas discussões conceituais sobre as áreas com características rurais e urbanas coexistentes no território. Essa discussão acaba ocorrendo em áreas de Desenvolvimento Rural e Sociologia. Esse trabalho visa suprir em parte essa discussão dentro da área de Planejamento Urbano e Regional.

Nesse sentido, buscou-se escolher um estudo de caso que pudesse propiciar tais discussões, dentro de uma perspectiva interdisciplinar, a partir de uma realidade que pudesse contemplar as questões contraditórias e as disputas territoriais existentes entre rural e urbano. O Assentamento Marapicu foi selecionado como um dos assentamentos da RMRJ de maior resistência, lutas, derrotas e conquistas dentro dessa Região Metropolitana. A modificação do Plano Diretor Municipal, que propiciou o retorno das áreas rurais e, por consequência, a regularização fundiária desse assentamento, foi uma de suas maiores conquistas, explicitando a atuação dos atores sociais do campo dentro das políticas públicas, no caso, urbanas.

As áreas periurbanas são espaços importantes para a pesquisa sobre as dinâmicas territoriais atualmente desenvolvidas no contexto contemporâneo do território, sobretudo voltadas ao planejamento territorial. A multiplicidade de facetas e escalas existentes no território contemporâneo mostram inúmeras interpretações ainda pouco pesquisadas e compreendidas sobre os conceitos e as definições em relação às interações entre rural e urbano no território. Há a necessidade de conceitos que abranjam múltiplos processos de territorialização que ocorrem entre e dentro de áreas definidas como rurais e urbanas.

Assim, a partir do objetivo geral, os procedimentos de pesquisa priorizaram métodos voltados às abordagens interdisciplinar, sócio-espacial e interescalar, distribuindo os objetivos intermediários em três etapas gerais de pesquisa. A primeira etapa corresponde à fundamentação teórica, que objetiva: contextualizar teoricamente as reflexões sobre rural e urbano e a relação rural-urbana no Brasil; refletir sobre os conceitos que integram o rural e o urbano e propor um conceito inicial de interface rural-urbana no território; discutir o planejamento territorial no contexto contemporâneo e sua trajetória histórica no Brasil; e apontar alguns dos desafios do planejamento territorial em relação aos novos atores sociais do campo. Para tanto, foi desenvolvida a pesquisa bibliográfica, dividida em duas partes. Uma

sobre os temas pertinentes ao conceito de interface rural-urbana e, outra, sobre o planejamento territorial no contexto do território contemporâneo.

A segunda etapa corresponde ao estudo de caso, cujos objetivos intermediários são: identificar os conflitos existentes entre as delimitações e definições entre rural e urbano no território; caracterizar o território e seus agentes em diferentes escalas. Para tanto, tendo como base a fundamentação teórica, foi realizada a pesquisa de campo e as entrevistas com esses agentes, tendo como estudo de caso, como já foi citado, o Assentamento Marapicu e seu contexto de inserção territorial. A terceira e última etapa corresponde, por sua vez, às análises de dados, voltadas aos objetivos intermediários de: descrever as perspectivas dos agentes-chave da pesquisa (comunidade de assentados e gestores públicos que trabalham com o planejamento territorial em diferentes escalas); interpretar essas perspectivas destacando os elementos territoriais que caracterizam a interface rural-urbana no território; e apontar os possíveis cenários com caráter rural, urbano e rural-urbano. Para tanto, foram desenvolvidos e aplicados métodos específicos para a descrição das perspectivas dos agentes-chave e a criação de categorias de análise da interface rural-urbana e construção de cenários.

Como estratégia teórica, a pesquisa bibliográfica buscou relacionar diferentes campos disciplinares e temáticos que tratam das relações entre o rural e o urbano, através das áreas de Planejamento Urbano e Regional, como a Geografia, Sociologia Rural, Economia, Desenvolvimento Rural e Antropologia. Para o estudo de caso, foram priorizados os autores que trabalham, de forma direta ou indireta, com a área do Assentamento e o planejamento territorial da RMRJ. Além disso, foram pesquisados documentos disponibilizados pelos órgãos e instituições públicas que apresentam dados estatísticos sobre o planejamento do território, áreas rurais, conflitos fundiários e assentamentos da Reforma Agrária existentes nos municípios metropolitanos, com destaque ao município de Nova Iguaçu e ao Assentamento Marapicu. Dessa forma, foi possível o aprofundamento de diferentes preceitos, instrumentos e ferramentas conceituais que orientaram o estudo sobre o conceito da interface rural-urbana nas diferentes escalas territoriais do estudo de caso, bem como a construção da rede de agentes e diferentes escalas territoriais de análise.

A pesquisa de campo, por sua vez, foi voltada ao levantamento de dados de forma qualitativa e à descrição do território do estudo de caso, em duas escalas de análise: metropolitana (RMRJ) e municipal (Nova Iguaçu). O método permitiu a definição do recorte territorial do objeto da pesquisa para a delimitação das escalas de análise do território, bem como a montagem da rede de agentes que atuam nesse território, principalmente a comunidade de assentados e os gestores públicos que trabalham com o planejamento territorial das escalas municipal e metropolitana. Através de uma abordagem etnográfica,

priorizou-se a participação em espaços sociopolíticos da comunidade e em eventos relacionados ao planejamento territorial de ambas as escalas, visando o registro da observação participante através de caderno de campo, registros fotográficos, filmagens e entrevistas com agentes selecionados.

As entrevistas foram realizadas com agentes-chave selecionados da rede de agentes que atuam no território, reunindo perguntas abertas e fechadas, de forma não-estruturada e semiestruturada. As perguntas abrangeram questões sobre os aspectos positivos e negativos em relação às interações entre as áreas rurais e urbanas das distintas escalas de análise, segundo a perspectiva da comunidade de assentados e dos gestores públicos.

Nas análises de dados, as perspectivas dos agentes foram descritas considerando-se os pontos destacados nas entrevistas e sistematizadas a partir do método de análise FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças)². Além disso, para uma melhor representação das perspectivas, foram selecionados e incluídos alguns registros fotográficos realizados durante o período da pesquisa de campo. Tal método foi a base para o processo de construção dos cenários, em conjunto com as categorias de análise da interface rural-urbana, possibilitando a descrição dessas perspectivas em relação aos aspectos urbanos e rurais da área do Assentamento Marapicu e suas distintas escalas de análise.

A análise das categorias de interface rural-urbana partiu da interpretação das perspectivas dos agentes em relação às relações e interações entre rural e urbano no território do estudo de caso. A partir de alguns elementos territoriais destacados, tanto nas perspectivas dos agentes quanto no levantamento de campo, visa-se categorizar e explicitar no território alguns dos pontos destacados, através da associação de palavras-síntese a aspectos físicos do espaço, tais como limites de áreas, eixos de infraestrutura, pontos importantes de reuniões. Esses elementos apresentam diferentes atributos que possibilitaram especificar diferenças entre as categorias de análise, tais como características de transformação, conexão, negação e barreira.

Por fim, a construção de cenários foi desenvolvida na terceira etapa, visando explorar as múltiplas possibilidades de leitura da realidade sócio-espacial levantada e analisada através da descrição das perspectivas dos agentes e das categorias de análise da interface rural-urbana. Esse método contribuiu para a compreensão das relações entre rural e urbano, ampliando as questões pertinentes nos procedimentos anteriores sobre a interface rural-urbana do Assentamento Marapicu nas distintas escalas de análise do território. A partir dos métodos anteriores, foram criados e discutidos os cenários possíveis apontados pelos

² Esse método consiste em um instrumento de avaliação construído a partir do denominado Gráfico FOFA, ou Gráfico SWOT (*Strength, Weakness, Opportunity and Threat*), utilizado por gestores públicos e pelos movimentos sociais no Brasil (descrito no capítulo 3).

agentes. Tais cenários podem ser utilizados em futuros processos de tomada de decisão relativos ao planejamento urbano e regional de territórios metropolitanos.

As três etapas de pesquisa estão relacionadas aos três capítulos que estruturam o trabalho. O primeiro capítulo apresenta uma discussão sobre o tema interface rural-urbana como uma possibilidade de conceito que contemple as múltiplas facetas de rural e urbano no território, bem como acerca do planejamento territorial voltado ao contexto contemporâneo, destacando as disputas e conflitos entre os agentes que atuam no território. Além disso, apresenta-se a trajetória do planejamento territorial no Brasil e os atores sociais do campo como os mais novos agentes envolvidos nas políticas públicas urbanas depois do ECidade, sobretudo, na escala metropolitana.

O segundo capítulo corresponde ao estudo de caso e aponta as disputas e os conflitos existentes entre os agentes que atuam no território, em relação às delimitações e definições entre rural e urbano. Faz-se a contextualização do Assentamento Marapicu e sua inserção no território metropolitano e municipal. Na escala metropolitana são apresentados os aspectos sobre o padrão de ocupação do território, bem como a respeito do planejamento e gestão territorial, apontando questões estatísticas controversas entre os dados sobre as áreas urbanas e rurais, sobretudo aqueles voltados aos assentamentos da Reforma Agrária. Na escala municipal, descreve-se o processo de ocupação rural, urbana e rural-urbano de Nova Iguaçu, destacando a luta e a resistência do movimento social do campo. Além disso, a fim de caracterizar a comunidade de assentados rurais como um dos principais agentes-chave da pesquisa, apresenta-se o histórico sobre a formação e organização sócio-espacial do Assentamento, bem como o perfil das famílias; a regularização fundiária dos lotes e as características de habitação, serviços e infraestrutura; as atividades produtivas.

O terceiro capítulo corresponde, por sua vez, às análises de dados, e apresenta a descrição da perspectiva dos agentes-chave (comunidade de assentados e gestores públicos) sobre a interface rural-urbana de Marapicu. Visando extrapolar a dicotomia das definições e delimitações entre rural e urbano no território, são apresentadas as categorias de análise da interface rural-urbana, criadas a partir de elementos territoriais observados na pesquisa, situados em áreas rurais e urbanas. Ao final, são apresentados cenários possíveis que mostram os distintos focos de entendimento em relação à interface rural-urbana de Marapicu, como foco nas perspectivas dos agentes.

1 INTERFACE RURAL-URBANA E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

A herança deixada pelo vocabulário que descreve os espaços não urbanos – rural, interior, hinterlândia – está enquadrada em um fundamento bastante externalista que tende a diferenciar esses espaços em termos analíticos e espaciais com relação às zonas tradicionalmente urbanas das cidades [...] A “não cidade” não pode mais ser vista como algo exterior ao urbano; ela vem se transformando em terreno estrategicamente essencial para a urbanização capitalista (BRENNER, 2016, p. 10)

O capítulo tem o objetivo de apresentar algumas reflexões teóricas sobre os temas de interface rural-urbana e planejamento territorial, visando analisá-los no contexto brasileiro. Primeiramente, são apresentadas algumas reflexões sobre definições sobre rural e urbano, bem como suas relações e interações, através de autores de Geografia Política, Planejamento Urbano e Regional, Desenvolvimento Regional e Sociologia, tais como Choay (1996), Graziano da Silva (1997), Harvey (2005), Lefebvre (1978), Souza (2010) e Veiga (2002). Busca-se com isso, partir de um conceito inicial de interface rural-urbana que possa integrar as questões rurais e urbanas no território, tendo como base algumas definições de autores, como Asensio (2005), Miranda (2008) e Pryor (1969), os quais buscaram caracterizar e classificar as áreas periurbanas, através de inúmeros termos (periurbano, área periurbana, periurbanização, franja urbana, borda urbana, margem urbana).

Em um segundo momento, apresenta-se os tópicos pertinentes ao planejamento territorial relacionado às questões contemporâneas do território, a partir de autores como Haesbaert (2012), Santos (2008), assim como o delineamento de uma trajetória sobre o planejamento territorial no Brasil, desde a década de 1920, a partir de autores como Cymbalista (2011), Ianini (1971), Feldman (2012) e Rolnik (1997). Por fim, busca-se destacar a falta de planejamento territorial nas áreas rurais, conforme Rech e Rech (2010), e atuação dos assentados rurais da Reforma Agrária como os mais novos atores sociais envolvidos nos processos de política urbana no Brasil, sobretudo de caráter participativo, como estabelecido no ECidade e, também, no EMetrópole.

Assim como destaca Brenner (2016), a hinterlândia das cidades vem sendo desconsiderada como um espaço importante e estratégico para as cidades. Ao mesmo tempo, justamente as áreas externas às cidades têm sido estratégicas para a expansão da urbanização capitalista, a qual não contempla alguns dos modos de vida rural, como o caso dos assentados rurais da Reforma Agrária no Brasil. Isso se deve, em parte, pela falta de [re]conhecimento e interesse dos profissionais da área de Planejamento Urbano e Regional

em relação às áreas rurais e periurbanas, o que tem gerado processos de marginalização de espaços e populações, principalmente por esses profissionais estarem atrelados aos meios de reprodução capitalista do solo (rural e urbano). Mas, sabe-se que tais áreas são caracterizadas por uma multiplicidade de espaços e populações que não pertencem à cidade e, sim, ao campo. Além disso, essas áreas podem ter características distintas, desde um ambiente rural mais característico, com percentuais maiores de população ativa agrícola, até áreas que mantêm relações e interações diretas com um urbano em expansão – justamente onde as disputas e conflitos se estabelecem de forma mais intensa no território, principalmente em contextos metropolitanos.

Há ainda muitas controvérsias sobre as definições do que seja cidade, urbano, campo e rural. Não são nem sinônimos, como cidade e urbano ou campo e rural, e nem são antagônicos, como, no caso, cidade e campo ou urbano e rural. Tais controvérsias implicam em conflitos de definições e de delimitações físicas de áreas rurais e urbanas, utilizadas como tais no planejamento territorial. Atualmente, o território contemporâneo explicita, de forma mais clara, as disputas e os conflitos de agentes que atuam no território, tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas e periurbanas, e provoca o debate sobre novas formas de interpretar esse território e suas múltiplas facetas. As questões rurais e urbanas podem ser hoje apresentadas tanto a partir de parâmetros dicotômicos e antagônicos quanto de coexistência e multiplicidade. Para tanto, é importante o desafio de deslocar o olhar urbano-centrado na cidade para as áreas rurais e suas relações com a borda rural-urbana, vislumbrando oportunidades de entender definições mais contemporâneas voltadas ao planejamento territorial.

1.1 RELAÇÃO ENTRE RURAL E URBANO NO TERRITÓRIO

A relação entre rural e urbano, assim como os conceitos voltados a áreas e elementos territoriais que são caracterizados a partir de definições de rural e urbano, parte de predefinições históricas que hoje são questionadas na perspectiva contemporânea do território. É importante o conhecimento de algumas reflexões sobre rural e urbano para que se possa compreender estes questionamentos, assim como novos conceitos que estão sendo propostos e desenvolvidos, os quais visam abranger as disputas e as multiplicidades de espaços no território. Nesse sentido, apresenta-se algumas reflexões teóricas sobre rural e urbano, de forma geral e aplicadas ao contexto brasileiro, a fim de que se possa propor um conceito inicial de interface rural urbana para ser utilizado ao longo da pesquisa e que seja apropriado aos aspectos múltiplos do território no Brasil.

1.1.2 Reflexões sobre rural e urbano

As definições sobre o que vem a ser rural ou urbano partem de construções conceituais e institucionais que representam, ao longo da história, as distintas disputas pela produção do espaço no território. Tais disputas têm a cidade e as questões urbanas como os principais protagonistas. *Rural*, enquanto adjetivo, foi construído em oposição a *urbano*, possuindo inúmeros significados, dentre os quais se destaca o sinônimo de agrário ou agrícola e, por isso, tem sido referido, na maior parte das vezes, como um meio de produção, que visa a suprir a demanda alimentar da cidade. De forma hegemônica, tradicionalmente o meio rural vem sendo direcionado e caracterizado principalmente através do uso, exploração e ocupação do solo, e, mais recentemente, através da proteção ambiental – também visando o suprimento de recursos naturais para a cidade. Porém, o rural apresenta uma diversidade de aspectos tanto de espaço quanto de populações que se caracterizam por um modo de vida diferenciado do meio urbano.

Até a metade do século XX, a interpretação de rural e urbano estava pautada em definições dicotômicas e antagônicas, a partir do conceito de área rural como o espaço não-urbano e vice-versa. Até então, havia uma definição mais clara e uma ruptura nítida entre ambos os espaços, pois os limites físicos eram mais evidentes. Segundo alguns autores, no mundo em rápida e constante transformação, as distinções entre campo e cidade parecem se esvaecer na medida que novas formas de assentamentos humanos se reproduzem e as relações e articulações entre rural e urbano se acentuam (ASENSIO, 2005; ENDILICH, 2010). Nas abordagens marxistas, por exemplo, a ruptura entre o campo e a cidade baseava-se na divisão do trabalho, associando o material (meio físico) ao campo e o espiritual (meio intelectual) à cidade. Essa divisão foi causa da primeira denúncia das classes sociais. Para o campo específico da Geografia, Lefebvre (1978), parte dessa abordagem como base para o reconhecimento da diferença entre ambos, como um exercício de reflexão sobre o campo e a cidade.

A ruptura entre rural e urbano passou a ser questionada, após a Segunda Guerra Mundial, quando as áreas rurais passaram a ser afetadas em suas distintas dimensões – espacial, social, econômica, cultura e ambiental – pelos processos de urbanização, baseados na industrialização. Mais tarde, essa urbanização foi descentralizada dos usos urbanos, promovendo uma expansão do modo urbano de produção de forma generalizada como um modo de vida e ocupação do espaço.

Segundo Asensio (2005), historicamente o campo-rural e a cidade-urbana estabeleceram uma relação recíproca, mesmo que desigual. Para esse autor, o campo-rural supria a cidade-urbana com os produtos agropecuários, enquanto a cidade-urbana organizava

o comércio, a economia, a sociedade e o território como um todo (rural e urbano). O autor destaca que, a partir da Revolução Industrial, os processos de industrialização e urbanização se desenvolveram concomitantemente aos processos de desruralização e êxodo rural. A relação entre campo-rural e cidade-urbana passou a ser de domínio e dependência, influenciando uma imagem negativa do até então considerado mundo rural, ou mundo agrário, pois esse passou a se transformar em reserva para a expansão urbana.

No final da década de 1920, buscando superar a ideia dicotômica entre os termos rural e urbano, Sorokin e Zimmerman (1929 apud ASENSIO, 2005) desenvolvem uma teoria sobre o conceito de *continuum* rural-urbano. Esses autores representam um ponto de inflexão acerca das reflexões sobre uma transformação gradual das áreas rurais em urbanas. Para eles, haveria uma transformação inevitável de um mundo rural para um mundo urbano através de um *continuum* agrário (rural) até um *continuum* de densidade (urbano). Essa teoria representou a perspectiva da Sociologia Rural mais tradicional, que recebeu críticas a partir da década de 1980, pois as variáveis utilizadas (densidade populacional, tamanho da comunidade e mobilidade social, etc.), diferenciavam o mundo rural do urbano a partir de uma relação comparativa, tendo os aspectos urbanos como referência. Por isso, o mundo rural passou a ser qualificado de forma menor e homogênea, construindo a ideia de que estaria em uma fase anterior em relação ao mundo urbano.

Camarero (1993), por exemplo, critica tal teoria, pois essa aponta a dissolução paulatina de rural em urbano e não determina uma interação ou uma interdependência entre ambos. O autor destaca e contrapõe que a área rural é de fato um espaço heterogêneo e fragmentado no território, onde há partes que continuam os processos urbanizadores e outras que passam a valorizar novas atividades de um rural seletivo (qualidade ambiental, paisagem cultural e residência). Além desse, outros autores, como Kayser (1990), também defendem a ideia de um renascimento do rural, de uma ruralidade, relacionando-a a uma revalorização de um novo rural, a partir do redirecionamento de novas funções – ambientais, culturais, paisagísticas, residenciais, de lazer e industriais.

Nas últimas décadas, portanto, o significado de rural passou a ser revisitado, sobretudo devido ao desenvolvimento de novos meios de infraestrutura de transporte, informação e tecnologia, além dos inúmeros problemas urbanos que foram sendo criados com a expansão das cidades. O território como um todo, passou a ser o *locus* de discussão, pautado na integração dos processos de globalização. O território incorpora tanto as áreas urbanas, relacionadas às cidades, quanto as rurais, de forma mais ou menos conectada, sob o ponto de vista socioeconômico.

Por outra perspectiva, paralelamente a essas novas interpretações de rural, outros autores vislumbraram que haveria uma forma híbrida entre rural e urbano, na qual, inevitavelmente, haveria uma urbanização completa do território. Tal perspectiva seguiu a teoria de uma revolução urbana, da sociedade urbana de Lefebvre (1999), que associou a urbanização aos processos de industrialização crescente em todo o território. Pela perspectiva lefebvriana, o rural designa uma condição de vida precária, a qual será superada material e culturalmente. Esse autor considera essa superação como um processo que incorpora as contradições que permeiam o capitalismo, o qual atingirá toda a sociedade. Nesse sentido, a condição de vida urbana passa a ser uma nova condição inevitável que gerará uma nova sociedade. Nessa sociedade (urbana), para o autor, o mundo rural passará a significar uma limitação, enquanto o mundo urbano, a possibilidade de uma superação da condição precária da vida rural.

Tanto a perspectiva de um renascimento do rural, como a de uma sociedade urbana como um todo, estão atreladas a concepções de rural e urbano pautadas em questões dicotômicas. Há ainda um predomínio da associação de urbano e cidade a símbolos de modernidade, sob o ponto de vista econômico e tecnológico, voltados ao futuro, ao passo que rural, ao contrário, segue como associado ao campo através de aspectos retrógrados de passado, de atrasos cultural, social e econômico. Tais definições pautaram a relação rural-urbana através da desigualdade e de uma perspectiva urbano-centrada da cidade.

Por trás dessa discussão, corroborando com Rua (2005), está a racionalização do espaço, que marca a sociedade contemporânea, organizada a partir da cidade, da industrialização e, mais recentemente, da terceirização – bases operativas da reprodução do capitalismo e da visão burguesa de mundo. Esse autor explica que tais definições hierarquizadas e polarizadoras são fruto de análises da sociologia funcionalista norte-americana, as quais influenciaram a visão de rural como resíduo, pois seria, nas áreas urbanas da cidade, que estaria a concentração do poder político, do modo de viver, de pensar e de agir de forma civilizada. A concepção de rural, portanto, foi construída em oposição a essa forma civilizada, em uma perspectiva competitiva e não complementar, típica da visão de mundo capitalista.

Porém, cabe destacar que as considerações teóricas sobre o que caracteriza o rural e o urbano, se modificam conforme o período histórico e se apresentam de acordo com diferentes perspectivas. De qualquer forma, essas influenciaram o que se tem hoje como parâmetros para as suas definições nos mais variados países. Conforme ressalta Endlich (2010), os atuais critérios utilizados para essa diferenciação apresentam contradições pertinentes a cada perspectiva, mas, de qualquer forma, há um predomínio dos aspectos positivos da cidade em contraposição ao campo. Segundo essa autora, há quatro critérios

gerais. (i) limites oficiais (delimitação administrativa), (ii) patamar demográfico, (iii) densidade demográfica e (iv) ocupação econômica da população. O primeiro caracteriza rural e urbano como adjetivos territoriais, os quais tem gerado limites arbitrários entre ambos. O segundo e o terceiro, associam rural como dispersão e urbano como aglomeração, relacionando o tamanho populacional e sua concentração no espaço, considerando urbano como mera aglomeração e rural como resíduo, sem considerar a heterogeneidade existe em ambos. O quarto critério, por sua vez, associa os termos apenas as atividades econômicas (primárias ao campo; secundárias e terciárias à cidade), as quais estão, cada vez mais controversas, dada a multiplicidade de atividades desenvolvidas no campo.

Nenhum desses critérios corresponde à atual realidade rural e urbana, não sendo mais adequados para a compreensão da dinâmica da sociedade, apesar da finalidade pragmática que apresentam. Tais critérios partem da existência da cidade a partir do mundo urbano, confundindo e mesclando os conceitos de cidade e de urbano. Endlich (2010) destaca que, teoricamente, o requisito da noção de centralidade, na definição do que é cidade, pode auxiliar, mas não estabelece, necessariamente, os limites rígidos entre rural e urbano. Por isso, tais critérios não podem ser aplicados de forma descontextualizada, sem a análise da historicidade, presente nos fatos, e dos processos desenvolvidos, pois acabam sendo estáticos demais. A autora destaca, por exemplo, que há outras perspectivas que caracterizam rural e urbano a partir de aspectos sobre o modo de vida, os costumes e os hábitos, os quais não se limitam mais ao território. Nesse sentido, é importante entender que cidade e urbano não são mais a mesma coisa (CHOAY, 1996; ENCLICH, 2010).

Isso também é destacado por Choay (1996), indicando que os termos *cidade* e *urbano* que já não são sinônimos. Segundo essa autora, o termo *urbano* estaria diretamente relacionado a elementos situados em todo o território, independente dos limites da *cidade*, tais como as grandes estradas, os sistemas de transportes, as redes de abastecimento, etc. Ela explica que *urbano* está relacionado às redes técnicas criadas a partir das multiplicações das grandes cidades, conturbações urbanas, comunidades urbanas, tecnópoles e polos tecnológicos. Conforme a autora, com a era industrial e as concentrações demográficas sem precedentes, induzidas por essa cidade, tais associações foram abaladas.

A palavra *cidade* hoje tem um sentido institucional convencionado e variado em cada país, utilizado de forma indiscriminada por políticos e pela mídia, assim como pelos profissionais que a buscam entender ou lhe dar forma, como os arquitetos urbanistas, administradores e sociólogos. Na linguagem contemporânea, a autora explica que *cidade* continua designando o lugar ou o suporte estático de uma tripla comunicação entre troca de bens, informações e afetos. O termo *cidade*, portanto, segundo a autora, perdeu a relação que o ligava à técnica, fazendo com que essa esteja relacionada diretamente ao termo *urbano*.

A ideia de urbano e de urbanidade, dessa forma, se concretiza para além dos limites pré-estabelecidos da cidade, gerando uma superação de rural como um espaço pré-estabelecido. Para Endlich (2010), a cidade e o modo de vida urbano se separam, sendo a cidade limitada ao território pré-estabelecido como tal e o modo de vida urbano não. Para a autora, embora seja mantida a definição de cidade, o modo urbano a extrapola fisicamente e atinge territorialmente os limites de influência da cidade, apontando a compreensão de que rural e urbano não são mais restritos à compreensão de cidade e de campo, mas ao conjunto da rede urbana. O modo de vida urbano, vinculado ainda a ideia de cidade, estende-se até os limites geográficos alcançados pelos interesses, ações e conteúdo presentes nas cidades, os quais são representados pelos investimentos de agentes urbanos no campo. Nessa perspectiva, o modo urbano atingiu as áreas rurais, predominando a mentalidade econômica e o domínio monetário impostos pelos interesses urbanos da cidade no campo. Por esse viés, Endlich (2010) corrobora com a teoria da sociedade urbana de Lefebvre (1999), relacionando *ruralidade* e a *urbanidade* aos conceitos de rural e urbano como condições de vida, segundo uma perspectiva histórica que reconhece os avanços humanos e suas contradições.

Urbano ou urbanidades, portanto, passaram a estar situados tanto na cidade quanto no campo, extrapolando os conceitos e as delimitações dicotômicas entre cidade e campo, os quais tinham, até a Revolução Industrial, uma associação original e uma complementariedade que os unia. Cabe mencionar que, etimologicamente, a origem da palavra cidade veio do campo, da palavra *villa*, em Latim, a qual designava um estabelecimento rural autárquico: o núcleo das cidades medievais (CHOAY, 1996; MUNFORD, 1938). Urbano e urbanidades, em permanentes evoluções técnicas, suprimiram tais associações, em benefício a uma entidade que não é mais nem cidade e nem campo e, sim, tecnologia. Tal tecnologia, de codinome “urbano”, passou a extrapolar, desse modo, os conceitos e as delimitações dicotômicos entre rural e urbano.

Esse urbano consiste em um fenômeno demasiadamente complexo, como destaca Choay (1996), tanto para ser pensado em termos de causa e efeito quanto para ser analisado de forma sistêmica. Enquanto técnica, urbano e urbanidades estiveram simultaneamente implicados tanto na morfogênese do espaço urbano como na gênese das mentalidades e dos comportamentos urbanos. Segundo a autora, as etapas da transformação urbana foram balizadas pela técnica e, atualmente, estão marcadas de forma global pela sequência de inovações marcantes, que ampliaram a atuação e a transformação do espaço-tempo: industrialização da construção (verticalização e eletricidade); transportes (trens e automóveis) e redes de circulação viária; e as telecomunicações. A compressão do espaço pelo tempo propiciou a mutação da cidade, transformando-a em polos de atração em contrapartida à periferia, dois tipos opostos de movimentos e de implantações. Porém, como destaca a

autora, os polos de atração estão tanto associados às cidades quanto às aglomerações caídas de paraquedas em torno de: aeroportos (aerocidades); centros de pesquisa e universidades (polos tecnológicos) e megamáquinas comerciais ou culturais. A periferia, por sua vez, está associada aos espaços periféricos desses polos e está diretamente ligada à saturação progressiva das redes técnicas, bem como ao despovoamento geral e progressivo dos centros e dos núcleos urbanos históricos. Tal perspectiva vai além de uma dicotomia campo/cidade ou rural/urbano e sim a outras definições pertinentes ao território contemporâneo.

O termo “rurbanização” passou a estar associado a esses polos de atração, implantados de forma difusa em áreas rurais, como entidades urbanas discretas que acabaram, como aponta Choay (1996), dando lugar a uma urbanização universal, difusa e fragmentada. Dessa forma, os elementos físicos, relacionados ao modo de vida urbano, passaram a ser relacionados a um sistema de referência físico e mental, constituídos tanto por redes materiais e imateriais quanto por objetos técnicos. Tal sistema tornou-se um circuito conectado às relações entre o espaço, o tempo e os homens, de forma operatória, válida e passível de desenvolvimento em todos os lugares, tanto na cidade quanto no campo, assim como nos polos de atração e nas periferias. A autora refere-se, assim, a uma era pós-cidade, associando o sentido de cidade à noção de localidade, enquanto urbano a uma nova cultura planetária, ao mesmo tempo única e polimorfa de investir o espaço habitável. Há, assim, essa nova cultura difundida de forma hegemônica através de diversos neologismos (região urbana, distrito urbano, comunidade urbana, entre outros), em uma sociedade global, que é representativa desse urbano e é desvinculada de conceitos de enraizamento e pertencimento local exclusiva de uma ou outra cidade.

Nesse contexto, mesmo que os conceitos de cidade e urbano não sejam os mesmos, eles se relacionam nas inúmeras contradições e controvérsias que se refletem nas definições sobre o que seja rural ou urbano no território, enquanto cultura ou condição de vida. De forma geral, pode-se apontar que há, dentre as diferentes áreas do conhecimento, reflexões sobre rural e urbano que apontam para duas perspectivas diferenciadas: a de uma completa urbanização do espaço e a de um renascimento do rural. A primeira está diretamente relacionada à perspectiva urbano-centrada na cidade, a partir de uma visão dicotômica e que compartimenta o território em áreas urbanas e rurais, a partir da noção de que será inevitável a continuidade espacial urbana sobre as áreas rurais, ou seja, haverá um hibridismo entre ambas. Essa é a visão hegemônica debatida por autores, como Harvey (2005) e Lefebvre (1978), voltados às áreas de Geografia Política e Planejamento Urbano e Regional, dentro de uma visão crítica ao desenvolvimento capitalista desigual do território. A segunda, por outro lado, é a visão apresentada por autores voltados às áreas de Desenvolvimento Rural ou

Sociologia Rural, como Carneiro (1998) e Graziano da Silva (1997), os quais destacam outros, ou novos, olhares através de releituras das questões rurais. Esses autores criticam a visão hegemônica de urbanização total do território e mostram que há, ao mesmo tempo, uma reafirmação do rural como um espaço culturalmente diferenciado do urbano. Há, portanto, como os autores de ambas as perspectivas buscam, uma necessidade atual de ressignificações sobre as relações entre rural e urbano, devido às distintas interpretações de suas facetas que configuram o território contemporâneo. Nesse sentido, busca-se um viés que vá além da dicotomia rural-urbano, mais próximo do que Choay (1996) apresenta como um elemento, de codinome 'urbano', que representa o que se pode definir como uma interface rural-urbana no território, independente desse constituir área rural ou urbana.

1.1.3 Relação rural-urbana no contexto brasileiro

No contexto brasileiro, as reflexões sobre rural e urbano, bem como a relação rural-urbana, tiveram alguns desdobramentos e discussões pertinentes, como campo de análise de tais conceitos aplicados ao território. A questão do País ser, mais ou menos, urbano foi tema de alguns autores que questionaram as distintas perspectivas sobre a completa urbanização ou o renascimento do rural, segundo, muitas vezes, os interesses políticos e econômicos hegemônicos.

A partir das últimas décadas do século XX, a industrialização dos processos agrícolas e agropecuários, no País, causaram profundas transformações no modo de vida da população rural. Tais transformações foram acompanhadas por novos olhares, que incluíam tanto a dicotomia rural-urbana quanto as novas representações do espaço, a partir de novas concepções apropriadas ou criadas, tais como: *rurbanização*, *rururbano*, *rurbano*, além dos conceitos já discutidos de *ruralidade* e *urbanidade* (CARNEIRO, 1998; FREYRE, 1982; GRAZIANO DA SILVA, 1997; RUA, 2005). O precursor de novas concepções, como rururbano, foi Graziano da Silva (1997), que buscou caracterizar o “novo rural brasileiro”, através do “Projeto Rururbano”, desenvolvido entre 1981 e 2003.

Esse autor chamou a atenção para as transformações ocorridas, nas décadas de 1980 e 1990, quando a diferenciação entre rural e urbano não era mais tão clara como anteriormente. Nesse período, as atividades primárias e secundárias não se restringiam mais ao campo e à cidade, respectivamente, a exemplo dos complexos agroindustriais construídos fora dos limites da cidade. Tais complexos – polos de atração de Choay (1996) – eram interligados às dinâmicas de sistemas e redes econômicas, assim como às novas atividades não agrícolas desenvolvidas no campo, tais como lazer, turismo, residência e preservação ambiental. Graziano da Silva (1997) denominou essas novas atividades desenvolvidas pelas populações rurais como “pluriatividades”, visando conceituar a multiplicidade que passou a

caracterizar o novo modo de vida rural desde então, o qual se tornou a marca de um “novo agricultor” residente em um “novo rural”.

Segundo esse autor, as atividades não agrícolas que mais cresceram no Brasil estavam relacionadas à indústria, em especial à agroindústria. Além dessa, as atividades de sítios de recreio, ou chácaras, localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos ou próximas às áreas de preservação ambiental também cresceram, criando novas demandas de habitação (segunda residência), trabalho e circulação entre as áreas rurais e urbanas. Sob o ponto de vista espacial, a ideia de rururbano trouxe a perspectiva de uma extensão da área urbana sobre a área rural, mesmo entendendo que foram os processos de industrialização e as distintas atividades urbanas, que provêm da cidade, ou seja, as redes técnicas urbanas, e não a cidade em si, como mencionado anteriormente através de Choay (1996) e de Endlich (2010).

Esse “novo rural” (rururbano) sofreu algumas críticas, como a de Rua (2005), que ressalta os novos sentidos dados ao meio rural, enquanto esse se mantinha atrelado apenas a uma visão produtivista do espaço voltado à demanda da cidade. Para esse autor, o novo passou a existir justamente com as relações, cada vez mais complexas, desenvolvidas entre a cidade e o campo, diferenciando cada vez mais o rural do agrícola, assim como o *urbano* da *cidade*. Para ele, rural e urbano se integraram, sem se tornarem a mesma coisa, pois o rural seguiu assumindo e preservando suas especificidades. Porém, era emergente a necessidade de revisão conceitual e compreensão do que estava ocorrendo com os meios rural e urbano no Brasil. Esse autor buscou, assim, discutir as ressignificações de rural para além das relações dialéticas entre campo/cidade e rural/urbano. Ele destacou a questão de uma urbanidade que passou a existir no espaço rural, mas reforçou a ideia de uma diversidade territorial nas áreas rurais nos tempos atuais.

O autor contribuiu com ideia de que as interações urbano-rurais foram geradoras de espaços híbridos. Porém, tais espaços formaram-se a partir de uma integração que afirmou as questões rurais. Dessa forma, houve a possibilidade de considerar a multiplicidade territorial e a coexistência de distintos espaços, os quais estão em constantes mutações. Rua (2005) buscou ir além da visão simplificada de que as áreas rurais eram meras variações das urbanas, trazendo a percepção de rural e de urbano como resultados de interações múltiplas e não hierarquizadas. Para ele, algumas particularidades e singularidades que surgiram recentemente nas áreas rurais atraíram fatores externos urbanos, tais como as malhas rodoviárias que geraram um dinamismo na expansão de urbanidades – associadas ao turismo, veraneio, especulação imobiliária, estruturação de mercado de trabalho, novos empreendimentos e pessoas de outras localidades para trabalhar ou residir, afetando a identidade territorial dos habitantes locais. Além disso, o autor destaca que o rural passou a

ser consumido como mercadoria, incorporado aos discursos políticos e midiáticos, pois passa a se transformar em uma referência cultural para a sociedade como um todo. Dessa forma, esse autor tentou ultrapassar a dicotomia tradicional rural/urbano através de novas territorialidades, as quais caracterizavam a fama de elementos locais importantes, diferentemente da ideia globalizadora de urbanização.

Assim como Rua (2005), outros autores, como o caso de Carneiro (1998), tentaram resignificar as rápidas transformações ocorridas de forma acelerada nas áreas rurais, valorizando as questões locais, sem que o espaço rural seja consumido pela expansão da racionalidade urbana. Essa autora discute as noções de urbano e rural como categorias simbólicas. Destaca o conceito de *ruralidade* como a denominação dada a essas novas identidades construídas em cada local. Dessa maneira, o espaço rural passa a ser reconhecido através de seus bens simbólicos e materiais, assim como suas práticas culturais, reconhecidos como tipicamente rurais. O importante, segundo ela, é buscar, através da noção de pluriatividade, de Graziano da Silva (1997), e do ponto de vista dos agentes sociais, os significados dessas práticas que operam na interação entre o campo e a cidade.

A partir disso, a definição de rural passou a se tornar mais ampla, para além de um espaço de produção, associado também a um bem público, caracterizado como patrimônio natural, histórico e cultural. As questões de público e privado passaram a fazer parte da heterogeneidade do espaço nas áreas rurais. Tomaz de Souza (2006) explica que há tanto o espaço privado, voltado à produção e reprodução de uma determinada parcela da população, quanto o espaço público, voltado à preservação da natureza, da paisagem e do patrimônio, assim como da soberania alimentar e da manutenção do tecido social. Como exemplo desse último item, cabe mencionar as primeiras ocupações de terras em áreas rurais, iniciadas na década de 1980, que tinham como objetivo os processos de reforma agrária, nos quais a propriedade da terra era de responsabilidade do Estado e o direito de uso de comunidades rurais.

Pragmaticamente, porém, o País segue com as definições e critérios que estabelecem o que seja rural e urbano a partir da legislação que utiliza ainda parâmetros de contraposição – a área rural é definida como a área que não é urbana. Não houve ainda a atualização das discussões sobre rural e urbano na legislação pertinente. Ainda é utilizado como referência um decreto da década de 1930 – Decreto Lei n. 311/1938, no qual, legalmente, se define como urbana a área e a população localizadas dentro do perímetro urbano da cidade (sede de um município) ou da vila (sede de um distrito), e, rural, a área e a população localizadas fora de tais delimitações. Desde então, esse Decreto uniformizou todas as sedes municipais e distritais brasileiras como condição de área urbana, independente de características estruturais, funcionais, concentrações populacionais e escalas. Como mencionado

anteriormente, através de Enlich (2010), os critérios utilizados apresentam todas as contradições dessa perspectiva de caracterização.

A partir da Constituição de 1988, a delimitação física entre as áreas rurais e urbanas, representadas pelo perímetro urbano, passou a ser determinada por legislação municipal, as quais são, muitas vezes, estabelecidas de forma arbitrária e de acordo com os interesses políticos e econômicos dos grupos que estão no poder local. Essa delimitação incide diretamente na aplicação dos dois diferentes impostos territoriais, o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto Territorial Rural (ITR), respectivamente, administrados nas escalas municipal e federal. Nesse sentido, a questão da arrecadação fiscal passou a ser importante em tais definições. Mais recentemente, desde 2001, com o ECidade, a descentralização da política urbana na escala local acabou direcionando, no âmbito orçamentário, pressões para a expansão do perímetro urbano para as áreas rurais, como perímetros ilusórios. Muitos municípios passaram a transformar as áreas rurais em rurubana, visando à concentração e ao controle sobre o planejamento territorial associado à arrecadação em todo o território municipal. Além disso, segundo destaca Duarte (2007), atualmente as políticas de desenvolvimento urbano e regional, no Brasil, têm levado em conta a diversidade de municípios, citando o trabalho que o Ministério das Cidades realizou sobre a revisão de planos diretores em cidades com mais de 20 mil habitantes. Nesse estudo fica evidente que há uma grande variação entre os espaços denominados de cidade (área urbana) e o restante do território municipal (área rural).

Portanto, os dados referentes à urbanização brasileira ainda são controversos, abrindo diversas discussões sobre a questão do País ser mais urbano ou mais rural, tanto no âmbito pragmático quanto conceitual. Alguns autores, como Veiga (2002) e Souza (2010), destacam a necessidade de redefinições e delimitações espaciais e conceituais, mostrando que há dados diferenciados em relação às predeterminações estabelecidas dos pelos institutos e órgãos de estatística do Estado. Segundo eles, os dados utilizados para as definições de áreas rurais e urbanas, apresentam problemas conceituais e metodológicos. Veiga (2002), por exemplo, ressalta que o Brasil é menos urbano do que se calcula, apontando as interpretações equivocadas da realidade rural, ao mesmo tempo em que o País é considerado urbanizado pelo fato de concentrar a maioria da sua população em áreas consideradas urbanas.

A grande maioria dos municípios brasileiros tem menos de 20.000 habitantes. Mesmo definidos como aglomerados rurais, alguns municípios têm sua classificação como município urbano, conforme os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o último censo, a população urbana brasileira somava cerca de 161 milhões de habitantes, enquanto a população rural era de 30 milhões, ou seja, 84% urbana e 26% rural

(IBGE, 2010). O problema é que o IBGE não considera os critérios de densidade demográfica e de localização, nem as características sócio-espaciais específicas, mas apenas o tamanho populacional de cada município (SOUZA, 2010; VEIGA, 2002). Veiga (2002) aponta uma série de equívocos sobre esses dados, evidenciando os interesses políticos e econômicos voltados ao objetivo de urbanizar todos os municípios, ao mesmo tempo em que 80% dos municípios brasileiros se configuram em realidades rurais e tendem a se expandir com tais características.

No campo político, há de se considerar que foram recentes o respaldo e a atualização do “mundo urbano” brasileiro. Foram legitimadas, apenas no início do século XXI, as políticas urbanas nacionais, pautadas especialmente nas discussões do movimento da reforma urbana, as quais contribuíram para a implementação do ECidade, em 2001, e, mais tarde, para a criação do Ministério das Cidades em 2003. A partir de então, a atuação e a responsabilidade das administrações municipais foram ampliadas em relação ao planejamento do território municipal, incluindo as premissas de gestões mais democráticas, nas quais vem sendo inserida, inclusive, a participação de populações rurais. Porém, há ainda uma falta de sintonia entre as políticas públicas que atingem as relações entre rural e urbano no território. Mesmo com mais de dez anos de aplicação desse estatuto e a grande maioria dos municípios tendo (re)elaborado seus planos diretores, foram poucos os avanços no que diz respeito às delimitações e relações entre as áreas rurais e urbanas. Na maioria dos planos diretores que constam áreas rurais, normalmente, essa se torna um item que será melhor definido posteriormente, em legislação específica – o que acaba não ocorrendo, deixando em aberto parte do território e suas características.

Em contrapartida ao mundo urbano, o mundo rural brasileiro não é tão recente assim nas políticas públicas e nas discussões teóricas. Até a segunda metade da década de 1990, o rural ainda era basicamente sinônimo de agrícola no País, associado à ideia produtivista de espaço. Mas, a partir de então, as questões rurais passaram a ser revistas e (re)conceituadas, como mencionado, especialmente por influência de pensadores e estudiosos que abordam temas como desenvolvimento, preservação ambiental, enfoque global/local, atividades não agrícolas no rural e inter-relações entre rural e urbano (CARNEIRO, 1998; FREYRE, 1982; GRAZIANO DA SILVA, 1997; RUA, 2005; SCHNEIDER, 2004; SOUZA, 2010; VEIGA, 2002). Tais questões orientaram algumas políticas e atuações nas áreas e populações rurais e a gestão e intervenção do Estado sofreram alterações, com a descentralização de algumas políticas públicas federais, como, por exemplo, a da agricultura familiar.

De qualquer forma, as distorções e contradições sobre as definições de rural e urbano seguem sendo debatidas, sendo necessária uma ampliação das mesmas para uma melhor compreensão das distintas realidades rural, urbana e suas interfaces. Os estudos sobre a

ruralidade no País permeiam tanto a hipótese de uma completa urbanização quanto de um renascimento do mundo rural. A utopia da sociedade urbana de Lefebvre, conforme Endlich (2010), por exemplo, ainda não se concretizou com a qualidade prevista, nem no Brasil e nem no restante do mundo, mas persiste em uma perspectiva positiva de avanço social e político. Por outro lado, essa autora ressalta que, pelo viés do modo de vida e da civilização urbana, talvez o Brasil seja, sim, mais urbano do que se imagina, contrapondo a perspectiva de Veiga (2002). Para ela segue a ideia de que o que impulsionou as atividades consideradas como “novo rural”, na ideia de uma ruralidade, foram de fato demandas urbanas. Nesse sentido, a urbanização ocorreu e segue ocorrendo em todo o território, caracterizando-o como um espaço híbrido que apresenta tanto características rurais quanto urbanas ao mesmo tempo.

Veiga (2006), mais recentemente, depois de defender a ideia de um país mais rural do que parece, ressalta que, no fim, nenhuma das duas perspectivas, como hipótese, se concretizou. Por isso, o autor passou a defender uma terceira perspectiva em relação às questões urbanas e rurais. Para ele, houve um nascimento de *outra ruralidade*, a partir da atuação da globalização nas áreas rurais, tanto na dimensão econômica quanto na ambiental. Economicamente, as cadeias produtivas (comércio e fluxos financeiros) tornaram as áreas rurais cada vez mais periféricas em relação às novas hierarquias regionais, formando, assim, territórios excluídos das grandes dinâmicas da economia global. Por outro lado, ambientalmente, os recursos naturais (fontes de energia e biodiversidade) se tornaram cada vez mais conservados e, por isso, inacessíveis para muitos. Dessa forma, porém, o autor ressalta essa outra ruralidade só pode existir em situações de grande prosperidade socioeconômica, para que seja possível impulsionar, simultaneamente, tanto o aproveitamento econômico quanto a conservação da biodiversidade (repercussões paisagísticas e a alteração da matriz energética mediante o aumento de fontes renováveis). A globalização estaria potencializando, dessa forma, os valores dos recursos naturais existentes no mundo rural, se tornando uma nova qualidade enquanto outra ruralidade até então não explícita, na qual há uma capitalização do solo a partir da preservação ambiental.

De forma geral, hoje no Brasil, o desafio de qualificar o que hoje venha a ser rural ou urbano tem sido potencializado, de acordo com Enlich (2010), por três fatos: (i) inserção das novas atividades desenvolvidas no campo: diferentes das tradicionais, são caracterizadas pela incorporação de novos produtos agropecuários, industriais, prestação de serviço e atividades de entretenimento, as quais levaram a definição do “novo” rural brasileiro no País – com o adjetivo de novo de acordo com a aceção de rural adotada; (ii) avanços técnicos e a atual reestruturação capitalista: voltados à desconcentração espacial das atividades econômicas em áreas pouco densas ou não metropolitanas; e (iii) falta de uma definição oficial criteriosa sobre o que é cidade: voltadas ao âmbito pragmático, as discussões passam pelas

questões sobre os limites entre urbano e rural, bem como pelos problemas das definições de perímetros urbanos e classificação de áreas para fins censitários. Tais questões apontam para que as discussões sobre as definições dicotômicas e novos conceitos sejam mais debatidos e melhor apropriados às políticas públicas voltadas à perspectiva do território contemporâneo, na qual haja a inserção de uma multiplicidade de aspectos.

A definição sobre a realidade rural contemporânea, construída pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), está orientada a uma concepção de rural e de ruralidade contemporâneas que incorporam as singularidades existentes no meio rural, sem, necessariamente, contrapor-la às questões urbanas. Os autores desse Instituto, como Miranda e Silva (2013), ressaltam que tal concepção pode ser também associada a uma tipologia, uma unidade sócio-espacial, caracterizada e delimitada de diferentes formas. Esses autores apresentam o rural e a ruralidade como objetos de reflexão, permeados pelas disputas e controvérsias históricas e teóricas, tanto no campo acadêmico quanto em referências de planejamento, formulação e implantação de políticas públicas. Tais definições buscam fomentar iniciativas de integração territorial, através da promoção de sinergias entre demandas rurais e urbanas.

A multiplicidade de territórios, espaços e agentes que atuam nas áreas rurais no Brasil não é compreendida justamente pelo fato do olhar sobre essas áreas ser permeado por definições voltadas ao fato de ser um espaço periférico e residual das áreas urbanas. Outros autores do IICA, como Delgado et al. (2013), apontam que é possível estabelecer novas tipologias de áreas rurais no Brasil, a partir de diferentes formas e relações de interdependência e complementaridade entre as áreas rurais e os centros urbanos. Para esses autores, o rural não se reduz a uma imagem ou a uma representação e, por isso, não pode ser percebido como um espaço delimitado previamente, com atividades econômicas ou formas de organização estabelecidas, pois esse espaço corresponde ao produto de inter-relações e, por isso, o mesmo não existe como uma realidade pré-constituída, ou seja, é possível ser criado de diferentes formas, em diferentes escalas e por diferentes sujeitos sociais.

De forma geral, Delgado et al. (2013) destacam que três das principais abordagens que nortearam as interpretações sobre o meio rural como um objeto de estudo ao longo da história, no Brasil, foram pautadas em definições funcionais de ruralidade, definidas em contraposição ao meio urbano, tanto na oposição dualista quanto na visão de *continuum*. Além disso, tais definições associavam a produção agrícola inserida nas dinâmicas capitalistas de acumulação, através do conjunto de abordagens que se aproximam da economia política, concentrando a atenção nas formas de organização da produção agrícola no âmbito nacional e internacional, incluindo o rural como estrutura de relações sociais e interação do homem

com a natureza. Nesse sentido, a ruralidade passou a ser associada a um espaço de vida rural, vinculados a valores sociais, culturais e morais. Tais definições foram desenvolvidas a partir de crescentes esforços que buscaram apenas definir estatisticamente o rural e tipificar as regiões rurais, se aproximando de uma perspectiva funcionalista.

Os autores identificaram que há tensões entre os referenciais de ruralidade, que dialogam com as especificidades locais (valorização dos atores sociais, redes de relações, cultura, ambiente social e ecológico), e outros enquadramentos que diferenciam as regiões rurais em função das possibilidades de se inserirem competitivamente nos mercados globais. As análises de referenciais de ruralidade e de tipologias de caracterização de áreas rurais, institucionalizadas em políticas públicas, mostram que a produção social do espaço rural não pode ser reduzida às representações formalizadas em estatísticas, marcos regulatórios ou instrumentos de intervenção governamental, pois devem envolver “a coprodução entre discursos e materialidades, processos e práticas, natureza e sociedade” (DELGADO et al., 2013, p. 161). É importante que se possa compreender como são desenvolvidas as práticas sociais nas áreas rurais e quais são os discursos pertinentes e agentes que atuam em distintas redes que articulam os espaços rurais entre si e para com os espaços urbanos.

Portanto, as discussões sobre a relação rural-urbana, no contexto brasileiro, seguem sendo aprimoradas entre distintas áreas de conhecimento, seguindo as reflexões sobre rural e urbano. Porém, nem sempre trazem, de forma explícita, os conflitos e as disputas de espaços estabelecidas entre agentes nos distintos territórios, sejam esses caracterizados como rural, urbano ou rural-urbano. Para tanto, é importante que seja possível o deslocamento do olhar hegemônico que parte do centro urbano para as áreas rurais e periurbanas, a fim de apropriar as perspectivas que apontam à multiplicidade de espaços, suas facetas, agentes e redes.

1.1.4 Interface rural-urbana no território

A ideia da interface rural-urbana visa responder aos aspectos múltiplos do território contemporâneo, cujas características das áreas e suas facetas apresentam aspectos de rural e urbano ao mesmo tempo. Esse conceito parte do princípio que a interface rural-urbana no território pode ser reconhecida tanto em áreas rurais quanto em urbanas, buscando não se restringir às questões dicotômicas de delimitações conceituais restritas ao território, mas, de certa forma, também associadas ao espaço físico. Dada às diversidades existentes nas áreas periféricas das cidades, é nesses locais que é mais propício representar as discussões sobre as múltiplas facetas de rural e urbano, pois ali as relações e interações entre rural e urbano são mais explícitas.

Para tanto, cabe apresentar alguns conceitos construídos ao longo da história sobre as áreas periurbanas existentes nos limites físicos pré-estabelecidos entre a cidade e o campo. São inúmeros os termos utilizados para especificá-las, tais como: *periurbano*, *área periurbana*, *periurbanização*, *franja urbana*, *borda urbana*, *margem urbana*. Ao longo da história, como mencionado anteriormente, a maioria desses termos foi construído segundo uma concepção que partia da perspectiva urbano-centrada. Alguns exemplos da realidade norte-americana e europeia (França e Inglaterra) fazem parte do marco histórico e conceitual dos estudos sobre as áreas periurbanas e são fundamentais para o entendimento da interface rural-urbana voltada ao planejamento territorial brasileiro.

A ideia de *franja urbana* foi um termo definido por L. Smith, em 1937, para definir a área que se encontrava do lado de fora dos limites corporativos de Louisiana (EUA). Segundo Pryor (1969), a partir de então, criou-se um marco histórico sobre as áreas periurbanas. Esse autor aponta que tais áreas variam de cidade para cidade, assim como de um momento histórico para outro. As cidades da Holanda, por exemplo, têm uma franja urbana quase irreconhecível, enquanto Londres as marca através de um cinturão verde. No caso dos EUA, por outro lado, segundo o autor, no final dos anos de 1960, o problema da franja urbana estaria desaparecendo porque a legislação começou a avançar para além das fronteiras urbanas.

A literatura sobre franja urbana, de acordo com esse autor, durante 30 anos (entre 1940-1970) trazia apenas dois aspectos que a caracterizavam: (i) a ausência geral de referências explícitas fora da América do Norte, com exceção de cidades da Austrália, de Londres e de Johannesburg; e (ii) a confusão de terminologias e falta de delimitação clara nos estudos de caso, devido à heterogeneidade e complexidade de tais áreas, a exemplo de:

Franja, periferia, subúrbio, satélite (áreas rurais satélites), pseudo-subúrbios, pseudo-satélites; e também diferenciações qualitativas do termo franja: franja urbana, franja rural, franja rural-urbana, franja limitada, franja estendida, zona franja suburbana, zona adjacente periférica, áreas de franja interior e exterior, franja verdadeira, franja parcial, franja rural-urbana, franja rururbana (PRYOR, 1969, p. 203, tradução nossa).

Esse autor apresenta, assim, uma revisão dos termos relacionados à franja urbana, acrescentando também uma definição para *franja rural-urbana*, referindo-se à zona de transição complexa, na periferia de áreas urbanas, nos países ocidentais. Para ele, uma franja rural-urbana não poderia ser considerada como uma zona residual de dois polos mais facilmente definidos (centro urbano e hinterlândia rural), assim como não precisaria ser intermediária, nem *continuum* entre rural e urbano. Isso porque, tanto sua localização distinta

quando sua heterogeneidade interna e de transição, seriam passíveis de definição como uma unidade uniforme. Sua definição, desse modo, consiste em:

A franja rural-urbana é a zona de transição com características sociais e demográficas de uso da terra, encontrando-se entre (a) a construção contínua de áreas urbanas e suburbanas da cidade central e (b) a hinterlândia rural, caracterizada pela ausência quase total de habitações não-agrícolas e pelo uso e ocupação do solo com orientação social urbana e rural; um incompleto alcance e de serviços de utilidade urbanas; zoneamento ou regulamentações de planejamento desordenados; extensão de área, embora contígua, para além dos alcances dos limites políticos da cidade central; e um aumento real e potencial em densidade populacional, com a densidade corrente acima dos padrões de distritos rurais, mas inferior ao dos centro da cidade. (PRYOR, 1969, p. 206, tradução nossa).

Para essa definição e sua delimitação no espaço, foram associados tanto conteúdos estruturais, tais como localização, administração, densidade populacional, zoneamentos e idade dos moradores, quanto conteúdos funcionais, como uso da terra, emprego, densidade populacional, serviços de utilidade pública, orientação social e transição/dinamismo. Além disso, o autor também buscou relacionar a qualidade de regulamentações de planejamento existentes entre os limites das franjas urbana e rural, as quais seriam subzonas da franja rural-urbana. No caso da franja urbana, em contato ou contígua ao centro da cidade, essa teria densidade maior de uso e ocupação do solo do que a densidade média do total da franja rural-urbano, bem como maior taxa de crescimento populacional. A franja rural, por sua vez, contígua à franja urbana, teria densidade e taxa de crescimento menores.

As definições de franjas rural-urbana, urbana e rural de Pryor (1969), posteriormente, foram reinterpretadas e aprimoradas por outros autores, a exemplo das coroas periurbanas da cidade de Bryant et al. (1982). Esses autores desenvolveram um modelo espacial que associava os movimentos de expansão da recente urbanização sobre o entorno rural, patrocinada pela pós-industrialização, através da mobilidade, acessibilidade e tecnologia da comunicação. As figuras 1 e 2 apresentam, respectivamente, o diagrama esquemático das franjas de Pryor (1969) e o modelo espacial de Bryant et al. (1982).

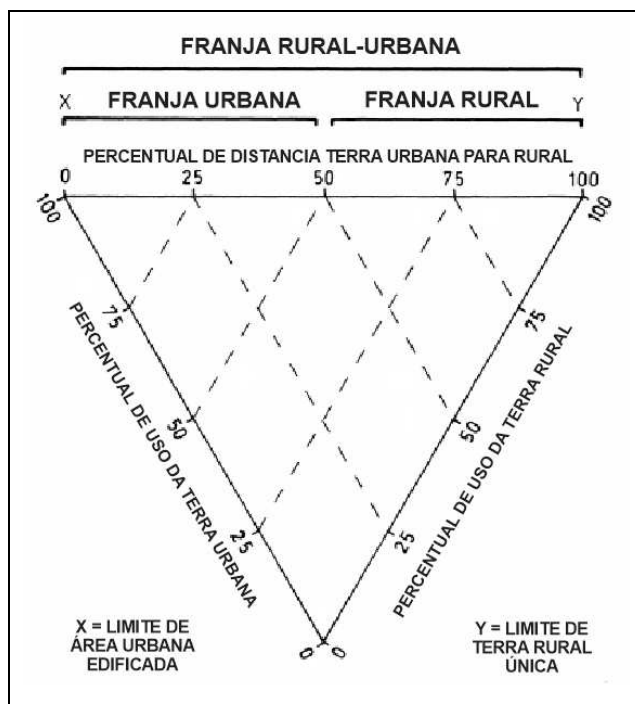


Figura 1 - Diagrama esquemático da Franja Rural-Urbana de Pryor.
 Fonte: Pryor (1969).

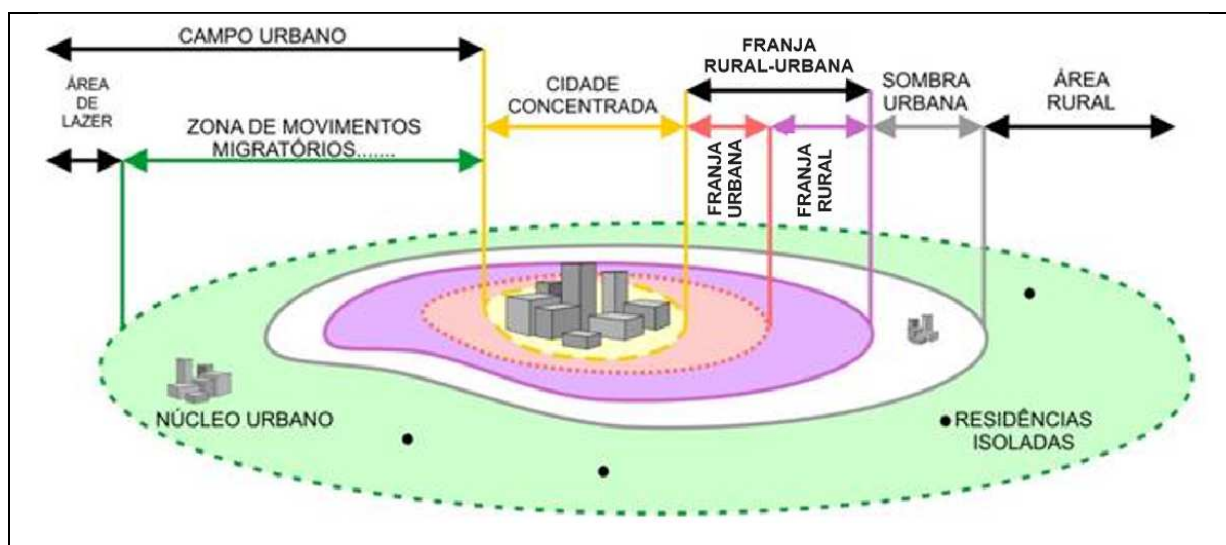


Figura 2 - Coroas Periurbanas de Bryant et al. (1982).
 Fonte: adaptado de Molinero (1990).

Conforme a figura 1, partir de percentuais de distância da terra urbana em relação à terra rural, associados aos percentuais de uso da terra (urbana e rural), Pryor (1969) determinou as características da franja rural-urbana. Já as Coroas Periurbanas (figura 2), de Bryant et al. (1982), apresentam caracterizações de uso e ocupação do solo, bem como diferentes intensidades de influência urbana da cidade concentrada. O modelo divide a cidade em duas: (i) a “cidade concentrada”, que concentra entre 75% e 90% da população em apenas 5% do território; e (ii) a “cidade dispersa” ou o “campo urbano”, que concentra 10% a 15% da população em 95% do espaço. O maior percentual de uso do território seria o da cidade

dispersa, que representa a área de influência da cidade-região, organizada a partir da cidade concentrada. Essa cidade dispersa é dividida em três outras coroas periurbanas: (i) a franja rural-urbana, contígua à cidade concentrada; (ii) a sombra urbana, que faz a interface entre essa franja rural-urbana e a área rural; e (iii) a área rural propriamente dita, na qual pode haver ainda pequenos núcleos urbanos e residências isoladas. A franja rural-urbana divide-se, por sua vez, em: franja interna (urbana), caracterizada pela transformação do solo rural em urbano, de forma dinâmica e avançada (frentes de urbanização); e franja externa (rural), caracterizada por um claro domínio dos usos rurais na paisagem, apresentando alguns elementos urbanos (usos residenciais e perímetros legais). A sombra urbana, assim como a franja externa, possui uma fraca presença de elementos urbanos na paisagem, de usos residenciais não-agrícolas e movimentos pendulares para a cidade. A área rural, por fim, corresponde à hinterlândia rural, onde a influência urbana é inversamente proporcional à distância do núcleo central e diretamente proporcional ao seu tamanho.

Outros autores, como Kayser (1990), também buscaram classificar as áreas periurbanas através de coroas periurbanas. Esse autor as classificou em três tipos: (i) 1ª coroa periurbana, caracterizada pelo domínio de usos e funções urbanas, relacionada à suburbanização, estando física e funcionalmente vinculada à cidade; (ii) 2ª coroa periurbana, caracterizada por espaços em processo de urbanização, onde se inicia a transformação a partir do parcelamento do solo rural, sem que haja uma delimitação precisa em relação à 3ª coroa periurbana; e (iii) 3ª coroa periurbana, correspondente aos recentes processos de periurbanização que resistem às transformações, caracterizado por uma competição entre atividades rurais e urbanas, que acabam tendo caráter predominantemente rural.

Bryant et al. (1982) e Kayser (1990) buscam identificar parâmetros mais urbanos ou mais rurais, característicos de áreas periurbanas, respectivamente, das cidades inglesas e francesas. Segundo Miranda (2008), tais autores partem de abordagens clássicas sobre a tipificação dessas áreas, buscando a construção de modelos que poderiam ser aplicados a diferentes escalas, desde uma escala regional até uma escala intraurbana, a partir de variáveis sociais, ocupacionais e demográficas, assim como condicionantes da produção do espaço associadas ao papel dos agentes e às densidades construtivas. Cabe mencionar que, na França, há uma classificação sobre os espaços rurais do organismo estatal de Estudos Econômicos e Estatísticos Francês (L'INSEE), o qual considera outros parâmetros, como a estrutura sócio-profissional e as dinâmicas geográficas intermunicipais (ASENSIO, 2005; MIRANDA, 2008). Esse organismo divide o rural em cinco tipos, considerando os percentuais de população agrícola ativa associados aos processos de transformações do uso e ocupação do solo voltadas à indústria: rural profundo, rural semiárido, rural em transformação, rural em decadência e rural intermediário. Nesse último tipo de rural, por exemplo, apenas 15% da

população ativa está relacionada à agricultura, havendo uma forte proporção de inativos e migrantes, assim como pequenos espaços de comércio.

Os exemplos de classificação de coroas periurbanas e de tipos de espaços rurais mostram o quanto as relações e as interações entre as áreas rurais e urbanas se diferenciam entre si nas áreas periurbanas, decorrentes, principalmente, dos processos da expansão da urbanização para além dos limites da cidade que promovem a transformação do solo rural. Miranda (2008) destaca que tais processos estão diretamente associados à forma dispersa da expansão urbana em consequência da descentralização industrial, favelização, falta de controle urbano e subversões fiscais. Observa-se que todos têm uma perspectiva negativa em relação à influência da urbanização na interação rural-urbana e partem do olhar a partir das áreas urbanas.

Mais recentemente, outras investigações mostram que as transformações do solo rural, principalmente nas áreas periurbanas, também decorrem do impacto do mercado habitacional, que vem se ampliando nessas áreas. Pode-se citar os trabalhos de Asensio (2005) e Miranda (2008), respectivamente, em Valência (Espanha) e Pernambuco (Brasil). O primeiro autor denomina tais áreas como *áreas rurais periurbanas*, buscando um olhar a partir do rural, ao passo que a segunda autora as denomina de áreas de transição rural-urbana, buscando assumir a integração dos aspectos rurais e urbanos em um mesmo espaço.

Asensio (2005) classifica o que denomina de áreas rurais periurbanas em três tipos, de acordo com as dinâmicas das relações sócio-espaciais entre rural e urbano: (i) urbano-periurbano, caracterizado por encontros dinâmicos e bidirecionais com intercâmbios de informação e energias, com maior pressão do meio urbano; (ii) periurbano-rural, áreas que apresentam menor dinamismo, portanto menores pressões; e (iii) urbano-rural, quando não se distingue uma franja periurbana. Esse autor busca mostrar que as áreas periurbanas rurais possuem diferentes características de interação com as áreas urbanas e áreas rurais, vislumbrando níveis de interface diferenciados, a partir de diferentes zonas: de passagem, com condutores e entrepostos de distribuição que geram movimentos das áreas rurais para as áreas urbanas e vice-versa; de preservação de ativos ambientais e produtivos, que aparecem como filtros de regulação da relação rural-urbana; recreativas e de lazer, que tem demandas crescentes deste tipo de uso do solo; receptoras dos excedentes populacionais urbanos e [rurais] agrícolas; entre outros mais voltados às demandas típicas das áreas de expansão urbana previstas no planejamento territorial.

Miranda (2008) utiliza a mesma classificação de Asensio (2005) para as áreas periurbanas, mas busca caracterizá-las como trechos descontínuos e dinâmicos, assim como locais de performance de agentes sociais envolvidos com o mercado imobiliário e os conflitos

decorrentes dessa prática em relação à demanda por terras. A autora destaca a questão da promoção do deslocamento da elite para essas áreas e não apenas da população de baixa renda marginalizada das áreas rurais e urbanas, dando ênfase à especulação imobiliária, diferentemente dos modelos anteriores. Para ela, o valor da terra modifica-se nessas áreas, deixando de ser associado a sua fertilidade e passando a estar associado à expectativa da demanda para fins de urbanização. Isso acaba provocando uma esterilização do solo, pois há, por consequência, uma falta de investimentos como terra agrícola, os quais são redirecionados para a urbanização do solo (construção e a melhoria da infraestrutura de comunicação, do transporte atrativo natural e paisagístico). Asensio (2005) considera que tais investimentos são parte do processo denominado por ele como *periurbanização*.

Cabe mencionar que há diferenças entre a realidade das áreas periurbanas de cada país. Na Europa, por exemplo, a agricultura intensiva nessas áreas é menos conflituosa com o processo de urbanização, ao passo que, no Brasil, a área rural foi implantada no período colonial da cana-de-açúcar, promovendo uma passagem direta da agricultura especulativa para a especulação fundiária, sobretudo nas áreas periurbanas das cidades do litoral. Nessas áreas, as demandas diferenciadas por uso do solo, em conjunto com os interesses de grupos que rentabilizam seu capital, são os principais promotores da transformação dos usos agrícolas do solo para usos habitacionais de média e alta renda (MIRANDA, 2008).

Não há um consenso em relação aos parâmetros de delimitações conceituais ou físicas das áreas periurbanas. Mas a maioria dos autores trata de conceituá-las como sendo territórios da periferia, exteriores ou marginais ao sistema da cidade, assim como das áreas rurais, os quais são caracterizados como espaços plurifuncionais, onde há a coexistência de atributos do uso e ocupação do solo, tanto de caráter urbano quanto de caráter rural. Porém, todas as definições desenvolvidas apresentam as questões rurais submetidas às transformações econômicas, sociais e físicas vinculadas a um núcleo urbano importante. Esses territórios de periferia são definidos por Delios España (1991, p. 8) como:

Espaços plurifuncionais em que coexistem características e usos do solo tanto urbanos como rurais, submetidos a profundas transformações econômicas, sociais e físicas, e com uma dinâmica estreitamente vinculada à presença próxima de um núcleo urbano de grande entidade (DELIOS ESPAÑA, 1991, p. 8, tradução nossa).

Tais aspectos explicitam as múltiplas territorialidades possíveis que podem ocorrer em espaços que não são necessariamente situados em áreas periurbanas, pois há recortes do território que apresentam os mesmos aspectos internamente em áreas urbanas ou rurais. Porém, são nas áreas periurbanas que tais aspectos se mostram mais claros, apesar da presença dispersa e fragmentada de usos e ausência de estrutura urbana coerente, não

sendo possível o estabelecimento de uma unidade espacial, característico das áreas de expansão urbana.

Como a pesquisa visa trabalhar esse conceito aplicado à escala metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RJ), alguns autores que vêm utilizando, mais recentemente, os termos *interface rural-urbana*, *interface periurbana* e *áreas peri-metropolitanas* são importantes referências, tais como Randolph (2005), Bicalho e Machado (2012) e Furtado (2011). Esses autores visam analisar os processos de (peri)metropolização dos espaços decorrentes da expansão urbana.

Randolph (2005) e Furtado (2011) associam as áreas de interface periurbanas às áreas periféricas dos limites da região metropolitana, denominadas de áreas peri-metropolitanas. Os autores trabalham a interface entre o território metropolitano e o urbano-regional, marginal à região metropolitana, no caso da RMRJ. Em tais áreas, segundo eles, a transformação e a expansão das metrópoles extrapolaram as fronteiras pré-estabelecidas institucionalmente (político-administrativa), a partir do deslocamento populacional para lugares distantes do território metropolitano estabelecido. Furtado (2011) define as áreas de interface periurbana como uma realidade que não é mais rural e que, também, não é plenamente urbana. Pode-se, nesse caso, associar os conceitos de interface periurbana, correspondentes às áreas periféricas dos limites físicos da região metropolitana, como análogos à interface rural-urbana, correspondente, então, às áreas periféricas dos limites físicos da área urbana metropolitana.

Ambos os autores partem de análises a partir da lógica urbano-centrada no contexto metropolitano. Diferentemente disso, Bicalho e Machado (2012) analisam a questão da interface rural-urbana a partir das questões rurais. Esses autores designam que interface rural-urbana são as áreas que apresentam uma intensa dinâmica social, econômica e política, passíveis de contínuas e rápidas mudanças, as quais propiciam grande instabilidade e interações rural-urbana complexas. Em tais áreas há a incorporação de novas atividades, diferentemente do que havia, bem como há um (re)ordenamento constante do uso da terra, ou seja, há uma inconstância sobre as delimitações e definições do que seja urbano ou rural. Para eles, as questões rurais incluem a perspectiva da população rural enquanto objeto de análise, pois buscam estudar suas especificidades, sobretudo ligadas à agricultura – no caso, uma agricultura periurbana que se desenvolve nas áreas periféricas metropolitanas. Os autores ressaltam que a dificuldade de entendimento de tais áreas e da interação rural-urbana se deve às diferentes intensidades e multifuncionalidades que apresentam. Mas é importante ressaltar a importância que tais autores dão em relação a como a própria população rural percebe tais transformações, dando ênfase aos interesses desses agentes na produção do espaço de interface rural-urbana.

Furtado (2011), assim como Bicalho e Machado (2012), utiliza o termo *interface periurbana* em estudos voltados aos processos de metropolização das áreas rurais, a partir das transformações que o solo rural vem sofrendo na periferia metropolitana. O autor destaca a importância de se compreender que as noções de rural e urbano consistem em entidades com demandas e inter-relações diferenciadas, as quais ocorrem de forma mais aguda nas áreas periurbanas. Nessas áreas, os processos são mais problemáticos e as interações são mais evidentes, como o caso da associação das áreas rurais apenas como áreas agrícolas. O autor destaca que há algumas reestruturações atreladas aos novos papéis na dinâmica rural, frente à urbanização das áreas rurais e aos processos de globalização e internacionalização da economia rural e agrícola.

Outros usos da terra, tais como conservação da natureza e urbanização passam a competir com o uso agrícola, promovendo visões que ultrapassam a análise agropecuária e a ideia de população rural estar somente de forma dispersa no campo. Conforme Bicalho e Machado (2012), ao se discutir a atual diversidade da agricultura e a reestruturação das áreas rurais em áreas periurbanas, o questionamento sobre o grau de transformação do agrário é gerado. As áreas que constituem o rural acabam se transformando em espaços multifuncionais, com diversidade de usos e funções. As áreas que apresentam características de interface rural-urbana, situadas em áreas periurbanas, por estarem mais próximas de mercados urbanos, acabam aumentando o engajamento da pluriatividade da população, devido à produção mais intensiva de sistemas agrícolas voltados ao consumo urbano.

Nesse sentido, Sánchez (2012) ressalta que a noção de campo como espaço de produção exclusivamente agropecuária deve ser substituída para a noção de espaço em interação. Esse autor, que investiga as práticas agrícolas desenvolvidas na periferia metropolitana do México, destaca a importância das transformações de sociabilidade e de territorialização que vêm ocorrendo através de novas práticas agrícolas, como as agriculturas urbana e periurbana. Para o autor, os processos de periurbanização contribuem para que novas formas de centralidade, impostas pela cidade, se consolidem nas áreas periurbanas. Tais processos estão confundindo as definições e delimitações físicas do que seja área urbana e área rural.

Esse autor trata a questão da interface rural-urbana enquanto uma fronteira entre cidade, campo e região, relacionada às intervenções governamentais que vêm tentando se modificar e apropriar as novas práticas agrícolas. Tais práticas passam a ser reconhecidas como um processo sociocultural rural, mas que responde às necessidades da cidade de forma mais direta. A agricultura urbana e periurbana passaram a sustentar importantes processos de sociabilidade e intervenções governamentais que extrapolam as delimitações entre as áreas rurais e urbanas (SÁNCHEZ, 2012). Até então, a agricultura estava limitada como

atividade rural e não urbana, desenvolvida somente em área rural. Porém, o autor destaca que, devido ao caráter simbiótico dos territórios periurbanos, há uma integração de modalidades territoriais e de ação social com âmbitos urbanos e rurais, os quais requerem formas de apropriação territorial diferenciadas. Portanto, é possível associar unidades territoriais específicas que estejam relacionadas a espaços intermediários.

Além disso, Sánchez (2012, p. 34) destaca que as agriculturas urbanas e periurbana se constituem em um “claro indicador dos vínculos entre a cidade e seu entorno rural imediato”, relacionadas diretamente às novas formas de produção de pequenos agricultores. Esses agricultores se estabelecem também em pequenas parcelas na cidade, sendo reconhecidos como produtores urbanos. O autor ressalta que tais produtores estão se inserindo justamente em sistemas metropolitanos, dada a maior demanda e consumo. A cidade de Havana (Cuba), por exemplo, tem sido uma referência de agricultura urbana, inclusive como estratégia nacional de segurança alimentar, amplamente apoiadas pelo governo. No Brasil, também vem sendo garantido o desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana, desde 2012, através da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), a qual visa o reconhecimento da produção agrícola voltada a agricultura familiar, tanto em áreas urbanas e como nas periurbanas.

O conceito de interface rural-urbana, desse modo, visa incorporar a ideia de áreas ou elementos que não estejam situados exclusivamente em áreas periurbanas e, sim, em qualquer território, independentemente de ser definido como área rural ou urbana. A proposta é extrapolar as definições e delimitações construídas e utilizadas historicamente, em relação aos aspectos de localização do território e aos conceitos dicotômicos entre rural e urbano. Parte-se da proposta de que a interface rural-urbana está associada a elementos territoriais que explicitam as características de disputa e conflito de territorialização, através de processos sócio-espaciais e ambientais voltados a uma grande heterogeneidade de usos do solo diferenciados. Visa-se, assim, caracterizar e explicitar os processos de multiterritorialização do espaço que ocorrem em áreas rurais, urbanas e periurbanas.

O termo interface rural-urbana, dentre os termos mencionados, foi escolhido por compreender-se que está mais apropriado ao objetivo e ao contexto da pesquisa. Além do fato dos autores que estão trabalhando nas áreas periurbanas metropolitanas utilizarem esse termo, o próprio significado da palavra *interface* se coloca pertinente por ser sinônimo de interação, conexão, união – ligação de uma coisa com outra. No Dicionário Aurélio, por exemplo, *interface* significa dispositivo (material e lógico) que efetua a troca de informações ou limite comum de dois sistemas ou unidades que permitem a troca de informações. Além disso, em diferentes campos do conhecimento (Ecologia, Informática e Física), *interface* remete a questões de fronteira entre duas regiões adjacentes, sistemas ou faces, podendo

ser representada, inclusive, por um ponto, área ou superfície, os quais estabelecem comunicação ou troca de informação. O vocábulo vem do Inglês, que significa “superfície de contato”, contato com outro que resulta em comunicação.

Nesse sentido, correlaciona-se a interface rural-urbana aos espaços múltiplos no território contemporâneo, bem como aos sistemas independentes ou unidades de troca de informações. Como um elemento territorial, a interface rural-urbana representa a(s) fronteira(s) entre as faces rural e urbana de um mesmo território, constituído a partir da apropriação de agentes rurais e urbanos. Para tanto, são esses agentes que passam a caracterizar, segundo seus interesses, certos atributos dessa interface, diferenciando tipos específicos de relações entre rural e urbano. Tais atributos são variáveis, pois estão atrelados à perspectiva dos agentes que atuam em cada território. Um elemento territorial pode ser percebido tanto como uma barreira quanto como uma conexão entre diferentes áreas rurais e urbanas. Uma macroestrutura urbana (linhas de alta tensão), por exemplo, para os gestores públicos, pode representar uma conexão entre diferentes áreas urbanas situadas distantes, mas, para a comunidade rural pode representar uma barreira de uso ou de acesso, se essa macroestrutura cruzar suas áreas de produção.

A fim de ampliar a referência sobre definições e tipologias de fronteiras, cabe mencionar algumas questões atuais sobre os territórios municipais transfronteiriços transnacionais que estão sendo apontadas como uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira brasileira (BRASIL, 2010). A partir das análises desses territórios, alguns autores, como Cataia (2010), buscam identificar os tipos de relações e interações entre os territórios nacionais, a partir do reconhecimento das disputas de espaços entre agentes. Essas mesmas questões contribuem para a identificação dos atributos entre diferentes categorias de interface rural-urbana.

Primeiramente, esse autor analisa o território como espaço de disputa, destacando dois principais agentes: (i) o Estado; e (ii) os movimentos sociais e os grupos locais. Segundo esse autor, há a existência de duas malhas confrontantes de uso do território nas fronteiras transnacionais. A primeira corresponde ao uso hegemônico do território como objeto de ação e poder do Estado, em suas distintas escalas, associado a capitais privados nacionais e internacionais. Em contrapartida, a segunda malha consistiria no uso alternativo do território como objeto de ação de movimentos sociais e grupos subalternos a essa hegemonia. O autor destaca que justamente o uso alternativo é o que vem mostrando novas formas de interpretação e novos usos para os territórios transfronteiriços³. De qualquer forma, para o

³ Inclusive são reconhecidos pelo Estado territorialidades diferenciadas como os Territórios Indígenas ou Quilombolas (CATAIA, 2010).

autor, ambas as malhas se superpõem e se mesclam, qualificando o território em sua pluralidade de atores sociais e limites.

O conceito de fronteira para o autor está diretamente associado ao contexto do território contemporâneo, pois o território consiste em um espaço usado. Cataia (2010) explica que o uso desse espaço está diretamente relacionado a sua forma, função e extensão zonal ou linear, assim como ao seu conteúdo. Para esse autor, o uso desse espaço enquanto fronteira consiste no resultado do uso político do território e, por isso, estão em constante mutação, devido às disputas e aos conflitos territoriais. Nesse sentido, as delimitações e as demarcações do uso do território implicam em uma apropriação e uma regulação do espaço a ser usado, determinadas pelo Estado que, por sua vez, acaba fracionando e definindo os critérios para os distintos usos locais e regionais na tessitura do território.

Em segundo lugar, esse autor apresenta a ideia de fronteira enquanto um limite físico delimitado no território, configurando tanto zonas quanto linhas. No caso de zonas, define-a como fronteira-zona da cidade e, no caso de linha, como fronteira-linha do traçado geodésico. Nesse sentido, são classificadas as fronteiras através de distintas tipologias que determinam tipos, subtipos e atributos, tais como fronteiras, zonas ou linhas, que podem ser simples, duplas, fechadas, descontínuas, deficientes e elásticas. Uma fronteira política, deficiente e elástica, por exemplo, é caracterizada por conflitos relacionados a demarcações no território, as quais aumentam ou diminuem suas extensões, devido, sobretudo, à falta de dados ou erros cartográficos (CATAIA, 2010).

Pode-se associar alguns desses atributos às fronteiras existentes entre as áreas rurais e urbanas, como os limites deficientes e elásticos delimitados nas legislações municipais, as quais podem ser definidas politicamente, segundo o interesse dos agentes envolvidos. A legislação relacionada aos planos diretores e à lei de perímetro urbano, por exemplo, não apresenta descrições claras sobre as fronteiras entre as áreas rural e urbana, facilitando as pressões do crescimento urbano sobre as áreas rurais, através de agentes voltados ao mercado imobiliário. Nesse sentido, é importante que as perspectivas de diferentes agentes que atuam em áreas de fronteira sejam consideradas de forma equilibrada ou restrita às diretrizes do Estado. Isso vale para as fronteiras transnacionais, assim como para as áreas periurbanas.

A desconstrução e a aceitação de perspectivas de diferentes agentes que atuam em áreas rurais ou urbanas, bem como de elementos territoriais que caracterizam as interações entre essas áreas fazem parte da realidade contemporânea do território como um todo. As definições, que antes eram pertinentes apenas às áreas urbanas ou às rurais, se relativizaram, deixando em aberto e de forma ampla novas delimitações físicas e conceituais.

Atualmente, há tanto definições que reafirmam a existência de rural e de urbano – enquanto espaço, modo de vida, cultura, meio de produção, entre outros, quanto definições que visam a desintegração total de ambos, como a ideia de espaços híbridos. Tais definições estão atreladas aos interesses de agentes que atuam no território e, nem sempre, à ideia de equilíbrio entre diferentes perspectivas é contemplada.

A definição de interface rural-urbana pressupõe a inserção das perspectivas de diferentes agentes, as quais explicitam as categorias múltiplas do território e a heterogeneidade das áreas rurais e urbanas em um mesmo espaço apropriado. As áreas periurbanas são as mais representativas de tais questões. Assim, utiliza-se como base os conceitos discutidos e associados a essas áreas (periurbano, área periurbana, periurbanização, franja urbana, borda urbana, margem urbana, etc.), como os primeiros modelos espaciais da franja rural-urbana de Pryor (1969) e as coroas periurbanas de Bryant et al. (1982), assim como as áreas periurbanas de Asensio (2005) e áreas de transição rural-urbana de Miranda (2008), que fazem associações diretas às realidades sócio-espaciais atuais. Além disso, busca-se associar o conceito de interface rural-urbana aos processos de metropolização no Brasil, dialogando com as questões apontadas por Bicalho e Machado (2012); Furtado (2011); Randolph (2005) e Sánchez (2012). Utiliza-se, além disso, como referência da multiplicidade de atributos possíveis, os estudos sobre as tipologias de fronteiras entre municípios transfronteiriços no Brasil, apontado por Cataia (2010), nas quais é incorporada a questão das distintas perspectivas dos agentes para a definição de tipologias de fronteiras entre rural e urbano no território.

Parte-se, portanto, de uma definição de interface rural-urbana no território como um conjunto de elementos territoriais, possível de ser identificado como uma unidade territorial, a qual apresenta características plurifuncionais e múltiplas, coexistentes entre as heterogeneidades rurais e urbanas em um mesmo espaço apropriado, tanto em área urbana quanto em área rural ou periurbana.

1.2 PLANEJAMENTO TERRITORIAL E OS NOVOS ATORES

O planejamento territorial, relacionado aos processos de planejamento e gestão do território contemporâneo, apesar das controversas conceituais ao longo da história, tem ampliado a inserção de outros atores, que, até então, não participavam das políticas urbanas, como o caso dos assentados rurais da Reforma Agrária, sobretudo após as diretrizes do ECidade em 2001. A partir de então, o enfoque do planejamento territorial passa a ter o desafio de focar também esses atores como agentes que atuam nos processos de planejamento territorial, no País, em distintas escalas.

1.2.1 Território contemporâneo e planejamento territorial

O território contemporâneo, entendido como espaço apropriado e em constante disputa entre distintos agentes que atuam em múltiplas escalas, contribui para o entendimento da multiplicidade de facetas existentes na realidade sócio-espacial de áreas rurais, urbanas e periurbanas. O conceito de território parte da perspectiva da Geografia Política, que, segundo Haesbaert (2012), vincula o território à materialidade em múltiplas dimensões, desde a política até a cultural e a econômica, estabelecendo uma constante interação entre sociedade e natureza. Segundo o autor, na dimensão política, o território está associado a um espaço delimitado e controlado, no qual há o exercício de poder de quem o detém, ao passo que, na cultural, o território está atrelado a um espaço apropriado que tem uma valorização simbólica. Na dimensão econômica, por sua vez, esse espaço está dividido segundo as divisões territoriais entre o capital e o trabalho. O autor integra questões de domínio político-econômico e de apropriação simbólico-cultural. Dentro de uma perspectiva integradora, o território resulta da interação diferenciada entre essas múltiplas dimensões, que vão desde sua natureza mais política até seu caráter mais simbólico, passando pelas relações dentro do chamado “poder econômico, indissociável da esfera jurídico-política” (HAESBAERT, 2012, p. 93). Por isso, é imprescindível enfatizar os atores sociais, econômicos e políticos que atuam no território como os principais agentes que mantêm seus interesses a partir de disputas políticas e econômicas voltadas aos territórios de interesse.

A compreensão da multiplicidade do território contemporâneo está intimamente relacionada à definição de interface rural-urbana, na qual há uma explicitação dos agentes que atuam no território. Para tanto, alguns conceitos são estratégicos para a discussão sobre o território contemporâneo e planejamento territorial, os quais fazem parte de diferentes campos disciplinares, como a Geografia Política, a Sociologia Rural, a Economia, o Desenvolvimento Rural e Antropologia: *espaço, território, região, produção do espaço e hinterlândia*, segundo alguns atores-chave (GOMES, 2000; HARVEY, 2005; LEFEBVRE, 1999; MASSEY, 2005; SANTOS, 2008; SOUZA, 2013).

As múltiplas facetas do rural e do urbano podem ser associadas ao que Haesbaert (2012) explica sobre a mudança de visão de mundo em relação às discussões sobre o território. Na visão de mundo moderna, desenvolvida anteriormente e ainda utilizada nos processos de planejamento territorial, o território e suas territorialidades eram definidos e considerados contínuos e contíguos, regidos pelo princípio da exclusividade, a partir da ideia de um mosaico de espaços. Nessa perspectiva, as áreas rurais e as urbanas, por exemplo, não poderiam estar sobrepostas umas às outras, pois, um mesmo território só poderia ser dividido em rural e urbano. Porém, na visão de mundo contemporâneo, é possível conceber e identificar que existem situações em que haja sobreposições de rural e urbano em um

mesmo território, a partir da ideia de uma rede de espaços. Nessa perspectiva, há o reconhecimento da multiplicidade existente em distintas facetas de espaços rurais e urbanos que estão interligadas, correlacionadas às constantes disputas entre os agentes envolvidos.

A construção de espaços e a formação de territórios com limites fixos e permanentes, desse modo, não condiz mais com as características múltiplas que hoje vêm sendo mais explícitas nas distintas realidades sócio-espaciais existentes, pois há uma constante disputa que modifica, transforma e (re)transforma o território, segundo interesses e jogos de poderes. A questão é como o planejamento territorial pode incluir tais processos, reconhecendo essas características e inserindo formas de diálogo que impliquem em negociações mais claras, voltadas ao equilíbrio de diferentes interesses, tanto do campo quanto da cidade.

O conceito de espaço contribui, nesse sentido, auxiliando a compreensão de que a forma como se pensa o espaço modula o entendimento político, pois afeta o modo como se entende a globalização, bem como se aborda as questões sobre a cidade. Para Massey (2005, p. 98), o espaço trata da “esfera da produção contínua e da reconfiguração da heterogeneidade, sob todas as suas formas”, através da diversidade, da subordinação e de interesses conflitantes, os quais estão em constante negociação, a partir de relações de multiplicidades e coexistência simultânea de outros. O espaço é disputado e está dominado por agentes sociais, econômicos e políticos, definindo atualmente o território no contexto contemporâneo. Souza (2013) destaca que o território, considerando as construções sociais, discursivas e materiais, necessita que sua análise se baseie nas interações entre decisões e estruturas tanto de espaço quanto de poder. Nesse sentido, o território a ser analisado não consiste, necessariamente, em limites espaciais institucionais delimitados por suas definições como espaços rurais ou urbanos, posto que passa a ser constantemente disputado e apropriado pelos diferentes agentes que nele atuam.

Os conceitos de território e de região remetem, por sua vez, a questões sobre desenvolvimento. Segundo Gomes (2000), região se funda em uma reflexão política de base territorial, através de relações entre um poder central e um espaço diversificado, a exemplo das parcelas subnacionais e dos recortes territoriais metropolitanos utilizados por políticas públicas de planejamento e desenvolvimento urbano e regional. A ideia de região está mais voltada a processos e expressões de dinâmicas políticas, sociais, culturais e econômicas, associadas a relações de controle e gestão de um território. As Regiões Metropolitanas (RMs), por exemplo, consistem em delimitações institucionalizadas de territórios municipais, as quais são incorporadas, muitas vezes, mais por questões políticas do que por afinidades ou relações de centralidades com a capital metropolitana.

Cabe mencionar que, no caso de territórios contemporâneos de RMs, a produção do espaço, conforme Lefebvre (1999) e Harvey (2005), está diretamente associada à acumulação capitalista. O primeiro ressalta a questão do direito à cidade, que deveria ser de todos, porém, o segundo explica, a partir Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, como o capital tem se apropriado do(s) espaço(s) através da promoção de uma aceleração e aniquilação do espaço pelo tempo, dada a velocidade cada vez maior dos processos de produção do espaço através de inúmeras influências no planejamento e na gestão urbana e regional. Corroborando com Souza (2013), a produção de espaço significa não só a produção e reprodução de bens materiais (móveis e imóveis), mas também a produção de relações de poder.

Tais processos são mais explícitos e intensos na hinterlândia, termo proveniente de *hinterland*, que significa, em alemão, a “terra de traz” ou a parte menos desenvolvida de uma cidade. Santos (2008) associa a hinterlândia com as áreas que diferenciam, as áreas das cidades na rede urbana, a partir da influência central de uma cidade de maior poder econômico. A hinterlândia metropolitana para essa pesquisa está relacionada aos territórios situados nas periferias urbanas e rurais das RM, onde a interface rural-urbana é mais explícita, ou seja, os elementos territoriais das distintas escalas (municipal, metropolitana, estadual ou federal) são mais representativos em relação às interações entre os espaços rurais e urbanos disputados pelos agentes que atuam nesse local. Cabe destacar que, recentemente, o tema da urbanização na hinterlândia das cidades foi destacado por Brenner (2016), que reforça a importância das análises dos processos de produção do espaço rural-urbano, principalmente na hinterlândia metropolitana.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que o território contemporâneo é caracterizado por múltiplas facetas, que estão em constantes disputas por distintos agentes sociais, os quais produzem e reproduzem os espaços rurais e urbanos na hinterlândia metropolitana, segundo seus interesses e possibilidades. Nesse contexto, associa-se a interface rural-urbana às múltiplas facetas de rural e urbano, a partir de elementos territoriais que expressam as relações e interações entre as atividades rurais e urbanas, as quais podem ser desenvolvidas ao mesmo tempo e em um mesmo espaço definido como rural ou como urbano.

Nesse contexto, a abordagem territorial do planejamento volta-se às questões da multiplicidade do território contemporâneo e suas distintas escalas administrativas, explicitando o envolvimento de diferentes agentes – públicos, privados e organizações sociais – nos processos de planejamento territorial, diferentemente da abordagem regional que está mais voltada a delimitações de recortes do território, relacionada a questões político-administrativas de controle do Estado.

É no território que as políticas setoriais ocorrem e se manifestam através de inúmeras redes. Por isso, a diversidade territorial e as novas formas de manifestação, em múltiplas escalas, tanto de ação do governo quanto de agentes envolvidos, contribuem para que a ideia de regional revalorize o singular, o local e a diferença, mas a partir de uma abordagem territorial. A diversidade territorial tem sido considerada como um novo tipo de regionalismo, com ênfase nas políticas de desenvolvimento regional nacional e internacional, retomando a abordagem regional voltada à abordagem territorial, a qual passa a ser mais apropriada aos fundamentos políticos para o planejamento de ações práticas do Estado. As questões sociopolíticas e econômicas de desenvolvimento regional e suas inter-relações têm sido desenvolvidas e atualizadas juntamente com os conceitos de região e de território, como categorias de análise relacionadas às questões sócio-espaciais, criando uma maior responsabilidade perante as intervenções nos recortes espaciais de territórios regionais.

Além de território, cabe ainda mencionar o conceito de escala, que passou a ter importância devido à valorização das duas escalas geográficas-chave: a escala global e local. Segundo Haesbaert (1999), as relações entre as escalas global e local são hoje uma das formas mais importantes para se perceber a dinâmica das diferenças sociopolíticas, econômicas e culturais. Segundo o autor, as escalas são estratégicas e geram um cenário multiescalar de inter-relações e ações nas políticas públicas de desenvolvimento e planejamento regional. A ampliação do conceito de escala, assim, passou a ser distanciada do sentido numérico, assim como da tradicional delimitação em unidades políticas de governo: local, regional, nacional e internacional. Além disso, as escalas de ação do Estado não são as mesmas das ações dos agentes que participam dos processos de planejamento territorial, pois, muitas vezes, são escalas que extrapolam as delimitações estabelecidas pelo Estado, como as regiões políticas-administrativas. Há hoje uma mudança na ação do Estado, bem como uma transformação na sociedade, na qual há a incorporação do conceito de escala como interescalar ou multiescalar nas políticas públicas, como uma nova abordagem, o que propicia o reconhecimento da articulação entre inúmeras redes e regiões administrativas que extrapolam seus limites físicos.

Nesse mesmo sentido, a diversidade territorial possibilita que qualquer espaço seja objeto de regionalização. Haesbaert (1999) diferencia região e regionalização, pautados a partir de sua reconstrução conceitual e de suas articulações com os processos de globalização. Segundo o autor, região passou a ser mais considerada como um conceito consistente, ao passo que regionalização enquanto um método ou instrumento de análise. Para as definições de recortes regionais, portanto, deve-se levar em conta tanto os diferentes agentes sociais, que atuam em múltiplas escalas do território, quanto a questão mutável e rápida, que altera a coerência ou a coesão regional. Assim sendo, a inserção da questão

regional, concomitante aos processos de globalização e de fragmentação dos espaços, faz parte dos processos de regionalização, enquanto instrumento de análise apropriada ao território (HAESBART, 1999).

O território se tornou a síntese através da qual é possível repensar o desenvolvimento, possibilitando que as experiências sejam fundidas, as redes sejam definidas e reestruturadas e os projetos sejam materializados. Ao contrário de região, território não é necessariamente delimitado no espaço, sendo possível inserir a lógica e o fortalecimento das relações em rede – redes de cidades de uma mesma região que pode, ou não, ser delimitada fisicamente. São outras relações e interações que estão sendo incorporadas nas políticas públicas de planejamento territorial. O planejamento territorial, por sua vez, passou a estar mais voltado à inclusão da multiplicidade do território, considerando o envolvimento e as disputas de agentes produtores do espaço, enquanto atores sociais que participam dos processos de decisões sobre o planejamento e a gestão territorial, segundo seus interesses políticos, econômicos, culturais e sócio-espaciais. As diferentes perspectivas desses agentes podem contribuir para que novos conceitos e novos recortes do território possam ser reconhecidos, assim como novas formas de relação e interação rural-urbana.

Passa-se, portanto, a relacionar o planejamento territorial à perspectiva de território enquanto espaço de disputa de poder entre distintos agentes. Porém, essa perspectiva não é explícita ao longo da trajetória do planejamento territorial no Brasil, gerando controvérsias sobre o que vem a ser território e, inclusive, o próprio planejamento e seus desdobramentos políticos e econômicos.

1.2.2 Planejamento territorial no Brasil

O planejamento territorial no Brasil, ao longo do século XX, apresenta um processo histórico, rico em desdobramentos, processos, entendimentos, conflitos e disputas conceituais e territoriais, envolvendo distintos atores sociais, sobretudo voltados à cidade e às questões urbanas. Mais recentemente, as questões rurais passaram a ser incorporadas nesse processo, sob o ponto de vista da área de Planejamento Urbano e Regional, principalmente a partir da implementação do ECidade em 2001. Desde então, todo o território (rural e urbano) passou a ter de ser planejado e, a partir de políticas de caráter mais democrático, todos os atores sociais (da cidade e do campo) passaram a ter o direito de serem agentes desse processo.

A ideia de planejamento foi sendo modificada ao longo de sua trajetória histórica, associada aos períodos políticos brasileiros. Assim, com base na divisão analítica de Queiroz Ribeiro e Cardoso (1996), divide-se a trajetória do planejamento territorial no Brasil em seis períodos, descrevendo as distintas formas de expressão e de conceitos de planejamento, bem

como os diferentes atores sociais envolvidos. Cabe mencionar que os quatro primeiros períodos apresentam um enfoque maior nas questões urbanas e os últimos dois ampliam esse enfoque, abrindo espaço para a inserção das questões rurais nos processos de planejamento no País.

(i) Planos de cidade e urbanização (décadas de 1920-1930)

O planejamento territorial, durante as décadas de 1920 e 1930, esteve diretamente associado aos planos de cidades dos centros urbanos, os quais buscavam dar conta da disputa de espaço entre os atores (novos e antigos) que passaram a compartilhar tais espaços. Esses centros passaram a ser o *locus* de atuação tanto do Estado quanto de novas articulações políticas e econômicas. O início da urbanização nesses centros modificou os arranjos locais do sistema sócio-político da época, que era organizado em torno do coronelismo. Segundo Queiroz (2006), apesar das lideranças políticas locais (grandes fazendeiros e produtores) continuarem no poder, novas classes sociais emergiram com as cidades. Nesse período, a propriedade de terra era um elemento essencial de poder, porém não exclusivo, pois não bastava apenas ser proprietário de terra e, sim, dever-se-ia ter acesso às articulações e às relações políticas e econômicas. Dessa forma, novas classes sociais ganharam força política, reunindo, na cidade, as elites políticas e econômicas (coronéis) e os trabalhadores e comerciários, além da burguesia industrial emergente. O espaço da cidade, desse modo, passou a ser compartilhado e disputado por todos como espaço político, econômico e, por consequência, físico.

Nesse sentido, a cidade passou a ter mais visibilidade e importância do que o campo, tornando-se vislumbrada e projetada como um espaço ideal de viver. Além disso, a cidade também passou a refletir, de forma mais direta, as ações políticas e econômicas do Estado, como centro de poder político, junto com as diferentes formas de apropriação do espaço físico pelas novas camadas sociais, diferentemente do conservadorismo da estrutura social que havia e permanecia no campo. A partir de tensões, articulações e disputas, a estrutura sócio-espacial da cidade partiu de uma lógica centro-periferia, passando a concentrar as populações de alta e média renda no centro e, as de baixa renda, na periferia. O Estado, por sua vez, fortalecido como agente produtor de espaço da cidade, passou a encomendar projetos de intervenções urbanísticas e higienistas, aos moldes dos que estavam sendo desenvolvidos na Europa, como o projeto de modernização e embelezamento de Paris, por Haussmann, no final do século XIX.

O Rio de Janeiro, capital federal à época, foi a primeira cidade a ter um plano urbanístico, o Plano Agache, como ficou conhecido, elaborado na década de 1920. Esse plano é considerado o primeiro movimento em prol de um planejamento urbano no Brasil. Porém, esse plano se caracterizava como um projeto urbano de grandes proporções. Esse plano

determinou a abertura de grandes avenidas e a construção de prédios públicos, voltados a ideia de adequar o papel dessa cidade ao de capital federal. De caráter higienista e racional, esse plano/projeto orientou a retirada da população de baixa renda que residia, até então, no centro da cidade, para que fosse possível a revitalização da área e sua adequação às classes de maior renda e poder econômico.

Nesse período, portanto, a ideia de planejamento urbano estava mais voltada ao território, como espaço físico da cidade, com foco na organização das áreas urbanas e suas atividades. Além do Rio de Janeiro, cabe mencionar também o Plano de Avenidas de São Paulo, de 1930, considerado um plano urbanístico, que remodelou e estendeu o sistema viário da cidade. Ambos os planos passaram a ser referências de planejamento urbano no Brasil, que visava qualificar e melhorar o espaço urbano da cidade, o qual deveria ser limpo, racional e com relações sociais bem definidas na distribuição hierárquica do espaço. Em contraposição a esse processo, foram criados os primeiros movimentos sociais urbanos que reivindicaram as ações do Estado, a partir desse tipo de planejamento que acabou afastando a população mais pobre dos centros de decisão: um dos primeiros processos de gentrificação de centros urbanos que explicita a disputa de poder no território através de agentes vinculados aos poderes políticos e econômicos da cidade.

(ii) Planejamento urbano e expansão industrial (1930 a 1945)

O planejamento territorial, durante a República Nova (1930-1945), passou a estar vinculado à expansão urbana e industrial de áreas periféricas ao centro urbano, sendo reconhecido como planejamento urbano, já na década de 1930, através da regularização da profissão. Com a quebra do poder político das grandes oligarquias, devido à crise de 1929, o projeto de nação e a centralização do poder central começaram a se fortalecer através da necessidade de diversificação dos produtos para a exportação. Esses, por sua vez, fortaleceram a burguesia industrial urbana, que se expandiu para as áreas periféricas das cidades.

O poder central foi intensificado com o Estado Novo, entre 1937 e 1945, através do governo autoritário de Vargas, o qual passou a regular gradativamente as relações econômicas voltadas à economia interna. Dessa forma, segundo Ianini (1971), novas concepções sobre a industrialização e o planejamento surgem como estratégias políticas de desenvolvimento do País, culminando em um projeto de capitalismo nacional ainda que pouco elaborado politicamente.

O processo industrial, a partir de então, consolidou-se no País, iniciando uma influência direta na estruturação das cidades. Segundo Hardman e Leonardi (1991), as áreas urbanas apresentavam as condições favoráveis à formação do desenvolvimento do capital

industrial, por concentrarem as atividades econômicas, de infraestrutura e serviços, bem como de circulação e distribuição de mercadorias, além do próprio capital que seria investido na produção. Houve, com isso, uma nova relocação da população residente nos centros urbanos, associada aos deslocamentos das indústrias para as periferias urbanas, através da associação de políticas de habitação, trabalho e renda. Assim, a dinâmica de localização das indústrias passou a ser elemento central na distribuição da população no território da cidade, abrindo, inclusive, as primeiras opções para as populações de baixa renda em relação à associação de moradia e trabalho. Essa estruturação sócio-espacial ampliou a expansão urbana das cidades, segundo diretrizes determinadas pelo Estado. Porém, mesmo com melhores condições de vida da classe trabalhadora, essa se distanciou dos centros urbanos, seguindo a lógica centro-periferia enquanto um projeto de cidade. Quanto mais cresciam as indústrias nas principais cidades, maiores ficavam as áreas periféricas urbanas e, assim, as cidades acabaram crescendo de acordo com o crescimento industrial.

A partir desse período, a visão permanente de planejamento consolidou-se como ação do Estado e profissão no País, porém, atrelado à política econômica do governo e das indústrias. Segundo Ianni (1971), foram as condições econômicas e políticas do País que transformaram a linguagem e a técnica de planejamento como um componente do sistema político-administrativo, de acordo com as conveniências do setor privado da economia, sobretudo ligado ao processo industrial. A profissão de planejador urbano, ou urbanista, foi reconhecida e regulamentada em 1933 e, com isso, foram instâncias técnicas dentro da estrutura governamental para auxiliar na elaboração dos planos de cidades, tanto na escala federal (Comissões de Planos) quanto na escala estadual (Departamentos de Municipalidades).

O planejamento territorial foi desenvolvido, assim, para além dos centros das cidades nesse período, voltado às áreas periféricas associadas aos processos de industrialização desses locais. Esse planejamento passou a ser elaborado através da assistência de órgãos públicos associados a empresas prestadoras de serviços, os quais elaboraram diversos planos diretores que tinham como premissa o controle do crescimento urbano relacionado aos serviços públicos. Os profissionais da área, portanto, passaram a ser novos atores que atuavam tecnicamente nas determinações sobre o planejamento das cidades através de planos. Até então, tais planos tinham como base a divisão do território através do zoneamento do espaço físico, como o principal instrumento urbanístico que buscava adequar a ordem espacial da cidade à ordem produtiva industrial (FELDMAN, 2012). Assim, houve a ampliação de agentes envolvidos na disputa de poder sobre o território voltado às áreas urbanas.

(iii) Planejamento urbano e regional (1945 a 1964)

O planejamento territorial, após o governo autoritário de Vargas, durante o período do estado desenvolvimentista, entre 1945 e 1964, passou a integrar a escala regional de desenvolvimento urbano no território nacional, consolidando o planejamento urbano e regional no País. Tal planejamento foi caracterizado pela modernização das cidades e também do território nacional. Com o retorno do direito ao voto e do sistema político partidário, a partir da nova Constituição de 1946, houve uma reorganização da vida política e institucional. Ocorreu a rearticulação de partidos políticos, que representavam os interesses das classes e categorias sociais emergentes, fazendo com que se rompesse o sistema partidário estadual da primeira república. A imprensa passou a ser um importante veículo de divulgação dos diferentes projetos políticos e sociais de tais classes e categorias.

O território nacional passou a ser planejado como um todo, através do fortalecimento da política econômica do País e da intensificação do processo de desenvolvimento econômico, o qual passou a contar com metas para o crescimento da produção industrial e para a ampliação da infraestrutura nas cidades em todo o território nacional. Foram feitos grandes investimentos na transformação e integração do território brasileiro, através da construção de grandes rodovias nacionais que interligavam as cidades de diferentes regiões. O centro integrador do território nacional passou a ser Brasília, construída para ser a nova capital nacional, pensada estrategicamente como um centro geopolítico voltado à expansão e à integração do território nacional. O poder local e as lideranças políticas são reposicionadas para esse centro geográfico, em um contexto político e econômico novo, no qual o planejamento e o desenvolvimento regional se destacaram como política econômica aplicada ao território. As metas que visavam à integração nacional foram planificadas pelo Estado, que pretendia resolver os problemas de desequilíbrios regionais, principalmente em relação à concentração do desenvolvimento econômico no Sudeste. Apesar de haver a proposta de equilibrar as regiões através da valorização das especificidades regionais junto aos processos de desenvolvimento econômico e regional do País, o Estado acabou conquistando espaços “vazios” e povoando o território nacional através da inserção homogeneizada do sistema capitalista, associado ao alargamento das funções do Estado (VESENTINI, 1987).

As cidades, independentemente de sua identidade e escala, tornaram-se o foco da urbanização capitalista através do planejamento urbano e regional determinado pelo Estado. Na década de 1950, como política nacional, a questão do planejamento regional consolidou as novas teorias econômicas sobre as relações econômicas internacionais dos países ditos subdesenvolvidos, difundidas por uma comissão latino-americana (Comissão Econômica da América Latina – Cepal) e aplicadas no Brasil pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). O ideário dessa Comissão apontava para o fato de que os países latino-americanos

deveriam reduzir a exportação de produtos primários e a importação de produtos industrializados, investindo mais na indústria nacional, para que pudessem alcançar uma maior autonomia em relação aos países centrais. Nesse sentido, foram investidos consideráveis recursos financeiros internacionais no País, os quais geraram grandes dívidas externas, a exemplo do modelo de desenvolvimento econômico e regional do governo Juscelino Kubitschek (JK), entre 1956 a 1961.

O Plano de Metas de JK foi o marco fundamental do planejamento mais centralizado da economia brasileira, no qual as determinações de metas levaram Brasília a ser considerada a meta-síntese de um novo Brasil. Corresponhia a um ideal nacional de cidade e de planejamento urbano voltado à reprodução do capitalismo urbano – identidade nacional que se queria para o País (VESENTINI, 1987). A construção de Brasília marcou o momento de mudanças e de ressignificações políticas, econômicas, ideológicas e culturais no País, destacando o planejamento urbano e o urbanismo brasileiro internacionalmente. Brasília passou a ser o exemplo mais concreto de cidade modelo e foi a mais amplamente discutida nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs) desde 1928 (HOLSTON, 1993). A nova Capital, inaugurada em 1960, foi o ícone da industrialização e do desenvolvimentismo brasileiro, relacionado à nova forma de ocupação do território e à modernização das cidades.

Em contrapartida, a crise urbana se instaurou nas grandes cidades brasileiras. O crescente e acelerado processo de urbanização e industrialização aumentou, consideravelmente, a precariedade de infraestrutura e de serviços urbanos em relação às demandas crescentes da população. Inclusive a questão da produção alimentar não estava sendo mais suprida pelas áreas agrícolas próximas às cidades. A expansão urbana nas periferias das cidades, iniciada na década de 1940, foi potencializada na década de 1960, gerando um extravasamento das cidades para além de seus limites administrativos. Desse modo, por um lado, o planejamento urbano e regional se caracteriza pela modernização da cidade e do território. Por outro lado, as diferenças entre as regiões nacionais e entre as áreas das cidades aumentavam, a exemplo, respectivamente, das regiões Nordeste e Sudeste e das áreas rurais e urbanas. Tais diferenças tinham como base relações pautadas em visões dualistas entre pobres e ricos, ou atrasados e modernos. De qualquer forma, as áreas urbanas das cidades se reafirmaram como espaço da modernização e do futuro, em oposição às áreas rurais, relacionadas ao passado e ao seu caráter mais conservador. Essa visão dualista do País, segundo ressaltam alguns autores, como Oliveira (1987), o classificando em apenas dois tipos, um pobre e um rico, descartou a infinidade de brasis a serem reconhecidos e valorizados.

Nesse período, o planejamento territorial foi relacionado às questões urbanas, na escala local, e, também, às questões regionais, na escala nacional, buscando destacar as diferentes realidades entre as cidades e as regiões do País. Nesse sentido, pautado nas diferenças socioespaciais, buscou uma homogeneização dos espaços físicos das cidades, através da perspectiva de território que visava à produção do espaço através de um sistema de reprodução capitalista, pautada nas decisões dos agentes envolvidos com o Estado.

(iv) Planejamento tecnocrático e regiões metropolitanas (1964 a 1985)

Durante a ditadura militar, o planejamento territorial esteve relacionado às características autoritárias do período ditatorial, que instaurou um planejamento tecnocrata nos órgãos públicos de gestão do governo, principalmente com a criação das Regiões Metropolitanas – RMs (IANINI, 1971). Esse planejamento foi marcado por um Estado que passou a intervir na política do País de forma autoritária, a partir de órgãos técnicos estatais que deram suporte a uma tecnoestrutura, tais como IBGE e o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), através de estudos regionais e métodos de regionalização.

Bomfim (2007) explica que houve uma rearticulação estrutural dos interesses entre as classes dominantes, nas economias de países centrais e subdesenvolvidos, visando um processo de modernização e de formação de economistas, conjuntamente com a penetração de capitais e tecnologias externas, através de aportes tecnocientíficos. Segundo esse autor, não havia uma política econômica claramente definida no projeto geopolítico do governo militar, mas o papel econômico do Estado e da elite tecnoburocrática criada foram fortalecidos. Neste contexto, os economistas e outros profissionais burocráticos estatais acabaram assumindo uma visão autoritária do poder, via o saber técnico, e elaboraram planos governamentais articulados à dimensão geopolítica do pensamento militar, estrategicamente vinculada à ocupação territorial. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), por exemplo, buscavam continuar, de certa maneira, a resolver os problemas de desequilíbrios regionais, ligados diretamente aos projetos da industrialização nacional.

Nesse período, de acordo com Bernardes (1986), mesmo com os problemas de metropolização do espaço de grandes cidades, a questão urbana ficou mais focada nos problemas habitacionais, vinculada ao Banco Nacional de Habitação (BNH) e ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau). Porém, em meados dos anos de 1970, a problemática urbana, juntamente com a dos desequilíbrios macrorregionais, tomou mais atenção do governo, pois ambas decorriam de um mesmo processo espacial. Houve novamente uma reinvestida nas frentes de expansão e integração nacional, porém, dessa vez, através de relações políticas mais diretas entre o governo federal e os principais centros de poder local emergentes, ou seja, as metrópoles. Dessa forma, as discussões sobre planejamento urbano e regional se ampliaram, mas tinham como objetivo quebrar com a ideia

hegemônica e dos planejadores urbanos (arquitetos urbanistas) e inserir a multidisciplinariedade na discussão sobre as cidades. Algumas questões sobre economia urbana e regional foram apontadas pelo IPEA, como a teoria da localização industrial e do valor da terra. Através desse Instituto e do IBGE, foram desenvolvidos estudos sobre a criação de RMs.

As primeiras RMs foram criadas em 1973, assim como seus respectivos órgãos de planejamento e gestão, atrelados diretamente ao governo federal. Estrategicamente, o Estado, sob regime militar, determinava as diretrizes da política urbana nacional diretamente através dos órgãos metropolitanos, como forma de reduzir a influência dos governos estaduais e municipais. Em 1975, o desenvolvimento urbano se efetivou como modelo de desenvolvimento através de propostas inseridas no II PND, junto com a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas (CNPU). Nesse sentido, o planejamento e a gestão dos territórios metropolitanos foram marcados pelas características tecnocráticas do governo militar, voltadas à uma modernização conservadora do processo de planejamento.

Paralelamente a esses processos, cabe mencionar que, em relação às áreas rurais, em contrapartida à potencialidade e modernização das áreas urbanas, sobretudo das grandes cidades, algumas estratégias governamentais foram promovidas no sentido de difundir as áreas rurais como áreas dependentes do Estado. Segundo Escobar (1996), iniciou-se, nas décadas de 1970 e 1980, a difusão da ideia da pobreza rural, sobretudo nos países do terceiro mundo, justificando investimentos e medidas voltadas à subsistência das áreas rurais, através de créditos bancários assistência técnica e insumos agrícolas, a fim de que fossem supridas o que se dizia como necessidades básicas, em contraposição aos benefícios modernos existentes nas cidades. A partir de então, conforme o autor, o campo passou a ser visto basicamente em termos econômicos, iniciando algumas intervenções de bancos internacionais para subsidiar e acelerar os processos. Esses processos de produção eram, até então, tradicionais e foram considerados insatisfatórios. Dessa forma, os pequenos agricultores passaram a ser considerados sem condições de tecnificar seu processo produtivo como empresários agrícolas e nem de assumir a competitividade do mercado. Nesse sentido, as áreas rurais passaram a estar voltadas a grandes empreendimentos agrícolas de maior porte, marginalizando e direcionando populações rurais em direção às periferias urbanas metropolitanas.

O planejamento territorial, no período ditatorial, teve como característica básica a associação com as políticas autoritárias e as práticas tecnocráticas, que acabaram gerando modelos de elaboração de planos diretores igualmente autoritários, principalmente na escala metropolitana. Cabe mencionar que a maioria desses planos acabou distante da realidade empírica das cidades e das RMs como um todo, desconsiderando as reivindicações sociais

existentes. Os atores envolvidos com os movimentos sociais urbanos e também rurais foram marcados pela repressão política do Estado, explicitando que as decisões sobre os espaços da cidade e do campo eram controlados pelo poder central e seus agentes políticos e técnicos.

(v) Planejamento democrático e o Estatuto da Cidade (1985 até 2010)

Após a ditadura militar, com a abertura política do País, iniciada ainda na década de 1970, redirecionou-se a ideia de planejamento territorial às questões políticas públicas urbanas de caráter democrático, sobretudo após a Constituição Federal de 1988 (CF 88) e o ECidade em 2001. Até 2010, foram realizadas várias mudanças políticas, jurídicas e institucionais que respaldaram um conjunto de reivindicações sociais voltadas às questões de democratização da sociedade brasileira, bem como seus órgãos políticos representativos e de gestão. Atores que haviam sido reprimidos durante a ditadura militar e novos atores sociais passaram a atuar e levantar velhos e novos temas no País, envolvendo uma série de movimentos sociais, sindicatos e organizações acadêmicas. Dois importantes movimentos envolvidos foram o Movimento Nacional da Reforma Urbana (MNRU) voltado à política urbana da cidade, respaldada pelos artigos 182 e 183 da CF88, e o Movimento Nacional da Reforma Agrária (MNRA), voltado à política agrícola, fundiária e reforma agrária, respaldada pelos artigos 184 a 191 (BRASIL, 1988).

Algumas políticas públicas setoriais foram ampliadas pela CF88, na escala estadual, mas sobretudo nos municípios, que passaram a ser os entes federativos responsáveis pelo planejamento e a gestão de seu território como um todo, urbano e rural. Os estados, por sua vez, passaram a ser responsáveis pela criação de suas RMs, abrindo novas possibilidades para o planejamento e a gestão do território metropolitano. A temática urbana, desse modo, foi retomada com força total em diversas áreas, utilizada a frente de distintas lutas voltadas às transformações sociais tanto na cidade quanto no campo, ou seja, abrangendo todo o território (CYMBALISTA, 2011; FERNANDES, 2010). Nesse contexto, o planejamento urbano e a regulação urbanística passaram a estar no seio das gestões municipais, de forma descentralizada e com uma maior autonomia. Segundo Cymbalista (2011), enquanto o MNRU lutava por um novo marco regulatório, na escala nacional, nos municípios, os grupos locais levantaram a bandeira de uma reforma urbana que propusesse instrumentos para superar a ideia da legislação como objeto puramente técnico, através de múltiplas alianças com as desigualdades sociais, jogando o peso do Estado e da regulamentação urbana a favor da democratização do espaço da cidade e não contra, como até então havia ocorrido.

Diferentemente da década de 1980, a década de 2000 foi marcada por novas correlações de forças políticas. Enquanto o MNRU agregou anteriormente os movimentos sociais de luta pela moradia que pressionavam o Estado em prol de reformas, nos anos 2000, os novos movimentos foram justamente os atores fundamentais no processo de

redemocratização que deu um novo *tonus* político para a negociação e aprovação das conquistas anteriores (CYMBALISTA, 2011). Dois importantes marcos da política urbana nacional foram estabelecidos: o ECidade, em 2001, e o Ministério das Cidades (MCidades) em 2003. Primeiramente, o ECidade regulamentou os artigos 182 e 183 da CF88. Com isso, determinou o caráter progressista da política urbana nacional, a partir de diretrizes gerais e instrumentos voltados ao cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, bem como o direito à cidade e a sua gestão democrática. O MCidades, em um segundo momento, em conjunto com os Conselhos Nacionais das Cidades (ConCidades) reuniu os setores de Habitação, Saneamento, Transporte e Mobilidade e Programas Urbanos (regulação do solo).

Com os ConCidades, implementados em 2004/2005, foram iniciadas as conferências municipais, estaduais e nacional, abrangendo comitês técnicos com temas específicos (habitação; saneamento ambiental; trânsito, transporte e mobilidade urbana; e planejamento e gestão do solo urbano), efetivando as instâncias de gestão democrática da política urbana previstas no ECidade nas distintas escalas administrativas. Os Conselhos e os Comitês são compostos por representantes das distintas esferas do poder público (federal, estadual e municipal) e da sociedade civil organizada, incluindo movimentos populares; entidades empresariais e de trabalhadores; entidades de profissionais, acadêmicos e pesquisadores; e organizações não-governamentais (CYMBALISTA, 2011). Cabe mencionar que, inclusive, alguns movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), também passaram a participar de tais instâncias, pautados em questões que atingiam as áreas rurais, sobretudo situadas em áreas periurbanas.

Dessa forma, o caráter federativo do País, após a CF 88, atribuiu grande responsabilidade e autonomia para os municípios, mudando, assim, as políticas locais. Junto com o ECidade, a CF88 redefiniu a função do plano diretor municipal, que foi elaborado em grande escala em inúmeros municípios, mudando a dinâmica da reforma urbana no início do século XXI. O plano diretor dos municípios passou a ser o principal instrumento da política urbana nacional, abrangendo as novas diretrizes, instrumentos e princípios. A partir de então, foram inúmeras as produções técnicas sobre o ECidade, tanto no âmbito político quanto na área de Planejamento Urbano e Regional, através de atores comprometidos com a trajetória da reforma urbana, desde novos movimentos sociais e técnicos de diferentes áreas (Direito, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia, etc.), bem como técnicos de prefeituras e segmentos acadêmicos. Todos mobilizaram a politização de novos temas sobre a legalidade urbanística e a necessidade da abertura da gestão urbana para outros atores sociais, sob um marco participativo (CYMBALISTA, 2011; ROLNIK, 1997).

Desse modo, tanto os novos planos quanto os planos diretores de desenvolvimento urbano existentes, elaborados nas décadas de 1970 e 1980, foram rebatizados, conforme Cymbalista (2011), como “planos diretores participativos”. Esse autor explica que os planos diretores anteriores, em geral, incorporavam a lógica da falta de investimentos em infraestrutura e equipamentos para a urbanização desejável para dada cidade, bem como eram instrumentos construídos por técnicos, sendo pouco ou nada discutido pelos atores que usavam e produziam a cidade. Esse objetivo está diretamente ligado à ideia de destacar a necessidade que o espaço físico das cidades se tornasse mais urbanizado, dentro da ideia de urbano como meio e elementos físicos. Diferentemente desses, os planos elaborados ou revisados, a partir da década de 2000, tinham como finalidade destacar a participação de distintos segmentos sociais que efetivamente constroem a cidade, incluindo, sobretudo, setores populares.

Corroborando com esse autor, durante esse período, houve um imenso empenho e esforço de grupos envolvidos com a agenda urbana, que tinha como prazo para a elaboração de tais planos até 2006, segundo o ECidade. Foram, portanto, elaborados centenas de planos, abrindo novas disputas em torno da política urbana e da regulamentação da terra nos municípios. O território retorna como campo de disputa entre diferentes agentes, que buscam decidir sobre as futuras ações nos espaços da cidade e, também, do campo através da participação democrática via o planejamento territorial.

(vi) Planejamento territorial e o Estatuto da Metrópole (depois de 2010)

Depois de dez anos de implantação do ECidade e de uma série de experiências de elaboração e revisão de planos diretores municipais, a partir de 2010, pautados nas diretrizes gerais da política urbana nacional, o planejamento territorial estabelecido no País, de caráter mais democrático, passou ser analisado a partir dos conflitos e disputas entre agentes.

As novas formas de gestão passaram a ser implantadas gradativamente através da proposta da governança, abrindo a possibilidade da participação de diferentes agentes, públicos e privados, nos quais o Estado passou a ter papel de mediador de conflitos (HARVEY, 2005). A intervenção de setores privados passou a ser mais integrada, inclusive dentro da própria estrutura governamental dos municípios, dificultando a aplicação das diretrizes de política urbana estabelecidas pelo ECidade, conforme algumas avaliações de planos diretores municipais. Segundo Santos Junior e Montadon (2011), os planos diretores elaborados desde o ECidade apresentaram problemas de inadequação dos instrumentos urbanísticos aplicados à realidade sócio-espacial e política estabelecidas nos territórios municipais. Tais autores destacam que houve a falta de um pacto social para o desenvolvimento urbano com efetiva gestão municipal democrática.

Mesmo com o ECidade, ainda há distâncias significativas entre técnicas de planejamento e política urbana aplicada nos territórios municipais. A gestão urbana segue sendo um debate político e econômico a ser compreendido e apropriado no processo de planejamento territorial. Corroborando com Cymbalista (2011), a trajetória do planejamento territorial, voltado à agenda da reforma urbana, passou de um discurso periférico, mesmo que aguçado, para o centro da política urbana nacional. Mesmo sendo necessárias, as mudanças institucionais e as inovações do ponto de vista técnico, segundo esse autor, não foram suficientes para transformar a problemática urbana do território.

Pode-se afirmar que a questão do planejamento territorial e da política urbana no Brasil tem sido ainda precária, mesmo com os instrumentos de política urbana respaldados pelo ECidade e pelas instâncias participativas criadas, de caráter mais democrático. Ainda o planejamento territorial está mais direcionado às políticas desenvolvidas pelos governos do que uma política de Estado. Além disso, continua sendo desenvolvido de forma fragmentada por setores e escalas governamentais que não dialogam em prol de um planejamento territorial efetivo. Como ressalta Maricato (2012), as cidades seguem piorando, apesar dos marcos legais da política urbana nacional, visto que a questão do direito à cidade e da função social da propriedade foram temas que não avançaram, apesar de estarem sendo o centro das propostas de reforma urbana há mais de 50 anos.

Além disso, ainda há controversas sobre o consenso e a clareza em relação à diferença entre política, gestão e planejamento, inclusive entre os técnicos da área, bem como sobre a heterogeneidade de diferentes cidades e regiões do País. O planejamento territorial segue voltado à visão, predominantemente, capitalista e urbano-centrada na produção do espaço, excluindo determinados atores e legitimando os interesses privados através de um planejamento dito democrático. Apesar da diretriz de gestão democrática das cidades, estabelecida pelo ECidade, nem todos os processos de planejamento territorial são construídos com o envolvimento da população. De qualquer forma, conforme Cymbalista (2011), a diretriz da gestão democrática das cidades passou a ser um dos instrumentos de luta social. Tanto para o corpo técnico das prefeituras municipais quanto para os técnicos das áreas envolvidas e lideranças sociais, o debate em torno da política urbana significa um processo de capacitação técnica e política contínua, voltada às questões territoriais. A questão urbana, segundo esse autor, se tornou um dos principais espaços de discussão sobre a reprodução de desigualdades, a partir da própria estrutura institucional e política que passou a ser também objeto de disputa. Os arranjos de atores sociais se instalam nas cidades e desenham, hoje, diferentes estratégias para a sua sobrevivência e domínio em seus territórios.

Além disso, depois de 40 anos de criação das primeiras RMs, as quais foram sendo enfraquecidas pelo planejamento territorial fortalecido na escala municipal desde a CF88, bem como pelas características históricas autoritárias e tecnocráticas que essa escala de planejamento estabeleceu, recentemente, em 2015, houve o resgate do debate metropolitano no País que foi efetivado através da implementação do EMetrópole, aos moldes das diretrizes gerais da política pública nacional do ECidade (BRASIL, 2015). Através desse Estatuto, foram criadas as regras para a governança compartilhada de grandes aglomerados urbanos que envolvam mais de um município, bem como fixadas as diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC) para as Aglomerações Urbanas (AUs) e RMs.

Não só no Brasil, mas, também, na Europa, conforme explica Ferrão (2013), a consciência metropolitana, nas políticas e no planejamento aumentou, sobretudo devido à emergência das novas demandas sociais, econômicas e ambientais, as quais implicam em soluções inovadoras de intervenção pública, de coordenação de atores e de articulações políticas. Novas ideias sobre RMs estão sendo retomadas a partir de temas como cidade-região ou região funcional, assim como sobre a visão convencional de governo metropolitano como governança metropolitana ou metro-regionalismo. Isso ocorre porque os critérios rígidos estatísticos e físicos não suprem mais a realidade das cidades e regiões de pertencimento, pois essas se encontram fluidas e demasiadamente fragmentadas.

Assim, as entidades governamentais metropolitanas, que foram instituídas, tendem a ser substituídas por coordenações mais flexíveis e abertas a atores não públicos, passando a ideia de governo para a de governança (FERRÃO, 2013). A diferença é que governo está associado ao conjunto de entidades político-administrativas e tem as atribuições de prosseguir com o interesse público e competências baseadas em autoridades do poder do Estado, ao passo que governança está associada a entidades públicas, semipúblicas ou privadas, nas quais há relações horizontais de parceria e cooperação através de arranjos colaborativos, pautados em relações temporais específicas. Tais arranjos, conforme Campos, Soares e Araújo (2016, p. 20), podem ser “fortes ou fracos, intermunicipais ou regionais, setoriais ou territoriais, financeiros autônomos ou dependentes da ação estatal, ou seja, de acordo com a ênfase na dimensão territorial de suas políticas e estratégias”. Os autores destacam ainda que, nesse sentido, há o desafio da capacidade de uma sociedade organizada territorialmente gerir os assuntos públicos, a partir da cooperação de atores sociais, bem como econômicos e institucionais.

O EMetrópole passou a ser um marco institucional da política urbana nacional voltada à escala metropolitana, visando ao fortalecimento dos órgãos existentes ou à criação de novas RMs. Porém, são inúmeros os problemas acumulados depois de quatro décadas sem um

planejamento territorial nessa escala. Alguns órgãos que continuaram existindo, se restringiam a setores específicos, como o de circulação e transportes metropolitanos. Tais órgãos e RMs refletem atualmente, segundo Campos, Soares e Araújo (2016), muitos problemas decorrentes da falta de diálogo entre os municípios metropolitanos, da alta concentração populacional, das desigualdades sociais e econômicas, da baixa qualidade de serviços e infraestrutura.

O envolvimento de agentes privados nos processos de planejamento e gestão territorial dos municípios, em conjunto com o sucateamento histórico, contribui para que as novas RMs fossem criadas a partir de critérios mais relacionados a acordos políticos e possibilidades de acesso a recursos financeiros por tais agentes. De acordo com os autores, há uma dicotomia entre os interesses políticos e técnicos voltados às necessidades sócio-espaciais. Para eles, os quadros técnicos devem estar qualificados para lidar com as questões contemporâneas dos espaços metropolitanos, tais como demandas integradas de serviços e infraestrutura, bem como com o controle do uso e ocupação do solo, principalmente em áreas limítrofes dos municípios metropolitanos, onde são maiores os conflitos e disputas entre distintos agentes (rurais e urbanos). Para isso, é importante que se garanta espaço para os técnicos nos processos de decisões sobre planejamento e gestão territorial.

Além disso, os autores também destacam a importância de reinterpretações do espaço metropolitano, em relação às múltiplas territorialidades existentes. Devem ser reconhecidas as diferenças sócio-espaciais e políticas existentes internamente nas RMs, bem como as coexistências e conflitos de espaços, a exemplo dos grandes adensamentos urbanos de áreas habitacionais, vazios urbanos e ruralidades existentes nas periferias municipais.

O período atual, portanto, abre novos desafios para o planejamento territorial, no sentido de incorporar atores sociais que, até então, não chegavam a participar das decisões sobre a política urbana, dada a separação e os conflitos de competência institucional existente entre as áreas urbanas e rurais, tanto na escala municipal quanto na escala metropolitana. No caso da metropolitana, o desafio de inserir atores sociais do campo, por exemplo, é maior, dada a priorização das questões urbanas relacionadas às metrópoles. Porém, se as atuais revisões de planos diretores de municípios metropolitanos seguirem, de fato, com o caráter democrático, conforme as diretrizes das políticas urbanas nacionais do ECidade e as novas diretrizes do EMetrópole, a atuação de populações marginalizadas de áreas urbanas e rurais será ampliada, provocando novos conceitos ainda não inseridos no planejamento territorial.

A trajetória do planejamento territorial, no Brasil, mostra, assim, que houve a inserção gradual de atores sociais ao longo dos distintos períodos de implantação e de características diferenciadas, as quais apontam interesses políticos e econômicos envolvidos, mesmo que,

em alguns períodos, tenham sido indiretamente disfarçados por interesses técnicos. Desde os planos de cidade voltados aos centros urbanos e o início do processo de urbanização, a ideia de planejar o território mostrou que as prioridades eram restritas e determinadas por um projeto de cidade desejado pela elite política, econômica e cultural da época. Essa elite, que se desloca do campo para a cidade, passa a ser o principal agente urbano que, junto com o Estado, determina o ideal de cidade, na lógica de centro-periferia. Essa mesma lógica segue até os tempos atuais, proporcionando a exclusão de parte da população dos processos de planejamento e gestão territorial, mesmo com as modificações legais e diretrizes de cunho mais democrático. As disputas e conflitos de espaços, nos territórios das cidades, seguiram mais explícitos nos seus centros, enquanto principal espaço político e econômico que determina o processo de produção capitalista do espaço. Porém, tais processos passam a ocorrer com a mesma lógica nas áreas periurbanas nas escalas municipal e metropolitana.

O planejamento territorial, na escala metropolitana, passou a ser o grande desafio atual de integração dos múltiplos territórios e processos de territorialização desenvolvidos, os quais passam a provocar a necessidade de novas redefinições sobre o território e seus agentes, em múltiplas escalas de atuação. Dentre esses, o Estado consiste no mediador de interesses, através da governança metropolitana. Além da integração das questões urbanas, as rurais e de interface rural-urbana passam a ser um desafio a ser incorporado nas decisões de planejamento territorial, reconhecendo que os atores sociais do campo são hoje também agentes produtores do espaço no contexto contemporâneo do território.

Dessa forma, o planejamento territorial e os novos atores atuantes nas políticas urbanas, no Brasil, provocaram desdobramentos em relação a novas definições estabelecidas entre rural e urbano, bem como em relação aos novos instrumentos de planejamento que possam ser apropriados ao contexto contemporâneo de análise do território, como o caso da interface rural-urbana. A perspectiva de território, enquanto espaço de disputa entre agentes, envolvendo tanto o espaço físico (abstrato e absoluto) quanto o espaço relativo, passa a integrar as ações de planejamento territorial. Isso possibilita um planejamento que inclui características de território, que extrapolem as definições e delimitações estanques entre rural e urbano, pois essas dependem das relações de poder existentes e impermanentes.

1.2.3 Novos atores e novos desafios

A perspectiva do território contemporâneo, que inclui a ideia de espaço disputado e apropriado a novas formas de gestão, como a governança, provoca um dos desafios atuais do planejamento territorial no Brasil: a inserção de outros atores, que não faziam parte dos processos de planejamento territorial no caso das políticas urbanas, como, por exemplo, a população rural. A partir da visão dicotômica entre urbano e rural, ainda utilizada no

planejamento territorial no Brasil, essa população relacionada ao rural passou a atuar como um novo ator social nas políticas públicas urbanas, que atingem hoje todo o território. A partir disso, surgem novos desafios em relação às delimitações entre rural e urbano, inclusive no que diz respeito aos atores sociais ligados a cada um deles, provocando a necessidade da inserção de novas definições, incluindo a interface rural-urbana como uma categoria específica.

As fronteiras conceituais e físicas entre urbano e rural, como mencionado no início desse capítulo, ainda são controversas e frágeis, no Brasil, sobretudo nas áreas periurbanas de municípios integrantes de RMs. É nessas áreas que se dão os maiores conflitos territoriais, potencializados pelos impactos do crescimento de uma urbanização que exclui populações urbanas marginalizadas da cidade legal e, também, populações rurais, igualmente marginalizadas dos processos de capitalização do solo rural. O acesso às políticas públicas urbanas, até o início do século XXI, era mais restrito aos movimentos sociais urbanos. Porém, com a criação do ECidade, em 2001, a escala de abrangência de tais políticas foi expandida para todo o território. Na escala municipal, inevitavelmente, a população rural passou a ser atingida por medidas e decisões tomadas sobre as áreas rurais, transformadas em urbanas ou em outras categorias criadas, como área rururbana. Mesmo com outras categorias de áreas, a totalidade do território municipal passou a ser definida como área urbana, ampliando a abrangência e a responsabilidade de planejamento na escala municipal.

Assim, a população rural, através dos movimentos sociais do campo, passou a lutar também pelo direito à cidade e à propriedade em todo o território. Atualmente, tais movimentos estão, cada vez mais, se inserindo nas políticas públicas urbanas, como estratégia de resistência e luta, com intuito de assegurar seus direitos e suas características rurais. Por um lado, há espaço para essa participação na gestão do território, garantido pelo ECidade. Mas, por outro, há conflitos em relação aos limites entre o que venha a ser área rural e área urbana, bem como em relação à competência sobre as áreas rurais que ainda são de competência da União.

Desde o ECidade, as áreas rurais e as áreas de borda rural-urbana devem ser planejadas. Porém, mesmo depois de dezesseis anos de sua institucionalização, pouco tem sido efetivamente desenvolvido nesse sentido. Como ressaltam Rech e Rech (2010), as áreas rurais de fato continuam sendo terras sem lei, gerando uma série de conflitos, legais e institucionais, como a questão da competência. As áreas rurais são de responsabilidade da União, ao passo que as áreas urbanas são de responsabilidade dos municípios. Como na maioria dos planos diretores municipais, sobretudo de municípios metropolitanos, as áreas rurais foram retiradas dos planos diretores, desde a implantação do ECidade, as populações

rurais também foram afetadas, haja visto que passaram a ser consideradas urbanas, em função da extinção das áreas rurais.

Dentre as justificativas, estão as relacionadas à arrecadação fiscal do IPTU, que incorreria sobre todo o território municipal e que, dessa forma, poderia retornar para o mesmo como um todo. Porém, isso pouco ocorreu. Os recursos municipais seguem centralizados nas áreas urbanas centrais e legais da cidade. Nos casos em que não foram extintas, as áreas rurais foram estabelecidas como futuras diretrizes de planejamento que seriam definidas de forma específica. O que também pouco ocorreu. Nesse sentido, por um lado, parte do território passou a estar em aberto no planejamento territorial e, por outro, foi criado um desafio para os planejadores urbanos, que, até então, não tinham o conhecimento das distintas realidades sócio-espaciais das áreas rurais. Desse modo, as populações rurais existentes de fato, mesmo que estejam consideradas como urbanas, passaram a sofrer o impacto de tais determinações, se tornando os mais novos atores envolvidos nas revisões dos planos diretores municipais, sobretudo nos processos de caráter mais participativos.

Outro desafio está justamente na decisão do que seja rural ou urbano no município. Isso acaba sendo definido por alguns agentes envolvidos nos processos políticos e econômicos locais, segundo seus interesses, os quais nem sempre incluem as demandas das áreas rurais existentes de fato. Desde o ECidade, o direito de participar dos processos de planejamento e gestão territorial foi regulamentado como um dos direitos da população, seja rural ou urbana. Mesmo em municípios onde não há políticas urbanas de caráter mais participativo, a população rural, representada por movimentos sociais do campo, buscou se inserir nos processos de planejamento territorial. Alguns casos, como no estudo de caso desse trabalho, obtiveram conquistas, como o retorno das áreas rurais ao plano diretor municipal.

Isso mostra como as definições estabelecidas no e sobre o território são impermanentes, e, hoje, dependem dos atores sociais envolvidos, os quais nem sempre são os agentes privados de maior influência política e econômica. Os atores sociais do campo, desse modo, passaram a interferir nas tomadas de decisões anteriores sobre a continuidade ou o retorno das áreas rurais, bem como suas demandas e diretrizes. No caso de um assentamento rural, para que sejam regularizados como tal, legalmente necessita estar situados em área rural, o que nem sempre é possível, em vista dos processos de retirada da área rural dos planos diretores.

Na escala metropolitana, os desafios são ainda maiores. Além das questões relacionadas ao próprio planejamento e a gestão territorial integrada entre os municípios, o conjunto de áreas rurais estão mais próximas aos grandes centros urbanos. A priorização das

áreas urbanas é ampliada, ao mesmo tempo em que as áreas rurais são desvalorizadas ou são revalorizadas como áreas de preservação ambiental ou de grandes produções agrícolas. As áreas de preservação ambiental ou de grandes produções agrícolas não incluem a parcela da população rural caracterizada por famílias de pequenos agricultores, a exemplo dos assentados rurais da Reforma Agrária. Depois de um longo período de precariedade da situação dos órgãos de planejamento e gestão metropolitana, somente em 2015, essa escala administrativa passa a ser revista e revalorizada no País. Somente alguns planos de desenvolvimento urbano integrado, voltados a questões de governança compartilhada (interfederativa), foram realizados, conforme determinações do EMetrópole. Porém, esse Estatuto determina que, até 2018, tais planos deveriam ser revistos ou elaborados, através de uma governança interfederativa desenvolvida em um órgão específico governamental (BRASIL, 2015).

Apesar da precariedade dos órgãos responsáveis pelo planejamento territorial, ou de sua inexistência, como o caso da RMRJ⁴, há hoje planos integrados sendo desenvolvidos e propostos com a inserção da área rural. A retomada do debate metropolitano, no âmbito das políticas públicas urbanas articuladas às questões rurais, desafia discussões teóricas, dando ênfase às interações e categorias de rural e urbano no território, bem como à inserção dos atores sociais provenientes do campo. Para esses atores, os centros metropolitanos são fundamentais, pois possibilitam o acesso às políticas públicas em geral, como as relacionadas aos seus aspectos culturais e econômicas, a exemplo das feiras e da própria agricultura urbana que vêm ocorrendo em algumas cidades.

A hegemonia da visão urbano-centrada no planejamento territorial, portanto, desafia algumas reflexões sobre a heterogeneidade do território, no qual há de se pensar em uma multiplicidade de características do espaço tanto rural quanto urbano, que ainda não estão inseridas nos planos de desenvolvimento urbano e regional no País, mas já encontram brechas nas determinações e políticas públicas implantadas e voltadas ao território como um todo. Uma das questões é sobre como será possível integrar os atores sociais do campo de forma a incorporar suas características específicas nos processos de planejamento territorial, considerando suas próprias perspectivas e relações com as dinâmicas territoriais no contexto contemporâneo. Além disso, cabe refletir sobre, até que ponto e de que forma, a interface rural-urbana pode ser reconhecida e inserida no planejamento territorial.

Outra questão a ser colocada é a possibilidade de integração, de forma equilibrada, entre as demandas dos atores sociais do campo e as reflexões distorcidas e controversas sobre as fronteiras conceituais e físicas estabelecidas nos territórios. Nesse sentido, busca-

⁴ Fundação para o Desenvolvimento da RMRJ (Fundrem) existiu apenas entre 1975 e 1989.

se um diálogo entre a ideia de espaço abstrato e absoluto, que ainda é utilizada no planejamento territorial, e espaço relativo, que depende das relações e disputas de poder nos distintos territórios que englobam áreas rurais, urbanas e de interface rural-urbana. Entende-se que um planejamento territorial, que inclua a perspectiva dos atores sociais do campo, possa ser uma oportunidade de trazer à tona o diálogo entre as duas ideias de espaço que coexistem como instrumento de planejamento, a partir da representação dessas perspectivas através de elementos territoriais que explicitem os limites entre rural e urbano no espaço físico.

2 MARAPICU NO TERRITÓRIO DA RMRJ

Os assentamentos do Rio de Janeiro tendem a contribuir para se romper com uma visão dicotômica onde o urbano se opõe ao rural, percebendo essa relação em múltiplas dimensões (CASTRO; CARVALHO; OTAVIO, 1988, p. 241).

Este capítulo tem por objetivo apresentar o estudo de caso e identificar as disputas e os conflitos existentes entre as áreas rurais e urbanas, a partir dos agentes que atuam na RMRJ e do planejamento territorial estabelecido na escala metropolitana e municipal. Destaca-se o Assentamento Marapicu, situado no município de Nova Iguaçu/ RJ, como o estudo de caso da pesquisa, bem como seu contexto de inserção no território metropolitano e municipal. Para tanto, são apresentados os métodos utilizados para o levantamento de campo, como a pesquisa bibliográfica voltada aos temas pertinentes ao estudo, a pesquisa documental voltada aos dados estatísticos, à rede de agentes que atuam no território e as escalas territoriais de análise. Também são apresentados como foi realizada a pesquisa de campo, através da qual foram selecionados alguns espaços-chave de pesquisa e os agentes-chave para as entrevistas.

O trabalho está apresentado em duas partes que correspondem a duas das escalas territoriais analisadas nessa fase da pesquisa. Uma, sobre a RMRJ, destacando a situação de Nova Iguaçu, e, outra, sobre esse Município, destacando a situação de Marapicu. Na primeira parte, são apresentados o padrão de ocupação do território e o planejamento territorial da escala metropolitana, apontando alguns dados controversos sobre as áreas urbanas e rurais, sobretudo em relação aos assentamentos da Reforma Agrária. Na segunda, descreve-se o processo de ocupação rural, urbana e rural-urbano de Nova Iguaçu, destacando a luta e a resistência do movimento social do campo. Além disso, a fim de caracterizar a comunidade de assentados rurais como um dos principais agentes-chave da pesquisa, apresenta-se o histórico sobre a formação e organização sócio-espacial do Assentamento (perfil das famílias, regularização fundiária dos lotes, habitação, serviços e infraestrutura, e atividades produtivas).

Como destaca Castro et al. (1998), os assentamentos situados em RMs vêm mostrando que o território não comporta mais a dicotomia rural e urbano no planejamento territorial. Entender a dinâmica territorial desses assentamentos contribui para que se possa extrapolar os conceitos dicotômicos entre rural e urbano e reconhecer a multiplicidade do território. O Assentamento Marapicu é um dos 45 casos de assentamentos existentes na RMRJ, situado na área periurbana metropolitana. Esse assentamento foi fruto das primeiras ocupações de terras no estado do RJ na década de 1980, que somente recentemente, em 2012, conseguiu a regularização fundiária da terra, graças às disputas que a comunidade de

assentados estabeleceu sobre as definições do que seja rural e urbano no território, a partir da participação nas políticas públicas urbanas, de caráter mais participativo.

2.1 LEVANTAMENTO DE DADOS

O levantamento de dados, a partir de uma metodologia que prioriza as questões interdisciplinar e sócio-espacial⁵, bem como a abordagem interescalar do território e seus agentes, visa associar a pesquisa bibliográfica e documental à pesquisa de campo sobre o Assentamento Marapicu (estudo de caso) e seu contexto de inserção metropolitano e municipal. A pesquisa bibliográfica foi a base da fundamentação teórica (Etapa 1), apresentada anteriormente no capítulo 1, focada nas questões sobre a interface rural-urbana e o planejamento territorial. A pesquisa documental e a pesquisa de campo configuraram a base do estudo de caso (Etapa 2), apresentadas nesse capítulo, focadas no Assentamento e nas entrevistas com os agentes que atuam no território. A figura 3 mostra o processo de desenvolvimento das três etapas gerais de pesquisa, incluindo a análise de dados (Etapa 3), apresentada posteriormente no capítulo 3.

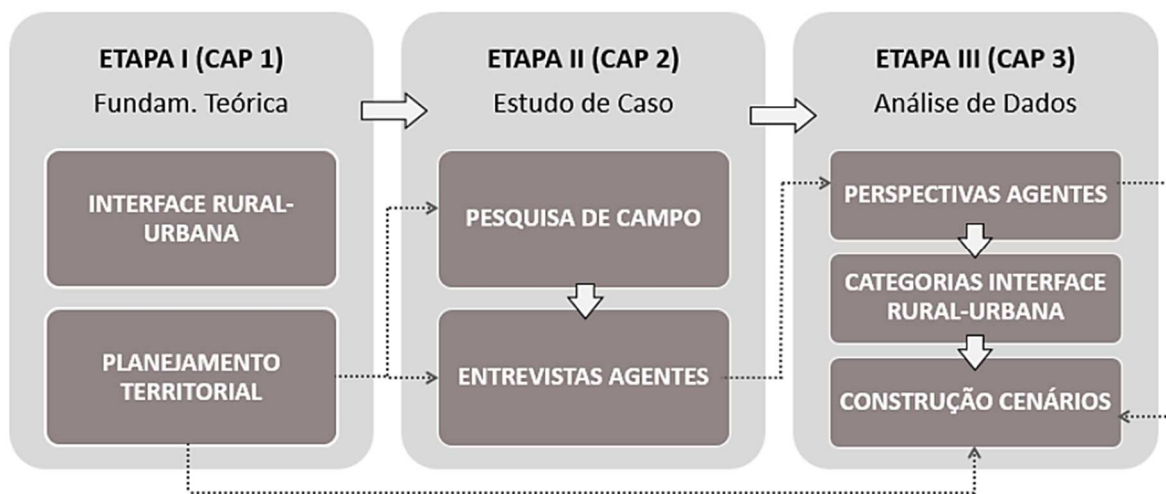


Figura 3 – Etapas gerais de pesquisa.

Apresenta-se algumas das questões relativas ao processo de desenvolvido, durante a pesquisa bibliográfica e documental e a pesquisa de campo, bem como um breve relato sobre a experiência etnográfica do trabalho de campo.

⁵ Souza (2013) diferencia os termos *sócio-espacial* e *socioespacial*, especificando que o primeiro (como utilizado na pesquisa) refere-se às relações sociais no espaço, enquanto o segundo refere-se ao espaço social propriamente dito, no qual nem sempre estão incorporados o espaço cultural e político, entre outros.

2.1.1 Pesquisa bibliografia e documental

A pesquisa bibliográfica e documental foi direcionada aos autores-chave, que trabalham de forma direta ou indireta com a área do Assentamento e com o planejamento territorial metropolitano, bem como a documentos disponibilizados pelos órgãos e instituições públicas que disponibilizam dados estatísticos sobre as áreas rurais, conflitos fundiários e assentamentos rurais existentes nos municípios metropolitanos, com destaque ao município de Nova Iguaçu e ao Assentamento Marapicu. A partir dessas informações, foi possível a construção da rede de agentes que atuavam nas diferentes escalas do território.

Em relação aos autores-chave da pesquisa, na escala metropolitana, deve-se destacar Abreu (2013), Barandier (2014), Costa e Tsukumo (2013) e Santos Junior et al. (2009), que contribuíram para as questões sobre o planejamento territorial, o histórico da ocupação do território e as questões voltadas ao planejamento territorial. Na escala municipal, destacam-se autores como Rodrigues (2006), Simões (2006), Silva (2013) e Ozório (2007), fundamentais para a compreensão sobre o processo de ocupação urbana e rural do território de Nova Iguaçu e suas implicações políticas e socioespaciais. Além desses, Alentejano (2003), Linhares et al. (2002), Medeiros et al. (2013); e Tinoco Souza (2013) contribuíram para apontar os aspectos sobre o movimento social do campo, sobretudo sobre os assentamentos, ocupações de terras e conflitos fundiários.

Em relação aos metadados, foram levantados dados estatísticos e informações específicas sobre a RMRJ, o município de Nova Iguaçu e os assentamentos rurais dos municípios metropolitanos em instituições das diferentes escalas governamentais, bem como em grupos e organizações sociais consideradas pelos assentados de Marapicu como parceiros⁶. Na escala federal, foram consultados: IBGE, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), IPEA, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Na escala estadual, foram consultados: Secretaria Estadual de Agricultura Fluminense (SEAF), Secretaria de Governo (Segov); Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do RJ (Ceperj); Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do RJ (Emater-RIO) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Na escala municipal, por sua vez, foram consultados: Secretaria Municipal de Agricultura (SEMA), Secretaria Municipal de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (Semuhamum).

Esses dados e informações foram, posteriormente, confrontados com os dados primários levantados na pesquisa de campo, confirmados, ou não, com informações

⁶ Correspondem aos que estão voltados aos mesmos propósitos das famílias assentadas em Marapicu.

levantadas através de alguns técnicos e pessoas envolvidas com esses órgãos e instituições, identificadas como principais agentes. A partir de então, foi construída uma rede de agentes que atuavam nas diferentes escalas territoriais, gerando um mapeamento dos órgãos governamentais, organizações sociais e grupos relacionados ao Assentamento Marapicu e seu contexto de inserção metropolitano e municipal. A partir desse mapeamento, algumas pessoas foram selecionadas como os agentes-chaves que seriam posteriormente entrevistados.

Para tanto, foram estabelecidas cinco escalas territoriais, quatro correspondem aos recortes territoriais estabelecidos pelo Estado: Federal (F), Estadual (E), Regional (R) e Municipal (M). A quinta escala corresponde a um recorte territorial estabelecido para a pesquisa, denominada escala Interna (I). A escala regional está associada a recortes regionais dentro de escalas administrativas diferentes. A RMRJ corresponde a um recorte regional dentro do estado do RJ, enquanto a Sub-Região da Baixada Fluminense, a um recorte regional dentro da própria RMRJ, ao passo que a Unidade Regional de Governo (URG) Cabuçu, a um recorte regional dentro do município de Nova Iguaçu. A escala interna, por sua vez, está associada aos limites físicos da área do Assentamento e seu entorno imediato, o qual representa a territorialidade estabelecida pelas relações sócio-espaciais do Assentamento. A tabela 1 apresenta a relação entre os agentes principais e suas escalas territoriais de atuação e que são descritos posteriormente.

Tabela 1 - Rede de agentes que atuam nas cinco escalas territoriais.

AGENTE	ESCALA					ÓRGÃO/ INSTITUIÇÃO/ GRUPO	ATUAÇÃO
	F	E	R	M	I		
Estado	x					INCRA	Assentamentos rurais no BR
	x					UFRRJ	Pesquisa acadêmica no BR
		x				Iterj	Assentamentos rurais do RJ
		x				INEA	Assistência técnica áreas de preservação
		x				Emater-RIO	Assistência técnica áreas rurais
			x			Câmara Metropolitana	Planejamento e gestão RMRJ
				x		Semuham	Planejamento e gestão de Nova Iguaçu
					x	SEMA	Área rural de Nova Iguaçu
CPT			x			Diocese Nova Iguaçu	Assessoria técnica na Baixada Fluminense
AS-PTA			x			Agricultura Periurbana	Assessoria técnica
Petrobrás	x					Agência concessionária	Gás natural
Grupo Light		x				Agência concessionária	Energia elétrica
MST	x					MST Nacional	Representação Brasil
		x				MST Estadual	Representação Rio de Janeiro
			x			MST Baixada Flum.	Representação Baixada Fluminense
Comunidade Assentados				x		AFRNI	Agricultores rurais de Nova Iguaçu
					x	UAMCA	Representantes assentados - Campo Alegre
					x	ACM	Representantes assentados - Marapicu
					x	Famílias assentadas	Responsáveis pelo lote - Marapicu

A partir do Estado, na escala federal, os principais agentes são o INCRA, responsável pela maioria dos assentamentos federais⁷, e a UFRRJ, que desenvolve pesquisas acadêmicas sobre os assentamentos e disponibiliza cursos específicos voltados aos assentados rurais da Reforma Agrária. O INCRA se divide em superintendências estaduais. Nesse caso, a responsabilidade é do INCRA-RJ, o qual também está presente na assistência técnica do Assentamento Marapicu. A partir do contato direto com os técnicos desse Instituto nas reuniões mensais do Assentamento, foi possível contatar outros técnicos que disponibilizaram as informações pertinentes à pesquisa. Através da UFRRJ, foi possível o levantamento de dados mais específicos sobre Nova Iguaçu e sobre Marapicu, através do contato e de entrevistas com pesquisadores e professores dessa Universidade. Na escala estadual, os principais agentes do Estado são o Instituto de Terras do RJ (Iterj), responsável pelos assentamentos estaduais, o INEA, responsável pela assistência técnica sobre as áreas de preservação, e a Emater-RIO, responsável pela assistência técnica nas áreas rurais. No caso do Iterj, assim como com o INCRA, a partir do contato direto com seus técnicos, que também participam das reuniões mensais de Marapicu, foi possível contatar as pessoas responsáveis que disponibilizaram dados pertinentes ao histórico da ocupação de terras no Estado. Cabe mencionar que um dos técnicos desse Instituto, posteriormente entrevistado, foi cedido à Prefeitura de Nova Iguaçu, justamente para trabalhar na regularização fundiária da área de Marapicu. A partir do contato com alguns técnicos do INEA, que participaram das reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) de Nova Iguaçu, foi possível compreender como se dá a assistência técnica voltada às áreas de proteção ambiental nas áreas de assentamentos. Na Emater-RIO, por sua vez, através de técnicos, que acompanham Marapicu desde a ocupação de terras, foram levantadas informações-chave para a compreensão do processo de ocupação sócio-espacial de Nova Iguaçu.

O principal agente do Estado, na escala regional, é a Câmara Metropolitana de Integração Governamental (Câmara Metropolitana), vinculada à Segov, responsável pela articulação governamental entre os municípios metropolitanos e pela implantação de um novo órgão metropolitano no estado do RJ, bem como pelo acompanhamento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDDUI) da RMRJ. Através da participação de algumas reuniões e workshops sobre esse plano, bem como entrevistas com seus responsáveis, foi possível levantar dados importantes sobre o planejamento territorial da RMRJ e suas implicações relacionadas ao Assentamento. Na escala municipal, os principais agentes são a Semuham, responsável pelo planejamento territorial de Nova Iguaçu, e a SEMA, responsável pelas áreas rurais desse Município. A partir da Semuham, que vem

⁷ Alguns assentamentos são de responsabilidade de órgãos estaduais, como o Iterj, e órgãos municipais, como o caso do Assentamento Marapicu que é de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

desenvolvendo o processo de regularização fundaria nos lotes do Assentamento, foi possível levantar dados sobre o território de Nova Iguaçu, a partir de dados cartográficos e digitais, bem como entrevistas com técnicos responsáveis. Na SEMA, através das reuniões do CMDR, foi possível compreender a dinâmica territorial dos assentamentos situados em Nova Iguaçu, além dos processos em relação aos recursos voltados às áreas rurais.

O Iterj e a Emater-RIO, assim como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Assessoria Técnica em Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA), são considerados pelos assentados rurais de Marapicu como parceiros, ou seja, como órgãos do governo e instituições que visam atuar junto ao Assentamento dentro de suas demandas, buscando a disponibilidade de informações e de recursos humanos e financeiros. A CPT é uma instituição vinculada a Igreja Católica que acompanhou as primeiras ocupações de terra no estado do RJ. Em Nova Iguaçu, essa Comissão atua em um território que corresponde ao antigo município de Nova Iguaçu, hoje correspondente a maioria dos municípios da Sub-Região da Baixada Fluminense. A CPT foi pioneira na mediação entre o Estado e as famílias assentadas em Marapicu, apoiando o Assentamento desde o tempo da ocupação em 1985. A partir de pessoas que representam tal Comissão, tanto nas reuniões mensais do Assentamento quanto em eventos relacionados ao movimento católico vinculado aos assentamentos, foram levantados dados sobre os assentamentos existentes no Estado e em Nova Iguaçu, através de contatos, debates e entrevistas posteriores. A AS-PTA, uma organização não-governamental (ONG), atua na escala regional da RMRJ, desenvolvendo trabalhos sobre agricultura urbana e periurbana de caráter agroecológico nos assentamentos. Esse agente foi o responsável pela inserção da pesquisadora em campo, pois, na época do início da pesquisa, estava trabalhando com alguns projetos com os assentados na área do Assentamento. Além da inserção de campo, essa ONG disponibilizou diversos dados e informações sobre os assentamentos da RMRJ.

A Petrobrás e o Grupo Light são agências concessionárias, responsáveis por macroestruturas regionais que cruzam a área do Assentamento. A primeira é uma empresa estatal de economia mista da escala federal, que mantém dutos de óleo e gás subterrâneos no Assentamento, sob os quais há uma via interna a área denominada de Alameda da Petrobrás. A segunda é uma empresa privada da escala estadual, correspondente à companhia de energia elétrica do Rio, que mantém linhas de transmissão elétrica de alta tensão. Ambas são agentes importantes para as atuais questões de conflito na área do Assentamento. Porém, nesse caso, não houve o contato com pessoas de tais empresas para essa pesquisa.

O MST é o movimento social do campo que representa os assentamentos da Reforma Agrária no País e nos estados, atuando em três escalas: federal, estadual e regional. A escala

regional, nesse caso, corresponde a Sub-Região da Baixada Fluminense, cuja representação específica desse movimento é um dos assentados rurais de Marapicu que foi entrevistado para a pesquisa. Além desse representante, outras pessoas envolvidas com esse movimento foram contatas, as quais disponibilizaram informações pertinentes a outros assentamentos, sendo possível uma visão mais ampla das ações dos assentamentos na RMRJ. A Comunidade de assentados, por fim, é o agente mais importante da rede de agentes que atua no Assentamento, correspondente a: Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu (AFRNI), que reúne os agricultores rurais de Nova Iguaçu, em maioria assentados da reforma agrária e atua na escala municipal; União das Associações do Mutirão de Campo Alegre (UAMCA), que corresponde à organização de assentamentos que integram o Assentamento Campo Alegre, na qual Marapicu é parte integrante; Associação de Camponeses de Marapicu (ACM), que corresponde à organização interna de Marapicu, representando-o perante a UAMCA e outros espaços políticos externos; e o próprio grupo de famílias assentadas em Marapicu. Através da AFRNI, houve o contato com o seu representante e com outros agricultores que vendem as suas produções nas feiras urbanas (Feiras da Roça). A partir do contato com o representante da UAMCA, foram levantados alguns dados sobre a realidade dos demais assentamentos de Campo Alegre. A partir da presidente da ACM, responsável pelas informações levantadas sobre o Assentamento, foi possível a inserção e acompanhamento em campo⁸. O grupo de famílias assentadas, por fim, corresponde aos agricultores assentados em Marapicu, responsáveis pelos lotes rurais dentro da área.

Desse modo, a pesquisa bibliográfica e documental propiciou o levantamento de dados secundários e temas pertinentes ao trabalho, orientado etapas posteriores durante a pesquisa de campo. A partir disso, os agentes-chave foram selecionados para serem entrevistados durante a pesquisa de campo propriamente dita, a fim de aprofundar as informações coletadas.

2.1.2 Pesquisa de campo

A pesquisa de campo ocorreu durante 26 meses, entre outubro de 2014 e dezembro de 2016, dividida em duas fases: exploratória (2014-2015) e direcionada (2015-2016). Ambas as fases tiveram como base o método etnográfico, para o levantamento de dados e a observação não participante, utilizando a aplicação de entrevistas e o registro em caderno de campo, fotografias e croquis como principais instrumentos durante os espaços-chave da pesquisa.

⁸ Esse contato também tinha o papel de avisar sobre as condições de segurança para não correr riscos em relação à violência existente nas imediações da área do Assentamento durante a pesquisa.

A fase exploratória correspondeu aos primeiros contatos com a comunidade de assentados e agentes que atuam no território, bem como à realização das entrevistas com os agentes-chave – selecionados a partir da rede de agentes. Essa fase foi iniciada através da participação mensal de reuniões, que ocorriam no Assentamento, reuniões da ACM. Além dessas, também foram acompanhadas outras reuniões e eventos importantes, realizados em órgãos governamentais e não governamentais, os quais foram definidos como os espaços-chave da pesquisa. Tais espaços propiciaram a compressão da dinâmica territorial do Assentamento e suas articulações sócio-políticas, bem como a definição de quem eram os agentes-chave a serem entrevistados. A fase direcionada, por sua vez, correspondeu à sequência da participação nos espaços-chave, visando o aprofundamento das informações, assim como para a atuação da pesquisadora como palestrante sobre a própria pesquisa.

Os espaços-chave foram fundamentais para a compreensão da organização sócio-espacial e política da comunidade, bem como se dava a inserção desta em outras instâncias governamentais. Ao todo, a pesquisa envolveu 33 participações em oito espaços:

- **Reunião da ACM:** dez participações nas reuniões mensais que contavam com a participação das famílias assentados de Marapicu e de outros assentamentos, assim como órgãos e instituições considerados pelos assentados como parceiros;
- **Feira da Roça de Nova Iguaçu:** três visitas à feira, que é o espaço de comercialização de produtos dos assentamentos, nesse município, e espaço social, político e cultural do movimento social do campo;
- **Assentamento Terra Prometida:** uma visita a outro assentamento de Nova Iguaçu, situado na zona norte do Município, com um grupo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ);
- **AS-PTA:** quatro participações em reuniões dessa ONG que realiza trabalhos de assistência técnica e capacitação sobre agricultura familiar e agroecologia urbana e periurbana em diversos assentamentos da RMRJ;
- **CPT:** dois eventos dessa instituição vinculada a Igreja Católica que auxilia e acompanha o movimento social do campo na Baixada Fluminense, tendo sido a principal interlocutora histórica entre a Igreja Católica e os assentamentos;
- **Emater-RIO:** duas reuniões desse órgão de assistência técnica do Estado que desenvolve programas específicos em comunidades rurais – Programa Microbacias (descrito adiante);
- **UFRJ e UFRRJ:** três eventos acadêmicos – uma palestra com a presidente da ACM na Faculdade de Economia (UFRJ) e uma apresentação da monografia de uma assentada na Pós-Graduação em Educação Agrícola (UFRRJ);
- **CMDR:** duas participações em reuniões desse Conselho, de responsabilidade da SEMA, que possibilitou o entendimento de como se dá a organização dos assentados como

representantes da população rural do Município, bem como ocorre a gestão dos recursos da Prefeitura para as áreas rurais do município; e

- **PDDUI:** seis oficinas como pesquisadora e doutoranda nessa instância regional-metropolitana, organizadas pelo Grupo Executivo de Gestão Metropolitana da Câmara Metropolitana.

Cabe destacar que as reuniões da ACM e as oficinas do PDDUI-RMRJ foram os espaços-chaves fundamentais para a pesquisa, das quais se partiu para a realização das entrevistas com os agentes-chave.

Em relação às entrevistas, foram entrevistados dezoito agentes-chave, através de dez entrevistas não-estruturadas e, oito, semiestruturadas. O objetivo era questionar os agentes-chave sobre suas perspectivas em relação à situação atual e futuras da área do Assentamento, tanto na escala municipal quanto na escala regional-metropolitana. Para tanto, foram realizadas entrevistas não-estruturadas, na fase exploratória da pesquisa de campo, e entrevistas semiestruturadas na fase direcionada. Os agentes-chave foram:

- **Profissionais e professores universitários:** cinco pessoas selecionadas que atuavam na região do estudo de caso, entrevistadas de forma não-estruturada. O objetivo era iniciar a inserção em campo, assim como o entendimento sobre os espaços rurais, o movimento social do campo e o planejamento do território nas distintas escalas territoriais: regional-metropolitana e municipal. O contato com essas pessoas continuou posteriormente, conforme necessidade e troca de informações sobre o estudo de caso, contribuindo para a seleção das pessoas que seriam entrevistadas de forma semiestruturada do primeiro e segundo grupo;
- **Comunidade:** dez assentados da reforma agrária (cinco de Marapicu e cinco de outros assentamentos da Baixada Fluminense) envolvidos diretamente com a rede sócio-política de Marapicu, através do movimento social do campo ou da comercialização de produtos na Feira da Roça de Nova Iguaçu. O objetivo era compreender a realidade interna das áreas dos assentamentos, principalmente de Marapicu, assim como as relações sócio-políticas e econômicas, relacionadas às ações políticas. Além disso, visava compreender como se dava tanto a comercialização de produtos quanto a produção de alimentos no meio rural. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os assentados de Marapicu e não-estruturadas com os demais;
- **Gestores públicos:** três funcionários públicos das diferentes escalas de governo, municipal e estadual-metropolitano, que atuam com o planejamento territorial de Nova Iguaçu e da RMRJ. Foram realizadas três entrevistas semiestruturadas nas respectivas secretarias de planejamento do Município e do Estado, com o objetivo de entender a visão dos atuais governos sobre os desafios, potenciais e perspectivas da área de estudo.

Com todos esses agentes-chave foram realizadas entrevistas não-estruturadas, que visaram abordar as questões iniciais da pesquisa de forma aberta. Tais entrevistas tinham um caráter introdutório ao trabalho de campo, a partir da compreensão do contexto territorial e sócio-político do estudo de caso e das políticas públicas que incidem no território e na comunidade de assentados. Essas entrevistas ocorreram durante as primeiras visitas de campo, através dos contatos iniciais com as pessoas identificadas como pertencentes à rede de agentes. Tais entrevistas orientaram a identificação dos agentes que seriam entrevistados posteriormente de forma semiestrutura.

As entrevistas semiestruturadas, a partir de critérios específicos, visaram questionar os aspectos referentes à percepção de cada um sobre a área do Assentamento Marapicu, em relação à situação atual e às perspectivas futuras. Essas entrevistas foram aplicadas aos agentes da comunidade e dos gestores públicos. Para os primeiros, decidiu-se entrevistar as pessoas responsáveis pelos lotes no Assentamento, especificando questões relativas à: regularização do lote, gênero, idade, participação nas reuniões da ACM e atuação como representantes em instâncias internas (ACM e AFRNI) e externas (conselhos municipais, sindicatos, etc.). Para os segundos, os critérios priorizam a atuação das pessoas nas três escalas territoriais de ação do governo: estadual, metropolitana e municipal, que tinham relações diretas com o Assentamento: uma arquiteta urbanista da Semuham (municipal), um técnico do Iterj (estadual), cedido para a Semuham (municipal) e um arquiteto urbanista do Semuham, cedido para a Câmara Metropolitana da Segov (estadual-metropolitano).

O roteiro das entrevistas semiestruturadas foi dividido em duas partes, uma com perguntas abertas e outra com perguntas fechadas. As perguntas fechadas, no caso da comunidade, foram direcionadas a questões gerais de caracterização da pessoa (perfil, família, origem, participação na ocupação da terra e ter outra residência) e sua produção (lote regularizado, estrutura, área, tipo de produção e comercialização), enquanto as perguntas abertas foram direcionadas a percepção de conflitos territoriais (agentes e recortes territoriais) e idealizações e cenários possíveis. No caso dos gestores públicos, as perguntas fechadas também buscavam a caracterização da pessoa (perfil e trabalho – instituição, setor, papel), assim como sua relação com os assentamentos da RMRJ, em especial Marapicu (se conhecia e há quanto tempo), enquanto as perguntas abertas foram direcionadas a conflitos territoriais; plano diretor e relação rural-urbana; planejamento territorial; idealizações e cenários possíveis (ver Apêndice A e Bi).

Em relação ao caderno de campo, registro fotográfico e croquis, estes foram os principais instrumentos etnográficos da pesquisa de campo, utilizados em quase todos os espaços-chave e nas entrevistas. O caderno de campo correspondeu a um “diário de viagem”, em que foi registrado o máximo de informações coletadas, tanto a partir da escrita quanto de

desenho. Essas informações eram redigidas posteriormente em um arquivo digital e associadas aos registros fotográficos significativos e a dados secundários levantados. Os registros fotográficos foram voltados ao levantamento da área do Assentamento e aos elementos territoriais significativos percebidos pela pesquisadora durante as entrevistas, selecionados para ilustrarem o caderno de campo e para representar as perspectivas dos agentes ao longo das análises de campo. Cabe mencionar que, além de fotografias, também ocorreram algumas gravações, dentre as quais houve a oportunidade de criar um vídeo sobre o histórico e a memória do Assentamento (publicado no *Youtube*⁹). Os croquis, por sua vez, foram uma forma de registro gráfico que contribuíram para a compreensão e interpretação dos dados levantados, tanto dados registrados no caderno de campo quanto nas entrevistas e registro fotográficos. Foram realizados desenhos que orientaram as análises de campo sobre os elementos territoriais e atributos da interface rural-urbana de Marapicu.

2.1.3 Experiência etnográfica

A experiência etnográfica consiste em um breve relato sobre o trabalho de campo, apontando as facilidades e as dificuldades que este tipo de pesquisa propicia e propõe. Havia a intenção, desde o início, de um aprofundamento no conhecimento da realidade de assentamentos da Reforma Agrária, como exemplo de uma comunidade rural em uma RM, através do método etnográfico e da pesquisa participante, como estratégia de pesquisa. Para isso, foi fundamental o tempo de 26 meses de pesquisa de campo, realizada paralelamente à pesquisa bibliográfica e documental, a fim de compreender tal realidade sob o ponto de vista de outros autores e de documentos que mostrassem como era o território pesquisado.

A ideia inicial era realizar a pesquisa em um assentamento situado na borda urbana da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), por já conhecer um pouco do contexto de alguns desses assentamentos, devido a trabalhos anteriores. Porém, através da oportunidade da pesquisadora de cursar disciplinas de doutorado, como aluno especial, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ, no Rio de Janeiro, houve a escolha do Assentamento Marapicu como estudo de caso por reunir os aspectos pertinentes à pesquisa: assentamento rural em meio a conflitos de identificação de área rural e urbana em um contexto metropolitano. O que mais instigou a pesquisadora, nesse assentamento, foi o fato de sua comunidade ter participado da revisão do Plano Diretor do município de Nova Iguaçu e ter influenciado o retorno da área rural nesse Plano Diretor. Isso gerou uma curiosidade para saber e compreender como foram e eram os conflitos entre os agentes envolvidos com a pressão imobiliária urbana sobre as áreas rurais e com o movimento social do campo junto às políticas urbanas, bem como quais eram as perspectivas, desses agentes,

⁹ Link: <https://www.youtube.com/watch?v=tmynEY7fiLw>.

em relação aos elementos físicos que estabeleciam as relações e interações entre rural e urbano no território. O fato de ser uma realidade metropolitana não conhecida exigiu um trabalho maior de pesquisa bibliográfica e documental ao mesmo tempo em que buscava ter oportunidade de conhecer a realidade desse Assentamento e de outros nesse contexto metropolitano. A pesquisadora passou a morar no Rio de Janeiro a partir de 2014.

A inserção de campo ocorreu através das feiras urbanas de Nova Iguaçu e a partir de contatos com uma ONG que desenvolvia trabalhos de assistência técnica nos assentamentos da RMRJ. A pesquisadora buscou visitar uma das principais feiras urbanas de Nova Iguaçu, a Feira da Roça, que ocorre no Centro uma vez por semana. Esse também foi um dos espaços importantes para que ela pudesse entender como se davam as relações entre a população rural e urbana do município, assim como as articulações entre os assentados de diferentes assentamentos e outros produtores rurais. Através das feiras, teve a oportunidade de conhecer algumas lideranças e assentados de outros assentamentos, bem como os próprios assentados de Marapicu que não participavam das reuniões da ACM. Pode conversar e entrevistar essas pessoas e ter uma percepção diferente da que teve de dentro das reuniões. Além da Feira da Roça, também foi na Feira de Troca de Sementes, que ocorre anualmente na Catedral Municipal, promovida pela CPT, onde se reuniam os assentados envolvidos diretamente com a produção agroecológica e a sua promoção nos assentamentos, bem como pesquisadores e pessoas que também conheciam os assentamentos da Baixada Fluminense.

A pesquisadora chegou em Marapicu em outubro de 2014, com os técnicos da AS-PTA para participar da reunião mensal de organização interna da comunidade, as reuniões da ACM. Apesar de ter sido apresentada como pesquisadora da UFRGS, percebeu que a comunidade a relacionou diretamente com a AS-PTA e, por isso, foi bem recebida. Desde então, passou a participar dessas reuniões mensais, quase que todos os meses, como observadora de seus processos internos, visando compreender como eram as práticas sociais desse grupo e suas articulações políticas. Compreendeu que eles tinham abertura e interesse em pessoas que viessem somar na luta a favor da permanência do Assentamento como área rural, visto que explicou que sua pesquisa se tratava de buscar valorizar as áreas rurais junto ao planejamento urbano.

O deslocamento da Capital para Nova Iguaçu era realizado de carro, no caso do Assentamento, ou de trem, no caso da Feira da Roça. O trem possibilitou observar como era a dinâmica de circulação da Baixada Fluminense desde a Capital. Para o Assentamento, inicialmente, foi de carona com as pessoas da AS-PTA, mas logo passou a usar um veículo próprio, inclusive dando carona a uma das técnicas dessa ONG, que era uma assentada em outro assentamento no município de Magé, próximo à Nova Iguaçu. No final de 2014, por falta de recursos, essa ONG encerrou suas atividades. Cabe mencionar que, por um período, eles

buscaram desenvolver um projeto sobre a memória de Marapicu, envolvendo pesquisadores e professores da UFRRJ, no qual a pesquisadora buscou se envolver, a fim de aprofundar seu conhecimento sobre o assunto e também fazer contatos. Porém, esse projeto não ocorreu também por falta de recursos.

As reuniões da ACM eram previamente agendadas, normalmente na segunda quinta-feira do mês. Porém, um ou dois dias antes, a pesquisadora entrava em contato com a presidente dessa associação para ver se a visita era possível, visto que a região e a área do Assentamento, especificamente, tinham questões de segurança que podiam restringir a viagem, como ocorreu algumas vezes. Esses contatos prévios eram usuais para todos os pesquisadores e/ou técnicos que participavam das reuniões. Nem sempre a reunião era na área do Assentamento porque eles haviam perdido a estrutura que tinham no lote coletivo, no qual havia uma pequena construção que havia sido saqueada e queimada. Os assentados explicavam que isso havia ocorrido como forma de pressão para que eles saíssem da área. Por isso, as reuniões ocorriam em outro lote ou na casa da presidente da ACM, na Vila Aliança – loteamento popular vizinho. Eram poucos os assentados que permaneciam à noite na área do Assentamento devido a ações de violência que ocorreram. A maioria tinha outra residência nesse loteamento. Isso não assustava a pesquisadora, pois a presidente da associação transmitia certa segurança em relação ao controle da situação. Ela explicava que esses problemas haviam melhorado e que eles estavam em uma fase mais tranquila, pois tinham feito alguns acordos com os responsáveis por esses fatos, como, no caso, os “donos” das duas redes de tráfico dos dois loteamentos populares vizinhos (Vilas Aliança e da Marinha). Para essas redes, a área do Assentamento era utilizada como rota de fuga. Ela aconselhava que, se por acaso, alguém a abordasse, era para dizer que estava indo na casa dela¹⁰. Essa realidade não era específica do Assentamento e, sim, da maioria das comunidades (favelas) do Rio de Janeiro.

Para chegar à reunião dentro do assentamento, a pesquisadora passava na casa da presidente da ACM, na Vila Aliança, para lhe dar carona, assim como para outros assentados que estavam lá, bem como para carregar os preparativos das reuniões (atas, documentos, café e lanches). Essa casa era a referência do Assentamento fora da área, onde, por vezes, também ocorriam as reuniões, principalmente em dias de chuva, quando a estrada interna do Assentamento impossibilitava o tráfego. Todos os documentos da ACM estavam nessa casa, onde morava, até o início da pesquisa, seu irmão (falecido em 2014) que foi uma das principais lideranças no Estado, sobretudo durante a ocupação de terras na década de 1980. A pesquisadora teve algumas oportunidades de almoçar nessa casa após as reuniões, pois era

¹⁰ Ela explicou que as pessoas que iam em sua casa eram vigiadas quando entravam e quando saíam da Vila Aliança, pois ela avisava que iria receber visita. Por isso, ninguém me parava ou me abordava.

convidada junto com outros participantes externos. Entendia que esse convite era uma forma de articulação entre as pessoas consideradas “parceiras” em torno das questões do assentamento, fortalecendo os contatos e trocando ideias sobre ações externas da comunidade, tais como processos na Prefeitura, no INCRA ou outro órgão público.

A reunião da ACM passou a ser o espaço-chave para a pesquisa de campo, no qual a pesquisadora pode compreender como se davam as dinâmicas socioespaciais e políticas do grupo e quais eram os agentes que atuavam junto ao assentamento. Através das questões internas, entendeu como era organizado o espaço do assentamento, o que eles produziam e quais os problemas e soluções que apresentavam, bem como eram os processos de decisões sobre as propostas de projetos desenvolvidos pelos agentes que atuavam na área. Alguns agentes eram considerados por eles como “parceiros”, como o caso da CPT, Iterj e Emater-RIO. Outros eram, em determinados épocas, inimigos, como a Prefeitura Municipal. O MST, diferentemente dos assentamentos no estado do RS, tinha pouca atuação nesse Assentamento no início da pesquisa, mas passou a ser mais atuante com o envolvimento de um dos poucos jovens que participava da ACM. Marapicu era mais articulado com a CPT, inclusive uma jovem do Assentamento era uma das representantes da CPT. Essa Comissão era importante historicamente para eles por ter contribuído na articulação necessária para a ocupação da terra desse e de outros assentamentos da Baixada Fluminense. Através da CPT, a pesquisadora teve contatos e oportunidades importantes de troca e aprendizado sobre os assentamentos da Baixada.

Os técnicos do Iterj e da Emater-RIO participavam de quase todas as reuniões. Apesar do Iterj não ser o responsável por esse assentamento, contribuía com informações técnicas e cursos que os assentados poderiam participar. Através desse Instituto estadual, que trabalhava em demais assentamentos vizinhos, a pesquisadora teve acesso a diversos dados e contatos desses e de outros assentamentos do Estado. A Emater-RIO também estava quase sempre presente nas reuniões, desenvolvendo trabalhos de assistência técnica. Assim como a CPT, a Emater-RIO acompanhou o Assentamento desde a ocupação de terras, o que contribuiu também para o acesso a informações históricas da área. A Prefeitura, por sua vez, passou a frequentar as reuniões em 2015, quando iniciaram um diagnóstico sobre a regularização fundiária da área. Seus técnicos foram importantes para a pesquisa por terem recebido a pesquisadora, posteriormente, para entrevistas e por disponibilizarem dados sobre Nova Iguaçu.

Depois de um ano de participação nas reuniões da ACM, a pesquisadora passou a combinar reuniões específicas sobre a pesquisa com o grupo de assentados. Os dois jovens citados e a presidente da ACM foram os principais interlocutores. Foi marcada, primeiramente, uma visita guiada à área do assentamento, quando a pesquisadora pode conhecer o espaço

como um todo e seus limites, visitando, inclusive o lote que era a sede da antiga fazenda, área que não pertencia ao assentamento. Depois de ter reunido algumas informações sobre o Assentamento e ter tido acesso a dados digitais, foi construído um mapa da área e marcada uma reunião para tirar dúvidas e realizar entrevistas. A pesquisadora iniciou, a partir de então, as entrevistas com alguns assentados, tanto nesse dia quanto em dias que participava das reuniões da ACM, focando mais nas questões da pesquisa sobre como era a perspectiva deles em relação à área do Assentamento seguir ou não como rural, bem como quais eram os elementos físicos do território que estabeleciam relações de conflito ou complementaridade entre as áreas rural e urbana estabelecidas.

Depois de mais seis meses de visitas e participação nas reuniões da ACM, a presidente passou a pedir à pesquisadora que fizesse as atas das reuniões. A pesquisadora entendeu que havia chegado no limite da pesquisa de campo, no sentido que deveria começar a se distanciar para iniciar a sistematização de dados e suas análises. Não foi fácil, pois a pesquisadora acabou se envolvendo e se acostumando a participar das reuniões, além de acompanhar alguns momentos importantes para o grupo. Porém, esse distanciamento foi necessário para que pudesse refletir sobre o que havia passado e todas as informações que havia coletado. A pesquisadora despediu-se, dizendo que iria retornar depois da conclusão da tese para deixar com eles uma cópia e principalmente os mapas que haviam sido desenvolvidos, o que para eles era um instrumento de organização interna atualizado. Posteriormente, a pesquisadora encontrou-se com os jovens que a acompanharam, indo na apresentação de uma monografia de um deles sobre agroecologia do Assentamento na UFRRJ. Também chegou a tirar dúvidas sobre alguns dados com eles à distância.

Além das reuniões da ACM, outros espaços também foram chave para a pesquisa de campo, como as reuniões de formação do movimento social do campo promovidas pela CPT. A partir dessas reuniões, a pesquisadora estabeleceu contatos com outros assentamentos e compreendeu, através de depoimentos, como tinha sido o histórico de luta da Baixada e como se davam as dinâmicas entre assentamentos. Chegou a ser convidada a palestrar em uma dessas reuniões, quando pode trocar e interagir sobre as áreas rurais na RMRJ e os assentamentos com outros pesquisadores e pessoas envolvidas com o movimento. A CPT também organizou uma dessas reuniões, em Marapicu, sobre a memória dos assentamentos. Esses momentos foram fundamentais para ouvir tal questão diretamente de lideranças e pessoas que vivenciaram as décadas de existência dos assentamentos e os atuais problemas, como o caso do não reconhecimento das áreas rurais nos planos diretores municipais. Tal fato foi ressaltado e associado às futuras revisões, quando haveria novas oportunidades de reinserção da área rural, como ocorreu em Nova Iguaçu.

Por fim, cabe também mencionar a importância das idas e tentativas de contatos e informações na Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, bem como das reuniões sobre o diagnóstico do plano estratégico metropolitano da RMRJ. Na Prefeitura, em um primeiro momento, a pesquisadora não conseguiu informações sobre o Assentamento ou sobre as áreas rurais de Nova Iguaçu. A Secretaria, responsável pelas áreas rurais, não tinha dados. Além de dados, a pesquisadora também tinha o interesse de conhecer os gestores públicos para realizar as entrevistas sobre a discussão da reinserção das áreas rurais no Plano Diretor, bem como sobre suas perspectivas atuais e futuras em relação à área de Marapicu. Foi através do Setor de Planejamento Urbano que conseguiu dados sobre o Município e, por consequência sobre as áreas rurais e os assentamentos. Nesse Setor, a pesquisadora se apresentou como arquiteta e pesquisadora sobre as áreas rurais do Município, sem mencionar os assentamentos, o que facilitou a abertura e a troca de informações. Além disso, através de um dos técnicos da Prefeitura, que era do Iterj, mas que havia sido cedido para o Município para realizar o processo de regularização da área do assentamento, teve o conhecimento das reuniões do PDDUI, na Câmara Metropolitana do estado do RJ. Mesmo no fim da etapa da pesquisa de campo, entrou em contato e teve inserção nessas reuniões como pesquisadora, quando pode acompanhar as diretrizes que estavam sendo estabelecidas para a RMRJ. Nessas reuniões fez alguns contatos-chave, com o presidente da Câmara Metropolitana, que era arquiteto da prefeitura de Nova Iguaçu e estava cedido ao Estado para o desenvolvimento desse plano. Acompanhou a finalização da etapa de diagnóstico do plano, questionando alguns aspectos sobre as áreas rurais. Teve acesso a informações sobre o conjunto dos 21 municípios da RMRJ, às quais não tinha tido acesso, pelo fato de não haver um órgão metropolitano que reunisse tais informações.

Toda essa experiência etnográfica foi registrada no caderno de campo, em conjunto com as fotografias e croquis. Nesse caderno, a pesquisadora anotava um relato do dia e passava a limpo em arquivo digital como forma de sistematizar as informações e selecionar dados considerados importantes para a pesquisa, servindo como um guia para a sistematização de dados, reunindo 150 páginas. Em diversas vezes, a pesquisadora utilizou tal caderno como forma de memória de campo e para a seleção de imagens. Depois de 26 meses de participação das reuniões da ACM e demais espaços-chave, bem como das entrevistas realizadas e mapas desenvolvidos, se sentiu autorizada a descrever o estudo de caso e as perspectivas dos agentes.

O levantamento de dados, portanto, através da pesquisa bibliográfica e documental, associada à pesquisa de campo através da experiência etnográfica, propiciou uma contextualização geral da RMRJ, a fim de entender como são estabelecidos os conflitos de dados sobre as áreas rurais e urbanas, principalmente relacionados aos assentamentos

situados nos municípios metropolitanos, em especial ao município de Nova Iguaçu e Assentamento Marapicu. Além disso, foi possível a caracterização do território de Nova Iguaçu e seu processo de ocupação sócio-espacial, em seu caráter rural, urbano e rural-urbano, propiciando uma compressão de como se formou o assentamento, seus conflitos e resistência dentro do contexto do planejamento territorial da RMRJ e de Nova Iguaçu.

2.2 TERRITÓRIO METROPOLITANO E ÁREAS RURAIS

A RMRJ foi uma das primeiras RMs criadas no Brasil em 1974. Essa RM foi um campo de disputa fundiária entre as elites econômicas e políticas e a população marginalizada. A lógica centro-periferia de ocupação do território metropolitano foi potencializada a partir da legitimação da conurbação entre os municípios e crescimento da malha urbana, chegando aos espaços rurais metropolitanos. A institucionalização da RMRJ foi correlata à unificação dos estados da Guanabara (capital Niterói) e do RJ (capital Rio de Janeiro) – antigo Distrito Federal (BRASIL, 1974).

Atualmente, de acordo com os critérios de integração espacial e econômica da Rede de Influência das Cidades (Regic), a RMRJ corresponde à segunda maior entre as 55 RMs brasileiras (COSTA; TSUKUMO, 2013). A área total metropolitana corresponde a 13% da superfície total do Estado, concentrando 74,09% da população (IBGE, 2010, 2015). Desde 2014, fazem parte desta RM 21 municípios: Rio de Janeiro (capital), Belford Roxo, Cachoeira de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, São Gonçalo, São João do Meriti, Seropédica e Tanguá (RIO DE JANEIRO, 2013). O município de Nova Iguaçu é um dos principais centros da Baixada Fluminense e é onde se localiza o Assentamento Marapicu. A seguir, a figura 4 apresenta a localização da RMRJ no País e no Estado, e a figura 5 apresenta a localização do município de Nova Iguaçu no território metropolitano, destacando a Sub-Região da Baixada Fluminense.

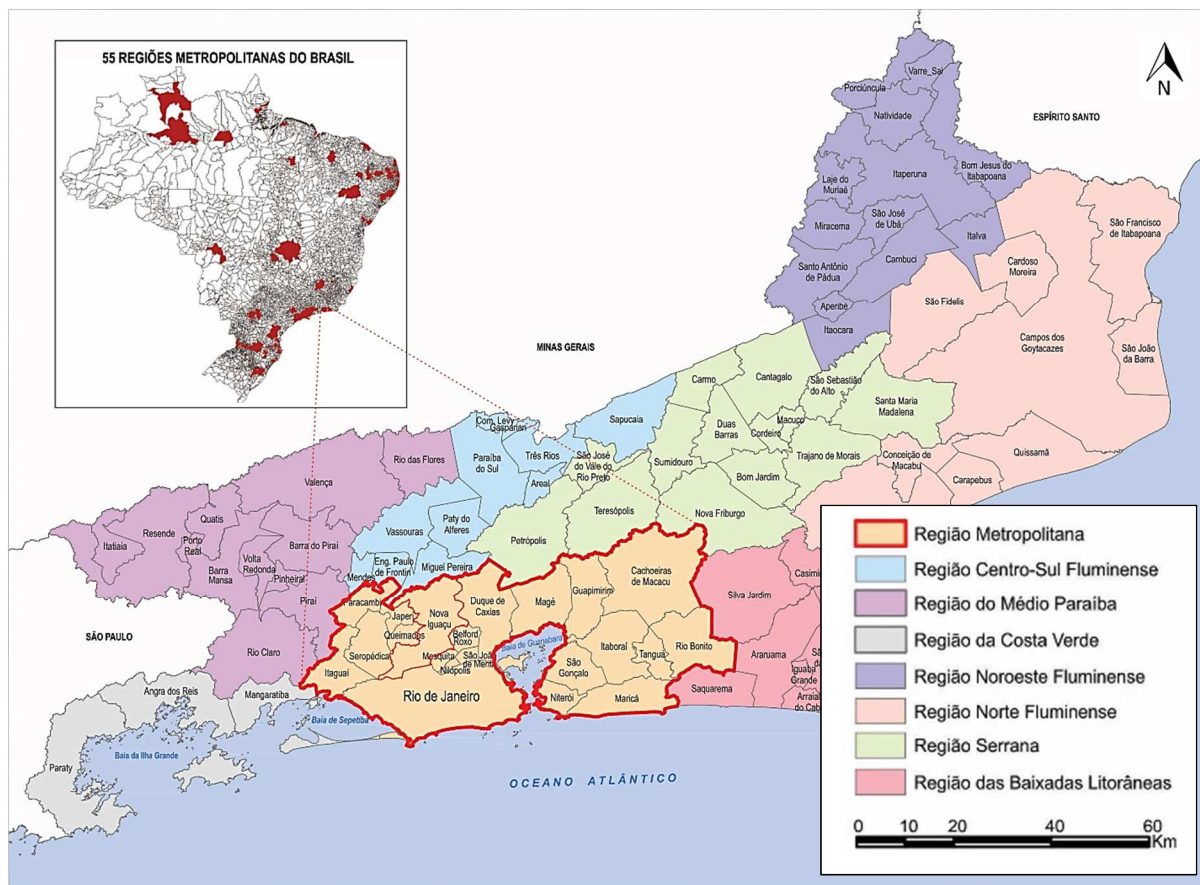


Figura 4 - Localização da RMRJ no Brasil e no estado do Rio de Janeiro.
 Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da Ceperj (2014) e IPEA (2013).

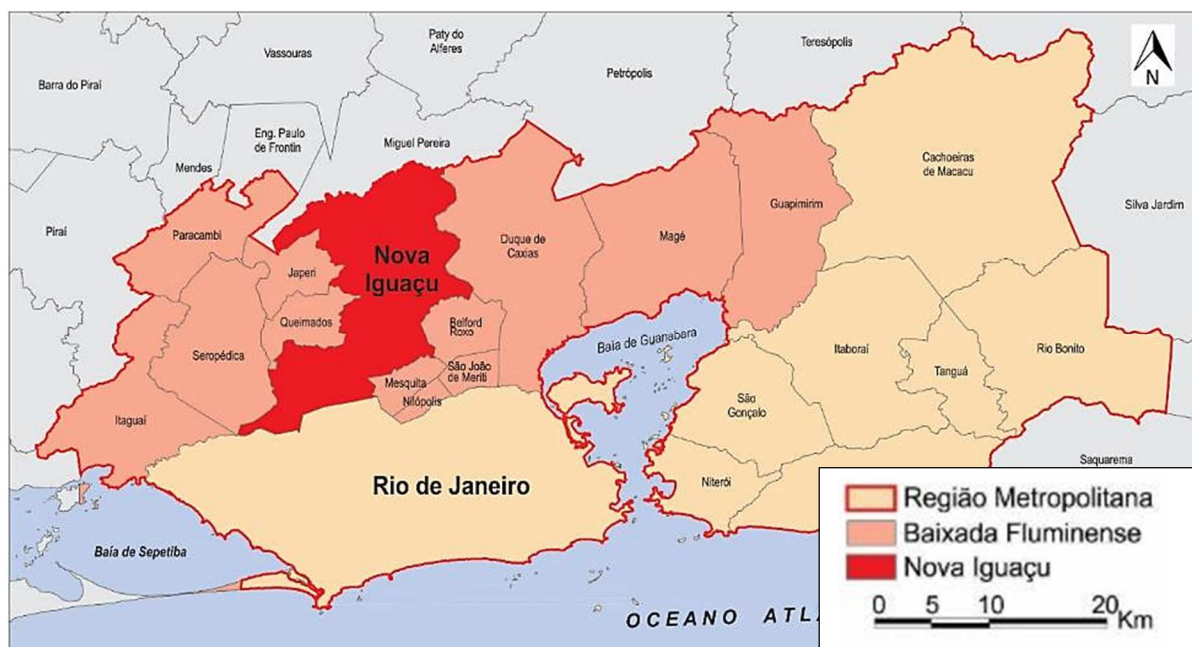


Figura 5 - Localização de Nova Iguaçu na RMRJ e Baixada Fluminense.
 Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da Ceperj (2014) e Google Earth (2015).

No contexto estadual, a RMRJ é uma das oito regiões administrativas do Estado, dentre as quais estão as regiões: Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas

Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde (Ceperj, 2014). Essa RM não tem hoje um órgão responsável pelo planejamento territorial na escala metropolitana, pois o órgão que existia, a Fundação para o Desenvolvimento da RMRJ (Fundrem), foi criado em 1975 e extinto em 1989 (RIO DE JANEIRO, 1975, 1989). Recentemente, desde 2014, o governo do Estado iniciou um novo processo para instituir um novo órgão metropolitano e aprovar um plano integrado metropolitano¹¹. Esse processo foi iniciado pela criação da Câmara Metropolitana (RIO DE JANEIRO, 2017, 2014). Ambas as instâncias fazem parte da Secretaria de Estado de Governo e estão responsáveis pela promoção e desenvolvimento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Integrado (PDUI) da RMRJ (RIO DE JANEIRO, 2015).

Cabe mencionar que, historicamente, a ocupação desse território metropolitano foi moldada principalmente pelos eixos de transporte, gerando vetores radiais do modo rodoviário e partindo da área central da capital em direção à região periférica, no caso a Baixada Fluminense (BARANDIER, 2014). O modelo de ocupação, segundo Abreu (2013), deu-se a partir da capital que passou a ser um núcleo hipertrofiado, onde estava concentrada a maioria da renda e dos recursos urbanísticos disponíveis. O autor explica que esse núcleo passou a ser cercado por estratos urbanos periféricos, os quais ficaram cada vez mais carentes de serviços e de infraestrutura à medida que se afastavam do núcleo. Esses estratos urbanos periféricos serviram de moradia e de local de exercício de atividades direcionadas a grandes massas de populações de baixa renda, refletindo a coerência e as contradições dos sistemas econômicos, institucional e ideológico das metrópoles brasileiras, nas quais os privilégios urbanos são direcionados às camadas mais ricas da população, em detrimento das mais pobres. Pelo fato da capital do RJ ter sido primeiramente a capital federal, tal modelo serviu de referência para outras cidades do País.

As relações entre o núcleo metropolitano, segundo Abreu (2013), e sua periferia estão correlacionadas, respectivamente, aos estados da Guanabara (Distrito Federal) e do RJ. O primeiro concentrava todos os recursos e vantagens urbanas, como obras suntuosas e de prestígio, enquanto o segundo se caracterizava como pobre, superpovoado e sem investimentos. O autor afirma que, mesmo com a unificação de ambos os Estados, tais distorções e diferenças seguiram e marcaram o padrão de ocupação desse território metropolitano, dentro de uma lógica centro-periferia desde 1975.

Esse padrão de ocupação é representado por Abreu (2013) como quatro mais ou menos concêntricas, a partir do núcleo central (capital), as quais estratificaram o espaço em

¹¹ Esse processo se deve à recente aprovação do EMetrópole, no qual há a determinação que, em um prazo de 3 (três) anos, todas as RMs do País devem elaborar um plano de desenvolvimento urbano integrado, criando uma estrutura de governança interfederativa, sob pena de incorrer improbidade administrativa (BRASIL, 2015).

níveis sociais e econômicos. Segundo o autor, houve um desenvolvimento de um complexo urbano compartimentado, o qual gerou um supercongestionamento no núcleo, com altos índices de uso do solo e ocupação do solo, e áreas tornaram totalmente ausentes de infraestrutura, equipamentos e transporte na periferia, com diferentes padrões de atividades e de uso do espaço informais. A figura 6 mostra uma imagem dessas faixas, destacando a faixa 3, onde se localiza o centro de Nova Iguaçu.

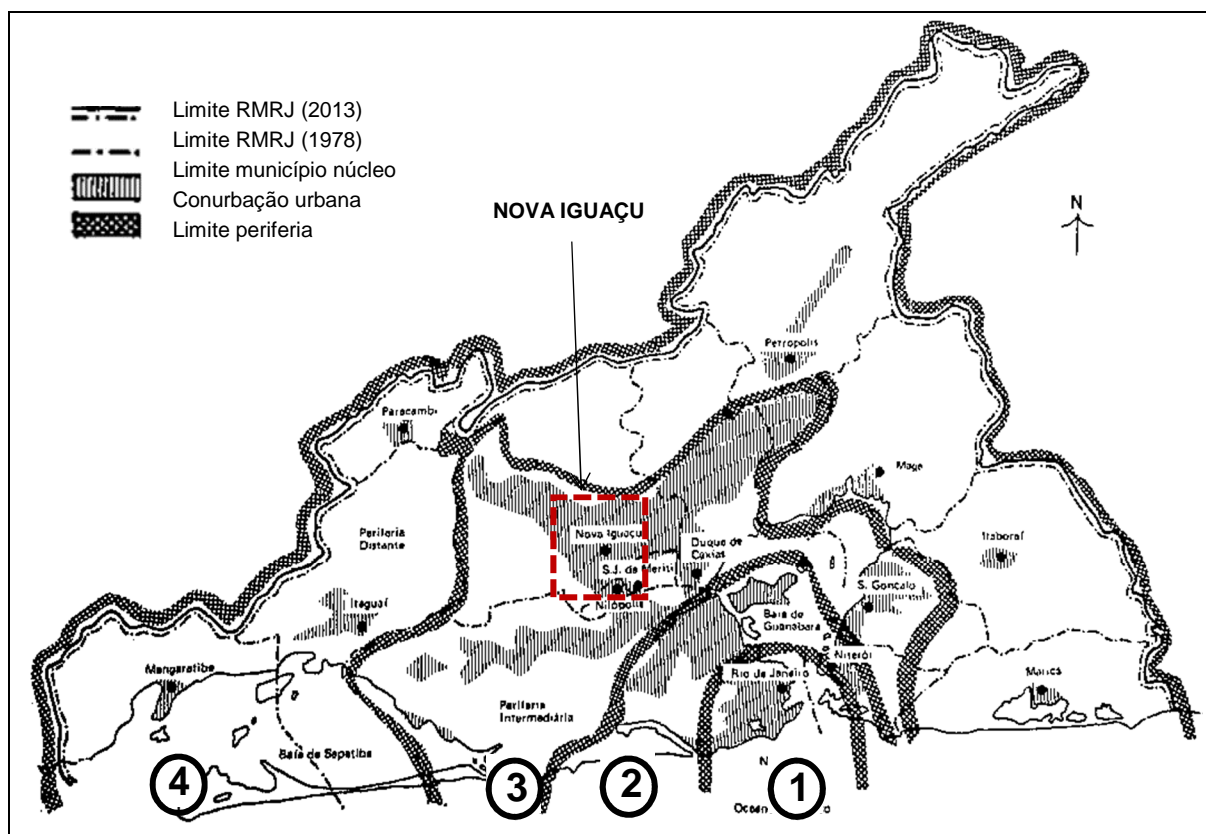


Figura 6 - Faixas concêntricas da RMRJ (1978).
 Fonte: modificado pela autora a partir de dados de Abreu (2013).

Essa imagem corresponde ao território metropolitano de 1978, quando Abreu (2013) mostra a conurbação urbana existente. Nesse ano, a RMRJ era composta apenas pelos 14 primeiros municípios. As quatro faixas concêntricas definidas pelo autor se caracterizam por: (1) **Núcleo**: concentrava os melhores padrões de infraestrutura urbana e de equipamentos sociais, ocupada por residentes que eram representantes das classes média e alta; (2) **Periferia imediata**: adequada à demanda social, caracterizando-se como o principal local de residência da classe média, reunindo na época os prolongamentos das zonas industriais mais antigas que irradiaram o núcleo e os centros de prestação de serviços de importância regional; (3) **Periferia intermediária**: configurava-se na área de expansão urbana metropolitana, cujas taxas de crescimento populacional eram as mais elevadas, reunindo a população pobre expulsa da área central e da periferia imediata, bem como as pessoas de fora do Estado que buscavam oportunidades de emprego; (4) **Periferia distante**: abrange o restante do território

metropolitano da época. Essa estratificação sócio-espacial reflete ainda hoje as mesmas características, porém, de forma mais acentuada.

Alguns períodos históricos marcam esse processo de ocupação urbana e regional. Cabe mencionar, principalmente, a metade do século XIX, quando houve a construção das estradas de ferro em direção às freguesias rurais do entorno capital, na época capital federal. Os eixos ferroviários foram os principais indutores da rápida expansão urbana periférica. A partir das estações ferroviárias, foram sendo construídos pequenos núcleos rurais nas freguesias, gerando ruas perpendiculares ao eixo ferroviário. Ao longo dessas primeiras ruas, os terrenos eram loteados, dando início ao processo de crescimento radial que foi sendo intensificado ao longo dos anos. Nesse sentido, os trens suburbanos foram sendo os principais propulsores da rápida transformação das áreas rurais, nas quais as fazendas foram sendo parceladas para fins de uso e ocupação urbana, dando início ao processo de integração física da Baixada Fluminense ao tecido urbano da capital.

Outro marco histórico importante para a expansão urbana desse território foi o crescimento do número de indústrias em direção aos subúrbios, entre 1906 e 1930, devido à remodelação da área central e da zona sul da Capital, expandiu a mancha urbana para além dos limites da, então, cidade do Rio de Janeiro (BARANDIER, 2014). Esse processo contribuiu para uma série de emancipações de distritos rurais do antigo território de Nova Iguaçu (centro da Baixada Fluminense), como São João do Meriti, Nilópolis e Duque de Caxias. Mais tarde, em 1946, outro marco importante foi a inauguração da Avenida Brasil (Rodovia Federal BR-101) que passou a ser um novo eixo rodoviário de expansão industrial em direção à região periferia. Essa Avenida também tinha como objetivo incorporar novos terrenos ao tecido urbano da capital, aumentando a acessibilidade dos municípios da Baixada Fluminense.

Segundo Barandier (2014), entre 1960 e 1970, houve grandes investimentos no modo rodoviário, projetos viários e ampliação da frota de veículos automotores e ônibus, os quais efetivaram a conurbação urbana entre o tecido urbano da capital, dos subúrbios ferroviários e dos núcleos urbanos da Baixada Fluminense. O autor explica ainda que há a intensificação desse processo a partir da década de 1980, a partir das políticas habitacionais e de transporte. Tais políticas promoveram novos investimentos em rodovias que contribuíram para um maior espraiamento da mancha urbana, interrompendo, assim, a expansão ferroviária. A partir de então, houve uma mudança do processo de ocupação do solo, esgotando a ocupação do solo no entorno das estações de trens e passando a ocorrer a ocupação nas áreas próximas aos acessos rodoviários. A figura 7 mostra a evolução da mancha urbana metropolitana, entre 1888 e 2007, destacando a expansão urbana orientada ao longo das principais rodovias federais, a partir da Capital.

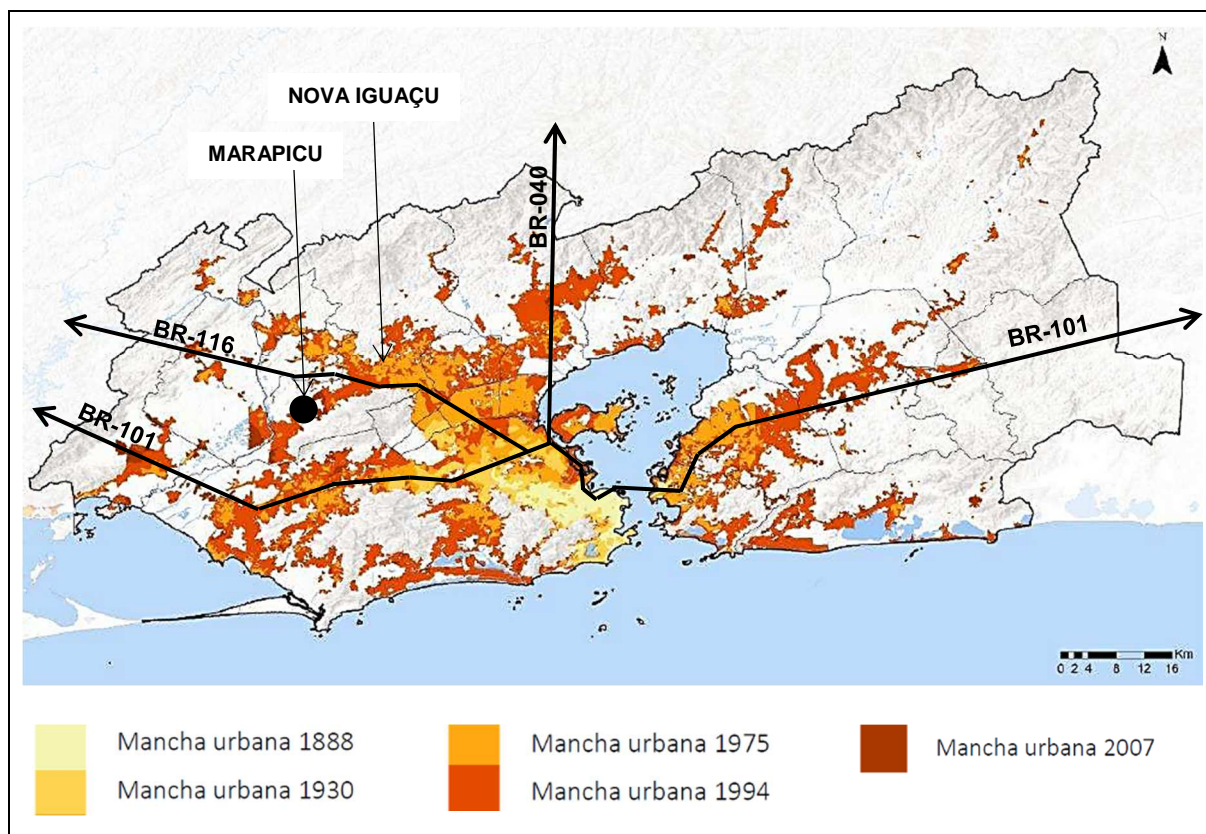


Figura 7 - Evolução da mancha urbana metropolitana da RMRJ.

Fonte: modificado pela autora a partir de dados do PDDUI (RIO DE JANEIRO, 2016).

Cabe destacar que, conforme destacado na figura 7, o Assentamento Marapicu situa-se na borda da mancha urbana de 1994, pois corresponde a uma ocupação de terras na década de 1980, mais precisamente em 1985. Essa ocupação ocorreu justamente em uma antiga fazenda que era propriedade pública destinada a ser um conjunto habitacional do antigo BNH, distante do centro urbano de Nova Iguaçu. Além disso, a figura mostra as principais rodovias federais que estruturam atualmente o território metropolitano, as quais são os principais vetores radiais de expansão urbana: BR-101 (Avenida Brasil); BR-116 (Avenida Presidente Dutra); e BR-040.

O padrão de ocupação do território metropolitano ocorreu sem um planejamento de desenvolvimento urbano integrado explícito, mas seguiu uma lógica radial que partiu do núcleo central (capital), considerando primeiramente os eixos ferroviários e posteriormente os eixos rodoviários como os principais vetores de expansão. Tais vetores foram e seguem sendo intensificados, principalmente em direção à Baixada Fluminense, cujo centro geopolítico é o município de Nova Iguaçu. Nesse sentido, são apresentadas algumas informações sobre o planejamento territorial existente e em desenvolvimento para a RMRJ e alguns dados estatísticos sobre os atuais municípios metropolitanos, destacando as questões referente às áreas rurais, sobretudo aos assentamentos existentes, em especial o caso de Nova Iguaçu e o Assentamento Marapicu.

2.2.1 Planejamento territorial

A RMRJ foi criada em 1974, inicialmente composta por quatorze municípios, sofrendo inúmeras alterações, em função da criação, retirada e retorno de municípios. Algumas dessas alterações se devem às emancipações que ocorreram no município de Nova Iguaçu, as quais originaram pequenos municípios vizinhos à Capital. Depois de sua criação, em 1990, o município de Petrópolis passou a integrar a Região Serrana, reduzindo o número de municípios para treze. Sete emancipações que ocorrem em 2001, nos municípios de Nova Iguaçu (Mesquita, Belford Roxo, Queimados e Japeri), Seropédica (Itaguaí), Magé (Guapimirim) e Itaboraí (Tanguá) aumentaram a composição para vinte municípios. Porém, em 2002, houve uma redução de três municípios que passaram a integrar as regiões da Costa Verde (Mangaratiba e Itaguaí) e Baixadas Litorâneas (Maricá). Em 2010, foram reinseridos dois municípios (Maricá e Itaguaí), aumentado de dezessete para dezenove municípios. Por fim, em 2013, outros dois foram inseridos (Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito), chegando aos atuais 21 municípios (RIO DE JANEIRO, 2013).

Os processos de saídas, inserção e reinserção de municípios se devem principalmente a interesses políticos, sobretudo relacionados aos atuais grandes projetos urbanos, como a instalação do Complexo Industrial-Portuário da Petrobrás (Comperj) e do Arco Rodoviário Metropolitano do RJ (Rodovia Federal BR-493/RJ-109) – Arco Metropolitano. Cabe destacar, por exemplo, a inserção do município de Cachoeiras de Macacu, que apesar de ser um município praticamente rural, fazia parte do Consórcio Regional Leste Metropolitano (Conleste)¹², instituído para o planejamento territorial voltado às instalações do Comperj.

Pelo fato de não haver um órgão de planejamento metropolitano, algumas regiões se organizaram estrategicamente para dar conta dos atuais projetos e articulações políticas entre municípios. Além do Conleste, destaca-se a Associação de Prefeitos da Baixada Fluminense, que reúne treze municípios, em um convênio com a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do RJ (Cedae) e o Ministério das Cidades em prol do saneamento ambiental da Região da Baixada desde 2003¹³. Porém, conforme Santos Junior, Britto e Garson (2009), essa associação não é capaz de articular interesses coletivos, apesar de haver uma forte identidade regional, diferentemente de outros agentes ligados a movimentos sociais, como algumas federações de associações de moradores dos municípios, e às organizações do setor privado, como a Federação das Indústrias do Estado do RJ (Firjan). Os autores destacam que há grandes dificuldades para a cooperação interinstitucional na RMRJ, dadas

¹² O Conleste reúne 7 municípios desde 2006 como um dos arranjos institucionais regionais da RMRJ.

¹³ A Baixada Fluminense, desde a década de 1950, é a principal região voltados às questões de saneamento e abastecimento de água para a RMRJ desde a década de 1950.

as desigualdades sociais e a ausência de políticas e instrumentos institucionais que promovam tal cooperação.

Apesar da recente atuação da Câmara Metropolitana, que tenta articular uma proposta de gestão voltada à governança metropolitana e ao planejamento territorial, através do PDDUI, desde 2014, há uma forte fragmentação institucional na RMRJ. Há pouca eficácia nas instâncias e mecanismos de interação intermunicipal, pois o planejamento e as ações territoriais integradas dos órgãos, agências ou conselhos sub-regionais existentes atuam de forma setorial. Somente através da Fundrem, entre 1975 e 1989, houve uma iniciativa nesse sentido, apesar de seu pensamento tecnocrata e ditatorial da época, centralizado no governo federal (SANTOS JUNIOR; BRITTO; GARSON, 2009; COSTA; TSUKUMO, 2013)¹⁴. Atualmente, segundo Santos Junior, Britto e Garson (2009), não há o interesse do governo estadual pelo planejamento e governança metropolitana, inclusive a própria Capital não atua como um articulador ou protagonista para uma interação intermunicipal. Segundo eles, houve uma proposta para que a Capital retornasse a ser o Estado da Guanabara em 2004, pois a falta de planejamento metropolitano acabou gerando problemas de superlotações de hospitais, poluição de praias e corpos hídricos proveniente dos esgotos de municípios periféricos.

Assim, a governança metropolitana da RMRJ, segundo o IPEA (2013), é desenvolvida através do compartilhamento entre poder público, iniciativa privada e entes da sociedade civil organizada, através de quatro arranjos institucionais: (i) Comitê Executivo de Estratégias Metropolitanas (Comitê Metropolitano), criado, em 2011, por órgãos públicos estaduais, instituição de ensino superior do Estado, fundações, institutos e empresas parceiras; (ii) Fórum Comperj, criado, em 2007, pelo Governo do Estado; Assembleia Legislativa do Estado (ALERJ); todos os municípios integrantes do Conleste; parceiros institucionais (bancos e MCidades); e entidades e organizações da sociedade, desde 2007; (iii) Agência Metropolitana de Transportes Urbanos do Estado do RJ (AMTU), criada, em 2007, pelo Governo do Estado, municípios metropolitanos, município de Mangaratiba (Região da Costa Verde), departamentos e companhias estaduais de estrada, transporte e logística; e (iv) Comitê de Bacias Hidrográficas, criado, em 2005, pelo Comitê da Bacia do Guandu e Comitê da Bacia de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá.

Dentre as ações desses arranjos institucionais, destaca-se o PDDUI, desenvolvido pelo Comitê Metropolitano. Esse plano estratégico, ainda em desenvolvimento, propõe um macrozoneamento que visa fortalecer as centralidades secundárias existentes ou potenciais

¹⁴ Os técnicos da Fundrem foram distribuídos em órgãos estaduais e parte de seu acervo foi perdido (IPEA, 2013). Essa situação repercute na dificuldade de se obter informações sistematizadas dessa escala territorial.

na RMRJ, a fim de reduzir a dependência da economia com o centro da Capital. Cabe ressaltar o tema Centralidades, um dos seis principais desse plano integrado, além dos temas de: Habitação, Patrimônio, Economia, Saneamento e Gestão. Com base na rede de cidades na RMRJ e polaridades-chave no território, foram determinados quatro níveis de centralidades, existentes ou previstas: (i) Nível 1: Hipercentro (Capital), de importância internacional; (ii) Nível 2: Centralidade Regional, de importância regional para a RMRJ; (iii) Nível 3: Microcentralidade, de importância local; e (iv) Nível 4: Centralidade Autônoma, de importância pontual, apenas para o município, como os centros municipais de municípios pequenos que possuem mais relações com seus vizinhos do que com a RMRJ. De acordo com os níveis de integração dessas centralidades, foram determinadas, por sua vez, cinco macrozonas que articulam e dividem o território, caracterizadas por elementos estratégicos e partes do território previstas para configurarem a reestruturação espacial. A figura 8 apresenta a divisão nessas macrozonas¹⁵, descritas a seguir, e suas principais centralidades.

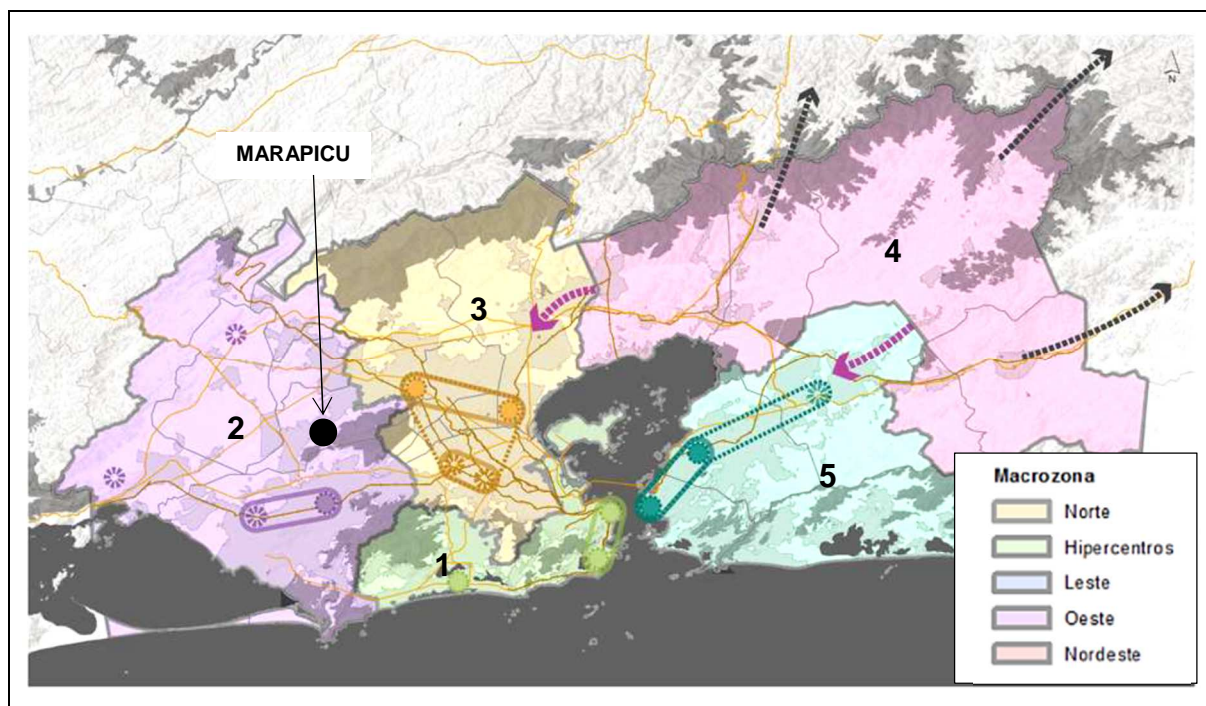


Figura 8 - Macrozonas metropolitanas de planejamento territorial da RMRJ.
 Fonte: modificado pela autora a partir de dados do PDDUI (RIO DE JANEIRO, 2016).

As macrozonas são:

- 1) **Macrozona de Planejamento dos Hipercentros:** formada por parte da Capital, com centralidades regionais (Hipercentro, Zona Sul e Barra da Tijuca), tendo como objetivo a pesquisa, inovação, tecnologia e serviços;

¹⁵ A numeração das macrozonas foi apenas arbitrária para fins de identificação da descrição.

- 2) **Macrozona de Planejamento Oeste:** formada por uma parte oeste da Capital e de Nova Iguaçu, bem como pelos municípios de Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados e uma parte oeste de Nova Iguaçu, reunindo quatro centralidades com áreas industriais (Bairro Campo Grande; Bairro Santa Cruz; interseção da Rodovia Rio-Santos, próxima ao centro de Itaguaí; e interseção da BR-101 com o Arco Metropolitano em Seropédica) e o Porto de Sepetiba. Essa macrozona está voltada a logística, polos e zonas de processamento industrial;
- 3) **Macrozona de Planejamento Norte:** formada por grande mancha urbana metropolitana conurbada na Baixada Fluminense, incluindo parte norte da Capital, uma parte leste de Nova Iguaçu e os municípios de Duque de Caxias, Belford Roxo, São João do Meriti, Mesquita e Nilópolis, abrangendo duas centralidades regionais (centros de Nova Iguaçu e de Duque de Caxias; e o Bairro Madureira na Capital). Os objetivos dessa macrozona são adensar, compactar, integrar e qualificar a malha urbana;
- 4) **Macrozona de Planejamento Nordeste:** formada pelos municípios menos densos e predominantemente rurais (Magé, Guapimirim, Tanguá, Cachoeira de Macacu e Rio Bonito) e tem como objetivos o desenvolvimento rural e a segurança hídrica e alimentar;
- 5) **Macrozona de Planejamento Leste:** formada pelos municípios com malha urbana conurbada (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Maricá), abrangendo três centralidades (centros de Niterói; São Gonçalo e Itaboraí). Essa macrozona está voltada ao centro de serviços urbanos de todo o leste metropolitano (macrozona nordeste e leste) e cadeia petroquímica.

Essas macrozonas também seguiram as determinações do recente plano setorial desenvolvido pela AMTU para a escala metropolitana, o Plano Diretor do Arco Metropolitano (PDAM) em 2014. Esse plano reestruturou espacialmente a RMRJ, orientando a expansão do crescimento de sua mancha urbana. De acordo com Barandier (2014), o Arco Rodoviário Metropolitano foi originalmente planejado para servir ao movimento de cargas, visando aliviar a pressão por mobilidade de carga na zona central metropolitana e transformar a Baixada Fluminense em uma grande área logística, desenvolvida de forma integrada ao restante do Estado. Porém, esse autor destaca que essa rodovia também prevê o aumento da ocupação em novas áreas ao longo de seu eixo e vias subjacentes, o que desencadeará uma mudança significativa nos padrões de uso e ocupação do solo. Essa rodovia tem como estratégia a logística internacional do Estado por se caracterizar como uma perimetral metropolitana que conecta de forma transversal as principais rodovias federais que saem da Capital, bem como possibilita a conexão rodoviária entre as partes Leste e Oeste, onde estão localizados, respectivamente, o Comperj e o Porto de Sepetiba (RIO DE JANEIRO, 2016). Há ainda a previsão da extensão da rodovia até o Porto de Jaconé, em Maricá. A figura 9 mostra a

localização dessa rodovia na RMRJ, em relação às principais rodovias federais, o Comperj e os portos de Sepetiba e de Jacaré.

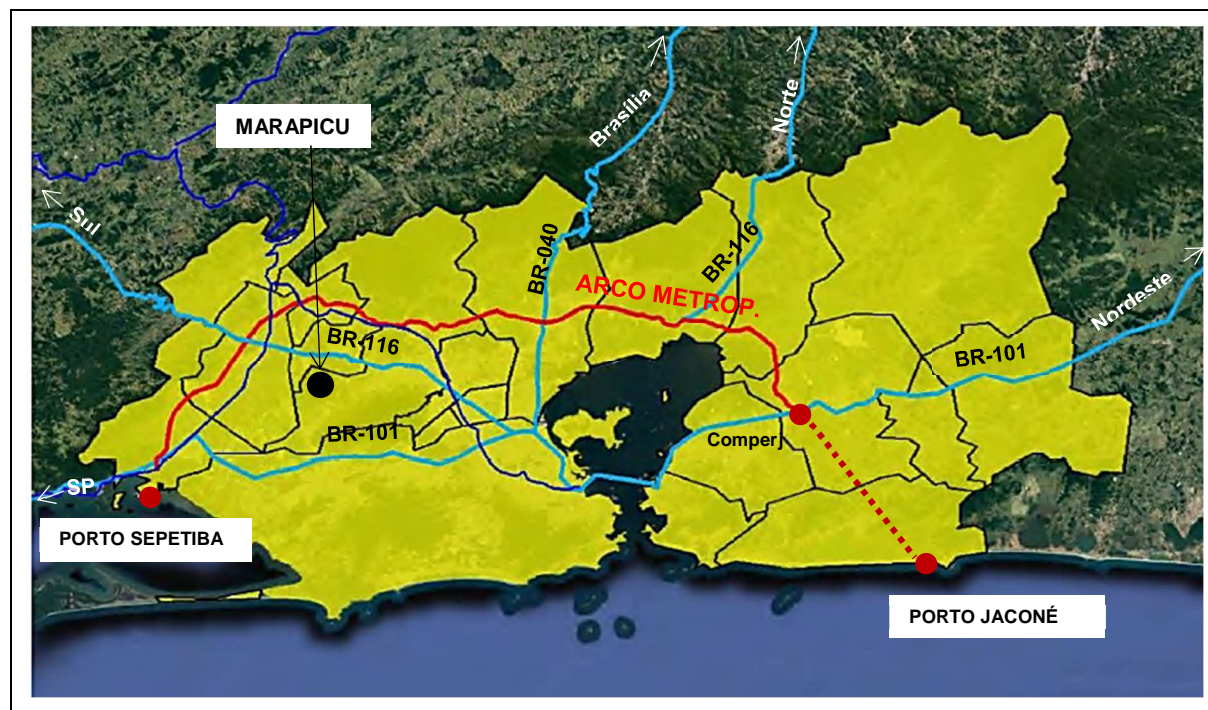


Figura 9 - Arco Metropolitano e principais rodovias da RMRJ.

Fonte: modificado pela autora a partir de dados do PDDUI (RIO DE JANEIRO, 2016).

O processo de ocupação urbana da RMRJ foi, historicamente, vinculado aos eixos de transporte. Nesse sentido, Barandier (2014) destaca que, com os investimentos atuais, haverá um novo ciclo de crescimento urbano e, por consequência, o desenvolvimento de novos papéis para os municípios na rede urbana regional. Mesmo com o PDAM, segundo esse autor, como instrumento de controle de ocupação ao longo de seu traçado, as áreas próximas aos pontos de conexão irão experimentar crescimento urbano e populacional, sobretudo a Baixada Fluminense. Esta Rodovia será mais um vetor de crescimento da malha urbana metropolitana expandida de acordo os eixos rodoviários. O Arco Metropolitano é uma infraestrutura totalmente nova, na RMRJ, e voltada apenas à circulação de transporte rodoviário.

Segundo os técnicos do PDDUI¹⁶, em relação à ocupação urbana, o papel previsto para o Arco Metropolitano será o de um elemento limitador do crescimento urbano. Acima dessa rodovia, segundo eles, a área, predominantemente, rural existente e voltada à produção alimentar, turismo e preservação ambiental, deverá ser preservada. O PDDUI prevê essa rodovia como um eixo de áreas industriais em alguns pontos estratégicos como polos logísticos. Alguns desses polos estão previstos nos planos diretores municipais, como o caso

¹⁶ Informações coletadas em entrevistas direcionadas durante a pesquisa de campo.

Porto de Sepetiba, em Itaguaí, e o Comperj em Itaboraí. A premissa de reduzir a pressão rodoviária da Capital é uma premissa para o PDDUI também, a fim de potencializar as conectividades internas entre os municípios metropolitanos.

Através do fortalecimento das centralidades existentes, integradas a questões de moradia, trabalho e transportes, o PDDUI tem como enunciado principal “Cidade mais Compacta e Eficiente”. As centralidades estão previstas para estarem situadas ao longo de eixos estruturantes do território, tanto os de serviços quanto os de adensamento, visando estimular a diversidade de usos e a vitalidade urbana. Esses eixos foram denominados de corredores de transporte de massa, cuja ideia é priorizar os equipamentos e os espaços públicos, principalmente junto aos “nós” existentes ou propostos (RIO DE JANEIRO, 2016). Há eixos previstos para serem de adensamento ou de serviços, concentrados à mancha urbana existente, sobretudo nas áreas definidas como Área de Consolidação da Ocupação Urbana. Além dessa área, o plano determina outras áreas de uso e ocupação do solo específicos, a partir critérios de homogeneidade de elementos existentes ou pretendidos, tais como: Uso Controlado; Uso Industrial e de Logística e Áreas Rurais. Cabe destacar que todas essas áreas, com exceção das Áreas Rurais, se situam abaixo do Arco Metropolitano e em alguns pontos estratégicos. A figura 10 mostra a localização dessas áreas e dos eixos estruturantes e de adensamento previstos no PDUI, destacando a localização de Marapicu.

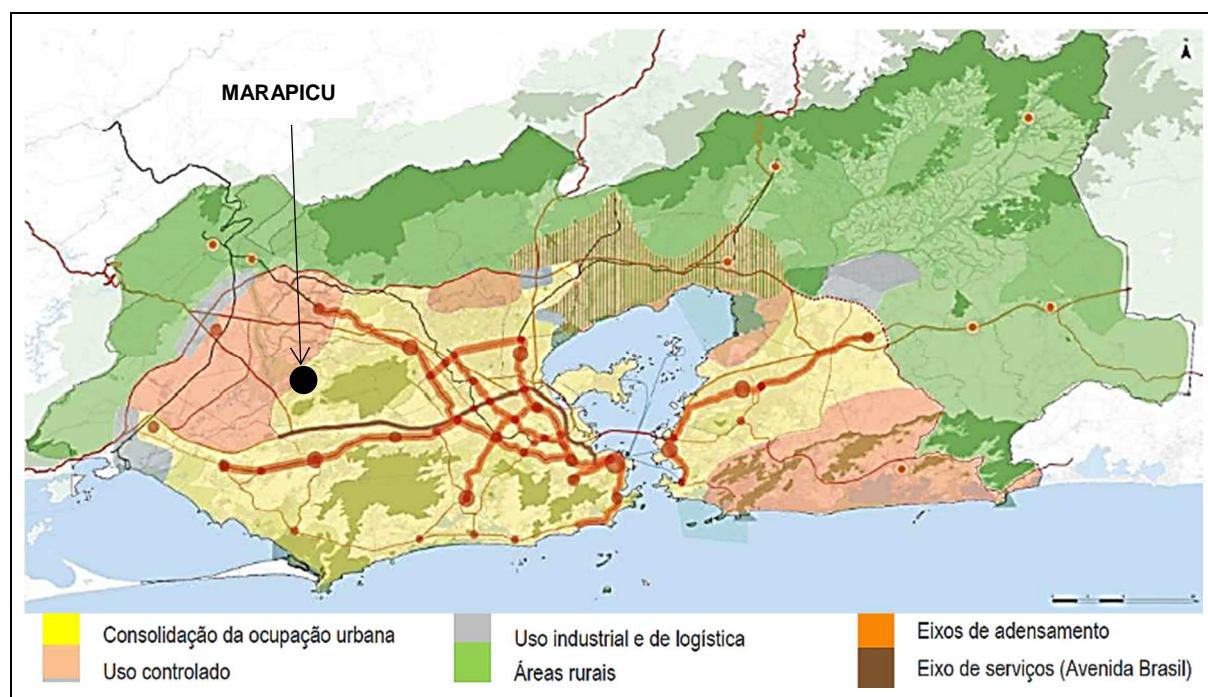


Figura 10 - Eixos e áreas com usos predominantes na RMRJ.

Fonte: modificado pela autora a partir de dados do PDDUI (RIO DE JANEIRO, 2016).

Cabe destacar a localização do Assentamento Marapicu. Como se pode observar na figura 10, esse Assentamento fica dentro da Macrozona de Planejamento Oeste (logística,

polos e zonas de processamento industrial), situado nos limites da Área de Consolidação da Ocupação Urbana, limítrofe à Área de Uso Controlado, onde estão sendo previstas zonas industriais estratégicas, principalmente nos municípios de Seropédica, Queimados e Japeri. Mesmo com a existência desse e de outros assentamentos, onde há o desenvolvimento da agricultura familiar, o PDDUI não prevê o planejamento em relação à produção de alimentos nessa macrozona e, sim, prevê programas voltados ao turismo e à preservação ambiental nas áreas rurais da região do Rio Guandu – próximo ao assentamento. Isso porque há Áreas de Preservação Permanente (APPs) dos rios de sua bacia hidrográfica, voltadas ao abastecimento de água à RMRJ (ANA, 2007). O mesmo ocorre nas áreas rurais situadas acima do Arco Metropolitano. Nesse sentido, as áreas rurais estão sendo desconsideradas enquanto suas características heterogêneas de coexistência entre rural e urbano. Cabe destacar que há, dentre os autores que trabalham com os assentamentos da Reforma Agrária no Estado, uma forte crítica sobre o impacto que o Arco Metropolitano nas áreas de assentamento, no sentido da inexistência de medidas mitigadoras ou compensatórias para as comunidades atingidas.

Depois de três décadas, sem uma instância de planejamento territorial na escala metropolitana – desde 1988, o PDDUI terá o grande desafio de compatibilizar os planos diretores dos municípios metropolitanos, os quais serão revistos nos próximos anos, a partir de 2018. Em relação às áreas rurais, esse desafio ainda é maior devido ao fato que, na maioria dos planos diretores, o território está definido como 100% urbano, desconsiderando as áreas rurais existentes. Por outro lado, se a questão da compatibilização dos planos diretores municipais com o PDDUI ocorrer nas próximas revisões de planos, junto com a implantação de uma nova instituição metropolitana, há possibilidade de serem reconhecidas e integradas as áreas rurais existentes, sejam essas situadas acima ou abaixo do Arco Metropolitano.

Há a questão jurídica de gestão das áreas rurais, que são de responsabilidade do governo federal, através do INCRA, o que inviabiliza algumas ações, sejam elas metropolitanas ou municipais. O que pode ocorrer é a transformação jurídica das áreas rurais em áreas rural-urbanas, arriscando haver o controle da expansão urbana sobre tais áreas. Existe, portanto, um desafio a ser enfrentado em relação à compatibilização entre planos diretores de diferentes escalas (municipal e metropolitano), mas, principalmente, em relação à real gestão e ao planejamento territorial das áreas rurais em outras escalas administrativas.

2.2.2 Dados estatísticos

Os dados estatísticos dos censos demográficos do IBGE sobre os atuais 21 municípios metropolitanos mostram algumas questões importantes para entender como a área rural é considerada. Tais dados não condizem com as áreas rurais existentes de fato no território

metropolitano. Isso pode ser verificado em outros dados desse mesmo Instituto, através dos censos agropecuários, bem como através de dados do INCRA. Mesmo sem um órgão metropolitano que reúna tais informações, foram reunidos os dados referentes a esses municípios, explicitando algumas das distorções sobre as informações entre as áreas rurais e urbanas metropolitanas.

É, na escala de planejamento do território municipal, que se definem as delimitações da área urbana municipal, através dos planos diretores municipais. Para o levantamento dos dados demográficos, o IBGE considera essa delimitação como referência para a definição da população urbana do município. Nem sempre o que está definido como área urbana legalmente no plano diretor existe como tal de fato, pois tais definições são realizadas pelos agentes participantes nessas políticas públicas e estão mais relacionadas aos interesses econômicos e políticos locais. A própria composição da RMRJ, como mencionado, apresenta esses interesses quando define um município, como Cachoeiras de Macacu, como sendo um município metropolitano, mesmo que esteja distante da malha urbana metropolitana e tenha características de município rural. Nesse caso, houve interesse na reserva de água existente nesse Município e sua relação direta com o grande projeto urbano do Comperj (Petrobrás).

Na escala do território municipal, muitas áreas rurais são desconsideradas nos planos diretores, sobretudo em municípios metropolitanos, nos quais há o interesse econômico premente nas áreas urbanas em detrimento das rurais. Em Nova Iguaçu, por exemplo, mesmo antes do EC, durante a revisão do Plano Diretor de 1997, a área rural foi extinta no território municipal, inviabilizando a regularização do título de posse dos assentamentos, como o Assentamento Marapicu, pois somente é permitida em área rural. Dez anos depois, durante a revisão de 2008, os agricultores desse Assentamento, junto com outros agentes da área rural, participaram das reuniões de revisão do Plano Diretor e conseguiram, a partir disso, reconhecer novamente a área rural existente no território municipal. Para tanto, é importante apontar quatro dos dados estatísticos que incluem os assentamentos e os conflitos fundiários no campo: (i) população; (ii) taxa de urbanização; (iii) densidade demográfica; e (iv) área rural.

(i) População

Aproximadamente, três quartos da população do estado do RJ residem no território metropolitano. A população residente metropolitana total, segundo as estimativas demográficas do IBGE (2015), corresponde a 12,3 milhões de pessoas, as quais representam 6% do total nacional (204,8 milhões) e 74,09% do total estadual (16,6 milhões). Mais da metade dessa população (53%) reside na capital (6,5 milhões) e o restante divide-se entre os demais municípios metropolitanos.

A população residente de Nova Iguaçu é foi estimada em 1,7 milhões, correspondente a 7% do total metropolitano (IBGE, 2015). Esse Município, junto com Duque de Caxias (7%) e São Gonçalo (8%) são os que têm as maiores proporções, ao passo que os demais têm de 4% para menos do total de pessoas. Levando em consideração os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, bem como as estimativas demográficas de 1996 e 2015, a taxa de crescimento populacional desse Município, entre os anos de 1991 e 2015 foi de 23,79%, sendo, portanto, maior do que a da Capital, que foi de 19,53%¹⁷ (IBGE, 2015). Esse percentual representou os deslocamentos populacionais que ocorreram da Capital para a Baixada Fluminense, pois esse Município é um dos polos centralizadores dessa sub-região periférica à Capital.

Em relação aos dados sobre as populações rural e urbana metropolitanas, os últimos três censos demográficos (1991, 2000 e 2010) mostraram que a primeira reduziu em 14,39% e, a segunda, cresceu em 17,54%. A mesma situação ocorreu no âmbito nacional, estadual e principalmente metropolitano, pois a população urbana cresceu, respectivamente, em 31,02%, 21,11% e 17,54%, enquanto, a rural, reduziu em 20,12%, 15,67% e 14,39%. A população urbana metropolitana, assim como em outras RMs brasileiras, representa 99,3% do total. Isso aponta para o fato de que quase 100% do território metropolitano está definido como área urbana. A tabela 2 apresenta os dados nacionais, estaduais, metropolitanos, da Capital e de Nova Iguaçu em relação à evolução da população urbana e rural entre 1991 e 2010.

Tabela 2 - Evolução da população urbana e rural (1991, 2000 e 2010)¹⁸.

TERRITÓRIO		POPULAÇÃO URBANA x RURAL						TX. CRESC.
		1991		2000		2010		
Brasil	Urb	110.990.990	75,6%	137.925.238	81,2%	160.925.804	84,4%	31,03%
	Rur	35.834.485	24,4%	31.947.618	18,8%	29.829.995	15,6%	-20,13%
Estado RJ	Urb	12.199.641	95,3%	13.821.466	96%	15.464.239	96,7%	21,11%
	Rur	608.065	4,7%	570.622	4%	525.690	3,3%	-15,67%
RMRJ	Urb	9.780.132	99%	10.867.424	99,1%	11.859.873	99,3%	17,54%
	Rur	101.886	1%	100.065	0,9%	89.066	0,7%	-14,39%
Rio de Janeiro	Urb	5.480.768	100%	5.857.904	100%	6.320.446	100%	13,29%
	Rur	0	0%	0	0%	0	0%	0,00%
Nova Iguaçu	Urb	1.294.352	99,7%	1.560.344	100%	1.658.725	99,5%	21,97%
	Rur	3.352	0,3%	0	0%	8.964	0,54%	62,61%

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991, 2000 e 2010; Elaboração: Própria.

¹⁷ Para efeito de cálculo, foram contabilizados os dados populacionais dos 21 municípios da atual RMRJ desde 1991. O mesmo ocorre para Nova Iguaçu, com os dados dos municípios emancipados entre 1990 e 1999: Belford Roxo (1990); Queimados (1990), Japeri (1991) e Mesquita (1999).

¹⁸ Refere-se aos dados dos 21 municípios da atual RMRJ e dos municípios emancipados de Nova Iguaçu.

A Capital considera seu território 100% área urbana, assim como outros municípios da RMRJ. Entre 1991 e 2010, a população urbana da Capital cresceu 13,29%. Como não é contabilizada a população rural existente, a princípio, não houve crescimento ou decréscimo dessa população. No caso de Nova Iguaçu, a população urbana também chegou a 100% no censo de 2000, reduzindo para 99,48% em 2010 devido à reinserção da área rural no Plano Diretor, como mencionado anteriormente. Nesse caso, considerando a evolução da população rural entre 1991 e 2010, houve um crescimento de 62,62%, passando de 3.352 pessoas no primeiro censo para 8.964 no último.

O crescimento constante e acentuado da população urbana, por um lado, está associado às delimitações do perímetro urbano nos municípios, onde as áreas rurais existentes de fato nem sempre são contabilizadas. Por outro lado, o crescimento da mancha urbana metropolitana vem ampliando a conurbação existente entre os municípios, dentre os quais, alguns se caracterizam de fato em 100% de seu território como área urbana. Esse é o caso dos pequenos municípios limítrofes à capital, como Belford Roxo, Nilópolis e São João do Meriti. Cabe mencionar que todos esses municípios foram emancipados de Nova Iguaçu e isso significa que grande parte da área urbana desse município passou a ser de um novo município, deixando o que existia de área rural no território municipal original.

Apesar da população rural de Nova Iguaçu representar 0,3%, em 1991, e 0,5%, em 2010, esse crescimento é significativo, no sentido do reconhecimento dessa população no último censo, que tinha sido negada em 2000. Cabe mencionar que o mesmo ocorreu no município de São Gonçalo, que também considerou seu território 100% urbano e, posteriormente, reinseriu a área rural existente. Ambos os municípios reinseriram a área rural no Plano Diretor a partir da participação de atores sociais do campo, especificamente dos assentados rurais da Reforma Agrária¹⁹.

Portanto, a população definida como rural ou como urbana é relativa e depende das definições da política urbana estabelecida em cada município. Tais políticas, a partir do planejamento urbano e regional, via revisões de planos diretores, podem mudar continuamente. Normalmente são os agentes relacionados às questões urbanas que participam das revisões dos planos diretores, os quais acabam definindo o que é, ou o que deverá ser, área urbana no território municipal.

¹⁹ O caso de São Gonçalo foi diferente de Nova Iguaçu, pois reinseriu no Plano Diretor apenas a área rural referente à área de um assentamento rural da Reforma Agrária. Nova Iguaçu, por sua vez, reinseriu grande parte da área rural existente anteriormente, incluindo vários assentamentos rurais.

(i) Taxa de urbanização

A taxa de urbanização está diretamente associada ao percentual de população urbana nos municípios, pois corresponde ao percentual dessa população sobre o total de população residente em cada município. Segundo o último censo, a média da taxa de urbanização dos municípios metropolitanos foi de 94,89% (IBGE, 2010), ou seja, correspondente à população urbana metropolitana. Cabe mencionar que esse percentual seria mais alto se os dois últimos municípios incorporados, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito, não fossem contabilizados, pois são municípios com altos percentuais de áreas rurais, sobretudo o no caso do primeiro. Ambos os municípios têm taxas de urbanização de 75% a 74%, o que significa que a área rural é de 25% ou 26%. A figura 11 mostra as taxas de urbanização dos municípios da RMRJ.

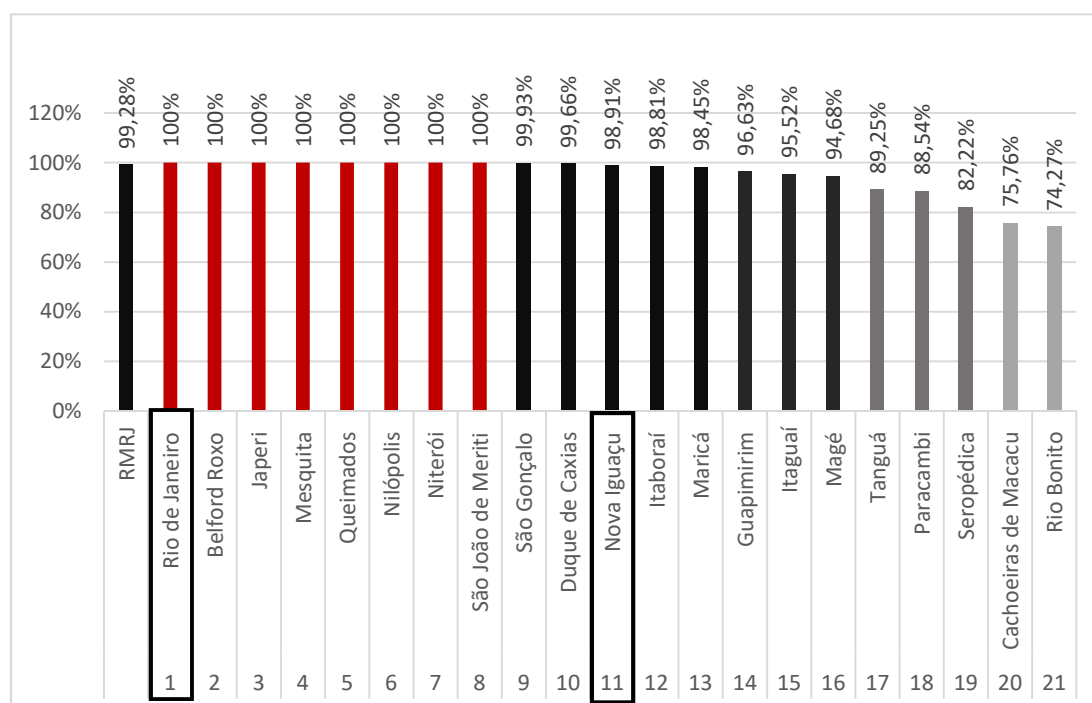


Figura 11 - Taxa de urbanização dos municípios da RMRJ (2010).

Fonte: IBGE, Censo 2010. Elaboração: Própria.

A maioria desses municípios apresentam taxas de urbanização entre 98% e 100%. A Capital, junto com Japeri, Mesquita, Queimados, Belford Roxo, Nilópolis, Niterói e São João do Meriti, apresenta uma taxa de 100%. Como mencionado anteriormente, quatro desses municípios pertenciam à Nova Iguaçu e, por serem municípios pequenos, praticamente têm somente área urbana. Considerando os dados do atual território de Nova Iguaçu, esse corresponde ao 11º município com maior taxa, correspondente a 98,91%²⁰. Mesmo reinserindo a área rural existente, os dados do último censo, mostram que esse município é um dos treze com taxas acima de 98% (IBGE, 2010).

²⁰ Dado referente ao atual território de Nova Iguaçu, diferentemente dos dados anteriores.

A taxa de urbanização é fundamental para entender como se distribui e cresce a população urbana nas áreas definidas como urbanas nos municípios metropolitanos. Esses dados também estão relacionados aos perímetros urbanos estabelecidos na legislação, os quais variam de acordo com a atuação dos agentes nas políticas públicas de planejamento territorial.

(ii) Densidade demográfica

Considerando o total da população metropolitana, em conjunto com o total de área territorial dos 21 municípios, a densidade demográfica da RMRJ corresponde a 1.773,10 hab/km². A Capital apresenta uma densidade demográfica três vezes maior, ou seja, 5.265,82 hab/km². A figura 12 apresenta as densidades demográficas dos municípios metropolitanos.

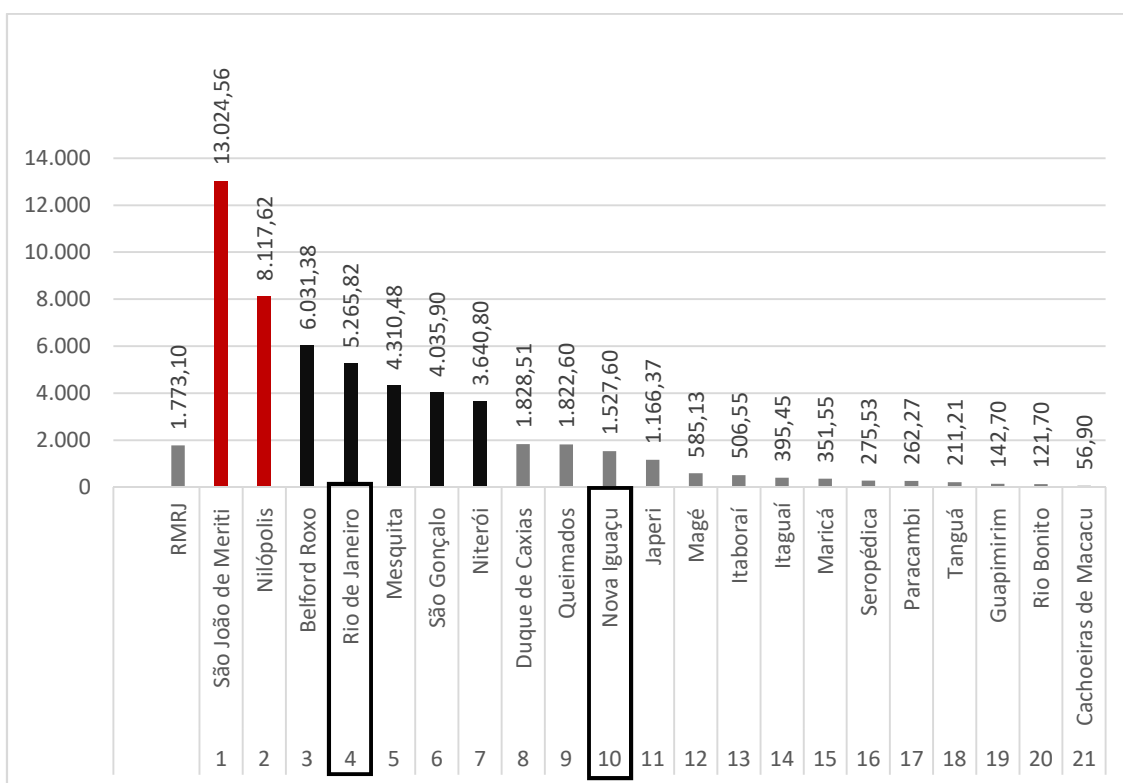


Figura 12 - Densidade demográfica nos municípios da RMRJ (2010).

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010. Elaboração: Própria.

Nova Iguaçu é o 10º município mais denso da RMRJ, com 1.527 hab/km². Mesmo com uma série de emancipações, esse Município é o terceiro maior em área territorial. Sua população, estimada de 1.702.865 habitantes, pelo IBGE (2015), está distribuída em 521,25 km². Parte dessa área hoje está definida como área rural, na qual há um total de 8.964 pessoas – 0,54% da população total.

Em relação à área territorial, a soma dos municípios metropolitanos é de 6.737 km². A área da Capital é de 1.200,30 km², sendo o maior município, e correspondente a 18% da área metropolitana, onde se concentram 53% da população metropolitana. Cabe mencionar que o

segundo maior município é Cachoeiras de Macacu, com 953,80 km², porém, com a menor densidade demográfica (56,9 hab/km²). Isso porque há a definição que seu território é 25% área rural. Nova Iguaçu, por sua vez, corresponde ao terceiro maior município, com 521,25 km², equivalente a cerca de 8% da área metropolitana. Apesar de ter sofrido uma série de emancipações, corresponde ao terceiro maior município metropolitano. Cabe mencionar que os municípios emancipados, como São João de Meriti, Nilópolis e Belford Roxo, são os que concentram maior população, apresentando as maiores densidades demográficas, respectivamente 13.024,56, 8.117,6 e 6.031,38 hab/ km² em 77,82 km².

Esses dados mostram que, segundo o IBGE (2010), assim como Nova Iguaçu, os demais municípios metropolitanos são essencialmente urbanos. As taxas de urbanização e as densidades demográficas são altas, restando pouca área e população rural, seguindo as definições estabelecidas nos planos diretores municipais.

(iii) Área rural

Os dados sobre a área rural metropolitana são apresentados, a princípio, através dos censos demográficos do IBGE, nos quais é considerada rural a área que não é urbana em cada município. Porém, além dos censos demográficos, o IBGE também apresenta dados sobre a área rural através dos censos agropecuários. Tais censos são realizados em anos diferentes dos censos demográficos. As informações sobre as áreas rurais em ambos os censos não são as mesmas, mostrando as distorções existentes entre o que venha a ser urbano e rural em cada município e, por consequência, na RMRJ como um todo. Além do IBGE, o INCRA, responsável pelas áreas rurais, enquanto escala administrativa federal, também apresenta dados sobre as áreas rurais, através de um cadastro de imóveis rurais, independente se esse imóvel está em um ou mais municípios²¹. Os dados desse cadastro também não conferem com os dados de ambos os censos do IBGE, tanto o demográfico quanto o agropecuário. Apresenta-se, a seguir, alguns dados do IBGE e do INCRA.

Como apresentado anteriormente, segundo o último censo demográfico (IBGE, 2010), menos de 1% do território metropolitano corresponde à área rural, mais precisamente 0,72%. O IBGE considera que apenas 13 dos 21 municípios metropolitanos têm área rural, com percentuais que variam entre: abaixo de 1,5%; entre 3% e 6%; e entre 10% a 26%. Contrapondo com esses dados, o Cadastro de Imóveis Rural do INCRA (2013) aponta que há área rural em 20 municípios, com exceção de Nilópolis. O percentual de imóveis rurais cadastrados na RMRJ refere-se a um total de 19.548, os quais somam aproximadamente 4.104,62 km². Esse é um dado significativo, pois aponta que a área rural representa 60,93%

²¹ Esse cadastro serve exclusivamente para fins cadastrais, não legitimando o direito de domínio ou posse das terras, o que pode contribuir com as discrepâncias entre os dados de ambos os institutos (IBGE e INCRA).

da área total metropolitana, completamente diferente dos dados do IBGE que apontam apenas 0,72%. O mesmo se aplica à área urbana metropolitana, que seria de apenas 39,2% e não 92,8%. A tabela 3 apresenta os dados metropolitanos e municipais sobre as áreas rurais registradas no cadastro do INCRA (2015), a partir do município com maior área rural, contrapondo com o percentual levantado pelo IBGE (2010).

Tabela 3 - Área rural no Cadastro Rural do INCRA para os municípios metropolitanos.

Nº	TERRIT.	ÁREA TOTAL (km²)	ÁREA RURAL (km²)	ÁREA RURAL (%)	IMÓVEIS RURAIS (un)	Á. RURAL IBGE (%)
0	RMRJ	6.737,1	4.104,62	60,93	19.548	0,72
1	Cach. de Macacu	953,8	1.125,87	118,04	2.398	24,24
2	Itaguaí	275,9	502,57	182,18	1.671	4,48
3	Rio Bonito	456,5	416,91	91,33	1.099	25,73
4	Itaboraí	430,4	363,32	84,42	2.107	1,19
5	Magé	388,5	318,03	81,86	2.583	5,32
6	Nova Iguaçu	521,2	227,58	43,65	1.416	1,09
7	Duque de Caxias	467,6	211,75	45,28	1.956	0,34
8	Rio de Janeiro	1.200,3	199,10	16,59	2.104	0
9	Maricá	362,6	174,39	48,1	706	1,55
10	Paracambi	179,7	151,27	84,19	617	11,46
11	Guapimirim	360,8	141,47	39,21	607	3,37
12	Seropédica	283,8	105,46	37,17	487	17,78
13	Tanguá	145,5	60,74	41,75	353	10,75
14	São Gonçalo	247,7	40,79	16,47	284	16,47
15	Japeri	81,9	39,57	48,34	311	0
16	Queimados	75,7	25,74	34,01	461	0
17	Niterói	133,9	21,93	16,38	271	0
18	Belford Roxo	77,8	10,82	13,91	92	0
19	Mesquita	39,1	0,59	1,53	24	0
20	São João do Meriti	35,2	0,07	0,2	1	0

Fonte: IBGE, Censo 2010; INCRA, Cadastro Rural 2013; Elaboração: Própria.

De acordo com o INCRA (2015), a Capital é o 8º município com a maior área rural, com 16,59%, e Nova Iguaçu é o 6º, com 43,65%, diferentemente dos dados do IBGE (2010), que seria, respectivamente, 0% e 1,09%. Em sete municípios, o IBGE (2010) apresenta área rural nula (Japeri, Queimados, Niterói, Belford Roxo, Mesquita, São João do Meriti e Rio de Janeiro), ao passo que o INCRA (2015) apresenta valores entre 0,2% a 49%.

Cabe registrar que há discrepâncias entre os dados do INCRA e a própria área total do município, chegando a ser maior, como o caso de Cachoeiras de Macacu e Itaguaí. Há dados que não conferem ou não estão atualizados com a realidade fundiária dentro dos limites de cada território municipal. De qualquer forma, é relevante associar os dados entre o INCRA e o IBGE no sentido de refletir sobre tais estatísticas gerais. As áreas rurais do cadastro de

imóveis variam de 0,07 a 1.120 km², ocupando de 0,2% a 90% das áreas totais dos municípios. O maior município é Cachoeiras de Macacu (1.125,86 km²) e os demais podem ser divididos em três grupos: (i) entre 200 e 500 km² (Itaguaí, Rio Bonito, Itaboraí, Magé, Nova Iguaçu e Duque de Caxias); (ii) entre 100 e 200 km² (Rio de Janeiro, Maricá, Paracambi, Guapimirim e Seropédica) e (iii) menos de 100 km² (demais municípios, destacando Mesquita e São João do Meriti que têm menos de 1 km²). A figura 13 destaca a localização dos municípios na RMRJ, destacando Cachoeiras de Macacu e esse três grupos de municípios em relação à área rural cadastrada no INCRA (2015).

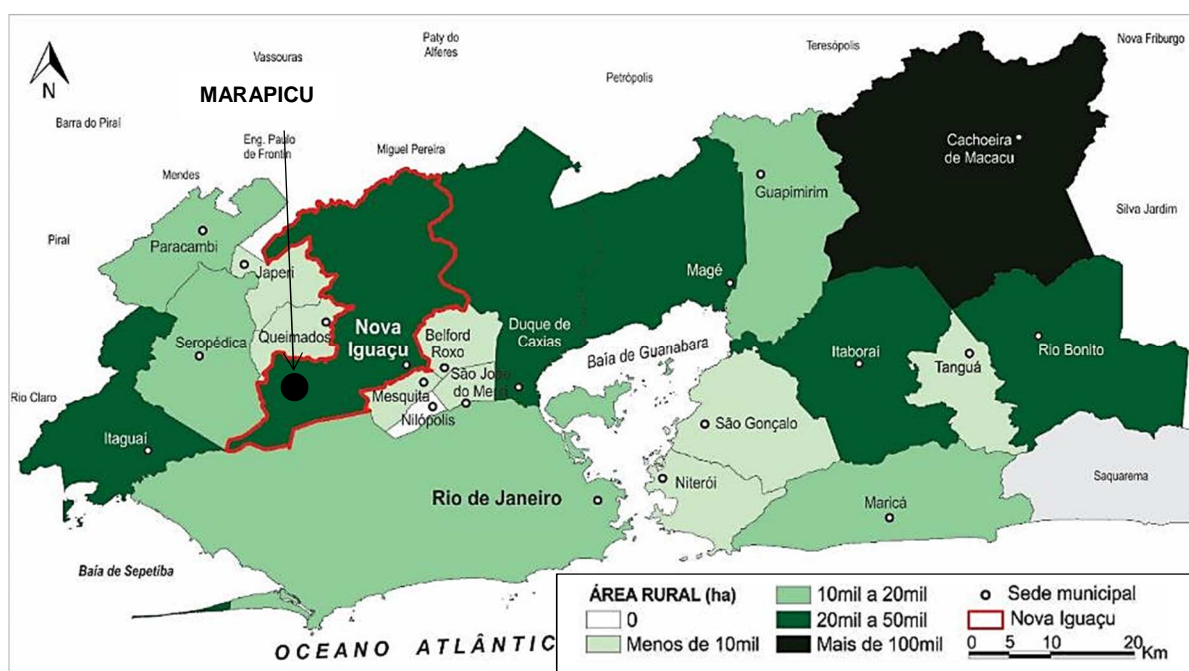


Figura 13 - Área rural (ha) cadastrada no INCRA na RMRJ.

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da Ceperj (2014) e INCRA (2015).

Segundo Silva (2008), o percentual de área rural aumenta na medida em que o município se afasta do núcleo metropolitano. O município com maior área rural (Cachoeiras de Macacu) está localizado distante da capital e foi um dos últimos a integrar a RMRJ em 2014. Os municípios com menor área rural estão localizados próximos e são lindeiros à capital.

As dimensões dos imóveis rurais cadastrados no INCRA possuem correlações com das áreas rurais definidas pelos estabelecimentos agropecuários²² levantados pelo IBGE nos censos agropecuários. Há três classificações: (i) minifúndio: área inferior a 1 Módulo Fiscal

²² Estabelecimento [agropecuário] corresponde a uma unidade de produção dedicada (total ou parcialmente) a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração (produtor ou administrador), independentemente do tamanho, forma jurídica ou localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou venda (IBGE, 2006).

(MF)²³ pelo INCRA e menos de 10 ha - 0,1 km² (IBGE); (ii) pequena propriedade: área compreendida entre 1 e 4 MF (INCRA) e de 10 a 100 ha - 0,1 a 1 km² (IBGE); (iii) média propriedade: área superior a 4 e até 15 MF (INCRA) e de 100 a 1.000 ha - 1 a 10 km² (IBGE); e (iv) grande propriedade: área superior a 15 MF (INCRA) e acima de 1.000 ha (IBGE).

Na RMRJ, o IBGE (2006) apresenta uma área total de 1.718,81 km² para os estabelecimentos agropecuários, distribuídos em 19 municípios. Essa área corresponde a 41,9% da área rural do cadastro de imóveis rurais, menos da metade da área cadastrados pelo INCRA em 2013 (4.104,62 km²). Tal distorção pode estar associada tanto às diferenças metodológicas de ambos os institutos quanto à atualização de dados, entre 2006 e 2013. Ambas as fontes são importantes para o panorama geral das características fundiárias e de uso da terra rural na RMRJ. O INCRA apresenta dados sobre a propriedade rural baseada no título da terra, enquanto o IBGE sobre os estabelecimentos rurais baseados no uso da terra. Se há um único proprietário, por exemplo, que a arrenda a terra para “n” famílias, o INCRA considera uma única propriedade e o IBGE considera que há “n” estabelecimentos. Outra diferença se dá no fato de que o IBGE considera como estabelecimentos agropecuários os terrenos situados tanto em áreas rurais quanto urbanas. Além disso, o IBGE inclui a área de um estabelecimento que se estende a mais de um município como área do município onde se situa a sua sede ou no município que tenha a maior parte da área do estabelecimento. Por isso ocorre as distorções nos percentuais das áreas totais dos estabelecimentos em relação à área rural ou total do município.

Considerando os dados do censo agropecuário de 1995²⁴, na RMRJ, foram registrados 21.863 estabelecimentos agropecuários em 17 dos 21 municípios. Tais estabelecimentos estão distribuídos em quatro grupos de áreas, de acordo com os seguintes percentuais e número de estabelecimentos: (i) 57,69% menos de 10 ha: 12.613 estabelecimentos – minifúndios; (ii) 36,14% de 10 a 100 ha: 7.902 estabelecimentos – pequenas propriedades; (iii) 5,84% de 100 e 1.000 ha: 1.277 estabelecimentos – médias propriedades; e (iv) 0,32% acima de 1.000 ha: 71 estabelecimentos – grandes propriedades (IBGE, 1995). A maioria desses estabelecimentos são minifúndios e pequenas propriedades.

Segundo os últimos dois censos agropecuários (IBGE, 1995; 2006), houve uma redução de 42,4% no número total de estabelecimentos agropecuários em os todos municípios metropolitanos. Alguns municípios passaram a ter estabelecimentos, como

²³ Módulo fiscal é uma medida que o INCRA utiliza para definir os parâmetros de parcelamento do solo em áreas rurais, servindo de parâmetro para classificar os imóveis, de acordo com a relação entre as suas dimensões, situação geográfica e condições de aproveitamento para a subsistência de uma família, associando questões sobre o tipo de exploração predominante no município e a renda obtida (MEDEIROS, 2008). Há diferenças metodológicas e de recortes territoriais que cada instituto estabelece, diferenciando o MF para cada Estado.

²⁴ Não houve esse dado no censo agropecuário de 2006.

Seropédica e Tanguá em 2006. A Capital reduziu de 1,7 para 1,6 mil, sendo 78,18% de menos de 10 ha. Nova Iguaçu também reduziu de 1,4 mil para 968 estabelecimentos, dos quais, 73,64% são de menos de 10 ha; 23,98% entre 10 e 100 ha; e 2,36% entre 100 e 1.000 ha. Magé, São Gonçalo, Rio de Janeiro e Nova Iguaçu têm mais de 73% de estabelecimentos com menos de 10 ha. Essa é a realidade fundiária rural dos municípios metropolitanos, de acordo com os censos agropecuários do IBGE, nos quais a redução não se deu apenas na quantidade de estabelecimentos agropecuários, mas também no tamanho das áreas. As áreas menores, com o tempo, foram transformadas em áreas urbanas, como ocorreu em Nova Iguaçu, dado o aumento do crescimento e expansão da mancha urbana.

Em relação ao uso das áreas rurais, o IBGE (2006) classifica os estabelecimentos agropecuários em três grandes categorias de utilização: (i) lavouras (permanentes, temporárias e de cultivo de flores, inclusive hidropônica e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas, casas de vegetação e forrageiras para corte); (ii) pastagens (naturais, plantadas degradadas e em boas condições); e (iii) matas e/ou florestas naturais (destinadas à preservação permanente ou reserva legal; matas e/ou florestas naturais com essências florestais; e áreas florestais utilizadas para lavoura e pastoreio de animais). No caso da RMRJ, 47,52% das áreas são utilizadas para pastagens (81.680 ha); 27,45% para Matas e Florestas (47.181 ha) e 23,25% para lavouras (43.020 ha). O uso para a lavoura é pequeno, cerca de um quinto da área total. Alentejano (2003) destaca que, uma das principais justificativas para isso, foram os intensos conflitos fundiários existentes, associada à precariedade do acesso à terra pelos pequenos produtores. Esse autor explica também que houve uma crise na agricultura e na agropecuária fluminenses nos últimos anos, associada à redução do número e do tamanho das áreas dos estabelecimentos agropecuários, à redução da produção e do pessoal ocupado (população envolvida) e à mecanização e dos índices de acesso a créditos, assistências técnicas e infraestruturas produtivas.

Em relação ao pessoal ocupado com a agricultura na RMRJ, em 1995, foi de 24.205 pessoas ocupadas e, em 2006, foi de 19.124 pessoas. Houve uma queda de 26,57%. O autor supracitado ressalta que já havia ocorrido uma queda de 42,24% no estado do RJ, entre 1980 a 1995, devido à retração na produção associada à crise da agricultura no Estado. Esse quadro, segundo ele, se intensifica nos municípios metropolitanos por estarem mais próximos à Capital, assim como devido ao crescimento da urbanização. Cachoeiras de Macacu é o município com o maior número de pessoas ocupada com a agricultura, tendo um crescimento de 1,56% nesse período. Os municípios impactados com as obras do Arco Metropolitano foram os que tiveram as maiores reduções. A Capital, por sua vez, é o segundo município com mais pessoas ocupadas com agricultura, cerca de 3 mil pessoas em ambos os censos, tendo sofrido uma redução pequena, de apenas 0,91%. Isso contrapõe os dados de que seu

território é 100% área urbana, conforme aponta o censo demográfico de 2010. No caso de Nova Iguaçu, o Município teve uma redução grande, de 51,26%, passando de 1.496 pessoas, em 1995, para apenas 989 em 2006. Entre outros fatores, esse Município sofreu uma expansão urbana, principalmente devido à retirada da área rural do Plano Diretor em 1997.

Apesar da queda do percentual de pessoal ocupado com agricultura e do número de estabelecimentos agropecuários, esses dados mostram que existe uma população rural em quase todos os municípios metropolitanos, inclusive nos municípios considerados 100% de área urbana. Cabe destacar que, conforme Alentejano (2003), a crise na agricultura no Estado é também fruto da exploração de recursos naturais e, principalmente, da expulsão de trabalhadores rurais de áreas que estão sendo transformadas em urbanas. Por outro lado, esse autor também destaca que há uma forte resistência desses trabalhadores frente a esse contexto, através dos processos de retorno ao campo, via ocupações de terras e concretizações de assentamentos. O autor destaca a importância do modelo de ocupação de terra gerado pela formação de assentamentos como possibilidades de produção agropecuária no Estado. Portanto, as distorções existentes entre os dados estatísticos em relação às áreas rurais influenciam diretamente as relações entre rural e urbano no território.

2.2.3 Assentamentos rurais

Na RMRJ, conforme os dados do INCRA (2015) e Iterj (2016), observa-se a existência de cerca de 45 assentamentos rurais situados em doze municípios metropolitanos, incluindo dois assentamentos na Capital. Os dados sobre esses assentamentos não são exatos, pois alguns estão em fase de reconhecimento e ainda correspondem a acampamentos. Porém, para efeito de denominação, todos estão denominados assentamentos. Desses casos, 21 são de responsabilidade do INCRA, dez do Iterj e quatorze de ambos os órgãos. A figura 14 mostra a localização desses casos em cada um dos municípios metropolitanos (até março de 2016), destacando os órgãos responsáveis (INCRA, Iterj ou ambos).

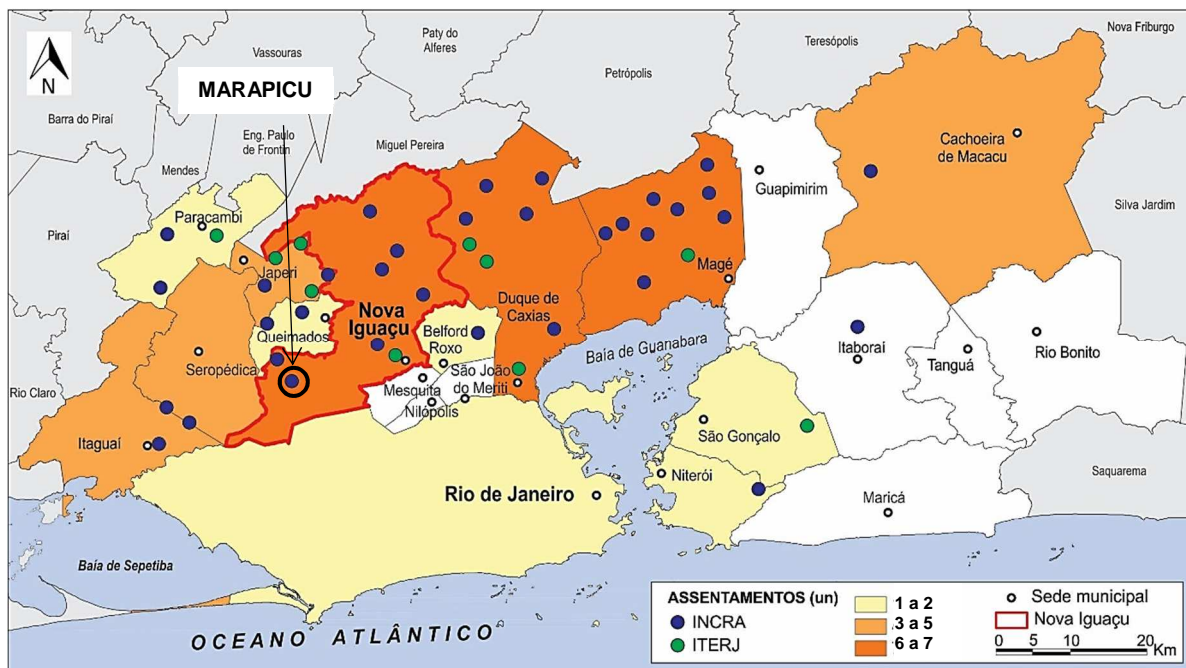


Figura 14 - Localização dos assentamentos da Reforma Agrária na RMRJ.

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da Ceperj (2014), INCRA (2015) e Iterj (2016).

Como se pode observar na figura 14, a maioria dos assentamentos está localizada nos municípios centrais da Baixada Fluminense: Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Magé. Cada um desses municípios tem de seis a sete assentamentos e são os municípios que têm as maiores áreas rurais, considerando o cadastro do INCRA (2013). Cabe mencionar que foram nesses municípios que iniciaram as primeiras ocupações de terras no estado do RJ, sobretudo em Nova Iguaçu e Duque de Caxias, os quais são ainda hoje a referência do movimento social do campo nesse Estado.

O município com maior número de assentamentos é Nova Iguaçu. Cabe mencionar que, dentre os sete assentamentos associados a esse Município, apresenta-se o Assentamento Campo Alegre como um único assentamento. Porém, esse assentamento é dividido em sete regionais, ou seja, em sete assentamentos, dos quais quatro estão situados no município de Queimados – município vizinho emancipado de Nova Iguaçu – e três em Nova Iguaçu. Seis desses assentamentos estão em processo de regulamentação, com exceção de Marapicu. O Assentamento Marapicu, para efeito de dados, é considerado em separado de Campo Alegre.

Em relação à área ocupada pelos assentamentos, os dados de Alentejano (2003), Emater-RIO (2002), INCRA (2015, 2013) e MST (2017) mostram que a soma total é de 59.695 ha. Essa área equivale a 8,9% da área territorial metropolitana e a 14,6% da área rural cadastrada no INCRA (2013). Nesse mesmo sentido, os assentamentos da Capital correspondem a 496 ha, equivalentes a 0,4% da área total do município e 2,5% de sua área rural. Nova Iguaçu, por sua vez, é o Município com maior área, 3.801 ha, equivalente a 7,3%

de sua área total e 16,7% de sua área rural. A tabela 4 mostra os dados sobre o número de assentamentos, suas áreas e capacidades nos municípios metropolitanos.

Tabela 4 - Assentamentos rurais nos municípios metropolitanos do Rio de Janeiro.

Nº	TERRITÓRIO	ASSENTAMENTOS					
		Nº (un)	Área (ha)	% Área territ.	% Área rural	Capac. (fam.)	Famílias (un.)
0	RMRJ	45	59.695	8,9	14,6	5.768	3.347
1	Nova Iguaçu	7	3.801	7,3	16,7	844	803*
2	Magé	7	2.539	6,5	8,0	603	221
3	Duque de Caxias	6	3.118	6,7	14,7	653	581
4	Japeri	5	1.812	22,1	45,6	216	149
5	Cachoeiras de Macacu	4	33.000	34,6	29,3	1.794	752*
6	Itaguaí	4	9.667	35,0	19,2	718	267*
8	Paracambi	4	3.042	17,0	20,1	216	241
7	Seropédica	3	1.129	4,0	10,7	116	158
9	Rio de Janeiro	2	496	0,4	2,5	302	*
10	São Gonçalo	1	741	3,0	18,2	160	97
11	Niterói	1	251	1,9	11,4	78	78
12	Belford Roxo	1	100	1,3	9,1	70	*

* Informação incompleta ou inexistente. Fonte: Alentejano (2003); Emater-RIO (2002); IBGE (2010); INCRA (2015, 2013); MST (2017). Elaboração: Própria.

Conforme a tabela 4, há uma grande variação em relação às áreas totais dos assentamentos e aos percentuais que ocupam nas áreas municipais. As áreas totais variam de 100 ha (Belford Roxo) a 33 mil ha (Cachoeiras de Macacu) e os percentuais de 1,3% (Niterói) e 35% (Itaguaí). Em relação à área rural (INCRA, 2013), esses percentuais variam de 2,5% (Capital) e 45,6% (Japeri). Esses dados mostram o quanto esses assentamentos estão presentes no território metropolitano. Além disso, a tabela 4 apresenta a capacidade que os assentamentos têm para desenvolver as atividades agrícolas nas áreas rurais metropolitanas, com espaço suficiente para cerca de 5.770 famílias. Porém, nem toda essa capacidade é utilizada, pois apenas 58% dos lotes estão ocupados, com 3.347 famílias²⁵. Cabe mencionar que, simulando cinco pessoas para cada família, a capacidade total metropolitana seria de 28.840 pessoas assentadas. Essas pessoas representariam um percentual irrisório no total metropolitano, apenas 0,24% (11.945.532 hab). Mas, em relação à população rural metropolitana (89.066 hab.), esse percentual seria expressivo, de 32,38%.

²⁵ Esse dado não é preciso, pois não foi possível verificar o número de famílias exato em alguns assentamentos, podendo, portanto, ser um número maior. A determinação da capacidade dos assentamentos é definida pelo INCRA, de acordo com o MF estabelecido em cada município, dependendo das características produtivas e ambientais de cada região. Isso influencia o número de lotes e, por consequência, o número de famílias. Recentemente, a Lei Federal nº 13.001/2014 (BRASIL, 2014) determina que esses lotes não podem ser superiores a 2 MFs. Porém, há controvérsias em relação a isso principalmente para o caso de assentamentos próximos a centros urbanos, como reivindica o MST para que haja um número maior de famílias assentadas (SCOLESE, 2007). Alentejano (2003) explica que o tamanho do lote é um dos motivos de conflitos internos e aponta que a média no estado do Rio de Janeiro é de 5 ha. Na RMRJ, essa média é de 7,3 ha, podendo variar de 1,4 ha (Belford Roxo) e 18,4 ha (Cachoeiras de Macacu).

Em relação às pessoas ocupadas com agricultura na RMRJ, que foi de 19.124 pessoas (IBGE, 2006), essa capacidade ultrapassaria os 42%, ou seja, poderia haver mais pessoas ocupadas com agricultura, de cunho familiar, pois esse é o foco desses assentamentos.

Cabe mencionar que um assentamento rural compreende um conjunto de unidades agrícolas independentes (lotes, parcelas ou glebas) de moradia e produção familiar, bem como espaços coletivos voltados a centros comunitários, sede de associações, áreas de preservação ambiental, igrejas, entre outros (INCRA, 2015). O órgão responsável entrega cada unidade a uma família sem condições econômicas para adquirir ou manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de unidades de cada assentamento depende da capacidade que a terra tem de comportar e sustentar um determinado número de famílias. Além dessas unidades agrícolas, um assentamento é composto por espaços coletivos voltados a, por exemplo, centros comunitários, sede de associações, áreas de preservação ambiental, igrejas.

Cada unidade agrícola, ou lote familiar, demanda benefícios das três escalas de governo, tais como créditos, educação, saúde, assistência técnica e infraestrutura. As famílias assentadas, por sua vez, comprometem-se a morar e produzir nos lotes através da agricultura familiar (mão de obra familiar sem relações de trabalho). Não é permitido vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar o lote, pois esse consiste em propriedade pública. Através do INCRA, essas famílias têm acesso a programas governamentais de geração de renda e ampliação da produção, com o objetivo de implantar, modernizar e fomentar empreendimentos coletivos agroindustriais, assim como comercializar e desenvolver atividades não agrícolas ligadas a turismo rural, artesanato e agroecologia (INCRA, 2015).

Esses assentamentos são fruto da luta pela terra no Brasil e representam a resistência de uma população que visa um modo de vida culturalmente diferenciado e atrelado à terra. As ações de ocupação de terras são espaços de luta e de formação dessa população que visa integrar um desses assentamentos, primeiramente caracterizada como acampamentos. Tais ações ocorrem prioritariamente em grandes propriedades improdutivas²⁶ que podem ser desapropriadas para fins de Reforma Agrária por não atender à função social da propriedade²⁷. A tabela 5 apresenta as informações levantadas sobre os casos da RMRJ, em relação à denominação/modalidade, ano de criação/implementação, órgão responsável, área total, capacidade (número de famílias) e número real de famílias assentadas.

²⁶ O caráter improdutivo é definido pela fiscalização do INCRA, a partir de dois índices estipulado na Lei Agrária: Grau de Utilização da Terra (GTU) e Grau de Eficiência da Exploração (GEE), os quais devem ser, respectivamente, igual ou superior a 80% e 100% (INCRA, 2015; SILVA, 2008).

²⁷ A função social da propriedade rural é desempenhada quando, simultaneamente, a propriedade favorece o bem-estar dos proprietários, trabalhadores e suas famílias, mantendo níveis satisfatórios de produtividade e assegurando a conservação dos recursos naturais, bem como dispondo de relações de trabalho justas (BRASIL, 1964). Além disso, outro indicador está associado à pouca ou nenhuma exploração econômica do imóvel, conforme a Constituição Federal e a Lei que dispõe sobre Reforma Agrária (BRASIL, 1993, 1988).

Tabela 5 - Assentamentos rurais da reforma agrária na RMRJ²⁸.

Nº	MUNIC.	DENOMINAÇÃO	ANO	ÓRGÃO RESP.	ÁREA (ha)	CAP. (fam.)	FAM(un)
1	Nova Iguaçu	São Pedro	1960	Iterj	1225,0	100	100
		Campo Alegre (6 regionais)	1984	Iterj	1.360,8	500	500
		PAM Marapicu	1985	INCRA	318,2	92	90
		Pedra Lisa	1986	Iterj	77,0	26	26
		PA São Bernardino	1991	Iterj/ INCRA	212,0	56	50
		Mutirão Brasil Nova República	1999	Iterj	50,0	25	-
		PAC Terra Prometida	2010	Iterj/ INCRA	552,1	61	51
2	Magé	Gleba América Fabril	1973	INCRA	668,0	204	-
		Conceição do Suruí	1974	INCRA	327,0	46	-
		PE Fazenda Cach. Grande	1986	Iterj/ INCRA	327,9	156	91
		PA Santa Rosa	1987	Iterj/ INCRA	372,8	26	20
		PE Fazenda Pau Grande	1989	Iterj/ INCRA	112,8	100	39
		PA Santa Rosa	1987	Iterj/ INCRA	372,8	26	20
		Vila Inhomirim	1992	INCRA	700,0	60	60
3	Duque de Caxias	PE São Lourenço	1961	Iterj/ INCRA	90,0	11	6
		Piracema	1966	INCRA	559	127	127
		Cachoeira/ Bembeca	1979	INCRA	753,0	113	113
		Capivari	1982	Iterj/ INCRA	52,0	71	71
		PA Morro Grande	1989	Iterj/ INCRA	317,8	34	14
		CODIN-Xerém	1992	Iterj	873,0	250	250
4	Japeri	PE São Pedro	1960	Iterj/ INCRA	1.155,3	98	62
		PA Boa Esperança	1986	INCRA	278,8	52	47
		PE Pedra Lisa	1987	Iterj/ INCRA	77,5	26	26
		PE Fazenda Normandia	1988	Iterj/ INCRA	120,0	27	17
		Mutirão da Fé	1992	Iterj	180,0	58	-
5	Cachoeiras de Macacu	PIC Papucaia	1951	INCRA	18.531,8	894	15
		PIC Marabaí	1976	INCRA	6.176,0	352	352
		PA São José da Boa Morte	1982	INCRA	3.903,0	428	385
		PA Santa Fé	1996	INCRA	4.389,0	120	0
6	Itaguaí	PIC Santa Alice	1955	INCRA	8.641,1	528	259
		PIC Grande Rio	1972	INCRA	275,52	122	-
		Catas Altas	1993	INCRA	586,9	60	-
		PA União, Terra e Trabalho	2014	INCRA	163,1	8	8
7	Paracambi	PE Fazenda Vitória da União	1986	Iterj/ INCRA	527,1	84	84
		PA Sabugo	1987	INCRA	1.386,4	112	75
		Acampam. Marli P. da Silva	2009	INCRA	696,6	-	63
		PCA Terra	2015	INCRA	432,1	20	19
8	Seropédica	Sol da Manhã	1989	Iterj/ INCRA	271,0	48	48
		PA Moura Costa	1989	INCRA	271,0	52	45
		PA Casas Altas	1993	INCRA	586,9	16	65
9	Rio de Janeiro	Engenho Novo do Retiro	1986	Iterj	276,3	250	-
		São Francisco	1992	Iterj	220,0	52	-
10	S. Gonçalo	PE Fazenda Engenho Novo	2010	INCRA	740,5	160	97
11	Niterói	Engenho do Mato	1984	Iterj	251,0	78	78
12	B. Roxo	Fazenda Baby	1986	Iterj	100,1	70	-

Fonte: Alentejano (2003); Emater-RIO (2002); INCRA (2015); MST (2017). Elaboração: Própria.

²⁸ Nem todas as informações foram levantadas devido à inexistência ou à falta de acesso. Os assentamentos que estão sem a definição de modalidade são acampamentos ou não possuem essa informação.

A viabilidade de implantação de assentamentos acontece através do INCRA. Cada assentamento deve ter um Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) desenvolvido por uma empresa ou entidade de assistência técnica contratada pelo INCRA para diferentes fases: criação, instalação, consolidação ou estruturação. Através do PDA é definida a organização do espaço, indicando as áreas de moradia, produção, reserva florestal e vias de acesso, assim como as atividades produtivas, ações necessárias para a preservação/recuperação ambiental, programa social e infraestrutura básica.

Há diferentes modalidades de assentamentos reconhecidos pelo INCRA e desenvolvido pelo órgão responsável – INCRA ou Iterj no caso dos assentamentos metropolitanos do estado do RJ. Conforme mostra a tabela 5, a maioria dos casos é da modalidade Projeto de Assentamento (PA), que é a mais tradicional, e Projeto de Assentamento Estadual (PE). Há também as modalidades: Projeto de Colonização (PAC), implantados pelo INCRA em parceria com empresas rurais ou cooperativas; Projeto Criado pelo município ou União (PCA), no qual a terra pode ser de uma de ambas as escalas governamentais; e Projeto de Assentamento Municipal (PAM), de responsabilidade do município – caso de Marapicu²⁹.

Em relação ao ano, este corresponde à data dos primeiros processos ou fases desenvolvidas em cada órgão, desde o reconhecimento, criação, implementação, consolidação, estruturação, regularização fundiária, etc. A maioria dos assentamentos da RMRJ foram criados ou implementados nas décadas de 1980 e 1990, a partir das primeiras ocupações de terras no Estado. Os assentamentos anteriores correspondem a processos criados a partir do poder público, para fins de Reforma Agrária, entre 1964 a 1985. Os assentamentos mais recentes são de 2009 a 2015.

No caso de Nova Iguaçu, o primeiro assentamento é de 1960 (São Pedro), sendo os de 1984 (assentamentos de Campo Alegre) e 1985 (PAM Marapicu) os primeiros a serem criados a partir das primeiras ocupações de terra na década de 1980. Campo Alegre ainda corresponde a um grande acampamento que reúne seis regionais denominadas: Mato Grosso, Acampamento, Capoeirão, Chapadão, Terra Nova e Fazendinha. Essas regionais, pelas três décadas de resistência, também são chamadas de assentamentos. Marapicu faz parte do grupo de Campo Alegre, enquanto articulação do movimento social local, pois é uma de suas regionais, porém, desde 2012, conseguiu a sua regularização e reconhecimento como assentamento. Os demais assentamentos desse Município são de 1986 (Pedra Lisa), 1991 (PA São Bernadino), 1999 (Mutirão Brasil Nova República) e 2010 (PAC Terra

²⁹ Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE); Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS); Projeto de Assentamento Florestal (PAF); Projeto de Assentamento Casulo (PCA); Projeto de Assentamento Estadual (PAE); Projeto de Assentamento Municipal (PAM); etc. (INCRA, 2015).

Prometida). Cabe mencionar que esse último corresponde a uma comunidade urbana que estava localizada na Capital desde 2000. Porém, por motivos de venda da propriedade pelo Estado para uma empresa, o assentamento foi deslocado para Nova Iguaçu. Esse é um dos exemplos de que há uma dinâmica e uma instabilidade na efetivação dos assentamentos até a sua regularização.

Conforme a tabela 5, a maioria das áreas dos assentamentos é menor a 1.000 ha, podendo chegar a 1.500 ha, com exceção dos assentamentos situados em Cachoeiras de Macacu. Nesse Município, há assentamentos com 18.532 ha, como o caso do PIC Papucaia. Há também assentamentos muito pequenos, como o caso do Mutirão Brasil Nova República, em Nova Iguaçu, com apenas 50 ha. Em Nova Iguaçu, o maior assentamento é Campo Alegre, com 1.360 ha, pois se divide nas seis regionais. O PAM Marapicu tem 318,2 ha. Em relação à capacidade dos assentamentos e ao número de famílias assentadas, alguns são pouco utilizados, como o caso do PIC Papucaia (maior assentamento), que tem capacidade de 894 lotes familiares, mas há apenas 15 famílias. Outros, como Campo Alegre e PAM Marapicu, utilizam toda a capacidade.

Os dados apresentados são imprecisos e algumas vezes inexistentes, pois ocorrem dinâmicas e mudanças constantes nos processos de ocupação de terra e PAs. Algumas vezes, os próprios órgãos competentes não reconhecem os acampamentos ou ocupações e, por isso, não têm dados específicos sobre esses. De qualquer forma, esses dados mostram que há uma diversidade de situações existentes há 66 anos na RMRJ. Muitos casos ainda não conseguiram a regularização fundiária dos lotes, mas seguem resistindo aos inúmeros conflitos no campo que ocorrem desde então. Os processos de regularização fundiária são prementes, dado o impacto dos percentuais da capacidade de beneficiamento dos assentamentos e o número de famílias existentes. Os principais conflitos ocorrem nos municípios na Baixada Fluminense, pois essa é uma região caracterizada, historicamente, por lutas e conquistas relativas à terra, desde a década de 1950.

Esses conflitos se caracterizam por ameaças e expulsões de famílias das áreas rurais, através de ações violentas de despejos, destruição de casas e plantações, pistolagem e assassinatos, devido à ausência ou falha de políticas públicas (ALENTEJANO, 2003). De acordo com a CPT (2016), os conflitos passaram a ser relacionados não só a questões fundiárias, mas também ao uso e à preservação da água, assim como aos direitos e às questões trabalhistas, principalmente durante a década de 1980. Há registro de conflitos, de 1980 a 2014, em oito municípios metropolitanos que têm assentamentos rurais. Nas décadas de 1980 e 1990, houve conflitos relacionados às primeiras ocupações de terra nos municípios da Baixada, sobretudo em Nova Iguaçu, Magé e Itaguaí. Atualmente, há também conflitos

associados aos grandes projetos urbanos, como o caso dos assentamentos atingidos pelas obras do Arco Metropolitano e pelo Comperj, como mostra a figura 15.

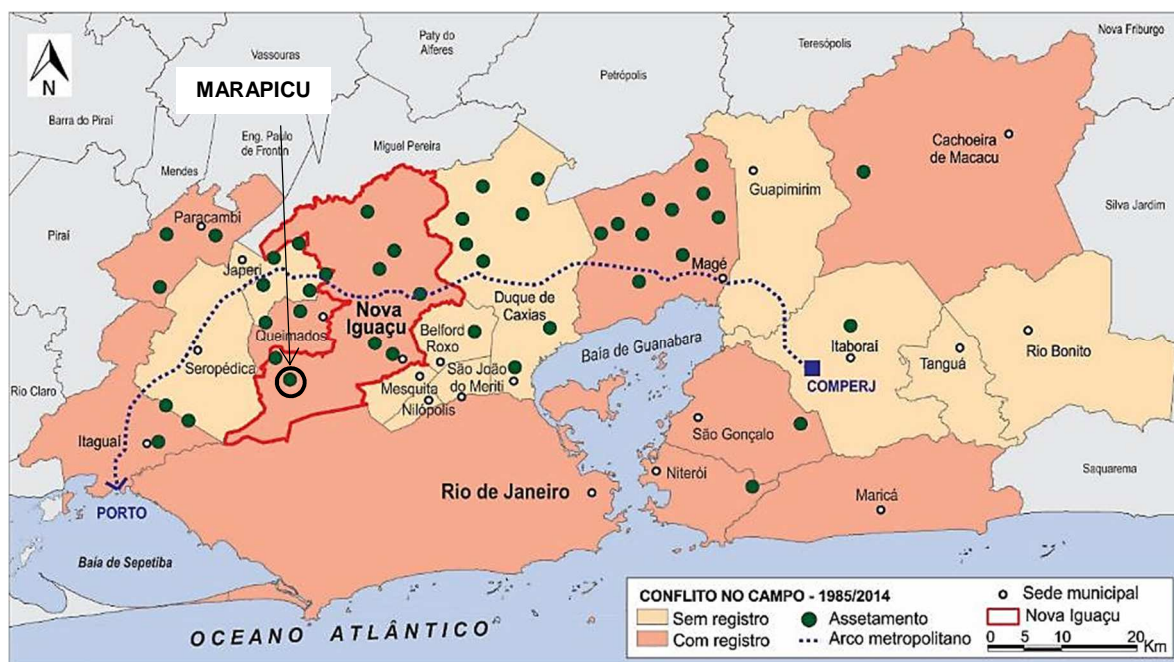


Figura 15 - Municípios com registro de conflitos no campo – 1985 a 2014.

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da Ceperj (2014), CPT (1985-2014), INCRA (2015) e Iterj (2016).

Hoje, os conflitos no campo estão diretamente relacionados ao avanço da urbanização e, conseqüentemente, à pressão pela redução ou negação da existência de áreas rurais, como o caso da inexistência de áreas rurais na maioria dos planos diretores dos municípios da RMRJ, como ocorreu em Nova Iguaçu entre 1997 e 2008. Apesar da participação da população assentada ser irrisória no contexto demográfico geral da RMRJ, os assentamentos têm contribuído com a atenuação do ritmo de urbanização, que seria mais expressivo se não houvesse tal população querendo, de certa forma, constituir uma vida rural, mesmo que próxima aos centros urbanos e com atividades rur-urbanas (ALENTEJANO, 2003). Essa população acaba sendo um contraponto aos argumentos dos que sustentam o fato de haver um superdimensionamento da urbanização brasileira.

O fato de ignorar a existência das áreas rurais no planejamento territorial dos municípios metropolitanos e, por consequência, de sua população, sobretudo da população de assentados rurais, sob o argumento do predomínio do processo de urbanização no território, faz com que se retirem dados estatísticos importantes sobre a população metropolitana como um todo. Isso contribui para a ampliação dos conflitos já existentes, bem como com as controvérsias entre as delimitações entre as áreas urbanas e rurais existentes de fato. A mancha urbana metropolitana atingiu a maioria dos assentamentos, deixando-os cada vez mais próximos aos centros urbanos, potencializando a coexistência de características rurais e urbanas no território, ainda pouco reconhecidas, como o caso de Marapicu em Nova Iguaçu.

2.3 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DE NOVA IGUAÇU E MARAPICU

Para compreender as tensões e os conflitos presentes na área de estudo, apresenta-se uma caracterização geral sobre o território do município de Nova Iguaçu. Enfatiza-se o processo de ocupação, considerando aspectos histórico-políticos, morfológicos e físicos, em diferentes períodos em que as questões entre rural e urbano estão em disputa no território. Além disso, apresenta-se a formação do Assentamento Marapicu, em relação a aspectos históricos e socioespaciais.

O município de Nova Iguaçu caracteriza-se como um dos principais centros geopolítico da sub-região da Baixada Fluminense, juntamente com o município de Duque de Caxias. Ambos são, historicamente, marcados por conflitos fundiários e forte atuação de movimentos sociais do campo na luta pela Reforma Agrária na RMRJ. A figura 16 mostra a localização desse Município em relação à mancha urbana no território metropolitano e aos limites da Baixada Fluminense, destacando a localização de Marapicu e demais assentamentos.

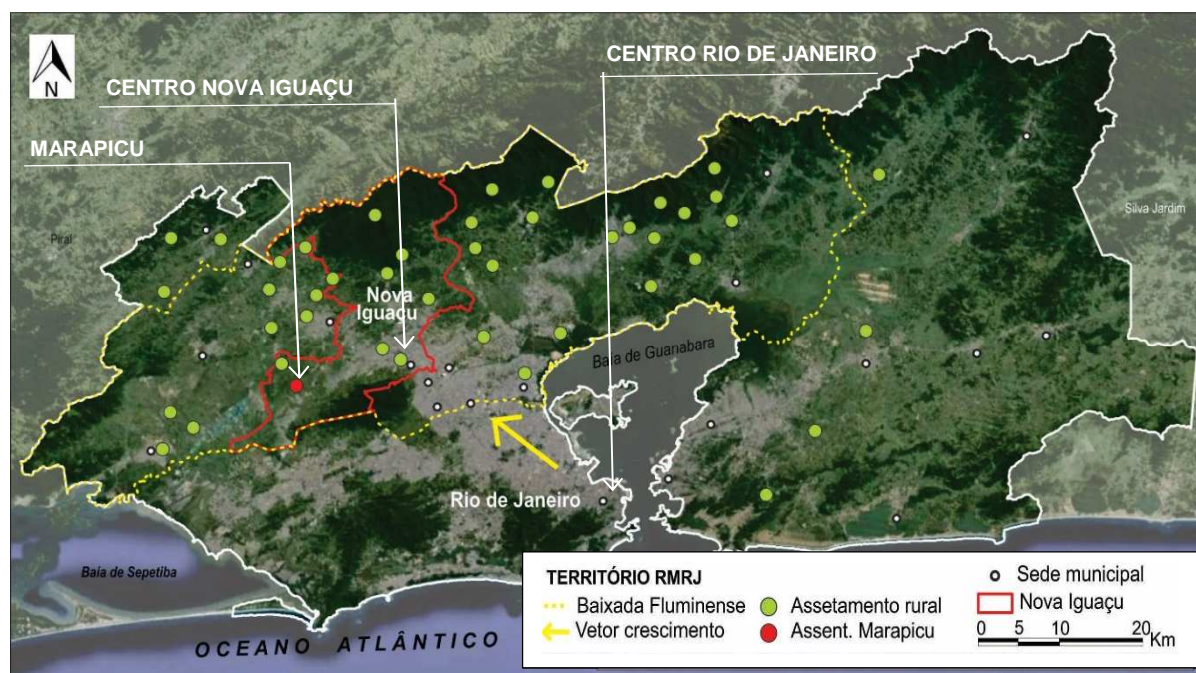


Figura 16 - Malha urbana metropolitana da RMRJ e município de Nova Iguaçu.
Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da Ceperj (2014) e Google Earth (2015).

Os assentamentos constituem-se como um movimento de oposição e resistência à expansão do crescimento da mancha urbana metropolitana. Conforme mostra a figura 16, o principal vetor dessa mancha urbana parte do centro da Capital, de forma radial em direção ao centro de Nova Iguaçu. Marapicu situa-se a oeste desse vetor, na região sudoeste do Município, próximo à divisa com o município de Queimados.

O atual território de Nova Iguaçu faz divisa com a Capital e municípios de Mesquita, Miguel Pereira, Seropédica, Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri e Queimados. Esse

território sofreu inúmeras emancipações nas décadas de 1940 e 1990 que acabaram reduzindo significativamente sua área. Simões (2006) destaca que esses processos estilhaçaram o Município, tendo sido um dos mais fragmentados do País. Tais processos impactaram diretamente as questões políticas, econômicas e sócio-espaciais de toda a Baixada Fluminense, gerando novas formas urbanas e rurais de ocupação do solo através das novas malhas de circulação criadas para interligar os pequenos novos núcleos urbanos. Apesar disso, de acordo com os dados do IBGE (2010; 2015), o Município continua sendo o terceiro maior da RMRJ em relação à área (521,2 km²) e o 10^o maior em relação à densidade demográfica (1.549 hab/km²), com uma população total de 807.492 hab.

As emancipações, da década de 1940, foram dos municípios de Duque de Caxias (1943), depois Nilópolis (1947) e São João do Meriti (1947) que pertencia a Duque de Caxias. Na década de 1990, foram emancipados Queimados (1990) e Belford Roxo (1990), Japeri (1991) e Mesquita (1999). A figura 17 apresenta os limites do território de Iguassu/ Nova Iguaçu e suas sucessivas emancipações.

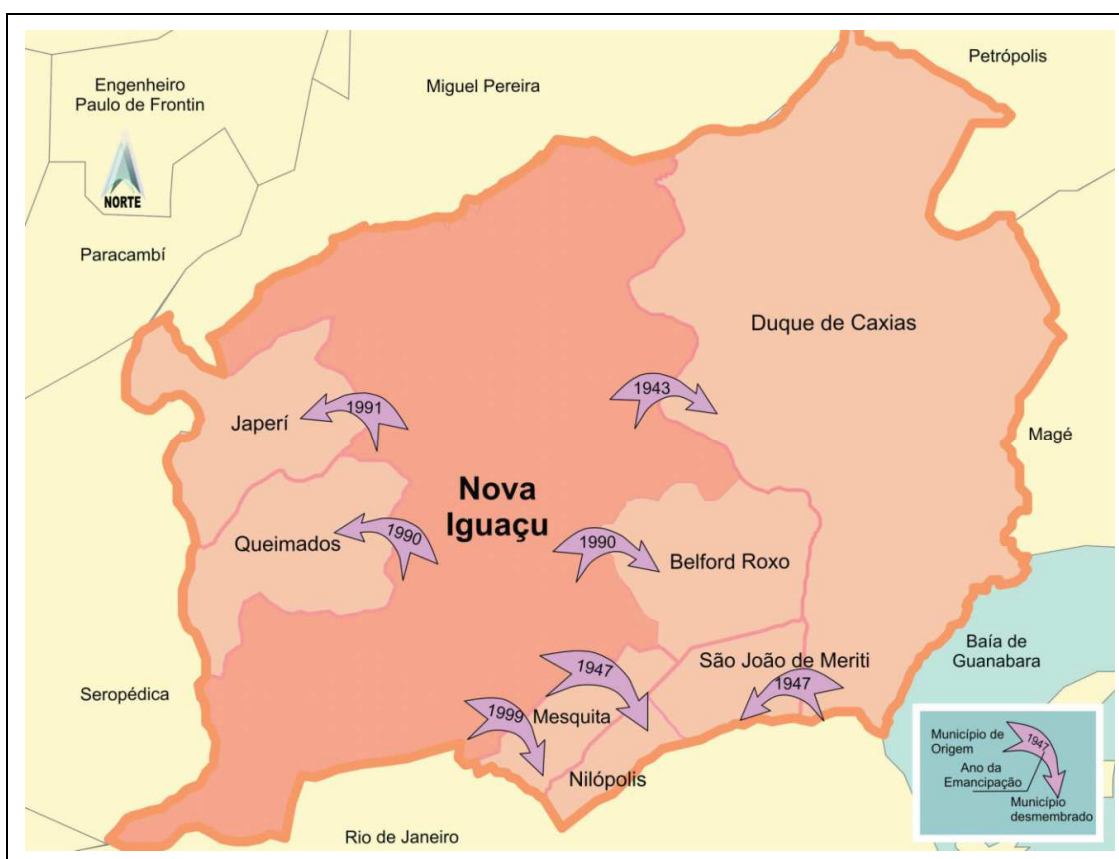


Figura 17 - Emancipações município de Iguassu/ Nova Iguaçu (até 1991).
Fonte: Nova Iguaçu (2004).

Até o início do século XIX, Nova Iguaçu correspondia a, praticamente, o atual território da Baixada Fluminense e era denominada de Iguassu ou Grande Iguassu. Esse antigo território correspondia às delimitações físicas do arrabalde da Capital, designado apenas

como o lugar que não era uma zona urbana e, por isso, sem uma distinção territorial precisa. O início de sua ocupação tem como base os antigos dois principais portos fluviais do estado do RJ: Porto de Iguassu (antigo município de Nova Iguaçu) e Porto de Estrella (antigo município de Duque de Caxias) (SILVA, 2013; SIMÕES, 2006). Tais portos foram estratégicos para a economia do Estado por terem sido onde iniciaram os primeiros caminhos terrestres e, posteriormente, os ramais ferroviários que ligavam a Capital – Capital Federal na época – ao interior do País (SILVA, 2013). Com a substituição do transporte fluvial pelo ferroviário, ao longo do tempo, a expansão urbana passou a ocorrer a partir das principais estações de trem existentes em ambos os portos (SIMÕES, 2006).

Nova Iguaçu passa a ter essa denominação em 1916, quando houve a mudança da sede do município da Vila de Iguassu, junto ao porto, para as proximidades da Estação Maxambomba, a qual também era denominada Nova Iguaçu (RODRIGUES, 2006; SILVA, 2012). Essa estação foi construída junto a Linha Dom Pedro II, em 1858, marcando a transferência do transporte fluvial para o terrestre (RODRIGUES, 2006). A Linha Rio D'Ouro foi construída em 1880, passando pela antiga sede municipal, para as obras de construção da nova rede de abastecimento de água da capital (ABREU, 2006). Ambas as estradas de ferro passaram a estruturar o território municipal, propiciando o desenvolvimento das freguesias e formando os pequenos núcleos próximos às estações. A partir de então, conforme Rodrigues (2006), a ocupação do território expandiu-se para as planícies, ao longo das linhas de trem, principalmente pelo fato dessas áreas terem sido drenadas por conta de projetos estatais de qualificação da produção e proposta de cinturão verde para a Capital. A figura 18 mostra o contexto ferroviário do estado do RJ em 1908, destacando a localização da antiga sede (Vila de Iguassu) e da atual (Estação Maxambomba) no centro do Município.

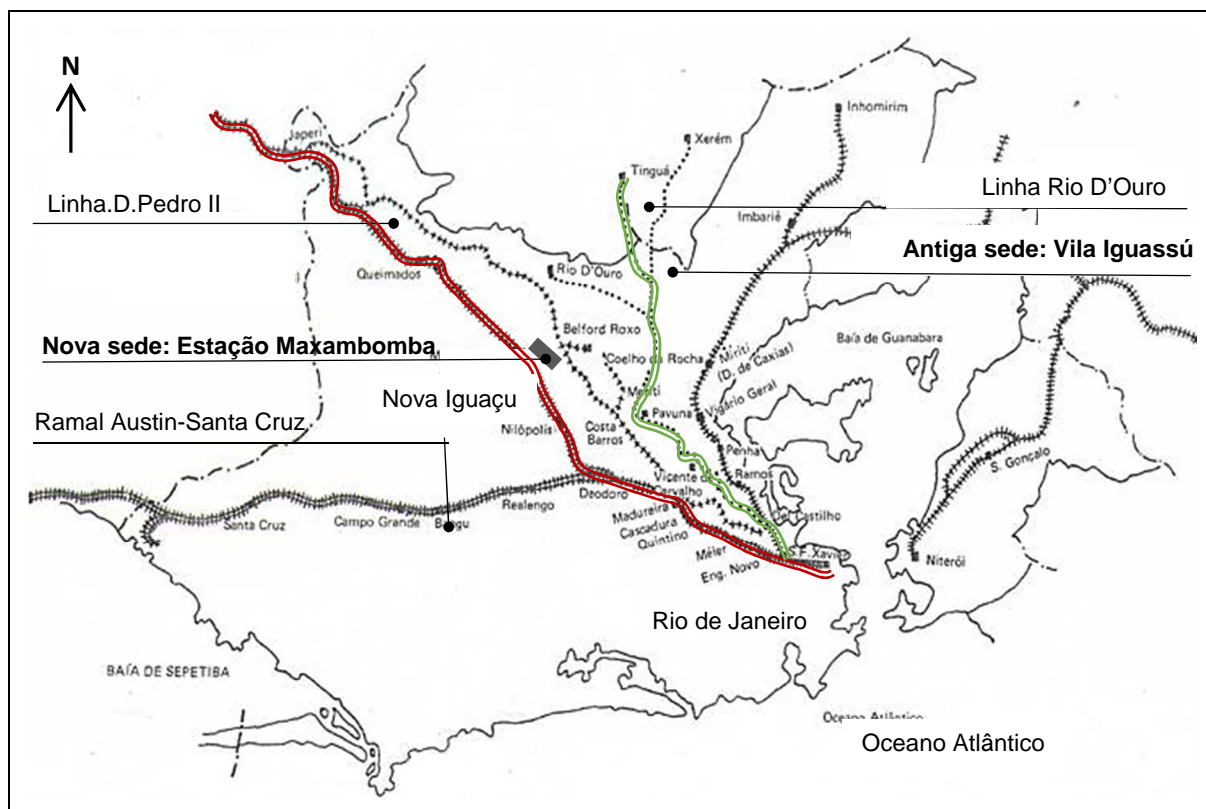


Figura 18 - Sedes municipais e rede ferroviária do estado do Rio de Janeiro em 1908.
Fonte: modificado pela autora a partir de dados de Abreu (2006).

Atualmente as linhas férreas e seus ramais estão desativados, com exceção da Linha D. Pedro II, que foi transformado em uma Supervia³⁰. O centro do Município é servido por esse trem metropolitano. A figura 17 destaca o Ramal Austin-Santa Cruz, à esquerda, o qual consiste em umas das divisas da área do Assentamento Marapicu.

Em relação aos aspectos morfológicos e físicos, segundo Simões (2006), o antigo grande território de Nova Iguaçu, ou a Baixada Fluminense, caracteriza-se como uma unidade territorial que reúne uma diversidade de paisagens naturais, situada entre as partes elevadas e rebaixadas da Serra do Mar. Essa serra consiste em uma cadeia de montanhas que marca os limites físicos norte da RMRJ e do município de Nova Iguaçu. No caso de Nova Iguaçu, o Maciço de Tinguá corresponde ao fim dessa serra a oeste, importante área de preservação do município (Reserva Biológica de Tinguá). A sudoeste, esse município é limitado por outro maciço, o Maciço Mendanha-Gericinó, que faz a divisa com a Capital, outra importante área de preservação (Parque Municipal de Nova Iguaçu), situada próxima a Marapicu. A figura 19 mostra esses limites marcados pelos maciços de Tinguá e Mendanha-Gericinó, destacando a rede hidrográfica existente entre ambos e a URG Cabuçu, onde se localiza Marapicu.

³⁰ A Supervia corresponde ao trem urbano metropolitano, antiga Central do Brasil.

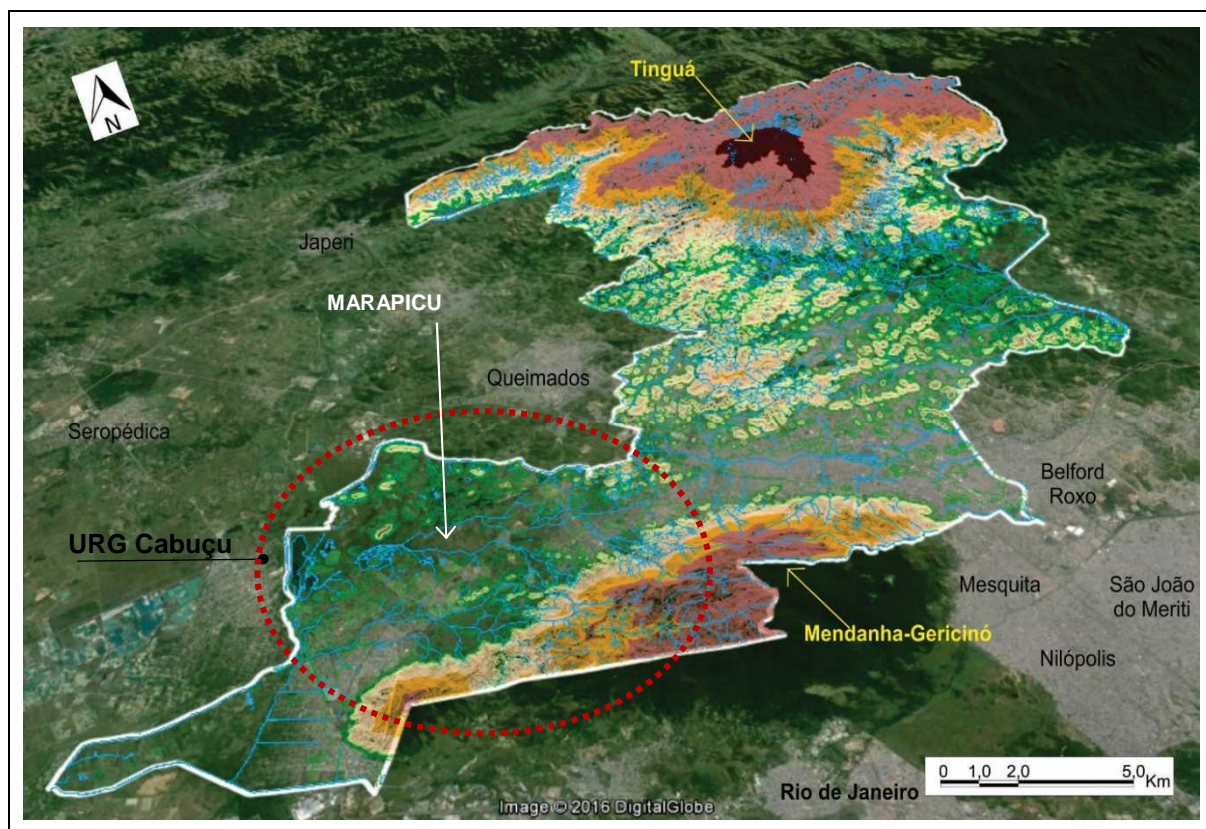


Figura 19 - Rede hidrográfica e altimetria de Nova Iguaçu.

Fonte: modificado pela autora a partir de dados de Nova Iguaçu (2015) e Google Earth (2016).

Parte do Maciço Mendanha-Gericinó pertence à URG Cabuçu, região caracterizada por áreas baixas e inundáveis, cujo sistema hídrico integra a Bacia Hidrográfica do Rio Guandu. Metade do território de Nova Iguaçu, hoje, pertence a essa bacia hidrográfica, cujas águas deságuam a oeste na Baía de Sepetiba. A outra metade do território pertence à Bacia Hidrográfica da Baía da Guanabara, cujas águas deságuam a leste nessa baía. A figura 20 mostra as duas bacias hidrográficas que dividem o Município.

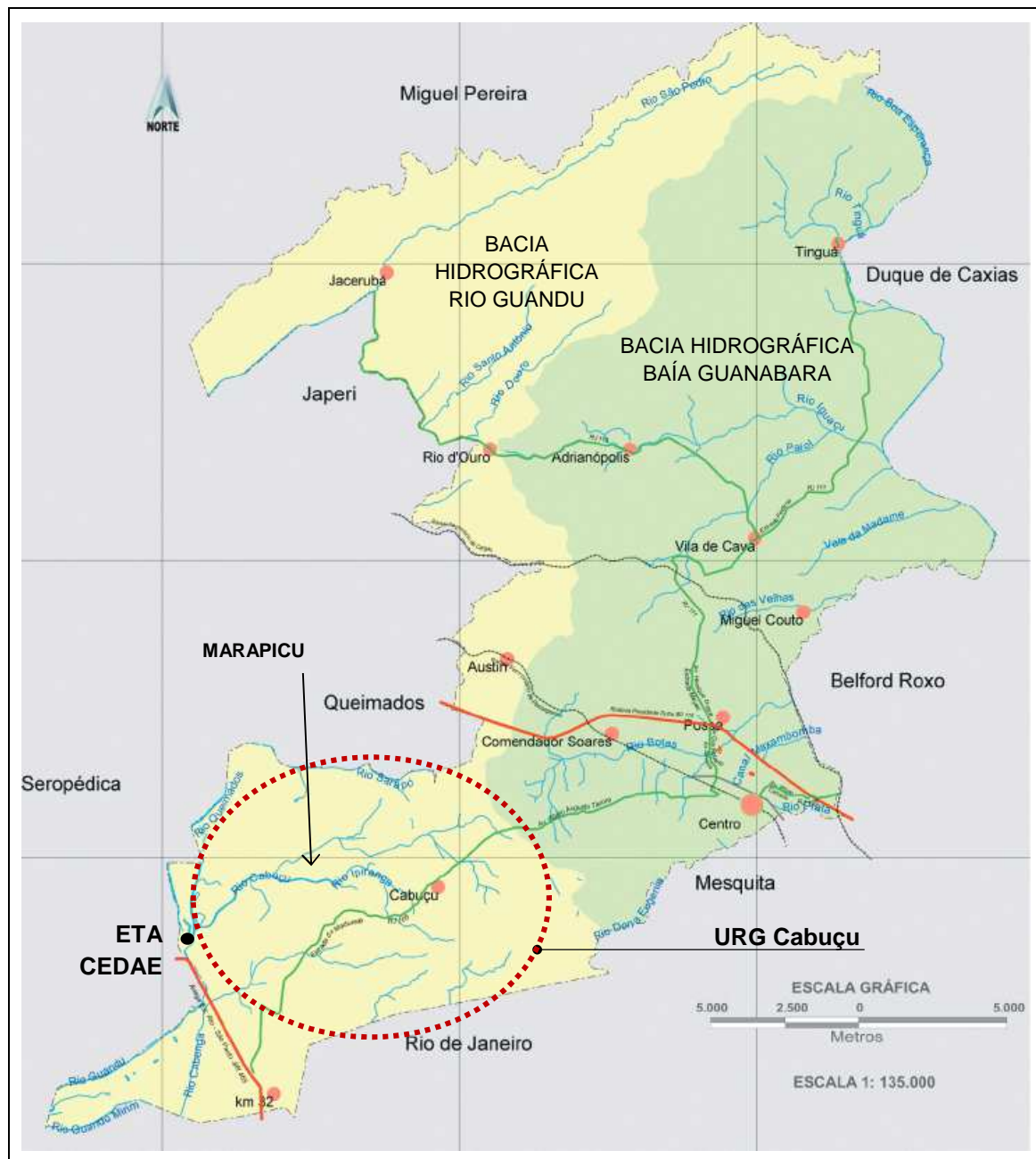


Figura 20 - Nova Iguaçu entre as bacias hidrográficas do Rio Guandu e da Guanabara.
 Fonte: modificado pela autora a partir de dados de Nova Iguaçu (2004).

A Bacia do Rio Guandu, onde se localiza o Assentamento Marapicu, é uma das principais reservas de água potável da RMRJ. As águas dessa bacia são tratadas na ETA da Cedae e é uma das principais fontes de abastecimento de água da RMRJ. Essa estação se situa próxima ao Assentamento, na divisa com o município de Queimados, na foz do Rio Cabuçu e do Rio Ipiranga – principais rios da URG Cabuçu. Ambos os rios cruzam a área do Assentamento.

O sistema hídrico é um dos principais aspectos físicos da Baixada Fluminense. Segundo Simões (2006), esse sistema, associado à cobertura florestal ainda intacta em grandes extensões das encostas da Serra do Mar e às condições climáticas locais, formam uma importante rede hidrográfica do estado do RJ, permitindo a existência de precipitações o ano inteiro e a perenidade da maioria dos rios, mesmo depois de longos períodos de estiagem. Porém, segundo o autor, atualmente, tanto o sistema hídrico quanto as características originais da vegetação foram modificados com o desmatamento e a impermeabilização do solo em grandes áreas, gerando principalmente o assoreamento de leitos de rios. Segundo ele, o alto desnível altimétrico forma grandes áreas inundáveis e inundações periódicas que são potencializadas em função da retirada da cobertura vegetal nas áreas baixas e nas encostas dos maciços através do processo de ocupação.

As relações entre o meio físico e o meio construído do município acabaram sendo estabelecidas de forma frágil ao longo do crescimento urbano, o qual ocorreu de forma rápida e tardia, diferentemente dos demais municípios metropolitanos. Esse crescimento segue pressionando a ocupação de áreas rurais e de preservação, ameaçando a rede hidrográfica do município. Há ainda uma ocupação irregular que gera a formação de diversas áreas de riscos em APPs de margens dos rios, córregos e nascentes, bem como encostas de morros. Por consequência, há uma precariedade da drenagem pluvial no município, sobretudo nas áreas de expansão urbana, que dificulta o escoamento das águas e potencializa os alagamentos sazonais característicos do território.

Segundo o último Plano Diretor (NOVA IGUAÇU, 2011), a cobertura vegetal do Município corresponde a 67% da área do território. Esse percentual abrange tanto as duas principais áreas de preservação ambiental – Reserva Biológica de Tinguá no Maciço de Tinguá e no Parque Municipal no Maciço de Mendanha-Gericinó, quanto dez áreas rurais. Tais áreas formam a Macrozona de Uso Sustentável do Município. Algumas das áreas rurais correspondem às áreas e denominações dos assentamentos, como o caso de Marapicu e de Campo Alegre. A figura 21 mostra a localização dessas áreas no Município, destacando a correspondência das áreas rurais e de ambos os assentamentos.

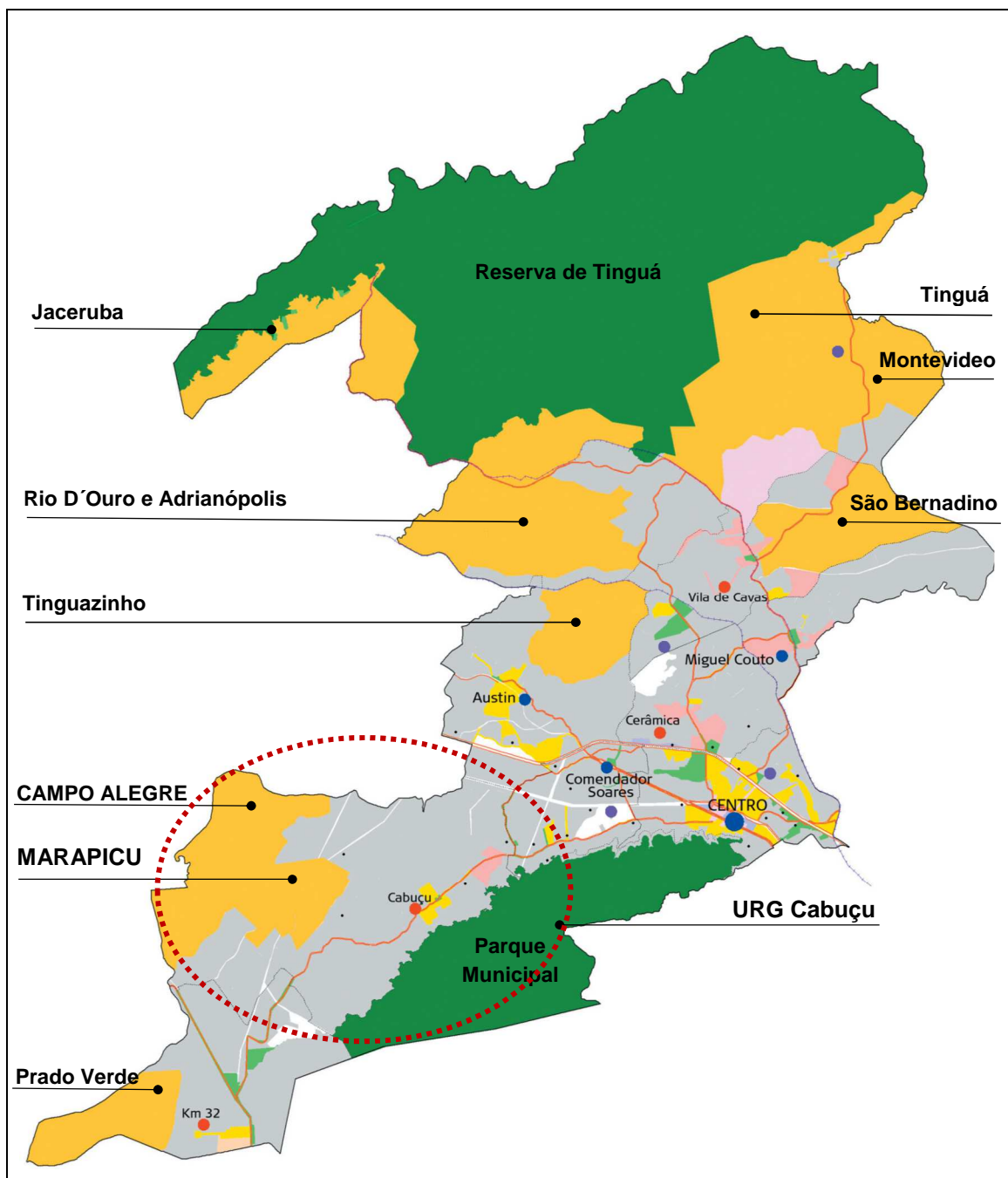


Figura 21 - Áreas de preservação, áreas rurais e assentamentos rurais.
 Fonte: modificado pela autora a partir do Plano Diretor Participativo (Nova Iguaçu, 2011).

Desde o plano diretor de 1997³¹, o território municipal foi dividido em nove URGs: (i) Centro; (ii) Posse; (iii) Comendador Soares; (iv) Cabuçu; (v) Km 32; (vi) Austim; (vii) Vila de Cava; (viii) Miguel Couto; e (ix) Tinguá (NOVA IGUAÇU, 2011). A figura 22 mostra essa divisão regional, destacando a localização da sede municipal na URG Centro e de Marapicu na URG Cabuçu.

³¹ Essa divisão foi definida como estratégia de contenção de novas emancipações (NOVA IGUAÇU, 1997).



Figura 22 - Divisão do território de Nova Iguaçu em URGs.
 Fonte: modificado pela autora a partir de dados de Nova Iguaçu (2004).

Cabuçu é uma das regiões de menor densidade demográfica, apenas 11,53 hab/ha. A URG Centro é a de maior densidade, com 86,63 hab/ha. A baixa densidade de Cabuçu, assim como outras URGs distantes da região central, se deve, em grande parte, justamente pela presença de áreas rurais e de preservação ambiental. Cabuçu apresenta características propícias tanto para a ocupação urbana quanto rural, dada a abundância de recursos hídricos e de áreas planas. Atualmente, essa região apresenta uma urbanização recente e está definida no Plano Diretor como a de maior potencial de crescimento urbano (NOVA IGUAÇU, 2011).

Cabe destacar que, apesar das controvérsias entre os dados estatísticos – fruto dessas modificações nos Planos Diretores, a realidade das áreas rurais está mais próxima aos dados registrados no cadastro de imóveis rurais do INCRA e aos dados sobre os assentamentos da Reforma Agrária. A área rural, segundo o último censo demográfico, por

exemplo, foi de apenas 1,09% da área total do Município, enquanto o percentual de imóveis rurais cadastrados foi de 43,65% (IBGE, 2010; INCRA, 2015). Além disso, no último censo agropecuário, o percentual de área que correspondia a estabelecimentos agropecuários foi de 5,44% da área total – pouco menos do que o censo demográfico e pouco abaixo do cadastro rural (IBGE, 2006). Nesse contexto, os assentamentos ocupam um total de 3.801 ha, equivalente a 7,3% da área total e a 16,7% da área dos imóveis rurais cadastrados, ou seja, a presença dos assentamentos é significativa na área rural de Nova Iguaçu.

O Assentamento Marapicu, junto com mais seis assentamentos no município, tem um histórico de três décadas de ocupação de terra, persistência, resistência e vitórias em relação ao reconhecimento da sua área, bem como a própria área rural no Município. Hoje destaca-se pelos conflitos gerados pela pressão da expansão urbana, principalmente através de especulação imobiliária e da violência urbana. Esse Assentamento corresponde a uma das sete regionais de um assentamento maior, o Assentamento Campo Alegre. A figura 23 mostra a localização de Marapicu (1) junto às demais regionais de Campo Alegre: Mato Grosso (2), Acampamento (3), Capoeirão (4), Chapadão (5), Terra Nova (6) e Fazendinha (7).

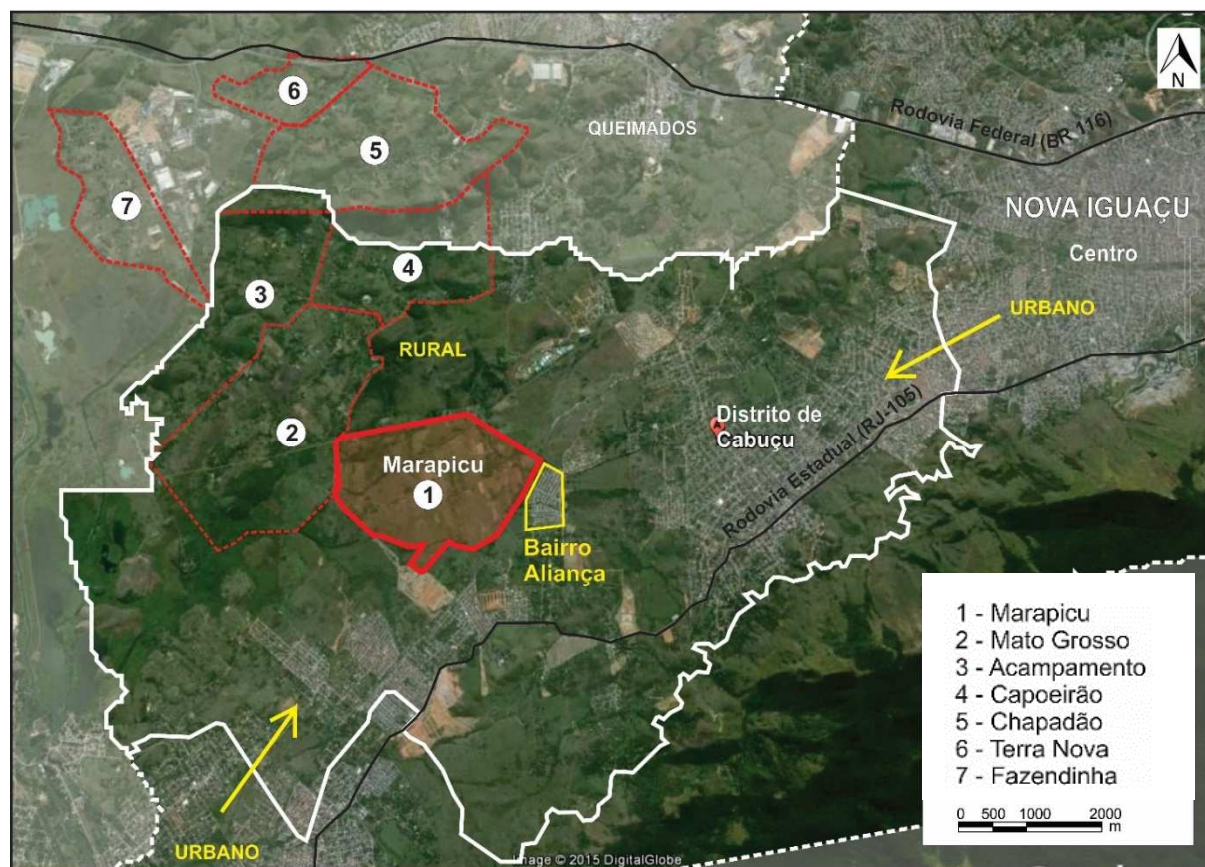


Figura 23 - Assentamento Marapicu a Assentamento Campo Alegre em Nova Iguaçu.
Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do Google Earth (2015).

Algumas das áreas das regionais de Campo Alegre fazem parte do município vizinho de Queimados (emancipado em 1990). Em relação a essas regionais, Marapicu faz divisa oeste com Mato Grosso, regional onde se localiza a sede de Campo Alegre, e leste com o “Bairro Aliança”, como é referido pela comunidade de assentados³². Esse é o local onde a maioria das famílias assentadas de Marapicu tem uma segunda residência. O acesso ao Assentamento dá-se através da RJ-105 (Avenida Abílio Távora), um dos principais eixos de expansão urbana de Nova Iguaçu (Via Sudoeste).

A diversidade de características do território de Nova Iguaçu contribuiu para que fossem desenvolvidas tanto atividades urbanas quanto rurais, gerando inúmeros conflitos fundiários, muitos em andamento até hoje. Campo Alegre foi uma das primeiras ocupações de terras, no estado do RJ em 1984, um ano antes da ocupação de Marapicu. Para compreender quais são as tensões, articulações e disputas entre rural e urbano, é importante entender os diferentes processos de ocupação sócio-espacial que ocorreram em Nova Iguaçu, os quais caracterizaram diferentes fases.

2.3.1 Nova Iguaçu Rural e/ou Urbana

O processo de ocupação sócio-espacial de Nova Iguaçu foi estabelecido a partir das relações de poder. Descreve-se quatro fases desse processo que explicitam as características rurais e/ou urbanas no território, desde a década de 1920, quando o Município foi um dos maiores produtores de laranja do mundo, o que determinou a permanência dos aspectos rurais por mais tempo que os demais municípios da Baixada Fluminense, até os tempos atuais (2016): (i) Nova Iguaçu Rural: fase da citricultura, de 1920 a 1950, (ii) Nova Iguaçu Urbana: fase da expansão urbana e conflitos fundiários, de 1950 a 1980; (iii) Nova Iguaçu Rural e Urbana: fase dos primeiros assentamentos rurais ao “fim” do rural, de 1980 a 2003; e (iv) Nova Iguaçu Rural-Urbana: fase da reinserção do rural no Plano Diretor até Marapicu caracterizado como um território de interface rural-urbana, de 2003 a 2016. Essas fases são descritas a seguir.

(i) Nova Iguaçu Rural: fase da citricultura

Entre 1920 e 1950, Nova Iguaçu foi caracterizada pelo forte desenvolvimento de atividades rurais voltadas à citricultura em quase a totalidade do Município, o qual correspondia ao território original de Iguassu. Nessa época havia apenas uma pequena área urbana na sede municipal, enquanto o restante do território era ocupado pelas atividades de citricultura, as quais modificaram as relações de trabalho no campo, gerando conflitos nas áreas rurais do Município.

³² Este local não é um bairro oficial do município, estando inserido no Bairro Ipiranga.

A citricultura surgiu, na década de 1920, como uma nova atividade econômica desenvolvida nas grandes propriedades de terras (fazendas) que tinham sido destinadas, primeiramente ao cultivo da cana-de-açúcar, lavouras de subsistência e depois ao cultivo do café e outros produtos agrícolas. Essas grandes propriedades foram fracionadas em parceladas menores, passando de fazendas para chácaras de citricultura, pois essa atividade não necessitava de áreas grandes. Até a II Guerra Mundial, Nova Iguaçu foi destacada no cenário econômico, chegando a ser um dos maiores exportadores de laranja do mundo. A atividade de citricultura foi um investimento do Estado na Baixada Fluminense, através de uma nova estrutura sócio-espacial adequada a essa atividade, o que diferenciou o Município dos demais por seguir com características rurais até o final da década de 1930.

O governo municipal, por sua vez, para apoiar esse processo, propiciou isenções tributárias e o barateamento de fretes, potencializando as exportações de laranjas através do porto situado na Capital. Assim, a citricultura fez com que um pequeno grupo social enriquecesse em Nova Iguaçu, o qual passou a demandar à Prefeitura investimentos em equipamentos urbanos, como a abertura de estradas, a construção de praças e hospitais, a instalação ou ampliação de tratamento de água e esgoto, a iluminação pública e a ampliação das casas existentes. Porém, tais investimentos se concentram apenas no pequeno núcleo urbano da sede municipal, deixando o restante do território com um crescimento físico desordenado e desprovido de infraestrutura adequada.

Nesse período, a população municipal compreendia basicamente dois grupos: uma classe alta dominante e uma classe baixa trabalhadora. O primeiro grupo formou-se a partir de uma elite da zona sul da Capital, que comprava ou arrendava as chácaras de laranjas, como fonte de renda e como forma de aproveitar os finais de semanas em grandes casas de campo na “Cidade Perfumada”, como ficou conhecida Nova Iguaçu, devido aos aromas dos laranjais. O segundo grupo correspondia, em sua maioria, à população pobre que havia sido retirada do centro da capital, em função das grandes obras de remodelação do centro da Cidade, bem como aos migrantes de diversas regiões do Estado e do País, que chegavam à Capital em busca de trabalho e melhores condições de vida, mas acabavam se deslocando para Nova Iguaçu, onde os custos de vida eram menores e havia trabalho. Os novos trabalhadores geraram um crescimento populacional exponencial que chegou a 423% entre as décadas de 1920 e 1930 em Nova Iguaçu (RODRIGUES, 2006).

Cabe mencionar que, entre 1930 e 1950, a Capital sofreu um rápido crescimento demográfico que quase dobrou o tamanho da população, em função do fluxo migratório e do crescimento industrial da Cidade. A expansão da Capital passou a ocorrer para além de suas fronteiras, principalmente em direção aos municípios da Baixada Fluminense (OZÓRIO, 2007). Isso ocorreu ao mesmo tempo em que o pensamento em relação ao espaço da cidade

e do campo também sofreu uma profunda mudança, dando início à lógica centro-periferia, cidade-campo, urbano-rural. O Estado passou a investir no espaço urbano e esse passou a ser idealizado e requerido pelas classes econômicas e políticas dominantes, a partir do Plano Agache no final da década de 1920. Nesse período, Nova Iguaçu crescia cada vez mais com a citricultura, passando, desse modo, a ser o centro de atração dessa população.

Além da região central da Capital, o Estado também investiu em melhorias voltadas à infraestrutura de comunicação entre a Capital e os municípios periféricos, visando potencializar o escoamento da produção industrial, bem como da produção agrícola, como o caso da citricultura em Nova Iguaçu. Dentre essas melhorias, destacam-se as obras de saneamento na Baixada Fluminense (Plano Geral de Saneamento da Baixada), nas décadas de 1930 e 1940, e a eletrificação da Estação Ferroviária Central do Brasil (EFCB) em 1935 e sua extensão até Nova Iguaçu em 1938 (OZÓRIO, 2007; SIMÕES, 2006).

Em Nova Iguaçu, a EFCB passou a ser o principal meio de escoamento da produção de laranjas até o porto da Capital, enquanto os investimentos no sistema hídrico qualificaram a infraestrutura de áreas agricultáveis. Através do Plano Geral de Saneamento, houve o incentivo para a implantação de colônias agrícolas, a fim de que a Baixada se configurasse em um grande cinturão verde de abastecimento para a Capital.

A sede do município, situado próximo à Estação Maxambomba (Estação Nova Iguaçu), caracterizava-se como um acanhado aglomerado urbano em meio a um mar de laranjeiras, onde havia apenas uma rua de cada lado dessa estação. Ao longo dessas ruas, alinhavam-se residências, estabelecimentos comerciais, cinema, Prefeitura e Igreja Matriz. A população que morava nessa sede era pequena e compreendia apenas a pequena elite local, pois a maioria da população morava e trabalhava nas chácaras de citricultura, situadas próximas à sede, cerca de quatro a dez quilômetros. Nesse local, na década de 1940, algumas estradas vicinais foram construídas para ligar a sede às chácaras, possibilitando os deslocamentos diários da produção e da população rural, o que viabilizou a moradia e o trabalho nas chácaras (RODRIGUES, 2006; SIMÕES, 2006). Dessa forma, a pequena área urbana passou a estar rodeada de áreas rurais, refletindo a segmentação de classes em uma organização sócio-espacial dividida fisicamente pela linha férrea, como mostra a figura 24.

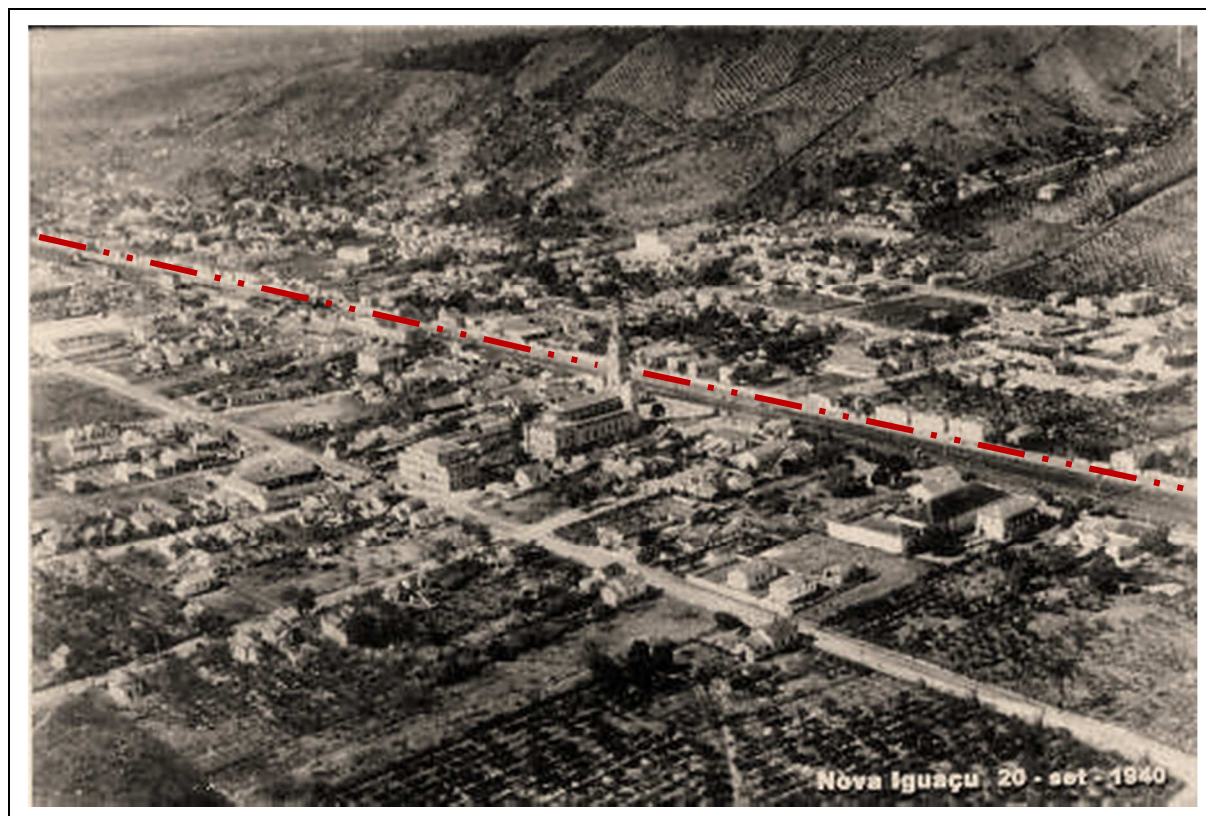


Figura 24 - Sede municipal de Nova Iguaçu em 1940.
Fonte: modificada pela autora a partir de dados de Simões (2006).

Conforme a figura 24, de um lado da sede, esquerdo, ficava localizada a pequena área urbana da elite local, junto aos equipamentos e infraestrutura urbana, enquanto de outro lado, direito, a área periférica de trabalhadores junto às produções de laranjas, as quais se situavam entre o centro e o pé do morro (Maciço Mendanha-Gericinó). Segundo Ozório (2007), tal organização condicionava e assegurava a concentração de renda e alimenta os conflitos de classes desde então.

A citricultura teve seu ápice no fim da década de 1940, de acordo com Simões (2006), quando houve a maior produção de laranjas do Município. Na mesma época, houve um processo de expansão urbana intenso sobre quase toda a área rural do Município, principalmente em seu Distrito Sede, alcançando áreas dos distritos de Mesquita, Belford Roxo, Queimados e Japeri. Porém, com a decadência da produção, devido à deflagração da II Guerra Mundial, as exportações cessaram. Como não havia estrutura de armazenamento adequado para as laranjas, nem local para estocagem, houve um apodrecimento dos frutos, juntamente com uma propagação de pragas que dizimaram grande parte das plantações. Isso afetou todos os setores da economia do Município, desde os pequenos comerciantes até a indústria de beneficiamento (OZÓRIO, 2007; RODRIGUES, 2006; SIMÕES, 2006).

Em 1950, houve a crise dessa atividade econômica, Nova Iguaçu começou a se voltar para o processo de urbanização já iniciado nos municípios vizinhos, porém com um histórico

diferenciado. Há novamente um parcelamento das chácaras de citricultura em inúmeros loteamentos urbanos irregulares, gerando uma expansão urbana rápida e desordenada. Além disso, ocorre, também, a implantação de indústrias com a expansão desse tipo de atividade proveniente da Capital sobre a Baixada. As elites locais do Distrito Sede acabaram adequando-se às transformações econômicas e migraram para as atividades imobiliárias por serem mais rentáveis. As obras de saneamento, que haviam sido feitas para qualificar as áreas agricultáveis, acabaram facilitando os requisitos para as novas funções da cidade, marcando o início de um processo de urbanização intenso em direção às áreas rurais. A partir de então, o território foi totalmente transformado, através do constante e rápido fracionamento de terras voltado a loteamentos urbanos e à instalação de novas indústrias, gerando, por consequência, uma nova fase de crescimento populacional (SIMÕES, 2006).

Cabe mencionar que o Distrito Sede ficou totalmente ocupado por loteamentos urbanos que se expandiram horizontalmente e sem nenhuma infraestrutura, pois o governo municipal, segundo Simões (2006) retirou ou ignorou as barreiras econômicas impostas ao parcelamento do solo, como legislações restritivas e normativa, como estratégia para contornar a crise econômica pós-citricultura. Dessa forma, os trechos de terras ao longo das linhas férreas, que cortavam as planícies embrejadas, gradativamente, foram sendo ocupadas por serem terrenos amplos, baratos e com abundância de água, além de terem uma proximidade com a cidade e um menor custo de mão de obra (OZÓRIO, 2007).

Diferentemente da Capital, onde havia uma legislação restritiva de parcelamento do solo nas poucas áreas restantes de uso agrícola, Nova Iguaçu responde à demanda habitacional por parte da população mais pobre. Tal população arriscava construir em um terreno ilegal, onde os lotes eram mais acessíveis, devido à falta de infraestrutura básica. As grandes empresas loteadoras, que atuaram no início do século XX na Capital, passaram a atuar também nesse Município, tornando-se proprietárias de terras. Os loteamentos acabaram redefinindo a disposição urbana do Município, ampliando de 20 mil lotes, em 1929, para 273 mil até a década de 1950 (RODRIGUES, 2006; SIMÕES, 2006). O território do Município, desse modo, foi fragmentado em inúmeros loteamentos urbanos, os quais parcelavam, cada vez mais, as áreas rurais do Distrito Sede e também dos centros dos demais distritos distantes.

(ii) Nova Iguaçu Urbana: fase da expansão urbana e conflitos fundiários

Entre 1950 e 1980, Nova Iguaçu é caracterizada pela rápida transformação e reestruturação depois da conurbação urbana com a Capital, graças à lógica da expansão urbano-industrial da década de 1970. O território municipal ainda compreendia parte do atual Nova Iguaçu, incluindo os municípios de Japeri, Queimados, Belford Roxo e Nilópolis (emancipados na década de 1990). Assim como outros municípios da Baixada, Nova Iguaçu

buscou estratégias de políticas de isenções fiscais para atrair investimentos, principalmente para as indústrias alocadas próximas a Avenida Presidente Dutra (Rodovia Federal BR-116). A partir de então, o perímetro urbano foi ampliado, o que provocou novas expulsões de populações rurais, gerando novamente conflitos entre rural e urbano no território.

Nesse período, o Município tinha como objetivo ser a cidade-polo da Baixada Fluminense, aproveitando a reorganização do sistema de abastecimento e o surgimento de novos polos comerciais, especialmente relacionados à instalação da indústria automotiva na década de 1950. O núcleo do Distrito Sede cresceu, consideravelmente, de forma horizontal e vertical, extrapolando a malha urbana para além de seus limites e interligando-se com a malha urbana da Capital. Foram realizadas obras regionais que seccionaram a área urbana, através de linhas de transmissão, como as linhas da Light (empresa fornecedora de energia elétrica do Estado), em 1943, e da Avenida Presidente Dutra em 1951. Essas obras constituíram os principais eixos de expansão da cidade e a valorização de áreas periféricas. A figura 25 apresenta a evolução da malha urbana, entre 1922 e 1958, a partir do núcleo central, destacando ambas as obras e a localização da Linha Férrea Dom Pedro II (atual Supervia).

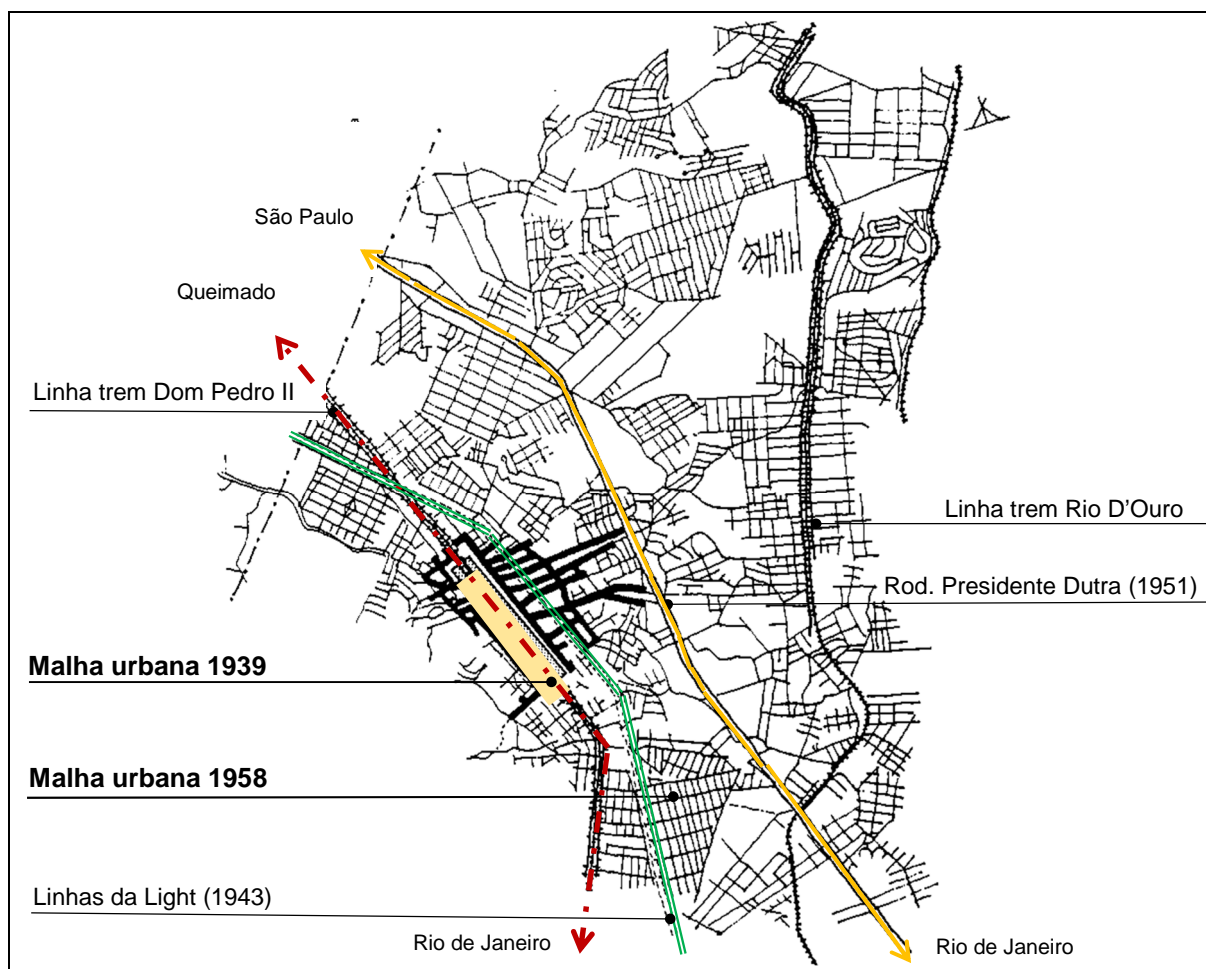


Figura 25 - Evolução urbana da sede municipal de Nova Iguaçu – 1922 a 1958.
Fonte: modificado pela autora a partir de dados de Soares (1962 apud Abreu, 2013).

Como pode-se visualizar na figura 25, o eixo das linhas transmissão da Light cortou a malha urbana do núcleo inicial, criando um novo trecho entre esse eixo e a linha férrea. Esse eixo hoje se transformou em uma das principais avenidas do município, uma via expressa metropolitana, denominada Via Light (RJ-081). A área ao longo dessa via concentra a maior parte de comércio, serviços e indústrias do Município. A Avenida Presidente Dutra, situada quase de forma paralela às linhas da Light, passou a articular os fluxos de circulação entre o Município e a Capital, assim como os demais municípios. Entre essa rodovia e as linhas de transmissão, formou-se um trecho ocupado por indústrias, no qual foi retirada a população pobre periférica ao centro, abrindo novos espaços para a classe média local. A população pobre deslocou-se para as áreas situadas ao lado direito dessa rodovia, ocupadas por loteamentos irregulares ao longo das estradas vicinais pré-existentes (SIMÕES, 2006).

Entre os anos de 1960 e 1970, importantes estabelecimentos industriais estabeleceram-se no Município, distribuídos em seus distritos e contribuindo expressivamente com a receita municipal, sobretudo a indústria de transformação (RODRIGUES, 2006). Junto com as indústrias, a urbanização acelerada através da lógica dos loteamentos irregulares incorporou áreas ociosas da malha urbana, aumentando ainda mais a população das camadas pobres da Baixada Fluminense. Esse aumento populacional fez com que, na década de 1970, o Município chegasse a uma população de 727 mil habitantes, uma das mais expressivas taxas demográficas do País. O Município, assim como toda a Baixada Fluminense, passou a se caracterizar como uma das regiões mais pobres, violentas e carentes de estrutura urbana e de políticas públicas setoriais, sobretudo voltadas à habitação (OZÓRIO, 2007; SILVA, 2013; SIMÕES, 2006).

Paralelamente a esse processo, os conflitos fundiários nas áreas rurais se intensificaram, principalmente durante as décadas de 1950 e 1960 no Município, como resultado da resistência da população residente nas áreas impactadas pela pressão da especulação imobiliária. A resistência aos despejos e a alternativa de ocupação de propriedades devolutas foram os principais motivos para as primeiras organizações do movimento social do campo no Estado. Com o Golpe Militar, em 1964, tais movimentos reduziram consideravelmente suas atuações, retornando na década de 1980, quando efetivamente realizaram as primeiras ocupações de terras na Baixada, em Nova Iguaçu e em Duque de Caxias (principais municípios). Os principais atores envolvidos eram trabalhadores rurais, agricultores (lavradores) e camponeses organizados a partir dos sindicatos rurais e das ligas camponesas. Tais processos devem-se ao avanço da consolidação dos direitos dos trabalhadores rurais e das discussões e disputas em prol da Reforma Agrária, bem como do reconhecimento por parte do Estado.

O campesinato passa a ser um ator político no Brasil, representado, na Baixada Fluminense, na figura do posseiro, de um agricultor que, juntamente com sua família, ocupava áreas devolutas, improdutivas ou não utilizadas. Segundo Tinoco Souza (2013), Nova Iguaçu era um dos principais centros onde ocorriam os conflitos entre os posseiros e os grileiros (falsos proprietários). Os posseiros lutavam contra os constantes despejos em áreas rurais que tinham como objetivo a especulação imobiliária urbana dos grileiros. Esses queriam ampliar os loteamentos urbanos precários e irregulares, capitalizando, desse modo, a terra rural. O autor destaca que, para tais posseiros, a permanência na terra foi e continua sendo uma das principais bandeiras do movimento de Reforma Agrária, caracterizada como “uma forma de manter o trabalho construído e, principalmente, de manter o acesso a um meio de produção e geração de riqueza e possibilidade de vida mais digna” (TINOCO SOUZA, 2013, p. 40).

Após o golpe militar, as expulsões de trabalhadores rurais e de posseiros das áreas rurais tornou-se cada vez mais sistemática em Nova Iguaçu. Segundo Linhares et al. (2002), por esse ser um dos centros da Baixada Fluminense e ter grandes extensões de área rural, se tornou o principal palco de conflitos fundiários no estado do RJ, assim como o centro dos primeiros debates sobre a reforma agrária no País, concentrando os processos de luta contra o crescimento urbano-industrial sobre o espaço rural. As organizações camponesas, a partir desses processos, expandiram-se para além da Baixada Fluminense, atuando também em outras regiões do Estado. Tinoco Souza (2013) explica que, a partir disso, foi criada a mais importante associação para a mobilização e organização do Rio de Janeiro, a Federação de Associação de Lavradores do Estado do RJ (FALERJ)³³, que articulava tanto os processos de resistência quanto os processos de ocupação de novas áreas. Por outro lado, o Estado, que nessa época atuava com ações repressoras nos conflitos fundiários, criou a Federação de Lavradores do Estado do RJ (FLERJ), visando cooptar a luta dos posseiros e disputar a voz dos mesmos, desenvolvendo, entre outras ações, o Plano de Colonização e de Aproveitamento de Terras Devolutas e Propriedades do Estado.

A partir da ação das diferentes organizações camponesas, que priorizavam as áreas de conflito entre posseiros e grileiros, foram desapropriadas e ocupadas diversas áreas em toda a Baixada Fluminense, permitindo a permanência de posseiros na terra. Tais organizações, segundo Tinoco Souza (2013), promoviam a mediação e a mobilização em prol da pressão e da resistência à grilagem de terras. O autor explica que, quando havia ações de despejo, a estratégia era afirmar que os ocupantes eram posseiros antigos, apoiando-se na legislação da época sobre o direito de usucapião. Assim, tais organizações reuniram

³³ Atual FETAG-RJ, reconhecida como Entidade Sindical em 1963.

posseiros de diferentes lugares para promover a ocupação de terras griladas, fato que contribuiu para atrair novos migrantes de outras regiões do Estado e do País, tanto agricultores quanto desempregados urbanos, o que contribuiu para uma explosão demográfica em toda a região (ALENTEJANO, 2003).

Porém, através da repressão da Ditadura Militar, houve omissões de registros históricos, perseguições e imposições de restrições políticas para as lideranças dos sindicatos rurais, desarticulando-os em todo o País. Algumas das áreas que haviam sido voltadas à reforma agrária foram devolvidas para seus antigos donos, com a justificativa que eram áreas impróprias para assentamentos da Reforma Agrária por ter caráter urbano e não ser aptas para a agricultura (TINOCO SOUZA, 2013). Alentejano (2003) ressalta que, o Estado, dessa forma, favoreceu a especulação imobiliária, transformando áreas rurais em urbanas parceladas em loteamentos urbanos. Apesar disso, o autor também destaca que as organizações camponesas permaneceram reivindicando seus direitos, apoiadas no Estatuto da Terra, desde 1964, paradoxalmente junto com a instituição do golpe militar, o que potencializou a Baixada como uma das regiões de maior densidade de conflitos fundiários do estado do RJ.

Cabe mencionar que, na metade da década de 1970, em 1975, houve a institucionalização da RMRJ, uma das primeiras RMs criadas no País, reconhecendo a Capital como uma Capital Metropolitana. Isso fez com que se reafirmasse a intensificação da expansão da malha urbana na direção à Baixada Fluminense, sobretudo ao longo da Avenida Presidente Dutra. Junto com a criação da RMRJ, houve também a fusão dos estados do Rio de Janeiro (antigo Distrito Federal) e da Guanabara, formando o atual estado do RJ. A unificação dos Estados também teve como objetivo, segundo Ozório (2007), recompor a ligação histórica entre a Capital e seu entorno, porém, dentro de uma lógica centro-periferia, aumentando as disparidades. Cabe mencionar que, a Fundrem, criada junto com a RMRJ, tinha como projeto político-administrativo o planejamento e a estruturação do território metropolitano através de polos regionais que teriam o controle e a indução do desenvolvimento econômico, como o caso de Nova Iguaçu. Porém, a grande expansão física da Capital acabou ocorrendo sem infraestrutura básica e sem um crescimento ordenado, evidenciando, assim, as suas desigualdades socioespaciais.

Nova Iguaçu, por um lado, enquanto cidade-polo da Baixada Fluminense, acabou se tornando uma cidade-dormitório, pelo fato de ter um grande percentual de população economicamente ativa que se deslocava diariamente para a Capital. Esse deslocamento era facilitado pelos eixos de circulação e de transporte estrategicamente integrados ao contexto regional, como o caso da Avenida Presidente Dutra. Ao longo desse eixo, como mencionado, novos loteamentos irregulares foram criados e formaram novos bairros. Devido ao aumento

considerável da demanda habitacional para além do perímetro urbano, ou seja, nas áreas rurais, foram potencializadas novas remoções de populações e, por consequência, novos conflitos fundiários. O Município seguiu o modelo centro-periferia da capital, concentrando a população de maior poder aquisitivo na região central (antigos comerciantes e citricultores), onde havia estrutura e infraestrutura urbana, em contraposição ao restante do território, onde não havia infraestrutura e moradia adequada. Essas carências caracterizavam a maior parte dos municípios da Baixada e, com o crescente aumento da distância entre o centro da Capital e suas áreas residenciais periféricas, Nova Iguaçu se torna um subcentro comercial regional importante (OZÓRIO, 2007).

Ao longo do tempo, a posição geográfica de Nova Iguaçu favoreceu a concentração de capitais privados, financeiros e imobiliários, que propiciaram a renovação urbana da cidade e suas ligações para com a Capital Metropolitana. O território se consolidou de acordo com seus eixos de circulação e transporte, determinando o crescimento da cidade e seu posicionamento em relação ao sistema viário regional. A Avenida Presidente Dutra tinha o papel de eixo de integração regional e as rodovias estaduais e municipais, que cruzavam o Município, eram os eixos estruturantes que possibilitavam a integração com os municípios vizinhos, assim como as vias municipais, por sua vez, eram os eixos de articulação que faziam a comunicação com os bairros. Posteriormente, os Planos Diretores municipais de 1997 e de 2008 (atual Lei nº 4.092/2011) reafirmam tais eixos e os denominam de vias, como a Via Dutra e a Via Light. Além dessas, os eixos estruturantes passaram a se denominar, de acordo com a direção do desenvolvimento, relacionada aos setores de planejamento do município, como as vias Leste, Norte, Nordeste, Noroeste e Sudoeste, como mostra a figura 26.

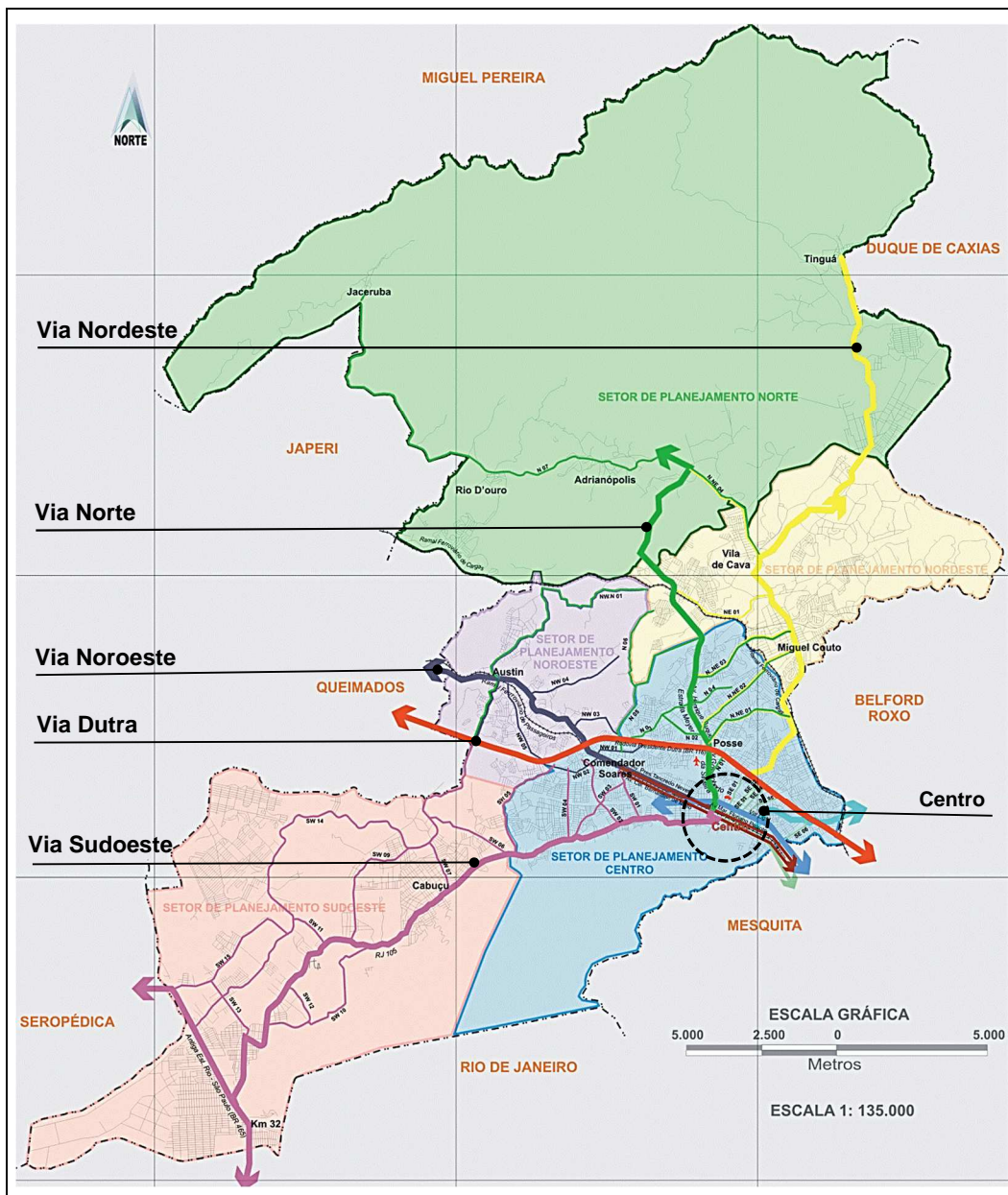


Figura 26 - Eixos viários de Nova Iguaçu.

Fonte: modificado pela autora a partir de dados de Nova Iguaçu (2004).

A Via Sudoeste corresponde a Rodovia Estadual RJ 105 (Avenida Abílio Augusto Távora), que liga a Via Dutra com a Rodovia Federal BR 465 (antiga Estrada Rio-São Paulo). Cabe registrar que esse é o principal eixo de circulação e transporte que fomenta o desenvolvimento da URG Cabuçu, onde se localiza o Assentamento Marapicu e, ainda, a grande parte da área rural do município.

Assim, Nova Iguaçu chega, à década de 1980, com seu processo de ocupação do território potencializado pela expansão da malha urbana metropolitana, além de se reafirmar como centro regional da Baixada Fluminense, caracterizado pela polarização econômica e política de seu Distrito Central. Por outro lado, o Município, também, torna-se o centro das maiores manifestações em prol da Reforma Agrária no estado do RJ. Ali surgem as primeiras

organizações e ocupações de terras nas áreas rurais dos distritos periféricos ao Distrito Centro. Apesar da expansão urbana, diferentemente de outros municípios metropolitanos, grande parte do território de Nova Iguaçu ainda se caracterizava por grandes extensões de áreas rurais, onde sempre ocorreu, pontualmente, mas de forma constante, conflitos fundiários entre as ocupações de terras e as pressões da especulação imobiliária.

(iii) Nova Iguaçu Rural e Urbana: fase dos primeiros assentamentos rurais ao “fim do rural”

Entre 1980 e 2003, Nova Iguaçu, por um lado, foi marcada pelo retorno do movimento social do campo, culminando nos primeiros assentamentos rurais do estado do RJ, reafirmando as características rurais existentes no Município. Por outro lado, em oposição a essa realidade, a sua Prefeitura revisou seu Plano Diretor, em 1997, e declarou que seu perímetro urbano corresponde à totalidade do território, afirmando sua potencialidade urbana. O Município, assim, viveu um período ambíguo e de conflitos entre a forte mobilização do movimento social do campo, que buscava a regularização fundiária junto aos órgãos responsáveis dos governos estadual (Iterj) e federal (INCRA), e a grande expansão urbana metropolitana, potencializada pela política pública do governo municipal: como se fossem duas realidades distintas em um mesmo território. Em 2003, retornaram as negociações em prol da regularização fundiária no Município, através das políticas de desenvolvimento urbano (nova revisão do Plano Diretor), pautadas nas diretrizes do EC 2001.

A partir da abertura política e o processo de anistia, na década de 1980, as antigas lideranças de mobilizações de luta pela reforma agrária retornaram ao Município, assim como à toda a Baixada Fluminense, junto com novos atores envolvidos, de origem urbana, tais como trabalhadores assalariados, desempregados e trabalhadores informais (biscateiros). Esse processo teve como base o Núcleo Agrícola Fluminense (NAF), fundado em 1978³⁴, com apoio da Diocese de Nova Iguaçu, culminando nas primeiras ocupações de terras no Município, o Mutirão Campo Alegre, em 1984, e o Mutirão Marapicu em 1985 (CAMPO ALEGRE et al., 2011; TINOCO SOUZA, 2013).

A Diocese de Nova Iguaçu, que abrange quase todo o antigo território de Iguassu, contribui para o retorno de famílias expulsas das áreas que ocupavam, principalmente através da CPT³⁵. Com isso, Nova Iguaçu passou a ser um local importante de discussões, reuniões

³⁴ O fundador do NAF foi Laerte Resende Bastos, filho de camponês que, antes do golpe militar, já havia fundado a Associação de Lavradores de Duque de Caxias, liderando algumas ocupações anteriores a Campo Alegre, ocorridas em Capivari, Morro Grande e Tabuleiro (CAMPO ALEGRE et al., 2011).

³⁵ Bispo Dom Adriano Hipólito³⁵ da Diocese de Nova Iguaçu era um dos bispos engajado nas disputas de terras no estado do Rio de Janeiro, tendo sequestrado em 1979 pelo governo militar e, a partir de então, passou a ter destaque e forte apoio político e da Igreja (MACEDO, 2009).

e organizações das lutas em prol da Reforma Agrária, reunindo partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais do campo. A CPT e as lideranças camponesas³⁶ criaram, em 1985, o MST no estado do RJ³⁷. O próprio governo estadual também passou a apoiar as ocupações de terras, a partir de 1983, com a eleição de Leonel Brizola, que traz sua experiência com os projetos de Reforma Agrária desenvolvidos no Rio Grande do Sul, nas décadas de 1950 e 1960.

Cabe lembrar que a década de 1990, no contexto nacional, foi pautada por conquistas de movimentos sociais do campo e da cidade, como o MST e o MNRU, que pautaram as discussões sobre a função social da propriedade rural e urbana³⁸. A primeira era voltada à dimensão produtiva, relacionada aos direitos dos trabalhadores e à preservação ambiental. A segunda era voltada à dimensão social, relacionada ao direito à moradia, ao bem-estar e a própria cidade. Enquanto o MST defendia a reforma agrária e a permanência dos trabalhadores rurais no campo, como solução para o êxodo rural, questionando o modelo de desenvolvimento implantado pelo governo militar – baseado em grandes unidades produtivas modernizadas, o MNRU mobilizava-se em torno dos crescentes problemas urbanos na cidade, como o controle da expansão urbana através de planos diretores de responsabilidade dos governos municipais. A questão urbana do território passou a ser de responsabilidade da escala municipal, enquanto a questão rural das escalas estaduais e federal. Isso gerou, e continua gerando, tensões e conflitos na elaboração dos planos diretores municipais, que devem abranger áreas urbanas e rurais.

Nesse contexto histórico, jurídico e político, quando a Baixada Fluminense tornou-se o principal palco de conflitos fundiários do Estado, Nova Iguaçu revisa seu Plano Diretor em 1992. Mas foi na revisão de 1997, a partir de uma nova gestão política que entra no município³⁹, é que há a extinção das áreas rurais, através de um plano estratégico que visa enfatizar a característica urbana da, então, denominada, “Cidade de Nova Iguaçu”. Todo o território foi definido como área urbana, paradoxalmente ao forte movimento social do campo que retomava suas ações, organizações e articulações diretas com o governo estadual e federal. Segundo os gestores públicos da época⁴⁰, a extinção das áreas rurais teve como objetivo o maior controle em relação à arrecadação de impostos em todo o território municipal, com a expectativa de reversão desses impostos justamente para suprir as necessidades das

³⁶ Uma das grandes lideranças do movimento social do campo envolvida com a criação do MST no RJ, desde a década de 1940, foi Bráulio Rodrigues (MEDEIROS, 2008).

³⁷ O MST já havia sido criado no Rio Grande do Sul anteriormente no mesmo ano (1985).

³⁸ A função social da propriedade rural é estabelecida pela Lei Agrária (BRASIL, 1993) e a da propriedade urbana pela Constituição Federal e Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001, 1988).

³⁹ Prefeito Nelson Bornier, do PMBD (1997-2001).

⁴⁰ Conforme entrevistas de campo.

áreas rurais. Isso não ocorreu. Segundo Medeiros et al. (2013), para os pequenos agricultores e assentados rurais da Reforma Agrária desse Município, essa nova gestão justificava que as áreas rurais eram improdutivas e que população rural combinava atividades agrícolas com empregos urbanos, sendo consideradas áreas insustentáveis econômica e ambientalmente.

Através do Plano Diretor de 1997, então, as áreas rurais do Município passaram a ser definidas como áreas de expansão urbana. O termo “rural” foi retirado literalmente da Lei, que passou a denominar “Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Sustentável da Cidade de Nova Iguaçu”. A principal meta desse plano era o fortalecimento econômico e urbano, referido-se ao Município, a partir de então, como “Cidade de Nova Iguaçu”. Reafirmava, como principal objetivo, a tendência da Cidade como centro regional. A meta e o objetivo eram complementamente contrários à realidade rural existente, cujo fortalecimento político, também, se tornara uma referência regional e estadual.

As emancipações, da década de 1990, contribuíram para promover mudanças estruturais que alteraram a dinâmica geoeconômica de Nova Iguaçu. Belford Roxo, Queimados e Japeri emancipam-se e, posteriormente à revisão do plano, Mesquita também se emancipa. Conforme Simões (2006), essas últimas emancipações desestabilizam o Município por gerarem uma grande perda do contingente populacional e de áreas industriais importantes, reduzindo consideravelmente a arrecadação municipal. Por outro lado, após o impacto negativo inicial, as emancipações acabaram melhorando a qualidade de vida para o que restou do território, pois os distritos emancipados correspondiam às áreas carentes e de menor grau de atendimento de serviços e equipamentos públicos (RODRIGUES, 2006; SIMÕES, 2006). Dessa forma, os investimentos da Prefeitura passaram a ser aplicados de forma mais racional no território, concentrados nas áreas centrais e em parte nos bairros circunvizinhos.

Cabe mencionar que a reorganização do território a partir das URGs, como mencionado anteriormente, teve como estratégia cessar outros processos emancipatórios. Rodrigues (2006) explica que tal medida teve como base a Emenda Constitucional nº 15, de 1996, que visava reduzir a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramentos de municípios⁴¹. Essa nova organização passou a constituir divisões com porções menores do território que não tinham uma identidade territorial com força política suficiente para se emancipar. Além disso, tais divisões criaram subprefeituras locais descentralizadas, a fim de tornar a administração central mais eficiente e próxima às subprefeituras locais. As URGs agrupavam os bairros, reestruturando o padrão de ocupação municipal.

⁴¹ Essa emenda mudou a responsabilidade das emancipações do governo federal para o estadual, bem como determinou que seriam necessárias consultas prévias, às populações diretamente interessadas, as quais deveriam configurar uma unidade histórico-cultural do ambiente urbano local (BRASIL, 1996).

Além disso, o Plano Diretor de 1997 redefiniu perímetro urbano, expandindo-o para o perímetro do território municipal, modificando totalmente as relações entre rural e urbano no território. O projeto de cidade pretendido pelo Plano era contraditório ao caráter rural existente. As populações rurais foram classificadas como agricultores urbanos e as áreas rurais existentes (assentamentos da reforma agrária, pequenos produtores, sítios e chácaras) como Zona de Transição (Cinturão Verde). Essa Zona foi relacionada à proposta inicial do Cinturão Verde do Plano Geral de Saneamento, da década de 1940, visando o desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias de pequena escala, em conjunto com a baixa densidade e edificações dispersas (NOVA IGUAÇU, 1997). Apesar do reconhecimento dessas atividades, a população rural foi considerada extinta, pois não era legalmente possível haver população rural em área urbana.

Conforme Pacífico et al. (2010), as áreas rurais existentes na Zona de Transição passaram a se caracterizar como área de expansão urbana, pois o modelo de desenvolvimento urbano do Plano atrelava as políticas públicas aos grupos de interesse imobiliário, como uma ação planejada que potencializava a transformação, a princípio, do uso da terra rural em urbana. Os autores apontam que a maior parte dessas áreas obteve um caráter especulativo imobiliário do próprio governo municipal, sendo destinadas a funcionar como reserva de valor. Tais áreas tornaram-se rentáveis, pois aguardavam a transformação do uso do solo ou a construção de rodovias que as valorizassem. Segundo esses autores, o plano trouxe um caráter de planejamento estratégico ao Município, abrindo margem para a flexibilização e a implantação de novos loteamentos urbanos, não só em áreas rurais, mas também em áreas ambientais⁴². Além disso, eles também destacam que nenhuma estratégia, existência ou demanda de infraestrutura e de serviços urbanos adequados foram previstos em tais áreas, deixando com que se transformassem em espaços periféricos, abertos a vetores de ocupação progressiva, com baixa densidade de ocupação e grande porcentagem de lotes vagos, tanto em loteamentos existentes quanto em parcelamentos não consolidados.

O Plano Diretor de 1997 buscou homogeneizar o território, desconsiderando a diversidade de atores sociais, sobretudo dos assentados rurais da Reforma Agrária. Houve constantes expulsões e conflitos fundiários nas áreas rurais. Paralelamente às mudanças determinadas por esse Plano, até o final da década de 1990, os assentados rurais de Marapicu seguiram com as negociações entre os órgãos responsáveis pelo processo de regularização fundiária e áreas rurais do município, ou seja, Iterj e INCRA, pois esses não tinham o conhecimento de tais mudanças. Somente em 2003, seis anos depois da efetivação

⁴² Somente a Reserva Biológica do Tinguá e a Área de Proteção Ambiental do Maciço do Mendanha-Gericinó ficaram definidas como Zona de Preservação Ambiental, deixando com que outras áreas de preservação fossem consideradas de uso urbano (PACÍFICO; CAPRILES; TINOCO SOUZA, 2010).

do plano, é que os assentados tomam conhecimento, pois, através dessas negociações, descobrem que havia dívidas de IPTU nas áreas rurais. Porém, até então, os assentados pagaram o ITR à União, ou seja, incorrem dívidas urbanas e rurais em uma mesma propriedade. A partir de então, os assentados acompanharam as negociações entre a Prefeitura, o INCRA e a CEF, e rearticularam com demais grupos da área rural que estavam passando pela mesma questão a fim de rever tais questões.

Nova Iguaçu, portanto, até a década de 2000, passou por processos de ocupação ambíguos no território. Apesar da omissão do governo municipal, representada pelo Plano Diretor de 1997 em relação às áreas rurais, o movimento social do campo permaneceu atuante nas políticas públicas locais, as mesmas que, posteriormente, possibilitaram o retorno dessas áreas no próximo Plano Diretor em 2008.

(iv) Nova Iguaçu Rural-Urbana: fase da reinserção do rural no plano diretor até Marapicu como território de interface rural-urbana:

Entre 2003 e 2016, Nova Iguaçu passou por uma fase cujo reconhecimento da área rural foi possível através da participação da população rural nas políticas urbanas mais democráticas. Depois de três décadas de negociações, a regularização fundiária da área do Assentamento Marapicu é efetivada. Porém, depois do território municipal ter sido considerado 100% urbano, durante onze anos (1997-2008), algumas áreas passam a ter características rurais e urbanas simultaneamente, principalmente nas áreas periurbanas, como o caso do desse assentamento.

A partir de 2002, os assentados de Marapicu passaram a renegociar o processo de reforma agrária com o INCRA-RJ, dada a abertura de espaço para essa questão após o início do Governo Lula. Com o apoio do governo estadual, junto ao Iterj, esse grupo resgatou dados e informações necessárias para dar andamento a esse processo que havia ficado estagnado até então. Por isso, em 2003 houve a informação sobre a mudança no Plano Diretor, em 1997, e as dívidas do IPTU vinculadas à área, no nome da CEF (proprietária). A partir disso, reiniciaram as negociações e discussões entre a Prefeitura, CEF e INCRA, culminando na isenção das dívidas do IPTU pela Prefeitura. Essa passou a ser responsável pela propriedade e pelo PAM Marapicu, uma das primeiras experiências em que um governo municipal era o proprietário. Além disso, é que o Assentamento passou a pressionar politicamente a Prefeitura para que a área rural fosse reconhecida no território municipal, com o apoio da maioria da população rural do município.

Em 2005, inicia na Prefeitura uma nova gestão, de caráter mais popular⁴³, que tinha como premissa o desenvolvimento de um modelo de cidade mais democrática e participativa. Essa gestão abriu espaço para a incorporação de demandas dos movimentos sociais (rurais e urbanos), conforme as diretrizes nacionais da política urbana nacional do ECidade, respaldadas pelo Ministério da Cidade, através dos ECidade. Apesar do ECidade determinar que a responsabilidade do planejamento e da gestão de todo o território municipal (área rural e área urbana) deveria ser da prefeitura municipal, não mencionava em nenhuma de suas diretrizes a questão do “rural”. Em Nova Iguaçu, foi o movimento social do campo o principal protagonista da mudança radical do Plano Diretor, retornando a área rural – fato singular para um município metropolitano.

Porém, havia divergências sobre o retorno do rural dentro das próprias secretarias municipais. Ao tempo em que a Secretaria de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (Semuham), responsável pelo processo de revisão do Plano Diretor, era contra, além de não ter comunicado o fato da totalidade do município ter sido transformada em urbana para os assentados rurais, a Secretaria de Agricultura era a favor e buscava promover atividades que destacassem a produção agrícola no Município, como, por exemplo, o apoio à Primeira Feira da Roça na Diocese de Nova Iguaçu. Essa Feira foi inaugurada em 2005 e representou a mobilização social e o reconhecimento da população rural no Município. No ano seguinte, em 2006, essa Feira passou a ocorrer em uma das principais praças da cidade, a Praça Rui Barbosa. O próprio prefeito, sem ainda saber que era inviável, chegou a declarar no Diário Oficial que haveria um assentamento rural no município.

O ano de 2006 foi o marco do retorno das áreas rurais com a aprovação de uma lei complementar (Lei nº 016/2006) que reconheceu tais áreas, modificando as determinações do Plano Diretor vigente desde 1997. O perímetro urbano e o macrozoneamento do Plano Diretor foram modificados, sendo recriadas as áreas rurais como zonas de desenvolvimento rural, correspondentes às áreas com atividades econômicas primárias, oriundas de atividades agropecuárias, e com baixa densidade demográfica, formadas por sítios e fazendas produtivas (NOVA IGUAÇU, 2006). A partir de então, foi possível novamente a busca de incentivos à produção agropecuária, a fixação da população rural em suas áreas e o melhoramento do abastecimento do próprio município. As modificações da Lei, de 2006, foram reiteradas na revisão do Plano Diretor em 2008 (atual Plano Diretor – Lei nº 4.092/2011), graças à participação da população rural nas plenárias de revisão do plano, sendo a participação dos assentados de Marapicu constante.

⁴³ Prefeito Lindberg Farias, do PT (2005- 2010).

Assim, em 2008, o novo Plano Diretor foi aprovado com o título de “Plano Diretor Participativo”, tendo como um dos objetivos a promoção do desenvolvimento rural do Município, assegurando a preservação ambiental junto com o crescimento econômico. Porém, assim como o Plano anterior, o novo Plano Diretor manteve a ideia de o Município seguir com a denominação de “Cidade de Nova Iguaçu”. A divulgação para as reuniões sobre o diagnóstico do Plano reafirmava a frase: “Nova Iguaçu, da cidade que temos à cidade que queremos”. De qualquer forma, a política territorial do novo Plano teve como diretriz a compatibilização do desenvolvimento urbano e rural, em conjunto com a sustentabilidade socioambiental e cultural, primando pelo desenvolvimento da expansão urbana da cidade e, ao mesmo tempo, a manutenção das áreas rurais (NOVA IGUAÇU, 2011).

Nesse Plano, a ideia de rural está relacionada ao desenvolvimento de um “rural sustentável”, no qual há uma política de desenvolvimento associada à promoção de atividades rurais e à garantia das condições dignas de vida da população rural. Em seu artigo 14º, está estabelecido o objetivo de fomentar a agricultura familiar e as atividades agropecuárias, garantindo as condições básicas de habitação, infraestrutura, mobilidade e serviços sociais, assim como a promoção da regularização fundiária dos assentamentos. Dentre as ações da organização das atividades econômicas, o plano também prevê um sistema de crédito rural municipal, como parte de um programa (Programa Trabalhar em Nova Iguaçu) voltado ao desenvolvimento econômico sustentável. O território da “cidade” de Nova Iguaçu, assim, voltou a ser dividido em Zona Urbana e Zona Rural (NOVA IGUAÇU, 2011). Medeiros et al. (2013) destacam que os critérios utilizados para caracterizar as áreas rurais foram apenas a sua localização e a sua destinação econômica. Foi definido que a Zona Rural corresponde à parcela do território que não está incluída na Zona Urbana, onde são desenvolvidas atividades primárias e de produção de alimentos, assim como as atividades de reflorestamento, de mineração, de agropecuária e outras (NOVA IGUAÇU, 2011). A área rural, portanto, segue a lógica dicotômica de rural ser o que o que não for urbano, ou seja, as áreas rurais são consideradas apenas como um espaço residual das áreas urbanas. A figura 27 mostra a atual divisão do território entre Zona Rural, Zona Urbana e Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

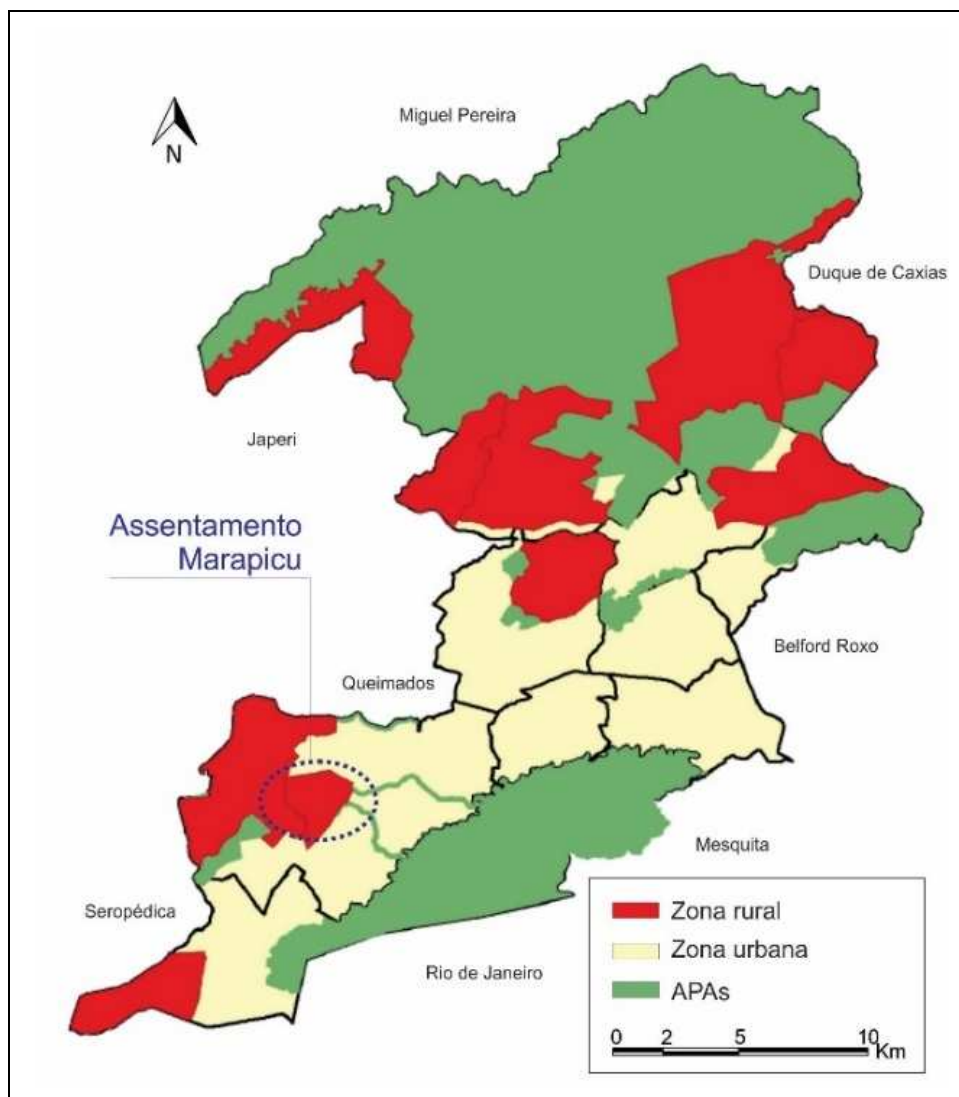


Figura 27 - Zonas Rural, Zona Urbana e APAs no Plano Diretor de 2008.
 Fonte: modificado pela autora a partir de dados de Tinoco Souza (2013).

Não há uma definição clara e especializada dos limites físicos ou conceituais entre rural e urbano, deixando tais delimitações fragilizadas. Nem toda a antiga área rural voltou a ser considerada rural, devido à expansão urbana ocorrida ou prevista, principalmente relacionada à implantação ou aprovação de empreendimentos imobiliários. A área rural remanescente passou a ser incorporada a Macrozona de Uso Sustentável no macrozoneamento do Plano Diretor, juntamente com as APAs, tendo como objetivo a contenção do crescimento urbano. O Plano determina que, as áreas rurais, têm o papel de serem as zonas de amortecimento entre as APAs e as porções externas da área urbanizada (NOVA IGUAÇU, 2011). Além disso, a Zona Rural mantém algumas sobreposições com as APAs dentro da Macrozona de Uso Sustentável, pois seus limites são imprecisos. O papel de amortecimento desta macrozona não resguarda as áreas rurais da pressão da expansão urbana, visto que há uma tendência histórica de proliferação de loteamentos irregulares no

município, sem a fiscalização eficiente das áreas mais distantes ao centro, favorecendo o parcelamento do solo antes de sua regulamentação (MEDEIROS et al., 2013).

Além da Macrozona de Uso Sustentável, o Plano divide o território municipal em mais quatro macrozonas: (i) Preservação Ambiental Integral – Reserva de Tinguá e Parque Municipal de Nova Iguaçu); (ii) Expansão Urbana – franjas da mancha urbana com áreas vazias a serem planejadas e dotadas de infraestrutura e serviços; (iii) Urbanização Precária – área com glebas ociosas e piores padrões de urbanização, com carência de infraestrutura e serviços básicos; e (iv) Urbanização Consolidada – área adensada com melhor padrão de urbanização, infraestrutura e serviços básicos. A Macrozona de Expansão Urbana abrange a maior parte do território, tendo o papel de fazer a conexão entre as Macrozonas de Urbanização Precária (regiões distantes do centro) e de Urbanização Consolidada (região central). A figura 28 mostra o macrozoneamento da região sudoeste de Nova Iguaçu, destacando as URGs Centro, Cabuçu e Km 32, bem como a localização dos assentamentos de Marapicu e Campo Alegre dentro da Macrozona de Uso Sustentável.

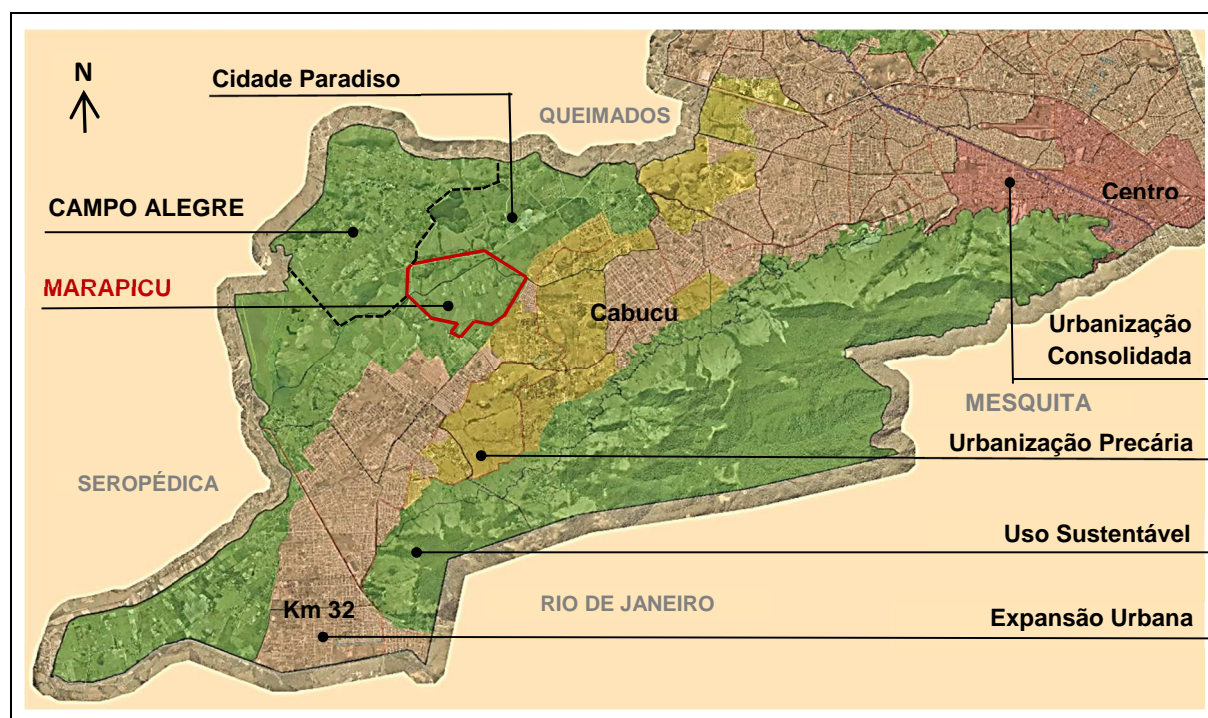


Figura 28 - Macrozoneamento da URG Cabuçu.
Fonte: modificado pela autora a partir de Nova Iguaçu (2008).

Marapicu está no limite da Macrozona de Uso Sustentável e Macrozona de Expansão Urbana, próximo a Macrozona de Urbanização Precária. Acima da área do Assentamento Marapicu, está localizada a “Cidade Paradiso”, um dos maiores empreendimentos aprovados, em 2006, no mesmo ano em que as áreas rurais foram reconhecidas pelo Município. Cabe mencionar que essa área era uma antiga fazenda de reflorestamento de eucaliptos, uma das reservas fundiária remanescente dessa região. Tal reserva resistiu, até a aprovação desse

empreendimento, à fragmentação dos demais loteamentos, assim como à desapropriação para fins de Reforma Agrária, pois faz divisa com os assentamentos. Parte desse empreendimento foi construído através do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Apesar desta área estar situada na Macrozona de Uso Sustentável, foi prevista como urbana no Plano Diretor de 2008, pois era um projeto de interesse econômico para o Município. Diferentemente da figura 28, a figura 29 apresenta a atual divisão da URG Cabuçu em áreas urbana, rural e de APPs, conforme o atual Plano Diretor (NOVA IGUAÇU, 2011).

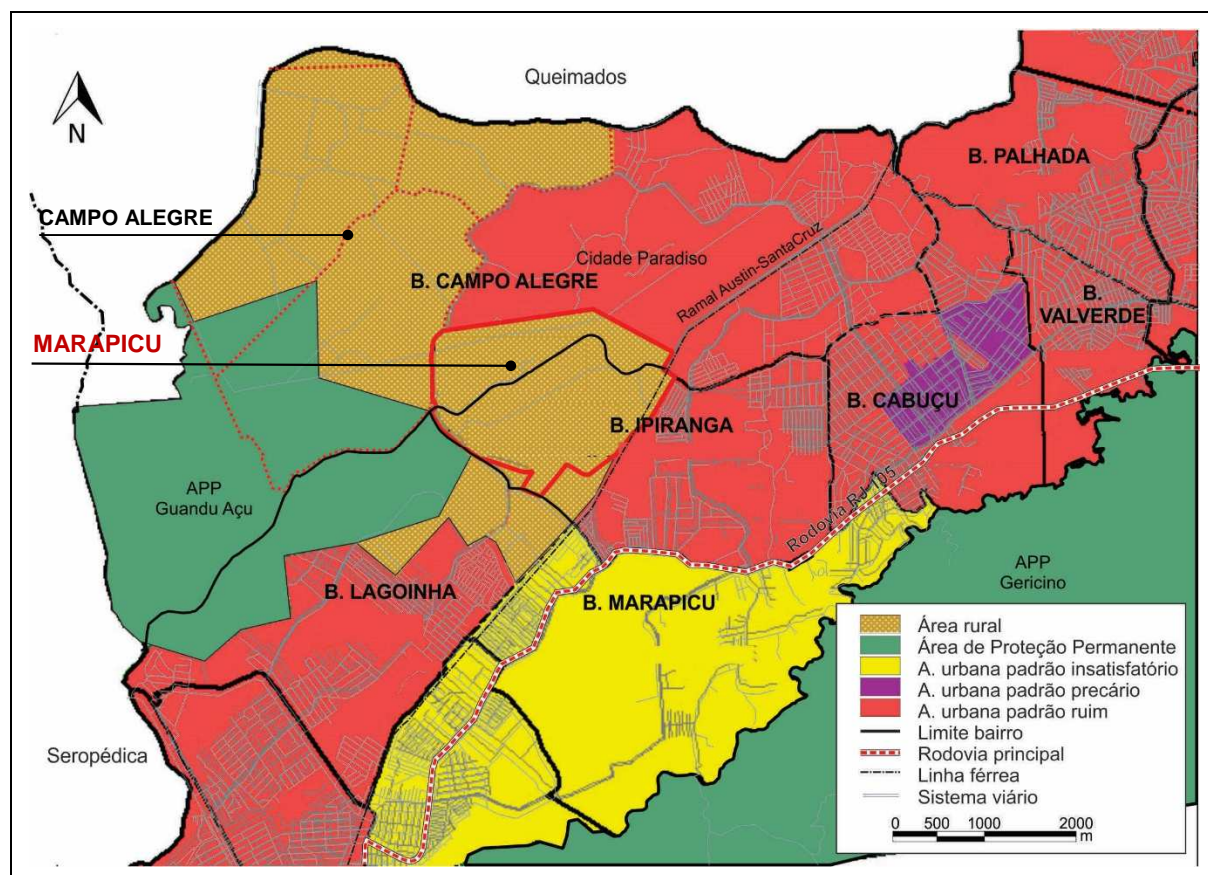


Figura 29 - Áreas urbanas, rurais e de proteção permanente na URG Cabuçu.
 Fonte: modificado pela autora a partir de Nova Iguaçu (2008, 2015).

A Cidade Paradiso é um dos exemplos que mostra que nem todas as antigas áreas rurais retornaram como tal no Plano Diretor de 2008. Durante o período do Plano anterior (1997-2008), tais áreas foram modificadas, reduzidas e aproximadas das áreas urbanas, o que gerou alguns conflitos de diferenciação entre o que é rural ou urbano, caracterizando território de interface rural-urbana. Além disso, também há sobreposições entre área sudoeste do Assentamento Campo Alegre e a APP do Guandu Açú. A figura 29 também apresenta o padrão de urbanização diagnosticado pelo atual Plano Diretor. A maior parte da URG Cabuçu foi caracterizada por um padrão ruim, de baixa qualidade, com exceção do centro do Bairro Cabuçu, que tem um padrão melhor, mas precário. A parte sul, onde se situa o Bairro

Marapicu⁴⁴, o padrão foi caracterizado insatisfatório. Esses padrões são decorrentes de problemas de drenagem, saneamento básico e infraestrutura, além da malha urbana ser precária, descontínua e sem hierarquia, dificultando o acesso aos bairros, assim como às áreas rurais (NOVA IGUAÇU, 2011). Cabe mencionar que Cabuçú é uma das principais áreas de expansão urbana do Município, por ser um polo central de atividades terciárias e por ter grandes áreas desocupadas, sobretudo antigas áreas rurais que passaram a ser consideradas áreas rurais, ou melhor, vazios urbanos⁴⁵.

Apesar da área da Cidade Paradiso ter sido considerada de padrão insatisfatório pelo diagnóstico do Plano Diretor, esse empreendimento foi aprovado como um projeto estratégico justamente para a mudança desse padrão na região e em todo o Município. Tal projeto urbano consiste em um Masterplan, caracterizado por um urbanismo segmentador e não integrado à realidade local, pois tem como objetivo ser uma “nova cidade”, autossuficiente e diferente do padrão até então desenvolvido – precário e insatisfatório. Além disso, o projeto pretende atrair novos moradores que poderiam morar em Nova Iguaçu e ter acesso direto à Capital, inclusive de helicóptero (previsto no projeto), sem necessariamente ter relações socioeconômicas com o próprio Município. A figura 30 mostra o projeto de implantação aprovado e sua setorização, destacando a localização dos locais já construídos, como o clube⁴⁶, em 2006, e a parte residencial de habitação popular em 2009.

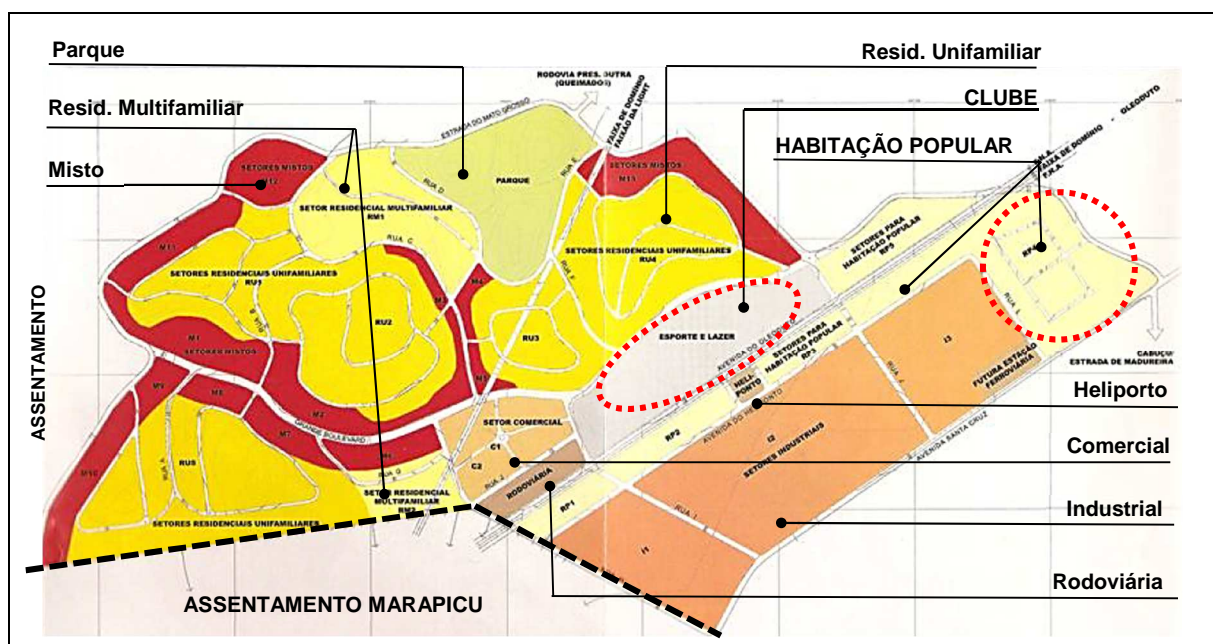


Figura 30 - Setores do projeto aprovado da Cidade Paradiso.

Fonte: modificado pela autora a partir de Projeto Iguaçu Nova (VICENTE, 2009).

⁴⁴ O Bairro Marapicu é outra localidade, situa-se na Unidade Regional de Governo Km 32, denominado pelos assentados como “Marapicu Urbano” para diferenciar do Assentamento Marapicu, que seria o “Marapicu Rural”.

⁴⁵ Vazios urbanos normalmente correspondem a espaços não construídos e não qualificados como áreas livres no interior do perímetro urbano de uma cidade, caracterizados como espaços subutilizados.

⁴⁶ O Clube Paradiso é um complexo de lazer, esporte e entretenimento, reunindo piscinas, academias de ginástica, churrasqueiras e quadras esportivas em uma área de 242 m². Esse clube é utilizado pela população local de Nova Iguaçu, mas busca ter abrangência estadual como um “Mega Clube”.

O clube e a parte residencial estão localizados no eixo viário central de circulação, que corresponde ao eixo de dutos subterrâneos da Petrobrás, é formado por duas vias, a Avenida Heliporto e Avenida do Oleoduto. Essas avenidas seguem para dentro da área do assentamento, denominada de Alameda da Petrobrás. A relação de circulação entre a área do Assentamento e a Cidade Paradiso dar-se-ia, diretamente, por esse eixo viário. Em tal eixo estão previstos também, no projeto, o setor de logística, com rodoviária e heliporto, bem como os setores industrial e comercial. Esse eixo ligaria o empreendimento às principais vias da Baixada, pois o projeto se propõe a ser de cunho metropolitano. Além desse eixo viário, a via que contorna o empreendimento, a Estrada Mato Grosso, é a principal estrada de ligação entre os assentamentos Marapicu e Campo Alegre. Ao longo dessa via, estão previstos os setores mistos do empreendimento, lindeiros ao setor residencial multifamiliar. Cabe mencionar, ainda, que foi aprovada a construção de 32 mil casas, situadas em 20 subcondomínios, com capacidade de abrigar em torno de 128 mil pessoas. Como a densidade demográfica média da região é de 11,5 hab/ha, com o empreendimento, esse valor aumentaria cerca de 26 vezes. O novo padrão de uso e ocupação do solo contrasta, consideravelmente, com o padrão urbano da região, desconsiderando o padrão rural lindeiro dos assentamentos. Não há garantia que não possa ocorrer uma pressão imobiliária de expansão de tal empreendimento sobre as áreas de assentamentos, ampliando o perímetro urbano, como se deu na área do próprio empreendimento.

O Plano Diretor de 2008, portanto, apesar de ter inovado com a participação da população e a reinserção das áreas rurais no território, fez com que tais áreas acabassem sofrendo relações diretas com áreas urbanas e suas distintas atividades, sem uma previsão de áreas intermediárias que pudessem compatibilizar tais relações de forma menos impactante. Apesar deste Plano ter previsto o desenvolvimento social e rural sustentável, incluindo a qualificação dos espaços públicos rurais com infraestrutura, equipamentos e mobiliário adequado, bem como a promoção das atividades de agricultura familiar e pecuária para que fosse possível garantir as condições dignas da população rural, as ações ocorreram, até então, de forma insuficiente. Segundo Pacífico et al. (2010), as áreas rurais acabaram caracterizadas como a periferia urbana, distantes e com pouco acesso ao centro e aos espaços de representações política e econômica do Município.

Por um lado, conforme Medeiros et al. (2013), esse Plano não teve uma preocupação expressa em relação à educação no campo, energia elétrica e comunicação, por exemplo, mas estabeleceu regras voltadas ao saneamento básico e à mobilidade, prevendo a extensão e a expansão dos mesmos para todo o território. Na área de habitação, foi prevista a garantia de condições básicas para a população rural, bem como a promoção dos processos de regularização fundiária dos assentamentos rurais em parceria com a União, a exemplo do

Assentamento Marapicu. A mudança no Plano Diretor, desse modo, foi um marco jurídico na política territorial de planejamento do Município, reinserindo as áreas rurais, mas também gerou uma grande expectativa às demandas de estrutura, infraestrutura e serviços básicos que ainda estão pendentes nessas áreas rurais.

Assim, o processo de ocupação sócio-espacial de Nova Iguaçu, desde a fase da citricultura, teve características rurais por um período maior do que os demais municípios da RMRJ, através das chácaras de laranjas. Porém, na década de 1950, tais chácaras foram fragmentadas em inúmeros loteamentos urbanos, transformando a ocupação do município em um padrão urbano acelerado, o qual se consolida, na década de 1980, através da integração com a malha urbana metropolitana e a expansão urbano-industrial. Nova Iguaçu passa radicalmente de um padrão rural para um padrão urbano, gerando diversos conflitos entre rural e urbano no território, os quais culminam nas primeiras ocupações de terras do estado do RJ. Por outro lado, as forças políticas e econômicas locais, negaram a realidade rural existente e reafirmaram a orientação urbana da então denominada Cidade de Nova Iguaçu, com o Plano Diretor de 1997, transformando todo o território em área urbana. Essa dicotomia se concretiza de forma mais equilibrada com as diretrizes da política urbana nacional e a abertura política na gestão pública municipal, reinserindo as áreas rurais no Plano Diretor de 2008. Assim, Nova Iguaçu passa a ter de caráter rural e urbano para um rural-urbano, cuja coexistência de rural e urbano no território, principalmente nas áreas periurbanas.

Nova Iguaçu, nesse sentido, assim como outros municípios metropolitanos, seguiu com os conflitos na relação rural-urbana, por ainda apresentar um enfoque do território a partir do viés urbano de desenvolvimento. Tal enfoque segue as diretrizes de política urbana existentes no ECidade, que apresenta um rural como uma extensão do meio urbano a ser urbanizado e não uma proposta de interação. Corroborando com Medeiros et al. (2013), o Plano Diretor de 2008 não superou a visão do rural como um espaço residual do urbano, assim como de áreas ambientais. Segundo os autores, a área rural passou de um espaço desconsiderado no Plano anterior, de 1997, para um espaço secundário, relacionado apenas a um espaço que não é urbano. Além disso, associada à Macrozona de Uso Sustentável, as áreas rurais não possuem o mesmo reconhecimento que as áreas ambientais, as quais têm respaldo jurídico suficiente para serem delimitadas.

O meio rural ainda está associado a uma visão produtivista do espaço, onde são desenvolvidas as atividades primárias e de produção de alimentos, assim como as atividades de reflorestamento, mineração, agropecuária, entre outras, não considerando, necessariamente, as características culturais e sociais relevantes, como as relacionadas à agricultura familiar desenvolvida pelos assentamentos da Reforma Agrária. Nesse sentido,

como mencionado no capítulo anterior, há a necessidade do reconhecimento de um rural contemporâneo, o qual deveria apresentar as reflexões e discussões desenvolvidas pelos movimentos sociais do campo, a partir de novas leituras em relação às múltiplas facetas de rural contemporâneo, sobretudo relacionadas a espaço de moradia, de vida econômica, social, política e cultural (MEDEIROS et al., 2013). Portanto, é importante que se possa explorar e inserir novas concepções para as áreas rurais, bem como para áreas que apresentem características de coexistência de rural e urbano no território.

O Assentamento Marapicu representa um dos espaços de resistência do rural em meio à expansão urbana do município de Nova Iguaçu, historicamente marcado pela disputa de terras entre o movimento social do campo e o planejamento territorial desenvolvido pelo Estado, com apoio da especulação imobiliária. Por não haver uma definição clara sobre os limites entre as áreas rurais e urbanas, principalmente nas áreas periurbanas, nas quais os conflitos são mais intensos e explícitos. Apesar desse contexto, os assentados de Marapicu se apropriaram dos processos sócio-políticos locais e conquistaram o retorno da área rural no atual Plano Diretor. Mesmo com inúmeros problemas e com precariedades em suas condições de vida na área do assentamento, a comunidade busca alternativas de sobrevivência, entre atividades definidas como rurais ou como urbanas. Mas permanecem com o objetivo principal de resistirem como um espaço diferenciado dentro do território de Nova Iguaçu.

2.3.2 Assentamento Marapicu

O Assentamento Marapicu tem uma área total de 318,20 ha, com capacidade para 92 famílias (INCRA, 2017). Essa área está dividida entre os bairros Campo Alegre e Ipiranga através do curso do rio Cabuçu, que a cruza em sua porção norte. Esse Rio e o rio Ipiranga, que também cruza a área, são os principais rios da URG Cabuçu, os quais desaguam na foz no rio Guandu, na APP do Guandu Açú. Essa APP, correspondente à área rural da URG, faz fronteira a sudoeste com a área. O Assentamento Mato Grosso (regional de Campo Alegre) e outra parte da área rural (sítios de lazer) fazem, respectivamente, as fronteiras oeste e sul. As demais fronteiras correspondem à área urbana, correspondente a Cidade Paradiso, a norte, e a Vila Aliança, a leste. A figura 31 mostra a situação interna da área do Assentamento e externa de seu entorno imediata, destacando os acessos, as vias, os rios e a divisão interna da área.

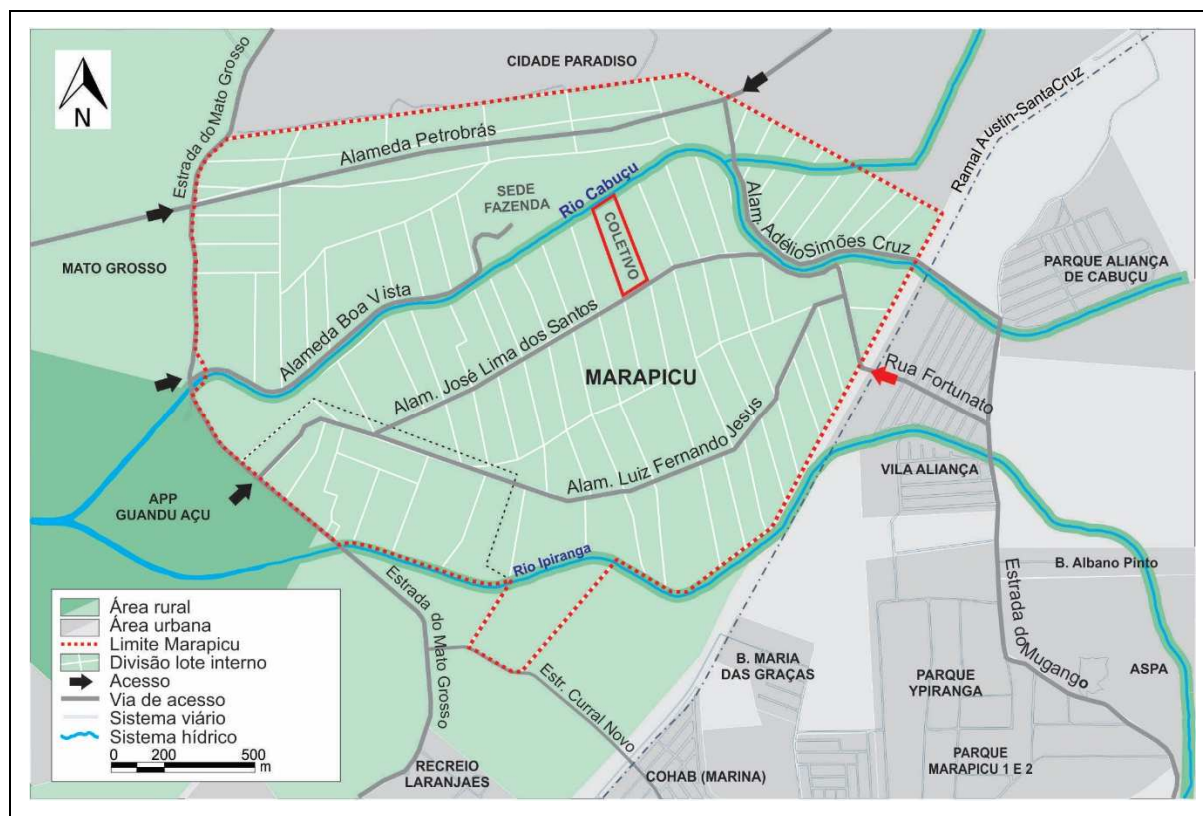


Figura 31 - Área interna do Assentamento e seu entorno imediato.
 Fonte: elaborado pela autora a partir de dados de Nova Iguaçu (2015).

Dos cinco acessos à área, o principal ocorre através da Vila Aliança, pela Rua Fortunato, a qual se liga a Estrada do Mugango, que, por sua vez, se liga a Rodovia RJ-105 – principal eixo de circulação da região. Os demais acessos ocorrem pela Alameda da Petrobrás, via a Cidade Paradiso e pela Estrada do Mato Grosso, via assentamentos de Campo Alegre. Cabe destacar que a Estrada do Mato Grosso corta de nordeste a sudoeste a URG, definindo grande parte da fronteira física entre a área rural e a área urbana. Em relação às principais centralidades, o Assentamento fica a cerca de 6 km do centro do Bairro Cabuçu (centro da URG), 20 km do centro do Município e 60 km do centro Capital Metropolitana.

A área do Assentamento está cercada, a leste e a norte, por loteamentos existentes, em construção ou somente aprovados pela Prefeitura, dado o caráter de crescimento urbano da URG Cabuçu. A Vila Aliança, por exemplo, corresponde a um loteamento popular, construído pelo Estado, em 1981, que fora ocupado pouco antes da ocupação da área do Assentamento Marapicu⁴⁷. Hoje há uma relação de vizinhança direta entre esse loteamento e o Assentamento, pois é onde a maioria das famílias assentadas de Marapicu tem outra residência, desde 2002 (quando começou a haver casos de violência – roubos e agressões – dentro da área do Assentamento), e por onde se dá o principal acesso à área (através da Rua

⁴⁷ A ocupação da Vila Aliança não teve nenhuma relação com o movimento de ocupação de terras dos assentamentos, pois ocorreu através da ocupação da população que morava nas redondezas (TINOCO, 2013).

Fortunato, principal via desse loteamento que liga a Alameda José Lima dos Santos – principal via interna do Assentamento). Alguns assentados entendem esse loteamento, referido por eles como bairro, como sendo o perímetro do Assentamento, ou seja, como se fosse uma extensão da área.

O Cidade Paradiso, por outro lado, corresponde a um loteamento de grande escala, aprovado em 2008 e construído em parte até agora. Esses loteamentos mantêm hoje pouca relação com o Assentamento, a não ser a continuidade da sua principal via, que corresponde ao mesmo eixo viário da Alameda da Petrobrás (dentro do Assentamento). Cabe mencionar que os limites físicos entre esse empreendimento e o Assentamento são tênues, pois indicam uma possível expansão urbana através dessa continuidade viária. A área da Cidade Paradiso era uma antiga área de reflorestamento de eucaliptos, ou seja, uma área rural, assim como o Assentamento, tendo sido transformada em área urbana, em 1997, e reafirmada como tal em 2008, através das revisões dos Planos Diretores. No mesmo ano em que a área rural retornou no Plano Diretor (2008), a Cidade Paradiso foi aprovada como um novo padrão de uso e ocupação para a URG Cabuçu, cuja característica principal se dá pela alta densidade e atividades de grande porte, como a industrial junto com residências multifamiliares e um centro com rodoviária e, inclusive, heliporto – mencionado no item anterior. Como a propriedade do Assentamento é de responsabilidade da Prefeitura, há uma possibilidade, se necessário, que a área do Assentamento possa vir ser uma reserva fundiária para uma futura expansão desse padrão de ocupação. Houve, conforme os assentados, uma tentativa de negociação para que a porção norte da área do Assentamento, acima da Alameda da Petrobrás, fosse incorporada ao empreendimento, o que não chegou a ocorrer de fato.

A área da fazenda ocupada pertencia ao governo federal, passando do antigo BNH, pois tinha previsão de ser um loteamento urbano – situado em área rural do Município, para a CEF. Durante nove anos, entre 1997 e 2006, quando o Plano Diretor definiu que não havia área rural no Município, houve a cobrança de IPTU nessa área, no caso, em nome da CEF. Depois de negociações entre o INCRA, a CEF e a Prefeitura Municipal, a CEF doou a área para fins de Reforma Agrária, em troca da isenção do IPTU dessa e de outras áreas no centro da cidade que estavam inadimplentes, passando a propriedade para a Prefeitura. Esse processo culminou em um dos primeiros assentamentos rurais municipais, pois a maioria das propriedades dos assentamentos é federal. Em 2012, iniciaram os processos de regularização fundiária, cuja posse da terra passa para as famílias assentadas nos lotes de Marapicu.

Descreve-se, a partir disso, algumas informações gerais, considerando dados levantados em campo via entrevistas com alguns assentados, sobre: (i) formação e organização do Assentamento; (ii) perfil e trajetória das famílias; (iii) regularização fundiária dos lotes; (iv) habitação, serviços e infraestrutura; (v) atividades produtivas; e (vi) trabalho e

renda. Dessa forma, tem-se uma visão geral de como se dá a organização sócio-espacial e econômica interna das famílias que hoje estão assentadas.

(i) Formação e organização do Assentamento

O Assentamento Marapicu se formou em 1985, um ano depois da primeira ocupação de terras de Nova Iguaçu, o Assentamento Campo Alegre, ou Mutirão Campo Alegre. Marapicu corresponde a uma das sete regionais desse assentamento, como mencionado no item anterior. Segundo os assentados, a preparação para essa primeira ocupação de terras de Campo Alegre, hoje corresponde ao Assentamento Mato Grosso, foi realizada no Centro de Formação da Diocese de Nova Iguaçu, desde 1983. Tal preparação foi organizada pelo NAF e pela CPT, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu e participantes de ocupações rurais de Duque de Caxias, Belford Roxo e Itaguaí. Antes das ocupações de Campo Alegre e Marapicu, houve duas ocupações que foram fundamentais como referências para eles: Nova Aurora, no ano de 1979, em Belford Roxo, e Xerém, no ano de 1983, em Duque de Caxias. As lideranças dessas ocupações prepararam as ocupações de Campo Alegre e de Marapicu, bem como promoveram cursos de formação para os mutirões se desenvolverem.

De acordo com os assentados que participaram da ocupação, em 1984, cerca de 600 famílias (3 mil pessoas) foram mobilizadas, enquanto Mutirão Campo Alegre, para a primeira ocupação em uma área total de 3.500 ha, uma antiga fazenda de citricultura que havia sido transformada em loteamento urbano em 1950. Porém, tal empreendimento não chegou a se desenvolver como tal, tendo sido transformando em área grilada para uso específico de criação de gado. A maioria dessas famílias era formada por trabalhadores expulsos de outras áreas rurais do Estado, bem como por moradores da periferia urbana de municípios que estavam em situação de trabalho informal. Tinoco Souza (2013) explica que essa ocupação tinha como objetivo a formação de um assentamento da Reforma Agrária, mesmo que a área ou os ocupantes tivessem características heterogêneas de urbano e rural. Para os assentados relatam, a finalidade da ocupação era prioritariamente marcar a retomada da discussão política sobre a questão da reforma agrária no Estado, em meio à repressão ainda existente tanto da polícia quanto dos grileiros locais. Dessa forma, a primeira ocupação de terra de Nova Iguaçu se tornou a principal referência do processo de luta pela terra até hoje, de onde, inclusive, surgiram as primeiras iniciativas de formação do MST⁴⁸ e de onde partiram pessoas para outras ocupações no estado do RJ.

⁴⁸ O MST se consolida no Rio de Janeiro a partir da segunda metade da década de 1990, com a chegada de militantes da região sul, quando iniciam novas mobilizações para ocupações de terras ao norte do Estado, principalmente em Campos de Goytacazes, em áreas de usinas de cana-de-açúcar falidas (MACEDO, 2009).

Depois dessa primeira ocupação, em 1985, foi organizada a segunda ocupação para a formação de Marapicu, em outra propriedade vizinha à primeira, denominada Fazenda Boa Vista. Nesse mesmo ano, devido ao grande número de famílias acampadas, o grande Mutirão de Campo Alegre se dividiu em sete regionais, as quais não perderam a unidade sociopolítica: (1) Marapicu; (2) Mato Grosso; (3) Fazendinha; (4) Chapadão; (5) Terra Nova – depois incluída no Chapadão por ser muito pequena; (6) Acampamento; e (7) Capoeirão. Como forma de organização geral, o conjunto dessas regionais formaram a UAMCA, que reunia mensalmente todos para discutir as demandas de habitação, saúde, educação e política agrária, direcionadas ao Governo Estadual, através da Secretaria Estadual de Agricultura (SEA). Cada uma dessas regionais criou uma associação própria, e, assim, foi criada ACM.

Porém, pelo fato da fazenda ocupada por Marapicu ser de propriedade da CEF⁴⁹, a ACM passou a negociar os processos de regularização desse assentamento diretamente com o INCRA, sem precisar ser representado pela UAMCA. Devido a essa separação, entre a organização maior de Campo Alegre e a regional de Marapicu, segundo os assentados, iniciou-se um conflito interno, pois Marapicu conseguiu seguir com as negociações com o INCRA e Campo Alegre não. Isso porque a propriedade da fazenda ocupada por Marapicu era apenas um proprietário e esse ainda ser um ente institucional do Estado, diferentemente das demais regionais de Campo Alegre. Essas regionais tinham que negociar com os diferentes proprietários das diferentes fazendas ocupadas, as quais correspondiam a loteamentos urbanos irregulares, dificultando o andamento dos processos de regularização.

Outras questões também contribuíram para tais conflitos entre Marapicu e Campo Alegre, posteriormente na década de 1990, como o crescimento da produção agrícola de Marapicu, que, inclusive passou a ser comercializada na capital, na Central Estadual de Abastecimento do Rio de Janeiro (CEASA-RJ). Isso porque o presidente da ACM foi um dos fundadores de uma organização de cooperativas de pequenos agricultores no Estado, a União das Associações e Cooperativas de Pequenos Agricultores Rurais do estado do RJ (Unacoop)⁵⁰. Dessa forma, a ACM conseguia receber recursos para a produção e o comércio de sua produção agrícola. Além disso, Marapicu foi a comunidade escolhida pela Emater-RIO para participar de um projeto que viabilizou recursos para qualificação da área do Assentamento – Programa de Microbacias⁵¹, nos anos de 1993 e 1995, quando receberam obras de abertura de drenos e a entrega de sementes e mudas. Cabe mencionar que, em 2016, houve uma segunda edição desse programa e novamente Marapicu foi escolhido,

⁴⁹ A propriedade era na realidade do BNH, extinto em 1986, ficando, portanto, como patrimônio da CEF.

⁵⁰ A Unacoop tinha uma abrangência e articulação para além de Nova Iguaçu e, através dela, eles podiam dar notas fiscais de seus produtos vendidos na CEASA.

⁵¹ Marapicu foi escolhido, dentre as comunidades integrantes da Microbacia dos rios Ipiranga-Cabuçu, para esse programa – parte do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas Rio Rural desde 1990.

possibilitando o recebimento de recursos voltados ao maquinário necessário para a qualificação das áreas produtivas e, também, para a preservação ambiental da área do Assentamento.

Dessa forma, desde a criação da ACM houve um distanciamento de Marapicu em relação à organização coletiva geral de Campo Alegre, mas os assentados de Marapicu seguem se autodenominando Assentamento Marapicu e, também, Mutirão Marapicu. Assim, Marapicu, junto com as demais regionais de Campo Alegre, marcaram a década de 1980 no Estado (Emater-RIO, 2002). Esse processo se intensificou desde que Marapicu conseguiu a titularidade da posse da terra, em 2012, sendo reconhecido perante o INCRA como um assentamento da Reforma Agrária do Rio de Janeiro.

(ii) Perfil e trajetória das famílias

A maioria das pessoas tem entre 50 e 79 anos, divididos de forma equilibrada entre homens e mulheres. São poucos os jovens, entre 15 a 24 anos, que moram ou participam das atividades de organização ou atividades produtivas do Assentamento, assim como são poucas as crianças, entre 0 a 14 anos. Essas pessoas formam as famílias que são constituídas, em média, por 4 a 5 pessoas – casais com 2 ou 3 filhos. Cabe mencionar que, nos assentamentos da Reforma Agrária, é prioritário que o grupo de assentados seja composto por famílias que são, ou querem ser, agricultores familiares, cujo objetivo seja o uso e a ocupação da terra voltada à produção agrícola, com a mão de obra da família, sem a contratação de trabalhadores externos.

Essas pessoas são naturais de município da Baixada Fluminense, no estado do RJ (Nova Iguaçu, Belford Roxo, Itaguaí e Seropédica) e também de outros estados da Região Sudeste (Minas Gerais e Vitória) e da Região Nordeste (Alagoas, Bahia e Sergipe). A maioria nasceu e trabalhou em área rural, porém as pessoas se deslocaram para trabalhar em atividades urbanas nas cidades, em busca de renda. Dessa forma houve uma trajetória que sai da área rural, passa pela urbana e retorna à rural com a formação do Assentamento. Para os assentados, a possibilidade de formar esse assentamento representou um retorno às origens – principal motivo do envolvimento com o movimento social do campo.

Assim, ao longo de suas trajetórias, as pessoas chegaram a realizar trabalhos urbanos e rurais, tais como ajudante de pedreiro, empregada doméstica, caixa de supermercado e auxiliar e trabalhos na indústria agropecuária. A partir da convocação do movimento social do campo, através da CPT, antes mesmo de existir o MST. Essas pessoas se deslocaram para Nova Iguaçu diretamente para acampar no Assentamento Mato Grosso (regional de Campo Alegre) e realizar a ocupação da fazenda vizinha para a formação do Assentamento Marapicu.

Atualmente, apenas 10 das 90 famílias existentes participaram dessa ocupação. As demais vieram por diferentes razões, umas por relações de parentesco com quem já estava acampado e outras por processos de troca ou compra de lotes. Cabe explicar que, ao longo das três décadas de ocupação (1985-2017), algumas famílias chegaram a abandonar seus lotes após a morte do responsável, sem que houvesse o interesse de seus descendentes em seguir como assentados – esses teriam o direito a seguir com a posse. Os lotes abandonados foram retomados pelo coletivo (ACM) e redirecionados a outras famílias que quiseram se integrar ao Assentamento. No caso dos lotes trocados, esses se constituem, normalmente, através de permutas entre assentamentos, desde que tais processos passem pelo regimento interno da ACM. No caso dos lotes vendidos, esses são processos irregulares, pois a propriedade é do Estado, os quais estão em vias de reintegração de posse pelo Estado através de processos de regularização fundiária. Porém, segundo os assentados, algumas das famílias que compraram esses lotes tinham o interesse em se integrar ao Assentamento, desenvolvendo atividades de agricultura familiar, e, por isso, conseguiram regularizar como assentados, com o aval da ACM. As famílias ou pessoas que não têm tal interesse são identificadas por eles como empresários ligados à especulação imobiliária urbana ou à pecuária invasiva (gado solto dentro dos lotes dos assentados sem permissão).

(iii) Regularização fundiária dos lotes

A estrutura fundiária do Assentamento configura-se em 92 lotes distribuídos, de aproximadamente 3,45 ha por família, distribuídos para 90 famílias e dois são coletivos da ACM, em uma área total de 318,2 ha (INCRA, 2017). Esse parcelamento se deve ao fato de, quando houve a ocupação da área, o lote mínimo exigido pelo INCRA era de 3 ha, mas com a implantação de vias e a redução da medida mínima do lote, na década de 1990, alguns lotes foram reduzidos e ficaram com medidas menores de até 2 ha.

Dos 92 lotes, 47 estão regularizados e, 45, estão irregulares, ou seja, há falta de documentos ou o lote foi vendido. Os lotes regulares correspondem aos que o responsável possui o título de posse reconhecido pelo INCRA. A propriedade da terra é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, que também é a responsável pelo PAM, ou seja, pelos processos de regularização fundiária, fiscalização e projetos que venham a ser desenvolvidos para o recebimento de recursos voltados à instalação das famílias (habitação, infraestrutura, insumos, etc.). Segundo os assentados, a maioria das famílias adquiriu o lote a partir da ocupação – modo legal, enquanto, o restante adquiriu a partir da compra ilegal.

Cabe mencionar que o responsável legal pelo lote prioritariamente é a mulher, desde 2007, de acordo com a Portaria nº38/2007 do INCRA. Essa portaria garante a permanência da mulher como detentora do lote, pois, caso haja de dissolução de casamento ou de união

estável, os filhos que estiverem sob sua guarda seguirão no lote. Quando isso ocorre, o homem excedente no Assentamento deverá ser assentado, de preferência, em outro assentamento do município ou da região, no caso de disponibilidade – um dos motivos de troca de lotes entre assentamentos (INCRA, 2007).

(iv) Habitação, serviços e infraestrutura

Há habitações em quase todos os lotes, principalmente ao longo das vias principais, nas Alamedas José Lima dos Santos, Luís Fernando de Jesus e da Petrobrás. De acordo com os assentados, quem morou no Assentamento fez uma casa. Eles explicam que havia um projeto de uma agrovila na área central (Alameda José Lima dos Santos), onde se situa o lote coletivo. Nessa agrovila, algumas famílias poderiam morar juntas em um lote coletivo, enquanto a produção agrícola seria feita em seus respectivos lotes. Porém, esse projeto não se desenvolveu até agora.

Dentre as 47 famílias que estão em situação regular, com o título, quase todas possuem uma outra residência própria fora da área do Assentamento, com exceção de uma família que aluga uma residência fora da área. As demais famílias, que estão em situação irregular, segundo os assentados, também possuem outra residência fora da área e são considerados “pessoas ricas”, com recursos suficientes para ter duas residências de qualidade, uma dentro e outra fora, principalmente com o objetivo de especulação imobiliária e não o de participar do grupo. Isso significa que pouco mais da metade das famílias assentadas participam da organização coletiva do Assentamento, ou seja, da ACM.

O fato da maioria das famílias terem outra residência é recente, desde 2002, devido, principalmente, a ações de violência (assaltos, violências físicas e mortes) que passaram a ocorrer dentro da área do Assentamento, entre outros motivos. Essa violência, de acordo com os assentados, está associada principalmente a pessoas envolvidas com o tráfico, os quais se deslocaram da Capital para os municípios da Baixada Fluminense, no início dos anos de 2000, se intensificando após a instalação das Unidades de Proteção Policial (UPPs) na capital a partir de 2010. As famílias que tinham os lotes na área central do Assentamento foram as mais atingidas, pois a Alameda José Lima dos Santos (principal via interna) se tornou uma via de circulação que ligava as duas comunidades vizinhas (VilaS Aliança e da Marinha – COHAB), onde há um grupo de tráfico em cada uma.

O lote coletivo, situado na via principal, também sofreu ações de saques e incêndios em suas estruturas, como em uma pequena construção e em uma estufa de plantas, além de um veículo. Todos esses equipamentos são coletivos, pois nesse lote são desenvolvidas atividades comuns, como cursos de capacitação, reuniões mensais e produção de alimentos. Há atualmente apenas caixas com abelhas, onde algumas famílias produzem mel. Porém,

desde 2016, os assentados vêm tentando realizar suas reuniões mensais nesse lote como forma de resistência.

Em relação aos serviços e à infraestrutura, ambos são precários ou inexistentes dentro da área do Assentamento. Quanto à infraestrutura, há uma precariedade ou falta desses. Até hoje, não há infraestrutura de saneamento básico que chegue aos lotes. Em alguns lotes, o abastecimento de água se dá por poços rasos precários que secam com frequência e, em outros, esse abastecimento ocorre através das águas poluídas dos rios que cruzam a área do Assentamento (rios Cabuçu e Ipiranga) – ambos os rios nascem e passam por áreas urbanas irregulares. A rede de energia elétrica utilizada é precária, pois há apenas um ponto de luz no início do Assentamento, deixando com que a distribuição interna seja limitada. As vias não possuem pavimentação e estão constantemente com problemas de erosão, o que inviabiliza a circulação, principalmente em dias de chuva. Quanto aos serviços, as famílias chegaram a receber o atendimento de um agente de saúde do posto situado na Vila Aliança, o qual visitava o Assentamento mensalmente, o que contribuía com a demanda de saúde que as famílias tinham. Mas isso foi interrompido. Outra questão é o fato de não haver uma escola rural dentro da área, como em outros assentamentos (exemplo de Campo Alegre). Essa escola seria no lote coletivo, onde ocorria o atendimento de saúde. Porém, esse lote também foi saqueado e teve parte da estrutura da única construção queimada.

Por esses motivos, segundo os assentados, apesar de inúmeras promessas da Prefeitura, não houve investimentos em habitação e infraestrutura, com exceção da abertura das vias internas. Os assentados explicam que o percurso até as escolas mais próximas ocorre normalmente a pé ou de bicicleta, por não haver um transporte público escolar que passe na área ou perto. Porém, em dias de chuva, a precariedade das vias deixa inviável o deslocamento, reduzindo, assim, a frequência das crianças na escola. Cabe mencionar que, desde 1985, as famílias não recebem recursos para a instalação do Assentamento ou créditos para a produção agrícola provenientes do INCRA, apenas alguns recursos via o Projeto Microbacias (descrito anteriormente). Os recursos de instalação são disponibilizados a partir do PAM, de responsabilidade da Prefeitura, a qual vem desenvolvendo os processos de regularização através de um diagnóstico junto às famílias e seus lotes.

Tais questões levaram a maioria das famílias a buscarem uma alternativa de residência fora da área do Assentamento para, pelo menos, pernoitar. Durante o dia, as pessoas retornam e trabalham na produção agrícola em seus respectivos lotes. As residências fora foram adquiridas, principalmente na Vila Aliança, por ser um loteamento popular de baixo custo e limítrofe ao Assentamento, sendo possível o deslocamento a pé. Além desse local, algumas das famílias têm outra residência em bairros próximos, como Cabuçu, Posse, Marapicu, Vila da Marinha (COHAB) e Jardim Laranjeira, bem como

municípios vizinhos, como Mesquita, mas também na Capital (bairros Bangu e Jacarepaguá) e em Campo Grande.

A famílias, portanto, têm duas residências, uma no Assentamento utilizada mais para o suporte da produção agrícola e outra fora para pernoitar. Há a exceção de duas ou três famílias que seguem apenas com uma residência dentro da área. Essas residências estão situadas próximas ao principal acesso, próximo à Vila Aliança. Segundo os assentados, a situação da violência reduziu um pouco no último ano, mas ainda há um forte receio das famílias em retornar a morar no Assentamento. Algumas famílias chegam a ficar de segunda a sexta em seu lote e vão para a sua outra residência fora do Assentamento no final de semana e vice-versa.

(v) Atividades produtivas

De 1985 a 1990, houve uma grande produção de alimentos na área do Assentamento. Porém, conforme relatos, depois desse período, tal produção começou a ser abandonada, principalmente pelos homens que foram buscar trabalho fora do Assentamento. Hoje, o tipo de produção corresponde principalmente à agricultura, tendo também atividades de pecuária, beneficiamento/artesanato, extrativismo, apicultura e piscicultura. Cabe mencionar que essa última atividade, segundo eles, não é fácil e nem é oficial, tendo sido inserida no Assentamento através de recursos do Programa Microbacias (1993-1995). Somente em alguns lotes ainda há alguns tanques com peixes.

Os produtos provenientes da agricultura, que são os comercializados externamente nas feiras urbanas, são principalmente aipim e quiabo, mais também há a produção de cana-de-açúcar. Esses são considerados, pelos assentados, como os mais rústicos. Há também as produções perenes, como o coco anão – coco para água, produzido o ano todo, e as produções por temporada, como o feijão de corda, abóbora, maxixe, abacate, banana, citros (limão e laranja), produzidos somente pouco antes ou depois do verão. Além disso, eles também investem na apicultura para produzirem mel, bem como fazem conservas de pimenta, bolo e sabão – todos voltados ao consumo e à venda.

O objetivo da produção é a subsistência e o comércio, o qual ocorre, sobretudo, semanalmente nas Feiras da Roça – quartas na Praça Rui Barbosa, no centro de Nova Iguaçu, e sextas em frente à Prefeitura. Segundo os assentados, estão participando dessas feiras desde 2007. Além das Feiras da Roça, os produtos também são comercializados anualmente na Feira Estadual da Reforma Agrária⁵². Outras formas de venda também ocorrem através de atravessadores, que vão até o Assentamento comprar diversos produtos.

⁵² A Feira da Reforma Agrária Cícero Guedes virou lei no calendário anual do estado do Rio de Janeiro (Lei nº 5.146/2010), reconhecendo a sua importância como interesse cultural e social para o Estado.

Além desses, também comercializam especificamente cana-de-açúcar para algumas pessoas que fazem caldo de cana ao longo da Avenida Madureira (Rodovia RJ-105), para chineses de Nova Iguaçu, Mesquita e Nilópolis, e para loja de artesanato (mel, pimenta, frutas e bolo).

(vi) Trabalho e renda

Como mencionado, a maioria dos homens, atualmente, abandonaram as produções e foram buscar trabalho fora da área do Assentamento, trabalhos urbanos, tais como pedreiro, porteiro e segurança. São as mulheres as que mais desenvolvem as atividades agrícolas. Mesmo com residências fora da área, a maioria das famílias seguem produzindo em seus lotes, principalmente como forma de resistência. As pessoas que compraram os lotes também produzem: se não for através da agricultura é através da pecuária. Segundo os assentados, a maioria que comprou o lote e, assim, é irregular, são pecuaristas.

Quanto à renda, a média familiar é acima de um salário. A maioria recebe aposentadoria, pelo trabalho rural ou urbano, ou por ambos somados. Além disso, algumas famílias, dentre as que ainda não estão regularizadas, recebem benefícios sociais do governo federal, como o LOAS⁵³ e o Bolsa Família⁵⁴, os quais equivalem, cada um, a um salário mínimo para idosos acima de 65 anos e para famílias de baixa renda, respectivamente. As famílias, assim, desenvolvem trabalhos rural e urbano, além dos benefícios sociais de fundo rural e urbano.

O Assentamento Marapicu resiste como tal desde 1985, sendo referido dessa forma mesmo quando ainda era um acampamento, ou um mutirão – antes de seu reconhecimento legal como assentamento da Reforma Agrária, em 2012. O perfil das famílias mostra o caráter rural-urbano das atividades, propício pela proximidade que a área tem de áreas urbanas, bem como pela resistência de seguir produzindo no lote para garantir o direito ao título e a continuidade do Assentamento como área rural. Os assentados esperam que, a partir dos processos de regularização fundiária de todos os lotes, desenvolvida pela Prefeitura, a situação de envolvimento das famílias que estão assentadas e de novas que vem a integrar o grupo, ou mesmo as que estão irregulares (se forem regularizadas) aumente e o grupo se fortaleça, a ponto de conseguirem, finalmente, os primeiros recursos para a instalação do Assentamento, além de outros através de órgãos governamentais, organizações não governamentais (ONGs) e instituições de ensino.

Marapicu, portanto, no contexto da RMRJ, como um território que apresenta características de interface rural-urbana, é representativo dos conflitos em relação à expansão

⁵³ O LOAS é um benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/Loas).

⁵⁴ O Bolsa Família é um programa que objetiva garantir o acesso aos serviços essenciais, como alimentação, saúde e educação.

urbana sobre as áreas rurais. Como apresentado, ainda não há uma proposta de planejamento territorial integrado que busque incorporar essa realidade ambígua e coexistente entre rural e urbano, nem na escala metropolitana e nem na escala municipal. Apesar de haver a proposta da criação de um novo órgão de planejamento metropolitano e o desenvolvimento do PDDUI, ambos ainda deverão ser aprovados. Nesse sentido, os municípios têm se organizado de forma individual ou através de arranjos institucionais regionais, agrupados a outros com interesses locais e articulados normalmente com agentes do setor privado que buscam a sua expansão econômica nas áreas de hinterlândia metropolitana, por ser mais acessível economicamente e frágil do ponto de vista do controle do Estado. Os poderes público municipal, estadual e federal não tem uma articulação de planejamento territorial que possa integrar as questões da política urbana e regional dos marcos legais do Estatuto da Terra, ECidade e do EMetrópole. Portanto, as questões rurais e urbanas seguem desarticuladas dentro de estruturas fragmentadas de políticas setoriais. As políticas de governo sobrepõem-se às políticas de Estado, as quais poderiam ser pensadas através de um planejamento territorial a longo prazo. O que ocorre, porém, são ações imediatistas e mudanças de planejamento territorial a cada gestão política.

3 INTERFACE RURAL-URBANA DE MARAPICU

Ao conceito de território está associada também e principalmente a ideia de apropriação, ou seja, o processo de utilização, controle e dominação de porções do espaço - em diversas escalas geográficas - por parte de instituições, grupos sociais, ou mesmo indivíduos, sejam eles formais ou informais (CAMPOS e RÜCKERT, 2014, p. 897).

O capítulo apresenta a descrição das análises de dados, sobre o Assentamento Marapicu, a partir de um método desenvolvido especificamente para esse estudo de caso. Este método está voltado a uma abordagem metodológica, que prioriza a análise sócio-espacial, através do cruzamento das características conceituais e empíricas levantadas na pesquisa bibliográfica e de campo.

As análises estão pautadas em uma visão contemporânea de território, para que seja possível ampliar a discussão sobre as relações entre rural e urbano, a partir da compreensão das especificidades territoriais e das perspectivas desses agentes. Para tanto, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a seleção dos agentes-chave e para a sistematização dos dados levantados sobre suas perspectivas. Apresenta-se, também, como foram definidas as categorias territoriais de análise da interface rural-urbana de Marapicu, os métodos selecionados para a produção de cartografias e os processos empregados para a construção de cenários possíveis.

Parte-se do conceito de território como um espaço apropriado, como mencionado por Campos e Rückert (2014), cujos domínios e delimitações ocorrem a partir de disputas entre os agentes-chave que atuam no espaço, em diversas escalas geográficas. Nesse caso, a maior apropriação foi estabelecida pelos assentados da Reforma Agrária, que formaram o Assentamento Marapicu, em Nova Iguaçu, através da ocupação da terra, há 27 anos, e da obtenção do título de posse da mesma, mais recentemente, em 2012.

A dinâmica territorial desse assentamento gerou distintas territorialidades que foram analisadas em três recortes territoriais: (i) macro, correspondente à escala metropolitana; (ii) intermediário, correspondente à escala urbana; e (iii) micro, correspondente à escala interna. Através desses recortes foi possível explicitar a dinâmica do território do Assentamento Marapicu, frente às suas relações políticas, econômicas, sociais e culturais estabelecidas na RMRJ.

O conceito de interface rural-urbana segue essa mesma lógica, visando considerar as características do território apontadas pelos agentes-chave que foram entrevistados: a comunidade de assentados de Marapicu e os gestores públicos dos governos municipal e metropolitano-estadual que atuam no planejamento territorial. As perspectivas desses

agentes sobre a interface rural-urbana de Marapicu são representadas através de categorias territoriais, que manifestam as relações e interações entre rural e urbano no território, em suas distintas escalas, bem como através de cenários possíveis, os quais podem orientar o debate sobre o planejamento territorial para o estudo de caso.

Espera-se que o método desenvolvido possa contribuir para orientar algumas questões que ainda são difíceis de serem incorporadas ao planejamento territorial, como o reconhecimento das relações e interações entre rural e urbano no território, assim como a formação de unidades territoriais de interface rural-urbana. O trabalho busca, de forma geral, legitimar possíveis ações no território, a partir de uma perspectiva de multiterritorialidade, partindo do pressuposto de que não há apenas áreas contíguas definidas como rurais ou urbanas e, sim, uma infinidade de interpretações sobre as relações e interfaces entre ambas.

3.1 ANÁLISE DE DADOS

A etapa de análise de dados visa apresentar os pontos positivos e negativos, destacados nas perspectivas dos agentes-chave (comunidade e gestores públicos), bem como representar, no território, os elementos territoriais e seus atributos que constituem as categorias de análise da interface rural-urbana de Marapicu. A partir dessas perspectivas e categorias de análise, são construídos os cenários possíveis para que sejam representadas as relações e interações existentes entre rural e urbano nesse território.

A sistematização de dados está organizada em três eixos de análise que visam associar formas metodológicas de discurso e de representação gráfica no território, como um possível instrumento de planejamento territorial que insere diferentes perspectivas do território em relação às interações entre rural e urbano. O primeiro eixo corresponde às perspectivas dos agentes, abrangendo algumas falas desses sobre a realidade, a partir da consideração de pontos positivos e negativos sobre a relação rural-urbana no território. O segundo, corresponde às características territoriais a partir de categorias de análise da interface rural-urbana. O terceiro eixo, por sua vez, corresponde aos cenários possíveis, como formas de visualização da situação rural, urbana e rural-urbana.

3.1.1 Agentes-chave e suas perspectivas

Os agentes-chave, que atuam no território de Marapicu, foram selecionados de forma a contrapor alguns conflitos existentes entre as áreas rurais e urbanas. Ao todo, foram selecionados dois grupos, visando explicitar as disputas e conflitos existentes entre rural e urbano no território do Assentamento: um mais voltado ao meio rural e outro ao meio urbano, respectivamente, denominados de:

- (i) **Comunidade:** relativo à comunidade de assentados de Marapicu, composta pelos agentes que se envolveram diretamente nas políticas públicas urbanas em prol do reconhecimento das áreas rurais do Município, principalmente a própria área rural do Assentamento, ou seja, são os que tendem a priorizar as questões rurais existentes no Assentamento; e
- (ii) **Gestores públicos:** relativos às pessoas que trabalhavam diretamente com o planejamento territorial, na escala municipal e metropolitana, os quais, a princípio, priorizavam as questões urbanas no território do Assentamento.

Dentre os dois grupos de agentes, foram selecionadas oito pessoas para serem entrevistadas através de questões semiestruturadas, como mencionado no capítulo anterior. Para a descrição das informações coletadas, a fim de garantir o anonimato, como um meio simples de preservar sua identidade e proteger frente a algum prejuízo⁵⁵, foram identificadas as pessoas do primeiro grupo como Assentado(a) e do segundo como Gestor, diferenciadas por numerais (1, 2, 3, 4 e 5).

Para ambos os agentes, os pontos levantados tiveram como objetivo explicitar os conflitos e as tensões entre as áreas estabelecidas no Município como rurais ou urbanas. Além disso, construídos possíveis cenários de integração entre ambas sem que haja a necessidade de extinguir as áreas rurais, como ocorrido na penúltima revisão do Plano Diretor Municipal.

Cabe destacar, dentre as pessoas entrevistadas da comunidade, a Assentada 1, por ter sido a principal interlocutora da pesquisa. Acompanhou quase todas as visitas de campo e repassou informações gerais sobre os demais assentados. Foi, também, responsável pela inserção, sem riscos, da pesquisadora no território, dado o contexto de violência urbana existente na região e especificamente na área do Assentamento.

As questões levantadas foram orientadas ao que os entrevistados entendiam como fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças do Assentamento Marapicu. Esses termos estão relacionados ao instrumento de análise denominado FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) ou *SWOT* (*Strength, Weakness, Opportunity e Threat*)⁵⁶. Tal método faz parte dos procedimentos metodológicos de levantamento e sistematização de dados, utilizado por Reyes (2015) para a construção de cenários utilizados como instrumentos voltados às questões de planejamento urbano e regional. A construção desse método parte de um gráfico de cruzamentos entre dois eixos de polaridades: (i) eixo superior-inferior,

⁵⁵ Todos os entrevistados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (ver Apêndice), consentindo as informações relatadas nas entrevistas.

⁵⁶ O método foi traduzido em português como FOFA, a partir dos acrônimos Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. Sua criação teórica está atribuída a Albert Humphrey, um consultor de gestão em negócios dos EUA que trabalhava no Instituto de Pesquisa de Stanford na década de 1960.

relativo aos aspectos internos (Fraquezas e as Fortalezas) e aspectos externos (Ameaças e Oportunidades); e (ii) eixo relativo esquerdo-direito, relativo aos valores negativos (Fraquezas e Ameaças) e positivos (Fortalezas e Oportunidades). A figura 32 mostra a representação desse gráfico.

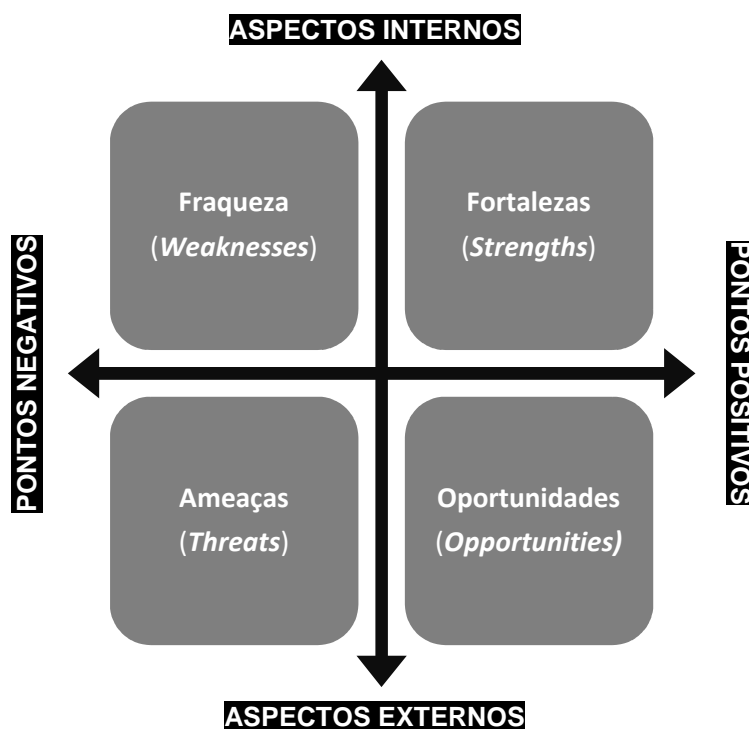


Figura 32 - Gráfico FOFA. (Gráfico SWOT)
Fonte: modificado pela autora a partir de dados de Reyes (2005).

As fortalezas simbolizam os valores positivos internos associados ao lugar, os quais garantem certa identidade a ser mantida e reforçada. As fraquezas, por outro lado, simbolizam os valores negativos internos, associados às características que desqualificam o lugar. As oportunidades e as ameaças simbolizam os impactos positivos e negativos, respectivamente, relacionados a todos os fatores relevantes, que venham de fora, e que caracterizem questões macro que não estão presentes diretamente no local, mas que podem ter um impacto direto em uma tomada de decisão. Reyes (2015) destaca que tais classificações não devem ser usadas como um instrumento rígido, no que tange aos aspectos internos/externos ou aos valores positivos/negativos, pois podem ser reposicionados ou modificados, de acordo com diferentes pontos de vista ou situações ao longo do tempo. O importante é ter as diversas relações e pontos de vista apontados pelos agentes.

Cabe destacar que, apesar desse método ser amplamente utilizado para a construção de cenários no planejamento estratégico empresarial e territorial, não foi utilizado, nesse trabalho, da mesma forma e nem por esse motivo. O motivo da escolha é a sua indicação para a construção diferenciada de cenários proposta pelo autor. Além disso, esse é um dos

métodos utilizados por ambos os agentes, principalmente pela comunidade de assentados, sendo simples para a análise da situação em relação a pontos positivos e negativos e utilizado pelo MST.

A diferença entre a construção de cenários pelo método FOFA, proposta por Reyes (2015), e a utilização pelo planejamento estratégico se dá pelo fato de não terem o objetivo de prever o futuro e ou dar metas desejáveis, e sim, abrir a discussão sobre uma mesma realidade, a partir da escuta de diferentes agentes. No planejamento estratégico, os itens do FOFA que influenciam nos negócios são voltados a soluções mais competitivas e eficientes. Nesses casos, através da organização dos pontos positivos e negativos, bem como da visão interna e externa da situação, são identificados elementos-chave que podem orientar o estabelecimento de prioridades de atuação e de decisões a serem tomadas. O método é usado como um diagnóstico da situação, prevendo resolver ou minimizar riscos e problemas levantados por um agente prioritário, o qual constrói, a princípio, uma perspectiva para o território segundo seus interesses. Outros agentes não são envolvidos. Nesta pesquisa, diferentemente, o uso do método tem a prioridade de construir cenários como um meio de explicitar justamente as perspectivas de diferentes agentes. A gama de agentes envolvidos pode ser grande, ampliando o leque de perspectivas existentes em um mesmo território, visando equilibrar as questões e demandas de diferentes agentes, sem que haja uma prioridade.

Assim, a análise foi facilitada pela organização dos dados a partir dos itens do FOFA, os quais foram levantados em campo através de entrevistas com os agentes-chave. Parte das entrevistas tinha como foco esses itens (ver roteiro de entrevistas no Apêndice). Além das entrevistas, também foram associados outros métodos, como a observação participante, realizada em eventos pontuais e em reuniões mensais da associação de camponeses do Assentamento, bem como o registro fotográfico e a análise de documentos disponibilizados por ambos os agentes – atas de reuniões, mapas e levantamentos aerofotogramétricos. A análise partiu da construção de gráficos FOFA específicos para cada grupo de agentes, a fim de visualizar, primeiramente, as diferenças apontadas por ambos. Porém, como houve muitas semelhanças entre os itens que cada um dos grupos apontou, optou-se por descrever as perspectivas de ambos os agentes de forma conjunta, para que não houvesse um excesso de repetição, sem perder as diferenças e conflitos apontados entre cada um dos grupos.

Para a descrição de cada item, optou-se por iniciar pelos pontos positivos (fortalezas e oportunidades) e depois os pontos negativos (fraquezas e ameaças). Para tanto, foram destacadas algumas palavras mencionadas pelos agentes que pudessem ser representativas das questões apontadas. Tais palavras foram denominadas de palavras-chave, ou expressões-chave, objetivando a simplificação do conjunto de informações, sem perder a

ideia de distinguir e analisar quais foram as forças conflitivas, as contradições, os antagonismos e as complementaridades apontadas. Como tais pontos não são rígidos, alguns foram apontados tanto como positivos, como negativos. Um exemplo é o título de posse da terra, que foi extremamente destacado pelos agentes. Por um lado, o título representa uma fortaleza que o Assentamento tem em relação aos direitos de permanência na terra. Porém, por outro lado, o título contém data indeterminada, apontado, por isso, também como uma fraqueza, visto que há um risco de perda do mesmo, no caso dos assentados não cumprirem com o dever de produzir na terra ou vender o lote, como ocorre em alguns casos. Esse exemplo serve para mostrar que a palavra *título* é chave para os agentes e tem mais de um significado.

Após a descrição de cada um dos itens FOFA, buscou-se estrategicamente mais uma nova redução, a fim de sintetizar as questões apontadas. Algumas palavras-chave foram elencadas segundo seu maior destaque nas perspectivas e seu grau de possibilidade de representação como elemento físico que se caracteriza como rural e/ou urbano no território. O título, por exemplo, novamente, pode ser representado através de um limite estabelecido entre o que é rural e urbano no território, tanto em forma de linha quanto em forma de área, apontado como um dos elementos territoriais que caracteriza uma categoria da interface rural-urbana.

3.1.2 Categorias territoriais de análise

As categorias territoriais de análise estão associadas às expressões físicas das relações e interações entre rural e urbano no território, em suas diferentes escalas. A partir do levantamento de campo e das análises sobre as perspectivas dos agentes, sentiu-se a necessidade de haver uma conexão entre as palavras-síntese e o território do Assentamento, em suas distintas escalas. A questão dizia respeito a forma como essas palavras se manifestavam como elementos físicos que pudessem caracterizar a interface rural-urbana de Marapicu no território. Nesse sentido, as categorias territoriais de análise correspondem a elementos territoriais que interpretavam as territorialidades explicitadas pelas perspectivas dos agentes.

Para tanto, foram relacionadas aos elementos territoriais três formas físicas básicas que explicitavam as relações e as interações entre rural e urbano no território de Marapicu, podendo estar situadas em área rural e também em área urbana:

- **Linha:** caracterizada como uma forma linear no território, com diferentes espessuras, sendo a mais próxima de quando se apontam as questões de fronteira entre as áreas rurais e urbanas. A ideia é ir além disto, relacionando elementos lineares no território

que cruzam ambas as áreas, como as macroestruturas urbanas (redes de alta tensão de energia elétrica e vias de circulação de veículos);

- **Área:** caracterizada através de uma forma bidimensional no território, tais como a área do Assentamento; e
- **Ponto:** caracterizado como uma forma pontual no território, como os pontos de venda da produção agrícola situados na área urbana (feiras).

Além das formas físicas, também houve a necessidade de se qualificar tais elementos territoriais, em relação a diferentes atributos que um mesmo elemento poderia ter, como o caso de fronteira, comentado no capítulo 1. A partir das análises das perspectivas e das questões apontadas pelos levantamentos de dados sobre o território de Marapicu, foram associados quatro tipos de atributos que podem caracterizar os elementos Linha, Área e Ponto:

- **Transformação:** refere-se às propriedades que determinam ou direcionam mudanças ou modificações entre os elementos, as quais podem ser previstas ou em andamento, regulares ou irregulares. O perímetro urbano ampliado, por exemplo, indica uma modificação na relação entre uma área rural e uma área urbana preestabelecida, ou um ponto previsto para ser um novo empreendimento habitacional marca uma transformação em um dado local;
- **Conexão:** refere-se aos aspectos de continuidade (*continuum*), sequência, prosseguimento, troca, interação, ligação, âncora, porosidade, coexistência, concomitância, transição, ultrapassagem, transposição, capilaridade e escoamento. A divisão entre dois bairros, por exemplo, considerados rural e urbano, indica uma linha de conexão entre duas áreas diferentes entre si, podendo ter, inclusive faixas com coexistência de ambos. Algumas áreas têm o papel de conexão entre rural e urbano, como o próprio caso de Marapicu, tornando-se uma ligação entre ambas as realidades, tanto como área quanto como ponto, dependendo da escala de análise territorial;
- **Negação:** refere-se a um atributo que existe na realidade, mas não é reconhecido, formalmente ou informalmente, possuindo propriedade de invisibilidade, obscuridade, invalidação ou exclusão, promovendo uma presença da ausência⁵⁷. Nesse caso, um exemplo seria a própria área rural retirada do plano diretor, através da extensão do perímetro urbano coincidente com os limites do Município. A área rural e o limite físico entre as áreas urbanas e rurais existiam, mas não eram reconhecidos legalmente;
- **Barreira:** refere-se aos elementos com propriedades de obstáculo, estorvo, entrave, percalço, obstrução, ruptura, quebra, rompimento, anulação, extinção, cancelamento, revogação, isolamento, fechamento, inacessibilidade e impedimento. Um circuito de

⁵⁷ Presença da ausência significa uma presença excluída, uma negação da existência, uma exclusão.

tráfego, por exemplo, estabelece um limite restrito para a circulação de pessoas, ou uma área de preservação restringe o uso do espaço para produção agrícola ou construções, bem como um ponto de acesso a determinada área que tem um controle específico.

Para a definição das categorias territoriais de análise da interface rural-urbana de Marapicu, foram estabelecidos cruzamentos entre os três tipos de elementos territoriais (Linha, Área e Ponto) e os quatro tipos de atributos (Transformação, Conexão, Negação e Barreira). Ao todo, foram formados doze tipos de categorias territoriais da interface rural-urbana, conforme apresentado na tabela 6.

Tabela 6 - Categorias territoriais de análise da interface rural-urbana.

CATEGORIAS TERRITORIAIS		ELEMENTO TERRITORIAL		
		Linha (L)	Área (A)	Ponto (P)
ATRIBUTO	1 Transformação (T)	Linha de Transformação (LT)	Área de Transformação (AT)	Ponto de Transformação (PT)
	2 Conexão (C)	Linha de Conexão (LC)	Área de Conexão (AC)	Ponto de Conexão (PC)
	3 Negação (N)	Linha de Negação (LN)	Área de Negação (NA)	Ponto de Negação (PN)
	4 Barreira (B)	Linha de Barreira (LB)	Área de Barreira (AB)	Ponto de Barreira (PB)

Conforme a tabela 6, para cada um dos três elementos territoriais há quatro atributos. O elemento Linha, por exemplo, assim como os elementos Área (A) e Ponto (P), pode ter o atributo de transformação, caracterizando o tipo Linha de Transformação – LT, bem como de conexão (Linha de Conexão – LC), de negação (Linha de Negação- LN) e de barreira (Linha de Barreira – LB). Um rio, por exemplo, foi apontado como um elemento de conexão e também como uma barreira. Como conexão, um rio (elemento linha), por exemplo, foi associado a uma forma de comunicação entre diferentes áreas que estão interconectadas a partir de suas águas, como o caso das áreas rurais e urbanas que pertencem a uma mesma bacia hidrográfica. Por outro lado, esse mesmo rio, como uma barreira, foi associado ao limite físico entre duas áreas: um bairro rural e um bairro urbano.

Nesse sentido, são descritos os doze tipos de categorias territoriais de análise da interface rural-urbana, a partir do elemento tipo Linha e seus atributos. Posteriormente são descritos os elementos territoriais do tipo Área e Ponto e seus atributos.

(i) Tipo Linha: Transformação (LT), Conexão (LC), Negação (LN) e Barreira (LB)

O tipo Linha e seus atributos constituem quatro categorias territoriais: Linha de Transformação (LT), Linha de Conexão (LC), Linha de Negação (LN) e Linha de Barreira (LB). Esses tipos se caracterizam por uma forma física linear que expressa as interações entre urbano e rural, a partir de fronteiras e eixos, caracterizados como linhas ou áreas lineares, como, por exemplo, leitos de rios, vias de circulação, eixos de infraestrutura e limites entre bairros.

Os tipos LT e LC correspondem a elementos territoriais de fronteiras e eixos que estabelecem uma mudança de direção ou uma troca de movimento. O primeiro, LT, determina a ocorrência de uma mudança tanto de direção quanto de definição ou delimitação, seja essa existente ou prevista, entre duas áreas (rural e urbana). O perímetro urbano é um exemplo, pois estabelece uma série de transformações e características específicas a partir de uma fronteira entre áreas rurais e urbanas no território. O segundo, LC, caracteriza-se por elementos lineares relacionados a eixos que promovem troca, movimento, deslocamento, comunicação e escoamento de algo que segue um curso, um trajeto, um caminho ou um percurso, a exemplo dos eixos viários, hídricos e de infraestrutura. Esses eixos estabelecem fluxos de veículos, de água e sistemas de abastecimento que transpassam os recortes territoriais pré-estabelecidos, sejam esses limites entre áreas rurais ou urbanas.

Os tipos LN e LB correspondem a elementos territoriais de fronteiras e eixos que estabelecem relações de impedimento, seja por negação ou por barreira. O primeiro, LN, está associado àquelas fronteiras ou eixos existentes que não são reconhecidos, sejam formalmente ou informalmente, caracterizados como linhas invisíveis ou obscuras. Os limites estabelecidos pelo circuito do tráfico de drogas em determinados territórios é um exemplo desse tipo. O segundo, LB, corresponde às fronteiras entre áreas ou eixos que cortam tais áreas, de caráter permeável ou impermeável, impedindo ou restringindo o uso de determinadas áreas, sejam elas rurais ou urbanas. Um exemplo é o das APPs dos rios que percorrem tais áreas, nas quais há uma barreira predeterminada de não utilização, impedindo o uso e ocupação do solo.

(ii) Tipo Área: Transformação (AT), Conexão (AC), Negação (AN) e Barreira (AB)

O tipo Área e seus atributos constituem quatro categorias territoriais: Área de Transformação (AT), Área de Conexão (AC), Área de Negação (AN) e Área de Barreira (AB). Esses tipos se caracterizam por formas físicas bidimensionais relativas a recortes territoriais estabelecidos, através de critérios internos e externos, de acordo com distintas definições, dimensões e objetivos. Tais áreas podem apresentar relações concomitantes ou concorrentes

especialmente, como o caso de áreas de preservação, residenciais ou comerciais e zonas de planejamento.

Os recortes territoriais são estabelecidos ou identificados por critérios externos, através do Estado e suas distintas instâncias de gestão, ou internos, através de comunidades ou organizações locais. Os limites desses recortes podem ser delimitações visíveis ou invisíveis no território, além de nem sempre serem claros, precisos ou fixos. As áreas de tráfego, por exemplo, assim como suas rotas ou fronteiras, são estabelecidas por grupos locais, de acordo com critérios próprios dos envolvidos, em relação ao espaço e, também, ao tempo. Dependendo da hora ou do dia, locais diferentes podem estar associados a essas áreas. Essas definições também estão ligadas a áreas administrativas, como setores, regiões ou zonas, as quais também são modificadas constantemente de acordo com o tempo, podendo ser alteradas, como no caso dos processos de revisão dos planos diretores municipais.

Os tipos AT e AC estão associados a elementos territoriais que estabelecem, respectivamente, modificações e comunicações entre diferentes recortes territoriais. O primeiro, AT, corresponde a um recorte territorial que marca uma modificação recente, ou prevista, entre diferentes definições ou padrões de uso e ocupação do solo, tais como as áreas de expansão urbana ou de reflorestamento. O segundo, AC, está associado a um recorte territorial que promove relações de troca, negociação, concomitância, sobreposição, transição, continuidade ou coexistência de uso e ocupação do solo, a exemplo das áreas de preservação. Nesse caso, tais áreas estabelecem uma comunicação entre as áreas de uso urbano e as de uso rural.

Os tipos AN e AB estão associados a elementos territoriais que estabelecem relações de impedimento, seja por negação ou por barreira, respectivamente, entre recortes territoriais reconhecidos formal ou informalmente. O primeiro, AN, corresponde a áreas cujas características têm um caráter invisível ou obscuro em relação ao uso e a ocupação do solo, como uma área rural que está sendo ocupada pela especulação imobiliária urbana. Há, nesse caso, uma negação das características e restrições de uso e ocupação dessa área. O segundo tipo, AB, corresponde a áreas cujas características são de impedimento, rompimento, cancelamento, invalidação ou revogação em relação ao uso e à ocupação do solo rural ou urbano, como as áreas definidas como de alagamento. Nessas áreas há riscos de inundações, porém, mesmo assim, são utilizadas e ocupadas para determinadas atividades.

(iii) Tipo Ponto: Transformação (PT), Conexão (PC), Negação (PN) e Barreira (PB)

O tipo Ponto e seus atributos constituem quatro categorias territoriais: Ponto de Transformação (PT), Ponto de Conexão (PC), Ponto de Negação (PN) e Ponto de Barreira

(PB). Esses tipos se caracterizam como uma forma física pontual, relativa a um elemento ou um local com determinada importância para as interações entre rural e urbano, tais como referências, centralidades, pontos estratégicos, acessos, pontos de distribuição de infraestrutura, a exemplo de nascentes de rios, pontos de comércio e locais de reuniões. Os elementos territoriais associados a essa categoria estão situados ao longo das fronteiras de recortes territoriais e eixos lineares que cruzam os mesmos, assim como dentro desses recortes.

Os tipos PT e PC estão associados a elementos ou locais que tenham características, respectivamente, de modificação ou conectividade. O primeiro, PT, corresponde a elementos territoriais que estabelecem relações de transição, referência, foco, núcleo ou marco de mudança, vulnerabilidade, variação ou alteração existente ou prevista, tais como os loteamentos urbanos do Programa Minha Casa, Minha Vida que vêm transformando completamente o caráter rural das áreas do entorno do Assentamento, dada a construção de edificações multifamiliares. O segundo tipo, PC, corresponde a elementos territoriais que estabelecem relações através de ligação, interação, fluxo, troca, convergência, integração, comunicação, negociação, porosidade, permeabilidade, escoamento, continuidade, sequência, ultrapassagem e capilaridade. Um exemplo desse tipo são as feiras urbanas que vendem produtos agrícolas, as quais fazem a conexão entre a realidade rural e o meio urbano.

Os tipos PN e PB estão associados a elementos ou locais que tenham características, respectivamente, de invisibilidade ou impedimento. O primeiro, PN, corresponde a elementos territoriais que apresentam características de obscuridade, falta de integração ou existência não reconhecida ou disponibilizada, a exemplo de pontos previstos, mas não executados de captação de água potável. Há uma negação ao acesso ao sistema de abastecimento de água para alguns. O segundo, PB, corresponde a elementos ou locais com características de limite, fechamento, inacessibilidade, impermeabilidade, cancelamento ou invalidação, tais como acessos com riscos de violência, como no caso de alguns acessos à área do Assentamento, nos quais há um certo controle do circuito do tráfico local.

Assim, os doze tipos de categorias territoriais de análise da interface rural-urbana foram exemplificados com elementos territoriais e atributos destacados nas perspectivas dos agentes em diferentes escalas de análise. Na escala interna da área do Assentamento, por exemplo, para a comunidade, os eixos de macroestrutura urbana (redes de energia elétrica, dutos subterrâneos de gás e vias de circulação viária), que cruzam a área, representam uma barreira para o uso e ocupação do solo, pois as famílias são impedidas de utilizar a área linear de tais eixos para a produção agrícola. Por outro lado, para os gestores, em uma escala regional, tais eixos representam elementos de conexão entre diferentes regiões do território

metropolitano, pois permitem o fluxo e a distribuição de pessoas ou serviços entre a capital e demais os municípios metropolitanos.

3.1.3 Abordagem interescalar e cartografias

A abordagem interescalar remete a diferentes recortes temporais e espaciais relacionados, respectivamente às pesquisas bibliográficas e pesquisas de campo, voltados à análise do território no período e espaço atual. A pesquisa bibliográfica, conforme descrito no capítulo anterior, apresentou quatro recortes temporais associados aos períodos de ocupação rural-urbana do território, em diferentes escalas de análise, de acordo aos aspectos rurais e/ou urbanos relacionados ao território. Esses períodos foram divididos em quatro recortes temporais voltados à escala territorial do Município:

- **Entre 1920 e 1950:** denominado de “Nova Iguaçu Rural, referente à fase da citricultura”, quando a principal atividade econômica era a produção de laranjas para exportação e que retardou a expansão urbana que já estava ocorrendo nos demais municípios;
- **Entre 1950 e 1980:** denominado de “Nova Iguaçu Urbana, referente à fase da expansão urbana e conflitos fundiários”, quando há a expansão urbano-industrial desenfreada e a integração da malha urbana metropolitana tardia, ocupando áreas rurais;
- **Entre 1980 e 2003:** denominado “Nova Iguaçu Rural e Urbana, referente à fase dos primeiros assentamentos rurais ao ‘fim’ do rural”, quando há a formação do movimento social do campo, ao mesmo que há a negação da existência de áreas rurais no plano diretor; e
- **Entre 2003 e 2016:** denominado “Nova Iguaçu Rural-Urbana, referente à fase da reinserção do rural no plano diretor”, até Marapicu como interface rural-urbana, em meio a uma nova expansão urbana através de conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Esses recortes foram importantes para uma contextualização do território de Nova Iguaçu no contexto histórico e espacial da RMRJ e recortes locais do Município. Associada à pesquisa bibliográfica, aos dados dela levantados – relacionados à pesquisa de campo, foram definidos três recortes territoriais voltados à três escalas de análise no período atual, visando uma abordagem interescalar do espaço geográfico e suas relações entre rural e urbano:

- **Escala metropolitana:** limitada pelo contexto territorial macro da pesquisa, voltado à inserção geral do Assentamento na RMRJ;
- **Escala urbana:** limitada à região de inserção do Assentamento no município de Nova Iguaçu – URG Cabuçu;
- **Escala interna:** limitada à área do Assentamento e seu entorno imediato.

A partir desses recortes territoriais, são apresentados alguns dos fatos importantes relativos à configuração rural e urbana do território da RMRJ e demais recortes territoriais, destacando três fatos importantes relativos diretamente ao histórico do uso e ocupação da área do Assentamento Marapicu. O primeiro, remete ao período de ocupação da antiga fazenda, em 1985, até a revisão do plano diretor em 1997, quando houve a retirada da área rural do planejamento do território municipal. O segundo, remete aos onze anos em que essa área foi considerada área urbana no plano diretor, entre 1997 e 2008. O terceiro, por sua vez, remete ao período do retorno da área rural ao Plano Diretor Municipal até os dias de hoje, a partir de 2008.

Para tanto, foram desenvolvidas bases cartográficas em três recortes territoriais, baseados na pesquisa bibliográfica e de campo. Em um primeiro momento, utiliza-se dados secundários e marcos legais das agências estatais para a montagem de mapas básicos de trabalho. Posteriormente, são incluídos os dados primários levantados em campo, associados às entrevistas. Busca-se uma síntese cartográfica para ser utilizada para a análise e o desenvolvimento de diagramas nas escalas metropolitana, urbana e interna.

Na escala metropolitana, recorte macro, são representados os elementos territoriais de forma macro e esquemática, expressando elementos pontuais e eixos de conexão, como a localização dos assentamentos e os eixos viários regionais. Nessa escala são destacados os limites físicos da RMRJ e a mancha urbana, junto com os limites do município de Nova Iguaçu e a localização do Assentamento Marapicu. Na escala urbana, recorte intermediário, os elementos territoriais são representados dentro do conjunto de elementos do território, tais como sistema viário, hidrografia e limites de bairros, bacias hidrográficas, etc. Essa escala apresenta os limites físicos da URG Cabuçu, definida pelo município de Nova Iguaçu como uma unidade territorial de planejamento e gestão, em que estão situados os bairros Ipiranga e Campo Alegre, que abrangem a área do Assentamento. Nessa escala, são destacados os elementos territoriais locais, como as vias de acesso e as áreas contíguas à área do Assentamento. Na escala interna, recorte micro, por sua vez, são representados os elementos territoriais internos à área do Assentamento e imediações, como a situação fundiária interna dos lotes e as vias internas. Nessa escala, são destacados os limites físicos da área do Assentamento e seu entorno imediato, referente às comunidades lindeiras e principais vias de acessos.

Além dessas escalas, também foram selecionadas perspectivas visuais através de imagens fotográficas levantadas em campo ou através do Google Earth (2015). Tais perspectivas determinam um campo de visão tanto de um observador quanto aéreo (vista de pássaro), sendo possível uma visão tridimensional da paisagem, diferentemente das escalas geográficas.

A partir desses recortes territoriais e dessa abordagem interescalar, foi possível apresentar tanto as relações entre os limites pré-estabelecidos formalmente quanto os limites informais, ou invisíveis, mas existentes de fato. Desta forma, correlaciona-se recortes que vão

desde o macro (RMRJ), passando pelo intermediário (URG Cabuçu), até o micro (área do Assentamento e entorno). Associada a tais recortes, a perspectiva visual, por sua vez, permitiu a observação de outras relações possíveis, representadas em uma visão tridimensional da paisagem associada aos elementos territoriais e seus atributos.

As figuras 33, 34, 35 e 36 apresentam, respectivamente, a escala metropolitana, a escala urbana e a escala interna, assim como a um exemplo de imagem – vista do centro da área do Assentamento (sede da fazenda).

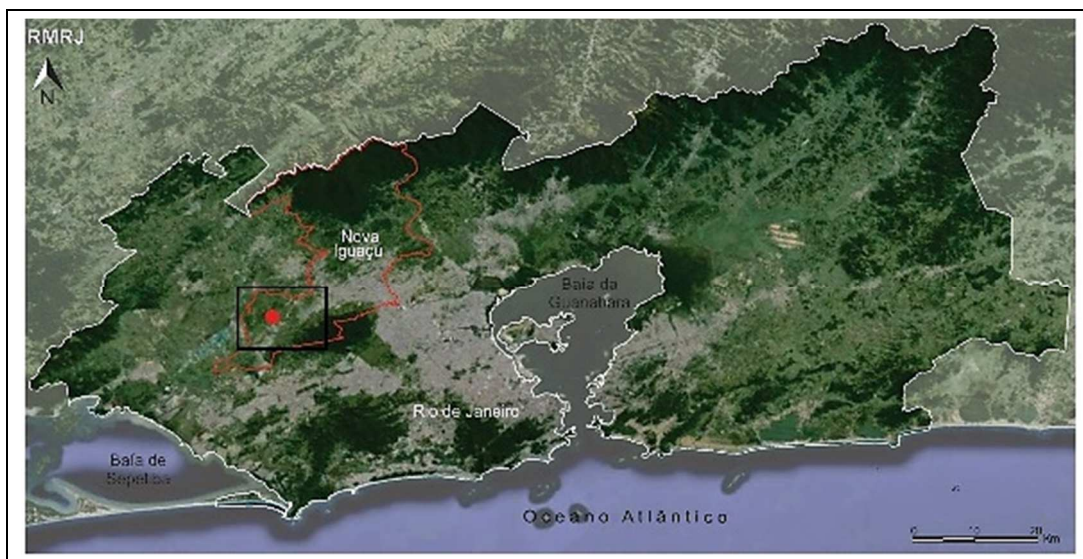


Figura 33 - Mapas-base da escala metropolitana de análise - RMRJ.
Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da Ceperj (2014) e Google Earth (2015).



Figura 34 - Mapas-base da escala urbana de análise - URG Cabuçu.
Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da Ceperj (2014) e Google Earth (2015).



Figura 35 - Mapas-base da escala interna de análise – área do Assentamento.
 Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da Ceperj (2014) e Google Earth (2015).



Figura 36 - Perspectiva visual da área do Assentamento.
 Fonte: acervo da autora (2015).

As bases cartográficas, utilizadas para a montagem dos recortes territoriais e imagens, foram obtidas através de levantamento de dados bibliográficos de diferentes fontes e escalas administrativas. Na escala local, alguns dados digitais de mapas foram disponibilizados pela prefeitura de Nova Iguaçu (NOVA IGUAÇU, 2015), em formato CAD e GIS, associadas à legislação da política urbana dessa escala administrativa, como os planos diretores municipais e seus diagnósticos (NOVA IGUAÇU, 2015, 2008, 2004 e 1997). Na escala metropolitana, foram correlacionados dados digitais de mapas de planos estratégicos desenvolvidos nessa escala territorial, associados à legislação, planos e programas governamentais do governo do estado do Rio de Janeiro (Emater-RIO, 2002; Iterj, 2016; INEA, 2015; Ceperj, 2014; e RIO DE

JANEIRO, 2017, 2016a, 2016b e 2009) e Governo Federal (INCRA, 2015; ANA, 2007; e IBGE, 2015). Além dessas referências, foram incorporadas informações gráficas de autores que descreveram o território nessas escalas, tais como Alentejano (2005) e Abreu (2013), associados a imagens atuais obtidas no Google Earth (2017).

Sobre essas bases cartografias, foram criados diagramas conceituais com as informações sobre as cartografias de análise da interface rural-urbana de Marapicu, destacando os diferentes elementos territoriais e seus atributos nas três escalas de análise do território. Tais diagramas serviram para representar de forma visual, simples e sintética os elementos destacados na escala de análise, a fim de expressar fisicamente onde se situam no contexto territorial. Esses diagramas permitiram uma representação ampla e interconectada das categorias de análise da interface rural-urbana de Marapicu, em suas diferentes formas de percepção do território, ressaltando as relações e interações entre rural e urbano.

3.1.4 Construção dos cenários

A construção de cenários visa explorar as múltiplas possibilidades de leitura da realidade levantada e analisada através da descrição das perspectivas dos agentes e das categorias de análise da interface rural-urbana. A ideia é contribuir para a ampliação da compreensão sobre as relações entre rural e urbano, as quais nem sempre são explícitas somente a partir dos procedimentos anteriores.

A proposta de cenários parte da abordagem metodológica proposta por Reyes (2015), sem que haja por finalidade a previsibilidade, mas, sim, o exercício de pensar em múltiplas formas possíveis para lidar com as incertezas do ambiente futuro. Esse autor propõe a construção de cenários no sentido de apresentar alternativas das expressões dos diferentes olhares, perspectivas, interesses e desejos existentes para uma mesma realidade social. No caso desta pesquisa, tais expressões foram explicitadas através das perspectivas dos agentes e das categorias de análise da interface rural-urbana no território.

Reyes (2015) explica que são diversas as formas de utilização de cenários, conforme distintas áreas, como o Design e o Planejamento Estratégico. No caso dessas áreas, normalmente os cenários são projetados e funcionam como um fim, mais voltados a um pensamento direcionado ao futuro desejado ou à meta esperada, diferentemente do que se pretende nesta pesquisa. A partir da proposta desse autor, busca-se utilizá-los como um meio, voltando-se mais aos efeitos do próprio método do que às noções de antecipação do futuro que dele provém.

Os cenários têm o papel de ampliar as perspectivas dos agentes em relação à realidade atual e prevista para o Assentamento Marapicu, a fim de apontar tensões e conflitos existentes – cenários possíveis. Dessa forma, tais cenários abrem a oportunidade de visualizar diferentes olhares sobre o presente e que estão em disputa e não um futuro idealizado e a ser conquistado (REYES, 2015). Nesse sentido, busca-se evidenciar os conflitos e as complementações, reconhecendo eventuais limitações em relação a novas mudanças. Portanto, o foco não é procurar evidências do que irá ou deverá acontecer, mas operar através de um conjunto de cenários que possam apontar diferenças, expor dissensos, produzindo um olhar crítico e reflexivo sobre o universo empírico analisado.

Por outro lado, a construção de cenários visa experimentações que possam desconstruir um aparente e, por vezes, suposto consenso presente. Conforme Reyes (2015), a ideia de prever um dado cenário depende do que estiver sendo explicitado nos diferentes cenários possíveis segundo os atores envolvidos no processo. Quando há apenas um cenário futuro previsto como meta a ser alcançada, normalmente foram poucas as vozes ouvidas para a sua construção. A noção de cenário, segundo esse autor, tem como objetivo enfrentar as situações complexas existentes no território, sobre as quais não existe clareza para visualizações futuras, funcionando mais como meio para explicitar tensões e conflitos. Os resultados desses cenários podem ser apropriados em processos de planejamento do território, visando, inclusive, melhorar as condições presentes. Como o território é pensado por múltiplas dimensões, os cenários possíveis são construídos de forma sobreposta, ambivalente, antagonica ou excludente ao mesmo tempo. O futuro, assim, não representa uma ocorrência de fato, mas gera imagens que podem reposicionar o presente para os envolvidos no processo, sendo possível, assim, a construção de diferentes cenários.

Não há uma síntese possível, mas uma diversidade de possibilidades futuras cujas ocorrências ainda não tinham sido pensadas ou ao menos explicitadas de forma consciente e reflexiva. A existência de cenários, no plural, os quais foram pensados se incluindo diferentes perspectivas, pode também contribuir para que os processos de tomada de decisão, na gestão e planejamento do território, se tornem mais democráticos – diferentemente do planejamento estratégico que vem sendo desenvolvido na construção de cenários futuros para as cidades atuais, projetados segundo interesses políticos e econômicos de quem detém o poder de decisão. São as múltiplas possibilidades de perspectiva, sobre uma mesma realidade, que interessam, incluindo sobreposições e coexistências de rural e de urbano e visando valorizar as contradições e as complementaridades apontadas. A proposta é o exercício de abordar o território diferentemente da lógica moderna, simplificadora e racionalista, a qual ainda vem sendo utilizada como base para o planejamento territorial, mas que não contempla toda a complexidade da realidade atual.

Infelizmente, os planos diretores, por exemplo, mesmo com a aplicação de métodos participativos na última década, seguem sendo desenvolvidos privilegiando mais, quando não unicamente, as perspectivas dos gestores públicos do que das comunidades envolvidas. O processo de construção de cenários possíveis sobre a interface rural-urbana de Marapicu, deste modo, busca abrir algumas possibilidades de mudança que ainda não foram apontadas nos planos e programas governamentais. As soluções propostas, até então, são simplificadas e redutoras, tanto em relação aos limites estabelecidos entre o espaço rural e urbano quanto em relação à priorização das questões urbanas em metas futuras.

A tentativa de múltiplas alternativas, através da construção de cenários possíveis, pode ser chave na busca de soluções para alguns conflitos existentes entre rural e urbano no território, bem como para a compreensão dessa interface em Marapicu. Os cenários contribuem não só para prospectar e analisar possibilidades, mas também podem auxiliar na obtenção de informações para possíveis tomadas de decisão futuras através do balanço entre o maior número de visões e as necessidades dos agentes envolvidos na produção do espaço. A exploração reflexiva de diferentes cenários possíveis, suas relações e cruzamentos, abrem novas possibilidades de representações de perspectivas que podem apontar para cenários futuros mais integrais e equilibrados entre os diferentes interesses.

O processo de construção de cenários parte do fato de que as teorias voltadas para a descrição do território são diversas e, por isso, não há uma teoria que contemple a complexidade da realidade. Dessa forma, pode-se gerar uma sobreposição de resultados, muitas vezes contraditórios, porém com abertura para possíveis caminhos analíticos. Por isso, a proposta de construção de diferentes cenários não busca soluções fechadas e nem deve ser vista como a busca de uma alternativa, pois, consiste no entrelaçamento entre diferentes perspectivas, as quais podem contribuir para uma solução a ser construída e/ou esclarecida, partindo justamente do confronto entre as particularidades de cada uma (REYES, 2015).

Assim, o método de construção dos cenários sobre a interface rural-urbana de Marapicu abrange a proposta de projetar por cenários, no plano concreto, as alternativas apontadas pela comunidade de assentados e pelos gestores públicos, buscando analisar suas perspectivas em relação ao território e aos aspectos da interface rural-urbana levantados. Cabe reforçar que aqui não há o objetivo de escolher um cenário ideal ou construir um cenário integral que contenha soluções para determinados problemas que foram então diagnosticados por esses agentes-chave, e sim, utilizá-los para a abertura da discussão sobre as distintas percepções, interesses e desejos representados em cenários possíveis.

A proposta de construção dos cenários, nesta pesquisa, passa a ser uma das formas de descrever um mesmo território a partir das perspectivas dos agentes sobre o que vem a ser rural e urbano para eles, associada aos elementos físicos da interface rural-urbana destacados nessas perspectivas. Como se verá mais adiante, por um lado, a comunidade

busca construir um cenário em que o território venha a ter um caráter mais rural, enquanto os gestores públicos tendem a construir um cenário de caráter mais urbano. A ideia não é escolher uma ou outra, mas abrir para a discussão sobre as diferentes visões e interesses muitas vezes conflitantes, os quais podem, ou não, ser contraditórios ou complementares, dependendo de como venham a ser apropriados em uma conversação entre as partes. Na sobreposição das propostas, chega-se a alguns apontamentos, ainda não explícitos, sobre as relações e interações entre rural e urbano para o caso do Assentamento Marapicu e seu entorno, abrindo margem para a discussão sobre suas interfaces e para futuros caminhos que possam a inserir no planejamento desse território.

Assim, foram construídos quatro cenários iniciais, de caráter antagônico entre ambos os agentes e entre as relações rural-urbana: Cenário 1 – Perspectiva Rural da Comunidade (PR-C); Cenário 2 – Perspectiva Urbana da Comunidade (PU-C); Cenário 3 – Perspectiva Rural dos Gestores (PR-G); e Cenário 4 – Perspectiva Urbana dos Gestores (PU-G). A construção desses cenários partiu de um novo gráfico de polaridades que contrapôs dois eixos relativos a: (i) Questões Rural-Urbano; e (ii) Perspectivas da Comunidade-Gestores, como mostra a figura 37.

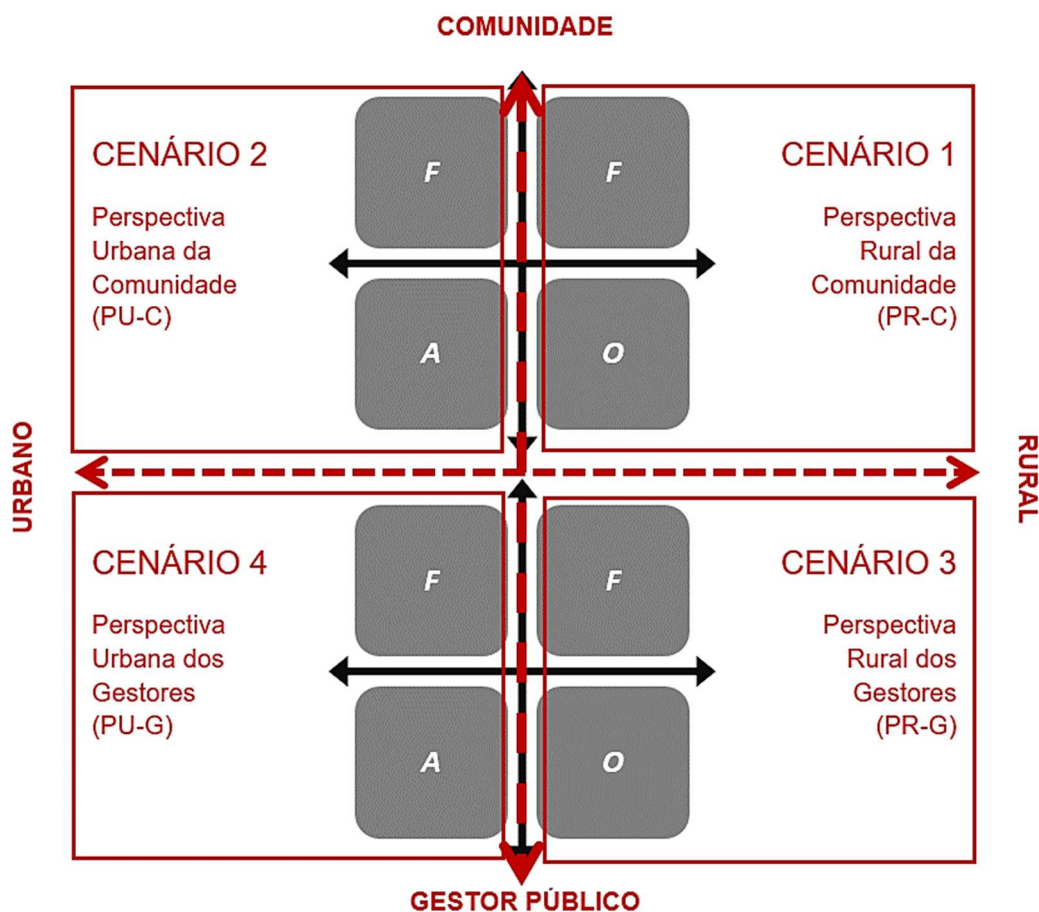


Figura 37 - Montagem do gráfico de polaridades dos cenários.

Para a montagem desse gráfico de polaridades, utilizou-se a associação dos pontos positivos (Fortalezas e Oportunidades) apontados por ambos os agentes às questões que

levariam a permanência da área do Assentamento como área rural, ou seja, a cenários mais rurais: os cenários 1 e 3. Por consequência, os pontos negativos (Fraquezas e Ameaças) foram associados às questões que apontavam o crescimento da área urbana sobre a área do Assentamento, a transformando em área urbana, ou seja, cenários de caráter mais urbano: os cenários 2 e 4. Esses cenários serviram para explicitar e ampliar as diferenças e semelhanças entre as perspectivas dos agentes, a fim de compreender as forças que configuram e movimentam a disputa entre ambos os eixos de polaridades. Dessa forma, tais cenários descrevem as relações dicotômicas entre rural e urbano apontadas pelos agentes.

Porém, a leitura de um cenário isoladamente tem pouco valor em si, o que gera uma necessidade de explorar novas correlações, tensionamentos e complementações possíveis (REYES, 2015). Por isso, a partir do gráfico de polaridades dos cenários iniciais, foram exploradas novas relações entre esses quatro cenários, conforme mostra a figura 38.

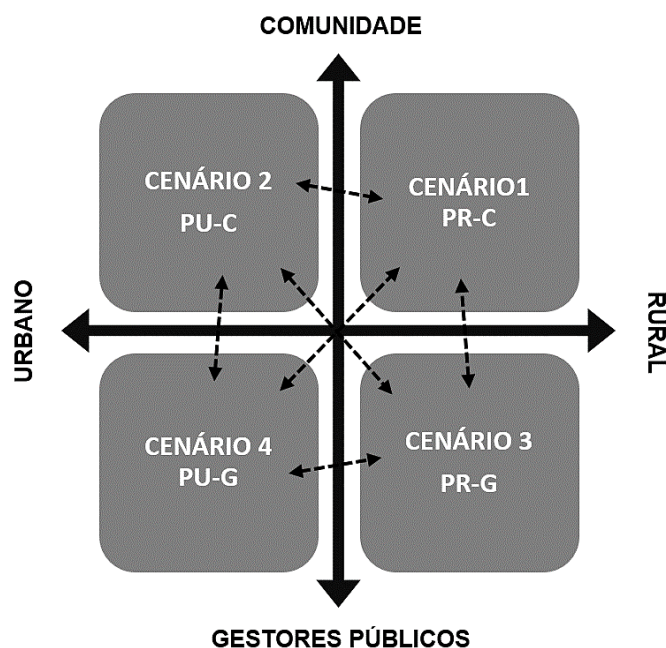


Figura 38 - Gráfico de Polaridades.

A partir da correlação desses cenários iniciais, foram criados outros seis cenários, totalizando dez cenários possíveis sobre a interface rural-urbana de Marapicu. Esses novos cenários não apresentaram apenas aspectos antagônicos entre rural e urbano e pode-se ampliar os diferentes níveis de interação e apontar caminhos para possíveis apontamentos sobre uma interface rural-urbana a partir das perspectivas e suas expressões no território pelas categorias de análise. Para uma melhor visualização de tais relações entre os cenários iniciais, a tabela 7 apresenta a matriz de cruzamento dos quatro cenários iniciais e a criação desses seis novos cenários.

Tabela 7 - Matriz de cruzamento dos cenários.

CENÁRIO	1 (PR-C)	2 (PU-C)	3 (PR-G)	4 (PU-G)
1 (PR-C)		Cenário 7	Cenário 5	Cenário 9
2 (PU-C)	Cenário 7 (PR-C + PU-C)		Cenário 10	Cenário 6
3 (PR-G)	Cenário 5 (PR-C + PR-G)	Cenário 10 (PU-C + PR-G)		Cenário 8
4 (PU-G)	Cenário 9 (PR-C + PU-G)	Cenário 6 (PU-C + PU-G)	Cenário 8 (PR-G + PU-G)	

Os seis novos cenários podem ser divididos em dois grupos, um que apresenta as relações entre rural e urbano de forma antagônica, como os cenários iniciais, e, outro, que apresenta questões rurais e urbanas coexistentes no território. O primeiro grupo corresponde às perspectivas rurais ou urbanas de ambos os agentes, como nos Cenário 5 (PR-C + PR-G) e 6 (PU-C + PU-G). O segundo grupo corresponde às perspectivas rurais e urbanas ao mesmo tempo, em cada um dos agentes, como nos Cenário 7 (PR-C + PU-C) e 8 (PR-G + PU-G), ou em ambos em conjunto, como nos Cenários 9 (PR-C + PU-C) e 10 (PU-C + PR-G).

A interpretação desses cenários consiste tanto no reconhecimento individual de cada um dos quatro cenários iniciais quanto em suas correlações possíveis. Todos são considerados importantes, no sentido de contribuir para organizar possíveis caminhos relativos ao território de análise, assim como para direcionar possíveis ações futuras, sem a necessidade de escolha entre um ou outro cenário (REYES, 2015). O objetivo é procurar identificar os campos de força complementares e conflituosos de acordo com cada agente e em conjunto sobre as relações e interações entre rural e urbano na área do Assentamento Marapicu e seu entorno.

Dentre esses dez cenários, foram selecionados três para serem descritos, os quais apresentaram tanto as relações mais antagônicas entre rural e urbano quanto as mais integradas do território, um Cenário Rural, um Cenário Urbano e um Cenário Rural-Urbano, respectivamente:

- **Cenário 1:** Perspectiva Rural da Comunidade (PR-C);
- **Cenário 4** - Perspectiva Urbana dos Gestores (PU-G); e
- **Cenário 9:** Perspectiva Rural-Urbana da Comunidade e dos Gestores (PR-C + PU-G).

Portanto, não serão analisados todos os cenários e, sim, somente esses três mais representativos. Cabe lembrar que os cenários são apenas projeções que apresentam as

incertezas e as imprevisibilidades apontadas pelos agentes em relação ao estudo de caso, vinculadas a diversas possibilidades de futuro. Cada cenário pode explicitar detalhes que, em um primeiro momento, poderia passar despercebido, enriquecendo, dessa forma, as inúmeras perspectivas apontadas. Além disso, os elementos físicos que expressam a interface rural-urbana no território, segundo as categorias de análise apresentadas, contribuem para representam as relações e interações entre rural e urbana explícitas no território.

Desse modo, a interface rural-urbana de Marapicu é apresentada, descrita e analisada segundo as perspectivas dos agentes, a partir de palavras-síntese que orientam os principais aspectos apontados. Além disso, são utilizadas as categorias de análise da interface rural-urbana, a partir dos elementos territoriais e seus atributos, referentes às relações e interações entre rural e urbano nas distintas escalas do território, como forma de expressar no território tais perspectivas rural, urbana e rural-urbana. Por fim, são apresentados de forma geral os dez cenários possíveis, construídos a partir dos cenários iniciais antagônicos entre rural e urbano, focando e descrevendo os três cenários mais representativos, a partir da integração entre as perspectivas dos agentes e as categorias da interface rural-urbana de Marapicu.

3.2 PERSPECTIVAS DOS AGENTES

As perspectivas dos agentes consistem na descrição dos pontos positivos e negativos apontados pela comunidade e pelos gestores públicos em relação à área do Assentamento Marapicu e seu entorno. Alguns desses pontos foram apontados como positivos e também como negativos, explicitando algumas das contradições e conflitos existentes nas perspectivas de cada um dos agentes e entre ambos. A figura 39 mostra o conjunto dessas palavras a partir do Gráfico FOFA, cujos eixos de cruzamento correspondem aos pontos negativos-positivos e aos aspectos internos-externos.

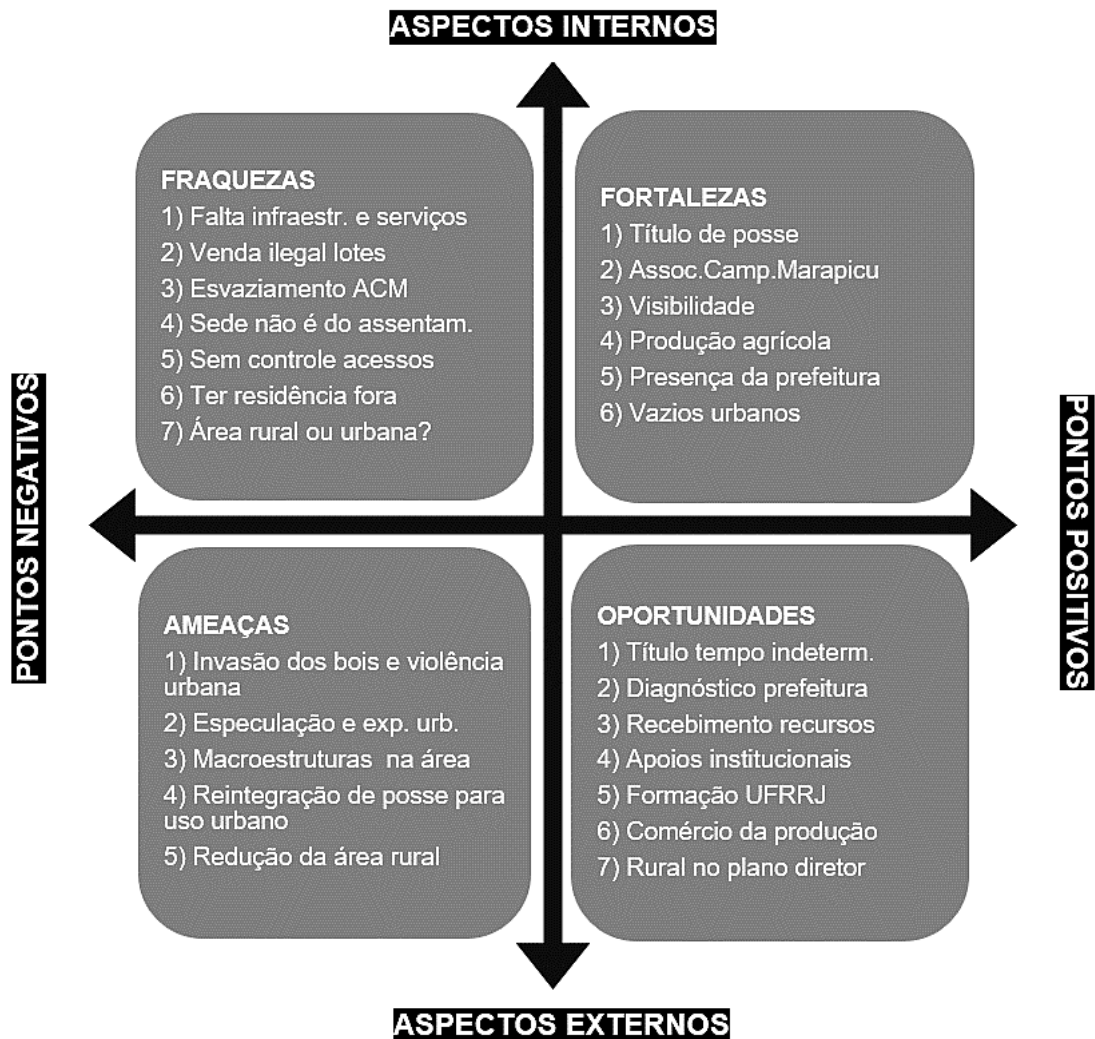


Figura 39 - Gráfico FOFA dos agentes.

Os pontos positivos foram relacionados às questões de Fortalezas e Oportunidades, representados em 13 palavras-chave (expressões-chave), seis relacionadas às Fortalezas e sete às Oportunidades. Os pontos negativos, por sua vez, foram relacionados às questões de Fraquezas e Ameaças, representados em 12 palavras: sete relacionadas às Fraquezas e cinco às Ameaças. Para a descrição desses pontos, são apresentados primeiramente os positivos de Fortalezas e Oportunidades e, depois, os negativos de Fraquezas e Ameaças.

3.2.1 Fortalezas

Os pontos positivos relacionados com às fortalezas do Assentamento e seu entorno são ao todo sete: (i) título de posse; (ii) Associação dos Camponeses de Marapicu – ACM; (iii) visibilidade; (iv) produção agrícola; (v) presença da prefeitura; e (vi) vazios urbanos.

(i) Título de posse

O título de posse consiste em uma das conquistas recentes da comunidade, depois de uma longa história de 27 anos (1985-2012). Ter o título distingue esse Assentamento dos demais assentamentos e acampamentos ainda não regularizados de Campo Alegre. Até 2012, Marapicu não era reconhecido pelo INCRA como assentamento da Reforma Agrária, pois estava ainda caracterizado como acampamento. Naquele ano, os agora assentados receberam a titulação de posse da terra e foram legalmente reconhecidos, estando esse sob responsabilidade do município – único na época, pois a maioria dos assentamentos são estaduais ou criados pelo governo federal.

Para os assentados, o fato de ser um assentamento rural consiste em uma de suas principais fortalezas, pois, segundo a Assentada 1, significa que eles têm uma organização sócio-política (ACM) e uma titulação da terra perante a lei. Um assentamento da Reforma Agrária pressupõe um coletivo de trabalhadores rurais do movimento social do campo, que têm o direito à posse da terra, de propriedade pública. No caso de Marapicu, a propriedade é do governo municipal. Porém, há uma ressalva apontada por essa assentada: “se a gente se comportar direitinho como assentado, seguiremos com o direito de ser um assentamento rural”, ou seja, se eles não se organizarem e não produzirem na terra, podem perder essa fortaleza. A partir do título de posse, a comunidade passa a ter direitos e deveres quanto ao cumprir o papel social da propriedade rural: a produção de alimentos. Além disso, essa produção deve seguir um modelo econômico e social baseado no uso consciente da terra para a subsistência e comercialização de excedentes, através da agricultura familiar.

Desde 2012, cada família tem um “Termo de Concessão de Direito Real de Uso” para cada lote, no qual há a ênfase no direito de uso e a ocupação do solo com a agricultura familiar. A Assentada 1 aponta que é obrigação da comunidade residir em caráter permanente no Assentamento, mantendo as reservas ambientais, recuperando encostas e conservando os canais e os imóveis. Além disso, ela também lembra que, desde a aquisição do título, qualquer obra no Assentamento deve ter autorização da prefeitura e que somente é permitido o uso residencial, sem haver desmembramento do imóvel.

O título de posse, para eles, além de ser um aspecto interno de fortaleza, também é apontado como um aspecto externo de oportunidade, uma vez que, a partir desse documento, eles passam a ter o direito de acessar recursos para o desenvolvimento do Assentamento, a partir do Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA)⁵⁸ do INCRA. Ao mesmo tempo, eles também relacionam o título a uma ameaça, visto que a possibilidade de perderem o direito de

⁵⁸ O PNRA é um programa do INCRA que a melhorar a distribuição da terra, para atender os princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção, a famílias assentadas.

serem assentados permanece. Conforme destaca a Assentada 1, eles seguem com esse direito “somente se eles se comportarem direitinho”, ou seja, se cumprirem com os preceitos estabelecidos por lei como um assentamento da Reforma Agrária, como, por exemplo, organização coletiva e produção agrícola com base na agricultura familiar.

Para os gestores públicos, o título consiste em uma fortaleza no sentido de facilitar o acesso aos recursos de direito, assim como às cobranças de apoio em relação à prefeitura, responsável pela área. Segundo o Gestor 1, os assentados podem, com esse documento, exigir seus direitos em relação aos serviços públicos e à infraestrutura tanto urbanos quanto rurais, pois estão próximos à área urbana. Além disso, ele aponta que podem exigir que a prefeitura mantenha a continuidade das atividades agrícolas pertinentes a um assentamento da Reforma Agrária, conforme o acordo realizado entre a Prefeitura, o INCRA e a CEF. Por isso, segundo ele, a Prefeitura vem buscando assumir a sua responsabilidade atualmente, investindo, em primeiro lugar, na atualização do levantamento cadastral e sócio-espacial do Assentamento, a fim de regularizar a situação fundiária de Marapicu.

Dessa forma, os gestores públicos também destacam que o título como uma das principais fortalezas do Assentamento, a partir da qual eles podem (re)iniciar o processo de desenvolvimento do Assentamento. Cabe ressaltar que, conforme comentado anteriormente, a manutenção do título de posse para Marapicu, como um assentamento da Reforma Agrária, depende da continuidade das atividades agrícolas via a agricultura familiar, de forma coletiva e representativa através da ACM. Isso significa que, se não seguirem dessa forma, eles perdem essa fortaleza, que também depende da Prefeitura, no sentido de auxiliar, dar apoio e suporte físico, de infraestrutura de estradas, serviços básicos de transporte, saúde e educação, entre outros.

(ii) Associação dos Camponeses de Marapicu -ACM

A ACM é uma das grandes fortalezas destacada pelos assentados, por ser a organização sociopolítica que representa e encaminha as decisões e os processos internos e externos do Assentamento. Para a Assentada 1, que é a atual Presidente da ACM e a acompanha desde a ocupação da terra, “se não fosse a ACM, o Assentamento não existiria”. Essa assentada destaca que foi devido a essa associação que eles conquistaram e seguem conquistando muitas coisas, tais como o retorno da área rural e o próprio título, bem como uma série de oportunidades perante as organizações governamentais e não-governamentais, justamente porque eles têm uma representatividade coletiva.

Devido ao fato de haver essa associação, eles conquistaram o título de posse do Assentamento. A partir do consentimento dessa associação, as famílias estão regularizando

a situação dos lotes considerando os critérios estabelecidos pelo INCRA⁵⁹. Para a Assentada 1, algumas das famílias que trocaram ou compraram os lotes ilegalmente podem se integrar como parte do “mutirão” (comunidade do Assentamento), desde que respeitem os objetivos de um assentamento da Reforma Agrária. Segundo o regulamento interno dessa associação, que segue o Regulamento Interno dos Coletivos de Campo Alegre⁶⁰, “a terra pertence ao mutirão, mas cada ocupante tem direito de usar um lote para si próprio e para sua família”. O lote não pode ser comprado, pois não pode ser propriedade de ninguém e, sim, do mutirão. Eles se referem a mutirão desde que ocuparam a área, passando a ser reconhecidos como assentamento desde o título.

Os assentados se organizam, desde 1985, quando da ocupação da terra, em uma organização comunitária, assim como os demais assentamentos da Reforma Agrária da região, denominada de “Mutirão de Marapicu” – nome até hoje referido à comunidade na região. Nesse ano, essa organização ocupou a área de uma antiga fazenda comprada pelo governo federal para fins de habitação social urbana através do BNH. Depois da extinção desse órgão, a área passou a ser da CEF. A partir de acordos institucionais entre gestões dos governos municipal e federal⁶¹, celebrados em 2012, a propriedade passou a ser da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, enquanto o INCRA é o responsável pela liberação de recursos do PNRA. A figura 40 mostra uma das reuniões da ACM realizadas em um dos lotes do Assentamento.



Figura 40 - Reunião da ACM em um dos lotes do Assentamento.
Fotos: acervo da autora (2015).

⁵⁹ A pessoa não pode ter renda familiar superior à três salários, ser funcionário público ou empresário, e nem proprietário de imóvel acima de um módulo rural do município, entre outras questões (INCRA (2015).

⁶⁰ Campo Alegre é o grande assentamento que foi dividido em sete regionais, ou sete mutirões, na época da ocupação em 1984-1985, dos quais Marapicu é uma parte, a única regularizada.

⁶¹ A CEF tinha dívidas de IPTU com o município e, assim, a propriedade da fazenda ocupada passou a ser do município, com o objetivo de ser um assentamento rural municipal, com o apoio do INCRA.

Desde a ocupação, a ACM representa os assentados de Marapicu nas instâncias externas ao Assentamento, reunindo as informações históricas e legais. A forma de participação, formação e organização de cada mutirão (também dita regional) de Campo Alegre segue o “Regimento Interno dos Coletivos”. A comunidade de Marapicu, seguindo esse regimento, se reúne mensalmente para discutir os problemas e encaminhar decisões, com registros em Ata desde então. Além das reuniões dessa associação, eles participam das reuniões de outras organizações que desenvolvem programas, projetos ou prestam assistência técnica, como a Emater-RIO, a CPT, o Iterj, o INCRA e, mais recentemente (após a titulação), a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu.

Frente a ocorrência de ações de violência no lote coletivo, tais como assaltos e incêndios, a comunidade decidiu realizar as reuniões mensais da ACM em outro lote situado próximo ao lote coletivo. Essas ações de violências passaram a ocorrer desde 2002, contribuindo para que a maioria das famílias não pernoitasse mais em seus lotes. Como alternativa, as famílias adquiriram ou alugaram uma residência fora da área do Assentamento, nos loteamentos urbanos populares situados próximos – explicado mais adiante no item 3.2.3 (Fraquezas). No final de 2016, porém, essa situação mudou, pois, as reuniões da ACM voltaram a ser no lote coletivo. A figura 41 mostra uma das reuniões realizadas em 2016 no lote coletivo.



Figura 41 - Reunião da ACM no lote coletivo do Assentamento.
Fotos: acervo da autora (2016).

Conforme a Assentada 1, eles não têm mais se reunido mensalmente com todos os integrantes da comunidade, participando apenas componentes da diretoria, que se reúnem na casa dela, na Vila Aliança. As reuniões com todos são eventuais, ocorrendo no lote coletivo, visando uma otimização do tempo e uma seleção de pautas, sendo estas mais gerais para a reunião com todos e mais específicas com alguns.

De qualquer forma, para os gestores públicos, a ACM corresponde a um ponto negativo de fraqueza do Assentamento (descrito mais a diante), pois essa associação vem sofrendo uma paulatina desarticulação e um esvaziamento tanto em função da violência quanto do desinteresse pelo processo coletivo de organização. Essa é uma das questões fundamentais para a continuidade do Assentamento com a qual a comunidade vem tentando lidar.

(iii) Visibilidade

A visibilidade foi apontada como fortaleza e relacionada ao fato de Marapicu ser um dos assentamentos mais antigos do Estado. Para os assentados, conforme destaca o Assentado 3, “ser antigo dá mais visibilidade” e isso é uma fortaleza para eles, pois têm muitos parceiros institucionais⁶² que desenvolvem trabalhos e pesquisas. Esse assentado, que é um dos poucos jovens atuantes na ACM, relaciona à visibilidade que tiveram nas últimas três décadas de história de luta do Assentamento às dificuldades e conquistas dos assentados, as quais buscaram constantemente ser divulgadas em diferentes meios. Nesse sentido, a visibilidade é também uma fortaleza que eles sempre buscaram como estratégia para serem reconhecidos e alcançarem os objetivos que tinham em vista.

Além disso, também tiveram uma visibilidade na escala estadual e federal, pois Marapicu foi uma das primeiras ocupações no estado no Rio de Janeiro e um dos primeiros assentamentos municipais do País. A ocupação da terra foi uma das primeiras conquistas, reconhecida em 1985, um ano depois da ocupação da regional Mato Grosso, a primeira de Campo Alegre. Posteriormente, em 2008, ocorreu uma segunda conquista lembrada pelos assentados: o retorno do espaço rural no plano diretor do Município, que havia sido extinto por onze anos (1997-2008). A última, mais recente, refere-se a própria titularidade da terra, iniciada em 2012. Em todos esses processos, a comunidade buscava apoio de parceiros locais (CPT, Emater-RIO), órgãos governamentais responsáveis pelos assentamentos (INCRA e Iterj), além da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu. Nesse sentido, houve diversas mobilizações que deram visibilidade para o Assentamento, conhecido por grande parte da população municipal.

Cabe destacar ainda que, na escala interna, a comunidade busca ter uma visibilidade também através das feiras, que ocorrem no centro da cidade, como a Feira da Roça que ocorre semanalmente na Praça Rui Barbosa e no Largo da Prefeitura. Nessa Feira, eles comercializam a produção agrícola, se organizam como movimento social do campo e,

⁶² Referente a alguns órgãos governamentais, como o Iterj e a Emater-RIO, e não-governamentais, como a CPT e a AS-PTA.

também, fazem protestos e manifestações na cidade. A figura 42 mostra uma imagem dessa Feira no centro da cidade.



Figura 42 - Feira da Roça na Praça Rui Barbosa.
Foto: acervo da autora (2014).

Quando Marapicu foi regularizado oficialmente, em 2012, como um assentamento da Reforma Agrária, foi estabelecido como uma modalidade de PAM perante o INCRA, ou seja, um empreendimento público executado pelo governo municipal do qual as famílias se tornam beneficiárias do Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) e têm o direito de acessar os direitos básicos estabelecidos por esse Programa. Essa situação singular possibilitou uma participação maior dos assentados nas distintas escalas governamentais, pois a maioria das propriedades dos assentamentos do País é de responsabilidade dos governos estadual ou federal.

Cabe lembrar que a regularização só foi possível porque os assentados de Marapicu se articularam e mobilizaram outros grupos sociais de Nova Iguaçu, cuja população era considerada rural até 1997, com o objetivo de, depois de onze anos de extinção (1997-2008), voltar a ser área rural reconhecida e legitimada no Plano Diretor Municipal. O destaque alcançado por Marapicu passou a ser uma referência de possibilidade para os demais assentamentos da Reforma Agrária do Estado, principalmente situados na RMRJ. Isso, porque, dado o crescimento da expansão urbana metropolitana, nos últimos trinta anos, e o fomento à transformação da área rural em área urbana, a maioria dos municípios metropolitanos retirou a área rural de seus planos diretores.

Para os gestores públicos, o Assentamento tem um destaque por ser o único assentamento municipal de Nova Iguaçu, bem como pelo fato de ser situado próximo ao centro do Município. Segundo o Gestor 1, “a cidade é perto do Assentamento”, facilitando a

interlocução com o governo municipal, bem como a cobrança da responsabilidade da Prefeitura sobre o desenvolvimento do Assentamento. Esse gestor exemplifica o fato dos assentados terem participado da revisão do plano diretor do Município e pelo apoio que eles receberam de alguns órgãos municipais. Isso foi possível, segundo ele, pela proximidade que tinham com o meio urbano, em que se situa o centro do poder político. Conforme destacam os gestores públicos, os assentados apropriaram-se e atuam em processos sócio-políticos locais, tais como o Conselho de Políticas Públicas e o CMDR de Nova Iguaçu – ambos realizados no centro da cidade.

Marapicu fica a vinte quilômetros do centro da cidade, através da Rodovia RJ-105 (Avenida Abílio Augusto Távora), principal rodovia da URG Cabuçu. A partir da Vila Aliança, loteamento popular onde mora a maioria dos assentados, há linhas de ônibus que levam diretamente ao centro em aproximadamente quarenta minutos de deslocamento. Essa localização corresponde a uma fortaleza e também a uma oportunidade, no sentido de propiciar aos assentados a possibilidade de estarem com frequência em eventos e espaços sociopolíticos importantes. Isso facilita a cobrança de responsabilidade do Município e a comunicação com os responsáveis, sendo possível a reivindicação dos direitos que tem enquanto um assentamento de caráter municipal.

(iv) Produção agrícola

A produção agrícola também foi apontada como uma das principais fortalezas, pois é justamente o que os identifica Marapicu como um assentamento rural. “A produção”, como os assentados se referem, representa para eles sua principal bandeira como movimento social do campo perante os órgãos governamentais e as políticas públicas a esses associados. Desde a ocupação, garantir a produção de alimentos esteve sempre entre os principais objetivos para a permanência das famílias acampadas, hoje, famílias assentadas. A Assentada 1 explica que Marapicu já teve muito mais produção do que hoje em dia, mas ressalta que “há ainda muita produção de quiabo, aipim, feijão de corda, entre outros”. Outros assentados destacam, também, a produção de cana-de-açúcar como uma das atuais produções, sendo comercializada na rede de lanchonetes do Município.

Além disso, outro ponto relacionado à produção e destacado pela Assentada 2, refere-se a um grupo de assentados que tem interesse e conhecimento para trabalhar com as sementes crioulas através de um banco de sementes coletivas que pertença à ACM. Nesse caso, seria uma fortaleza em processo. A figura 43 mostra os assentados trabalhando em seus cultivos para a produção agrícola, ou como eles se referem, em suas “roças”.



Figura 43 - Produção agrícola dos assentados.
Foto: Coelho (2015).

Atualmente, a maioria dos assentados produz em seus lotes inclusive como forma de estratégia de permanência na terra, ou seja, para seguirem como assentados rurais da Reforma Agrária. Segundo a Assentada 1, “quem não trabalha na agricultura, tem criação de gado, como os pecuaristas de fora”, referindo-se aos que compraram os lotes e que os usam para esse fim. Ou seja, mesmo quem não é assentado também produz, fazendo com que haja produção no Assentamento.

São poucos os assentados que têm criação de gado. De fato, a relação entre gado e produção agrícola também é apontada como ponto negativo, pois o primeiro está associado à invasão do boi, bem como à produção e às dificuldades e problemas que eles têm para produzir. Ambas (invasão e dificuldade) são descritas pelos assentados como fraquezas, fazendo com que tenham a preocupação de afirmar constantemente que há produção no Assentamento, pois, se não houver, podem ser retirados da área por não cumprirem com as prerrogativas mínimas necessárias para serem considerados assentados da Reforma Agrária, representando tal possibilidade uma ameaça. De qualquer forma, independente dos processos de titulação, regularização fundiária, violência urbana e precariedade de recursos, os assentados de Marapicu seguem produzindo para sua subsistência e para o comércio nas feiras do Município.

Os gestores públicos destacam que a produção corresponde a uma fortaleza dos assentados que, inclusive, justificou o retorno da área rural no Município na revisão do plano diretor de 2008 e viabilizou a titulação de posse do Assentamento. Segundo o Gestor 1, o retorno da área rural não incomodou a Prefeitura. Pelo contrário, ele ressalta que, a área rural continuará sendo reconhecida como tal no plano diretor, condicionada ao fato de haver produção. Assim, a produção é uma das questões fundamentais que os agentes destacam tanto pelo fato de ser um dos elementos, que caracterizam o Assentamento como tal, quanto

pelo fato de ser um meio de subsistência das famílias, seja pelo consumo ou pelo comércio dos produtos.

(v) Presença da Prefeitura

O fato da Prefeitura estar, atualmente, mais presente no Assentamento, principalmente nas reuniões da ACM, foi um dos pontos positivos relacionado à fortaleza do Assentamento para os assentados. Isso passou a ser mais frequente a partir de 2016, quando a Prefeitura iniciou um trabalho de levantamento da situação fundiária na área a fim de promover ações de regularização da terra através da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária. Para alguns assentados, esse processo significa que “a Prefeitura está a nosso favor”. Até então, segundo relatos de alguns deles, houve diversos momentos em que os gestores públicos estiveram contra o Assentamento, no sentido de não concordarem com a permanência da área rural no Município ou, então, simplesmente desconsiderando suas reivindicações e mesmo sua existência como tal.

Paradoxalmente, a atuação da Prefeitura representa um ponto positivo interno de fortaleza, por um lado, e externo de oportunidade (traduzidos no "apoio" que vem sendo conquistado pelos assentados junto à última gestão municipal), assim como um ponto negativo externo como uma potencial ameaça. Em parte, isso se deve ao fato de que, para os assentados, a partir desse diagnóstico realizado pela Prefeitura, parte da área do Assentamento passou a ser considerada como irregular através dos lotes vendidos, podendo esta realizar ações de reintegração de posse desses mesmos lotes. Se, por um lado, tal possibilidade de reintegração pode gerar novas oportunidades para outros assentados que queiram se unir a Marapicu, por outro, tais lotes podem ser transformados em área urbana voltada à habitação social, dado o déficit habitacional existente no Município. Isso, conforme eles, não depende dos assentados e, sim, do interesse da própria Prefeitura em apoiar ou não suas demandas e necessidades. Nesse sentido, o apoio da Prefeitura representa um aspecto mais externo positivo ou negativo, uma oportunidade ou uma ameaça, respectivamente.

Para os gestores públicos, a presença da Prefeitura está mais associada a uma oportunidade que os assentados têm, no sentido de potencializar as ações de apoio legais provenientes dessa escala administrativa. Além disso, essa presença por si só representa o reconhecimento da área rural do Município, a qual deverá se manter como tal nas próximas revisões do plano diretor. A manutenção da área também foi associada indiretamente a uma das fortalezas do Assentamento, na perspectiva dos gestores públicos, devido ao seu reconhecimento perante o plano diretor, desde a última revisão em 2008. Segundo o Gestor 1, o reconhecimento legal das áreas rurais, em conjunto com as áreas ambientais existentes na URG Cabuçu, compreende um aspecto fundamental para a presença do Assentamento na região, mantendo-o como área rural.

(vi) Vazios urbanos

Os vazios urbanos presentes na URG Cabuçu foram relacionados a uma fortaleza para o Assentamento, na perspectiva dos gestores públicos, em um sentido mais amplo do território. Segundo o Gestor 1, há ainda muitos vazios urbanos para o crescimento da expansão urbana. Esse gestor aponta que, antes de haver uma pressão para o crescimento da expansão urbana sobre a área do Assentamento, é provável que esses vazios urbanos sejam ocupados, principalmente os vazios urbanos que correspondem aos loteamentos urbanos aprovados na região. Por isso, o fato de haver vazios urbanos na região se torna uma fortaleza indireta que o Assentamento tem em seu entorno.

Cabe mencionar que na URG Cabuçu, atualmente, há 98 loteamentos aprovados ou em aprovação na Prefeitura, segundo o Gestor 1, os quais correspondem à 49,66% da área dessa URG, praticamente à metade da área total. Tais loteamentos representam cerca de 78% da área urbana da região, ou seja, existe um montante significativo de área já aprovada para ser ocupada. Dessa forma, os vazios urbanos a serem ocupados preservam, de certa forma, as áreas rurais existentes, como o caso de Marapicu. A figura 44 apresenta os limites da área do Assentamento em relação aos loteamentos aprovados na área urbana dessa URG, destacando alguns de maior extensão.

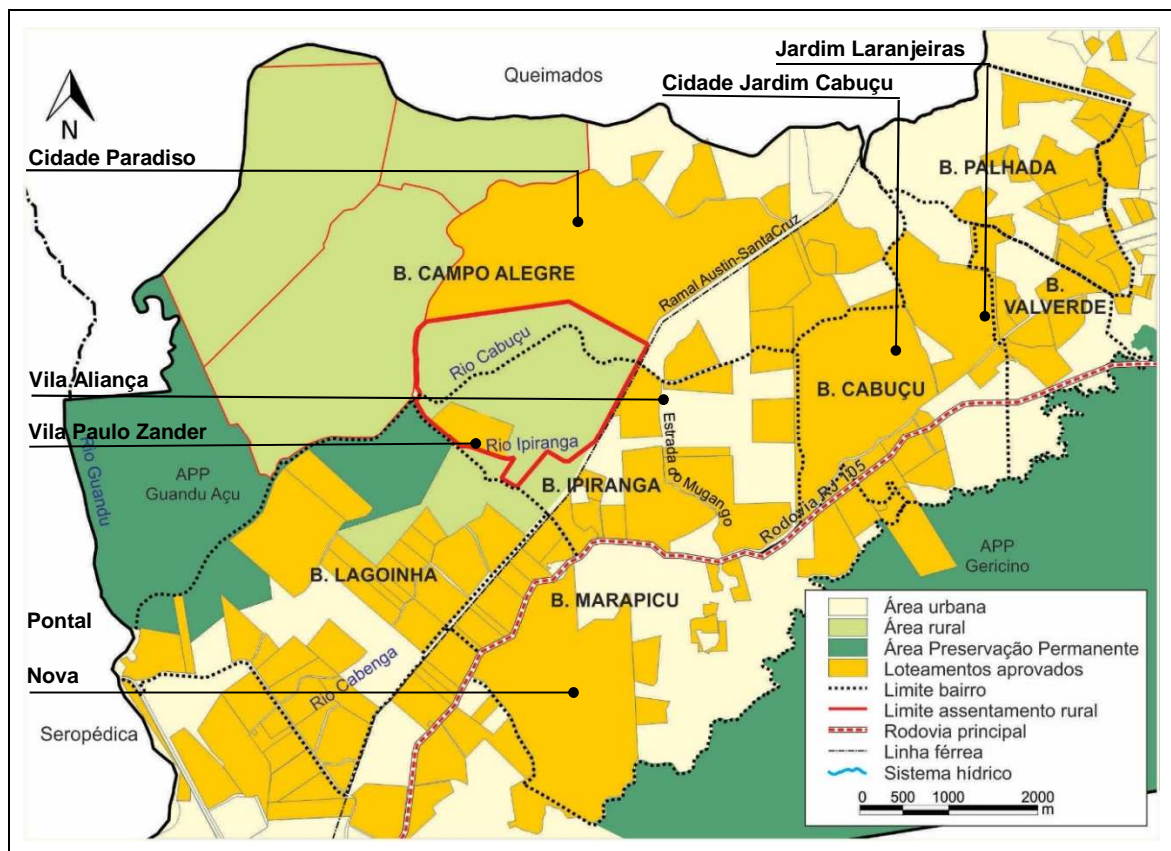


Figura 44 - Assentamento Marapicu e loteamentos urbanos aprovados.
Fonte: elaborado pela autora a partir de dados de Nova Iguaçu (2015).

Dentre os loteamentos aprovados, há alguns que são situados em áreas rurais e de preservação, dado os conflitos de delimitação existente entre áreas urbanas e rurais, assim

como urbanas e ambientais. No caso da área do Assentamento (área rural), há um loteamento aprovado, denominado Vila Paulo Zander, que, conforme o Gestor 1, foi aprovado anteriormente à ocupação da fazenda pelos agricultores, ou seja, antes de 1985. Na realidade, não há nada construído nesse local, pois é hoje legalmente parte de Marapicu, ou seja, área urbana, passando a ser um loteamento irregular após 2012, depois da titulação de posse. Há outras situações de loteamentos aprovados em áreas ambientais, como em parte da APP Guandu, também correspondendo em loteamento irregular.

Os demais loteamentos destacados na figura 44 são os de maior dimensão dentro da URG Cabuçu, tais como: Cidade Paradiso, Cidade Jardim Cabuçu, Jardim Laranjeiras e Portal Nova Iguaçu. São áreas que têm entre 122ha, como o Jardim Laranjeiras, e 460ha, como o Cidade Paradiso (divisa norte do Assentamento). Cabe destacar que, em relação às denominações desses loteamentos, há três com nome de “cidade”, visando uma diferenciação entre a realidade irregular da maioria dos loteamentos populares existentes e a realidade pretendida com novos loteamentos. Um dos principais exemplos é o Cidade Paradiso, antiga fazenda rural transformada no maior loteamento urbano da URG, que tinha como premissa dar uma nova proposta de ocupação à região, aprovado como um novo bairro, o qual representaria uma "nova cidade" com um padrão de ocupação mais organizado, planejado e regularizado.

Quando houve a revisão do plano diretor em 2008, retornando a área rural ao planejamento do território municipal, a área dessa fazenda ficou definida como urbana, prevendo esse empreendimento, posteriormente aprovado em 2012. Porém, na realidade, apenas uma parte do empreendimento foi construído até agora, restando boa parte da área de reflorestamento, cuja densidade é rarefeita, ou seja, um grande vazio urbano a ser ocupado ao lado do Assentamento.

Por um lado, os vazios urbanos dos loteamentos aprovados podem ser uma fortaleza, mesmo que indireta da região, o que fortalece o Assentamento como tal. Mas, por outro, não há uma garantia de que essas áreas não venham a ter uma destinação que prejudique os assentados, pois o custo da propriedade rural é proporcionalmente muito menor que a propriedade urbana. Nesse sentido e considerando a forma histórica de ocupação irregular na região, através de loteamentos populares, a especulação imobiliária acaba atuando nos limites entre as áreas urbana e rural, através da compra de áreas, construções irregulares e posterior requerimento de regularização fundiária, o que gera, por consequência, a ampliação do perímetro urbano.

Cabe mencionar que a presença de vazios urbanos consiste em uma fortaleza sob a ótica da ocupação regular do território, considerando a fiscalização da Prefeitura, mas não

garante que ocorra a ocupação de áreas rurais, como ocorreu e segue ocorrendo na região. Além disso, a ideia de vazio está associada ao espaço urbano, sob o ponto de vista da cidade, posto que, no caso do espaço rural, esse vazio teria outro caráter. Para a cidade, o que está vazio é o espaço não ocupado pelas atividades urbanas de comércio, serviço, residência, etc., ao passo que, para o campo, tais vazios seriam fundamentais para as atividades rurais ou mesmo para a preservação ambiental. As áreas ambientais situadas próximas ou lindeiras à área do Assentamento, por exemplo, contribuem para preservação dos limites impostos pela pressão imobiliária sobre essa área, favorecendo a manutenção do Assentamento na região. Dessa forma, a ideia de vazio é relativa, mas, na perspectiva dos gestores, como fortaleza do Assentamento, foi associada à ideia de vazio urbano.

3.2.2 Oportunidades

Os pontos positivos relacionados às oportunidades do Assentamento e seu entorno são ao todo seis: (i) título por tempo indeterminado; (ii) diagnóstico da prefeitura; (iii) recebimento de recursos; (iv) apoios de parceiros; (v) formação da UFRRJ; (vi) comércio da produção.

(i) Título de posse por tempo indeterminado

O título de posse, como oportunidade, refere-se ao fato dos assentados terem o direito de acessar os recursos e apoios institucionais por um longo tempo, pois o tempo de direito à posse está definido como “indeterminado” no título. A partir desse documento, os assentados puderam finalmente receber do INCRA o primeiro recurso que os assentamentos da Reforma Agrária recebem para a sua instalação. Para eles, segundo a Assentada 1, esse tempo depende deles “se comportarem direitinho”, ou seja, produzir através da agricultura familiar, podendo ser um tempo estendido de geração para geração. Por isso, o direito a posse, agora regularizado, é visto como oportunidade de permanecerem na terra por um longo período, podendo usufruir desse direito por uma vida inteira e, assim, passar aos seus filhos, desde que cumpram as prerrogativas legais necessárias para serem considerados assentados.

De acordo com a Assentada 1, o procurador responsável pela elaboração do documento de posse entendeu que esse tempo corresponde a duas ou três gerações, considerando 30 anos cada. O título passará de geração a geração, com os mesmos propósitos, deveres e direitos. Ela argumenta que, conforme o “termo de concessão real de uso do lote”, tal concessão é dada por sucessão (de pai para filho), devendo, porém, ter continuidade o uso dos lotes para produção agrícola familiar. Os assentados envolvidos com a ACM vêm buscando trabalhar para a garantia desse direito através do fortalecimento e continuidade da organização coletiva dos assentados, bem como por meio do incentivo à produção agrícola na área do Assentamento.

Cabe mencionar que, nesse termo, os lotes do Assentamento estavam situados em um “assentamento habitacional denominado ‘Fazenda Marapicu’, no bairro Marapicu, Nova Iguaçu, RJ”. No documento, a inserção da denominação “rural” foi feita posteriormente ao título, pois não constava no Termo de Concessão Real de Uso do Lote. Isso porque o processo de titulação foi iniciado no período em que estava sendo revisado o plano diretor, em 2008, quando estavam discutindo a reinserção da área rural no plano diretor do Município. Através da ACM, os assentados conseguiram modificar esse termo e inserir a palavra rural logo após a palavra habitacional, ficando definido o Assentamento como habitacional e rural.

O fato de estar associado à denominação habitacional, de acordo com a Assentada 1, deve-se ao fato da Prefeitura, na época, tentar um “Financiamento Habitacional e Rural” para as 92 famílias do Assentamento, através do Programa Minha Casa, Minha Vida Rural (MCMV Rural)⁶³. Porém, devido à falta de regularização fundiária e de documentos das famílias, isso não chegou a ter continuidade. Essa assentada destaca, também, que, para a comunidade, o foco maior estava mais voltado para a produção do que para a habitação, pois a condição de titularidade dependia do fato das famílias cumprirem com os preceitos estabelecidos por lei, os quais pressupõem a organização coletiva (ACM) e a produção agrícola com base na agricultura familiar.

O tempo indeterminado também gera alguns receios na comunidade. O Assentado 5 relata que eles não têm “a segurança de verem suas árvores crescerem”⁶⁴, justificando o fato de alguns de seus filhos não estarem seguindo o mesmo caminho. Assim, a indeterminação do tempo de direito ao Assentamento pode significar muitos ou poucos anos, dependendo de várias questões, o que torna também um risco de perderem o título. Por outro lado, tal incerteza funciona também como motivação para que os assentados se organizem no sentido de fazer cumprir as exigências legais a que estão submetidos para se manter na área e, com isso, garantir a própria reprodução social como agricultores familiares transmitindo a posse da terra para a geração seguinte. Por isso, a Assentada 1 argumenta diversas vezes que é “o bom ou o mau comportamento” que pode tirar eles da terra, ou seja, usar ou não usar a terra de acordo com “função social da propriedade rural”, destacando que “o dever é produzir na terra”.

Assim, a questão de ter um título de posse por tempo indeterminado, na perspectiva dos assentados, é apontada tanto como um ponto positivo de oportunidade quanto como um

⁶³ O Programa Minha Casa Minha Vida também foi criado para atender a habitação rural, através da Lei 11.977/2009, visando possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente.

⁶⁴ Para eles, a árvore é sinal de posse efetiva, pois ela, por ser algo que ultrapassa gerações, permanece junto da família e dos percalços que essa vive.

ponto negativo de ameaça em relação à perda do direito de ser um assentado rural da Reforma Agrária.

(ii) Diagnóstico da prefeitura

O diagnóstico da Prefeitura foi apontado por ambos os agentes como uma oportunidade para o Assentamento, relativo a um levantamento sobre a situação fundiária e social atual de sua área voltado à regularização fundiária dos lotes. A Prefeitura começou a desenvolver esse levantamento em 2016 através da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária. A partir de então, os técnicos dessa Secretaria vêm participando das reuniões mensais da ACM e vêm iniciando o processo de recadastramento das pessoas responsáveis por cada lote. Em conjunto com esse recadastramento, a Prefeitura também vem desenvolvendo um trabalho de mapeamento das atividades agrícolas desenvolvidas nos lotes do assentamento.

Para os assentados, esse diagnóstico, por um lado, representa a contribuição do poder público municipal no sentido de auxiliar a resolver alguns de seus conflitos internos, como a venda ilegal de lotes. Mas, por outro, tal diagnóstico implica também a exposição e o enfrentamento interno de tais conflitos, podendo se tornar uma ameaça para a comunidade, visto que alguns daqueles que possuem lotes em Marapicu podem vir a sofrer processos de reintegração de posse pela Prefeitura e essa, por sua vez, transformar seus lotes em área urbana para fins de habitação de interesse social.

Para os gestores públicos, esse diagnóstico passou a ser realizado após uma vistoria em um dos lotes, no qual ocorreu uma venda ilegal e uma tentativa de parcelamento do solo para fins de loteamento urbano (descrito mais adiante em fraquezas, no ponto “venda ilegal de lotes”). Segundo o Gestor 1, que realizou essa vistoria, após essa constatação, a Prefeitura decidiu fazer uma sobre a situação fundiária da área pelo fato dela ser a responsável pelo PAM. O objetivo desse diagnóstico, conforme esse gestor aponta, é averiguar a situação atual dos lotes em relação às questões de venda, troca, divisões internas, abandono, entre outras. Além disso, o diagnóstico também pretende atualizar os dados sobre a situação socioeconômica das famílias e os atuais responsáveis por cada lote, verificando se as premissas necessárias para ser um assentamento da Reforma Agrária estão sendo atendidas.

Para tanto, conforme o Gestor 2, a Prefeitura está desenvolvendo uma cartografia do local e um cadastro socioeconômico atualizados. Nesse cadastro, além de averiguar quem são os responsáveis pelos lotes, também serão verificadas quais são as atividades desenvolvidas, incluindo a produção agrícola, pecuária ou de outro tipo. Esse trabalho visa, segundo ele, conferir o que está sendo produzido no Assentamento e de que forma, além de levantar o perfil de uso e ocupação. Esse gestor aponta que os dados atualizados deverão

ser entregues na SEMA para o controle e para a gestão de recursos e insumos a serem destinados posteriormente ao assentamento pela Prefeitura ou outro órgão institucional, como o INCRA. A Prefeitura, desse modo, também estará disponibilizando os dados para o INCRA, que, segundo ele, já havia iniciado um trabalho correlato, mas está agora aguardando esse trabalho da Prefeitura para não haver conflito de informações. Dessa forma, as duas instâncias administrativas (municipal e federal) ficarão com as mesmas informações, facilitando os futuros trabalhos de ambas as instâncias sobre o Assentamento e as famílias assentadas.

Cabe mencionar que, conforme os gestores, esse diagnóstico se deve, em parte, pela constante pressão dos assentados, que cobram da Prefeitura as ações de vistoria, acesso a recursos, etc., por ser a responsável pelo PAM, conforme acordo realizado entre o INCRA e a CEF. Os gestores destacam ainda que, com os dados atualizados, os assentados poderão acessar recursos importantes para o desenvolvimento do Assentamento, como o Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA), entre outros. Além disso, esse trabalho também servirá tanto para a regularização fundiária dos lotes quanto para a regularização socioeconômica das famílias assentadas, pois muitos responsáveis pelos lotes já faleceram desde a ocupação em 1985. Conforme o Gestor 2, em alguns casos de falecimento, os descendentes acabaram vendendo, trocando ou sendo os próprios responsáveis pelos lotes, como deveria ser, mas até hoje essa situação não está regularizada.

Assim, esse diagnóstico foi apontado como uma oportunidade que poderá potencializar, por um lado, as ações de apoio legais da Prefeitura, assim como outras instituições governamentais que trabalhem com o Assentamento. Porém, por outro lado, conforme foi mencionado anteriormente, também pode ser uma ameaça à redução da área do Assentamento, visto que grande parte dos lotes foi vendido e os mesmos podem sofrer processos de integração de posse e se tornarem áreas urbanas.

(iii) Recebimento de recursos

O recebimento de recursos, principalmente os do PNRA via o INCRA, foi apontado como uma das principais oportunidades que o Assentamento passou a ter, principalmente após a titulação de posse há cinco anos, desde o início da regularização dos lotes familiares em 2012.

Para a comunidade, até agora, os assentados relatam que não receberam tais recursos porque algumas situações internas de famílias assentadas ainda não estão regularizadas, como o caso da atualização de documentos das pessoas responsáveis pelos lotes. Algumas pessoas já faleceram e seus filhos seguiram como responsáveis, mas nem todos estão atuantes na ACM, outros venderam o lote ilegalmente. De acordo com a

Assentada 1, há também uma dificuldade para acessar tais recursos, pois eles necessitam do trabalho da SEMA, que seria a responsável por eles perante o INCRA. Por isso, segundo ela, eles mesmos estão providenciando a reunião da documentação através da ACM, levando-as diretamente ao INCRA, com o aval dessa Secretaria. Dessa forma, é possível que possam acessar o primeiro recurso do PNRA, relativo à instalação do Assentamento. Esse recurso representa um valor inicial que cada família recebe para investir na produção agrícola.

Outra oportunidade que os recursos do INCRA representam é o fato de inserirem novas famílias ao grupo do assentamento e, conseqüentemente a ACM, a exemplo das famílias que trocaram ou compraram os lotes dentro do assentamento, desde que queiram e possam ser consideradas como assentados da Reforma Agrária, de acordo com os preceitos do INCRA e a aprovação da ACM. A Assentada 1 aponta que há famílias que estão buscando se regularizar, inclusive algumas já o fizeram. Também relata que algumas famílias que moravam nas áreas do entorno da fazenda quando esta havia sido ocupada não chegaram a sair e que algumas desejam ser regularizadas como assentadas. Se nada se alterar, no médio prazo, essas situações devem ser regularizadas a partir do diagnóstico realizado pela Prefeitura, iniciado em 2016.

Por outro lado, para os gestores públicos, apesar de ter havido poucos avanços no sentido de desenvolvimento da comunidade, segundo relata o Gestor 1, os assentados chegaram a receber alguns insumos de 2015 até agora, tanto da Prefeitura quanto do INCRA, bem como demais instituições de assistência técnica (Emater-RIO, Iterj, CPT e AS-PTA).

A Prefeitura, por exemplo, recentemente comprou tratores e maquinários para serem utilizados nos assentamentos da área rural do Município. Porém, no caso de Marapicu, a ACM seria a responsável pelo trator na URG Cabuçu, mas recusou o benefício porque não tinha um local apropriado e seguro para guardar o trator⁶⁵. Segundo o Gestor 2, desde a titulação, a cobrança dos assentados perante a Prefeitura aumentou, ampliando as oportunidades reais e legais para o recebimento de insumos, principalmente votados ao escoamento da produção. Cabe destacar que tais posturas e cobranças são uma das fortalezas características dos assentados, os quais seus direitos e um maior empenho do órgão executivo responsável por tais insumos.

Outro ponto destacado pelos gestores foi o apoio que a Prefeitura dá em relação à disponibilização de um espaço no centro da Cidade e no largo em frente à Prefeitura para que os assentados possam vender suas produções em feiras (Feira da Roça). Além disso, o Gestor 1 acrescenta que cabe a Prefeitura estudar como os produtores rurais podem ter acesso a financiamentos federais tanto para a produção quanto para a habitação, citando o Programa Minha Casa, Minha Vida Rural (MCMV Rural). Nesse sentido, a moradia estaria

⁶⁵ A ACM recusou porque teve uma experiência anterior que foi negativa por questões de roubo, depreciações e falta de manutenção no lote coletivo.

associada aos insumos recebidos, potencializando o vínculo das pessoas com a área do Assentamento.

(iv) Apoio de parceiros

Além do INCRA, também atuam junto às famílias assentadas alguns órgãos governamentais e não governamentais denominados como "parceiros", como o caso da Emater-RIO, do Iterj, da CPT e da AS-PTA. Através desses, a comunidade tem acesso às oportunidades para a obtenção de informações, recursos humanos e financeiros.

A Emater-RIO, segundo os assentados, sempre foi uma das apoiadoras do Assentamento desde a ocupação de terras na década de oitenta. Um dos principais apoios recebidos, através desse órgão de assistência técnica, foi de recursos provenientes do Programa Microbacias⁶⁶, o qual os auxiliou, nos anos 1990, em uma primeira edição do Programa, sendo um dos únicos recursos institucionais que tiveram desde a ocupação. Recentemente, em 2016, houve a segunda edição do Programa, auxiliando algumas famílias a receberem recursos à fundo perdido⁶⁷, destinados à aquisição de maquinários e à qualificação das áreas produtivas e ambientais das áreas rurais situadas em cada lote.

O Iterj também é apontado pela comunidade de Marapicu como um parceiro governamental, no sentido de estar presente nas reuniões da ACM, orientando algumas ações, auxiliando em questões fundiárias pertinentes aos assentamentos do estado do Rio de Janeiro, prestando assistência técnica, promovendo e realizando cursos (motorista de trator, capacitação volta à agricultura, etc.).

Assim como a Emater-RIO, a CPT, que apoia o Assentamento desde a ocupação da terra em 1985, está normalmente presente na maior parte dos eventos e reuniões da ACM, representada por uma das assentadas de Marapicu, a Assentada 2, que faz um papel de intercomunicação entre a CPT e o Assentamento. Para ela, que é uma jovem assentada e estudante, a CPT tem sido uma ponte entre os assentamentos do Rio de Janeiro e também entre estes e os demais estados, buscando resgatar e fortalecer a história da "luta pela terra na Baixada Fluminense". Além disso, conforme essa assentada, a CPT também promove e contribui com a "educação do campo", através das feiras (como a Feira de Sementes) e eventos de formação (como o da Romaria da Terra e das Águas⁶⁸). As figuras 45 e 46 mostram alguns dos eventos promovidos pelos parceiros do Assentamento. A figura 45 corresponde à reunião da segunda edição do Programa de Microbacias da Emater-RIO, realizada em uma

⁶⁶ O Programa de Microbacias é parte Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas, que visa a melhoria da qualidade de vida no campo, conciliando a questão da renda do produtor rural com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

⁶⁷ Os recursos a fundo perdido são créditos recebidos que não precisam ser devolvidos a fonte.

⁶⁸ As romarias são marchas simbólicas, de caráter ecumênico, organizadas pela CPT. A Romaria da Terra e das Águas foi uma das romarias que ocorreu no estado do Rio de Janeiro em 2016, cuja preparação contou com cursos de formação, acompanhados pela pesquisadora.

capela na entrada do Assentamento, na qual houve a presença massiva dos assentados e do Iterj, e a figura 46 corresponde à Feira de Sementes de Nova Iguaçu, no pátio da Catedral da cidade em 2015.



Figura 45 -Reunião do Programa de Microbacias da Emater-RIO.
Fotos: acervo da autora (2016).



Figura 46 - Feira de Sementes de Nova Iguaçu.
Foto: acervo da autora (2015).

No que diz respeito à formação e educação, outra oportunidade citada pela comunidade é a Escolinha de Agroecologia, uma das formações promovidas pela CPT, em parceria com a Emater-RIO, em que os assentados têm a oportunidade de ter contato, construir e ampliar seus conhecimentos sobre a produção agrícola associada à agroecologia. A Feira de Sementes consiste em um evento de exposição e encontro de agricultores de Nova Iguaçu, principalmente os envolvidos com a Escolinha de Agroecologia, que acontece no pátio central da Catedral de Santo Antônio. As romarias são marchas simbólicas, de caráter ecumênico, também anuais e, em 2016, aconteceu no Município de Campos dos Goytacaz –

região nordeste do Estado, onde estão os atuais conflitos de terra envolvendo assentamentos. Como preparação para tal evento, são realizadas formações no Centro de Formação da Pastoral da Terra, com a presença de professores, assentados rurais e colaboradores. A figura 47 mostra um dos encontros de formação para a romaria de 2016.



Figura 47 - Formação para a Romaria da CPT.
Foto: acervo da autora (2016).

Assim como a CPT, a AS-PTA também é considerada pela comunidade como uma forte parceira, a qual, até 2015, realizou alguns projetos em alguns dos lotes do Assentamento através dos programas de criação de abelhas, de agroflorestas e de fitoterápicos (ervas medicinais). Esses projetos foram encerrados em 2015 devido ao corte de recursos provenientes de financiamentos da Petrobrás.

O apoio de parceiros para os assentados tem sido fundamental para a permanência da comunidade na área do Assentamento, tanto por abrirem uma série de oportunidades de acesso a recursos, eventos e cursos de formação, quanto para a produção agrícola e fortalecimento do grupo. A figura 48 mostra a construção de um viveiro de mudas no lote coletivo, realizados pelos assentados em parceria com a AS-PTA.



Figura 48 - Viveiro de mudas e criação de abelhas construídos pela AS-PTA.
Foto: acervo da autora (2014).

(i) Formação da UFRRJ

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), localizada em Seropédica, Município vizinho à Nova Iguaçu, é outra das oportunidades que a comunidade destaca como formação e educação voltada ao campo. Em Marapicu, dois dos jovens mais atuantes do Assentamento (Assentados 2 e 3) fizeram respectivamente o curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEC)⁶⁹ e Residência Agrária⁷⁰, ambos com bolsas de estudo, o que viabilizou seu deslocamento e estadia no Campus Universitário. A figura 49 mostra o prédio da Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da UFRRJ, onde foi realizado o curso e ocorre a residência para os estudantes assentados.

Os Assentados 2 e 3 estão entre os poucos jovens que participam da ACM e também representam os parceiros do movimento social do campo, como o MST e a CPT. A comunidade destaca que os cursos realizados na UFRRJ são as oportunidades que eles têm para que os poucos jovens assentados busquem seguir na área de Agricultura e/ou Educação do Campo, fortalecendo o Assentamento como assentamento da Reforma Agrária.

⁶⁹ A LEC é um curso da UFRRJ destinado a formar professores para atuarem nas escolas do campo, localizadas em assentamentos rurais da reforma agrária e outras áreas de produção agrícola familiar.

⁷⁰ A Residência Agrária é um curso de especialização direcionado a jovens da reforma agrária e profissionais envolvidas com os movimentos sociais do campo que visam trabalhar com a Educação no Campo, oferecida por algumas universidades federais, como a UFRRJ, em parceria com o MST e, no caso do Rio de Janeiro, com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).



Figura 49 - Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA)/ UFRRJ.
Foto: acervo da autora (2015).

(i) Comércio da produção

O comércio da produção agrícola do Assentamento foi apontado por ambos os agentes como pontos positivos relativos a oportunidades, destacando as Feiras da Roça, o Programa Nacional de Alimentação Escolar e algumas possibilidades de comércio no entorno da área do Assentamento. Essa oportunidade está relacionada tanto a uma questão de geração de renda extra, como a uma afirmação do Assentamento enquanto espaço social produtivo.

A questão da comercialização é um aspecto positivo externo associado a um aspecto positivo interno que é a produção agrícola (fortaleza). Ambos são fundamentais para o reconhecimento do Assentamento ou para a sua “visibilidade”, como os assentados se referem. A comercialização da produção consiste em uma das rendas mensais que as famílias assentadas de Marapicu têm, pois, além de produzirem para a subsistência, também recebem benefícios sociais do governo federal, como a aposentadoria rural (LOAS). Além disso, a Feira da Roça também representa uma oportunidade para os assentados serem vistos no espaço da Cidade, além de ser um dos principais espaços de comercialização e de encontros e reuniões com os demais assentamentos do Município.

A Feira da Roça é organizada pela AFRNI, reunindo assentados e agricultores do Município, semanalmente, em uma das principais praças da cidade, a Praça Rui Barbosa, e também no largo de acesso à Prefeitura Municipal. A primeira edição da Feira foi em 2005, quando da inauguração do Conselho de Agricultura do Município. Mas, já em 2006, a Feira passa a ocorrer em uma das principais praças da cidade, onde está localizada até hoje. A Feira representa uma oportunidade de resistência do movimento social do campo em Nova Iguaçu, sendo que, mesmo durante o período em que a área rural foi “extinta” do Plano Diretor

Municipal, entre 1997 e 2008, seguiu acontecendo. Apesar de enfrentar alguns problemas, conseguiram resistir e seguir com a realização da Feira, tornando-se um dos pontos citados pelos assentados como forma de afirmar a relevância da produção rural no Município. A figura 50 mostra imagens dessa Feira na Praça Rui Barbosa e no largo da Prefeitura Municipal, no centro da Cidade.



Figura 50 - Feira da Roça na Praça Rui Barbosa.
Foto: acervo da autora (2014).

O Programa de Alimentação Escolar (PAE/RJ) é considerado uma oportunidade ainda não acessada, mas prevista pela comunidade. Esse Programa foi implantado no estado do Rio de Janeiro, em 2013, vinculado ao programa nacional, cujo objetivo é de que 30% da alimentação escolar seja proveniente da agricultura familiar (BRASIL, 2009). Os assentados explicam que ainda é difícil acessar esse Programa porque exige uma maior organização visando garantir uma oferta e comercialização contínuas de produtos agrícolas e com uma quantidade que eles ainda não dispõem. De qualquer forma, esse Programa é para eles um dos objetivos almejados para o futuro do Assentamento, pois viabiliza recursos constantes e ainda vem ao encontro dos princípios relativos à agroecologia – um dos aspectos que esperam alcançar para que sua produção alimentar seja de qualidade e de baixo impacto ambiental.

Cabe mencionar ainda que, segundo o Assentado 3, outra forma de comercialização são as vendas que as famílias fazem aos atravessadores, os quais vão até o assentamento e negociam os valores dos produtos. Nesse caso, há alguns conflitos, como relatado por esse Assentado, pois os atravessadores nunca compram pelo preço que os agricultores querem vender, ou seja, nem sempre vale a pena para a comunidade, economicamente falando. Esses atravessadores são considerados uma ameaça à produção com preço justo.

Além disso, os gestores públicos também apontaram alguns locais situados no entorno da área do Assentamento, os quais poderiam ser futuros locais de comércio da produção agrícola das famílias assentadas, como o caso do Cidade Paradiso. Esse loteamento, segundo destaca o Gestor 1, foi aprovado como um novo bairro da região e tinha como uma de suas propostas a integração com o entorno. Uma dessas propostas, segundo ele, era a de ser um mercado consumidor de produtos da área rural lindeira: Marapicu e demais regionais de Campo Alegre, abrindo a oportunidade para que os assentados pudessem comercializar seus produtos com pouco deslocamento. Conforme o Gestor 3, esse empreendimento visa implementar uma “nova cidade” dentro de Nova Iguaçu, projetada de forma organizada e em oposição ao padrão de crescimento desordenado do Município como um todo e principalmente da região de Cabuçu.

Dentre os setores previstos para esse empreendimento, no setor comercial, de acordo com o Gestor 1, a Prefeitura poderia colocar um local de venda dos produtos dos assentamentos. Ele explica que essa questão, inclusive, foi uma das pautas da audiência pública realizada sobre a aprovação do empreendimento. Na ocasião, fora apresentada a ideia de se criar uma cooperativa entre os produtores rurais da região, a qual seria a responsável pelo comércio dos produtos no Cidade Paradiso. Com isso, esse novo bairro teria um caráter autossustentável, sendo uma referência para a região. Porém, essa possibilidade não garante que esse local realmente seja uma oportunidade de comércio dos produtos do Assentamento.

Cabe mencionar que, até agora, somente a parte das habitações populares unifamiliares no setor residencial desse empreendimento foi construída, no caso, através do PMCMV, próxima à área de clube (Clube Paradiso), no setor de lazer. Conforme o Gestor 1, os demais setores – comercial, industrial, de preservação (parque), de logística (rodoviária e heliporto), bem como a parte de habitação multifamiliar do setor residencial – ainda não foram comercializados. A ideia de comércio no entorno do Assentamento é uma oportunidade futura quando o setor comercial for construído.

(iv) Rural no Plano Diretor

O fato de haver, novamente, o espaço rural no Plano Diretor do Município de Nova Iguaçu, dado o fato deste ter sido retirado por onze anos (Plano Diretor anterior – 1997-2008), foi apontado como uma das oportunidades relacionadas ao Assentamento, principalmente pelos gestores públicos. Segundo o Gestor 1, a Prefeitura precisa estudar melhor a legislação federal, em relação aos financiamentos para a área rural, a fim de incorporar políticas públicas que integrem o desenvolvimento rural e urbano no Município.

Conforme o Gestor 3, as atividades rurais consistem em uma oportunidade inclusive para o Município, pois contribuem com a geração de empregos e com a redução do custo logístico da produção. Para ele, a área rural tem no planejamento do território um papel importante de contenção da expansão urbana. Ele destaca que não é possível comparar uma refinaria de petróleo com um assentamento rural, mas ambos são importantes e devem ser consideradas como atividades nos planos diretores locais e metropolitanos, como o Plano Diretor Estratégico Metropolitano da RMRJ.

Além disso, ele aponta ainda a necessidade de se reconhecer possibilidades de atividades de cunho rural-urbana, sugerindo que, em áreas rurais situadas próxima à área urbana, seja possível haver produção na área rural e moradia na área urbana. Cabe destacar que, nesse caso, a situação não estaria voltada aos assentamentos da Reforma Agrária, os quais pressupõem as atividades de moradia e produção em conjunto e de forma coletiva. Além disso, esse Gestor também sugere locais que tenham como característica ser um centro de apoio às atividades de produção. Conforme ele, essa sede, na escala metropolitana, poderia ter uma subprefeitura, reunindo pequenos serviços bancários e comércios, como um pequeno centro de baixa densidade.

Em relação à gestão financeira, para o Gestor 3 deveria-se investir na arrecadação de impostos para um fundo rural voltado à produção de alimentos, ou seja, aplicado às áreas rurais. Para ele, os impostos arrecadados na área rural deveriam ser do Município, o qual é o responsável pelo planejamento do território e também é quem disponibiliza os serviços básicos e infraestrutura nas áreas rurais. Ele comenta que o fato de arrecadar tanto o ITR quanto o IPTU poderia agregar valor para uma melhor produção agrícola, respectivamente, para a escala do município e também para a escala metropolitana. Um exemplo existente apontado por ele é a iniciativa da merenda escolar ser proveniente de produtos orgânicos e agroecológicos, o que abre oportunidades para o investimento na produção das áreas rurais, visando um planejamento autossustentável no próprio território.

A economia deveria estar mais integrada no planejamento do território, segundo o Gestor 3, incluindo as questões das áreas rurais, assim como já se faz com as áreas ambientais. Para ele, as áreas rurais já têm um papel de amortecimento das áreas ambientais e isso deveria justificar alguns valores agregados, além da produção de alimentos. Para isso, ele destaca que o Estado deveria investir na investigação do potencial produtivo das terras e na regularização fundiária nas áreas rurais, em conjunto com os recursos naturais. Nesse sentido, esse gestor faz uma correlação entre o “ICMS verde” existente na RMRJ e a criação de “ICMS Rural”. Ele explica que os municípios que têm mais áreas ambientais não podem ocupar e usar o seu território como os outros e, por isso, recebem recursos dos demais para manter os recursos naturais importantes na região metropolitana. Essa mesma lógica,

segundo ele, poderia ser aplicada aos municípios que tenham mais área rural, os quais estariam produzindo alimentos para os demais. Se essas questões econômicas estivessem atreladas ao plano diretor municipal e metropolitano, seria uma grande oportunidade para o Assentamento.

3.2.3 Fraquezas

Os pontos negativos relacionados às fraquezas do Assentamento e seu entorno são ao todo sete: (i) falta de infraestrutura e serviços; (ii) venda ilegal de lotes; (iii) esvaziamento da ACM; (iv) sede não é do Assentamento; (v) falta de controle de acesso; (vi) ter residência fora; e (vi) área rural ou urbana.

(i) Falta de infraestrutura e serviços

A falta de infraestrutura e serviços básicos foi apontada como uma das principais fraquezas do Assentamento, principalmente pela comunidade. A falta de água atinge diretamente a produção agrícola das famílias, sendo o principal problema levantado em todas as reuniões da ACM, sobretudo quando há a participação de instituições parceiras, mesmo que a pauta da reunião não seja sobre a água ou que algum projeto a ser desenvolvido não contemple recursos para resolver a questão. Em uma reunião com a AS-PTA sobre os recebimentos de sementes, por exemplo, os assentados destacam que eles não têm como pensar em sementes sem têm água. Por isso, conforme destaca o Assentado 5, “o governo ou os técnicos do INCRA não podem exigir que eles plantem”, destacando o medo de não cumprirem o dever de produzir no Assentamento.

Em relação ao abastecimento de água, as famílias utilizam a água dos rios que cruzam a área do Assentamento tanto para o consumo quanto para a produção agrícola do lote. Os dois rios que cruzam a área, o Cabuçu e o Ipiranga, estão poluídos, com água imprópria para o consumo. Por não haver rede de abastecimento de água, a água utilizada pelas famílias provém, mesmo assim, desses dois rios e de alguns poços rasos em situação precária. Conforme o Assentado 3, os poucos poços existentes estão com pouca água e, por falta de alternativa, eles acabam tendo que usar a água dos rios, os quais recebem os resíduos sólidos de loteamentos urbanos próximos, de alta densidade, situados a montante do Assentamento. A figura 51 mostra as águas turvas do Rio Cabuçu e os resíduos plásticos suspensos nas árvores da margem.

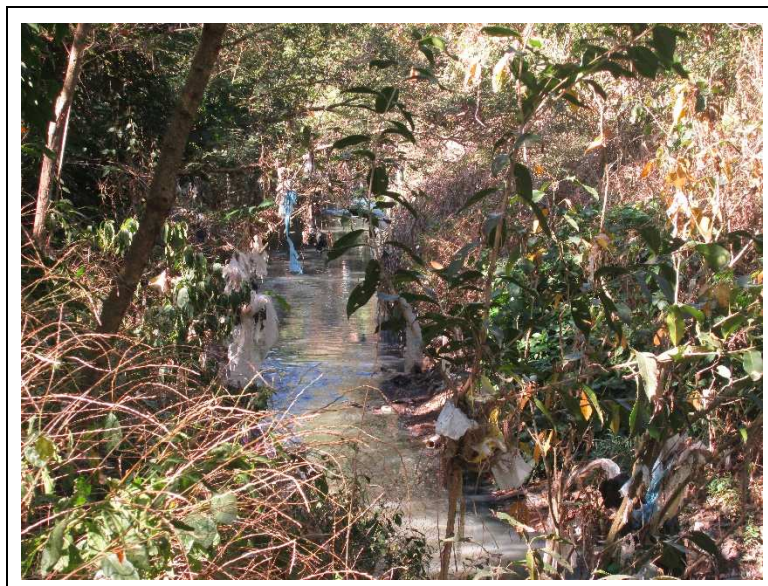


Figura 51 - Rio Cabuçu dentro da área do Assentamento.
Foto: acervo da autora (2015).

A falta de infraestrutura diz respeito à inexistência ou à precariedade de estradas e redes de abastecimento de energia elétrica e água potável, enquanto, a falta de serviços básicos, à inexistência de posto de saúde, escolas e transporte público dentro da área do Assentamento e seu entorno. Segundo a Assentada 1, tais questões são constantemente reivindicadas pela comunidade à Prefeitura, que se compromete em resolver, principalmente em épocas eleitorais, e ainda nada foi providenciado. Tais questões acabam prejudicando as atividades agrícolas, bem como a permanência das famílias no Assentamento, as quais buscam alternativas de moradia e oportunidades fora da área.

Em relação à falta de uma rede de abastecimento de água, conforme o Assentado 4, “isso não deveria ocorrer porque há uma boa rede de abastecimento de água que cruza a área do Assentamento, mas que não tem ligação interna porque pertence à Petrobrás”. Por um lado, existem macroestruturas da escala regional-metropolitana de água, luz e também gás, como os dutos da Petrobrás que cruzam a área do Assentamento, porém, tais estruturas não abastecem as famílias assentadas. Há, nesse caso, um conflito entre a escala do território municipal e metropolitano. Cabe mencionar que, na realidade, a água que abastece toda RMRJ provém dos rios da Bacia do rio Guandu, dos quais os rios Cabuçu e Ipiranga fazem parte. Essa água é tratada na Estação de Tratamento de Água (ETA) da Companhia de Águas e Esgotos (Cedae), que fica a aproximadamente 12km do Assentamento, na divisa entre os municípios de Nova Iguaçu e Seropédica. Porém, apenas 10% da água tratada captada é consumida pela população local que vive na Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, onde está inserido o Assentamento.

O mesmo ocorre com o abastecimento de gás e energia elétrica, respectivamente, precário e inexistente. O abastecimento de gás não existe no Assentamento, mas a

comunidade ressalta o fato de haver eixos com dutos da Petrobrás que cruzam a área do Assentamento e que acabaram se tornando uma das estradas internas, a Alameda da Petrobrás. De acordo com o Assentado 3, a rede de abastecimento de energia elétrica existente é muito precária e nem todos os lotes são atendidos. Ao mesmo tempo, também há um eixo de linhas para a transmissão de energia elétrica de alta tensão da concessionária de energia elétrica do estado do RJ, a Light, área da qual não é possível utilizar para o plantio. A comunidade reclama que os eixos de estruturas de água e luz cruzam a área do Assentamento, impedindo que eles possam usar uma faixa de terra ao longo dos eixos para o plantio, e, ao mesmo tempo, eles não podem usufruir dos mesmos.

Em relação às estradas internas, os assentados também reclamam constantemente da falta de infraestrutura e da situação precária das mesmas. Segundo eles, as estradas ficam praticamente intransitáveis em dias de chuva, prejudicando o deslocamento interno, principalmente as que estão situadas no centro do Assentamento, pois as cotas de nível são mais baixas. Nesses dias, as pessoas da comunidade buscam amenizar a situação realizando elas alguma manutenção, mas ainda assim a circulação de veículos é dificultada devido aos buracos que são criados no meio das vias. Segundo elas, as estradas situadas na área norte, diferentemente das estradas mais centrais, por estarem em uma cota de nível mais alta, acabam não sendo tão prejudicadas em dias de chuva. Porém, a comunidade aponta que nenhuma estrada recebe manutenção adequada, pois não tem pavimentação e nem canalização para o escoamento pluvial, o que gera tais situações, conforme mostra a figura 52.



Figura 52 - Vias internas precárias dentro do Assentamento.
Foto: acervo da autora (2014).

Em relação à falta de serviços básicos, os assentados apontam que não há uma escola e nem posto de saúde dentro do Assentamento, assim como não há transporte público, principalmente escolar. Cabe mencionar que alguns assentamentos contam com uma escola rural, a exemplo de Campo Alegre⁷¹. Conforme a Assentada 2, a falta de transporte público prejudica o acesso das crianças em idade escolar, que acabam indo a pé ou de bicicleta. Porém, segundo ela, em dias de chuva torna-se inviável o percurso até a escola devido à precariedade das vias internas. A Assentada 1 comentou que eles chegaram a ter um atendimento médico frequente no lote coletivo, antes de iniciarem as ações de violência dentro do Assentamento (2002) – explicado mais adiante no item c) Fraquezas. Essa assentada destaca que um posto de saúde e uma escola são serviços básicos que eles vislumbram como ideais no lote coletivo. Ela aponta que os assentamentos regularizados podem acessar recursos para tais demandas nas distintas esferas de governo, tais como escolas no âmbito municipal e estadual e saúde e infraestrutura no âmbito municipal.

As faltas de água, de infraestrutura e de serviços básicos, além de serem uma fraqueza, também estão relacionados a uma ameaça para os assentados, no sentido de acabarem tendo que sair para morar fora da área do Assentamento ou mesmo não poderem produzir, inviabilizando o PAM.

(ii) Venda ilegal de lotes

A venda ilegal de lotes do Assentamento para fins de loteamento irregular ou especulação imobiliária é outra fraqueza destacada por ambos os agentes. Os assentados relatam que algumas famílias sofrem uma pressão imobiliária para venderem seus lotes, mesmo que de forma ilegal, pois não poderiam fazê-lo por terem o direito apenas a posse e uso da terra. Conforme relatos, essa situação vem ocorrendo desde a ocupação, principalmente devido à falta de recursos e investimentos, assim como à desvalorização do espaço rural no Município, durante o período em que o mesmo foi retirado do Plano Diretor, entre 1997 e 2008. A figura 53 mostra a atual situação fundiária dos lotes que estão regulares ou irregulares.

⁷¹ Na regional de Mato Grosso (Campo Alegre) situa-se a Escola de Campo Alegre, que é uma escola rural, onde fica, inclusive, o núcleo do MST em Nova Iguaçu.

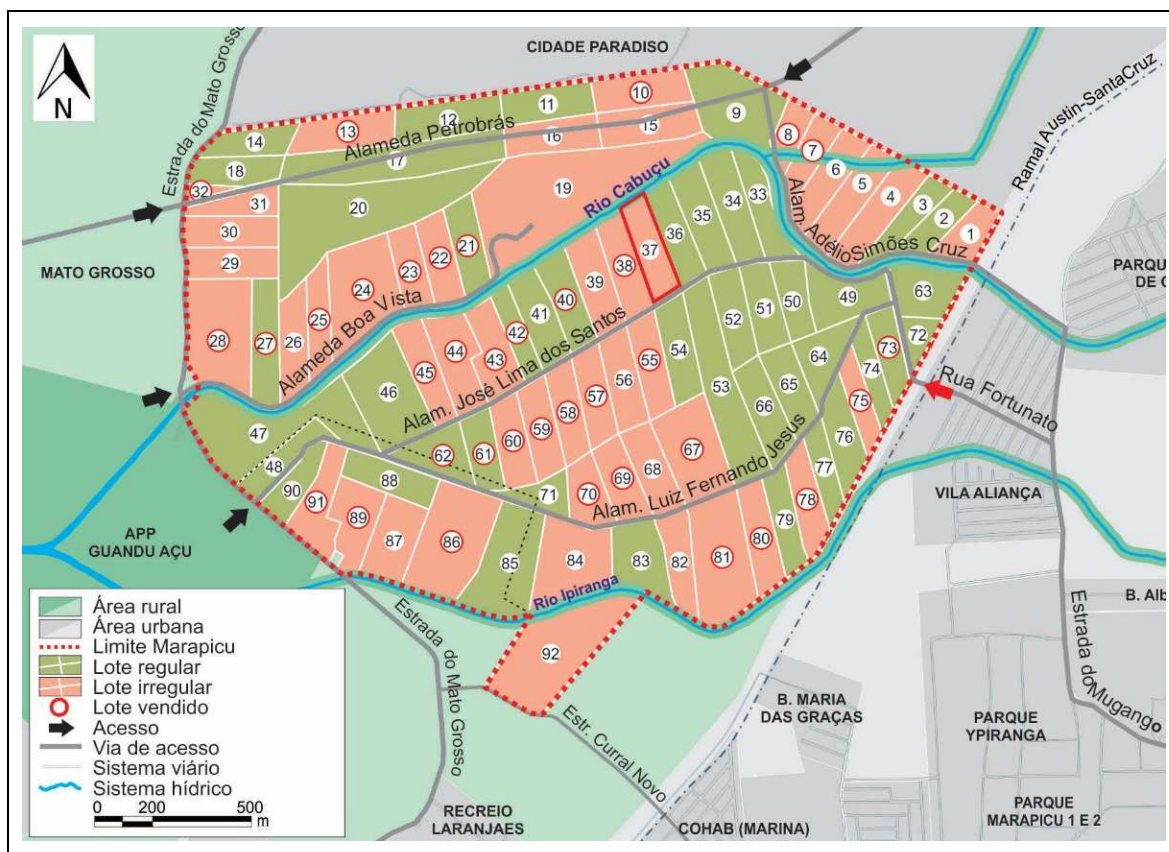


Figura 53 - Situação fundiária dos lotes de Marapicu.

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados de entrevistas e Nova Iguaçu (2015).

Ao todo, o Assentamento está dividido em 92 lotes. Atualmente, desse total, segundo as próprias pessoas da comunidade, apenas 47 estão regularizados ou em processo de regularização, representando apenas 51% dos lotes existentes. De acordo com a Assentada 1, os outros 45 lotes estão irregulares por falta de documentação dos responsáveis ou por operações ilegais como a troca ou a venda de lotes.

Alguns dos lotes vendidos hoje estão regularizados. De acordo com a figura 53, do total de 36 lotes vendidos (39% do total de lotes), sete estão regularizados, ou seja, mesmo tendo sido vendidos, algumas famílias conseguiram a regularização dos documentos. Essa situação tem um histórico de três décadas de diversos processos internos os quais, muito por conta da atuação da ACM, foram sendo resolvidos. Conforme explica a Assentada 1, os motivos dessas vendas são vários, tais como o falecimento de responsáveis e a pressão de corretores imobiliários urbanos. A maioria dos lotes que foi vendida situa-se na área central do Assentamento, junto à via interna principal, a Alameda José Lima dos Santos.

A Assentada 1 explica que isso se deve ao fato dessa via ser a mais utilizada e próxima à Vila Aliança – loteamento popular no qual mora a maioria dos assentados e por onde circula um grupo do tráfico local. Nessa via principal, é onde está situado o lote coletivo, em que ocorrem as reuniões da ACM e que já teve problemas de assaltos. A isso se soma o fato

dessa via ter passado a ser utilizada como rota de fuga da rede de tráfico da região, o que levou ao aumento da violência para com as famílias que tinham lotes nessa via.

A razão da venda dos lotes está relacionada a dois aspectos principais: primeiro, conforme a Assentada 1, ao fato de algumas famílias acabarem abandonando o lote após a morte do familiar responsável, vendendo-o por falta de interesse em seguir no Assentamento. A segunda, refere-se ao fato de outras famílias venderem por questões financeiras, pressões da especulação imobiliária urbana ou mesmo receio da violência urbana que se intensificou a partir de 2002 (ver tópico "ameaças"). Alguns dos compradores, conforme essa assentada, são pessoas que buscavam ter um sítio próximo à cidade para plantar, transformando-se em agricultores. Nesse caso, há situações em que tais pessoas conseguiram se regularizar como assentados rurais da Reforma Agrária. Outro caso aquele no qual a pessoa compra o lote sem saber que é ilegal a operação. O Assentado 7 relata que, nesse caso, há o interesse apenas em ter um lugar próximo à cidade para morar e plantar. O problema, segundo integrantes da ACM, é que essas pessoas nem sempre entendem que estão dentro de um coletivo que tem o objetivo de ser um assentamento da Reforma Agrária, o que gera conflitos internos.

Nos casos de venda com o objetivo de especulação imobiliária, tem-se o caso da Assentada 2 como emblemático, pois seu lote foi vendido ilegalmente a um corretor de imóveis, sem seu consentimento. Por ser mulher, conforme resoluções do INCRA, essa assentada era a responsável pelo lote⁷², porém, após a sua separação, o marido negociou o lote sem seu conhecimento. Esse lote chegou a ser parcelado e tendo alguns lotes urbanos vendidos. Porém, a assentada relata que já entrou com processo judicial. A Assentada 1 explica que a Prefeitura não fiscalizou, pelo contrário, autorizou o parcelamento do lote. Porém, após as pressões da ACM, a Prefeitura embargou a obra e o processo ilegal do parcelamento do solo que teria ocorrido. A figura 54 mostra uma imagem desse lote, destacando uma das marcações de onde seria o limite de uma via interna entre as parcelas do loteamento (placa "rua").

⁷² Desde 2007, o INCRA (2007) garantiu a permanência da mulher como detentora do lote, a partir da Portaria nº38/2007, para o caso de dissolução de casamento ou união estável, se os filhos estiverem sob sua guarda. Neste caso, o homem, ou a mulher excedente, deverá ser de preferência assentado pelo INCRA em outro assentamento do município ou da região, no caso de disponibilidade de lote.



Figura 54 - Lote que havia sido vendido e parcelado.
Foto: acervo da autora (2015).

Esse caso foi debatido diversas vezes nas reuniões da ACM. Conforme a Assentada 1, seis parcelas chegaram a ser vendidas com documentos falsos. Essa assentada remete a responsabilidade dessas vendas, assim como de outros lotes do Assentamento, a um dos assentados que tem algum envolvimento com um corretor de imóveis – o mesmo, na maioria dos casos de que se tem conhecimento. Cabe mencionar que esse lote está localizado na borda da área do Assentamento, próximo à entrada principal que dá acesso a Vila Aliança, ou seja, encontra-se numa situação em que há maior facilidade para um processo de expansão urbana posterior. Nesse sentido, a venda ilegal de lotes acaba sendo promovida pela especulação imobiliária local, que é característica da forma como a expansão urbana ocorreu na região, desde a década de 1950, ou seja, pelo estabelecimento de loteamentos irregulares (ou seja, grilagem) que, posteriormente, eram, de alguma maneira, regularizados. Como se pode notar, a venda de lotes através da especulação imobiliária via expansão urbana irregular representa uma ameaça bastante real à redução da área do Assentamento.

Conforme os gestores, uma das fraquezas do Assentamento está relacionada ao fato da situação do Assentamento ter ficado “parada” na Prefeitura até 2016, quando a Prefeitura assumiu sua responsabilidade frente à fiscalização e à regularização fundiária dos lotes. O Gestor 1 explica que esse processo se iniciou desde que os assentados foram reclamar da venda ilegal de um dos lotes, o caso relatado acima, que chegou a ser parcelado em lotes urbanos. A partir dessa situação, a Prefeitura resolveu realizar um diagnóstico para averiguar a situação atual, desenvolvido pela a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária em parceria com a Secretaria de Agricultura.

Até então, a prefeitura não tinha uma atualização de dados internos do Assentamento, como informações sobre os responsáveis pelos lotes, situações de venda, troca ou abandono. Esse tempo de estagnação de vistorias, fiscalização ou outras ações, que a Prefeitura deveria

ter feito, segundo o Gestor 1, contribuiu para o enfraquecimento do Assentamento. Esse gestor, que é da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, aponta que, na realidade, a responsabilidade sobre o Assentamento é da Secretaria de Agricultura, a qual deverá assumir a gestão e o planejamento da área do Assentamento. Após o diagnóstico, essa Secretaria, segundo ele, deverá acompanhar e saber como e onde cada um mora, produz e vende.

Nesse sentido, o Gestor 2 destaca que uma das causas da especulação imobiliária ter chegado na área do Assentamento consiste na falta da presença do Estado na área. Portanto, a estagnação da Prefeitura até então contribuiu para a fraqueza que o Assentamento enfrenta hoje em dia.

Assim, a venda ilegal dos lotes tem sido uma das principais preocupações dos assentados e também dos gestores, no sentido da descaracterização da área do Assentamento enquanto área rural, bem como da desarticulação do grupo de famílias enquanto um assentamento da Reforma Agrária.

(iii) Esvaziamento da ACM

O esvaziamento da ACM foi apontado como uma das atuais fraquezas do grupo de assentados por ambos os agentes, sobretudo a falta de participação de jovens no processo de organização interna do Assentamento. Isto fica reforçado pelas declarações da Assentada 1 (Presidente da ACM), pois para a comunidade há uma falta de interesse das famílias hoje com a organização interna do Assentamento que, entre outros motivos, está associada à violência urbana que vêm aumentando há alguns anos na área (descrita posteriormente em ameaças). Soma-se, a isso, outro fator importante apontado por ela: o fato de que as pessoas que ocuparam a área na década de 1980 já estão com idades entre 60 e 80 anos.

As reuniões da ACM ocorrem mensalmente, porém com um número reduzido de participantes frente ao total de famílias assentadas e com uma baixa participação de jovens. A Assentada 1 explica que, aproximadamente, 40 famílias regularizadas deviam estar participando e, na realidade, apenas a metade participa. Segundo ela, isso deve ser motivo de preocupação para que o Assentamento continue existindo enquanto um movimento social do campo. Ela explica que gostaria de sair da presidência, mas não há um sucessor que queira assumir a função.

Para isso, uma das estratégias da ACM é resgatar o uso do lote coletivo, que havia sido abandonado pelas depreciações e furtos que ocorreram, mudando o local da reunião para um dos lotes próximos a este. O lote coletivo foi assaltado constantemente, inclusive ocorreram incêndios que queimaram diversos documentos. Cabe mencionar que a dinâmica do uso do lote coletivo mudou completamente desde o início da pesquisa, no final de 2014,

quando esse lote estava completamente sem uso. No final de 2016, quando houve a última reunião com a presença da pesquisadora, as reuniões da ACM voltaram a ser realizadas nesse lote sob a sombra de uma das árvores ao lado da construção existente. A figura 55 mostra a única edificação existente no lote coletivo que fora depredada, ao lado de um caminhão que fora incendiado.



Figura 55 - Lote coletivo sem uso.
Foto: acervo da autora (2014).

A saída dos jovens, que foram buscar trabalho na cidade ou se envolveram com o tráfico, também contribuiu para o esvaziamento da ACM. De acordo com a Assentada 1 e o Assentado 5, os jovens se envolvem com o tráfico local como uma opção de renda ou mesmo por serem pressionados por lideranças do tráfico local para isso. Atualmente, são poucos os jovens que moram ou estão envolvidos com o Assentamento e/ou com as reuniões da Associação de Moradores. São exemplos, o Assentado 3 e a Assentada 2. Como são apenas dois, estão também envolvidos em atividades realizadas com outros parceiros, como a CPT e o MST, mas que não se limitam àquelas vinculadas à Marapicu. Além desses, outro jovem que participava dessas reuniões acabou indo trabalhar em um posto de gasolina em Cabuçu.

Para os gestores públicos, hoje há poucas pessoas envolvidas nos processos e projetos do Assentamento e, ainda, que as poucas pessoas já têm bastante idade, contribuindo para uma descontinuidade dos processos futuros. Conforme o Gestor 1, independente da Prefeitura, o grupo do Assentamento enfrenta hoje questões de esvaziamento, apontando que percebe que “há movimento interno de saída do mutirão”⁷³.

⁷³ Desde a ocupação da fazenda, em 1985, a referência de mutirão se deve à forma de organização das famílias que ocuparam a área, desde a produção alimentar até a organização sociopolítica, dividida em mutirões para cada assentamento de Campo Alegre, dos quais Marapicu era um deles.

Para ele, os irmãos, filhos e pessoas que produziam junto na terra não são mais os mesmos de quando houve a ocupação e a organização da Associação de Moradores de Marapicu, em 1985.

Outra questão apontada pelo Gestor 1, em relação ao esvaziamento do grupo, está atrelada ao fato de que “os filhos acabaram não fazendo carreira ligada à produção agrícola”. Para ele, a maioria que saiu e conseguiu estudar, estudou direito, medicina ou curso técnico. Além disso, ele também aponta que, recentemente, houve algumas divisões internas nos lotes para que fosse possível a vinda de outras pessoas que gostariam de plantar e vender sua produção. Porém, conforme ele percebe, parte dessas pessoas está mais em busca de uma fonte de dinheiro do que de qualidade da produção, assim como do fortalecimento do mutirão. Dessa forma, passa a ocorrer a destituição da imagem coletiva do grupo do Assentamento, prejudicando a ACM.

Em relação às pessoas que representam o grupo do Assentamento, esse gestor questiona também o fato de serem poucas, as mesmas e de idade mais avançada, enfraquecendo a continuidade do processo. Dessa forma, para ele, torna-se difícil de sustentar a proposta de um assentamento na região. Ele aponta que os jovens não participam ou não se envolvem e, por isso, entende como uma fraqueza o fato de um provável esvaziamento futuro do grupo.

(iv) Sede não é do Assentamento

Outro ponto de fraqueza, destacado pela comunidade, é o fato da área da sede da antiga fazenda ocupada (Fazenda Boa Vista) não ser do Assentamento. Neste local deveria ser o lote coletivo da comunidade, como normalmente ocorre em outros assentamentos⁷⁴. Para os assentados, conforme relata a Assentada 1, essa situação ocorreu a partir de um conflito existente entre o caseiro da antiga fazenda e os assentados de Marapicu. Ela explica que essa pessoa morava no local quando eles ocuparam a fazenda, mas depois chegou a receber uma indenização do Estado para que saísse e deixasse a área para o Assentamento. Segundo ela, essa pessoa recebeu um montante equivalente à construção existente na área e não saiu, continuando a morar em uma parte do local. Como era muito solidária com os agricultores acampados, doando leite e carne de seu gado com frequência, ninguém acabou reivindicando a área e o deixaram morando no local. Porém, passado algum tempo, o caseiro comprou mais um pedaço de terra, ilegalmente, de um lote vizinho e expandiu sua propriedade, vendendo-a posteriormente a outra pessoa.

⁷⁴ Normalmente em uma ocupação da terra de uma fazenda para fins de reforma agrária, a sede da fazenda acaba sendo o local central do assentamento, correspondente ao lote coletivo, onde são realizadas todas as atividades comuns da comunidade, como reuniões, cursos e, inclusive, produções coletivas ou construções comuns, como bibliotecas e alojamentos.

Conforme o relato da Assentada 1, a comunidade chegou a tentar apoio junto à Receita Federal, que reconheceu a área da sede como pertencente ao Assentamento, porém essa instituição os orientou a reivindicar a área judicialmente. Ela explica que isso ainda não ocorreu, mas que eles pretendem reivindicar para fortalecer a Associação de Moradores e a organização interna do Assentamento, principalmente após a titulação de posse oficialmente conquistada. Cabe mencionar que a área da sede do Assentamento permite ter-se uma visão ampla deste, o que tem relação direta com o próprio nome da antiga fazenda – Boa Vista, a qual é estratégica para uma sede. Atualmente, não há ninguém morando na sede, que se encontra em ruínas. A figura 56 mostra uma imagem desse local situado em uma cota elevada em relação ao restante da área do Assentamento.



Figura 56 - Área da sede da antiga fazenda.
Foto: acervo da autora (2015).

Portanto, o local, que deveria ser o lote coletivo do Assentamento, segue como se encontrava na antiga sede da fazenda no momento da ocupação. Mesmo sem ninguém morando no local, a comunidade relata que a atual proprietária é uma das pessoas que solta o gado nos lotes dos assentados, o que eles também apontam como uma ameaça à produção agrícola das famílias (invasão dos bois).

(v) Falta de controle de acesso

A falta de controle do acesso às vias internas do Assentamento, também foi uma das fraquezas atuais destacadas pela comunidade. Desde que se intensificaram as situações de violência urbana, em 2002, a polícia local pediu para que deixassem abertos os portões a fim de que a circulação de veículos fosse possível quando necessário. Porém, essa facilidade de acesso também permite a entrada de outras pessoas, como pessoas ligadas ao tráfico de

drogas na região, e de animais não desejados, como o gado que invade as plantações, ambos considerados ameaças externas.

Para entrar no Assentamento, há cinco acessos, porém, três são os mais usados: (i) Alameda José Lima dos Santos (principal); (ii) Alameda Adélio Simões Cruz; e (iii) Alameda da Petrobrás. Através da Alameda José Lima dos Santos, ocorre o principal acesso à área, e lá não há um portão, e sim, uma porteira simples, que nunca está fechada, e por onde se entra para chegar às reuniões da Associação de Moradores. Além disso, através dessa via interna, há uma ligação entre duas das favelas vizinhas (Vila Aliança e Cohab – conhecida como “Marina”), o que a tornou a principal rota de fuga de traficantes dos dois grupos de tráfico da região. Hoje em dia, desse modo, sem o controle de acesso, essa via passou a ser utilizada por pessoas ligadas ao tráfico de drogas e por policiais, gerando tensão e insegurança para os assentados.

Nas demais vias, há portões, normalmente encostados, que podem ser acessados sem controle de nenhum dos assentados. A Alameda Adélio Simões Cruz também dá acesso à via principal, caracterizando-se como uma rota alternativa, embora com menor fluxo. Porém, esse fato a tornou apropriada ao depósito de carros usados e, segundo relatos dos moradores, até de corpos humanos em pontos próximos às margens do Rio Cabuçu, paralelo a essa via. A figura 57 mostra o portão de acesso dessa via.



Figura 57 - Acesso pela Alameda Adélio Simões Cruz.
Foto: acervo da autora (2015).

Na Alameda da Petrobrás o fluxo é menor ainda, sendo praticamente utilizada apenas pelos assentados de Marapicu e para o acesso a um dos assentamentos vizinhos, o Assentamento Mato Grosso. Nessa terceira via há um portão, que constantemente não é fechado como previamente combinado pelos assentados, ficando o mesmo sem chave. Isso

se tornou uma das pautas constantes das reuniões da ACM, sobretudo de famílias que moram ou trabalham em lotes dessa via. A figura 58 mostra o portão de acesso dessa via.



Figura 58 - Acessos da Alameda da Petrobrás.
Foto: acervo da autora (2015).

Portanto, a falta de controle de acesso às vias do Assentamento significa uma fraqueza que permite a entrada de ameaças externas tanto urbanas (como a violência gerada em torno do tráfico) quanto rurais (como a invasão de gado que destrói as plantações).

(vi) Ter residência fora

O fato dos assentados de Marapicu terem outra residência fora da área do Assentamento também foi apontado pela comunidade como uma fraqueza atual que eles têm que lidar. O principal motivo é a violência urbana (assaltos, invasões e agressões) que passaram a sofrer desde 2002. Além disso, também apontam o fato de não terem recebido recursos para a construção de residências nos lotes através de programas de habitação social voltados a assentamentos da Reforma Agrária, como o MCMV Rural. Ter uma residência fora da área do Assentamento pode fortalecer a justificativa de que não são assentados rurais da Reforma Agrária. Essa questão pode também ser considerada como ameaça, ou seja, um risco de que haja uma ação externa que venha retirá-los se essa fraqueza “de ter outra residência” permanecer e eles não poderem mais viver no Assentamento.

Dos 47 assentados titulados, conforme a Assentada 1, quase todos têm outra residência situada em loteamentos próximos, principalmente na Vila Aliança, lindeira à área do Assentamento. Ela se refere à Vila Aliança como se fizesse parte do Assentamento, como uma “borda do Assentamento”, ou seja, uma área limítrofe considerada por eles como praticamente pertencente ao Assentamento. Porém, também ela comenta que mesmo os que não são titulados também têm outra residência, até porque, segundo ela, “são ricos”. A figura

59 mostra uma das residências dos assentados situada na Vila Aliança, próxima ao acesso principal da área.



Figura 59 - Residência situada na Vila Aliança.
Foto: acervo da autora (2014).

Desde 2002, muitas famílias que residiam no Assentamento passaram a procurar outros locais de moradia. Entretanto, como forma de resistência, a maioria segue passando o dia no Assentamento trabalhando na produção e, à noite, vão para a outra residência por uma questão de segurança. Somente algumas famílias moram efetivamente no Assentamento, resistindo a essa situação, mas são as famílias que têm lotes mais próximos aos acessos do Assentamento, situadas nas Alamedas José Lima dos Santos e da Petrobrás. A figura 60 mostra uma das residências construídas próxima ao acesso da Alameda da Petrobrás.



Figura 60 - Residência próxima ao acesso da Alameda da Petrobrás.
Foto: acervo da autora (2015).

Na área central do Assentamento, as residências voltadas à via principal, a Alameda José Lima dos Santos, foram as mais prejudicadas. Isso porque essa foi a via com maiores problemas de assaltos, alguns seguidos inclusive de mortes. Parte das famílias nem chegou a construir em seus lotes ou não terminou a construção feita com recursos próprios, como mostra a figura 61.



Figura 61 - Residência inacabada na área central do Assentamento.
Foto: acervo da autora (2014).

Outro fator que justifica que as famílias de assentados tenham outra residência fora do Assentamento está vinculada às más condições de infraestrutura (falta de manutenção das estradas, precariedade da rede de abastecimento de luz e inexistência de rede de abastecimento de água) e a falta de serviços públicos como escola, posto de saúde e transporte dentro da área do Assentamento.

(vii) Área rural ou urbana?

A indefinição do Assentamento ser numa área rural ou urbana ou ter uma população rural ou urbana foi uma das fraquezas apontadas pelos agentes, tanto em situações internas, relatadas pela comunidade, quanto em situações externas e mais amplas apontadas pelos gestores públicos.

Para os gestores públicos, de uma forma mais ampla, a região onde se insere o Assentamento é uma região que tem baixo potencial agrícola e, por isso, deveria ser área urbana – o que foi legitimado na revisão do plano diretor de 1997 até 2008. Os gestores explicam que, historicamente, desde a década de 1950, o município de Nova Iguaçu passou a ter mais potencial construtivo urbano do que produtivo rural. Desde a exploração dos loteamentos urbanos criados naquela década, a partir do parcelamento das antigas fazendas, a Região de Cabuçu se tornou o principal eixo de crescimento do Município e da RMRJ. O

Gestor 3 lembra que essa região foi o principal foco do contingente populacional migrante da capital do Estado após as primeiras grandes reformas urbanísticas (Plano Agache da década de 1930), aumentando consideravelmente a população do Município. A maioria dessa população se deslocou para Cabuçu em busca de terra barata próximo ao centro urbano. Nesse sentido, o potencial agrícola não teve mais investimentos, tornando-se uma fraqueza para o desenvolvimento do Assentamento.

Esse gestor acrescenta que essa região está localizada em uma grande planície aluvial, caracterizada por um potencial agrícola mais arrasado, principalmente por estar degradado. Atualmente, segundo ele, há uma quantidade de areia existente, fruto das constantes obras de construção. Com essa agressão no território, ele destaca que há uma dificuldade para a produção alimentar sobreviver, sendo necessário muito suporte técnico para requalificar o solo. Na realidade, o baixo potencial agrícola destacado pelos gestores está mais associado a uma demanda econômica criada estrategicamente na década de 1950 para a RMRJ, quando houve um maior redirecionamento de investimentos às estruturas e construções características de áreas urbanas.

Esse ponto tem correlação direta aos problemas apontados pela comunidade em relação às secas e poluição das águas. Os assentados ressaltam que há hoje, frequentemente, falta de chuvas, assim como há uma impermeabilização do solo, potencializando a falta de água para o consumo e o uso na produção. A falta de chuvas, ou o excesso dessas, consiste em uma fraqueza atual na região, principalmente quando os assentados se referem à produção agrícola – uma de suas principais fortalezas. Eles relatam que, ao mesmo tempo há épocas que não chove e também épocas que há inundações em algumas áreas do Assentamento. Quando há inundações, segundo eles, há o assoreamento do solo e, por consequência, a inviabilidade de utilizarem algumas áreas para produção.

De fato, há um grande problema de drenagem pluvial, característico de toda a região da Baixada Fluminense, cujas águas têm dificuldade de escoamento devido à expansão urbana acelerada e irregular que historicamente constituiu o território, provocando constantes inundações. Associado a isso, cabe mencionar que houve também o desmatamento da vegetação existente, principalmente das APPs ao longo dos rios que chegam ao Assentamento (Rios Cabuçu e Ipiranga). Tais áreas seguem sendo ocupadas de forma irregular, provocando a impermeabilização do solo e contribuindo para tais inundações. Nesse sentido, o microclima local torna-se árido e com alta temperatura. Isso faz com que se necessite de mais água para a produção agrícola. Os assentados relatam que eles buscam preservar as APPs dos rios que cruzam a área do Assentamento. Porém, há alguns assentados que as utilizam também para o plantio de algumas espécies, como forma de

acessar as águas dos rios, mesmo que isso seja ilegal e que os rios estejam poluídos, o que prejudica a qualidade da produção.

O conflito entre a área ser urbana ou rural é apontado pelo Gestor 2, que destaca o fato do Assentamento estar em uma área de expansão urbana da escala metropolitana. Segundo ele, o Assentamento situa-se logo depois da mancha de crescimento urbano da Capital, configurando, inclusive uma sobreposição da área rural sobre a área de expansão urbana da RMRJ. Por essas questões, conforme esse gestor apresenta, há conflitos em relação ao fato da área do Assentamento ser urbana ou rural. Ele destaca alguns problemas que os assentados têm quando necessitam comprar algum insumo para a produção agrícola, pois, dependendo do local, eles não conseguem por serem considerados “urbanos”.

Os assentados relatam que algumas famílias não conseguem comprar insumos agrícolas, no comércio local, porque seus endereços estão associados ao Bairro Ipiranga, considerado urbano. Por isso, os comerciantes se negam a vender produtos específicos que somente poderiam ser vendidos para a população rural, como no caso de fertilizantes. Nesse caso, essas famílias acabam tendo que ir até a Emater-RIO para buscar um atestado que comprove sua característica rural e, só assim, eles conseguem comprar os insumos. Por outro lado, os assentados também relatam situações em que têm dificuldades em receber correspondências dos Correios por terem seus endereços associados à área rural. Esse é o caso das correspondências que deveriam chegar às suas residências dentro da área do Assentamento, mas não chegam, pois os carteiros justificam que o local não é área urbana e, por isso, não são obrigados a entrar na área. Os assentados resolvem isso deixando tais correspondências em um endereço próximo da entrada da área, em uma das residências dos assentados situada na Vila Aliança. Porém, eles alegam que teriam direito a esse serviço dos Correios, mesmo residindo em área rural. Na realidade, eles associam a negação dos carteiros à violência existente na área do Assentamento, o que gera receios e medos aos carteiros e não, necessariamente, a questão da área ser urbana ou rural.

O fato da área ser rural ou urbana, mesmo com o reconhecimento da área rural no Município, desde a revisão do Plano Diretor em 2008, essas questões ainda estão presentes no cotidiano da comunidade, configurando uma dificuldade de reconhecimento da área e dessa população como rural, seja por questões legais, como o Plano Diretor, ou por tendências históricas associadas à qualidade do solo ou identificações com bairros locais. Tal dificuldade torna-se uma fraqueza para o Assentamento, no sentido de serem barreiras para a continuidade das atividades agrícolas ou para o acesso a serviços públicos.

3.2.4 Ameaças

Os pontos negativos relacionados com às ameaças do Assentamento e seu entorno são ao todo cinco: (i) invasão dos bois e violência urbana; (ii) macroestruturas dentro da área; (iii) reintegração de posse para uso urbano; (iv) especulação e expansão urbana; e (v) redução da área rural municipal.

(i) Invasão dos bois e violência urbana

A invasão dos bois e a violência urbana são questões externas da comunidade relacionadas às ameaças que a comunidade enfrenta cotidianamente, ameaças que vêm da área rural (bois) e da área urbana (violência). Segundo a Assentada 1, ambas estão relacionadas à falta de controle de acesso às vias internas do Assentamento. Tais vias, como já visto, por uma questão de segurança, não são fechadas por conta do livre acesso da polícia.

A “invasão dos bois”, como destacado pelos assentados, corresponde a uma prática histórica de conflito que ocorre em áreas rurais, na qual o gado de pessoas externas invade as áreas de produção das famílias assentadas, como forma de destruir a produção e afastar tais famílias da área do Assentamento. Tal prática, conforme os assentados, ocorre desde a ocupação da área e visa o desmantelamento e expropriação das áreas ocupadas por agricultores rurais, principalmente pelos fazendeiros proprietários dessas áreas.

Em Marapicu, os assentados relacionam as invasões de gado iniciais, na época da ocupação, a algumas pessoas relacionadas à fazenda ocupada, como o caseiro mencionado anteriormente. Atualmente, essas invasões estão mais relacionadas a pessoas do meio urbano, tais como corretores imobiliários. Esses têm interesse que a área se torne urbana, passando a realizar esse tipo de ação visando expulsar ou levar à saída dos assentados através da invasão de gado como boicote às plantações. A Assentada 1 relata que os bois entram na área do Assentamento através dos acessos que não podem ser fechados e circulam soltos, livremente e sem ninguém cuidando, pelas vias internas. Nenhum assentado, segundo ela, pode deixar seu gado solto nas vias do Assentamento. Isso é um acordo que eles têm. A figura 62 alguns bois soltos em uma das vias internas, a Alameda da Petrobrás.

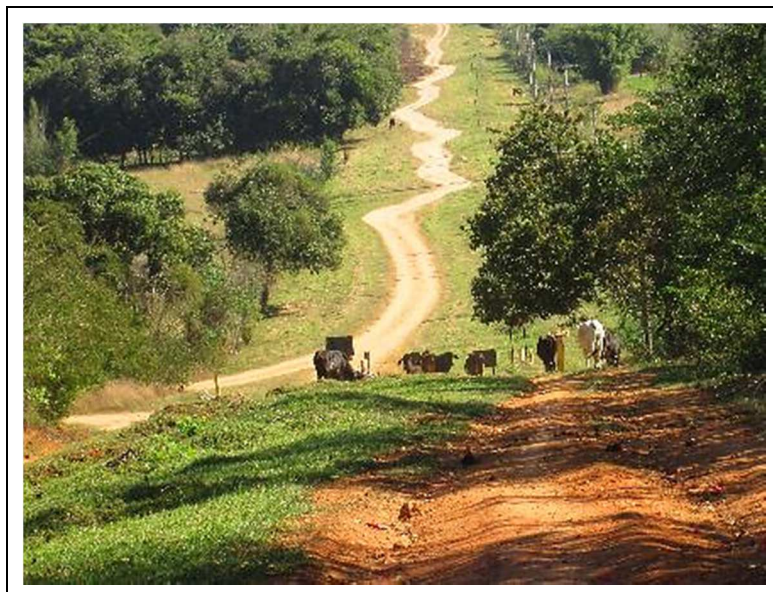


Figura 62 - Gados soltos na Alameda da Petrobrás.
Foto: acervo da autora (2015).

Além disso, o gado invasor consegue chegar às plantações, nos lotes das famílias assentadas, porque as cercas existentes são constantemente cortadas ou derrubadas. Dessa forma, as plantações são consumidas pelos bois e os assentados perdem o trabalho de produção agrícola realizado, inviabilizando a colheita e, conseqüentemente, o consumo e/ou a comercialização. Esse problema é um dos mais destacados nas reuniões da ACM por vários assentados e, segundo eles, há um responsável pelas invasões que também é assentado. Na realidade, a comunidade associa esse problema a uma pessoa, que também é assentada de Marapicu, a qual vem a ser a mesma que os pressiona para que vendam seus lotes. Seria o mesmo assentado envolvido com os corretores de imóveis que têm interesse em comprar os lotes do Assentamento, mesmo de forma ilegal.

Dessa forma, eles percebem que há um boicote à produção de alimentos e à própria continuidade do Assentamento, ou seja, é uma ameaça rural (bois) em conjunto com uma ameaça urbana (venda dos lotes). Segundo a Assentada 1, na realidade “são as mesmas pessoas de um lado e de outro, são os empresários lá de fora que estão entrando aqui”, disfarçados de pecuaristas. Nesse sentido, sofrem pressões urbanas e rurais para a sua saída através de agentes articulados entre si: corretores de imóveis e pecuaristas que especulam terra rural como futura terra urbana. Além disso, existe a relação para com a violência urbana, que, segundo eles, também estaria a isso vinculada de certa forma.

No caso da violência urbana, essa tem sido uma das principais ameaças contra a segurança das famílias dentro da área do Assentamento, o que gerou a saída da maioria delas desde 2002. Desde então, os assentados vêm buscando, como alternativa, residências em loteamentos próximos ao Assentamento para seguirem de alguma forma com a produção

agrícola. Segundo os assentados, a partir daquele ano, começaram alguns furtos e assaltos seguidos de violência física, incluindo mortes, para com algumas famílias que residiam em lotes mais internos à área do Assentamento, distantes dos acessos, como mencionado anteriormente. Por isso, a maioria das famílias procura produzir nos lotes do Assentamento somente durante o dia, voltando, à noite, a uma segunda residência, como estratégia de resistência.

O Assentado 5 aponta que o grande problema que eles tiveram, e continuam tendo, são os “bandidos e as drogas”, se referindo aos grupos de tráfico local, os quais estariam atrelados às inúmeras violências que as famílias de assentados sofrem desde então. Por isso, segundo ele, há “muito medo de seus filhos andarem na rua”. São inúmeros os relatos nesse sentido, como a abordagem de integrantes do tráfico na entrada do Assentamento, depredações em construções e residências, assim como violências físicas, assaltos e mortes em alguns casos⁷⁵.

A violência urbana, como destaca a Assentada 1, iniciou através de “bandidos e traficantes” que se deslocaram da Capital para os municípios da Baixada Fluminense no início dos anos de 2000, se intensificando após a instalação das Unidades de Proteção Policial (UPPs) na Capital a partir de 2010. Porém, segundo ela, tal violência estaria associada também a outras ações que buscaram promover o afastamento das famílias da área do Assentamento, como a invasão dos bois e a especulação imobiliária, pois os atos de violência ocorriam somente dentro dessa área e não nos loteamentos vizinhos, alegando que poderiam estar sendo orientados para isso. Recentemente, em 2014, por exemplo, houve o roubo da cobertura lateral que existia junto à edificação do lote coletivo, onde eram realizadas as reuniões da ACM, seguido de incêndio que atingiu um caminhão que eles tinham. Além disso, o viveiro de mudas que havia sido construído pela AS-PTA também foi depredado e, por isso, não pode mais ser utilizado, como mostra a figura 63.

⁷⁵ A visita de campo e o contato com os assentados, durante a pesquisa, muitas vezes, não pode ocorrer devido às informações de que a área estava em risco, sendo necessária a transferência da visita para outro dia. Essa rotina fazia parte da pesquisa de campo, nesse assentamento, tanto para a pesquisadora quanto para outras pessoas que costumavam ir em reuniões no assentamento.



Figura 63 - Destruição do viveiro de mudas no lote coletivo.
Foto: acervo da autora (2014).

Atualmente, segundo destaca a Assentada 1, houve uma certa “trégua”, devido a relações políticas e acordos entre a milícia⁷⁶ e a Prefeitura. Além disso, ela explica que se estabeleceram relações de respeito entre os traficantes locais e as famílias assentadas de Marapicu. Desde então, conforme ela, não tem havido atos de violência dentro da área do Assentamento. De qualquer forma, cabe mencionar que, para a realização da pesquisa, era necessário o contato prévio para confirmar a possibilidade de participar das reuniões da Associação de Moradores ou de fazer as entrevistas com os assentados, o que nem sempre foi possível devido a movimentações suspeitas na região, quando as famílias não saíam de casa, seja de casas dentro do Assentamento ou nos loteamentos vizinhos.

Tais ações prejudicam o Assentamento como um todo e não só contribuíram com a desarticulação da Associação de Moradores (a qual, como visto, perdeu seu espaço coletivo), como também afetaram a produção agrícola das famílias devido aos assaltos, furtos e agressões (o que levou a maioria a morar em outro local e apenas produzir no lote). Além disso, nem todas as famílias que saíram seguiram produzindo. Dessa forma, associada às fraquezas de falta de água, invasão de bois, falta de infraestrutura e recursos, houve uma redução na produção agrícola e mesmo do interesse desse tipo de atividade pelos jovens do Assentamento, os quais acabaram sendo estimulados a buscar trabalhos na área urbana próxima, se dedicar aos estudos ou mesmo se envolvendo com o tráfico local, como comentado anteriormente.

Assim, tanto a invasão dos bois quanto a violência urbana têm sido práticas que estão prejudicando a produção agrícola e a permanência das famílias na área do Assentamento, consideradas ameaças constantes e cotidianas no Assentamento.

⁷⁶ A milícia no Rio de Janeiro está associada a práticas ilegais de grupos formados por policiais, bombeiros, agentes penitenciários e militares fora em comunidades urbanas de baixa renda, mantendo-se com recursos financeiros provenientes da extorsão da população e da exploração clandestina de gás, televisão a cabo, imóveis, etc.

(ii) Macroestruturas dentro da área

As macroestruturas dentro da área do Assentamento correspondem aos elementos territoriais de energia elétrica e gás da escala metropolitana-estadual e federal que cruzam a área, no caso os dutos da Petrobrás e as linhas de transmissão elétrica de alta tensão do Grupo Light (companhia de energia elétrica). Para a comunidade, essas macroestruturas representam ameaças à saúde e à viabilidade de uso de parte das áreas dos lotes das familiares de assentados. As figuras 64 e 65 mostram duas dessas macroestruturas, uma a imagem de uma torre de alta tensão dentro do lote e a outra uma das placas que adverte a impossibilidade de escavar ao longo do eixo da via construída sobre dutos subterrâneos.

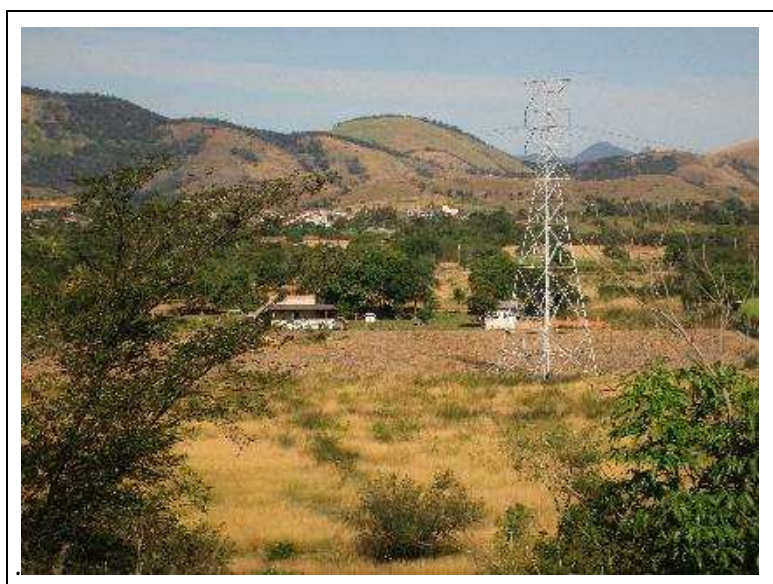


Figura 64 - Torres de alta tensão dentro de um dos lotes.
Foto: acervo da autora (2015).



Figura 65 - Dutos enterrados da Petrobrás.
Foto: acervo da autora (2015).

No caso das linhas de transmissão de energia elétrica de alta tensão da Light, essas macroestruturas consistem em um grande eixo que cruza toda a área do Assentamento, passando por diversos lotes. O uso das áreas abaixo ou próximas a essas linhas não é permitido por questões de segurança, como, por exemplo acidentes com o rompimento de cabos e choques, bem como emissões de fluxo eletromagnético formado pela corrente elétrica que passa pelos cabos. Por isso, é proibido usar ou construir numa determinada área de segurança das linhas. Porém, na realidade isso não ocorre. No traçado dessas linhas, há algumas áreas de produção e construções de residências bem próximas a elas, gerando insegurança para as famílias.

Na realidade, os assentados explicam que não são permitidas atividades de produção agrícola próxima ou abaixo das linhas, o que significa que não podem utilizar parte de seus lotes para essas atividades, assim como para residência. Segundo a Assentada 1, essas linhas e torres de alta tensão já existiam antes da ocupação da fazenda, porém, ainda assim significam um obstáculo às suas atividades agrícolas devido à redução do espaço que poderia ser utilizado para fins agrícolas ou não.

No caso dos dutos de gás da Petrobrás, essas macroestruturas também consistem em um eixo que cruza a área do Assentamento, porém, diferentemente das linhas de transmissão da Light, tal eixo foi transformado em um eixo viário de grande proporção, uma via interna denominada Alameda da Petrobrás. Alguns lotes foram cortados ao meio por esse eixo, dividindo-os em duas partes, de um lado e de outro dessa via. Para os assentados, tal eixo representa um espaço a menos para a produção agrícola. Além desses dutos de gás, há também dutos da rede de abastecimento de água para a Petrobrás que vem da Estação de Tratamento de Água (ETA) da Cedae, próxima ao Assentamento.

Para os assentados, a área linear ao longo desses dutos é vista como um local que não pode ser utilizado, por apresentar uma ameaça à saúde das pessoas e a restrição do uso do solo. Os potenciais vazamentos diretos ou de resíduos, que possam contaminar o solo e as águas através de tais dutos, impactam o meio ambiente local e, indiretamente, a população e a sua produção agrícola. Os dutos são, para eles, portanto, mais um impedimento proveniente de agentes externos que utilizam áreas dentro do Assentamento, impedindo que possam desenvolver suas atividades, além de ser uma faixa de propriedade de outro ente federativo que não a Prefeitura – responsável pela área.

Para os gestores, macroestruturas dentro da área são elementos territoriais da escala metropolitana que permite a conexão dos serviços de distribuição e abastecimento de energia elétrica e gás entre diferentes municípios, não correspondendo a uma ameaça. Para os assentados, tais estruturas também poderiam estar associadas a oportunidades, no sentido

buscarem recursos junto às empresas mantenedoras de tais serviços voltados ao fortalecimento da produção agrícola. Dessa forma, o impacto negativo de tais estruturas poderia ser minimizado.

(iii) Reintegração de posse para uso urbano

A reintegração de posse para uso urbano, no caso de ser determinado nesse sentido no diagnóstico desenvolvido pela Prefeitura, foi considerada como uma ameaça enquanto possibilidade da Prefeitura disponibilizar os lotes irregulares como área urbana. A partir desse diagnóstico, a Prefeitura, que é responsável pela propriedade, pode pedir a reintegração de posse dos lotes vendidos ilegalmente no Assentamento ou, até mesmo, toda a área, se entender que os preceitos definidos do título não estão sendo cumpridos.

Nesse caso, se os lotes vendidos forem transformados em área urbana, representariam uma redução de 39% da área total do Assentamento. Essa área pode ser disponibilizada tanto para fins urbanos (caso do parcelamento do solo para programas de habitação de interesse social) quanto para fins rurais (e que inclui a possibilidade de receber novos assentados da Reforma Agrária). No caso de fins urbanos, isso significaria para a comunidade uma perda de quase a metade da área total. Além disso, também representaria a ampliação da área urbana sobre a área rural, aumentando os problemas existentes de especulação imobiliária e expansão urbana, bem como os índices de violência e o desinteresse dos jovens em relação às atividades agrícolas.

O exemplo que levou a essa ameaça foi o fato concreto recente de venda ilegal de um dos lotes da entrada do Assentamento (lote da Assentada 2 mencionado como fraqueza), o qual, inclusive, segundo os assentados, teve aprovação na Prefeitura. Essa situação levou à comunidade a perceber os riscos possíveis de articulações entre o setor privado local – representado pelos corretores de imóveis e alguns políticos atuantes na região. Como Nova Iguaçu tem um histórico de expansão urbana a partir de loteamentos irregulares, tal ampliação, contando com o apoio legal da Prefeitura, significa uma ameaça à continuidade do Assentamento como área rural.

Nesse sentido, se por um lado, o diagnóstico desenvolvido pela Prefeitura foi apontado tanto como uma oportunidade (descrita anteriormente) quanto como uma ameaça de reintegração de posse de parte, ou mesmo, de toda a área, dada a situação precária do Assentamento em relação às fraquezas e os problemas aqui já descritos, por outro lado, tais argumentos podem servir de justificativa pela Prefeitura para que essa área seja revista como área rural, até porque já foi considerada urbana por onze anos no plano diretor (1997-2008), como forma de negar a sua existência. Nesse sentido, a Assentada 1 comenta que ainda há muitas pessoas na Prefeitura que são contra a existência do Assentamento e isso a preocupa.

Isso é apontado como a primeira preocupação quando os assentados ressaltam o "dever" que tem de cumprir em relação ao caráter produtivo da terra e como disposto na titulação da posse desta terra.

Por outro lado, segundo explica essa assentada, eles estão respaldados pelas leis federais do INCRA, o que lhes garantiria tal direito. Mas, cabe lembrar que a maioria dos assentados está com idade avançada e a falta de jovens ou pessoas envolvidas pode acarretar uma estagnação do processo. Porém, ela também destaca o fato do título de posse ter sido dado pela Prefeitura, e não pelo INCRA, abre um risco maior da possibilidade de venda da terra pela administração municipal, o que seria mais difícil de ocorrer caso a responsabilidade fosse do governo federal ou estadual, os quais normalmente atuam nas áreas rurais em se tratando de assentamentos para a Reforma Agrária. De fato, se a Prefeitura não contribuir com a implantação de infraestrutura (estradas e redes de abastecimento) e serviços (posto de saúde e escola), como sempre promete, segundo os assentados, mas nunca cumpre, as atividades agrícolas podem ser atingidas. Dessa forma, como ressalta a Assentada 1, a própria prefeitura “pode tirar a função social da propriedade” ao inviabilizar a permanência e o uso produtivo da terra pelos assentados.

Cabe lembrar que, no título o tempo do direito de posse da terra, foi estabelecido como indeterminado, interpretado pela Assentada 1 como positivo, no sentido de poder abranger várias gerações. Porém, conforme levantou o Assentado 5, o mesmo pode ser interpretado de forma diferente, ou seja, o tempo do direito de posse pode ser até eles não conseguirem mais produzir na terra, justificando legalmente que não estão fazendo cumprir a função social desta. Como há muitos lotes irregulares, nada garante que esses lotes serão direcionados para serem lotes rurais com atividades agrícolas, dado o contexto da expansão urbana e especulação imobiliária da região.

Para os gestores, o risco de integração de posse dos lotes vendidos ou em desacordo com o que está previsto no título de posse da terra consiste em uma ameaça para o Assentamento, pois já sabem que há alguns lotes vendidos ou trocados e nem todos os lotes têm produção agrícola. Segundo o Gestor 2, a “exploração para outros fins que não a produção rural pode justificar a reintegração de posse pela Prefeitura”, o que gera a retirada de algumas famílias do Assentamento. A retirada, segundo ele, também acaba sendo prejudicial no sentido do Assentamento ter um número pequeno de famílias atuantes. Esse gestor destaca que essa possibilidade será averiguada através do diagnóstico. Segundo ele, no título está muito claro que, na ocorrência de qualquer troca ou forma que não esteja prevista na lei, os assentados devem comunicar ao Município, com o risco de serem notificados e, se permanecer a situação, o Município, via Procuradoria, irá tomar as devidas providências, como a reintegração de posse.

O Gestor 1 também aponta que a venda de lotes é uma atividade irregular que justifica a reintegração de posse. Ele compreende que há uma forte pressão imobiliária sobre poucas pessoas que hoje se encontram na área do Assentamento. O lote “invadido” (vendido), vistoriado por ele, é um exemplo que pode ocorrer com outros lotes, ampliando o risco de perda de lotes para o Assentamento, se a Prefeitura entender que podem ser utilizados para outros fins, como a transformação como área urbana. Esse gestor entende, pelo o que já observou, que “as pessoas saem e as pessoas entram”, sem um aviso prévio à Prefeitura. Por outro lado, também aponta que há a necessidade de uma maior fiscalização da Prefeitura nesse sentido.

O risco de uma integração de posse em lotes vendidos corresponde a uma ameaça real de redução da área do Assentamento, inclusive para fins urbanos, ou seja, há um risco do crescimento da expansão urbana sobre a área rural através disso.

(iv) Especulação e expansão urbana

A especulação e expansão urbana são as principais ameaças do Assentamento e seu entorno destacadas pelos agentes, a partir de questões internas relatadas pela comunidade e questões externas apontadas pelos gestores públicos.

Para a comunidade, os assentados relatam que sofrem constantes pressões para que vendam seus lotes a compradores ilegais, principalmente para fins de loteamentos urbanos. Nesse caso, segundo eles, gera um problema de modificação do uso da terra que prejudica o andamento das atividades produtivas na área do Assentamento, além de prejudicar a organização coletiva interna, pois essa ação é ilegal em um assentamento da Reforma Agrária.

Essa ameaça está diretamente associada à fraqueza que a comunidade já tem com a venda de boa parte dos lotes nas últimas três décadas, como mencionado anteriormente. “Os compradores de terrenos”, como eles se referem, assediam as famílias de assentados frequentemente, conforme vários relatos, principalmente as que têm lotes próximos às divisas, ou seja, próximos à expansão urbana cada vez mais próxima. O Assentamento já sofreu a venda de 39% de seus lotes, mesmo que irregularmente, conforme o atual levantamento realizado por eles. Os assentados sabem que esse processo não é simples de ser revertido, mesmo que a terra esteja sob controle legal da Prefeitura. Segundo eles, foram muitos anos de “descuido” das várias administrações que por ela passaram e que fizeram com que os assentados perdessem o controle desse processo de venda de lotes.

A especulação imobiliária, segundo ressalta o Assentado 3, está “cada vez mais próxima das divisas do Assentamento”. Eles estão se sentindo cercados pela expansão urbana, que nem sempre ocorre de forma regular. Como comentado anteriormente, tais

vendas se intensificaram na época em que o Município retirou a área rural do Plano Diretor, o que incentivou a compra de lotes para fins de especulação imobiliária, já que a Cidade estava (e ainda está) crescendo para a Região de Cabuçu, onde se localiza o Assentamento. Recentemente, a partir de 2009, foram inúmeros os projetos do programa MCMV construídos em áreas próximas ao Assentamento, valorizando as propriedades locais. Nesse caso, são conjuntos habitacionais de até quatro pavimentos que acabam fazendo um contraste na paisagem rural da região, como mostra a figura 66.



Figura 66 - Expansão urbana próxima ao Assentamento.
Foto: acervo da autora (2016).

Essa imagem foi capturada no percurso até a entrada da área do Assentamento, na Estrada do Mugango, estrada que liga a Vila Aliança a Rodovia Estadual RJ-105 – eixo de expansão urbana metropolitana e distante menos de um quilômetro da entrada do Assentamento. De um lado dessa estrada, há apenas pequenas residências rurais, como chácaras, e de outro lado, onde era apenas um campo, agora estão construindo dois grandes conjuntos habitacionais multifamiliares. Cabe mencionar que a maioria dos conjuntos habitacionais nessa região são multifamiliares, sendo apenas 6% unifamiliares⁷⁷, ou seja, limítrofe às áreas rurais estão sendo construídas edificações com grande densidade urbana, contrastando com o caráter rural do entorno.

O loteamento Cidade Paradiso, mencionado anteriormente, é um dos principais complexos urbanos lindeiros à área do Assentamento, situado na divisa norte de Marapicu. Essa “cidade” – grande loteamento urbano – foi aprovada para ser construída em uma grande área de plantação de eucaliptos, referida pelos assentados como a Fazenda de Eucaliptos.

⁷⁷ Conforme a Secretaria de Habitação e Regularização fundiária de Nova Iguaçu, das 12.700 unidades construídas e/ou entregues, através do PMCMV, apenas 800 são residências unifamiliares.

Essa fazenda, até 1997, era uma reserva de plantações de árvores exóticas (reflorestamento) do Município, ou seja, era considerada uma área rural até a revisão do Plano Diretor que transformou o Município em 100% urbano. Quando houve a segunda revisão e o retorno da área rural, no Plano Diretor em 2008, ainda assim a área foi considerada urbana para fins de aprovação do Cidade Paradiso. Atualmente, somente parte do projeto está construída. Esse empreendimento consiste em um complexo de 460ha previstos para densificar (em termos populacionais) a região, prevendo o uso e ocupação para diferentes atividades urbanas. Além de residências unifamiliares e multifamiliares, também faz parte do projeto a construção de uma rodoviária e de um heliporto, caracterizando um novo polo urbano do Município. O Assentamento, a título de comparação, tem uma área total de 318ha.

Nesse sentido, como exalta a Assentada 1, Marapicu se tornou “uma ilha verde no meio do asfalto”, na perspectiva positiva de ser um local de produção agrícola em meio a expansão urbana. Ela ressalta que o Assentamento é a “alça da xícara” dos demais assentamentos, imaginando Marapicu e demais assentamentos de Campo Alegre como uma grande xícara. Nesse contexto, a área do Assentamento está rodeada de loteamentos urbanos, já em construção ou aprovados para serem executados, caracterizando-se como uma das poucas áreas rurais entre eles. O histórico de ocupação dessa região partiu de um *boom* de loteamentos irregulares, na década de 1950, com o apoio da Prefeitura na época, conforme mencionado no capítulo 2. Dessa forma, a ameaça percebida pela comunidade vem se intensificando do mesmo modo que a expansão urbana vem historicamente se desenvolvendo no Município através de compradores ilegais e, também, devido às aprovações legais da Prefeitura para instalação de loteamentos residenciais ou de caráter urbano.

Para os gestores, o crescimento da expansão urbana sobre a área do Assentamento é um problema atrelado à especulação imobiliária na região. Através da especulação imobiliária, segundo destaca o Gestor 2, há uma ameaça premente e constante sobre essa área. Segundo ele, infelizmente, a falta da presença do Estado contribuiu em certa medida para a falta de controle em relação à venda de lotes no Assentamento.

Os estudos sobre a expansão urbana do Município, conforme explica o Gestor 1, indicam como principal eixo de crescimento da cidade o Eixo km32 (Avenida Abílio Augusto Távora-Rodovia Estadual RJ-105), próximo ao Assentamento. Ele explica que, justamente, devido a esses estudos, em 2012, foi aprovado o empreendimento Cidade Paradiso, justamente situado na divisa norte da área do Assentamento. As figuras 67 e 68 mostram duas imagens aéreas, respectivamente, com a situação atual e a situação prevista da implantação do Cidade Paradiso em relação ao Assentamento.

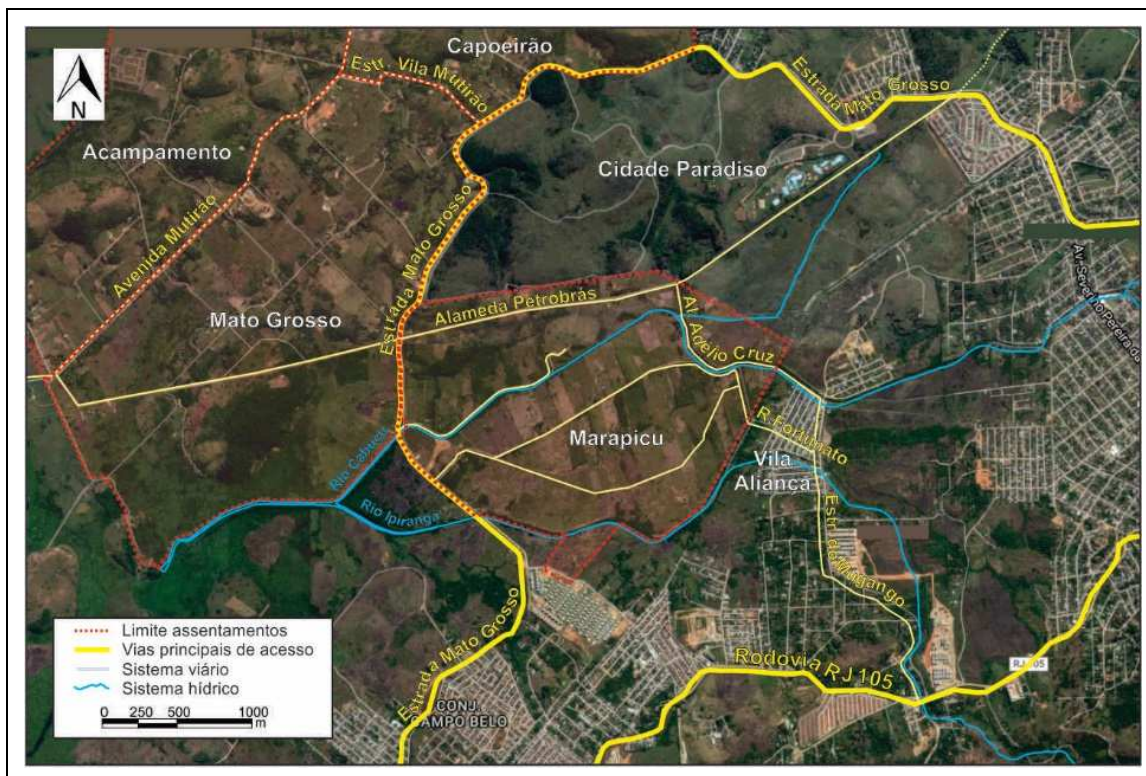


Figura 67 - Cidade Paradiso hoje x Marapicu na URG Cabuçu.
 Fonte: elaborado pela autora a partir de Google Earth (2016).

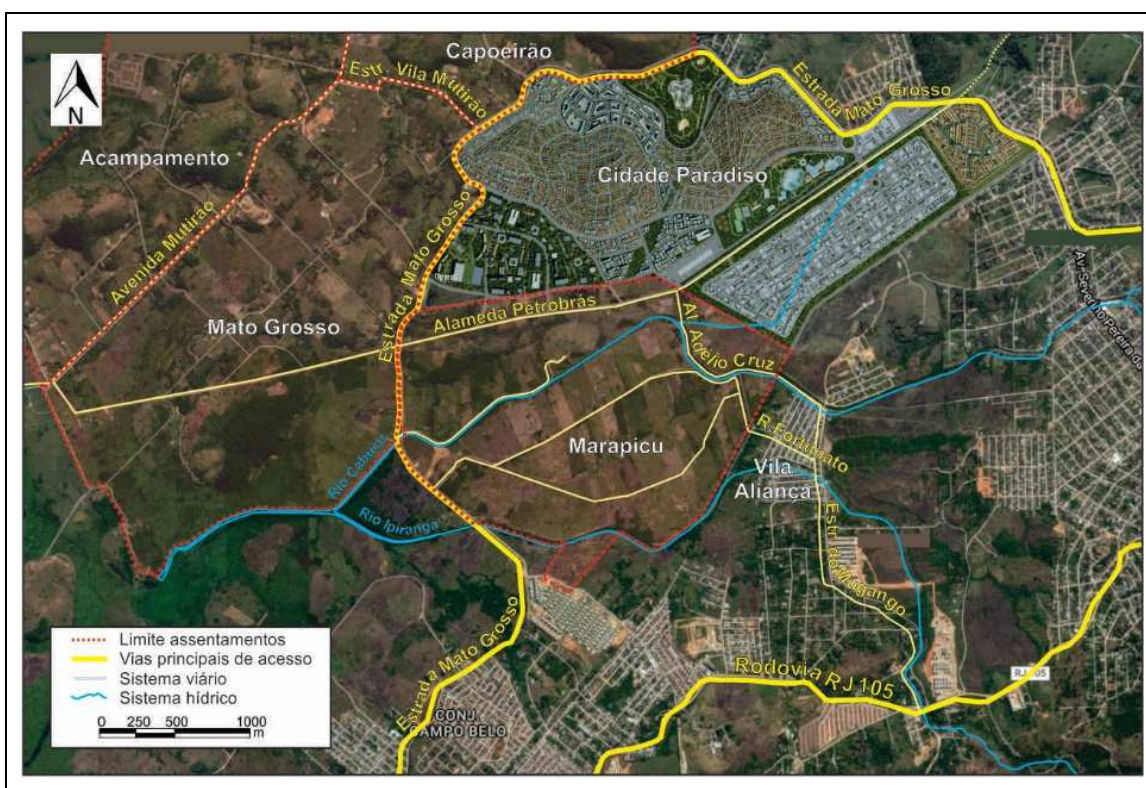


Figura 68 - Cidade Paradiso aprovada x Marapicu na URG Cabuçu.
 Fonte: elaborado pela autora a partir de Google Earth (2016) e Google Maps (2016).

Como é um empreendimento recente, a área desse empreendimento ainda é denominada pelos assentados de Marapicu como Fazenda de Eucaliptos, pois foi, como já

mencionado, uma grande área de reserva de plantações comerciais de árvores exóticas para o reflorestamento da região e ainda possui grande parte da cobertura vegetal de eucaliptos, já que somente uma parte do projeto aprovado foi construída. Apesar do empreendimento ter como um dos propósitos a integração com o entorno, como consumidor de produtos agrícolas, configura-se também uma possível expansão urbana sobre a área do Assentamento, dada a sua localização e a implantação das vias de acesso.

Na figura 67, pode-se perceber a parte existente do empreendimento (clube e habitações unifamiliares), situadas na primeira via interna que é a continuidade da Alameda da Petrobrás, por onde passam os dutos da Petrobrás. Esse eixo viário é o eixo básico de circulação do empreendimento. Além disso, para que as pessoas desse empreendimento tenham acesso a Rodovia RJ-105 (Av. Abílio Augusto Távora) – principal eixo de crescimento da URG Cabuçu (Eixo km32), é necessário cruzar a área do Assentamento, através da Alameda Adélio Cruz, e vias externas, como a Rua Fortunato, na Vila Aliança, e Estrada do Mugango. Além disso, como mencionado anteriormente, a via que contorna o empreendimento, a Estrada Mato Grosso é outro eixo viário importante na região, o qual delimita a atual área rural da área urbana. Nesse sentido, Marapicu, assim como os assentamentos Capoeirão e Mato Grosso, lindeiros ao Cidade Paradiso, acabam se tornando futuras áreas potenciais de crescimento urbano a longo prazo, principalmente Marapicu que é cortado pelo eixo viário principal empreendimento.

Apesar da parte existente ser regular e legal, ela já tem gerado alguns conflitos com a área do Assentamento, em relação à destinação irregular dos esgotos no Rio Cabuçu que cruza o Assentamento. Esse rio nasce na área do empreendimento. Esse tipo de conflito prejudica a produção agrícola do Assentamento, agravando-se com outras partes construídas nessa mesma condição, sendo provável que essa poluição aumente e inviabilize a produção, tornando-se a principal ameaça à continuidade das atividades que são a base para a existência de Marapicu.

Cabe mencionar ainda que o empreendimento Cidade Paradiso foi amplamente divulgado em diversos meios de comunicação como a solução que traria o desenvolvimento e a refuncionalização urbana para a URG Cabuçu, potencializando o crescimento urbano da região através de novos loteamentos próximos ao empreendimento, como o Jardim Nova Vida e o Cidade Jardim Cabuçu. Nesse sentido, a possibilidade de uma futura pressão da expansão urbana no entorno do empreendimento é possível, como o caso da área do Assentamento que é propriedade da Prefeitura. Se houver interesse da Prefeitura, assim como foi de seu interesse em relação à área do Cidade Paradiso, a área do Assentamento também pode vir a ser uma reserva fundiária futura.

Conforme destaca o Gestor 1, “a Cidade cresce na direção do Assentamento”, tanto de forma ordenada, como é o caso do empreendimento Cidade Paradiso, quanto de forma desordenada, como os demais loteamentos populares existentes. Ele explica que o território municipal está sendo comprimido, principalmente o centro da Cidade e, por isso, as pessoas estão se deslocando em direção à Cabucu. Esse gestor comenta que os parâmetros previstos em lei para o crescimento da Cidade ainda não foram alcançados, mas os deslocamentos estão ocorrendo do centro para a direção de Cabucu, ao longo do Eixo do km32. O número de loteamentos já aprovados e construídos mostra esse movimento, principalmente os recentes empreendimentos construídos através do PMCMV. Segundo o Gestor 1, através desse Programa, foram construídas e/ou entregues 12.700 unidades, dentre as quais 800 eram casas. Para ele, a procura de casas é maior do que a de apartamentos e foram poucas, no final, as casas construídas pelo Programa. Como as pessoas preferem morar em casas, segundo ele, mesmo que sejam casas irregulares situadas em beiras de rios ou áreas protegidas.

Nesse contexto, segundo esse gestor, o Assentamento se torna um potencial de crescimento, pelo fato de haver poucas pessoas em uma área grande, justamente na região de expansão urbana do Município. Apesar de ainda haver muitos vazios urbanos na URG Cabucu, conforme destaca pelo Gestor 1, há um crescimento urbano que busca áreas mais baratas, como as de borda urbana. O Assentamento situa-se, nesse caso, em borda urbana, porém, em área rural. Ele associa o Assentamento a “um pontinho dentro do Município que tenta se manter naquele lugar” em meio à forte expansão urbana da Cidade sobre a sua área, tornando-se uma ameaça à permanência desse assentamento na região. Para ele, a forte pressão imobiliária ocorre sobre poucas pessoas na região, onde ainda há baixas densidades demográficas, como do próprio Assentamento e na área rural como um todo.

(v) Redução da área rural municipal

A redução da área rural no município de Nova Iguaçu, segundo os gestores, torna-se uma ameaça ao Assentamento, no sentido de acabarem sendo incorporados à área urbana, dada a situação de esvaziamento do grupo e os conflitos internos. O Gestor 1 destaca que há, infelizmente, uma destruição do “patrimônio rural” do Município e que, no caso de Cabucu, talvez a região não comporte uma área rural tão grande para a produção. Para ele, não adianta só o gestor querer manter aquela área rural, como os assentados requerem, que não vai conseguir. Com o tempo, segundo ele, o número de pessoas que está ali dentro vai diminuir e, como é uma área grande, a pressão imobiliária vai começar a destruir esse “patrimônio”. Nesse sentido, o Gestor 2 também aponta a redução da área rural através da especulação imobiliária e indica que segue como uma ameaça premente e constante sobre a área do Assentamento. Segundo ele, infelizmente, por não haver uma presença do Estado,

não foi possível controlar a compra e troca de lotes, os quais acabaram mudando o perfil do Assentamento, pois quem adquire não tem por objetivo a produção agrícola.

Apesar de não haver um estudo específico na Prefeitura sobre a área rural e suas demandas no Município, o Gestor 1 aponta a perspectiva da Prefeitura como sendo a de que as áreas rurais estão cada vez mais reduzidas no Município. Por isso, ele questiona o fato da necessidade de haver uma área rural, pois poderia haver áreas de produção na própria área urbana. Segundo ele, “é possível produzir em qualquer quintal” e, por isso, seria importante ver quais são as brechas da legislação federal para que seja possível a incorporação das áreas rurais dentro de áreas urbanas, a fim de que seja viável reconhecer um produtor rural sem que ele precise estar em uma área rural. Ele ressalta que o planejamento através do zoneamento no território acaba “atrapalhando” este tipo de coisa, pois, talvez haja dentro de um loteamento ou condomínio uma área produção agrícola – áreas de produção como “pinguinhos”, segundo ele, dentro de uma zona residencial, por exemplo. Nesse sentido, esse gestor aponta a importância de ser revista a questão de áreas menores de produção dentro do Município e não em uma área tão grande em conjunto, como no caso do Assentamento. Porém, cabe mencionar que a legislação atualmente, no caso de um assentamento da Reforma Agrária, requer que, para tanto, a área deva ser rural e ainda ter uma organização coletiva diferenciada e não pequenos locais distribuídos em área urbana.

Para o Gestor 3, que acompanhou a revisão do Plano Diretor de 1997, quando foi retirada a área rural do Município, os impostos dessa área deveriam ficar no Município, que é quem gerencia o território e oferece os serviços essenciais de transporte coletivo, saúde e educação. Porém, tais impostos vão para o governo federal, o que inviabiliza economicamente as ações do Município nessa área. Fora isso, a alíquota paga nas áreas rurais é muito baixa, segundo ele, o que não justificou na época a retirada da área rural. Essa é uma questão que continua em aberto e que deveria ser resolvida, pois há um conflito entre os entes federativos responsáveis pelo território municipal. Conforme esse gestor, a área rural de um município é tanto responsabilidade da União quanto do município, mas os impostos são federais e baixos. Mesmo que uma parcela desses impostos retorne à prefeitura, os valores são insignificantes. Para ele, os impostos deveriam ser municipais, viabilizando com que o município gerisse seu território como um todo (rural e urbano). O tributo rural no município poderia suprir os insumos como, por exemplo, equipamentos para as áreas rurais (tratores ou manilhas), bem como voltar os tributos aos serviços essenciais para melhor atender a população rural. Assim, a questão da redução da área rural, bem como novamente sua possível retirada futura, via revisões do Plano Diretor, segue sendo uma ameaça ao Assentamento.

Os pontos positivos (Fortalezas e Oportunidades) e negativos (Fraquezas e Ameaças) descritos mostram algumas das contradições, tensões, conflitos e receios apontados pelos

agentes, em relação aos aspectos internos (Fortalezas e Fraquezas) e externos (Oportunidades e Ameaças) do Assentamento e seu entorno. Algumas perspectivas são correlatas a ambos os agentes, pois, pode-se dizer que, devido ao longo tempo de existência do Assentamento (27 anos), de certa forma, se criou um discurso mais homogêneo em relação aos pontos positivos e negativos apontados pelos agentes. Dessa forma, com a intenção de sintetizar e resumir tais pontos, se destacam os mais relevantes e representativos a partir de dez palavras-síntese, conforme apresenta-se na tabela 8.

Tabela 8 - Palavras-síntese das perspectivas dos agentes.

1. Título	<p>Ponto positivo: fortaleza por ser um documento que a legitima juridicamente o direito de posse e o uso real como um assentamento da Reforma Agrária e seguirem, como tal, por mais de uma geração. Além disso, é uma oportunidade de acesso a recursos e direito de cobranças por apoio e assistência técnica.</p> <p>Ponto negativo: ameaça devido à ambiguidade e à sazonalidade dos governos, sob o risco de terem o título por tempo indeterminado, podendo ser curto, se o grupo não cumprir com a função social da terra de produção alimentar e organização coletiva, bem como vender ou trocar os lotes.</p>
2. Prefeitura	<p>Ponto positivo: fortaleza por estar presente nas atuais reuniões da ACM e por estar desenvolvendo o diagnóstico da área, o qual se torna uma oportunidade de regularizar todos os lotes, incluindo novas famílias e ampliando o grupo, assim como potencializar as ações de apoio legais da Prefeitura, bem como o reconhecimento da área rural no Plano Diretor do Município.</p> <p>Ponto negativo: ameaça devido à possibilidade de reintegração de posse dos lotes vendidos e sua transformação em área urbana para fins de habitação social, reduzindo o grupo e a área do Assentamento.</p>
3. ACM	<p>Ponto positivo: fortaleza por ser a organização sociopolítica e econômica interna, bem como a representação externa que viabiliza as oportunidades de acessar recursos do INCRA e demais programas das instituições parceiras (Iterj, Emater-Rio, CPT e AS-PTA).</p> <p>Ponto negativo: fraqueza devido à situação de desarticulação e esvaziamento do grupo, potencializado pela saída dos jovens e pela participação de pessoas com idade mais avançada, bem como a situação de insegurança do lote coletivo, associada ao fato da sede não ser do próprio Assentamento.</p>
4. Produção	<p>Ponto positivo: fortalezas que identificam a comunidade como assentamento rural, associada à oportunidade de ser aprimorada através da formação de jovens pela UFRRJ e de ser comercializada através da Feira da Roça e futuramente do PAE/RJ. Além disso, há oportunidades de venda da produção agrícola no entorno imediato do Assentamento, como no empreendimento Cidade Paradiso.</p>

	Ponto negativo: fraquezas devido à: falta de água; saída dos jovens; falta de controle de acesso; e falta de infraestrutura de redes e serviços públicos, bem como ameaças de: secas e inundações; invasão de bois; violência urbana, macroestruturas dentro da área; especulação e expansão urbana; e uso do solo urbano pela Prefeitura.
5. Visibilidade	Ponto positivo: fortalezas pela referência de resistência e conquistas que o Assentamento tem desde a época da ocupação da área, passando pelas conquistas de retorno da área rural e título de posse do Assentamento, assim como oportunidades pelo seu reconhecimento nas feiras da área urbana (Feira da Roça)
6. Violência	Ponto negativo: fraquezas, devido à falta de controle dos acessos voltados à circulação do tráfico e policiais, bem como ameaças, devido às invasões de bois, venda ilegal de lotes e especulação imobiliária interna.
7. Área Rural	Ponto positivo: fortaleza pelo fato de haver o seu reconhecimento no atual Plano Diretor do Município, em conjunto com as áreas ambientais. Ponto negativo: fraqueza enquanto o seu não reconhecimento em algumas situações, sendo um desafio constante de permanecer como tal ao longo das próximas revisões dos Planos Diretores.
8. Exp. urbana	Ponto negativo: ameaça à permanência futura do Assentamento, devido ao potencial de crescimento urbano associado, e à indefinição da área ser rural ou urbano. Também associada à fraqueza devido à venda ilegal de lotes, às famílias terem outra residência fora da área e à falta de infraestrutura adequada serviços públicos dentro do Assentamento. Além disso, as macroestruturas que cruzam a área do Assentamento inviabilizam o uso de parcelas do solo e direcionam futuros eixos de circulação que podem vir a integrar às vias externas do entorno.

Dentre essas palavras-síntese, cabe ressaltar que a “expansão urbana” é uma das poucas relacionada apenas a pontos negativos. A questão do crescimento urbano sobre a área rural da região e, por consequência a não permanência do Assentamento como área rural, foi considerada uma perspectiva negativa pelos agentes. Portanto, os cenários possíveis a serem desenvolvidos de caráter mais urbano, transformando a área do Assentamento e seu entorno em área urbana, estarão mais relacionados a cenários negativos, ao passo que os cenários que apontam para a permanência como rural estarão mais relacionados a cenários positivos. Dessa forma, os pontos positivos e negativos estarão relacionados, respectivamente, às características rurais e urbanas no território.

Além disso, a fim de territorializar as perspectivas dos agentes na área do Assentamento e seu entorno, alguns elementos territoriais representativos das relações e interações entre rural e urbano foram elencados e correlacionados às categorias de análise

da interface rural-urbana, utilizados para a montagem dos cenários. Dessa forma, busca-se ampliar a visualização de tais perspectivas exemplificadas no território, a fim de que seja possível abrir a discussão das possibilidades existentes para esse caso.

3.3 CATEGORIAS DE ANÁLISE DA INTERFACE RURAL-URBANA

As categorias de análise da interface rural-urbana de Marapicu apresentam as questões apontadas na perspectiva dos agentes, simplificadas através de palavras-síntese. Os elementos territoriais de Linha, Área e Ponto foram relacionados às oito palavras-síntese, de acordo com as três escalas de análise do território: (i) escala metropolitana da RMRJ; (ii) escala urbana da URG Cabuçu; e (iii) escala interna da área do Assentamento. A tabela 9 mostra essas correlações, explicadas posteriormente.

Tabela 9 - Palavras-chave e elementos territoriais da interface rural-urbana.

PALAVRA SÍNTESE	ELEMENTO TERRITORIAL		
	LINHA	ÁREA	PONTO
1) Título	Fronteira entre rural e urbano (Escala urbana)	Área Assentamento (Escala urbana)	Local de referência (Escala metropolitana)
2) Prefeitura		Conjunto de lotes irregulares (Escala interna)	Lotes irregulares (Escala interna)
3) ACM			Centro de convergência (Escala metropolitana)
4) Produção	Eixos de circulação e infraestrutura (Escala urbana)	Recorte territorial dentro do lote (Escala interna)	Locais de comércio - feiras urbanas (Escala metropolitana)
5) Visibilidade			Local de reconhecimento (Escala metropolitana)
6) Violência	Eixos de circulação do circuito do tráfico (Escala interna)	Lotes ao longo do circuito do tráfico (Escala interna)	
7) Área Rural		Assentamento rural (Escala urbana)	Referência de retorno no plano diretor (Escala metropolitana)
8) Expansão urb.	Eixos de macroestruturas (Escala metropolitana)	Loteamentos regulares e irregulares (Escala urbana)	

- 1) **Título**: relacionado aos elementos Linha – por ser uma fronteira estabelecida entre o que é rural e o que é urbano na escala urbana; Área – por estabelecer um recorte territorial legalmente reconhecido como área rural nessa mesma escala, e Ponto – por ser um local de referência de regularização fundiária dentre os demais assentamentos na escala metropolitana da RMRJ;

- 2) **Prefeitura:** relacionado aos elementos Área – associado ao conjunto de lotes irregulares que serão transformados em área rural ou urbana, bem como Ponto – por esses mesmos lotes serem locais irregulares dentro da área do Assentamento, em desacordo com os processos legais e regimentos internos da comunidade;
- 3) **ACM:** relacionada ao elemento Ponto – por ser um centro de convergência entre diferentes agentes que atuam nas áreas rurais ou urbanas, na escala metropolitana, territorializada em diferentes locais: lote coletivo, outro lote ou em residência na Vila Aliança;
- 4) **Produção:** relacionada aos elementos Linha – por estar associado aos eixos de circulação viária (escoamento dos produtos) e de infraestrutura de serviços (abastecimento de luz e água) na escala urbana; Área – por ser um recorte territorial específico dentro de cada lote do Assentamento na escala interna; e Ponto – por gerar locais de comércio em feiras urbanas na escala metropolitana;
- 5) **Visibilidade:** relacionada ao elemento Ponto – pelo Assentamento ser um local de reconhecimento, propiciado frequentemente nas feiras urbanas e nos diversos eventos ao longo da história de resistência e conquistas da comunidade há 27 anos, na escala metropolitana;
- 6) **Violência:** relacionada aos elementos Linha – associado aos eixos de circulação do circuito do tráfico que ligam as comunidades lindeiras; e Área – associado aos lotes situados ao longo desses eixos, ambos na escala interna;
- 7) **Área Rural:** relacionada aos elementos Área – associado à área do Assentamento que é uma parcela da área rural municipal na escala urbana, e Ponto – por ser uma referência de retorno dessa área no Plano Diretor Municipal na escala metropolitana;
- 8) **Expansão urbana:** relacionada aos elementos Linha – associado aos eixos de macroestrutura urbana (abastecimento de água, energia elétrica, gás e circulação viária) os quais cortam a área do Assentamento e a interligam a outras áreas, na escala metropolitana, e Área – associado aos loteamentos urbanos regulares e irregulares situados próximos ao Assentamento na escala urbana.

Essas palavras-síntese são também associadas aos atributos correlatos a cada um dos três tipos de elementos territoriais: (i) Linha de: Transformação (LT), Conexão (LC), Negação (LN) e Barreira (LB); (ii) Área de: Transformação (AT), Conexão (AC), Negação (AN); e Barreira (AB); e (iii) Ponto de: Transformação, Conexão (PC), Negação (PN) e Barreira (PB). Dessa forma, os quatro atributos associados a esses três tipos de elementos territoriais foram doze categorias de análise da interface rural-urbana de Marapicu.

3.3.1 Linhas de Transformação, Conexão, Negação e Barreira

As categorias territoriais de análise da interface rural-urbana de Marapicu do tipo Linha foram relacionadas às palavras-síntese: título (fronteira entre rural e urbano na escala urbana); produção (eixos de circulação e infraestrutura na escala urbana); violência (eixos de circulação do circuito do tráfico na escala interna); e expansão urbana (eixos de macroestruturas na escala metropolitana). A partir dos elementos territoriais, associados a essas palavras e seus diferentes atributos, bem como outros exemplos, são apresentadas as categorias de análise da interface rural-urbana de Marapicu do tipo Linha, conforme mostra a tabela 10.

Tabela 10 - Interface rural-urbana do tipo Linha (L).

ATRIBUTO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
Linha de Transformação (LT)	Fronteira que define mudança de direção, definição ou delimitação existente ou prevista entre duas áreas (recortes territoriais).	- Perímetro urbano (fronteira rural e urbano) - Limite administrativos (bairros, zonas, regiões) - Limite bacias hidrográficas
Linha de Conexão (LC)	Fronteira ou eixo de fluxo, troca, movimento, deslocamento, comunicação, escoamento ou movimento contínuo de algo que segue o curso, trajeto, caminho, via ou percurso.	- Perímetro urbano (fronteira rural e urbano) - Vias de circulação de veículos - Eixos de macroestrutura urbana - Eixos hídricos (rios)
Linha de Negação (LN)	Fronteira ou eixo existente, mas não reconhecido formalmente ou informalmente (linha invisível ou obscura), promovendo a presença da ausência.	- Limite entre urbano e rural - Eixos de abastecimento (água e luz) sem acesso - Rios poluídos (uso impróprio) - Circuito ou rota do tráfico
Linha de Barreira (LB)	Fronteira ou eixo, permeável ou impermeável, entre duas áreas (recortes territoriais)	- APPs de rios; - Eixos de abastecimento (água e luz) impedidos de uso

Essas categorias são analisadas em relação aos exemplos relacionados à interface rural-urbana de Marapicu nas três escalas de análise do território.

(i) Linha de Transformação (LT)

O tipo LT está relacionado, no estudo de caso, principalmente, ao título de posse do Assentamento que a comunidade possui. Esse documento determina, no território, uma fronteira entre a área rural (assentamento) e a área urbana na URG Cabuçu. Essa fronteira pode ser visualizada através de uma perspectiva visual de dentro da área do Assentamento, marcada por uma faixa de prédios recentemente construída ao longo da Rodovia RJ-105, como mostra a figura 69.



Figura 69 - Interface rural-urbana do tipo Linha de Transformação (LT).
Fotos: acervo da autora (2015).

Na figura 69, os prédios estão distribuídos linearmente ao longo de uma rodovia (RJ-105), correspondendo também a uma faixa de área urbana situada entre a área rural do Assentamento (abaixo) e a área rural de preservação ambiental – Maciço do Mendanha⁷⁸ (acima). A partir dessa faixa de prédios, há uma transformação do uso e ocupação do solo ao longo da rodovia.

A Rodovia RJ-105 também corresponde a uma interface rural-urbana do tipo LT, pois consiste em um dos principais eixos viários de expansão urbana do Município, segundo o Plano Diretor de Nova Iguaçu, assim como da RMRJ, segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Integrado. Esse eixo viário corresponde a um elemento territorial que abrange tanto a escala urbana quanto a metropolitana de análise do território. A figura 70 mostra um diagrama referente a essa rodovia como uma interface rural-urbana do tipo LT, destacando a malha urbana existente ao longo desse eixo de circulação e de crescimento urbano na URG Cabuçu.

⁷⁸ A área de preservação ambiental também é definida como área rural.

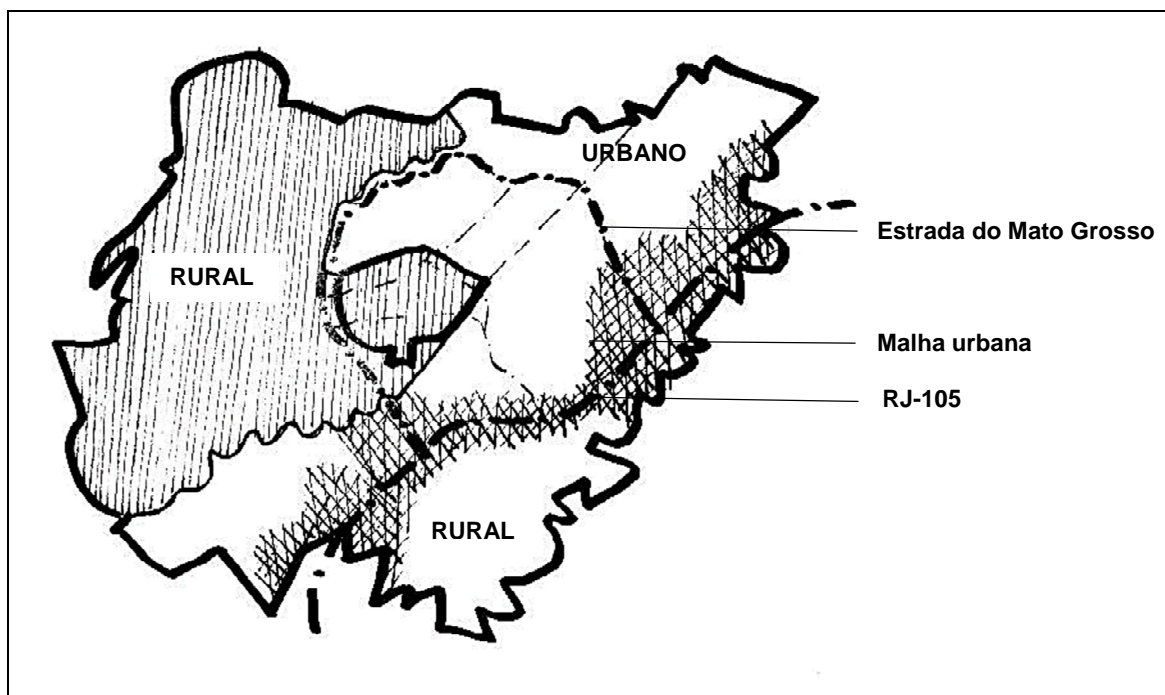


Figura 70 - Rodovia RJ-105 na URG Cabuçu como interface rural-urbana do tipo LT.

A figura 70 mostra que o crescimento urbano vem se expandindo, de forma linear, junto com o eixo da rodovia e, também de forma transversal, ao longo das vias transversais, principalmente da Estrada do Mato Grosso. Essa Estrada consiste em uma das fronteiras a oeste da área do Assentamento com o restante da área rural existente na URG Cabuçu. Cabe destacar que, em ambos os lados da RJ-105, há área rural, porém é em direção ao lado oeste que o crescimento urbano vem se expandindo, sobre a área rural dos assentamentos da Reforma Agrária dessa URG, como o caso de Marapicu. Do lado leste, há a área rural de preservação (Morro do Mendanha) que limita essa expansão urbana, devido à topografia acentuada e à legislação pertinente.

Outros exemplos do tipo Linha de Transformação (LT), também em relação as fronteiras que modificam as fronteiras entre as áreas rurais e urbanas, são os limites administrativos das divisas entre bairros, setores ou zonas. Tais limites são estabelecidos e modificados frequentemente, conforme critérios morfológicos e de sistemas de gestão. Essas fronteiras não são fixas, e sim mutáveis, a exemplo das modificações que ocorreram nas revisões dos Planos Diretores de Nova Iguaçu em 1997 e 2008. Na primeira revisão, os limites entre as áreas rurais e urbanas foram extintos do Município, pois a área rural não mais existia no Plano Diretor e, assim, o perímetro urbano passou a ser o mesmo do território municipal. Na segunda, a área rural retornou e o perímetro urbano voltou a delimitar os limites entre essa área e a urbana.

Devido a essas modificações, parte da URG Cabuçu até hoje apresenta algumas controversas sobre o perímetro urbano existente de fato. Algumas das famílias assentadas

de Marapicu são identificadas como população urbana perante os comerciantes locais, pois residem no Bairro Ipiranga – considerado um bairro urbano. O limite físico entre esse Bairro e o Bairro Campo Alegre – bairro considerado rural – corresponde ao Rio Cabuçu, que corta a área do Assentamento ao norte, dividindo-o entre ambos os bairros. A figura 71 mostra um diagrama que a linha que divide tais bairros pelo Rio Cabuçu.

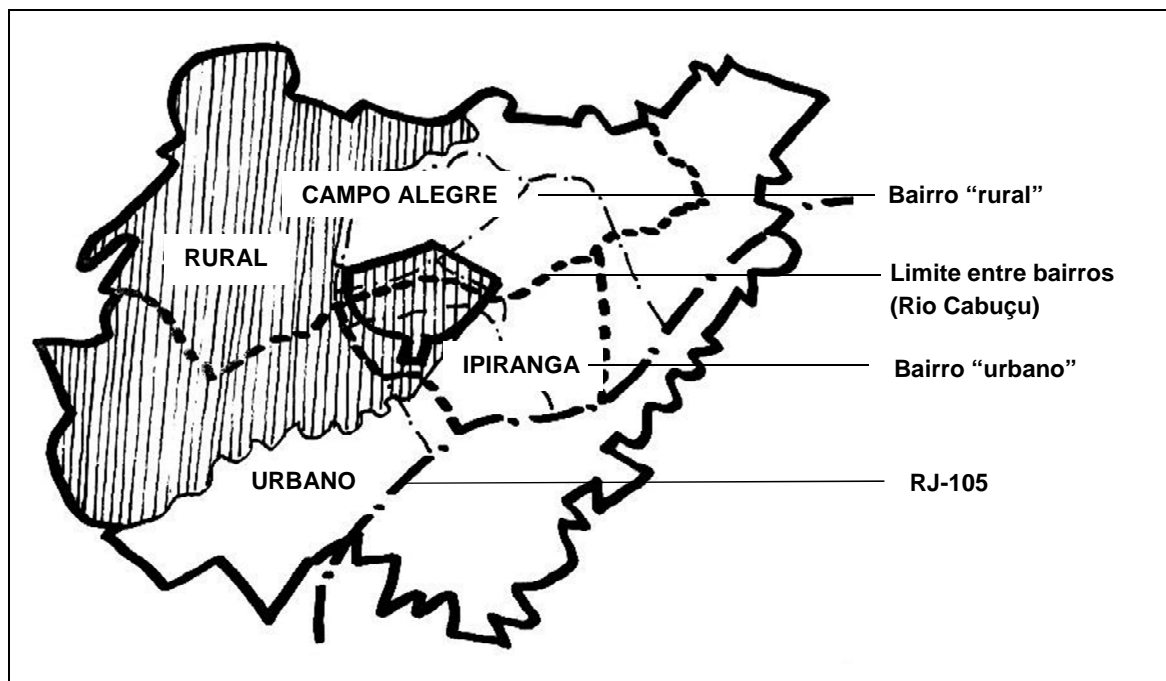


Figura 71 - Limites entre bairros (Rio Cabuçu) como interface rural-urbana do tipo LT.

O Rio Cabuçu dividia, anteriormente, a área rural e urbana, as quais correspondiam, respectivamente, aos bairros Campo Alegre e Ipiranga. Atualmente, o primeiro hoje compreende as áreas dos assentamentos de Campo Alegre e a parte norte da área de Marapicu, em conjunto com as áreas de loteamentos urbanos recentes. O segundo, o Bairro Ipiranga, compreende a parte sul da área de Marapicu e áreas urbanas de loteamentos populares tanto antigos quanto recentes. Como tais delimitações não são claras para todos e nem são estanques no território, surgem alguns conflitos de identificação e delimitação legal e de fato.

Esses exemplos mostram algumas das características dos elementos lineares, apontados nas perspectivas dos agentes, que apresentam atributos de transformação e mudanças tanto de direção quanto de definição ou delimitação, seja essa existente ou prevista, entre duas áreas, gerando uma série de transformações e características específicas a partir desses elementos no território.

(ii) Linha de Conexão (LC)

O tipo LC está relacionado, no estudo de caso, aos eixos de circulação viária e às áreas lineares ao longo dos mesmos; e aos eixos hídricos e de infraestrutura, nas diferentes

escalas de análise do território. Todos esses são elementos territoriais lineares, que fazem a ligação entre a área urbana e a rural, através dos fluxos de circulação de mercadorias, pessoas, águas e serviços.

Em relação aos eixos de circulação viária, na escala metropolitana, a Rodovia Federal BR-493/RJ-109 (Arco Metropolitano) consiste, segundo o PDDUI, em um dos principais eixos viários que tem o papel de escoamento da produção agrícola e produção industrial da RMRJ. Porém, cabe mencionar que tais atividades geram conflitos com os assentamentos rurais metropolitanos, pois não condizem com a escala de produção da agricultura familiar dos mesmos. Essa Rodovia corresponde a um eixo de circulação que tem como característica fazer a ligação entre a mancha urbana metropolitana, situada abaixo, e a área rural de proteção ambiental, situada acima. A figura 72 mostra um diagrama da RMRJ com os principais eixos viários que conectam a Capital às áreas rurais acima do Arco Metropolitano.

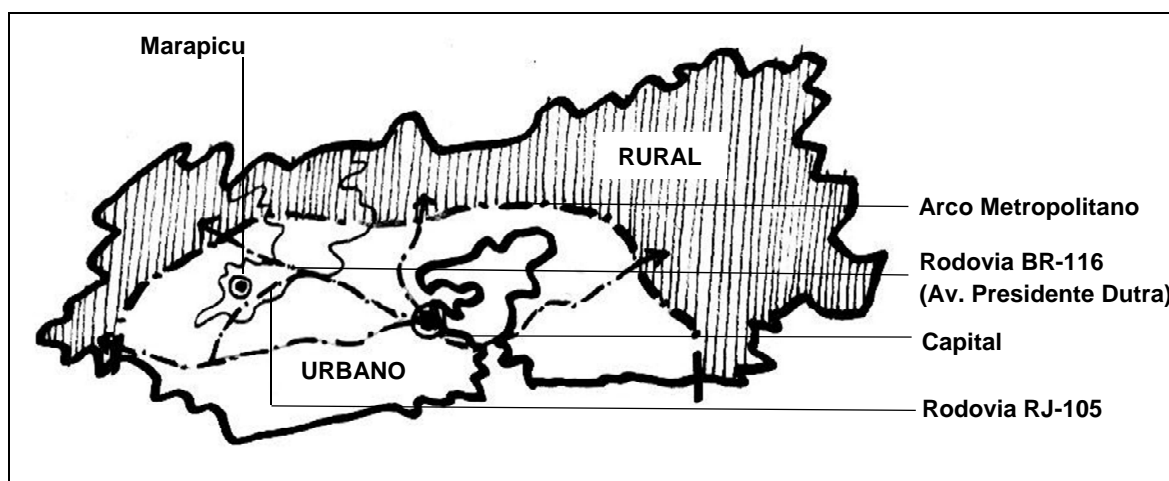


Figura 72 - Eixos viários da RMRJ como interface rural-urbana do tipo LC.

Conforme representado na figura 72, abaixo do Arco Metropolitano, há outra rodovia fundamental que é a BR-166 (Avenida Presidente Dutra), que liga as áreas urbanas situadas entre os estados do Rio de Janeiro a São Paulo. Em direção à Nova Iguaçu, a Rodovia RJ-105 interliga as áreas urbanas municipais, sendo um dos principais eixos de crescimento urbano da Baixada Fluminense. Essa Rodovia, que faz a ligação entre a Capital e o Assentamento, é utilizada como eixo de escoamento da produção agrícola para as feiras urbanas do centro de Nova Iguaçu (Feira da Roça) e do centro da capital (Feira da Reforma Agrária).

A faixa de área rural, situada ao longo do Arco Metropolitano, também está associada a uma interface rural-urbana do tipo LC por estabelecer a ligação entre a área ambiental, situada ao norte da RMRJ, e a área de expansão urbana, situada ao sul, conforme mostra o diagrama da figura 73.

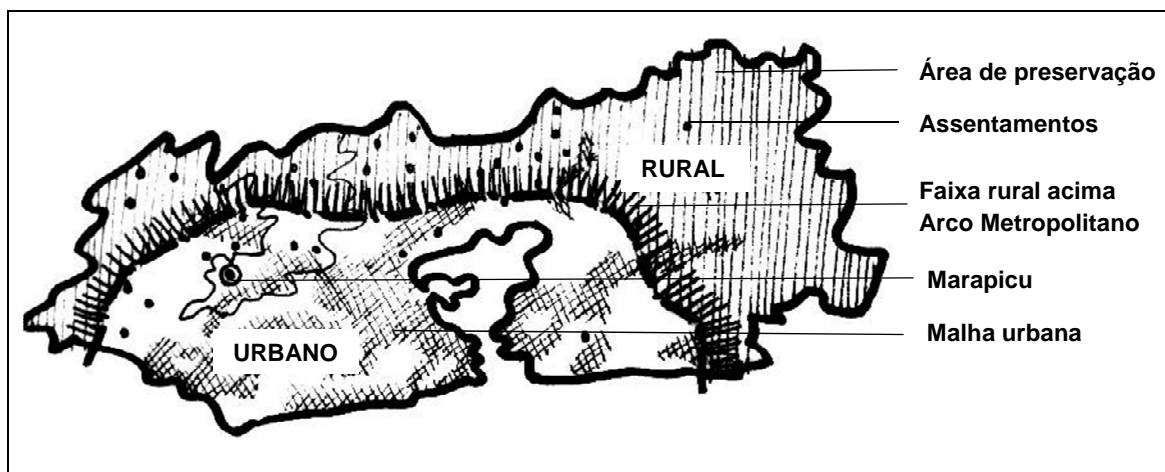


Figura 73 - Faixa rural na RMRJ como interface rural-urbana do tipo LC.

Essa faixa rural também se caracteriza por áreas industriais existentes e/ou previstas no PDDUI. Cabe mencionar que a maioria dos assentamentos da Reforma Agrária da RMRJ se situa ao longo dessa faixa rural ou logo acima desta, como destacado na figura 73. Os assentamentos, que estão situados abaixo dessa faixa, como o caso de Marapicu, acabam sofrendo mais a pressão da expansão urbana metropolitana.

Na escala urbana da URG Cabuçu, a Rodovia RJ-105, além de ser uma interface rural-urbana do tipo LT, também está relacionada ao tipo LC por fazer ligação entre as manchas urbanas existentes ao longo da Rodovia, propiciando uma continuidade espacial. Um mesmo elemento territorial pode estar associado a mais de um tipo de atributo. O mesmo ocorre com o perímetro urbano, que corresponde a uma fronteira que estabelece a ligação e a relação direta entre as áreas rurais e urbanas do Município, além de marcar a transformação de uma área em outra – urbana e rural e vice-versa. Esse elemento territorial é tanto uma interface rural-urbana do tipo LC quanto do tipo LT. A figura 74 mostra um diagrama com tais questões do perímetro urbano enquanto um tipo LT, o qual estabelece na escala urbana da URG Cabuçu os limites legais entre a Zona Rural e a Zona Urbana do Município.

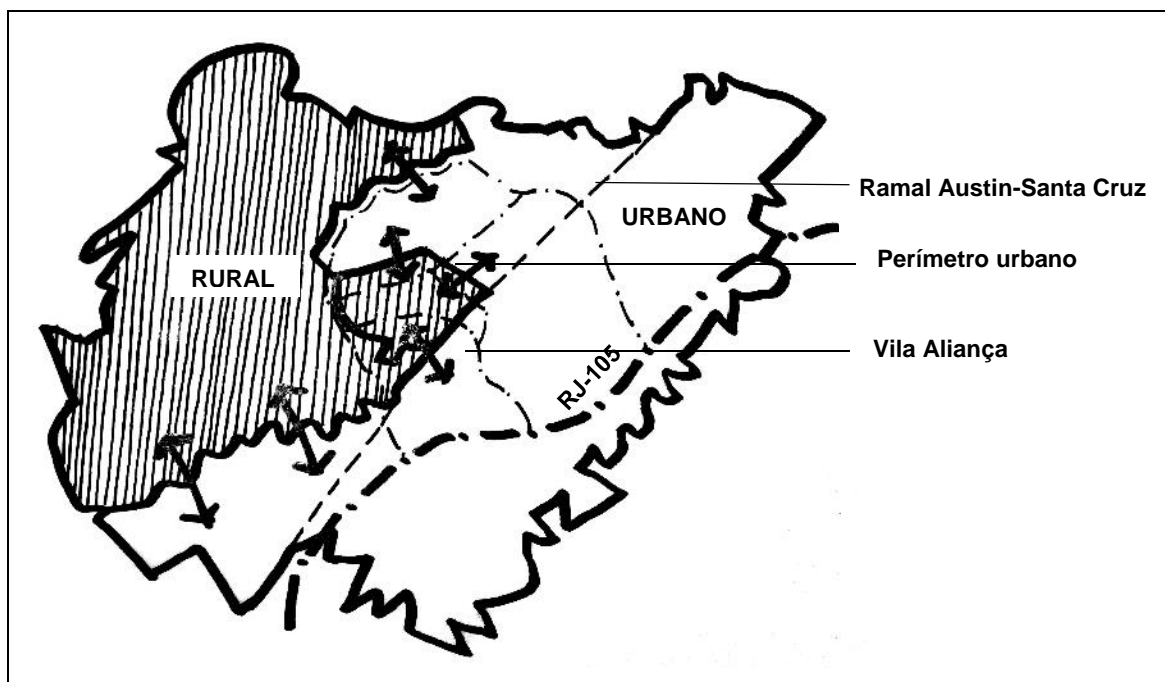


Figura 74 - Perímetro urbano na URG Cabuçu como interface rural-urbana do tipo LT.

A figura 74 também destaca o Ramal Austin-Santa Cruz, que consiste no antigo eixo ferroviário que estabelecia, historicamente, a fronteira entre rural e urbano em Nova Iguaçu. Atualmente esse ramal está desativado, mas segue sendo um elemento territorial linear que marca a conexão entre as áreas rurais e urbanas na URG Cabuçu. Em alguns pontos dessa antiga fronteira, a expansão urbana já ultrapassou o seu limite. Atualmente, o perímetro urbano coincide com esse elemento linear e tangencia a área do Assentamento a leste, onde há as maiores pressões pela expansão urbana através da especulação imobiliária. É nessa fronteira que se estabelecem as maiores conexões entre a área rural do Assentamento e a área urbana dos loteamentos vizinhos, como o caso da Vila Aliança. Ali há o principal acesso ao Assentamento e é onde a maioria das famílias assentadas têm outra residência. Além disso, é, também, por essa fronteira que se estabelecem os conflitos e tensões provenientes da violência urbana, principalmente atrelada ao circuito de tráfico de drogas local.

Além da RJ-105, a expansão urbana também ocorre ao longo das vias principais de circulação da URG-Cabuçu, principalmente em direção às áreas rurais, como o caso das Estradas do Mato Grosso e do Mugango. Ambas Estradas conectam as áreas rurais e urbanas como uma interface rural-urbana do tipo LC. Essas Estradas também são do tipo LT, pois transformam o padrão do uso e ocupação do solo ao longo de seu eixo viário. A figura 75 mostra um diagrama que destaca as vias internas e externas, que fazem a conexão entre a área rural e urbana na URG Cabuçu, cruzando ou tangenciando a área do Assentamento.

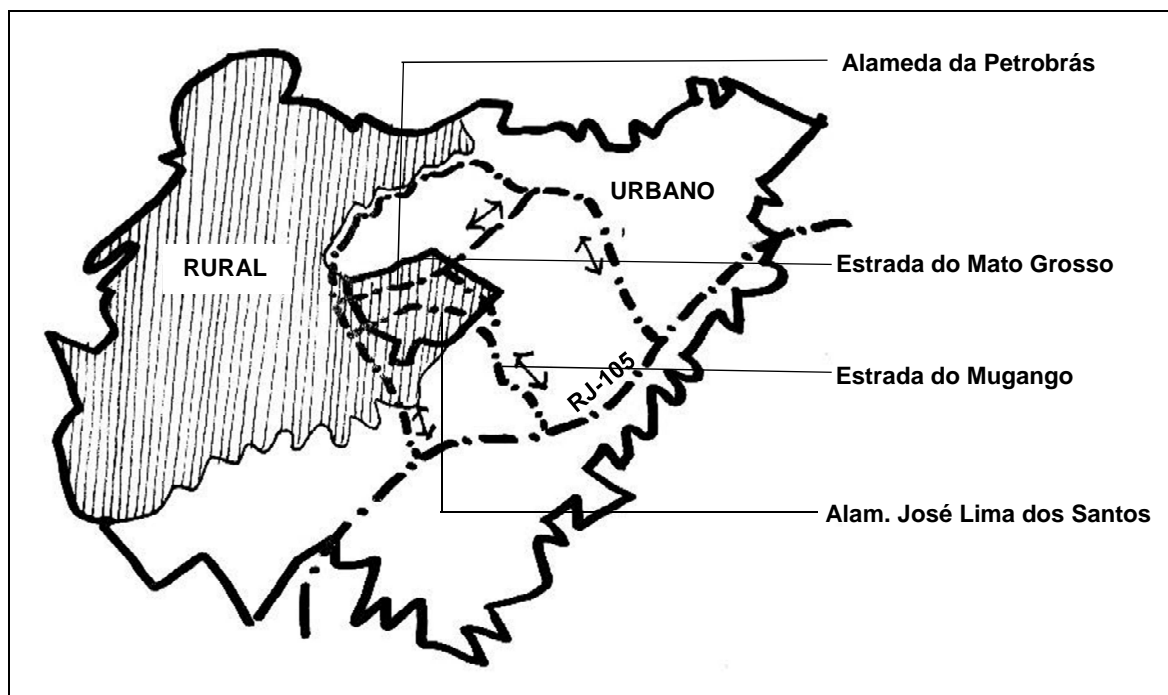


Figura 75 - Eixos viários da URG Cabuçu como interface rural-urbana do tipo LC.

A Estrada do Mato Grosso, conforme mostra a figura 75, contorna a área do Assentamento, iniciando e terminando na RJ-105. A Estrada do Mugungo é por onde se dá o principal acesso à área, fundamentalmente através da Rua Fortunato, na Vila Aliança. Em relação às vias internas, essas se ligam às vias externas através das Alamedas José Lima dos Santos (principal via interna) e da Petrobrás. Todas elas são elementos territoriais do tipo LC por estabelecerem a conexão entre as áreas rurais e urbanas na escala urbana da URG Cabuçu e escala interna da área do Assentamento e seu entorno.

Em relação aos eixos de hídricos, na escala urbana, esses são importantes elementos de conexão e de ligação entre as áreas urbanas e rurais da URG Cabuçu através do fluxo das águas, como os Rios Cabuçu e Ipiranga, que cruzam a área do Assentamento. As águas desses Rios nascem na área urbana, passam pela área rural e chegam na Estação de Tratamento de Águas (ETA) da Companhia Estadual de Abastecimento de Água e Esgoto (Cedae) – localizada nos limites entre os municípios de Nova Iguaçu e Seropédica. Essas águas passam, pelo Assentamento, poluídas e impróprias para o uso. A figura 76 mostra um diagrama com o fluxo das águas desses Rios que saem da área urbana até a ETA-Cedae.

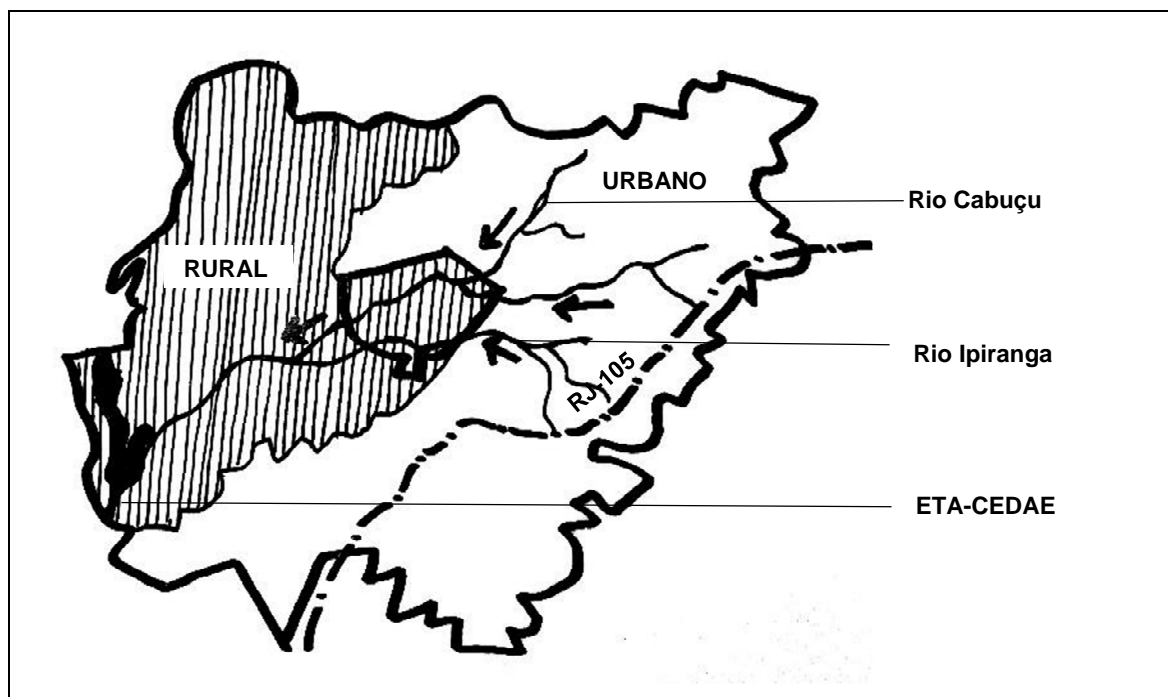


Figura 76 - Eixos hídricos como interface rural-urbana do tipo LC.

Nessa mesma escala, em relação aos eixos de infraestrutura, esses também estão associados à interface rural-urbana do tipo LC porque cruzam o Assentamento e ligam as redes de energia elétrica e abastecimento de água entre as áreas urbanas e rurais. Mesmo que na escala interna da área do Assentamento tais redes sejam precárias, elas existem e tem esse papel de ligação.

Esses exemplos mostram algumas das características dos elementos lineares, apontados nas perspectivas dos agentes, que apresentam atributos de fluxos, trocas, comunicação, deslocamentos ou movimento contínuo entre as áreas rurais e urbanas, através de algo que segue um curso, ou um caminho, transpassando ambos os recortes territoriais pré-estabelecidos.

(iii) Linha de Negação (LN)

O tipo LN está relacionado no estudo de alguns eixos de infraestrutura urbana de abastecimento de água, energia elétrica e gás que cruzam a área do Assentamento, mas não abastecem a comunidade, como as macroestruturas urbanas citadas anteriormente. O mesmo está relacionado aos rios, que cruzam a área e estão poluídos, e também são uma interface rural-urbana desse tipo, pois há uma água disponível, mas inacessível e/ou inadequada ao uso. Além desses, o circuito do tráfico de drogas presente, mas que deve ser considerado ausente para a maioria das pessoas e, ainda, os limites entre rural e urbano perante a expansão urbana.

Na escala urbana, os limites entre rural e urbano nem sempre estão claros ou são negados, principalmente no que tange a especulação imobiliária junto às áreas rurais. Como já mencionado, tais limites existentes foram negados em 1997 e retornaram em 2008, durante as revisões do Plano Diretor de Nova Iguaçu, o que gerou conflitos até hoje sobre as delimitações físicas entre tais áreas. Apesar do não reconhecimento legal da área rural entre 1997 e 2008, havia uma delimitação de fato, como no caso da área do Assentamento, onde havia, inclusive atividades rurais de produção agrícola. Por um lado, na Prefeitura havia um setor de planejamento urbano que negava esse limite e, por outro, um setor de desenvolvimento agrícola que auxiliava na comercialização dessa produção das feiras da cidade. Durante esse período, o perímetro urbano de fato ficou “invisível” à legislação urbana local e, nesse sentido, esteve relacionado a uma interface rural-urbana do tipo LN.

Na escala interna, as macroestruturas urbanas que cruzam a área, no caso as linhas de energia elétrica da Light e dutos subterrâneos da Petrobras (abaixo da Alameda da Petrobrás), estão presentes, mas são negadas à comunidade. As águas dos rios Cabuçu e Ipiranga, que também cruzam a área, existem, mas são impróprias para o consumo e o uso na produção agrícola. Ambos mostram que há uma presença da ausência. No caso dos Rios, cabe mencionar que, por falta de opção, a comunidade acaba utilizando essas águas porque somente em alguns lotes há poços rasos, os quais são precários. A figura 77 mostra um diagrama com as macroestruturas urbanas e os rios Cabuçu e Ipiranga que cruzam a área do Assentamento.

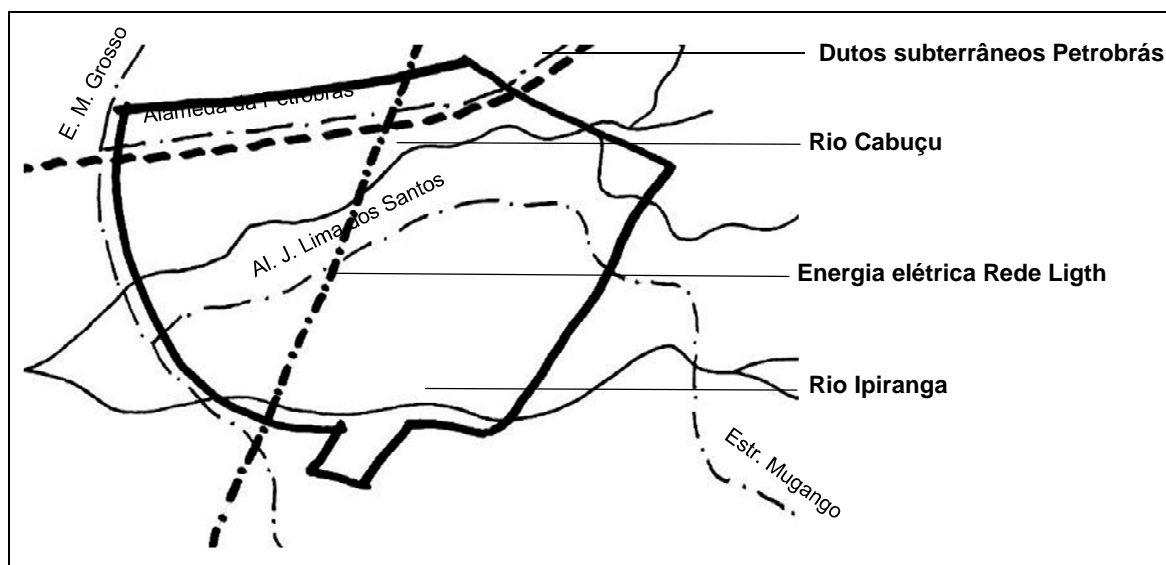


Figura 77 - Macroestruturas e rios como interface rural-urbana do tipo LN.

O circuito do tráfico de drogas existente em ambas as comunidades urbanas vizinhas, as Vilas Aliança e da Marinha (COHAB), e está diretamente relacionado à violência urbana que se instalou dentro da área do Assentamento, por essa ser uma rota estratégica de fuga e

de comunicação mais rápida entre essas comunidades. A figura 78 mostra um diagrama com as vias internas e externas à área utilizadas pelo tráfico.

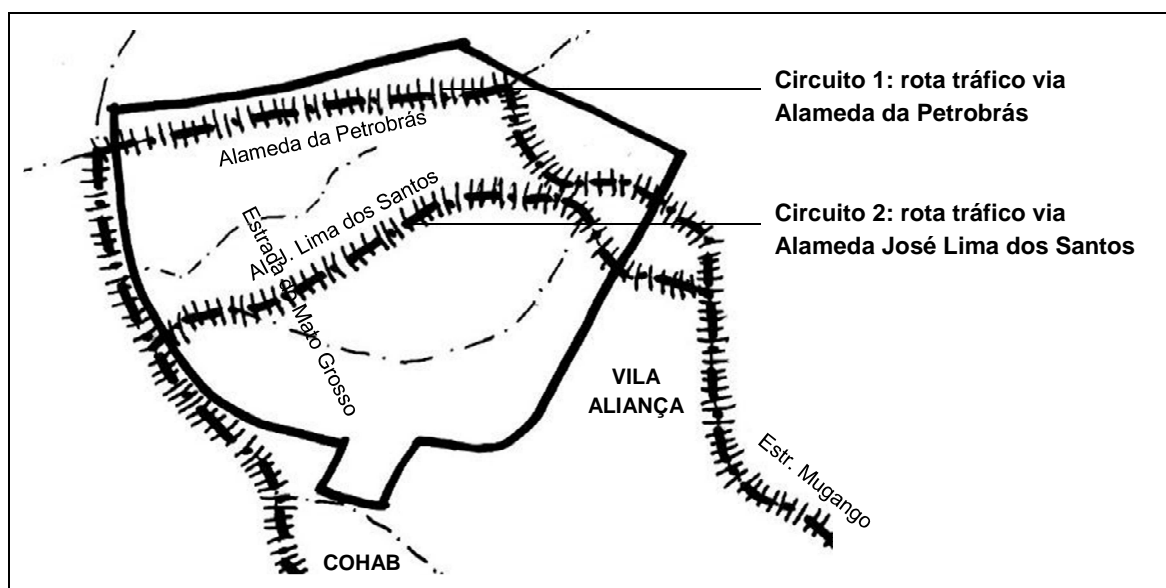


Figura 78 - Circuitos de tráfico como interface rural-urbana do tipo LN.

Esse circuito e essa violência existem, mas não podem ser explicitados pela comunidade. Para tanto, é utilizada a Estrada do Mugango, na Vila Aliança, passando pelas vias internas do Assentamento (Alameda Adélio Simões Cruz – principal via interna – e a Alameda da Petrobrás), para ter acesso à Estrada do Mato Grosso, que leva à Vila da Marinha (COHAB) – ambas as estradas são ligadas a Rodovia RJ-105 (principal rodovia da região).

Os circuitos não são muito comentados pela comunidade, por uma questão de segurança, negociação e reciprocidade entre as pessoas envolvidas com o tráfico e os assentados. Devido a isso, há uma insegurança constante na área do Assentamento, principalmente nos lotes situados ao longo das vias internas utilizadas pelo tráfico. Tanto as pessoas envolvidas com o tráfico quanto os policiais, que acabam utilizando tais vias, determinaram que os acessos à área não fossem fechados. Isso fez com que os assentados perdessem o controle da entrada e saída de pessoas do Assentamento. A relação entre o tráfico e a violência urbana vem impossibilitando o uso rural da área interna, mesmo que de forma obscura, correspondendo, assim, a uma interface rural-urbana do tipo LN.

Esses exemplos mostram os elementos lineares apontados nas perspectivas dos agentes, que não são reconhecidos ou não são explícitos, na área do Assentamento e seu entorno, como fronteiras e eixos existentes, mas invisíveis ou obscuros tanto formalmente quanto informalmente, promovendo o atributo de presença da ausência.

(iv) Linha de Barreira (LB)

O tipo LB está relacionado, no estudo de caso, às APPs dos rios e também aos eixos de infraestrutura de abastecimento e circulação viária. A Rodovia RJ-105, além de relacionar-se aos tipos LT e LC, também está ao tipo LB, no sentido de ser um eixo de circulação e de crescimento urbano, que representa um impedimento do crescimento da própria área rural, assim como impede a sua correlação com a área rural de preservação ambiental próxima (Maciço do Mendanha).

A produção agrícola, desenvolvida no Assentamento, está relacionada aos elementos territoriais lineares que cruzam a área do Assentamento, como os eixos de macroestrutura urbana e as áreas lineares das APPs dos rios. Ambos estão associados à interface rural-urbana do tipo LB por limitarem o uso do espaço para as atividades produtivas na escala interna de análise do território. As APPs dos Rios Ipiranga e Cabuçu estabelecem um limite em relação ao uso e a ocupação do solo, cujas áreas não poderiam ser utilizadas. As macroestruturas urbanas, como aos dutos subterrâneos da Petrobrás (sob a Alameda da Petrobrás) e as linhas de transmissão de energia elétrica da Light, também restringem ou impedem o uso e ocupação do solo para tais atividades. A figura 79 mostra um diagrama com a localização das macroestruturas e APPs dos rios que cruzam a área como interface rural-urbana do tipo LB.

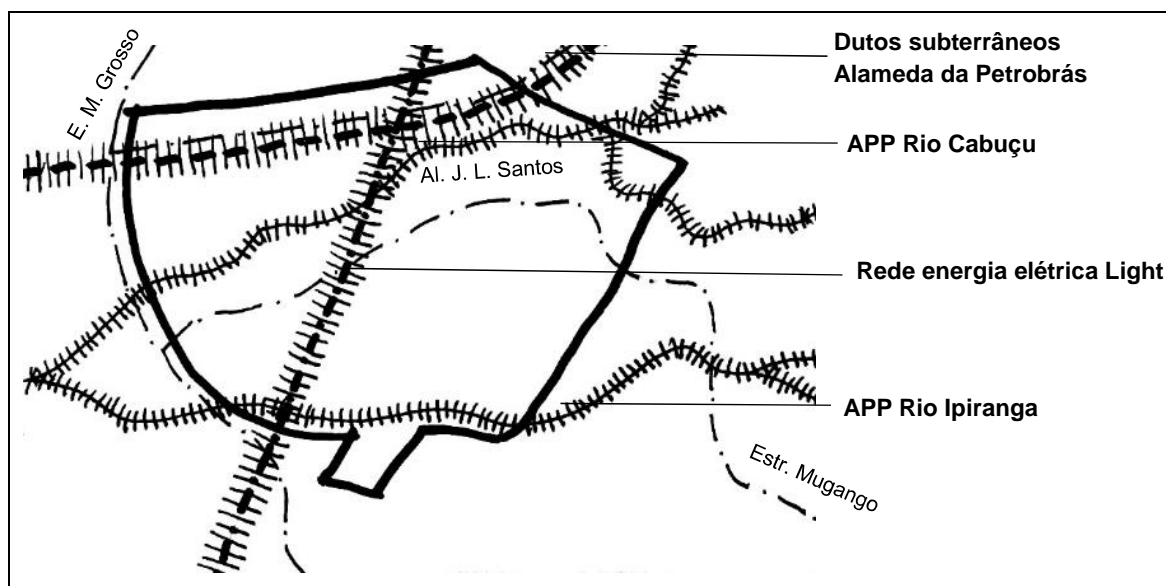


Figura 79 - Macroestruturas e APPs dos rios como interface rural-urbana do tipo LB.

A área do Assentamento, como se pode visualizar na figura 79, é permeada por eixos de macroestrutura urbana (via de circulação, dutos subterrâneos e linhas de transmissão de energia elétrica). São áreas lineares que impedem o uso do solo em partes das áreas nos lotes familiares para as atividades pertinentes à agricultura, com exceção ao uso relacionado à circulação viária na Alameda da Petrobrás, que é possível sobre os dutos. Porém, mesmo

assim, é um uso restrito e improprio à produção. Isso não significa que os assentados não utilizem essas áreas, pois, mesmo irregulares, algumas áreas nas APPs e sobre as linhas de transmissão de energia elétrica são utilizadas para a produção, mesmo com riscos à saúde.

Esses exemplos mostram as características de alguns dos elementos lineares exemplificados anteriormente, como outros tipos de interface rural-urbana do tipo Linha. Mas, por diferentes aspectos, nesse caso, revelam as questões apontadas nas perspectivas dos agentes relacionados aos atributos de barreira, associados a fronteiras e eixos de caráter permeável ou impermeável, entre recortes territoriais de caráter urbano e rural, os quais passam a impedir ou restringir o uso de determinadas áreas.

Assim, dentre os elementos territoriais apresentados, destaca-se um tipo de interface rural-urbana do tipo Linha e seu respectivo atributo: (i) perímetro urbano como Conexão (LC); (ii) linha de energia elétrica da Light como Barreira (LB); (iii) circuitos de tráfico local como Negação (LN); e (iv) Rodovia RJ-105 como Transformação (LT). A figura 80 apresenta um diagrama com esses tipos em conjunto na escala urbana da URG Cabuçu, a fim de mostrar as diferentes categorias da interface rural-urbana de Marapicu do tipo Linha.

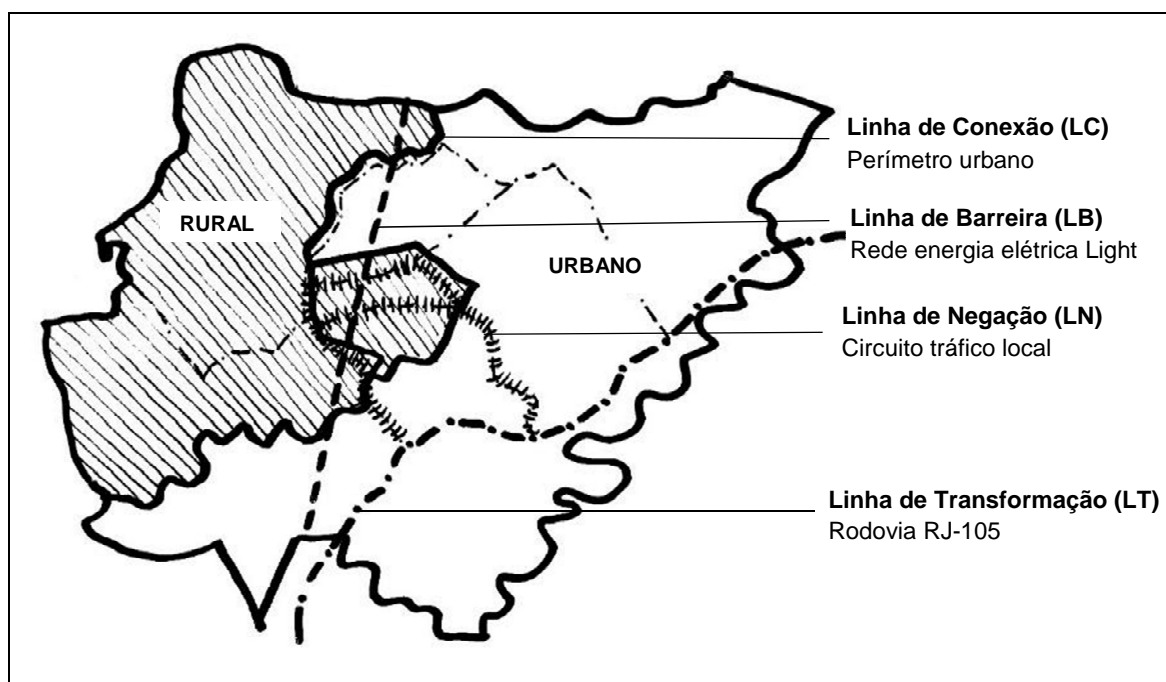


Figura 80 - Categorias da interface rural-urbana de Marapicu do tipo Linha.

As categorias de análise da interface rural-urbana do tipo Linha mostram que há inúmeros elementos territoriais do formato linear (eixos e fronteiras) que apresentam diferentes atributos, destacados pelos agentes, e são expressos no território em suas distintas escalas de análise.

3.3.2 Áreas de Transformação, Conexão, Negação e Barreira

As categorias territoriais de análise da interface rural-urbana de Marapicu, do tipo Área, foram relacionadas às palavras-síntese que apontaram formas bidimensionais: título (área do Assentamento); prefeitura (conjunto de lotes vendidos irregulares); produção (recorte territorial dentro do lote); violência (lotes ao longo do circuito do tráfico); área rural (assentamento rural); e expansão urbana (loteamentos regulares e irregulares). A partir dos elementos territoriais, associados a essas palavras e seus diferentes atributos, bem como outros exemplos, são apresentadas as categorias de análise da interface rural-urbana de Marapicu do tipo Área, conforme mostra a tabela 11.

Tabela 11 - Interface rural-urbana do tipo Área (A).

ATRIBUTO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
Área de Transformação (AT)	Recorte territorial que marca uma modificação recente ou prevista entre diferentes definições ou padrões de uso e ocupação do solo.	- Área do Assentamento - Área de expansão urbana - Área degradada; - Área de reflorestamento; - Área de regeneração
Área de Conexão (AC)	Recorte territorial que apresenta aspectos de troca, comunicação, negociação, concomitância, sobreposição, transição, continuidade ou coexistência de uso e ocupação do solo.	- Área do Assentamento - Bacia hidrográfica - Área de preservação - Área planta (relevo plano)
Área de Negação (AN)	Recorte territorial que nega a existência de uma presença, de forma regular ou irregular, não reconhecendo formalmente ou informalmente (invisível ou obscuro) o uso e a ocupação do solo (ausência de interação).	- Área do Assentamento; - Área rural especulada; - Bairro Campo Alegre (área rural); e - Área de tráfico (Vila Aliança e Vila da Marinha – COHAB)
Área de Barreira (AB)	Recorte territorial que estabelece um impedimento, rompimento, cancelamento, invalidação ou revogação em relação ao uso e à ocupação do solo	- Área do Assentamento - Área de alagamento - APPs rios - Área de preservação

Essas categorias são analisadas em relação aos exemplos relacionados à interface rural-urbana de Marapicu nas três escalas de análise do território.

(i) Área de Transformação (AT)

O tipo AT está relacionado, no estudo de caso, às áreas de expansão urbana, às áreas de bairros, a própria área do Assentamento e suas divisões internas, entre outras. As áreas de expansão urbana estão associadas a esse tipo pelo fato de potencializar as transformações das áreas rurais próximas, pois essas sofrem uma pressão constante da especulação imobiliária urbana. Tais áreas passaram a ter o atributo de transformação,

modificando o padrão de uso e ocupação do solo em um dado recorte territorial do Município, de rural para urbano ou vice-e-versa.

Na escala urbana da URG Cabuçu, por exemplo, o loteamento denominado Cidade Paradiso, situado ao norte da área do Assentamento, era uma antiga área rural de reflorestamento até 2008. Quando houve a segunda revisão do Plano Diretor, ocorreu o retorno de áreas para o uso rural no território municipal. Nesse momento, porém, assim como outros locais, essa antiga área rural não voltou a ser rural e, sim, urbana, devido à aprovação do loteamento urbano. A figura 81 mostra uma das parcelas construídas desse loteamento, associado à interface rural-urbana do tipo AT.

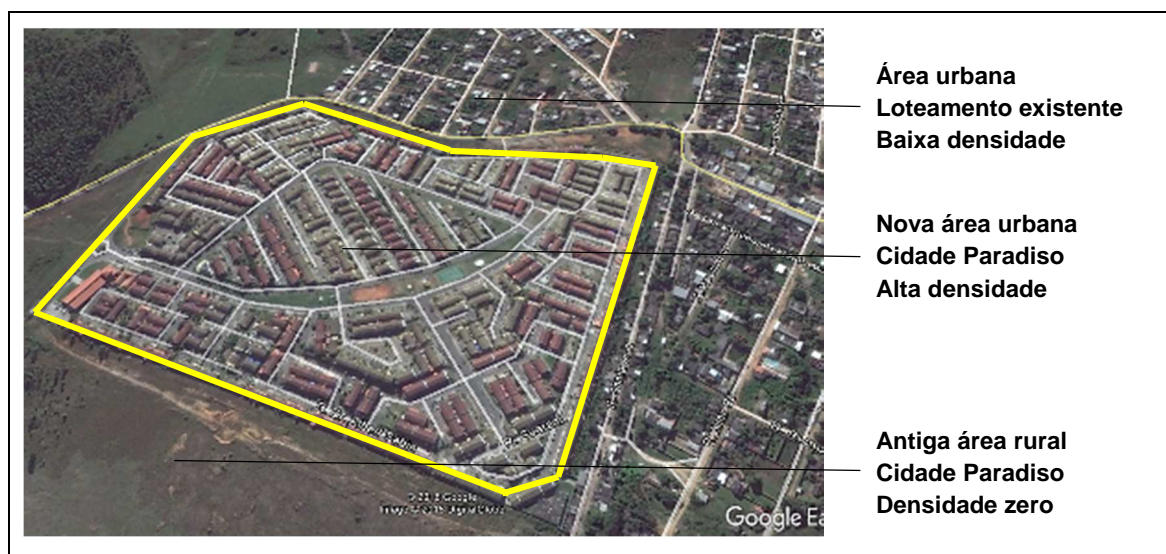


Figura 81 - Interface rural-urbana do tipo Área de Transformação (AT).
Fonte: elaborado pela autora a partir de Google Earth (2017).

O empreendimento Cidade Paradiso, como se pode visualizar na figura 81, trouxe um novo padrão de uso e ocupação, completamente diferente ao que existia até então na URG Cabuçu, voltado à intensificação do uso do solo, com alta densidade urbana. Dessa forma, algumas áreas lindeiras, de baixa densidade urbana, como o caso do Assentamento, passaram a contrastar com esse o padrão de uso e ocupação urbana. Esse empreendimento vem potencializando outros loteamentos de alta densidade urbana próximos, modificando o padrão de baixa densidade urbana existente na região.

As áreas de bairros também estão associadas ao tipo AT, como, por exemplo, o caso do conflito existente em parte da área do Assentamento, que é reconhecida como área urbana pela população local. Mesmo que essa seja uma identificação não legal sobre essa parte, a mesma se torna um recorte territorial que atrai a modificação de seu status de rural para urbana, até porque está na divisa com a área urbana legalmente definida como tal. O conjunto de lotes do Assentamento situados no Bairro Ipiranga, considerado um bairro urbano, como mencionado anteriormente, passa a ter mais pressão da especulação imobiliária para ser

transformado em loteamento urbano, mesmo que irregulares. Na escala interna, os lotes situados abaixo do Rio Cabuçu, que faz a divisa física entre esse Bairro e o Bairro Campo Alegre – considerado rural, formam um recorte territorial interno da área do Assentamento como uma interface rural-urbana do tipo AT. A figura 82 mostra a divisão na escala interna, destacando as partes norte e sul da área, situadas, respectivamente, nos bairros Campo Alegre e Ipiranga.

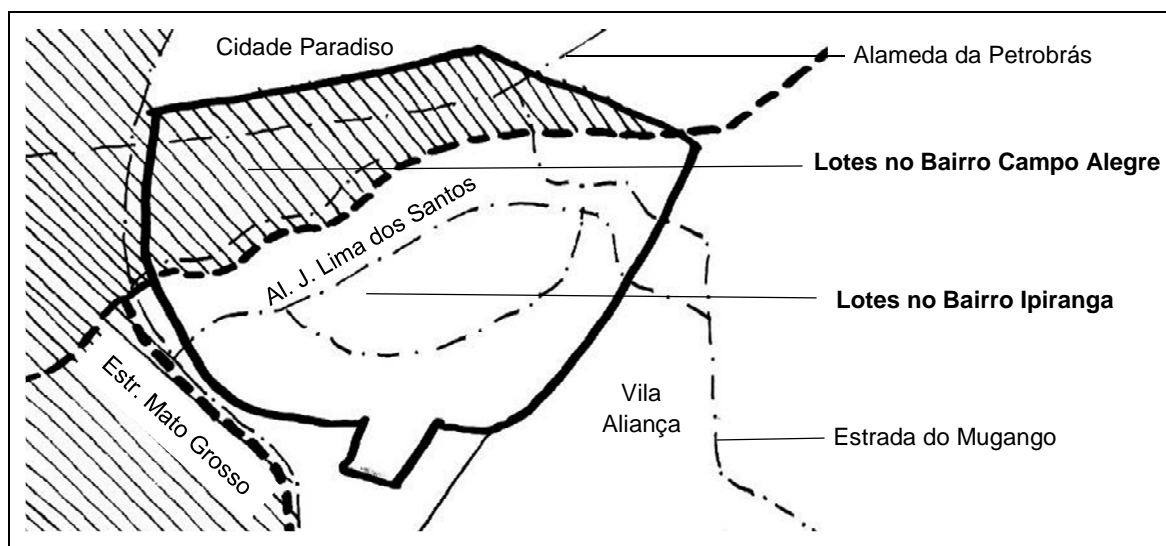


Figura 82 - Lotes da parte sul do Assentamento como interface rural-urbana do tipo AT.

Como mostra a figura 82, os lotes situados na parte sul têm uma relação de proximidade direta com a Vila Aliança (loteamento popular que faz divisa a sudoeste com o Assentamento e onde a maioria das famílias assentadas tem outra residência), principalmente através da Alameda José da Lima dos Santos que é o principal acesso à área. Porém, os lotes situados na parte norte também estão margeados pelo loteamento Cidade Paradiso – citado anteriormente, bem como tem uma ligação direta pela Alameda da Petrobrás – principal eixo de circulação desse loteamento. Nesse sentido, essa parte da área também pode vir a ter atributos de transformação pela pressão da especulação imobiliária. Isso significa que toda a área do Assentamento estaria relacionada a uma interface rural-urbana do tipo AT.

De forma mais detalhada, os lotes irregulares existentes na área, os quais representam 39% do total, são as áreas com maior atributo de transformação. Se a Prefeitura fizer de fato a reintegração de posse desses lotes e resolver transformá-los em área urbana, a área do Assentamento se recorta completamente, pois há lotes situados nas partes norte e sul da área. A figura 83 destaca a área do conjunto de lotes irregulares situados dentro da área do Assentamento, associado a uma interface rural-urbana do tipo AT.

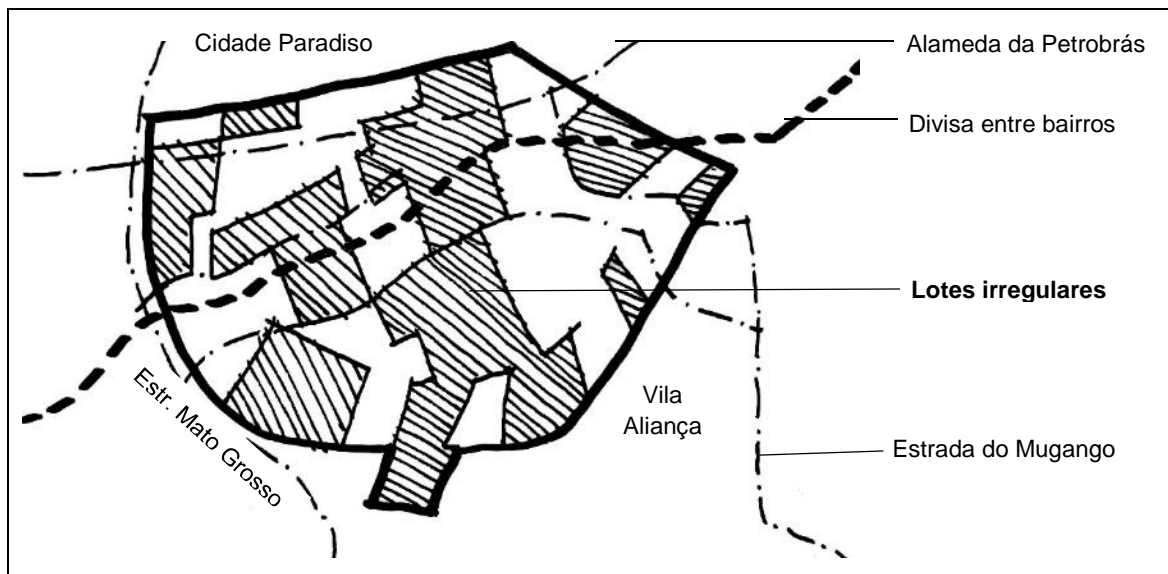


Figura 83 - Lotes irregulares do Assentamento como interface rural-urbana do tipo AT.

Assim, as áreas consideradas rurais ou urbanas, nessa escala de análise, apresentam conflitos explícitos de identificação tanto pela população local quanto pelas questões relacionadas com a irregularidade dos lotes. Na escala urbana, no caso da expansão urbana, tais áreas podem ser potenciais como AT, mas também podem ter características de ligações e trocas entre as áreas rurais e urbanas, associadas a uma interface rural-urbana do tipo Área de Conexão (AC). Outros exemplos de AT podem também estar associados às áreas degradadas, de reflorestamento e de regeneração, pois essas se caracterizam como áreas em processo de mudanças no padrão de uso e ocupação do solo. Todas podem transformar-se em área urbana ou área rural propriamente dita.

Esses exemplos mostram algumas das características dos recortes territoriais, apontados nas perspectivas dos agentes, que apresentam atributos de modificações e mudanças, tanto de direção quanto de definição ou delimitação, seja essa existente ou prevista, em relação ao uso e ocupação do solo, rural e/ou urbano.

(ii) Área de Conexão (AC)

O tipo AC está relacionado, no estudo de caso, às áreas de bacias hidrográficas e outras áreas de preservação, bem como a própria área do Assentamento. Essa área é um recorte territorial legalmente definido como área rural, perante o Plano Diretor do Município. Porém, essa área vem sofrendo constantes referências ora como urbana ora como rural, ou mesmo ambos ao mesmo tempo. Esse é um dos mais singulares exemplos de interface rural-urbana do tipo AC. Desde a ocupação, em 1985, e, principalmente no período de extinção da área rural no Plano Diretor (1997-2008), os conflitos de reconhecimento de rural ou urbano dessa área foram explícitos. Como já mencionado, parte da Prefeitura reconhecia seu caráter rural e parte seu caráter urbano, inclusive cobrando o IPTU da área. Esse foi o período de

maior sobreposição dessas definições. Assim, na escala urbana da URG Cabuçu, a área do Assentamento estabelece relações de ambiguidade no território. Por um lado, essa situação gera uma série de conflitos que tendem a sobrepor a ideia de ser uma área urbana e, por outro lado, dada a resistência da comunidade, há uma ideia de que o Assentamento tenha sido sempre uma área rural.

As áreas de bacias hidrográficas são tipo AC, pois, em um mesmo recorte territorial, as áreas rurais e urbanas são integradas. As bacias hidrográficas vinculam um conjunto de cursos d'água em uma mesma área, formando um mesmo microssistema hídrico. A bacia hidrográfica que o Assentamento está inserido é a sub-bacia hidrográfica do Rio Cabuçu, cujos principais rios são o Cabuçu e o Ipiranga. Ambos os rios cruzam a área do Assentamento e estabelecem a conexão entre áreas rurais e urbanas, nas quais nascem os cursos d'água que abastecem parte da RMRJ⁷⁹. A figura 84 mostra a área dessa sub-bacia, cujos usos rurais e urbanos ocorrem de forma concomitante.

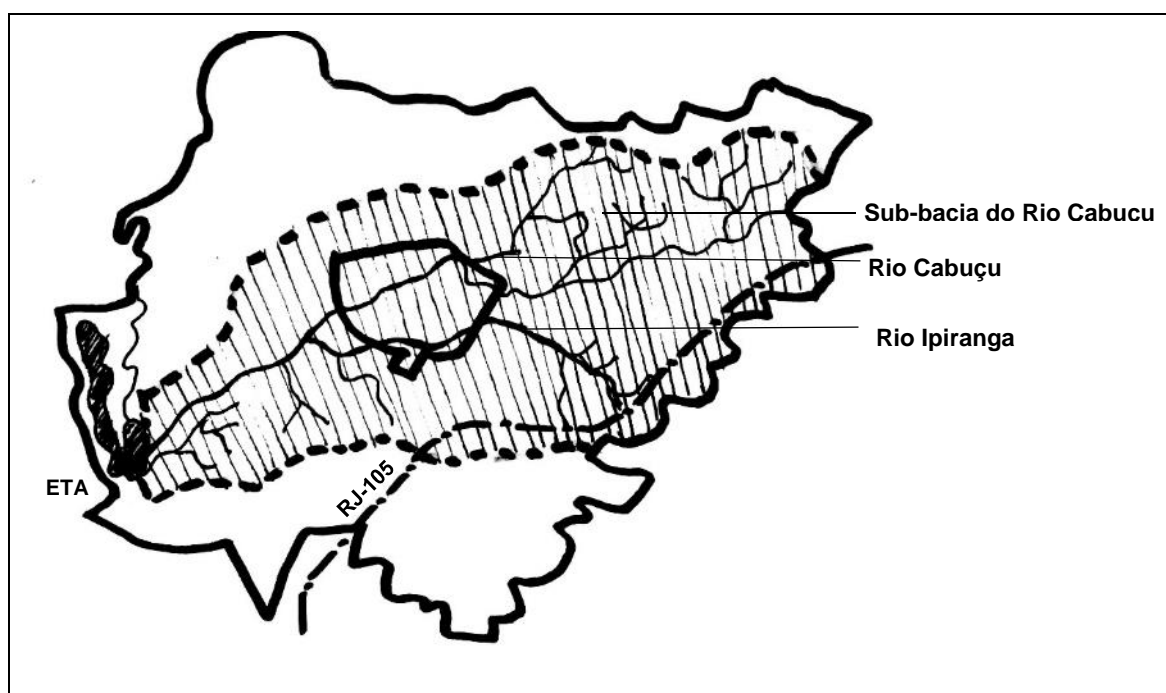


Figura 84 - Sub-bacia do Rio Cabuçu como interface rural-urbana do tipo AC.

As áreas planas dessa bacia também são elementos territoriais associados à interface rural-urbana do tipo AC, principalmente às áreas planas de cota média, pois são recortes territoriais que competem atividades de uso e ocupação do solo rural e urbano. Em uma mesma cota de nível, podem haver ambas as atividades. O mesmo ocorre nas áreas de preservação que igualmente são recortes territoriais que têm atributos de transição e, muitas

⁷⁹ A Sub-bacia do Rio Cabuçu faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, que abastece a RMRJ através da ETA da CEDAE, situada na divisa entre os municípios de Nova Iguaçu e Seropédica.

vezes, concomitância também, entre a preservação ambiental e o uso e ocupação urbana ou rural.

Esses exemplos mostram algumas das características dos recortes territoriais apontados nas perspectivas dos agentes, que apresentam atributos de modificação recente ou prevista, assim como concomitância, sobreposição, transição e continuidade de uso e ocupação do solo, rural e/ou urbano.

(iii) Área de Negação (AN)

O tipo AN está relacionado, no estudo de caso, às áreas rurais que são especuladas pela pressão imobiliária e/ou não reconhecidas pelo poder público, como foi o caso da área do Assentamento entre 1997 e 2008, bem como as áreas utilizadas pelos grupos de tráfico local.

A área do Assentamento também está relacionada à interface rural-urbana do tipo AN, assim como dos tipos AT e AC. Nesse caso, cita-se essa área durante o período de extinção da modalidade rural no Plano Diretor (1997- 2008), quando o Assentamento existia de fato, mas não legalmente, como todo o restante da área rural do Município durante esse período, as quais foram consideradas “inexistentes”, ou seja, uma negação da presença de fato. Atualmente essa situação segue de certa forma, quando há uma negação das famílias assentadas que têm seus lotes na parte sul do Assentamento, a qual está inserida no bairro considerado urbano (Bairro Ipiranga). Nesse sentido, há uma negação dessas famílias como população rural, mas elas existem de direito como tal. Além disso, os processos de negação das áreas rurais hoje também são explícitos nas áreas rurais que sofrem a pressão da especulação imobiliária para fins de loteamentos urbanos, como o caso de alguns dos lotes vendidos dentro do Assentamento.

Associados à violência urbana, são os recortes territoriais definidos pelos grupos de tráfico, cuja existência é obscura ou “invisível” aos órgãos legais, mas a população local sabe onde estão presentes e onde não devem circular em determinados horários. Tais áreas não são reveladas, principalmente, por motivos de segurança, como mencionado no tipo LN. Essas áreas influenciam diretamente às tentativas de vendas ilegais dos lotes dentro do Assentamento, principalmente situados ao longo das vias internas utilizadas pelo circuito de tráfico – Alameda da Petrobrás e Alameda José Lima dos Santos. Ambas as vias permitem o acesso às comunidades urbanas vizinhas (Vila Aliança e Vila da Marinha), onde estão concentrados os dois grupos de tráfico locais, conforme mostra a figura 85.

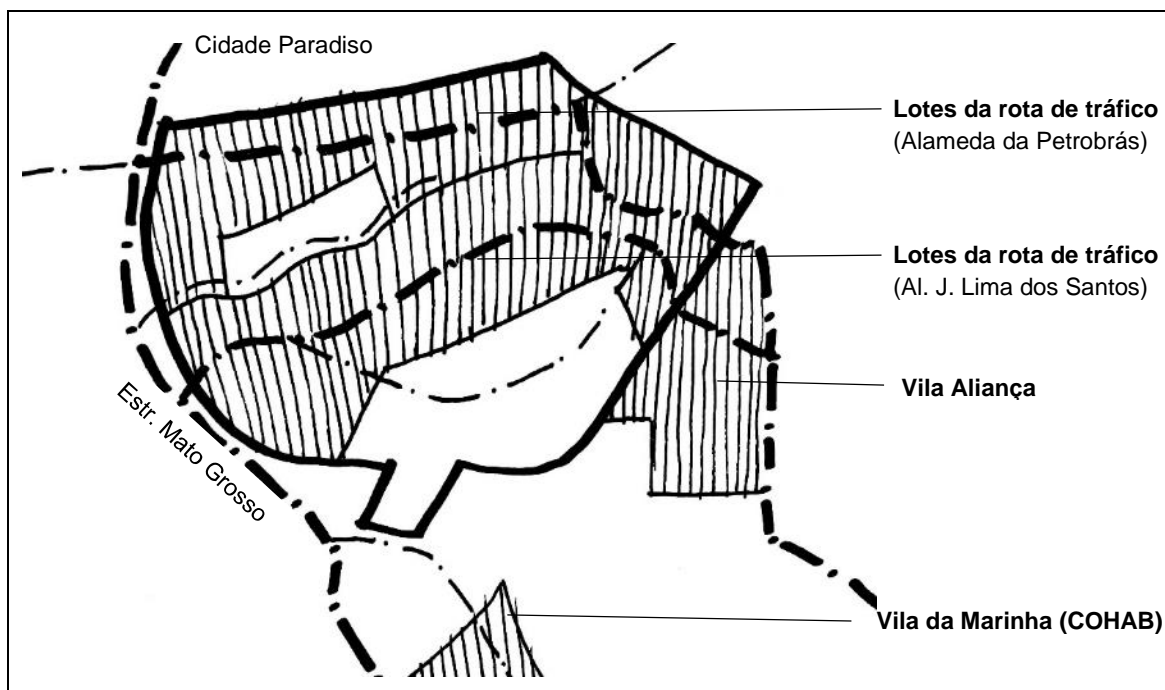


Figura 85 - Lotes irregulares do Assentamento como interface rural-urbana do tipo AT.

Esses lotes que se tornam irregulares pela venda ou inutilizados são os mesmos cuja especulação imobiliária tenta acessar, ou seja, há uma vinculação indireta entre a especulação imobiliária e a violência urbana do tráfego, o que desqualifica a área do Assentamento como área rural.

Esses são os exemplos apontados nas perspectivas dos agentes, que mostram os recortes territoriais com atributos de invisibilidade ou obscuridade em relação a sua presença, negando sua existência, formalmente ou informalmente, em áreas rurais e/ou urbanas. Nesse caso, são elementos da área urbana situados em área rural.

(iv) Área de Barreira (AB)

O tipo AB está relacionado, no estudo de caso, às próprias APPs dos rios, como comentado no tipo LB, áreas de alagamento e de preservação, ou mesmo a própria área do Assentamento. No caso dessa área, além dos demais tipos de interface rural-urbana, essa corresponde a uma área que impede o crescimento da expansão urbana na escala urbana da URG Cabuçu. A localização do Assentamento é denominada pela comunidade como a “alça da xícara da área rural”, como destacado pelos assentados, pelo fato da área ser uma pequena parcela rural “encaixada” na área urbana vizinha, como mostra a figura 86.

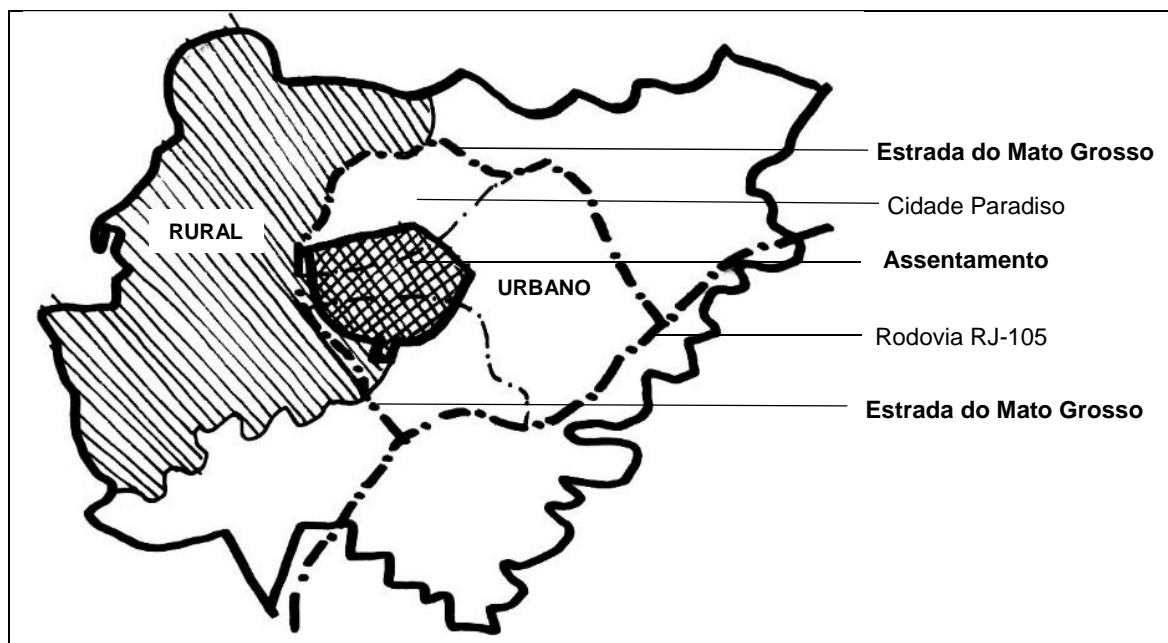


Figura 86 - Área do Assentamento como interface rural-urbana do tipo AB.

Dessa forma, a área do Assentamento é foco central para a expansão urbana na URG Cabuçu, porém hoje é uma área regularizada como área rural, inclusive pelo INCRA, diferentemente dos demais assentamentos situados nessa região. Como destacado na figura 86, Marapicu situa-se a leste da Estrada do Mato Grosso – hoje uma via de fronteira entre as zonas rural e urbana dessa região, desconsiderando-se Marapicu como área rural. Essa fronteira apresenta atributos de proteção às áreas rurais, no caso os assentamentos. Mesmo que internamente alguns lotes tenham sido vendidos à especulação imobiliária ou estejam inutilizados devido à violência urbana, o Assentamento segue resistindo a esse contexto como uma barreira rural-urbana.

Na escala interna, as APPs dos rios, as áreas alagáveis e de preservação ambiental também são relacionadas a interface rural-urbana do tipo AB, pois em todas essas áreas não é permitido o uso e ocupação do solo (rural ou urbano). Nem sempre essa barreira é respeitada, pois tais áreas acabam sendo utilizadas para ambos os usos. A figura 87 mostra um diagrama que destaca as APPs dos rios Cabuçu e Ipiranga e as áreas alagáveis na área do Assentamento como um exemplo desse tipo.

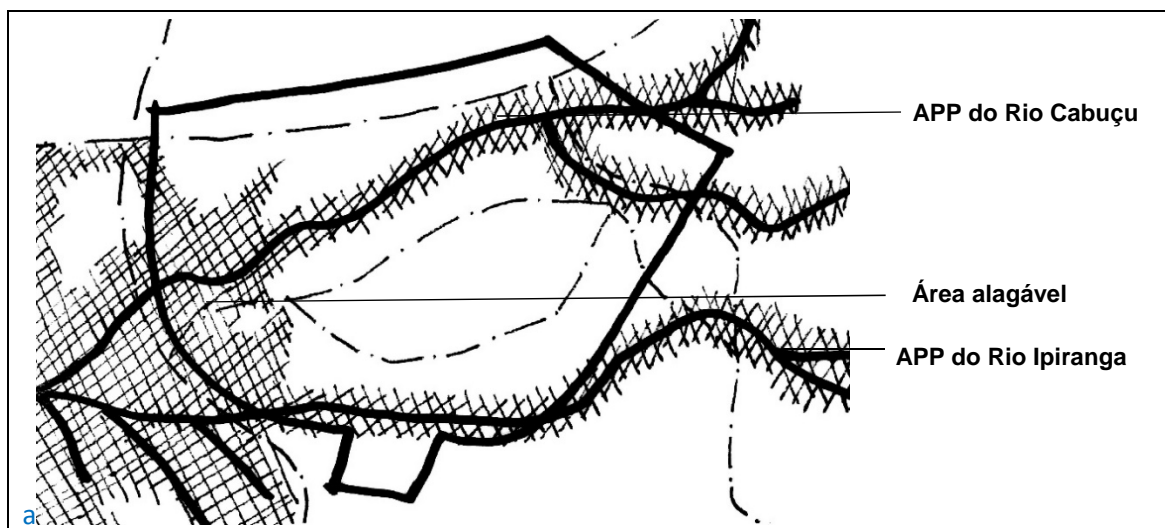


Figura 87 - APPs rios e área alagável como interface rural-urbana do tipo AB.

Os exemplos de interface rural-urbana do tipo AB mostram os recortes territoriais apontados nas perspectivas dos agentes, que apresentam atributos de barreira, impedimento, rompimento, cancelamento, invalidação ou revogação, de forma permeável ou impermeável, os quais impem ou restringem o uso e a ocupação do solo, rural e/ou urbano.

Dentre os elementos territoriais do tipo Área, os que mais se destacam são: (i) Bairro Campo Alegre como Conexão (AC); (ii) Cidade Paradiso como Transformação (AT); (iii) área do Assentamento como Barreira (AB); e (iv) loteamentos vizinhos (Vila Aliança e Vila da Marinha) como Negação (AN). A figura 88 apresenta um diagrama com esses elementos territorial, na escala urbana da URG Cabuçu.

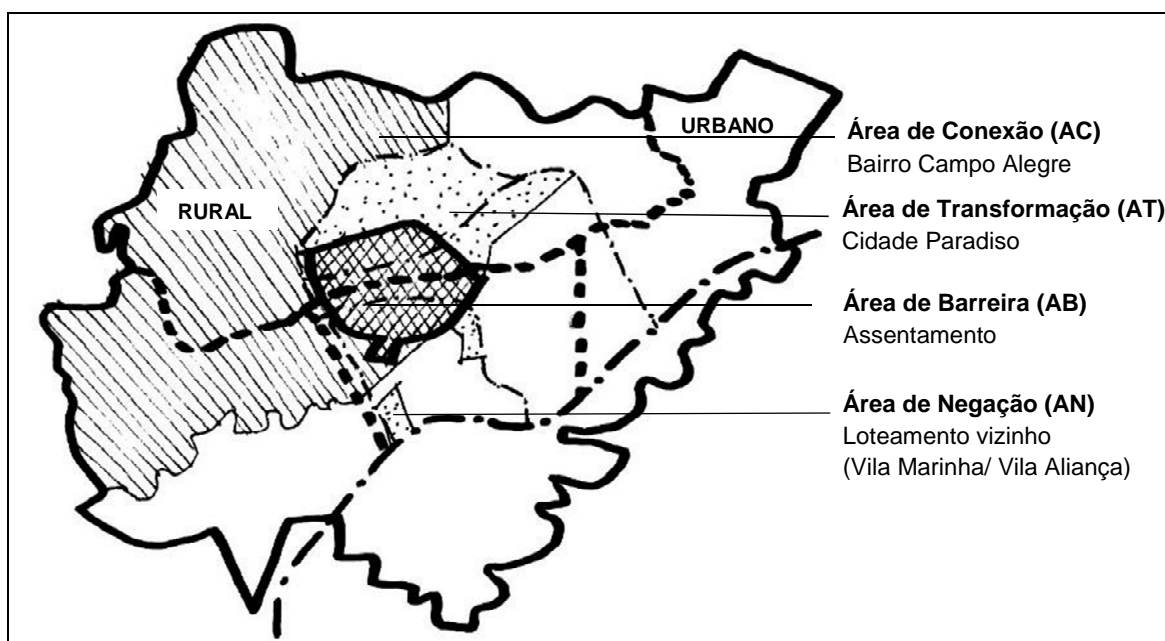


Figura 88 - Categorias da interface rural-urbana do tipo Área na URG Cabuçu.

As categorias da interface rural-urbana do tipo Área apresentam elementos territoriais do formato área (recortes territoriais) com diferentes atributos, como expressões físicas no território, nas distintas escalas de análise.

3.3.3 Pontos de Transformação, Conexão, Negação e Barreira

As categorias territoriais de análise da interface rural-urbana de Marapicu do tipo Ponto foram relacionadas às palavras-síntese que apontaram formas pontuais expressas no território: título (local de referência); prefeitura (lotes irregulares); ACM (centro de convergência); produção (locais de comércio – feiras); visibilidade (local de reconhecimento); e área rural (referência de retorno no Plano Diretor). A partir dos elementos territoriais, associados a essas palavras e seus diferentes atributos, bem como outros exemplos, são apresentadas as categorias de análise da interface rural-urbana de Marapicu do tipo Ponto, conforme mostra a tabela 12.

Tabela 12 - Interface rural-urbana do tipo Ponto (P).

ATRIBUTO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
Ponto de Transformação (PT)	Elemento ou local com características de transição, referência, foco, núcleo ou marco de mudança, vulnerabilidade, variação ou alteração existente ou prevista.	<ul style="list-style-type: none"> - Assentamento - Topo dos morros (cota alta) - ETA Cedae - Loteamentos MCMV; - Lote Assentamento parcelado
Ponto de Conexão (PC)	Elemento ou local com características de conectividade, ligação, interação, fluxo, troca, convergência, integração comunicação, negociação, porosidade, permeabilidade, escoamento, continuidade, sequência, ultrapassagem e capilaridade.	<ul style="list-style-type: none"> - Feira da Roça (Praça e Prefeitura) - Assentamento - ACM no lote coletivo - Acessos à área do Assentamento - Nascentes dos rios - Captação de água no rio - Destinação de esgoto cloacal
Ponto de Negação (PN)	Elemento ou local com características de invisibilidade, obscuridade, falta de integração, ou existência não reconhecida ou disponibilizada.	<ul style="list-style-type: none"> - Acessos à área do Assentamento - Pontos de captação de água, energia elétrica e saneamento básico - Lotes de borda - Sede da fazenda
Ponto de Barreira (PB)	Elemento ou local com características de limite, fechamento, inacessibilidade, impermeabilidade, cancelamento ou invalidação.	<ul style="list-style-type: none"> - Área do Assentamento - Acessos à área do Assentamento - Locais de depósito de resíduos ao longo dos rios

Essas categorias são analisadas em relação aos exemplos relacionados à interface rural-urbana de Marapicu nas três escalas de análise do território.

(i) Ponto de Transformação (PT)

O tipo PT está relacionado, no estudo de caso, ao próprio Assentamento Marapicu, enquanto um local de referência de mudança e resistência para o movimento social do campo e outros atores, tanto na escala metropolitana da RMRJ quanto na escala urbana da URG Cabuçu. Na escala metropolitana, o Assentamento Marapicu é um dos poucos assentamentos da Reforma Agrária que, apesar de estar situado na borda urbana metropolitana, conseguiu potencializar a transformação da definição de sua área, que estava como urbana entre 1997 a 2008, em área rural no Plano Diretor do Município. Essa é uma situação singular na RMRJ, tanto para os demais assentamentos quanto para os outros municípios que transformaram sua área total em área urbana. A figura 89 mostra a localização do Assentamento como um ponto situado na borda da malha urbana metropolitana da RMRJ, em Nova Iguaçu, e em relação aos demais assentamentos rurais metropolitanos.

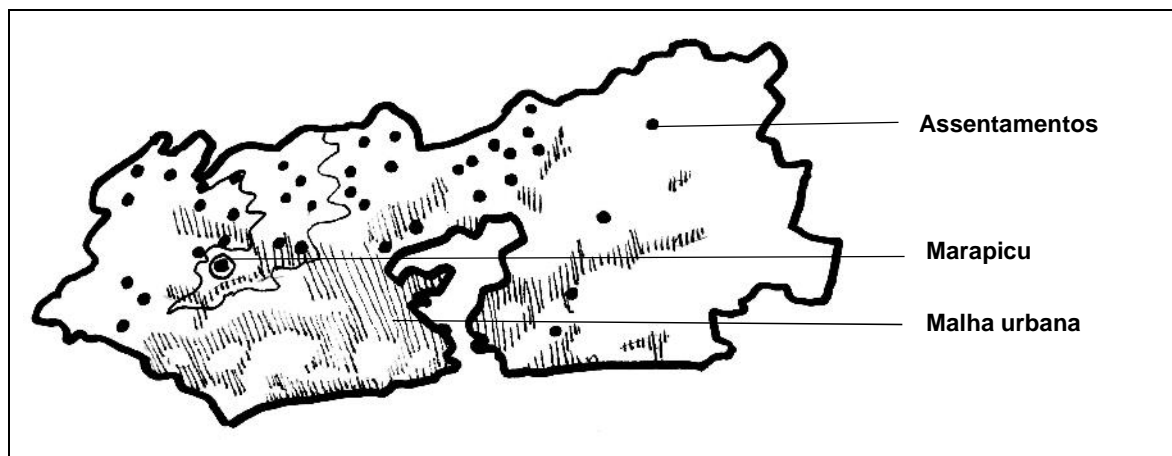


Figura 89 - Marapicu na RMRJ como categoria da interface rural-urbana do tipo PT.

Em 1997, a área do Assentamento foi transformada em área urbana na revisão do Plano Diretor e, em 2008, essa mesma área voltou a se transformar em rural em uma nova revisão. Foram dois momentos pontuais de transformação desse local ao longo de sua história na RMRJ. Cabe mencionar que, mesmo antes da ocupação em 1985, o caráter ambíguo de transformação da região da URG Cabuçu já existia. A própria fazenda ocupada pelas famílias assentadas de Marapicu para ser o Assentamento estava destinada a ser um projeto de habitação social do BNDS na época, ou seja, era uma área rural que já tinha um projeto urbano a ser implantado.

A região de Cabuçu, na escala urbana de análise do território, vem sofrendo uma transformação constante de área urbana em rural em vários pontos. Atualmente o crescimento urbano ocorre ao longo de pontos próximos a Rodovia RJ-105 e, anteriormente, isso ocorria ao longo do eixo ferroviário desativado do Ramal Austin-Santa Cruz (ver figura 90). Muitos desses pontos ainda não foram ocupados, mas já correspondem a empreendimentos aprovados pela Prefeitura, os quais são considerados vazios urbanos. Tais vazios estão

diretamente relacionados à interface rural-urbana dessa região, do tipo PT, por potencializarem a mudança do padrão do uso do solo de rural para urbano, assim como de baixa para alta densidade, como previsto na maioria dos projetos aprovados. Cabe mencionar que, se a comunidade de assentados não permanecer como tal, a própria área do Assentamento corre o risco de ser considerada um vazio urbano, pois se situa no centro geográfico dessa região. Isso porque há uma forte pressão da especulação imobiliária urbana, principalmente sobre as áreas rurais de borda, como o caso do Assentamento. A figura 90 mostra a localização do Assentamento como um ponto central da URG Cabuçu, entre a área rural e a urbana atual, bem como entre os vazios urbanos.

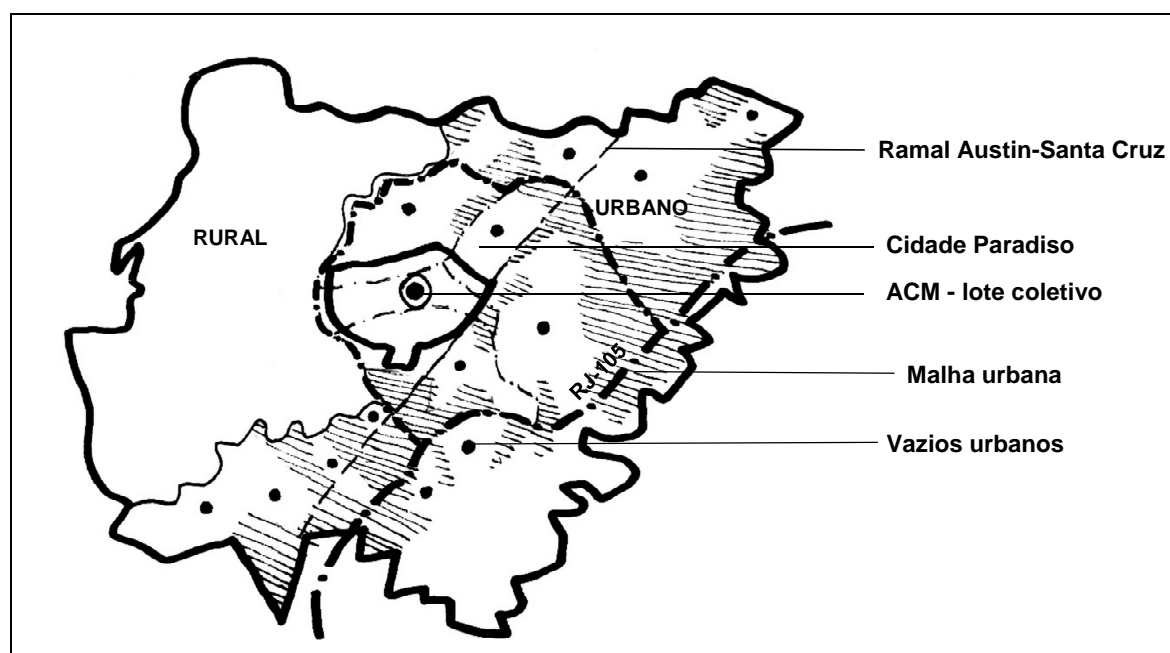


Figura 90 - Marapicu e os vazios urbanos como interface rural-urbana do tipo PT.

Na escala interna, no centro da área do Assentamento está localizado o lote coletivo, onde os assentados se encontram mensalmente para as reuniões da Associação de Moradores. Esse local também está relacionado a uma interface rural-urbana do tipo PT, por focar nas transformações necessárias que o grupo de famílias busca para a área, a partir dos conflitos e potencialidades discutidos. Não só a comunidade de assentados, mas outros agentes participam dessas reuniões, das quais partem modificações necessárias para Marapicu em outros espaços de discussão fora da área rural, como na Prefeitura e no INCRA.

Cabe mencionar outros exemplos de elementos territoriais relacionados ao tipo PT, como o topo dos morros do Maciço do Mendanha e as ETA-Cedae na URG Cabuçu. Os topos dos morros são locais de maior cota de nível, onde estão algumas nascentes, os quais determinam a divisão entre diferentes bacias hidrográficas. A estação de tratamento de água, por outro lado, situada na foz dos rios Cabuçu e Ipiranga, é o ponto final das águas desses, onde as águas poluídas, que cruzam as áreas rural e urbana, são transformadas em águas

potáveis. Esses e os demais exemplos são elementos territoriais pontuais apontados pelos agentes, que apresentam atributos de referência, foco, núcleo, marco de mudança, variação ou alteração, situados em área rural e/ou urbana.

(ii) Ponto de Conexão (PC)

O tipo PC está relacionado, no estudo de caso, principalmente às feiras urbanas onde ocorre a comercialização da produção agrícola do Assentamento, tanto em Nova Iguaçu quanto na Capital Metropolitana. Além das feiras, na escala urbana e interna, o Assentamento, o lote coletivo e os acessos à área do Assentamento também estão relacionados a esse tipo de interface rural-urbana.

Na escala metropolitana, a Feira da Roça, que ocorre semanalmente no centro de Nova Iguaçu, e a Feira Estadual da Reforma Agrária, que ocorre anualmente no centro da Capital Metropolitana, são pontos de convergência e encontro de diferentes atores relacionados ao movimento social do campo, no Município e na RMRJ. Além da comercialização da produção, os assentados também se encontram com outros agricultores para articulações políticas e troca de saberes, bem como com a população em geral – rural ou urbana, como mostra a imagem da figura 91 em relação a Feira da Roça.



Figura 91 - Feira da Roça como interface rural-urbana do tipo PC.

Foto: ASP-PTA (2017).

As feiras também são pontos fundamentais para a visibilidade do Assentamento na área urbana, pois propicia o seu reconhecimento e contribui para a justificativa de sua permanência. A Feira da Roça corresponde ao encontro municipal, assim como outras feiras da roça em outros municípios metropolitanos, e Feira da Reforma Agrária corresponde ao ponto de encontro metropolitano e também estadual. A figura 92 mostra um diagrama que destaca ambas as feiras e suas redes de conexão metropolitana e municipal.

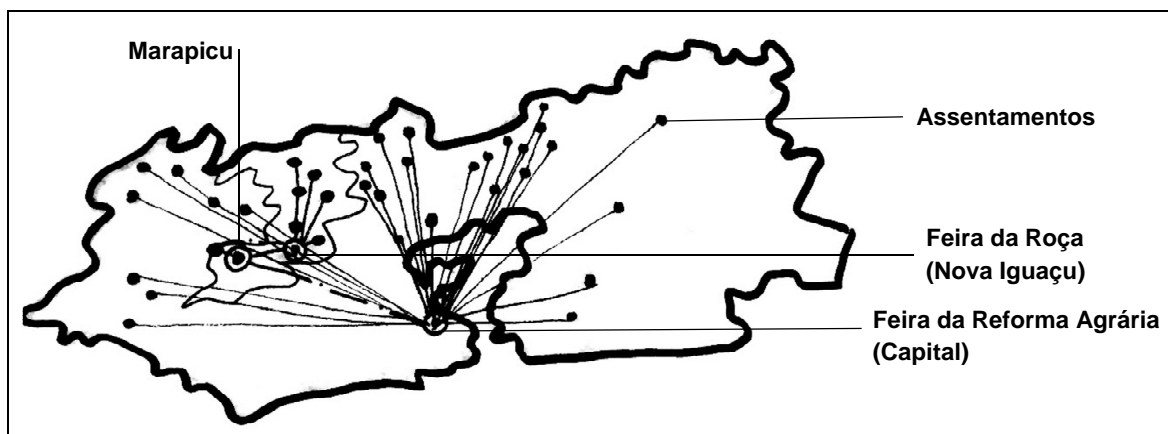


Figura 92 - Feiras como interface rural-urbana do tipo PC.

Além das feiras, o Assentamento também destaca-se como uma interface rural-urbana do tipo PC, por também ser um ponto de convergência e encontro entre atores das áreas rural e urbana, porém, situado em área rural. O Assentamento, como mostra a figura 92, faz conexão direta de ambas as feiras citadas na escala metropolitana e municipal, formando uma rede importante rural-urbana.

Na escala urbana, a área do Assentamento corresponde a um ponto de convergência entre as famílias assentadas de Marapicu e dos demais assentamentos de Nova Iguaçu e da RMRJ, dada a sua importância histórica (uma das primeiras ocupações de terras do Estado) e de resistência e conquistas (retorno da área rural no Plano Diretor e título de posse da terra). A conexão do Assentamento, na realidade, ocorre pontualmente no lote coletivo, onde são normalmente as reuniões da ACM, o qual é um ponto central dentro da área. A figura 93 mostra a posição central do Assentamento em relação aos demais assentamentos de Campo Alegre, favorecendo esse atributo, bem como a posição central do lote coletivo em relação à área do Assentamento.

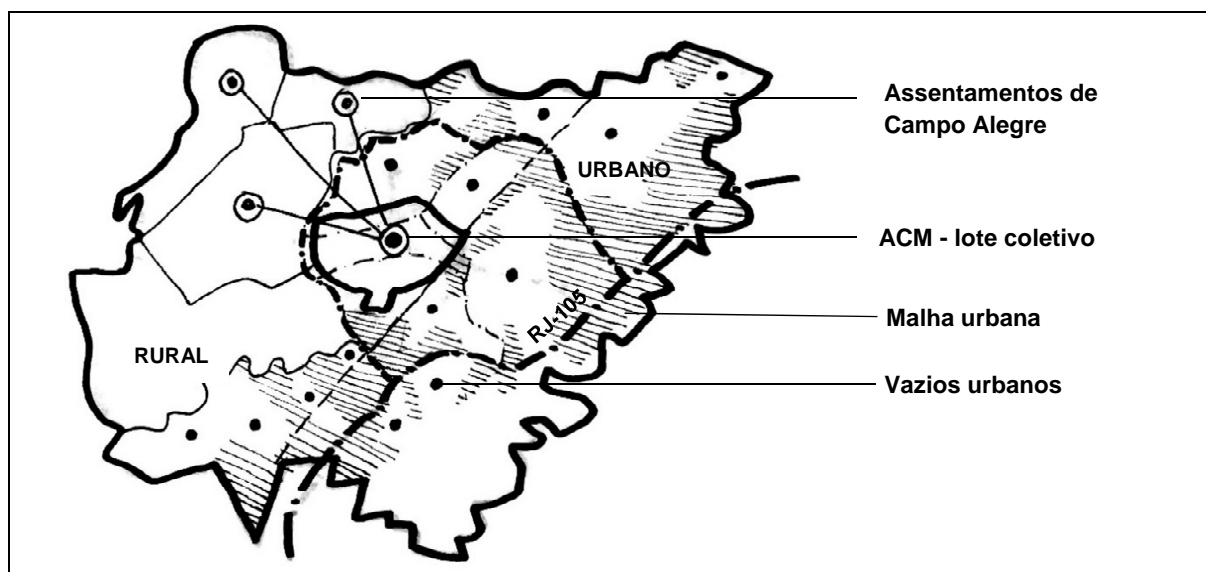


Figura 93 - Marapicu e ACM como categoria da interface rural-urbana do tipo PC.

A figura 93 também mostra as relações do Assentamento com os vazios urbanos dos loteamentos aprovados na Prefeitura, mas ainda não construídos, existentes na URG Cabuçu. O Assentamento faz a conexão entre tais vazios, como pontos de potencialização de crescimento urbano, e os demais pontos de assentamentos da Reforma Agrária próximos.

Na escala interna da área do Assentamento, o lote coletivo e outro lote opcional são os dois pontos importantes de convergência e encontro dos assentados e instituições que participam das reuniões da Associação de Moradores. Além desses, os acessos à área também são pontos de conexão entre a área rural interna (produção agrícola) e a área urbana limdeira (segunda residência). A figura 94 mostra a localização do lote coletivo e lote opcional na área do Assentamento e seus acessos através das Alameda da Petrobrás, Adélio Simões Cruz e José Lima dos Santos (principal via).

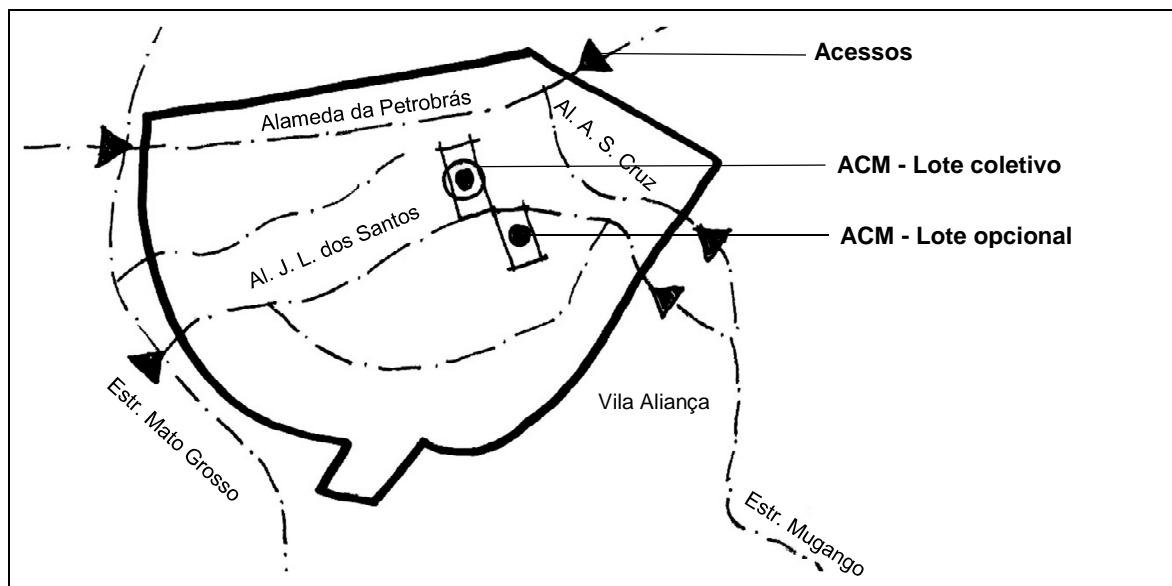


Figura 94 - Acessos e ACM (lotes) como interface rural-urbana do tipo AT.

Cabe mencionar também que, nessa escala de análise do território, os locais de captação de água diretamente dos rios para o consumo das famílias assentadas (mesmo sendo imprópria para o uso), bem como a destinação dos esgotos cloacais das casas existentes, são também uma interface rural-urbana do tipo PC. Esses locais são pontos de ligação, fluxo e troca entre as áreas ocupadas urbanas e rurais. O mesmo pode-se relacionar as nascentes dos rios, pois essas são pontos de ligação entre as áreas urbanas, onde nascem os rios, e as áreas rurais por onde correm as águas (dentro do Assentamento).

Esses exemplos, nessas escalas de análise, são elementos territoriais pontuais apontados pelos agentes, que apresentam atributos de conectividade, ligação, interação, fluxo, troca, convergência, integração e comunicação entre as áreas rurais e urbanas.

(iii) Ponto de Negação (PN)

O tipo PN está relacionado, no estudo de caso, principalmente aos acessos à área do Assentamento, que não podem ser controlados pela comunidade, e aos lotes vendidos relacionados ao impedimento de uso, devido à violência urbana. Ambos são elementos territoriais existentes, mas com problemas de utilidade por questões obscuras, como a violência urbana desenvolvida através do tráfico.

Na escala interna, os acessos à área do Assentamento também estão relacionados a esse tipo de interface rural-urbana, assim como o tipo PC, mencionado anteriormente. Porém, nesse caso, tais locais nem sempre podem ser utilizados, devido ao circuito de tráfico existente entre as comunidades urbanas próximas (Vila Aliança e Vila da Marinha) – como mencionado na categoria AN. Tais pontos representam locais inseguros e impeditivos à circulação de pessoas, sobretudo no período da noite, quando a maioria das famílias assentadas se desloca para a sua segunda residência fora da área.

Os lotes vendidos também estão associados a essas questões de segurança voltadas ao tráfico e, logo, à violência urbana. Tais lotes normalmente estão situados nas bordas da área do Assentamento, limítrofes às áreas urbanas lindeiras, principalmente na parte norte da área (divisa com o loteamento Cidade Paradiso) e na parte sudeste (divisa com a Vila Aliança). A figura 95 destaca os lotes que são pontos mais suscetíveis à venda ilegal, bem como um dos lotes que foi vendido para um loteamento urbano, próximo ao acesso principal da área, na Alameda José Lima dos Santos.

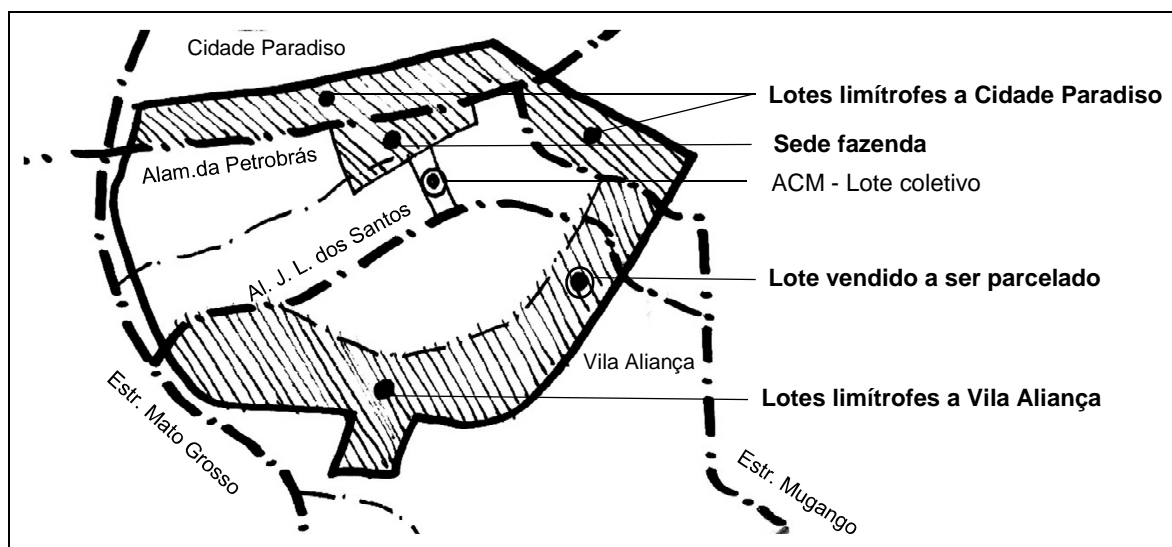


Figura 95 - Lotes de borda e sede da fazenda como interface rural-urbana do tipo PN.

Os lotes vendidos ou pressionados para isso são, na realidade, propriedade pública, ou seja, existem como propriedade, mas não podem ser vendidos, pois os assentados somente têm a posse da terra. De qualquer forma, há uma especulação imobiliária urbana na

área, como o caso de um dos lotes que chegou a ser vendido e parcelado como loteamento urbano – situação já regularizada atualmente.

Nesse sentido, cabe mencionar a sede da antiga fazenda, situada próxima ao centro da área do Assentamento, como destacado na figura 95. Esse local corresponde a um dos lotes existentes, porém, não pertence ao Assentamento, pois pertenceu ao antigo caseiro da fazenda e esse o vendeu a uma terceira pessoa – situação criada na época da ocupação da fazenda. A sede da fazenda (como ainda denominada pelos assentados) faz divisa com a Alameda da Petrobrás, ou seja, também está no foco da especulação imobiliária para uma possível expansão urbana ao longo dessa via. De acordo com os assentados, esse lote deveria ser do Assentamento para ser o lote coletivo, como, normalmente, nos demais assentamentos. Porém, esse é um ponto presente na área, mas ausente na organização da Associação de Moradores, assim como demais lotes vendidos ilegalmente a terceiros.

Pode-se, ainda, relacionar ao tipo PN, outros pontos existentes, mas precários ou inadequados ao uso ou acesso, como as ligações entre as redes de infraestrutura de abastecimento de água, energia elétrica e saneamento básico que chega ao Assentamento. Todas são existentes, mas precárias, pois chegam até o início da área, mas não continuam até os lotes internos. A energia elétrica, por exemplo, existe, mas não dá conta da demanda das famílias.

Esses exemplos mostram os elementos territoriais pontuais apontados pelos agentes, que apresentam atributos de invisibilidade, obscuridade, falta de integração, ou existência não reconhecida ou disponibilizada, ou seja, elementos urbanos e rurais existentes na área rural, mas não adequados.

(iv) Ponto de Barreira (PB)

O tipo PB está relacionado, no estudo de caso, principalmente a alguns pontos situados ao longo do Rio Cabuçu quando cruza a área do Assentamento, em sua parte norte, apontados pela comunidade como locais inseguros para a circulação de pessoas, assim como para o acesso à captação de água dos lotes. Além desses, outros pontos nessa área são impossibilitados de uso, como áreas alagáveis e a própria sede da fazenda.

Na escala interna, a violência urbana chegou e acabou estabelecendo locais para o depósito de resíduos, objetos roubados e, inclusive pessoas assassinadas, ao longo desse rio e do Rio Ipiranga. Tais locais são atualmente evitados pelas famílias assentadas. As áreas alagáveis, existente em alguns pontos da área do Assentamento inviabiliza as atividades de produção e moradia das famílias, sobretudo nas áreas mais baixas e próximas aos leitos dos rios. A sede da fazenda hoje consiste em um ponto inutilizado, de terceiros, situado dentro da área, o qual, segundo os assentados, deveria ser o local das reuniões da Associação de Moradores não no atual lote coletivo. A figura 95 mostra um diagrama com a localização de alguns dos pontos de impedimento para uso dentro da área: ao longo dos rios Cabucu e Ipiranga, áreas alagáveis e sede da fazenda (limítrofe ao lote coletivo).

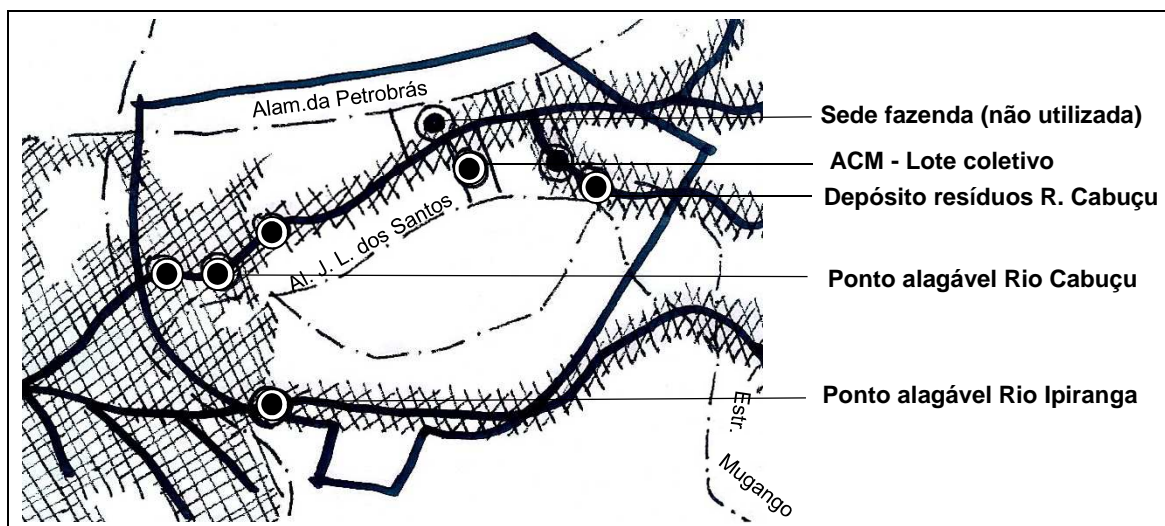


Figura 96 - Pontos de impedimento para o uso como interface rural-urbana do tipo PB.

Esses exemplos mostram os elementos territoriais pontuais apontados pelos agentes, que apresentam atributos de limite, fechamento, inacessibilidade, cancelamento ou invalidação ao uso do solo dentro da área do Assentamento, sejam por questões rurais ou urbanas (alagamentos, violência, propriedade).

Assim sendo, os elementos territoriais do tipo Ponto, de maior destaque, segundo os quatro atributos apresentados, são: (i) ACM e Assentamento como Conexão (PC); (ii) acessos ao Assentamento como Negação (PN); (iii) principal acesso – via Vila Aliança – como Barreira (PB); e (iv) vazios urbanos como Transformação (PT). A figura 97 apresenta um diagrama com o conjunto desses exemplos, na escala urbana da URG Cabuçu, mostrando as diferentes categoriais da interface rural-urbana de Marapicu do tipo Ponto.

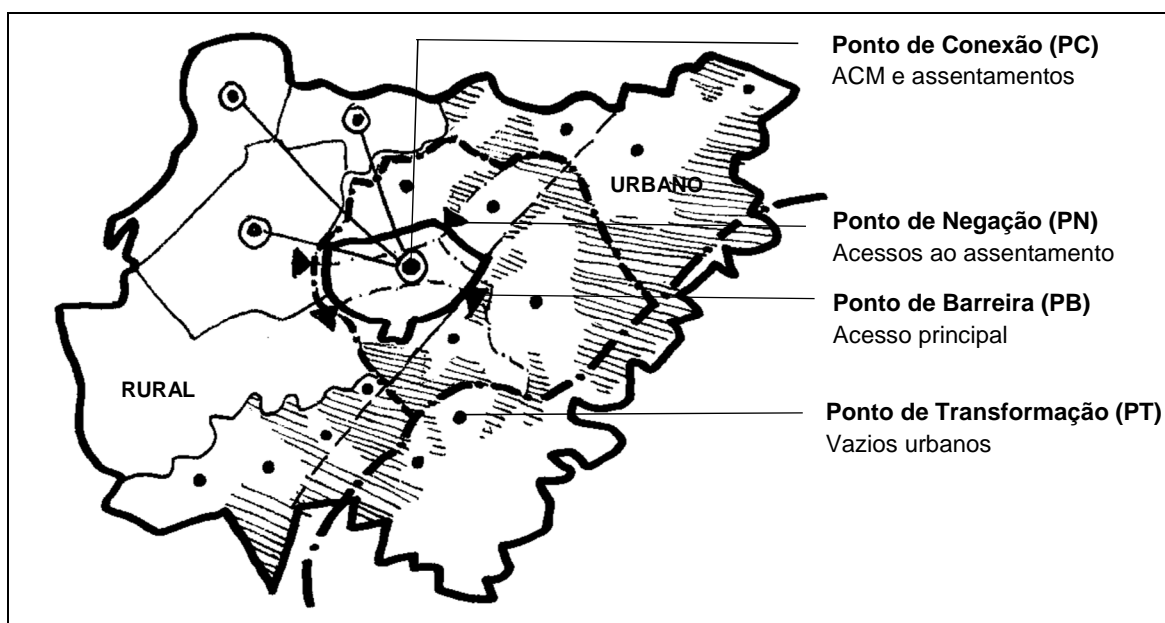


Figura 97 - Categorias da interface rural-urbana do tipo Ponto na URG Cabuçu.

As categorias da interface rural-urbana do tipo Ponto apresentam elementos territoriais do formato pontual, segunda a escala de análise, com diferentes atributos, enquanto expressões físicas no território.

Ao todo, as doze categorias de análise da interface rural-urbana de Marapicu mostram diversos exemplos de elementos territoriais do tipo Linha, Área e Ponto, associados a atributos que relacionam diferentes formas de interações entre rural e urbano no território. Os exemplos não se esgotam somente nesses apresentados, pois o importante é destacar os elementos territoriais e seus atributos associados às perspectivas dos agentes-chave dessa pesquisa.

Portanto, a partir das categorias territoriais de análise da interface rural-urbana de Marapicu, representadas no território em distintas formas e atributos, servem como referência para ampliar a visão do território em relação às interações entre rural e urbano. A possibilidade de utilização dessas categorias territoriais nas discussões sobre planejamento territorial, associados aos apontamentos dos diferentes agentes envolvidos, é fundamental para que sejam mais explícitas as múltiplas territorialidades possíveis, caracterizadas por ambiguidades, conflitos e sobreposições de definições entre áreas rurais e urbanas e suas distintas manifestações no território.

3.4 CENÁRIOS POSSÍVEIS

Os cenários possíveis têm o objetivo de explicitar os conflitos e os tensionamentos entre as diferentes perspectivas dos agentes em relação às interações entre rural e urbano, a fim de compreender a interface rural-urbana de Marapicu. A partir da construção de diferentes cenários, são apresentados distintos focos de entendimento sobre a realidade sócio-espacial analisada, em relação às interações entre rural e urbano e entre as perspectivas dos agentes associadas às categorias da interface rural-urbana de Marapicu.

Cabe lembrar que a construção de cenários não tem como pressuposto a busca de um único cenário, como um cenário que integre as diferentes perspectivas, mas tem como finalidade explorar as múltiplas possibilidades de leitura dessa realidade, que nem sempre são explícitas. A construção de cenários visa o exercício de pensar em múltiplas formas possíveis para lidar com as incertezas do ambiente futuro. Assim, de acordo com as possíveis relações entre rural e urbano, considerando seus aspectos antagônicos, correlatos e/ou complementares, foram construídos ao todo, como mencionado no início do capítulo, dez cenários possíveis, a partir dos cruzamentos entre os quatro cenários iniciais:

(i) Perspectiva Rural da Comunidade – PR-C (Cenário 1); (ii) Perspectiva Urbana da Comunidade – PU-C (Cenário 2); (iii) Perspectiva Rural do Gestor – PR-G (Cenário 3);

(iv) Perspectiva Urbana do Gestor – PU-G (Cenário 4); (v) Perspectiva Rural da Comunidade e dos Gestores – PR-CG (Cenário 5); (vi) Perspectiva Urbana da Comunidade e dos Gestores – PU-CG (Cenário 6); (vii) Perspectiva Rural e Urbana da Comunidade – PRU-C (Cenário 7); (viii) Perspectiva Rural e Urbana dos Gestores – PRU-G (Cenário 8); (ix) Perspectiva Rural e Urbana da Comunidade e dos Gestores – PRU-CG (Cenário 9); e (x) Perspectiva Urbana da Comunidade e Rural dos Gestores – PU-C/PR-G (Cenário 10).

Dentre esses dez cenários, foram selecionados os três mais representativos, sobre Marapicu, em suas distintas escalas de análise (metropolitana da RMRJ, urbana da URG Cabuçu e interna da área do Assentamento e seu entorno):

- (i) **Perspectiva Rural da Comunidade – PR-C (Cenário 1):** de caráter mais rural, no qual os pontos positivos e os aspectos internos apontados pela comunidade são exaltados, relativos às fortalezas e oportunidades que Marapicu tem para permanecer como área rural;
- (ii) **Perspectiva Urbana dos Gestores – PU-G (Cenário 4):** de caráter mais urbano, no qual os pontos negativos e os aspectos externos apontados pelos gestores são exaltados, relativos às fraquezas e ameaças que Marapicu tem frente ao crescimento urbano na região; e
- (iii) **Perspectiva Rural-Urbana da Comunidade e dos Gestores – PRU-CG (Cenário 9):** de caráter rural-urbano, no qual tanto os pontos positivos e aspectos internos quanto os pontos negativos e externos são apontados e exaltados por ambos os agentes, relativos às fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças, de forma que a permanência de Marapicu como área rural e sua coexistência como área urbana seja possível, integrado com ambas as áreas.

A comunidade é o agente que tem o maior entendimento dos aspectos internos do Assentamento e é aquele que tem o maior interesse que o mesmo permaneça como área rural, pois, há três décadas vem lutando, resistindo e persistindo como população rural, mesmo com o crescimento da expansão urbana na região e os inúmeros conflitos sociopolíticos e econômicos existentes. Os gestores públicos, por sua vez, são os agentes que têm o maior entendimento dos aspectos externos e atuais sobre as previsões e situações atuais do planejamento e gestão do território do Município e da Região Metropolitana como um todo, os quais nem sempre chegam até as comunidades locais, como foi o caso de Marapicu durante 1997 e 2008. Além disso, ambos os agentes também apontam questões que vão além da dicotomia entre as áreas rurais e urbanas, destacando aspectos de rural e urbano coexistentes na área do Assentamento, os quais indicam uma caracterização de interface rural-urbana existente, mesmo em meio a um planejamento do território que lida apenas com o antagonismo entre rural e urbano.

A descrição de cada um desses cenários se dá através dos pontos mais relevantes, expressos no território, a partir de algumas das categorias da interface rural-urbana apontadas, em suas diferentes escalas de análise do território.

3.4.1 Perspectiva Rural da Comunidade (PR-C)

Esse cenário apresenta as perspectivas da comunidade em relação à permanência de Marapicu como área rural, destacando os pontos positivos de fortalezas e oportunidades, bem como estratégias de como lidar com os pontos negativos de fraquezas e ameaças existentes. Nesse contexto, há uma visualização da continuidade da área rural, como uma categoria espacial importante para o desenvolvimento local e regional, ou seja, tanto para o município de Nova Iguaçu quanto para a RMRJ, desde o tempo presente até as previsões futuras de planejamento e gestão do território. As áreas rurais, no que tange aos aspectos socioespaciais, correspondem a uma delimitação clara no espaço geográfico, expressa em políticas voltadas ao território e legislações pertinentes, tais como o Plano Diretor e o perímetro urbano. Nesse contexto, os mesmos recursos, serviços básicos e infraestrutura existentes e/ou previstos para as áreas e populações urbanas, também são igualmente previstos para as áreas e populações rurais, tanto na escala metropolitana quanto na municipal.

Para a comunidade, a permanência do Assentamento como área rural, com fortalezas e oportunidades potencializadas, têm algumas questões fundamentais hoje, sobretudo através da regularização fundiária de todos os lotes do Assentamento, realizada e garantida pela Prefeitura de Nova Iguaçu. Dessa forma, essa área é valorizada como um ponto de conexão entre as áreas rurais e urbanas municipais e metropolitanas, fortalecendo a fronteira entre ambas no território da URG Cabuçu, de Nova Iguaçu e da RMRJ. Para tanto, dentre as oito palavras-síntese, nas perspectivas desse agente, seis são utilizadas para a construção desse cenário, integrando na descrição os pontos positivos sobre: título, prefeitura, ACM, produção, visibilidade e área rural.

Em relação ao título e à Prefeitura, são consideradas fortalezas e oportunidades do Assentamento. A Prefeitura, por ser a responsável pelo PAM perante o INCRA, no qual há o objetivo de regularização fundiária e qualificação da situação socioeconômica das famílias. O título, por ser um documento que legitima a posse e o uso real do Assentamento como um assentamento da Reforma Agrária. Dessa forma, os assentados regulares garantem o seu reconhecimento e o seu direito de acesso a recursos para a continuidade da produção agrícola e sua comercialização, associada a uma moradia digna e à qualidade ambiental nos lotes do Assentamento.

Através da regularização fundiária, alguns lotes irregulares, que foram vendidos e/ou trocados, deverão sofrer processos de reintegração de posse, passando a ser lotes vagos voltados a novas famílias de agricultores rurais do movimento social do campo que passarão

a integrar o grupo de Marapicu. Tais lotes representam novas áreas e/ou pontos de conexão dentro da área rural do Município, ou seja, estarão abrindo espaço para a ampliação da produção agrícola voltada a famílias de agricultores rurais da Reforma Agrária do Município. Além disso, o Assentamento tem como viabilizar o acesso a programas voltados à agricultura familiar do INCRA ou outros, como o Programa de Alimentação Escolar, tanto do Município quanto do Estado.

Nesse contexto, a Prefeitura, em conjunto com demais instituições de assessoria técnica, como a Emater-RIO, providenciará investimentos na área do Assentamento, através da implantação de infraestrutura básica (estradas, redes de abastecimento de energia elétrica e água e sistema de tratamento de coleta e/ou tratamento de esgoto sanitário) e disponibilização de serviços públicos de saúde e de educação (escola e posto de saúde). A ideia de construir um posto de saúde e uma escola municipal dentro da área, no caso, dentro do lote coletivo, vem a ser um dos pontos mais importantes para o fortalecimento do grupo de assentados e de sua produção agrícola. Além disso, recursos voltados à habitação rural deverão ser providenciados, a fim de que as moradias sejam apropriadas ao contexto rural do campo e do modo de vida da população rural.

As qualificações da produção alimentar, da habitação rural e da segurança pública deverão ser pensadas em conjunto, possibilitando o retorno das famílias que estão atualmente pernoitando fora da área do Assentamento. Com isso, a Associação de Moradores também se fortalece e passa a ter uma atuação mais forte, com maior número de participantes, tanto nos espaços sociopolíticos internos relacionados diretamente ao Assentamento (reuniões mensais da ACM, do MST e da CPT) quanto nos externos relacionados à representatividade do Assentamento (Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e Urbano, reuniões de revisões do Plano Diretor, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das escolas rurais e eventos relacionados à educação no campo promovidos pelas universidades – UFRRJ e UFRJ). Dessa forma, espaços importantes de discussões e representatividade, nos quais a participação hoje é precária, serão preenchidos. Além disso, o maior fortalecimento e crescimento do grupo também contribuem para uma maior segurança interna. São ações voltadas à permanência das pessoas dentro do Assentamento e ao controle de acesso de pessoas não desejadas, como as pessoas envolvidas com o tráfico ou com a especulação imobiliária local, bem como pessoas que soltam o seu gado na área e nos lotes do Assentamento.

Em relação à produção e visibilidade, o Assentamento seria, como destacado por um dos assentados, uma “ilha verde no meio do asfalto”, entendendo que somente eles estariam produzindo na região e vendendo para as áreas urbanas vizinhas, como o caso do loteamento Cidade Paradiso, que se tornou um ícone em Cabuçu como novo padrão de ocupação do solo. Para os assentados, a relação com esse empreendimento, que ainda está recém

iniciando, será positiva e será um novo espaço de comercialização da produção da comunidade. Nesse sentido, o lote coletivo, que deverá ser ampliado para a sede da fazenda, que hoje não pertence de fato ao grupo, mas, de direito, concentrará as atividades de produção e comercialização de produtos, através da gestão da Associação de Moradores. Tal produção deverá estar integrada às atividades coletivas de produção naquele lote, junto com as atividades de saúde e educação, situadas naquele local e específicas para o Assentamento.

Por consequência, a visibilidade do Assentamento será ampliada em diferentes espaços, tanto rurais quanto urbanos, como as feiras urbanas – Feiras na Roça, no centro de Nova Iguaçu, e Feira da Reforma Agrária, no centro da Capital. As feiras, com a comercialização, o encontro entre os agricultores e as trocas de informações com a população em geral, tornam-se os principais espaços de reconhecimento das atividades rurais na área urbana. Esses espaços fortalecem o Assentamento nos diversos aspectos políticos, sociais e econômicos, além das questões ambientais que permeiam a agricultura familiar, através da agroecologia. Os alimentos saudáveis costumam ser os comercializados nessas feiras, sendo os mais procurados. Nesse sentido, outras redes, que também trabalham com a agroecologia, se articulam e fortalece esse aspecto da produção. exemplo disso é a Rede Carioca de Agricultura Urbana, que tem o objetivo de consumir esse tipo de produção e distribuí-la nos bairros da Capital e municípios metropolitanos.

Cabe destacar que nesse cenário, os jovens do Assentamento passam a ter uma melhor perspectiva futura, tanto junto a ACM quanto às instituições parceiras (CPT, Emater-RIO, Iterj e AS-PTA). São eles que estarão formulando e aplicando os futuros projetos e programas que venham a ampliar as atividades de produção, como o caso do Programa de Alimentação Escolar do Rio de Janeiro (PAE/RJ). Para isso, a questão do investimento em uma escola rural dentro do Assentamento é fundamental, como já ocorre no Assentamento Campo Alegre, vizinho a Marapicu, na qual, inclusive, há material didático específico para o campo (REMIGIO, 2011). Nesse sentido, a Pedagogia da Alternância⁸⁰, que já vem sendo desenvolvida em algumas escolas rurais, como a citada, tem como base mesclar os períodos em regime de internato na escola e casa, os quais são apropriados ao modo de vida e cultura rural.

Nas diferentes escalas de análise, esse cenário é representado através da figura 98, que integra as imagens apresentadas nas perspectivas e os diagramas apresentados nas categorias da interface rural-urbana de Marapicu.

⁸⁰ A alternância é uma metodologia criada por camponeses franceses em 1935 e no Brasil em 1969, na qual há a otimização de deslocamentos dos estudantes, pois os transportes escolares são mais difíceis e a maioria dos pais trabalham em seus próprios lotes, ou seja, não se deslocam também (RODRIGUES, 2017).

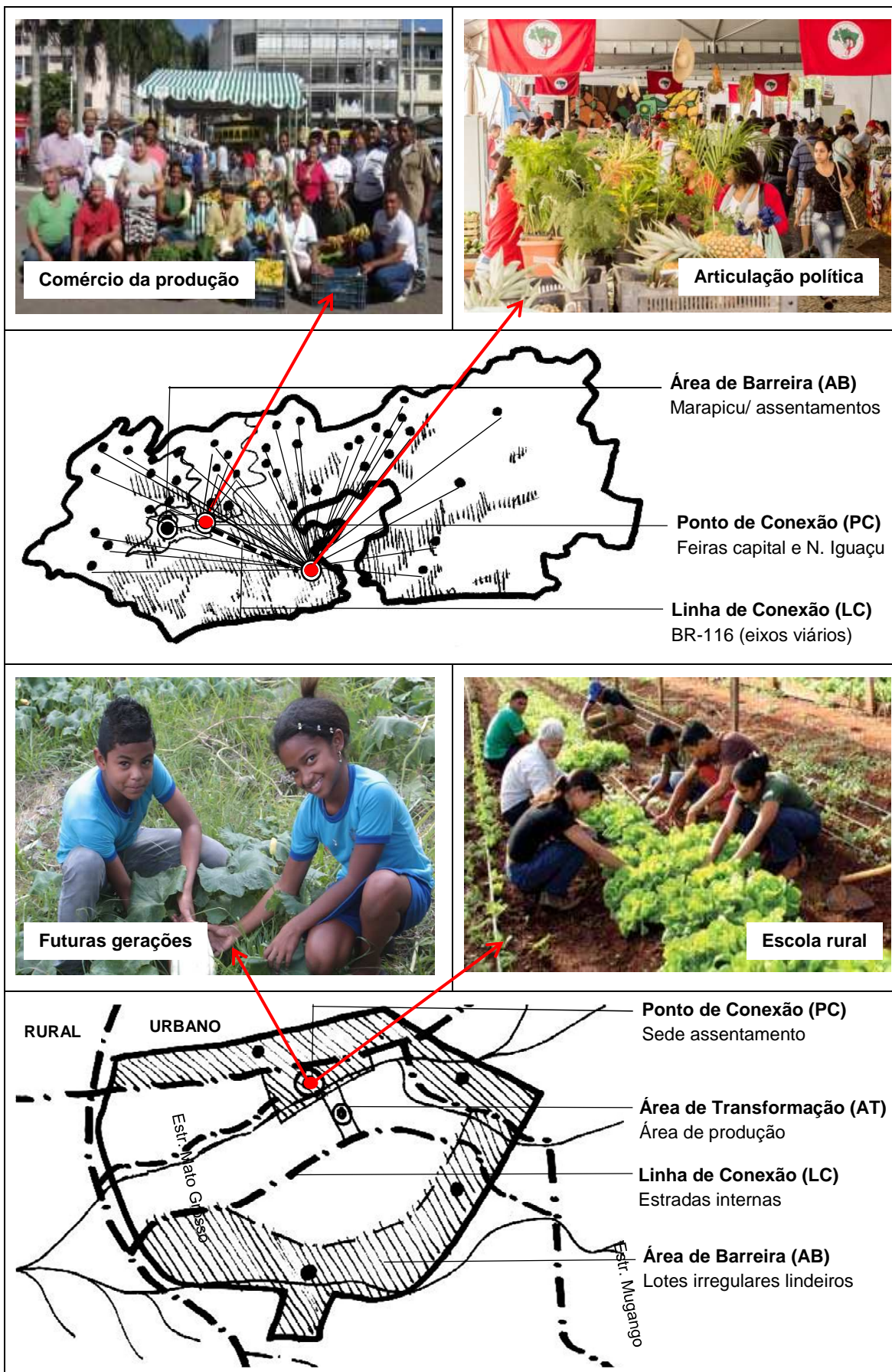


Figura 98 - Perspectiva Rural da Comunidade (PR-C).

Fotos: Remígio (2011), Rodrigues (2006), AS-PTA (2013) e Pablo Vergara (MST-RJ, 2016).

Na escala Metropolitana, o Assentamento, como uma área rural legitimada pela escala administrativa federal, ou seja, pelo INCRA, corresponde a uma interface rural-urbana do tipo Área de Barreira (AB) no contexto da expansão do crescimento da mancha urbana da RMRJ. Além disso, passa a integrar um dos importantes pontos de conexão entre os demais assentamentos metropolitanos, mesmo os que ainda não estão regularizados como tal, como os acampamentos, pois também passa a ser uma referência de possibilidade de permanência nessa escala do território. Além disso, nessas redes estão inseridas as feiras urbanas, principalmente a Feira da Roça (Nova Iguaçu) e a Feira da Reforma Agrária (Rio de Janeiro), como destacado na figura 98, tendo o papel de fazerem a relação direta entre a área rural e a urbana metropolitana, ou seja, consistem em uma interface rural-urbana do tipo Ponto de Conexão (PC). Para tanto, os eixos viários, como a rodovia Federal BR-116 – principal eixo de deslocamento da produção agrícola entre Nova Iguaçu e a Capital – são potencializados nesse sentido, pois se caracterizam como uma interface rural-urbana do tipo Linha de Conexão (LC). Esses são os tipos de interface rural-urbana mais representativos desse cenário nessa escala de análise.

Na escala urbana da URB Cabuçu, mesmo não representada na figura 98, cabe mencionar que não só a área do Assentamento e seu entorno passa a ser regularizada e reconhecida como área rural, mas também as áreas rurais e as urbanas da região passam a ser regularizadas e reconhecidas em seu caráter rural ou urbano, também recebendo investimentos adequados, tanto quanto a área do Assentamento, como, por exemplo, os diversos loteamentos urbanos irregulares, lindeiros a essa área. A região deverá sofrer uma requalificação de seu sistema de circulação (estradas vicinais e circulação de transporte público), bem como de suas áreas centrais, como o centro de Cabuçu, cujas feiras deverão receber mais produtos provenientes dos assentamentos da região, no caso Marapicu e Campo Alegre.

Na escala interna da área do Assentamento e entorno, todos os lotes irregulares são hoje um interface rural-urbana do tipo AB, principalmente os lotes lindeiros às áreas urbanas do entorno imediato – Vila Aliança e Cidade Paradiso. Tais lotes terão uma maior fiscalização da Prefeitura para que não sofram pressões da especulação imobiliária, sendo as principais áreas rurais que fazem a fronteira com as áreas urbanas. O lote que hoje corresponde à sede da fazenda consiste em uma interface rural-urbana do tipo PC, pois passará a ser, junto com o principal local de troca, ponto de encontro e convergência de agentes que atuam nesse território, a partir da organização interna da Associação de Moradores, através da qual serão apontadas as principais demandas internas do Assentamento e externas das áreas rurais próximas, tais como a implantação de serviços básicos e de infraestrutura, bem como produção e comercialização. Para tanto, a área do lote coletivo passa a ser uma interface

rural-urbana do tipo Área de Transformação (AT), pois passará a modificar o uso do espaço como organização coletiva sociopolítica para uma organização coletiva de produção geral do Assentamento, voltada à comercialização e ao abastecimento interno, assim como área de estudo e pesquisa sobre agroecologia. Assim como as vias externas ao Assentamento, as estradas internas correspondem a uma interface rural-urbana do tipo LC, pois fazem a conexão entre os fluxos de pessoas e mercadorias que entram e saem da área. Nessa escala, esses são os tipos de interfaces rural-urbana mais representativos para a visualização desse cenário.

Assim, na perspectiva interna e positiva da comunidade, a permanência da área do Assentamento como rural, estaria reafirmando o reconhecimento da importância da área rural municipal e metropolitana. Nesse cenário, a área rural estaria estabelecida como tal em contraposição à área urbana e estaria, da mesma forma que essa, dispondo de elementos de infraestrutura e de serviços básicos, bem como espaços urbanos apropriados para a comercialização dos produtos rurais, como as feiras.

3.4.2 Perspectiva Urbana dos Gestores (PU-G)

Esse cenário apresenta as perspectivas dos gestores públicos em relação à descaracterização de Marapicu como área rural, destacando os pontos negativos de fraquezas e ameaças, sobretudo voltados ao crescimento urbano sobre essa área. Nesse contexto, há a visualização da descontinuidade da área rural, como categoria espacial importante para o desenvolvimento local e regional, ou seja, para o município de Nova Iguaçu e para a RMRJ, a área do Assentamento tem maior potencial de desenvolvimento como área urbana, desde o tempo presente até as previsões futuras de planejamento e gestão do território. Nesse sentido, mesmo que as áreas rurais também correspondam a uma delimitação clara no espaço geográfico, expressa em políticas voltadas ao território, tais áreas não são propícias a se desenvolver no contexto de análise, desde a escala metropolitana até a interna do Assentamento. Nesse contexto, todos os recursos, serviços básicos e infraestrutura, existentes ou previstos para tais áreas e suas populações, têm caráter urbano e tendem a suprir demandas urbanas de desenvolvimento no território.

Para os gestores, a descaracterização do Assentamento como uma área rural é inevitável, posto o atual crescimento urbano existente na URG Cabuçu, em Nova Iguaçu, assim como em todas as regiões de borda urbana da RMRJ, como destacados nas fraquezas e ameaças que a comunidade passou a ter desde o início da ocupação da terra, ou seja, há três décadas. Desde então, a disputa entre rural e urbano é característica da região, dado o desenvolvimento crescente e exponencial das áreas urbanas, principalmente na última década, através dos programas habitacionais do Governo Federal, no caso, o PMCMV. A

partir da regularização fundiária, desenvolvida pela Prefeitura, a situação precária e irregular da área e o desmantelamento do grupo de famílias de assentados irá justificar a situação de reintegração de posse voltada a novas áreas urbanas, propícias para a demanda por habitação social existente no Município. Dessa forma, mesmo que o Assentamento seja, hoje, um ponto de conexão entre as áreas rurais e urbanas, essa conexão vem perdendo força, sobretudo pelo perfil dos representantes que tem maior idade e não estão sendo substituídos por pessoas mais jovens, dado o esvaziamento desses das organizações internas. O contexto desse cenário é descrito, a partir da integração das sete, dentre as oito, palavras-síntese apontadas nas perspectivas desse agente: título, prefeitura, ACM, produção, violência, área rural e expansão urbana.

Em relação ao título e à Prefeitura, a ambiguidade e à sazonalidade dos governos locais contribuirão para que as questões apontadas pela comunidade nem sempre sejam consideradas. Apesar de haver algum apoio, em relação a esse grupo de famílias assentadas, por parte da Gestão Municipal, a realidade existente na área passa a não ser mais considerada. Por um lado, há o reconhecimento da existência atual do grupo e da área como rural, mas, por outro lado, tal reconhecimento estará sendo posto em prova pelo diagnóstico desenvolvido pela Prefeitura, no qual ficará explícito que quase a metade da área do Assentamento está irregular, pois 39% foi vendida a terceiros, descaracterizando o grupo de famílias como um Assentamento rural da Reforma Agrária. Por isso, tal regularização fundiária estará abrindo espaço para que novas áreas possam ser utilizadas pela Prefeitura para a habitação social, através da reintegração de posse realizada por essa, dada a demanda existente para tal e a responsabilidade da área ser dessa escala administrativa.

Em relação à ACM, há uma fraqueza que não tem como ser resolvida, pois a desarticulação e o esvaziamento do grupo têm sido cada vez maior, o que faz com que nem o lote coletivo seja mais utilizado, como anteriormente. Apesar de haver projetos e programas desenvolvidos pelas instituições parceiras (UFRRJ, Iterj, Emater-RIO, CPT e AS-PTA), tais recursos ou assistências técnicas não têm muitas pessoas interessadas que queiram continuar com as atividades agrícolas ou organizações coletivas internas.

Depois de um longo período de falta de recursos, de infraestrutura de abastecimento de água e de redes de serviços públicos, associados à poluição das águas dos rios que cruzam a área do Assentamento, a produção tem baixado muito e nem todas as famílias conseguem pelo menos ter alimento para subsistência, necessitando recorrer a atividades urbanas próximas para terem algum tipo de renda. Colaborando para isso, a situação climática da região, alterando entre inundações e secas, contribuem para dificultar a produção, se caracterizando como uma grande fraqueza existente na região.

Para se reverter essa situação, se deveria ter muito investimento técnico no solo e em equipamentos apropriados, o que inviabiliza tal proposta, dada a situação precária dos órgãos públicos municipais e estaduais, assim como federais. Nesse contexto, a especulação imobiliária torna-se também uma saída para as famílias, no sentido de obterem algum recurso para o seu sustento, posto que já possuem outra residência na Vila Aliança ou outros bairros da região. Dessa forma, a Prefeitura passa a assumir a situação e legitima a área como urbana, voltada a projetos sociais, como a habitação social. Assim, a questão de violência urbana existente pode ser reduzida, posto que a área teria uso e ocupação, não sendo mais um local de rota de fuga de pessoas envolvidas com o tráfico, por exemplo.

Nesse contexto, a área rural passa a não ser mais reconhecida como tal no Município. Isso já aconteceu anteriormente, pois já foi extinta no Plano Diretor e, somente devido à participação do grupo de assentados nas revisões do Plano, tal área retornou a classe de rural. Como esse grupo não cresceu a ponto de voltar a participar de tais espaços sociopolíticos de decisões sobre o planejamento do território municipal, a área do Assentamento não terá mais argumentos para seguir como área rural. A partir disso, a expansão urbana segue o seu crescimento sobre essa região do Município, cujo limite entre rural e urbano não mais será uma questão, pois toda a área será urbana. Dessa forma, os empreendimentos já existentes, como o Cidade Paradiso, e outros já aprovados caracterizarão o padrão de uso e ocupação do solo da URG Cabuçu, sendo ampliado para áreas como a do Assentamento, posto que, já há, inclusive, a conexão com as vias internas e externas, como a Alameda da Petrobrás que cruza o Assentamento.

A área do Assentamento, desse modo, passa a ser um ponto em meio a um contexto urbano em expansão, que representa uma grande área a ser ocupada, futuramente, por um número maior de pessoas comparativamente às poucas famílias que estão hoje no Assentamento. Tal situação estará na próxima revisão do Plano Diretor do Município, que será em 2018, transformando a área em urbana, novamente, como feito em 1997. Isso é justificado porque, apesar dos vazios urbanos existentes na região serem muitos, esses não são suficientes frente ao crescimento populacional previsto para as ocupações futuras na URG Cabuçu, principalmente pelo fato de ser um eixo de crescimento urbano da RMRJ, conforme o PDDUI.

Assim, nas diferentes escalas de análise, esse cenário é representado através da figura 99, que integra as imagens apresentadas nas perspectivas e os diagramas apresentados nas categorias da interface rural-urbana de Marapicu.

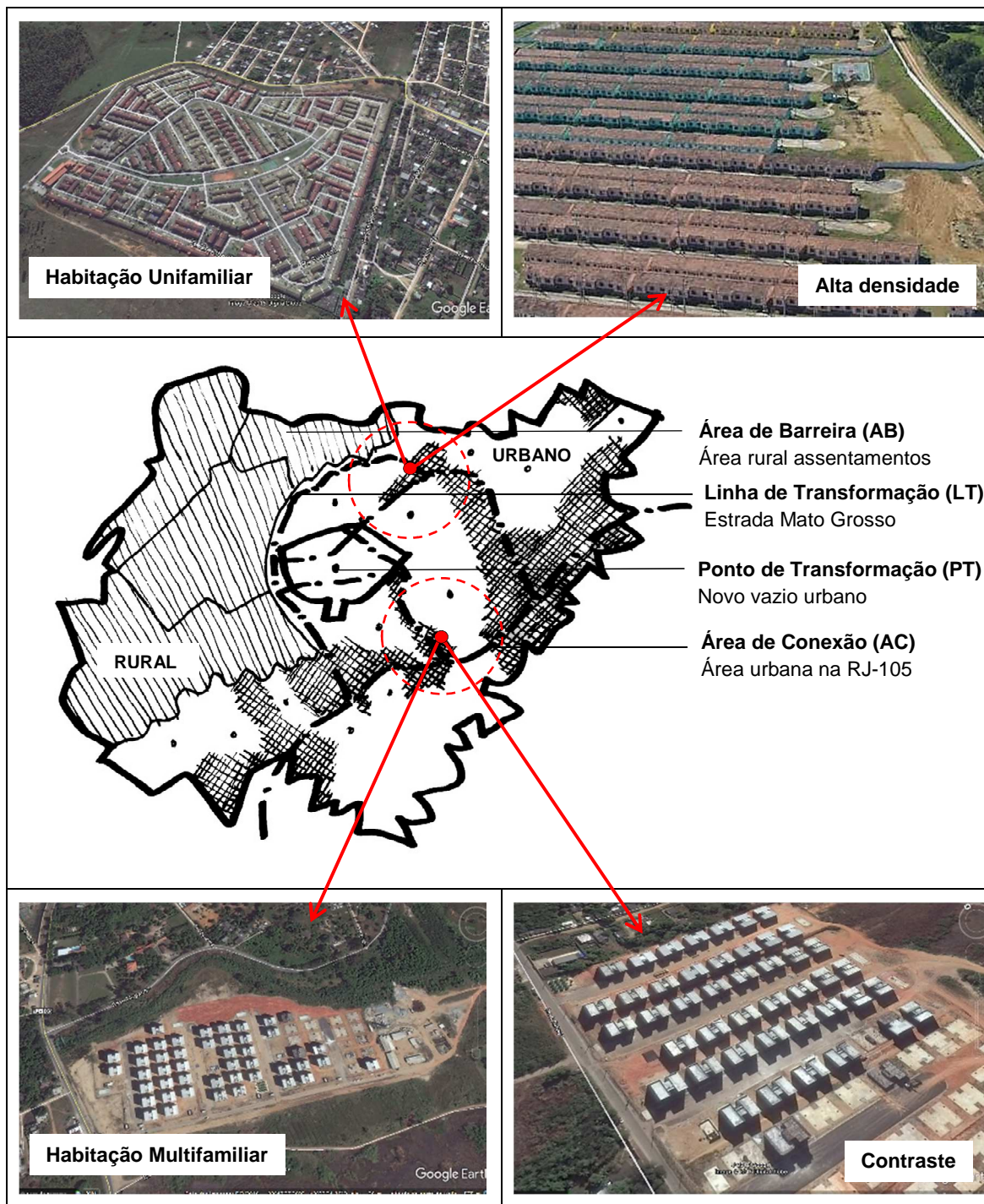


Figura 99 - Perspectiva Urbana dos Gestores Públicos (PU-G).
Fotos: Google Earth (2017).

Na escala metropolitana, o Assentamento passou a ser um dos poucos regularizados nos seus municípios, pois Nova Iguaçu tornou a área, novamente, rural no Plano Diretor. Porém, na maioria dos municípios, a totalidade do território vem sendo considerada ou prevista como área urbana, não havendo mais espaço para áreas rurais e, por consequência, para os assentamentos da Reforma Agrária. Assim, esses estão sendo desmantelados por falta de recursos e investimentos, assim como por falta de reconhecimento no próprio PDDUI,

como população rural específica. Por mais que esse plano estratégico de desenvolvimento aponte para áreas rurais na RMRJ, tais áreas estão voltadas às questões de preservação ambiental e produção agrícola através de indústrias de grande porte, ligadas ao agronegócio. A agricultura familiar é excluída desses processos, sendo afastada cada vez mais dos grandes centros metropolitanos, mesmo com demanda, pois tais produções acabam ocorrendo em outras regiões do Estado, como a região serrana.

Assim, como representado na figura 99, na escala urbana da URG Cabuçu, a expansão urbana torna-se inevitável através do crescimento urbano da região, não havendo espaço físico apropriado para um assentamento rural. Esse passa a ser uma reserva fundiária da Prefeitura para novos empreendimentos habitacionais, ou seja, uma interface rural-urbana do tipo PT – um novo vazio urbano: um local que passará de rural para urbano. Isso ocorrerá porque o novo limite físico, entre as áreas urbanas e rurais da região, passará a ser estabelecido pela Estrada do Mato Grosso, que corresponde a uma LT. Esse eixo determinará a modificação gradual entre as áreas de expansão urbana e as futuras áreas de ocupação, posto que as áreas rurais não estarão sendo reconhecidas como tais no Plano Diretor.

De um lado, que inclui a área do Assentamento, seria a área de ocupação urbana intensiva, segundo os novos padrões de alta densidade, em que o próprio loteamento Cidade Paradiso vem sendo referência. Desse lado, as atuais áreas urbanas dos loteamentos existentes ou aprovados, se caracterizam como uma interface rural-urbana do tipo AC, pois passam a fazer a integração entre os vazios urbanos a serem preenchidos com alta densidade e as áreas já consolidadas de densidade média. Como mostram as imagens na figura 99, os padrões dos atuais empreendimentos habitacionais dos loteamentos são multifamiliares, ou seja, estão previstos para intensificar a densidade existente, ocupando grandes áreas. Do outro lado, mesmo que ainda não sendo ocupadas como área urbana, as áreas rurais, referentes aos assentamentos de Campo Alegre, consistem em uma interface rural-urbana do tipo AB, pois se tornam as fronteiras imediatas entre o crescimento urbano mais intensivo e o futuro menos intensivo.

Nessa escala de análise, esses tipos de interface rural-urbana são os mais representativos para a visualização desse cenário. A partir disso, pode-se compreender que, na perspectiva externa e negativa dos gestores, a descaracterização da área do Assentamento como rural é inevitável, não sendo mais reconhecida pelo Plano Diretor do Município, assim como pelo Plano Estratégico Metropolitano (PDDUI). Nesse cenário, a contraposição entre a área rural e urbana existiria, mas não em municípios metropolitanos e, portanto, todos os elementos de infraestrutura e de serviços básicos estariam apropriados apenas aos espaços urbanos.

3.4.3 Perspectiva Rural-Urbana da Comunidade e dos Gestores (PRU-CG)

Esse cenário apresenta as perspectivas de ambos os agentes em relação à coexistência entre as características rurais e urbanas na área do Assentamento, destacando tanto os pontos positivos, de fortalezas e oportunidades, quanto os pontos negativos, de fraquezas e ameaças. Isso representa potenciais de crescimento de Marapicu, se algumas questões puderem ser atendidas e respeitadas, principalmente em relação às questões rurais. Dessa forma, a área do Assentamento permanece como uma área rural, mas também urbana, ou seja, uma área de interface rural-urbana, em meio a um entorno urbano e rural. Nesse contexto, todos os recursos, os serviços básicos e a infraestrutura existentes ou previstos para essa área e seu entorno estão voltados às áreas e às populações de caráter urbano e rural.

Ambos os agentes apontaram diversas correlações entre as perspectivas de caráter rural e urbano ao mesmo tempo. Os gestores, a partir de um olhar mais externo à realidade do Assentamento, destacam os aspectos voltados a uma integração da área no contexto do território municipal como um todo, diferentemente da comunidade que aponta questões mais internas, profundas e diversas da sua própria realidade, destacando os aspectos voltados a uma melhor qualidade de vida para as famílias assentadas, seja através da produção para subsistência ou para a comercialização de produtos agroecológicos. Esse cenário destaca a importância de um contexto rural mais direcionado às comunidades rurais que desenvolvem a agricultura familiar, cujo objetivo é tanto o de preservação dos recursos naturais quanto o de difusão de uma alimentação mais saudável para si e para os demais consumidores, rurais ou urbanos. O contexto desse cenário é descrito, a partir da integração de todas as oito palavras-síntese apontadas nas perspectivas dos agentes: título, prefeitura, ACM, produção, visibilidade, violência, área rural e expansão urbana.

Em relação ao título e à Prefeitura, a regularização fundiária dos lotes de todos os assentamentos estará voltada a ampliar o número de famílias assentadas, como no primeiro cenário. A partir de um processo de reintegração de posse, a Prefeitura irá retirar as famílias ou proprietários irregulares que não estão de acordo com os preceitos do Assentamento, visto que alguns podem vir a se integrar, como já ocorre atualmente. Os lotes vagos ficarão à disposição de novas famílias, fortalecendo o grupo e a área como um assentamento da Reforma Agrária. A questão da ambiguidade e sazonalidade dos governos locais não será problema, pois o grupo tem a regulamentação do título e o reconhecimento do INCRA, tendo como cobrar seus direitos e o acesso a recursos perante a Prefeitura, assim como cobrar os investimentos necessários na área de responsabilidade dessa escala administrativa, como a infraestrutura e os serviços básicos.

Nesse sentido, a ACM estará fortalecida, com um número maior de participantes e representantes do Assentamento em instâncias externas à organização coletiva. Os jovens estarão estudando e formando-se nos cursos de educação do campo da UFRJ, retornando e trabalhando diretamente para qualificação da produção e da organização interna do grupo, reconhecendo potencialidades de futuro e aprendendo com as pessoas de maior idade que

estão a frente dos atuais processos. Nesse cenário, o lote coletivo passa a ser ampliado com a integração da sede da fazenda na área do Assentamento, onde as atividades coletivas e de reuniões se desenvolvem, assim como os serviços básicos de saúde e educação desenvolvidos internamente na área. Dessa forma, a segurança interna será potencializada e não haverá mais lotes vazios e propícios à circulação de pessoas em rota de fuga entre as comunidades, ou seja, pessoas envolvidas com o tráfico. Esse também não será mais um caminho para os jovens do Assentamento, pois esses, então, terão outras oportunidades diretamente voltadas às atividades do Assentamento.

Com isso, os projetos e programas para a melhor qualificação da comunidade e sua produção serão desenvolvidos e aplicados pelas famílias que não mais terão uma residência fora da área do Assentamento e, sim, em seus próprios lotes, junto à produção familiar. Mesmo com as dificuldades relativas a seca e inundações na região, os investimentos voltados à requalificação do solo estarão sendo direcionados para superar esses problemas. Dessa forma, a produção agrícola passará a ser o carro-chefe da comunidade, que a comercializará em diferentes locais, além das atuais feiras – Feira da Roça e da Reforma Agrária – como, por exemplo, em áreas próximas ao Assentamento, como em núcleos e centros dos loteamentos urbanos próximos, junto ao comércio interno desses locais. A visibilidade do Assentamento será ampliada e, por isso, o seu reconhecimento, como uma área importante para o planejamento territorial da escala municipal e metropolitana, será inserida nos planos diretores e estratégicos dessas escalas administrativas.

Por uma questão de fortalecimento e potencialização da produção, com as famílias residindo dentro da área do Assentamento, não haverá mais um circuito de tráfico dentro da área, assim como violência para com as famílias assentadas, as quais contarão com a segurança da polícia local com maior frequência. Nesse sentido, outros agentes também não terão acesso diretamente à área, como os especuladores imobiliários, pois a caracterização da área como rural trará um novo padrão de uso e ocupação do solo que não corresponde ao uso urbano de loteamentos. Portanto, a área do Assentamento estará sendo reconhecida como rural, mas também como urbana, pois estará suprida de elementos de infraestrutura e de serviços básicos e algumas famílias estarão desenvolvendo atividades complementares típicas das áreas urbanas, como aposentadorias, trabalhos eventuais, formação de agricultores e vendas no comércio urbano, como já ocorre atualmente.

Para tanto, a área rural continuará existindo, mas mais voltada aos assentamentos de Campo Alegre, na escala urbana da URG Cabuçu, pois Marapicu passará a ser uma área de interface rural-urbana que fará a conexão entre esses assentamentos e os loteamentos urbanos próximos. Assim, na escala urbana dessa região, esse cenário é representado através da figura 100.

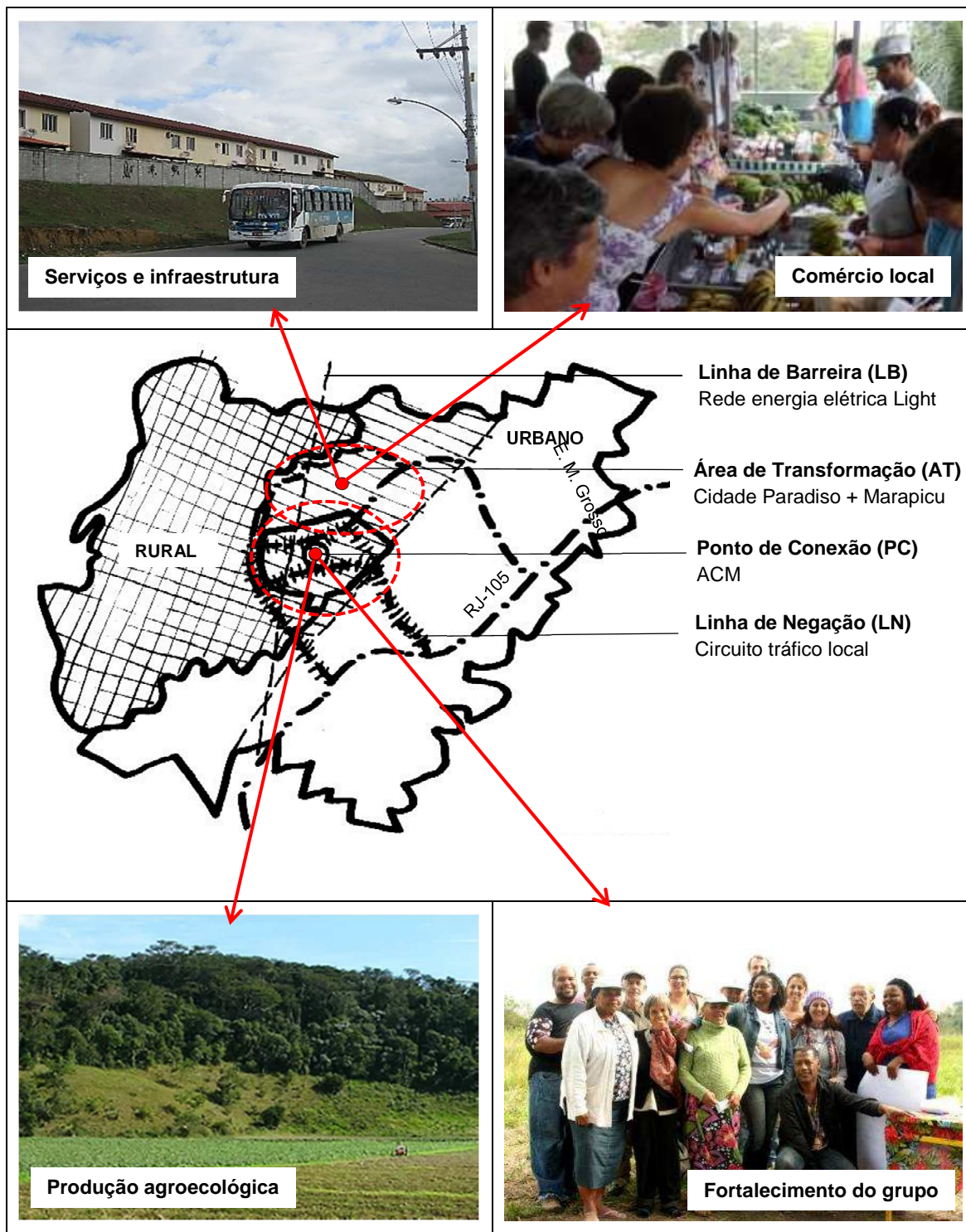


Figura 100 - Perspectiva Urbana dos Gestores Públicos (PU-G).
Fotos: acervo da autora (2015 e 2016) e Cachoeiras de Macacu (2017)

Na escala urbana da URG Cabuçu, como se pode visualizar na figura 100, é possível se delimitar um recorte territorial que vai além da área do Assentamento como área de interface rural-urbana, definido pelos eixos viário da Estrada do Mato Grosso, a esquerda, e o eixo da linha férrea do ramal Austin-Santa Cruz, a direita. Nesse recorte, há áreas com características urbanas e rurais, coexistentes ou conflitantes, e o Assentamento se localiza

como um ponto central. Nesse contexto, tanto a área do Assentamento como a do loteamento Cidade Paradiso, ao norte do Assentamento, correspondem a uma interface rural-urbana do tipo AT, pois ambas foram áreas modificadas durante os processos de revisões do Plano Diretor Municipal, transformando-se ora em rural, ora em urbano, e, até hoje, apresentam conflitos de identificação entre ser rural ou urbano de fato. O Assentamento foi área urbana e rural ao mesmo tempo, entre 1997 e 2008, sendo até hoje em parte relacionado com a área urbana. O loteamento Cidade Paradiso foi transformado em urbana em 2008, mas ainda tem uma grande parcela rural de fato (área de reflorestamento), pois não chegou a ser totalmente construído o empreendimento.

Ambas as áreas são áreas de interface rural-urbana, que apresentam as características rurais e urbanas em um mesmo espaço, permeadas por elementos territoriais que as integram, num grande recorte territorial na região da URG Cabuçu. Um exemplo, conforme representado na figura 100, são as linhas da rede de energia elétrica da Light, que correspondem a uma interface rural-urbana do tipo LB, pois, independente do tipo de uso do solo, esse não é permitindo ao longo de uma faixa paralela a tais linhas.

No empreendimento Cidade Paradiso, ambos os agentes (comunidade e gestores) apontaram possibilidades de espaços de consumo dos produtos agrícolas do Assentamento. De um lado, agricultores, que estão produzindo em seus lotes, mas também podem estar trabalhando eventualmente em algumas atividades nesse loteamento urbano. Por outro lado, consumidores que moram nesse loteamento, mas tem interesse em educação no campo e podem participar de atividades de produção e formação sobre agroecologia na área do Assentamento. Tais atividades seriam desenvolvidas no lote coletivo, ampliado para a sede da fazenda, onde a ACM, que teria um fortalecimento do grupo de famílias assentadas, estaria relacionada a uma interface rural-urbana do tipo PC, sendo um local no centro dessa área que faz a ligação entre a área dos assentamentos e a área dos loteamentos, além de promover a convergência das questões urbanas e rurais entre os diferentes agentes que atuam nas áreas rurais e urbanas das diferentes escalas.

A partir das vias internas e externas do Assentamento, cujas interligações ocorrem entre as áreas urbanas e rurais, haveria serviços e infraestrutura básica acessível à população em geral, independente da condição de rural, urbana ou periurbana. De qualquer forma, apesar de novos investimentos e interações rurais-urbanas, alguns elementos territoriais continuariam tendo que lidar com algumas questões pontuais que apresentam ameaças à comunidade de assentados, assim como às comunidades urbanas dos loteamentos, como o caso do circuito do tráfico, que corresponde a uma interface rural-urbana do tipo Linha de Negação (LN), pois esse circuito utiliza algumas das vias internas e externas à área do Assentamento. Essa circulação acaba negando a livre circulação em tais vias, estando

presentes, mas obscuros a maioria das pessoas, devido ao risco da violência urbana. Esse ponto é um aspecto negativo a ser investigado em uma escala mais complexa de planejamento e gestão do território.

Nesse cenário, muitos são os desafios que a comunidade e os gestores apontaram. Depois de trinta anos de ocupação da terra, frente a inúmeras ameaças e fraquezas causadas pela expansão urbana existente na região, principalmente as lindeiras à área do Assentamento, ainda enfrentam, por exemplo, a especulação imobiliária e a violência urbana. Por outro lado, alguns pontos importantes que podem potencializar o Assentamento também foram apontados por ambos os agentes, tais como o fato de existir legalmente a área rural no Município, havendo ainda muitos vazios urbanos a serem ocupados, bem como as relações entre rural e urbano na região, através do comércio da produção agrícola no entorno e nas feiras do Município, contando com o apoio e o suporte dos órgãos institucionais e parceiros.

Assim, a construção dos cenários mostra algumas das perspectivas dos agentes-chave (comunidade e gestores públicos) para essa pesquisa, nas quais as definições dicotômicas entre rural e urbano estão presentes, mas também alguns apontamentos que tais definições não mais são pertinentes na realidade do território contemporâneo, o qual é permeado por diferentes graduações e especificações que contém ambas as definições. Esses cenários podem ter suas descrições ampliadas, mas o importante é que os que foram apresentados sejam exemplos de como é possível explicitar as distinções existentes, primeiramente mostrando como seriam perspectivas mais rurais e mais urbanas. A partir dessas, de caráter antagônico, pode-se perceber que não há mais como fragmentar e separar essas duas realidades existentes em um mesmo território, o qual é visualizado como tendo características rurais-urbanas.

É importante que essa situação seja reconhecida e apropriada nos processos de definição de planejamento territorial. Para tanto, é fundamental que, antes de se reconhecer as características rurais-urbanas, se compreenda que há uma gama de realidades dentro da própria área rural, pouco conhecidas pelos planejadores urbanos. Os assentados da Reforma Agrária, por exemplo, correspondem apenas a uma das populações específicas dentro dessa gama, sendo agricultores de baixa renda que não são proprietários e, sim, que têm o direito de posse da terra, a qual é de propriedade do Estado. Essa característica é completamente diferente de áreas rurais que estão sendo previstas nos planejamentos do território, sejam eles municipais ou metropolitanos. Nesses, tem sido inseridas áreas rurais que têm um caráter mais ambiental e econômico, cujas questões de preservação e da indústria voltada à agricultura e pecuária são as prioridades, como no caso do agronegócio, por exemplo. Nesse caso, são grandes incorporadoras que são proprietárias de grandes áreas produtivas, nas quais são contratadas pessoas como trabalhadores rurais. Dessa forma, a pequena escala

da agricultura familiar, de caráter comunitário e de subsistência, como no caso dos assentados, não está sendo considerada. Assim, para que se possa compreender as áreas com características de interface rural-urbana é fundamental que se possa compreender as áreas rurais existentes, bem como a voz das populações rurais.

Além disso, Marapicu é um exemplo de como as expressões de poder, localizadas e manifestadas nesse espaço social, são as formas que os assentados conseguiram para se apropriar de um território ocupado por eles, resistindo mesmo quando esse foi definido como área urbana. Com ou sem documentação legal que reconhecesse a titularidade de posse da terra, as famílias de agricultores persistiram na apropriação desse território, buscando todas as formas de dominação possível frente ao Estado, que, a princípio, se apropria com mais propriedade, dado o poder de atuação que tem via o planejamento do território. Nessa disputa, tanto a comunidade de assentados quanto os gestores do Estado apontaram características rurais e urbanas na área, o que implica a uma nova forma de disputa que não mais utiliza as definições de área rural ou área urbana para estabelecer o território que os agricultores da Reforma Agrária têm direito. Esses passaram a ser cidadãos da cidade, participantes dos processos de decisão sobre todo o território municipal que não mais tem somente áreas rurais e urbanas e, sim, também tem áreas de interface rural-urbana, como o caso de Marapicu.

Por fim, a análise da interface rural-urbana de Marapicu, a partir das perspectivas dos agentes-chave (comunidade e gestores públicos), apontam os conflitos, complementariedades e desafios existentes ou previstos para a realidade atual e futura desse assentamento. Marapicu está permeado de uma série de elementos territoriais, situados transversalmente entre as áreas definidas como rural ou urbana, caracterizando-se como uma área que tem ambas as definições ao mesmo tempo, em meio a uma região que também se caracteriza como tal, na qual o foco principal do processo de ocupação do solo é de caráter urbano. A ideia de que esse assentamento consiste em uma área de interface rural-urbana, permite que haja um início de discussão de como seria possível incorporar tais elementos em um planejamento territorial que permita quebrar com as definições estanques e dicotômicas entre rural e urbano.

Os cenários apresentados servem para mostrar uma das formas de dissecar as distintas perspectivas que os agentes apontam, dentre as quais as comunidades são as mais importantes por serem as mais atingidas diretamente pelas decisões sobre o futuro das áreas. Espera-se que a metodologia utilizada, a partir da incorporação das falas desses agentes e de suas representações físicas no território possam auxiliar nesse processo, assim como possíveis instrumentos voltados ao planejamento territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais apresentam uma avaliação do processo desenvolvido durante a pesquisa. Entende-se que há ainda muitas questões a serem pesquisadas sobre a interface rural-urbana enquanto um instrumento de pesquisa e análise voltada ao planejamento territorial e, por isso, também se apontam alguns possíveis desdobramentos para futuros trabalhos.

A partir do objetivo de analisar a interface rural-urbana, pôde-se afirmar que, embora difícil e fruto de muitas influências, esse é um conceito possível de ser compreendido, reconhecido, analisado e aplicado ao planejamento territorial no Brasil. Mesmo que a interface rural-urbana ainda não seja reconhecida como um elemento importante a ser definido e aplicado aos processos e práticas de planejamento territorial, justamente essa negação é o que faz com que se admita a sua existência. Nesse sentido, o exercício de deslocar o olhar analítico do território, a partir de áreas rurais, e reconhecer os atores sociais do campo como elementos centrais hoje para o planejamento territorial na pesquisa foi fundamental para orientar as formas de reconhecimento das questões rurais e, por consequência, das questões da interface rural-urbana.

A contextualização teórica sobre as definições sobre rural e urbano contribuíram para que se pudesse vislumbrar as indefinições e contradições construídas ao longo do tempo em relação às interações entre rural e urbano no território. A partir de uma mudança de perspectiva de análise, foi possível entender que não existe um rural e sim uma multiplicidade de experiências de práticas e relações sociais no espaço que incluem também as ruralidades a serem exploradas, entendidas e dialogadas com os temas urbanos, através de outras formas de caracterização do território que não são necessariamente construídas a partir do meio urbano. Foi possível refletir sobre a interface rural-urbana enquanto um conceito que integra os aspectos rurais e urbanos no território, sem necessariamente excluir suas singularidades. Para cada realidade e processo de ocupação sócio-espacial, há distintas características de interface-rural, pois os modos de apropriação do espaço no território contemporâneo se modificam de forma rápida, na qual nem sempre há um acompanhamento e um debate teórico que abarque tal velocidade.

A discussão sobre o planejamento territorial no contexto contemporâneo, principalmente no que tange ao seu histórico no Brasil, mostrou o quanto a hegemonia da visão urbano-centrada ainda é premente. Mas, por outro lado, a abertura política no País, iniciada na década de 1980, também abriu o debate sobre as questões territoriais e seus agentes através de políticas públicas voltadas ao território, sobretudo através de discussões

que partiram de atores sociais organizados da cidade e do campo. A partir da regulamentação de uma política nacional, a priori, urbana, com o ECidade em 2001, o debate sobre as diversas dimensões que compõem o território contemporâneo foi fundamental para que se voltasse a pensar as dinâmicas territoriais existentes para além dos centros urbanos, ampliando as relações e interações entre os agentes e a produção do espaço. Pôde-se evidenciar que houve uma apropriação dos espaços políticos de planejamento territorial pelos atores sociais do campo, os quais, sob o ponto de vista da área de Planejamento Urbano e Regional, são os mais novos agentes que vêm atuando e questionando as determinações e previsões dos planos diretores locais, muitas vezes, impostas sobre seus territórios, sobretudo no contexto metropolitano.

Justamente os atores sociais do campo estão hoje desafiando os profissionais da área de Planejamento Urbano e Regional a compreender parte do território que já estava em seu escopo, mas ainda havia sido pouco pesquisado e debatido. As referências conceituais construídas historicamente de forma antagônica e dicotômica entre rural e urbano, bem como de forma homogênea em relação às áreas rurais, influenciaram a desvalorização e a falta de planejamento dessas áreas nos planos diretores. Porém, essas áreas apresentam, na realidade, uma multiplicidade de características e também de conflitos diferenciados das áreas urbanas. Nesse sentido, há uma provocação para que se desenvolvam novas pesquisas que respondam a essa lacuna, sobretudo através da busca de diálogos com outras áreas do conhecimento, pois ainda há a necessidade de representação e a interpretação de tais áreas nos debates sobre território voltadas às questões teóricas e às ações práticas de planejamento territorial.

A pesquisa bibliográfica realizada sobre a interface rural-urbana e o planejamento territorial, portanto, serviu para ampliar esse debate e para abrir novos caminhos para futuras pesquisas sobre temas correlatos. Além disso, essa pesquisa provocou o desafio de se estabelecer uma metodologia que pudesse dar conta das questões da pesquisa e fosse aplicada em uma realidade sócio-espacial existente, visando extrapolar a dicotomia rural e urbana no planejamento territorial e, ao mesmo tempo, incorporar outros elementos integradores que também considerassem as singularidades urbanas e rurais no território, a partir de seus atores sociais.

O estudo de caso mostrou a importância dessa reflexão e a possibilidade de se aplicar a metodologia desenvolvida, considerando suas características específicas. Foi possível identificar e interpretar no território como se travaram os conflitos existentes entre as delimitações e definições de rural e urbano em distintas escalas territoriais, associando seus respectivos atores sociais como agentes atuantes nos processos de planejamento territorial, enquanto coprodutores e intérpretes de sua própria realidade sócio-espacial. Na escala

metropolitana da RMRJ, pôde-se explicitar tais questões através do padrão de ocupação do território e de seu planejamento territorial, bem como de dados estatísticos, evidenciando a fragmentação do território e a dicotomia rural e urbana estabelecidas. Além disso, através dos conflitos territoriais e da existência e a persistência de vários acampamentos e assentamentos, que não são mapeados por serem, em parte, irregulares, foi possível confirmar que há uma negação dessa realidade existente pelos órgãos públicos de planejamento territorial. Na escala municipal de Nova Iguaçu, por sua vez, pôde-se aprofundar tais questões, através das correlações entre os períodos diferenciados do processo de ocupação sócio-espacial, evidenciando a necessidade do reconhecimento das contradições e coexistências de rural e urbano no território até hoje, como o caso da área do Assentamento Marapicu e seu entorno.

A escolha desse Assentamento como estudo de caso foi pertinente devido ao histórico de luta em prol da ocupação de terra, inicialmente propriedade rural prevista como loteamento urbano. Após a ocupação, a área foi reconhecida como área rural, mas tornou-se área urbana em uma revisão do plano diretor. Porém, a área voltou novamente a ser rural em outra revisão do plano diretor (atualmente). A ocupação de terra de Marapicu e o próprio Assentamento hoje regularizado como tal marcam a resistência do movimento social do campo no estado do Rio de Janeiro em pleno território metropolitano. A dinâmica territorial de ocupação da área até hoje mostra o quanto o espaço apropriado se torna um território em disputa, legitimando o conceito contemporâneo de território, que depende da persistência dos agentes que atuam e produzem esse espaço. Mesmo tendo sido transformada em população urbana por onze anos, a comunidade do Assentamento permaneceu resistente às modificações do plano diretor e mostrou o quanto as políticas urbanas de caráter democrático podem ser efetivas, a partir das necessidades dos atores sociais do campo, conforme determinado pelas diretrizes do ECidade e, mais recentemente, do EMetrópole. Nesse sentido, portanto, a escolha de Nova Iguaçu, enquanto um município metropolitano que retirou e depois retornou a área rural do plano diretor, mostrou a dinâmica política do planejamento territorial no País hoje, após do ECidade.

A partir do ECidade, e recentemente, do EMetrópole, a dicotomia entre rural e urbano não é mais pertinente, pois não importa se o ator social é do campo ou da cidade, e, sim, se pertence ao território municipal ou metropolitano, no caso dos planos integrados metropolitanos. Porém, ainda há conflitos em relação à gestão desses territórios em ambas as escalas, em relação às delimitações e definições entre rural e urbano no território, bem como em relação às competências federativas sobre as áreas rurais e urbanas. Em relação à gestão, o desafio se amplia quanto se trata da responsabilidade metropolitana através da (re)criação dos órgãos metropolitanos e da governança interfederativa. No caso da RMRJ, a

situação é mais difícil, visto que o órgão criado na década de 1990 foi extinto, apesar de hoje estar em andamento a proposta de resgatar essa escala territorial como uma escala administrativa de planejamento. Em relação às competências, o desafio voltasse ao fato de como conciliar as responsabilidades entre a União, que responde pelas áreas rurais, e os municípios, que respondem pelas áreas urbanas.

Dentro dessas questões, o fato dos assentamentos estarem situados hoje próximos aos centros urbanos municipais e metropolitanos mostrou, como nas áreas periurbanas, por um lado, facilitou o acesso desses aos espaços políticos, bem como aos espaços de comércio da produção. Mas, por outro lado, também potencializou a pressão urbana sobre as áreas dos assentamentos como potenciais de urbanização intensiva e de baixo custo, visto que o custo da terra rural é exponencialmente menor que as áreas urbanas.

A pesquisa de campo, por sua vez, possibilitou o aprofundamento dos levantamentos e análises a partir de uma escala micro do território - definida como escala urbana, no caso da URG Cabuçu. O recorte estabelecido para essa escala foi fundamental para compreender o território de inserção do Assentamento Marapicu, dentro de suas dinâmicas territoriais cotidianas, bem como a percepção dos assentados em relação ao histórico de participação dentro dos processos de revisão dos planos diretores municipais. A comunidade desse assentamento se tornou um dos atores sociais do campo de Nova Iguaçu que se apropriaram dos espaços e das políticas urbanas no município, a partir de seus próprios interesses e não, necessariamente, a partir dos espaços participação democrática estabelecidos, como determina o ECidade. Não está explícito nesse estatuto que os atores sociais do campo são parte integrante dos agentes que devem discutir e estabelecer as diretrizes territoriais de Nova Iguaçu.

O estudo de caso, portanto, foi fundamental para a construção dessa pesquisa. Somente com uma leitura territorial com essa aproximação, o trabalho ficaria superficial do ponto de vista da compreensão de como ocorrem as dinâmicas territoriais e práticas sociais. Cabe mencionar que a persistência de participação e o acompanhamento em espaços e reuniões no Assentamento foi um desafio, dado o contexto de violência existente no entorno e dentro de sua área. Por outro lado, foi estabelecida uma relação de confiança e de reciprocidade importantes para a coleta de informações.

As análises de dados, por sua vez, através da descrição das perspectivas dos agentes, da representação das categorias territoriais da interface rural-urbana e da construção de cenários possíveis, provocaram o desenvolvimento de um processo metodológico próprio para esse estudo de caso, o qual pode servir como referência para outros trabalhos. A interpretação e territorialização das perspectivas dos agentes, através da categorização da

interface rural-urbana no território e da construção de cenários possíveis, possibilitou evidenciar a área do Assentamento como um território diferenciado no município, caracterizado por vários elementos territoriais de interface rural-urbana, assim como possibilitou apontar possíveis desdobramentos a serem debatidos em futuras revisões do plano diretor municipal. Além disso, tais métodos são possíveis de serem aplicados em outras realidades, a fim de ampliar essas questões e também propiciar alguns comparativos.

A descrição das perspectivas da comunidade de assentados e dos gestores públicos que trabalham com planejamento territorial na escala municipal e metropolitana, realizado através de entrevistas baseadas no método FOFA, possibilitou a sistematização e a organização da leitura do território. A necessidade de escutar os agentes sobre as questões rurais e urbanas que influenciavam o Assentamento Marapicu foi chave para o entendimento das dinâmicas territoriais e para entender como cada um vislumbra o território. De um modo geral, compreendeu-se que o fato do Assentamento existir ao longo de três décadas fez com que o discurso de ambos os agentes fosse construído de forma equivalente, no qual a ideia de permanecer a área como rural era evidente, não sendo necessário a comparação sistemática entre as perspectivas dos agentes, como prevista no início da pesquisa.

A representação gráfica das categorias territoriais da interface rural-urbana através de croquis temáticos mostrou um caminho de como é possível expressar fisicamente as questões apontadas pelos agentes. Essa necessidade foi construída ao longo da pesquisa, que tinha como premissa o uso da representação no espaço geográfico da interface rural-urbana. Em um primeiro momento, houve a intenção de buscar delimitar fisicamente as áreas rurais e urbanas no entorno do Assentamento, incluindo-o como uma parte desse limite. Porém, essa intenção limitava-se a compreender a interface rural-urbana apenas como um limite físico linear no território. O exercício de ir além desse aspecto propiciou ampliar o conceito de interface rural-urbana voltado a elementos territoriais que apresentassem características de rural e urbano ao mesmo tempo e que não fosse limitado apenas por uma delimitação linear no espaço. Assim, a partir de formas gráficas simples, como a linha, a área e o ponto, foram criadas as categorias da interface rural-urbana de Marapicu, incluindo também os distintos aspectos apontados pelos agentes. Isso mostrou que um mesmo elemento territorial poderia ter mais de um atributo, demonstrando a multiplicidade existente em mesmo território. A representação e a categorização de tais elementos possibilitaram o deslocamento do olhar sobre um mesmo território, sendo possível enxergar e interpretar as territorialidades mencionadas nas perspectivas. Nesse sentido, foi possível a leitura desse território e suas dinâmicas territoriais de uma forma mais ampla, que auxiliou a definição final do conceito de interface rural-urbana para a pesquisa.

A construção de cenários possíveis, por sua vez, finalizou a possibilidade de mostrar como é possível distintas leituras de um mesmo território que apresentou uma riqueza de relações e interações entre as questões rurais e urbanas, reafirmando a multiplicidade do território analisado. A conciliação entre as perspectivas dos agentes e as categorias territoriais da interface rural-urbana foi chave para a representação dos cenários selecionados. A representação das perspectivas dos agentes através de algumas imagens e também dos elementos territoriais auxiliaram na descrição do cenário de diferentes discursos e suas expressões físicas no espaço. Dentre os vários cenários construídos, a seleção dos mais representativos foi importante para que se pudesse exercitar, por um lado, uma leitura unilateral e rica de aspectos singulares de rural ou de urbano, como o caso dos dois primeiros cenários apresentados. Por outro lado, o terceiro e último cenário apresentado, possibilitou exercitar como se poderia de conciliar a coexistência de ambos no território, sem que singularidades de cada um fossem excluídas e, sim, reconhecidas em suas características próprias, como ocorre na realidade, sob o ponto de vista do contexto contemporâneo. De qualquer forma, o conceito de interface rural-urbana foi transversal aos três cenários, ou seja, pode ser aplicado a um contexto urbano, rural e também rural-urbana, independente das fragmentações físicas estâncias no território.

Cabe mencionar também, que, para a construção dos cenários, optou-se por relacionar os pontos positivos apontados pelos agentes à perspectiva de permanência da área como rural, como destacado por ambos os agentes. Por um lado, ficou implícito o desejo dos agentes de insistir em ser positivo, porém, como uma certa dúvida em relação a essa possibilidade, dado os fortes conflitos e pressão da expansão urbana no entorno do Assentamento. Esse também foi um exercício que buscou contrapor a ideia hegemônica de priorizar as questões urbanas como positivas e inevitáveis no território. De qualquer forma, através do último cenário, pôde-se concluir que tais delimitações dicotômicas são independentes para o conceito de interface rural-urbana construído. O importante foi mostrar que há um território que apresenta múltiplas características, associadas a elementos territoriais que se constituem como a interface rural-urbana de Marapicu enquanto uma realidade específica, a qual pode ser diferente em outros assentamentos e para outros agentes.

A interpretação das perspectivas dos agentes no território foi fundamental enquanto uma experiência de apropriação do discurso dos agentes, bem como da tentativa de representação desse discurso no território. Essa representação poderia ser justamente o ponto de encontro a realidade pesquisada e os processos e instrumentos de planejamento territorial. A conjunção entre as perspectivas, categorias territoriais de análise da interface rural-urbana e os cenários possibilitaram a abertura de mais de uma perspectiva em relação

às questões rurais, urbanas e rural-urbana, explicitando as multiplicidades do território contemporâneo. A análise da interface rural-urbana de Marapicu, através desses métodos, pode ser considerada como um exercício de planejamento territorial, por permitir interpretar e vislumbrar as perspectivas dos agentes no território, bem como orientar possíveis leituras futuras. Tais leituras podem ser utilizadas, tanto para controlar quanto para estruturar melhor o território. Ao final, de certa forma, os elementos territoriais representados formaram um conjunto de formas físicas que podem vir a ser testadas em outros estudos de caso.

A presente pesquisa, na medida em que tanta descrever e qualificar a interface rural-urbana enquanto elementos territoriais situados tanto em áreas rurais, urbanas ou periurbanas, como no estudo de caso, potencializa a valorização das questões de relação e interação entre rural e urbano no território. Isso pode auxiliar em políticas públicas urbanas de planejamento territorial que abranjam de fato o território como um todo, seja na escala municipal ou metropolitana, e insiram a participação dos atores sociais do campo. O estudo de caso foi apenas um exemplo dessa multiplicidade existente entre os modos de vida rural e urbano no território.

Além disso, a pesquisa também explicita que há alguns limites em relação às noções de território associados tanto ao espaço absoluto e quanto ao espaço relativo. No primeiro capítulo, buscou-se mostrar as discussões que visam ampliar tais noções, em conjunto com as definições dicotômicas que ainda existem sobre o que seja rural e urbano no território. No segundo capítulo, as descrições sobre os recortes regionais estabelecidos, como o território metropolitano e municipal, bem como as áreas rurais e urbanas, apresentaram a noção de território enquanto espaço absoluto. Porém, tais recortes e áreas foram estabelecido pelo Estado e agentes que atuam e disputam o território desses recortes. Buscou-se o exercício de representar outras noções de território como espaço relativo através das categorias de análise da interface rural-urbana e dos cenários no capítulo três, explicitando que o território está diretamente associado às relações de poder e práticas sociais de diferentes agentes no espaço, sendo possível representar tais relações no espaço físico como instrumento de planejamento territorial.

A utilização desse conceito de interface rural-urbana pode ser ampliada, bem como discutida e questionada. O importante, no caso dessa pesquisa, foi buscar estabelecer e provocar o diálogo entre distintas áreas do conhecimento dentro da área do Planejamento Urbano e Regional, a fim de que sejam reconhecidos e valorizados conceitos e territórios nas discussões e práticas de planejamento territorial. Entende-se que a pesquisa contribuiu para suprir essa lacuna existente, tanto na academia quanto na prática do planejamento territorial no Brasil. Espera-se estimular novas pesquisas que tratem e abram esse tema para o debate

e a continuidade do trabalho, voltados a integrar o olhar sobre as áreas rurais e suas interfaces com as áreas urbanas, para além da fragmentação territorial e conceitual de rural e urbano.

Portanto, no que se refere a futuros trabalhos e desdobramentos possíveis, aponta-se algumas sugestões de como prosseguir nessa mesma linha de e/ou contexto de pesquisa:

- Ampliar a pesquisa de referências sobre discussões teóricas em relação às interações entre rural e urbano voltadas ao território contemporâneo;
- Expandir as pesquisas e análises territoriais no que tange as áreas rurais e áreas periurbanas em territórios metropolitanos;
- Ampliar a metodologia de categorização da interface rural-urbana, dentro da proposta de incorporar a perspectiva da população rural;
- Ampliar o número de agentes-chave nas análises sobre a interface rural-urbana de um mesmo território;
- Construir e descrever outros cenários que apresentem as diferentes perspectivas sobre a interface rural-urbana no território;
- Pesquisar possibilidades de implementação de instrumentos de planejamento territorial que utilizem tais categorias territoriais de interface rural-urbana; e
- Desenvolver essa pesquisa em outros territórios metropolitanos no Brasil, a fim de estabelecer estudos comparativos.

Acredita-se que tais questões possam aprimorar o desenvolvimento de trabalhos realizados sobre o tema da interface rural-urbana no planejamento territorial no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4º ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.

ALENTEJANO, Paulo Rapozo. A Evolução do Espaço Agrário Fluminense. **Revista GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 7, nº 13, 2005.

ASENSIO, Pedro J. Ponce. **Cambios sociales em espacios periurbanos del país valenciano**. Trabalho de Final de Curso, Valência/ Espanha: *Universitat de València*, 2005. Disponível em: <<http://mural.uv.es/pepona/principal.html>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

AS-PTA. Agricultura Familiar e Agroecologia. **Projeto fortalecerá a agroecologia em diversos municípios do Rio de Janeiro, 2013**. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/2013/10/14/projeto-fortalecera-a-agroecologia-em-diversos-municipios-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 24 de abril, 2017.

BARANDIER, Renato. **Minuta do Relatório 5 - Análise da Evolução e Tendências Futuras do Uso do Solo. Minuta do Relatório 5**. Plano Diretor de Transporte urbano da RMRJ. Rio de Janeiro: Governo do Estado, Secretaria de Transportes, 2014.

BICALHO, Ana Maria de Souza Mello; MACHADO, Felipe da Silva. **(Peri)metropolização na interface rural-urbana: agricultura e o rural (peri)metropolitano**. In: Anais Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade (SEDRES). Rio de Janeiro: SEDRES, 2012.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. **A ostentação estatística (um projeto geopolítico para o território nacional: Estado e planejamento no período pós-64)**. São Paulo: Tese (Doutorado). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Institui o Estatuto da Metrôpole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.

_____. **Instrução Normativa nº 2 / Ministério do Meio Ambiente**. Dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Rural – SICAR e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural – CAR. Brasília: MMA, 2014.

_____. Ministério de Integração Nacional. **Bases para uma proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira**. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça, 2010.

_____. **Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (Programa Nacional de Alimentação Escolar)**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. _____. **Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade)**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana.

_____. **Emenda constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996**. Dá nova redação ao §4º do art. 18 da Constituição Federal.

_____. **Lei Federal nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

_____. **Constituição Federal (1988)**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. **Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974**. Dispõe sobre a criação e Estados e Territórios.

_____. **Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

BRENNER, Neil. A hinterlândia, urbanizada? **Revista eletrônica e-metropolis**, nº 25, ano 7, 2016. Disponível em:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:wm756R37eEYJ:emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/025/original/emetropolis_n25_v2.pdf%3F1469290639+%cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 10 dez. 2016.

BRYANT, Christopher Rex; RUSSWURM, Lorne H.; MCLELLAN, A. G. **The City's Countryside: Land and its Management in the Rural-Urban Fringe**. Londres e Nova Iorque: Longman, 1982.

CACHOEIRAS DE MACACU. **Turismo Rural**. Disponível em: <<http://turismomacacurj.wixsite.com/turismomacacurj/turismo-rural>>. Acesso em: 25, abr. 2017.

CAMARERO, L. A. **Del éxodo rural y del éxodo urbano: ocaso y renacimiento de los asentamientos rurales em España**. Madrid: Serie Estudios. Ministerio de Agricultura, Pesca Y alimentacion. Secretaria General Técnica, 1993.

CAMPO ALEGRE et al. **Campo Alegre: memórias em movimento e as gerações em luta** [material didático]. Nova Iguazu: Escola Municipalizada de Campo Alegre, 2011.

CAMPOS, Heleniza Ávila; SOARES, Paulo Roberto; ARAÚJO, Pedro Xavier de. Governança metropolitana frente aos desafios da implementação do Estatuto da Metrópole: uma reflexão a partir da Região Metropolitana de Porto Alegre (RS). In: MARX, Vanessa; COSTA, Marco Aurélio (orgs.). **Participação, conflitos e intervenções à Habitat III**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2016.

CAMPOS, Heleniza Ávila; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. **Dinâmicas Territoriais da Rede Urbana em Regiões de Fronteira: a realidade transfronteiriça internacional do Rio Grande do Sul (Brasil)**. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território - Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, nº 11, 1998.

CASTRO, Márcio H., CARVALHO, Mônica E., OTÁVIO, Luciano. **Reforma Agrária: um estudo preliminar**. Reforma Agrária, Campinas, v. 18, nº 1, abr./jul, 1988.

CATAIA, Márcio Antônio. Fronteiras: territórios em conflitos. **Revista Geografia em Questão**, Curitiba, v. 3, nº 1, 2010. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/4296/3309>> . Acesso em: 10 de set. 2016.

Ceperj. Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. **Mapa da RMRJ - 2014**. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/Institucionais/instituicao.html>>. Acesso em: 12 out. 2014.

CHOAY, Françoise. Destinos da Cidade Europeia: séculos XIX e XX. Tradução Ana Fernandes. **Revista Rua**, Campinas, nº 6, 1996.

CYMBALISTA, Renato. A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil: apostas e pontos a observar. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, nº 111, 2011.

COELHO, Maria Betânia do Santo. **A experiência dos guardiões de semente crioulas no Assentamento de Marapicu/ RJ**. Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável em Área de assentamento/ UFRRJ, 2015.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo**. Disponível em <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>>. Acesso em: 10, mar., 2016.

COSTA, Marco Aurélio; TSUKUMO, Isadora Tami Lemos (orgs). **40 anos de Regiões Metropolitanas no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2013.

DELIOS ESPAÑA, Elisabeth Claudia. **La agricultura en espacios periurbanos: el municipio de Alboraya**. Valência: *Universitat de València, Serie Universitat*, nº 9, 1991.

DELGADO, Nelson Giordano et al. Concepções de Ruralidade e Políticas Públicas na América Latina e na Europa: análise comparativa de países selecionados. In: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (orgs.). **Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras** [Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21, 476 p., nov.2013]. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2013. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-21.pdf>>. Acesso em: 19set.2014.

Emater-RIO. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro. Terra para Plantar, Terra para Colher, Terra para Viver. **Emater-RIO em revista**, Rio de Janeiro, ano VI, nº 24, 2002.

ESCOBAR, A. Planificación. In: SACHS, W. (editor). **Diccionario del desarrollo. una guía del conocimiento como poder**. Lima: Pratec, 1996.

FERRÃO, João. Governança, governo e ordenamento do território em contextos metropolitanos. In: FERREIRA, Álvaro et al. **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2013.

GRAZIANO DA SILVA, José. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, nº 1, 1997.

GOMES, Paulo César da Costa. O Conceito de Região e sua Discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÉA. Roberto Lobato. (orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. Região, diversidade territorial e globalização. **Revista GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 1, nº 1, 1999.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ENDLICH, Ângela. Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação; WHITACKER, Arthur Magon (orgs.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Editora Expresso Popular, 2010.

FELDMAN, Sarah. As Comissões de Planos da Cidade na Era Vargas. In: REZENDE, Vera (org.). **Urbanismo na Era Vargas: as transformações das cidades brasileiras**. Niterói: Editora da UFF/ Intertextos, 2012.

FERNANDES, Edesio. O Estatuto da Cidade e a Ordem Jurídico-urbanística. In: CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (orgs.). **O Estatuto da Cidade Comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades / Aliança das Cidades, 2010.

FURTADO, Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão. Áreas de Interface Periurbana: Desafios Conceituais e Metodológicos. In: RANDOLPH, Rainer; SOUTHERN, Barbra Candice (orgs.) **Expansão Metropolitana e Transformações das Interfaces entre cidade, campo e região na América Latina**. São Paulo: Max Limonad, 2011.

IANNI, O. **Estado e Planejamento no Brasil (1930 – 1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 16 set.2015.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 fev.2015.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

INCRA. **assentamentos**. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

_____. **Sistema Nacional de Cadastro Rural. Índices Básicos de 2013**. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2013.

_____. **Instrução Normativa nº 38 de 13/03/2007**. Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, 2011.

INEA. Instituto Estadual do Ambiente. **Planejamento e gestão de recursos hídricos**. Boletim Águas & Território. Secretaria de Estado do Ambiente (SEA). Rio de Janeiro, nº 9, 2015.

Iterj. Instituto de Terras do Rio de Janeiro. **Comunidades Atendidas**. Sistema de Informações Geográficas. Disponível em: <<https://iterj.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=d7f21a73cc71448c9f5a1bd5a59c20cbd>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

LEFEBVRE, Henry. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **De lo rural a lo urbano.** Barcelona: Ediciones Península, 1978.

LINHARES, Elisabeth et al. **Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ, 2002.

MACEDO, Marcelo Ernandez. **As ocupações de terra no Rio de Janeiro na década de 1980.** In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia: GT 18 – Movimentos Sociais Rurais e Estado: questões fundiárias, ambientais, trabalhistas e identitárias. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2009.

MARICATO, Ermínia. **O Impasse da Política urbana no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2012.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade.** Tradução Hilda Pereto Macial e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. **Marcos Jurídicos das noções de rural e urbana: reflexões a partir dos estudos de caso em Belterra (PA), Caxias do Sul (RS) e Nova Iguaçu (RJ).** In: Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). Águas de Lindóia/ SP: ANPOCS, 2013.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). **Memória da luta pela terra na Baixada Fluminense/ Bráulio Rodrigues da Silva.** Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

_____. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade de luta pela terra.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MIRANDA, Livia Izabel. **Planejamento e produção do espaço em áreas de transição rural-urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife.** Tese de doutorado, Recife: UFPE, 2008.

MIRANDA, Carlos; SILVA Heithel (org.). **Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras** [Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21, 476 p., nov.2013]. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2013. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-21.pdf>>. Acesso em: 19set.2014.

MOLINERO, Fernando. **Los espacios rurales: agricultura y sociedad en el mundo.** Barcelona: Ed. Ariel, 1990.

MST. Movimento Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Boletim do MST.** Disponível em: <<http://boletimmstrj.mst.org.br>>. Acesso 24 de abril, 2017.

NOVA IGUAÇU. Prefeitura Municipal. **Nova Iguaçu: da cidade que temos à cidade que queremos.** Diagnóstico da cidade para a revisão do Plano Diretor. Rio de Janeiro: Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente (NIMA); PUC-RJ, 2008. Disponível em: <http://www.nima.puc-rio.br/sobre_nima>. Acesso em: 19, jun. 2016.

_____. **Mapas de Nova Iguaçu no ArcGIS:** hidrografia, hipsometria, uso e ocupação do solo e Plano Diretor. Nova Iguaçu: Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, 2015.

_____. **Lei Municipal nº4.092, de 28 de julho de 2011.** Institui o Plano Diretor Participativo e o Sistema de Gestão Integrada e Participativa da Cidade de Nova Iguaçu, nos termos do artigo 182º da Constituição Federal, do Capítulo III da Lei nº10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade e do Art. Nº14, § 3º da Lei Orgânica da Cidade de Nova Iguaçu.

_____. **Atlas Escolar da cidade de Nova Iguaçu (2ª ed.)**. Nova Iguaçu: Prefeitura da cidade de Nova Iguaçu, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, 2004.

_____. **Lei complementar nº006, de 12 de dezembro de 1997**. “Revisa o Plano Diretor do Município de Nova Iguaçu e dá outras providências”. OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. SUDENE, Nordeste, planejamento e luta de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OZÓRIO, Elaine Cristina. **O Processo de (Re)produção do Espaço Urbano: na cidade de Nova Iguaçu – RJ (1990-2007)**. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Pós-Graduação em Planejamento urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

PACÍFICO, Alan; CAPRILES, Ana Huara; TINOCO SOUZA, Victor. **Os Planos Diretores (1997-2008) da Cidade de Nova Iguaçu: uma análise do (re) ordenamento territorial do município e a questão rural**. In: Anais da I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade. Natal: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - UFRN, 2010.

PRYOR, Robin J. *Defining the Rural-Urban Fringe*. **Social Forces**, Carolina do Norte, vol. 47, nº 2, 1969. Disponível em: <<http://ejournal.narotama.ac.id/files/DEFINING%20THE%20RURAL-URBAN%20%20FRINGE.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (coord.). **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III, Vol. 8. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César de; CARDOSO, Adauto Lúcio. Da cidade à nação – gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César de; PECHMAN Roberto (orgs.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RANDOLPH, Rainer. **A Utopia burguesa ou revolução urbana? Transformações da organização territorial e novas formas urbanas em áreas perimetropolitanas do Rio de Janeiro**. In: Anais do IX Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Salvador: 2005.

RANDOLPH, Rainer; GOMES, Pedro Henrique Oliveira. **Mobilidade e expansão do Rio de Janeiro para áreas perimetropolitanas**. Cadernos Metrôpoles, nº 17, 2007. Disponível em: <http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm17_93.pdf>. Acesso em: 19 set.2014.

REYES, Paulo Belo. **Projeto por Cenários: o território em foco**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

REMIGIO, Marcelo. **Em Nova Iguaçu, escola em assentamento inova para evitar esvaziamento**, 2011. Disponível em: < <http://extra.globo.com/noticias/educacao/em-nova-iguacu-escola-em-assentamento-inova-para-evitar-esvaziamento-2895777.html>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Governo. **Câmara Metropolitana de Integração Governamental**. Rio de Janeiro, 2017.

_____. Secretaria de Estado de Governo. Grupo Executivo de Gestão Metropolitana. Modelar Metrôpole. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDDUI)**. Rio de Janeiro, 2016a.

_____. Secretaria do Ambiente. **Elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Rio de Janeiro (R07 e R11)**. Caracterização da Base Física e Ecossistemas do Estado do Rio de Janeiro. Parte I – Caracterização da Base Física. Rio de Janeiro, 2016b. Disponível em: < <http://www.zee-rj.com.br/Produto>>. Acesso em: 18 out., 2016.

_____. **Projeto de Lei Complementar nº 10/ 2015**. Dispõe sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sua composição, organização e gestão, define as funções públicas e serviços de interesse comum, cria a agência executiva da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e dá outras providências.

_____. **Decreto Estadual nº 44.905, de 11 de agosto de 2014**. Institui a Câmara Metropolitana de Integração Governamental do Rio de Janeiro e o Grupo Executivo de Gestão Metropolitana e dá outras providências.

_____. **Lei Complementar nº 158, de 26 de dezembro de 2013**. Altera o artigo 1º da Lei Complementar nº 87, de 16 de dezembro de 1997, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 97, de 2 de outubro de 2001, a Lei Complementar nº 105, de 4 de julho de 2002, a Lei Complementar nº 130, de 21 de outubro de 2009, e a Lei Complementar nº 133, de 15 de dezembro de 2009.

_____. Companhia Estadual de Água e Esgotos (Cedae). **Estudo de Impacto Ambiental das Obras de proteção da Tomada D'Água da Cedae no Rio Guandu**. Relatório Final. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: < http://www.ceivap.org.br/downloads2011/Cedae_EIA.pdf>. Acesso em: 20 out., 2016.

_____. **Decreto nº 13.110, de 27 de junho de 1989**. Extingue a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – Fundrem, e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 18, de 15 de março de 1975**. Aprova os estatutos da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem) e dá outras providências.

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. **De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo**. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Pós-Graduação em Planejamento urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

RODRIGUES, Cinthia. **Pedagogia de alternância na Educação rural**. Disponível em: Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/2924/pedagogia-de-alternancia-na-educacao-rural>>. Acesso em: 24 abril, 2017.

ROLNIK, Raquel. Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social. In: ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA, Renato (Org.). **Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social**. São Paulo: Instituto Polis, 1997.

RUA, João. A Ressignificação do Rural e as Relações Cidade-Campo: uma contribuição geográfica. **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - ANPEGE**, nº. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/viewArticle/81>>. Acesso em: 07 set.2012.

SÁNCHEZ, Héctor Ávila. A. *Las prácticas agrícolas em las periferias metropolitanas: territorialización y sociabilidade em âmbitos de interfase urbano-rural em América Latina*. In: MARTINS, Pedro; SÁNCHEZ, Héctor Ávila; WELTER, Tânia (orgs.). **Território & Sociabilidade: relatos latino-americanos**. Florianópolis: Editora da UDESC, 2012.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; BRITTO, Ana Lúcia; GARSON, Sol. Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: SANTOS JUNIOR, O. A. (coord.) **Arranjos Institucionais para a Gestão Metropolitana [Relatório de Pesquisa]**. Projeto Observatório das Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Natal, Goiânia e Maringá. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br>>. Acesso em: 30 set.2015.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann (org.). **Os Planos Diretores Municipais Pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2011.

SCOLESE, Eduardo. MST quer reduzir tamanho de lotes em assentamentos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 abr. 2007. Política/ Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u91700.shtml>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **A dinâmica dos projetos de assentamento de reforma agrária na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. In: Anais do XVI ABEP (Encontro Nacional de Estudos Populacionais). Caxambu: ABEP, 2008.

SILVA, Lúcia Helena. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela História. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, v.3, nº 5, 2013. Disponível em: < <http://revista.uniabeu.edu.br/index.php/reconcavo/article/view/1280>>. Acesso em: maio, 2016.

_____. **Maxambomba de Iguassu: de fazenda à cidade**. In: Anais do I Congresso Histórico Internacional: As Cidades na História: população. Guimarães: Forward, 2012.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A Cidade Estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

TINOCO SOUZA, Victor. **Sociabilidade e território de um assentamento Rural próximo à área urbana: os laços entre o assentamento Marapicu e o Bairro Aliança, RJ**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, 2013.

VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Ática, 1987.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que parece**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002.

VICENTE, Edson Borges. **Nova Iguaçu, cidade mãe: do nascimento de Iguassú à gestão de Iguaçu Nova em uma abordagem geográfica**. In: Seminário Educação e Trabalho de Cabuçu. Nova Iguaçu: Geducador, 2009. Disponível em: <<http://geoeducador.xpg.uol.com.br/textos/artigoedson.pdf>>. Acesso em: 19, jun. 2016.

APÊNDICE

- A Roteiro de entrevistas Gestor
- B Roteiro de entrevistas Comunidade
- C Termo de consentimento

A Roteiro de entrevistas – gestor

Nome: _____ Contato: _____

Local: _____ Data: _____

1) PERFIL, FORMAÇÃO E TRABALHO (RURAL E URBANO)

Idade 18-29 anos 30-49 anos 50-79 anos Mais 80 anos

Gênero Feminino Masculino Outro: _____

Cidade nascimento: _____ Área urbana Área rural

Residência: _____ Área urbana Área rural

Formação: _____ Ano: _____ Instituição: _____

Trabalho (órgão/ instituição): _____ Área urbana Área rural

Papel/ setor: _____ Desde quando? _____

2) RELAÇÃO COM ASSENTAMENTOS/ ASSENTAMENTO MARAPICU

Conhece assentamentos RMRJ? Sim Não Quantos/ Quais? _____

Relação com assentamentos: _____

Já visitou um assentamento? Sim Não Qual? Quando? _____

Por quê? _____

Conhece Assentamento Marapicu? Sim Não Desde quando? _____

Relação com assentamento: _____

Já visitou o Assentamento Marapicu? Sim Não Quando? _____

Por quê? _____

3) PERCEPÇÃO DOS CONFLITOS TERRITORIAIS

Formais e informais (setor imobiliário urbano, prefeitura, proprietários rurais, traficantes, polícia, etc.)

Há conflitos territoriais? Sim Quais? _____

Não Com quem? _____

Como vê os conflitos em relação à terra?

Como vê os conflitos entre o assentamento e o setor imobiliário urbano?

Como vê os conflitos entre as áreas urbana e a área rural?

Como viu a participação dos assentados no retorno da área rural no planejamento urbano e regional de Nova Iguaçu?

4) CENÁRIOS FUTUROS PARA MARAPICU

Qual seria o ideal para o futuro do Assentamento Marapicu?

Como acha que será?

O acha que são as:

FORTALEZAS	OPORTUNIDADES
FRAQUEZAS	AMEAÇAS

5) PLANEJAMENTO NOVA IGUAÇU

- Como foi o processo da retirada da área rural no Plano Diretor de 1997?
- Como foi o processo de retorno da área rural no Plano Diretor de 2008/2012?
- Como vem sendo a gestão das áreas rurais dentro do planejamento urbano e regional do município?
- Há uma previsão de rever a existência das áreas rurais na próxima revisão?
- Como o planejamento tem trabalhado as áreas de interfaces: rural x urbana e rural x preservação?
- Qual a perspectiva de relação entre Cidade Paradiso e Marapicu (expansão sobre, comunicação, integração)?
- Como o planejamento busca conter a expansão urbana sobre as áreas rurais no município? Há algum instrumento de política urbana utilizado para isso?

5) PLANEJAMENTO RMRJ

- Como o PDDUI está prevendo o planejamento das áreas rurais existentes?
- Como seria a (re) inserção das áreas rurais previstas nos planos diretores locais?
- Como seria a gestão destas áreas na escala metropolitana x municipal x federal?
- Como o plano tem trabalhado as áreas de interfaces: rural x urbana e rural x preservação?
- Como o plano buscará conter a expansão urbana sobre as áreas rurais metropolitanas? Há algum instrumento estratégico de política urbana previsto para isso?

OBS

B Roteiro de entrevistas – comunidade

Nome: _____ Contato: _____

Local: _____ Data: _____

1) PERFIL ENTREVISTADO

Idade 18-29 anos 30-49 anos 50-79 anos Mais 80 anos

Gênero Feminino Masculino Outro: _____

Responsável lote? Sim Desde quando? _____

Não Quem é o responsável? _____

Reside no lote? Sim Desde quando? _____

Não Por quê? _____

Tem outra residência? Sim Não Onde? _____

Papel na família: _____ Quantas pessoas na família? _____

Quem são e que idades têm? _____

2) ORIGEM E TRAJETÓRIA

Cidade nascimento: _____ Área urbana Área rural

De onde veio para Marapicu? _____ Área urbana Área rural

Veio com quem? _____ Quando chegou? _____

Por que veio? _____ Que idade tinha? _____

Participou da ocupação? Sim Não Por quê? _____

3) ESTRUTURA E ATIVIDADES PRODUTIVAS

Aquisição lote Ocupação Troca Compra Outro: _____

Lote regular? Sim Desde quando? _____

Não Por quê? _____

Infraestrutura? Estrada Porteira Rede energia elétrica

Rede água Rede esgoto Outra: _____

Produz no lote? Sim O quê? _____

Não Por quê? _____

Tipo de produção? Agrícola Pecuária Beneficiamento/ artesanato

Extrativismo Piscicultura Outro: _____

Qual objetivo da produção? Subsistência Comércio Outro: _____

Área do lote? _____ A produção: _____ A preservação: _____ Outra: _____

Quantos trabalham no lote? _____ Quem são? _____

Vende na Feira Roça? Sim Desde quando? _____

Não Por quê? _____

Quais produtos? _____

Vende em outro local? Sim Não Onde? _____

4) TRABALHO E RENDA (RURAL E URBANO)

Principal renda familiar: _____ Renda média familiar: _____

Aposentadoria e/ou pensão? Sim Não Qual? _____

Benefício social governo? Sim Não Qual? _____

Benefício rural governo? Sim Não Qual? _____

Trabalho externo à produção Sim Não Por quê? _____

do lote? Urbano Rural Desde quando? _____

Qual? _____ Qual a renda? _____

Outras pessoas da família Sim O que fazem? _____

trabalham no lote? Não Por quê? _____

Trabalham em atividades Sim Não Por quê? _____

externas ao lote? Urbana Rural Desde quando? _____

Quem? _____ Qual atividade? _____

5) INTEGRAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Participa da reunião Sim Desde quando? _____ Papel? _____

Associação Camponesa de Não Por quê? _____

Marapicu? Já participou? Sim Não Por quê? _____

Sim Desde quando? _____ Papel? _____

Participa da Associação da Não Por quê? _____

Feira da Roça? Já participou? Sim Não Por quê? _____

Sim Desde quando? _____ Papel? _____

Participa da Associação da Não Por quê? _____

Feira da Roça? Já participou? Sim Não Por quê? _____

Representante de Marapicu Sim Onde? _____ Papel? _____

em alguma instância Não Por quê? _____

externa? Já participou? Sim Não Por quê? _____

Sim Onde? _____ Papel? _____

Participa de outras Não Por quê? _____

instâncias políticas? Já participou? Sim Não Por quê? _____

Sim Não Por quê? _____

6) PERCEPÇÃO DOS CONFLITOS TERRITORIAIS

Formais e informais (setor imobiliário urbano, prefeitura, proprietários rurais, traficantes, polícia, etc.)

Há conflitos territoriais? Sim Quais? _____

Não Com quem? _____

Como vê os conflitos em relação à terra? _____

Como vê os conflitos entre o assentamento e o setor imobiliário urbano? _____

Como vê os conflitos entre as áreas urbana e a área rural? _____

Como viu a participação dos assentados no retorno da área rural no planejamento urbano e regional de Nova Iguaçu?

7) CENÁRIOS FUTUROS PARA MARAPICU

Qual é o seu sonho para o futuro de Marapicu? _____

Como acha que será? _____

O acha que são as:

FORTALEZAS	OPORTUNIDADES
FRAQUEZAS	AMEAÇAS

OBS



C Termo de consentimento livre e esclarecido

Nome do participante: _____

Você está sendo convidado a participar de uma coleta de dados, que faz parte da pesquisa de doutorado realizada por Letícia Thurmann Prudente, que tem como aluna no programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com a orientação da Professora Heleniza Ávila Campos e co-orientação do Professor Cleiton Henrique Gerhardt. A pesquisa tem como título prévio “A resistência de um assentamento rural da reforma agrária no território metropolitano contemporâneo: estudo de caso de Marapicu na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”. Os benefícios de sua participação neste estudo contribuem para o reconhecimento e a visibilidade deste Assentamento rural como um espaço de resistência frente aos interesses do planejamento urbano e regional no contexto do território metropolitano contemporâneo, a fim de ser possível explicitar os conflitos e delimitações territoriais pertinentes aos espaços rurais e urbanos nas diferentes escalas de planejamento e territorialidades que envolvem o assentamento.

A sua participação como voluntário (a) nesta pesquisa durante a fase de coleta de dados se dá por meio de sua autorização para a utilização de suas respostas de forma anônima. **Sua participação não é obrigatória, tendo o direito de desistência a qualquer momento que julgar conveniente. A pesquisadora se compromete a preservar seu anonimato, assegurando privacidade, confiabilidade, proteção da imagem e não estigmatização.** Além disso, sua participação não acarretará em qualquer ônus financeiro ou em quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, assim como a plena propriedade e os direitos autorais dos projetos, de caráter histórico e documental. As informações a serem utilizadas a partir das respostas obtidas neste instrumento de coleta têm por finalidade auxiliar o processo de pesquisa no que se refere ao objetivo declarado. A pesquisadora acima citada fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, essas informações – dados obtidos na entrevista – no todo ou em parte, editados ou não.

Quaisquer informações ou esclarecimentos adicionais podem ser obtidos diretamente com a pesquisadora responsável através do contato:

Letícia Thurmann Prudente: e-mail: lelearn@hotmail.com / tel. 21 3497.9045 e 21 96551.7599.

(Assinatura do participante)

(Assinatura da pesquisadora)